

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Júlia Glaciela da Silva Oliveira

Militância ou Profissionalização de Gênero?
Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile
(1981-1996)

SÃO PAULO

2019

Júlia Glaciela da Silva Oliveira

Militância ou Profissionalização de Gênero?

Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile
(1981-1996)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Social, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Stella Maris Scatena Franco.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O48m Oliveira, Júlia Glaciela da Silva
Militância ou Profissionalização de Gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996) / Júlia Glaciela da Silva Oliveira ; orientadora Stella Maris Scatena Franco. - São Paulo, 219.
333 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. América Latina. 2. Gênero. 3. Feminismo. 4. Imprensa. 5. Onguização. I. Franco, Stella Maris Scatena, orient. II. Título.

OLIVEIRA, Júlia G. S. **Militância ou Profissionalização de Gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2019.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.^a Dr.^a _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

à mãe e à madrinha

Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento.

Virginia Woolf

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos fundamental para a realização desta pesquisa. À Stella Maris Scatena Franco pela segura orientação da tese e, especialmente, pelo fortuito ensino da leveza da vida que se deve levar. Às professoras Maria Ligia Prado e Maria Lygia Quartim de Moraes pelas contribuições no exame de qualificação e às professoras Maria Helena Capelato e Joana Maria Pedro por terem gentilmente aceitado participar da banca de defesa. Das viagens e encontros que a tese me proporcionou, ficam as memórias de queridas pessoas como Patricia Folgeman, Magui Bellotti, Marta Fontenla, Maria Eugenia Mena, Muriel Soles e de instituições acolhedoras como o Centro Cultural Tierra Violeta, o CeDInCI, a Biblioteca de Estudios Interdisciplinarios de Género, a Universidad de Buenos Aires, o Archivo Nacional do Chile e a Biblioteca Nacional do Chile; fui ao encontro de fontes e encontrei pessoas que ficarão. Ao sempre carinhoso casal Cecília e Rogério pelo amparo de Amparo. Aos projetos e afetos que me ligam ao Grupo de Estudo de Gênero e História/USP. Nos caminhos e memórias de Minas, SPs e Paranás; vida e vinhos na Londrina de Gustavo Oliveira, Jean Carlo, Ana Batista e Dani Bueno; das sutis rebeldias aos laços na Campinas de Priscila Vieira, Célia Orlato e Susel Oliveira; do caos e amor em São Paulo, *carrego no meu peito* Hanna Estevam, Marcos Vinicius, Cristiane Falchetti, Rafael Palomino, Eustáquio Ornelas, Natania Neres, Marília Antunes, Romilda Costa, Valdir Souza, Giovanna Pezzuol e Renan Fonseca; às alegrias e dias menos cinzas no IFPR com Fábio Cruz, Angélica Colombo, Adriane Ribeiro, Natan Fraga e Letícia de Sá; minhas Minas, montanhas de amores de Rita de Cássia, Janete Agreni e de minha – imensa e intensa – família mineira que, entre silêncios e sorrisos, entenderam as longas ausências desses últimos anos de dores e alegrias. Ao Carlos, *que é feito de azul*, me deixou *morar neste azul*, me deixou *encontrar minha paz*. Ao libertário amor que minha mãe Cida soube dar.

RESUMO

OLIVEIRA, Júlia G. S. **Militância ou Profissionalização de Gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2019.

Esta pesquisa trata de uma análise comparativa na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile entre os anos de 1981 e 1996. A fim de contribuir para os estudos de História da América Latina e das Relações de Gênero, a pesquisa buscou compreender quais foram os impactos das medidas neoliberais, do processo de Onguização e da institucionalização das pautas de gênero na militância feminista. Neste marco temporal, os três países retornaram à via democrática, ao mesmo tempo em que adotaram ou fortaleceram projetos neoliberais. O novo contexto político e econômico foi acompanhado pela expansão das atividades das Organizações Não Governamentais (ONGs) e pela entrada de alguns pontos da agenda feminista nos programas políticos governamentais. A junção desses fatores gerou dúvidas e apreensões sobre a autonomia do movimento feminista, levando à indagação se estes novos signos poderiam provocar uma alteração no quadro da atuação das feministas, passando do papel de militantes para o de “profissionais” em assuntos de gênero. Dada as particularidades locais, a recepção e as formas de adesão a estes novos signos sócio-políticos não foram sincrônicas nos três países. Assim, o objetivo foi averiguar quais foram as possíveis transformações, negociações ou resistências frente à diáde autonomia/institucionalização e como essas questões foram desenvolvidas nas publicações elencadas. O *corpus* documental da tese é composto pelos periódicos: *Mulherio* (1981-1988), *Chanacomchana* (1981-1987) e Boletim e Revista *Um Outro Olhar* (1988-1996), do Brasil; *Brujas* (1983-1996) e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987-1996) da Argentina; e *Furia* (1981-1984), *Boletina Chilena* (1984-1987), *Marea Alta* (1991-1994) e *Puntada con Hilo* (1994-1997), do Chile. Buscamos perceber as similitudes e as dessemelhanças presentes nos projetos editoriais, constatando que houve um impacto na militância e na tônica do movimento, ainda que esse não tenha sido homogêneo e tenha apresentado nuances em cada país.

Palavras-chave: feminismo; imprensa; América Latina; autonomia; Onguização.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Júlia G. S. **Militancy or Professionalization of Gender?** A comparative study in the feminist press of Brazil, Argentina and Chile (1981-1996). Thesis (Doctorate in Social History) – Department of History, University of São Paulo, São Paulo-SP, 2019.

This research is a comparative analysis in feminist press in Brazil, Argentina and Chile between the years 1981 and 1996. In order to contribute to the study of Latin American History and Gender Relations, the research sought to understand the impact of neoliberal measures, the NGOization process and the institutionalization of gender patterns in feminist militancy. In this time frame, the three countries returned to the democratic path, while adopting or strengthening neoliberal projects. The new political and economic context was accompanied by the expansion of the activities of Non-Governmental Organizations (NGOs) and the entry of some points of the feminist agenda into governmental political programs. The combination of these factors led to doubts and apprehensions about the autonomy of the feminist movement, leading to the question whether these new signs could provoke a change in the role of feminists from the role of militants to that of "professionals" in gender issues. Given the local particularities, the reception and the forms of adhesion to these new socio-political signs were not synchronic in the three countries. Thus, the objective was to find out what were the possible transformations, negotiations or resistance to the dyad autonomy/institutionalization and how these issues were developed in the publications listed. The documentary sources of the thesis are composed by the periodicals: *Mulherio* (1981-1988), *Chanacomchana* (1981-1987) and Bulletin and Magazine *Um Outro Olhar* (1988-1996), of Brazil; *Brujas* (1983-1996) and *Cuadernos de Existencia Lesbiana* (1987-1996) of Argentina; and *Furia* (1981-1984), *Boletina Chilena* (1984-1987), *Marea Alta* (1991-1994) and *Puntada con Hilo* (1994-1997), of Chile. We sought to perceive the similarities and dissimilarities present in editorial projects, noting that there was an impact on the militancy and the tone of the movement, even though it was not homogeneous and presented nuances in each country.

Keywords: feminism; press; Latin America; autonomy; NGOization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulherio Primeira Edição.....	85
Figura 2 - Charge Miguel Paiva	88
Figura 3 - Capa Mulherio Mídia.....	91
Figura 4 - Capa Mulherio Creche	91
Figura 5 - Anúncio Publicitário CECF	95
Figura 6 - Mulherio Agora é Mensal	96
Figura 7 - Capa Nexo Primeira Edição.....	98
Figura 8 - Chanacomchana Primeira Edição	101
Figura 9 - Assine Chanacomchana	108
Figura 10 - Capa Lésbicas e Família	110
Figura 11 - Capa Lésbicas e Trabalho	110
Figura 12 - Lésbicas e Sexualidade	111
Figura 13 - Charge Somos Lésbicas!.....	113
Figura 14 - Logo boletim <i>Brujas</i>	127
Figura 15 - Anúncios boletim <i>Brujas</i>	130
Figura 16 - Primeira Edição de <i>Brujas</i>	134
Figura 17 - Capa Feminismo e Neoliberalismo.....	136
Figura 18 - Charge Lugar de Mulher	146
Figura 19 - Primeira Edição <i>Furia</i>	148
Figura 20 - Las mujeres trabajadoras	155
Figura 21 - Charge MUDECHI/ILET	159
Figura 22 - Charge Miguel Paiva	159
Figura 23 - Primeira edição <i>Boletina Chilena</i>	161
Figura 24 - La canasta del pobre	163
Figura 25 - Capa Boletim UOO - Bodybuilding	176
Figura 26 - Charge Sabia que a Bia é lésbica?	177
Figura 27 - Capa boletim UOO - avanço conservador	184
Figura 28 - Charge a dominação da mulher	186
Figura 29 - Capa boletim UOO - relações afetivas	187
Figura 30 - Folder da Rede UOO	193

Figura 31 - Capa Revista UOO	194
Figura 32 - Capa <i>Cuadernos de Existencia Lesbiana</i>	209
Figura 33 - Capa Cuadernos de Existencia Lesbiana - Deusa Inanna.....	216
Figura 34 - Primeira edição <i>Marea Alta</i>	221
Figura 35 - Charge a ola de cambios	223
Figura 36 - Charge a agenda política de 1992	225
Figura 37 - Movimento autonomista do Chile.....	228
Figura 38 - Última edição de <i>Marea Alta</i>	231
Figura 39 - Primeira edição de <i>Puntada con Hilo</i>	234
Figura 40 - Capa - educación para la libertad o el sometimiento?	234
Figura 41 - Última edição de <i>Puntada con Hilo</i>	234
Figura 42- Autonomia do feminismo brasileiro	234
Figura 43 - Charge diálogo entre Freud e Marx	234
Figura 44 - lenguaje de las XX y el lenguaje de las XY	234
Figura 45 - Escuderia Autónoma.....	234

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ALMA - Asociación para la liberación de la Mujer Argentina
ATEM - Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de noviembre”
CECF - Conselho Estadual da Condição Feminina
CHA - Comunidad Homosexual da Argentina
CIM - Centro de Informação da Mulher
CEMA - Centros de las Madres
CNNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
ELFALC - Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe
EFLAC - Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe
ENM - Encuentros Nacionales de Mujeres
ERP - Ejército Revolucionário del Pueblo
FIP - Frente de Izquierda Popular
FL - Frente Lésbica
FLH - Frente de Liberación Homosexual
FMI - Fundo Monetário Internacional
FREPASO - Frente País Solidário
GALF - Grupo de Ação Lésbico Feminista
GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes
ILGA - Internacional Gay y Lesbian Association
ILIS - Internacional Lesbian Information Service
MADEL - Mujeres Autoconvocadas para Decidir en Libertad
MEMCH’83 - Movimiento de Emancipación de las Mujeres Chilenas de 1983
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MLF - Movimiento de Liberación Femenina
MOMUPO - Movimiento de Mujeres Pobladoras
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
UOO - Um Outro Olhar
PDT - Partido Trabalhista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PST - Partido Socialista de los Trabajadores

PT - Partido dos Trabalhadores

SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual – Somos

UCR - Unión Civica Radical

UFA - Unión Feminista Argentina

UMA - Unión de Mujeres Argentina

UP - Unidad Popular

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Periodização e valores de venda do Mulherio.....	90
Tabela 2 - Periodização e valores do boletim <i>Chanacomchana</i>	107
Tabela 3 - Periodização do boletim <i>Brujas</i>	129
Tabela 4 - Periodização da revista <i>Furia</i>	147
Tabela 5 - Periodização da <i>Boletina Chilena</i>	158
Tabela 6 - Periodização dos <i>Cuadernos de la Existencia Lesbiana</i>	206
Tabela 7 - Periodização do jornal <i>Marea Alta</i>	221
Tabela 8 - Periodização e preço do jornal <i>Puntada con Hilo</i>	233

SUMÁRIO

Introdução	16
1. A antessala dos feminismos latino-americanos	34
1.1 De frente para o estado? As faces do feminismo brasileiro	36
1.2. A cultura política do feminismo argentino	49
1.3. <i>El modelito?</i> feminismo chileno em tempos autoritários e neoliberais	63
2. As tonalidades da imprensa feminista (1981-1988)	79
2.1. Entre especialistas e militantes: a imprensa feminista no Brasil	80
2.1.1 <i>Mulherio</i> : a imprensa “militante e profissional”	81
2.1.2. <i>Chanacomchana</i> : a linguagem radical da imprensa lésbica-feminista.....	99
2.2. “El feminismo tiene que estar en las calles”: a imprensa da Argentina	119
2.2.1. <i>Brujas</i> : o boletim autônomo “radical”	123
2.3. Do socialismo ao neoliberalismo: a imprensa feminista no Chile	142
2.3.1. <i>Furia</i> : a imprensa feminista, autônoma e socialista	144
2.3.2. <i>Boletina Chilena</i> : da autonomia à Onguização	157
3. Permanências e rupturas na imprensa feminista (1988-1996).....	171
3.1. As transformações na imprensa lésbico-feminista no Brasil.....	171
3.1.1. De <i>Chanacomchana</i> a <i>Um Outro Olhar</i>	172
3.1.2. “Sem o agitar de bandeiras”: outro lugar para <i>Um Outro Olhar</i>	179
3.1.3. A militância vai ao encontro do Estado e do mercado	189
3.2. <i>Cuadernos de Existencia Lesbiana</i> : a permanência da autonomia argentina....	197
3.3. A imprensa feminista chilena em ares democráticos.....	217
3.3.1. <i>Marea alta</i> : uma expressão da onguização do feminismo chileno.....	219
3.3.2 A “ousada” linguagem de <i>Puntada con Hilo</i>	231
4. De que autonomia estamos falando?	251
4.1. Os debates sobre a autonomia na imprensa brasileira	252
4.1.1. <i>Mulherio</i> : da autonomia político-partidária ao “feminismo de Estado”.....	252

4.1.2. <i>Chanacomchana</i> : a autonomia político-partidária	268
4.2. <i>Furia</i> : os paradoxos da militância feminista e socialista.....	278
4.3. <i>Brujas</i> : a defesa da autonomia em tempos neoliberais.....	288
Considerações Finais	310
Referências Bibliográficas.....	318

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1960 e 1970, o feminismo da intitulada segunda onda surgiu acompanhando os processos de luta por direitos civis e democráticos¹. Na América Latina, esse movimento emergiu em contextos muito específicos, uma vez que, nesse recorte cronológico, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai vivenciaram regimes civil-militares ditatoriais. Desse modo, muitos dos movimentos sociais de mulheres e de feministas que emergiram nesse período estiveram ligados diretamente à resistência política. Logo, é notório que grande parte dos movimentos feministas latino-americanos desse período teve um engajamento político muito efetivo, tendo sido orientada tanto por concepções em torno das questões de gênero quanto pela participação nas lutas pelo retorno democrático.

As novas bandeiras levantadas pelo feminismo da denominada segunda onda, tanto na América Latina quanto nos países europeus e norte-americanos, alteraram as paisagens mentais consolidadas, até então, em torno das noções de família, trabalho, direitos, entre outras. Stuart Hall assevera que o feminismo provocou um grande impacto em nossa contemporaneidade, seja como crítica teórica, seja como movimento social. O crítico cultural ressalta a importância desse movimento ao abrir “para a contestação política, arenas inteiramente novas da vida social”, a exemplo da família, da sexualidade e da divisão do trabalho doméstico, mas, sobretudo, ao enfatizar “como uma questão política e social” o processo de constituição dos sujeitos como “gendrados²”. Isto é, o feminismo politizou a subjetividade e as identidades masculinas e femininas.

O feminismo dos anos de 1970 também impactou a produção científica. Como argumenta a historiadora norte-americana Joan Scott, a própria área da História das Mulheres, enquanto campo de pesquisa, está diretamente relacionada com a legitimidade política do movimento feminista nas referidas décadas. A autora advoga que o feminismo fez um duplo

¹ Denomina-se de “primeira onda” do feminismo os movimentos que eclodiram entre o final do século XIX e início do XX, marcados pela luta pelo direito ao voto, à educação e à emancipação feminina. Já a “segunda onda” corresponde aos movimentos que surgiram nas décadas de 1960 e 1970 e trouxeram uma crítica mais contundente sobre as condições de vida das mulheres, bem como levantaram novos problemas. Nos anos 2000, surgem novos movimentos sociais que ampliam a concepção de gênero e questionam, especialmente, o sistema binário e as expressões pejorativas usadas para referir-se às pautas feministas e homossexuais. As “Marchas das Vadias” podem ser pensadas dentro deste novo cenário, também denominado de terceira onda do feminismo.

² HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006, p. 45.

movimento: primeiramente, ao apontar para as distintas formas de poder que perpassam o cotidiano feminino, chamou a atenção para temas que, até então, eram silenciados e considerados “tabus” por fazerem parte do universo privado; ao mesmo tempo, fez com que o espaço das mulheres e de suas experiências se tornasse campo de interesse da historiografia. Desse modo, a militância feminista sustentou que o âmbito privado não se reduzia à esfera cultural, mas era também um *locus* de poder e, conseqüentemente, um campo político.

Essa nova configuração trouxe novas experiências ao movimento, e, também, interrogações. A categoria “mulher” que, até então era utilizada tanto no âmbito político quanto nas pesquisas científicas, passou a ser questionada, sobretudo por sua real representatividade³. Isto é, em que medida o termo daria conta de visibilizar as clivagens de classe, raça, sexualidade, etnia e geração? As discussões sobre a “diferença dentro da diferença” levaram à reflexão sobre a multiplicidade de questões imersas na identidade política mulher, não sendo possível reduzi-la ao universalismo e à singularidade. Desse modo, como afiançam as historiadoras Joana Maria Pedro e Rachel Soihet,

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluam⁴.

Na América Latina, esses debates ocorreram entre os anos de 1980 e 1990, em meio à transição democrática de muitos países, mesmo período em que a política neoliberal encontrou espaço no âmbito geral e, para o que aqui nos concerne, no Cone Sul. A proposta, que já havia sido aplicada no Chile, durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet, encontrou solo fértil em países como Peru, Bolívia, México, Argentina e Brasil. Essa profunda mudança política, marcada pela diminuição do papel do Estado, foi acompanhada por uma rápida expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) e pela incorporação de alguns pontos da agenda feminista pelo Estado. Os novos regimes democráticos criaram espaços institucionais destinados à representação das “demandas femininas”, como são os casos do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM), instituído no Brasil em 1985, da *Subsecretaría de la Mujer*, criado em 1987, na Argentina, e do *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM), fundado em 1991, no Chile.

³ PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a categoria mulher?”. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

⁴ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 287.

Nancy Fraser, ao refletir sobre o reconhecimento institucional das demandas feministas realizadas, paralelamente, à adesão do neoliberalismo, questiona se seria “mera coincidência” o feminismo e o neoliberalismo “prosperarem” em conjunto ou se haveria alguma “afinidade eletiva” entre essas duas concepções políticas; tal relação, de acordo com a autora, “pode ser uma heresia, por certo, mas seria perigoso não investigá-la⁵”. A autora afirma que, certamente, “o surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava” e, nesta direção, discute que o efeito desta mudança foi a “ressignificação dos ideais feministas⁶”. Essas transformações ter-se-iam acentuado a partir das relações transnacionais que o movimento adquiriu, tornando as campanhas feministas cada vez mais “globais” e pautadas em defesas gerais, como as dos Direitos Humanos das Mulheres, e dedicando menor atenção às demandas mais específicas e regionais.

Essa nova ordem sociopolítica acarretou modificações para os feminismos. Fraser advoga que “estas campanhas intensificaram a ‘onguização’ da política feminista, alargando o vazio entre os profissionais e os grupos locais⁷”. O termo “onguização” não se refere apenas ao processo de expansão das ONGs, mas denomina as alterações estruturais que passaram a modelar essas instituições, as quais passaram a desenvolver projetos, financiados por agências de cooperação internacional, contendo, na maioria das vezes, equipes especializadas e remuneradas⁸. Esses projetos, em sua maioria, visavam a suprir as lacunas deixadas pelo Estado, fazendo com que as organizações se tornassem uma extensão dos governos neoliberais, ajustando suas práticas para áreas específicas e seus discursos às premissas internacionais.

Sonia Alvarez argumenta que o *boom das ONGs*, na América Latina, representou a promoção ativa do neoliberalismo nacional e global por meio de formas e práticas oficiais de atuação entre ONGs feministas e outros setores da sociedade civil. Logo, a imbricação das relações das feministas com o Estado, com as organizações intergovernamentais e com as instituições financeiras teria provocado profundas mudanças no campo de ação política do

⁵Para a autora, esse momento coincidiu uma crítica mais acentuada, por parte das feministas, à cultura, deixando de lado uma crítica mais contundente à economia política. Deste modo, a autora assevera que, diferente dos anos 70, “as críticas ao economicismo, ao androcentrismo, ao estatismo e ao Westfalianismo” tornam-se ambíguas e passíveis de servirem “às necessidades de legitimação de uma nova forma de capitalismo”, FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, op.cit. p. 24.

⁶ Idem, p. 23.

⁷ Ibidem, p. 27.

⁸ ALVAREZ, Sonia. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. **Development**, n. 52, Vol. 2, 2009.

feminismo⁹. Alvarez advoga que a “institucionalização” das pautas feministas teria suscitado um embate dentro do movimento e amenizado a crítica social no que concerne às questões de gênero. Ou seja, a institucionalização da agenda feminista pelas ONGs, pelo Estado e mesmo pela academia teria um efeito inverso na militância, tornando-a menos radical. A autora advoga que muitas militantes, que outrora defenderam a autonomia dos movimentos frente ao Estado e aos partidos políticos, passaram a ocupar cargos em espaços institucionais ou em ONGs, afirmando que desse modo seus discursos e práticas de transformação alcançariam cenários socioculturais e políticos mais amplos.

Frente a esse cenário, vozes críticas perguntaram sobre a capacidade de autonomia de suas integrantes e a eficácia de seus projetos na transformação da realidade feminina. Além disso, questionou-se se esse novo campo de atuação não provocaria uma substituição da militante pela “profissional de gênero”, ou seja, a nova conjuntura teria tornado as ativistas em “especialistas” em determinados campos de gênero, provocando uma atuação mais “profissional” e menos “militante”. Desse modo, interrogava-se se o terreno do movimento autônomo – independente de qualquer vínculo institucional – cederia, aos poucos, espaço para uma articulação majoritária entre as ONGs, os órgãos criados pelos novos Estados democráticos, os fundos de financiamento e a sociedade civil. Isto é, a organização autônoma deixaria de ser o campo político do feminismo?

Alvarez afiança que a crítica advinha do receio de que o feminismo privilegiasse as arenas estatais e internacionais de atuação em detrimento dos projetos de transformação cultural das representações predominantes de gênero, promovidas por meio das mobilizações de base. A autora avalia que, para essa vertente crítica, o “perigo [...] é o de que a dimensão ética-cultural do projeto fundador de transformação feminista possa ser esquecida por um número crescente de feministas e ignorado (e finalmente silenciado) por instituições políticas, econômicas e culturais dominantes¹⁰”.

⁹ Idem, p. 176. Nesse artigo, a autora faz uma revisão do processo de *Onguização*, visando a romper com as dicotomias sobre o papel das ONGs na América Latina, especialmente sobre o discurso que considerou tais instituições como “anti-feministas”. Desse modo, analisa as diferenças entre as ONGs que apenas executam e as que propõem projetos, bem como a própria produção discursiva dessas instituições, indicando, com isso, a possibilidade de encontrar resistências e mobilização dentro desses campos. O artigo ressalta o papel das ONGs feministas, cujas atuações, em diferentes arenas, teriam sido obscurecidas pela crítica à institucionalização do movimento. Observa, ainda, como muitos governos latino-americanos, no século XXI, estavam com um posicionamento crítico ao papel das ONGs, sobretudo no que tange à defesa dos Direitos Humanos das Mulheres.

¹⁰ ALVAREZ, Sonia. “A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio”. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 414.

Verónica Montecinos argumenta que o novo panorama da América Latina democrática, permeado pela crise da dívida externa, dos altos níveis de desigualdade social e das severas restrições impostas pelas transformações na economia internacional, abriu caminho para a constituição dos *technopols*, isto é, “economistas com pós-graduação em universidades estrangeiras, que [...] se dedicaram a promover os prospectos da democracia na região¹¹”. Para a autora, *technopols* e grupos organizados de mulheres concordam que as velhas práticas e doutrinas políticas necessitavam de criatividade, a fim de conseguir abranger e atingir o campo político. Para ela, essa combinação encontrou apoio e cooperação das propostas de financiamento estrangeiro e de muitos grupos políticos, chocando-se com as antigas propostas das feministas. Assim, muitas feministas passaram a acusar essas agências de cooptar ou ignorar grupos de militantes, culpando-as “por assumirem uma tendência tecnocrata que aumenta a distância entre as mulheres da classe trabalhadora e aquelas com credenciais profissionais adequadas para competir com sucesso na obtenção de financiamento estatal¹²”.

Mary Garcia Castro também corrobora as argumentações anteriores ao afirmar que os parâmetros neoliberais, a exemplo da diminuição dos gastos dos Estados e das privatizações, afetaram de forma singular as mulheres¹³. Apesar disso, a autora avalia que, considerando o feminismo enquanto movimento organizado em defesa dos direitos das mulheres – incluindo aqui os intitulados institucionalizados e de perspectiva liberal ou aqueles que se limitam às reivindicações setoriais – há de se constatar a contribuição deste na inclusão de elementos desestabilizadores nas diferenças assimétricas construídas em torno dos papéis sexuais sociais.

Veronica Schild, apesar de não refutar a influência da onguização e das medidas neoliberais sobre o feminismo, interroga, tomando como base as análises de Fraser, em que medida esse modelo se aplicaria à América Latina. A autora adverte que, além do feminismo da segunda onda não ser homogêneo, apresentando diferentes vertentes e cisões, a experiência própria da latino-américa “complicaria ainda mais o quadro”, afinal,

¹¹ SCHILD, Verónica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 11, Vol. 2, jul-dez, 2003, p. 365.

¹² Idem, p. 367.

¹³ CASTRO, Mary Garcia. Mujer y feminismo en tiempos neoliberales en América Latina: balance y utopías de fin de década ecos de Brasil. Latin American Studies Association, **XXI International Congress Chicago**, Illinois, 1998. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/lasa98/garciacastro2.pdf>>. Acessado em: 05/05/2019.

Os movimentos feministas que emergiram na região não eram meramente imitativos das experiências norte-americanas; frequentemente combinaram reconfigurações de correntes pré-existentis – socialistas, anarquistas, católicas, liberais – com tradições de ativismo, pesquisa e intervenções culturais que remontam ao século XIX. A América Latina é certamente uma abstração em si própria, uma forma abreviada de uma ampla variedade de experiências e tendências sub-regionais¹⁴.

Assim, a autora pondera que, apesar de partilhar da dinâmica neoliberal e do processo de institucionalização, tanto pelas ONGs quanto pelo Estado, as especificidades locais, bem como as experiências anteriores dos movimentos, podem imprimir gradações diferentes a esse arranjo; isto é, apesar de partilharem de cenários comuns, os feminismos latino-americanos podem ter dado respostas diversas a esses processos, devido, justamente, às especificidades locais.

Com o intuito de examinar tais questões, esta pesquisa pergunta se a adoção da política neoliberal, ao lado do processo de onguização e da construção de políticas públicas de gênero pelo Estado – cenários que foram partilhados pelos países latino-americanos – provocou alterações no movimento feminista do Brasil, da Argentina e do Chile. Com isso almejamos compreender as possíveis imbricações entre o que era considerado como engajamento político ou militância autônoma e o que passou a ser designado por “profissionalização de gênero”. O escopo teórico apresentado aponta-nos indícios de que a tônica e a militância dos feminismos na América Latina foram alteradas, porém, também nos dá pistas de que esse processo não foi homogêneo e apresentou singularidades. Desse modo, buscamos construir uma pesquisa empírica e comparativa capaz de averiguar as ações concretas que se desenvolveram *pari passu* às mudanças no plano epistemológico.

Apresentamos, então, a hipótese de que a recepção e as formas de adesão a esses novos signos sociopolíticos não foram homogêneas nos três países e, diante disso, investigamos como os movimentos feministas tangenciaram essa nova conjuntura, observando se houve uma ressignificação das demandas intrínsecas aos movimentos feministas latino-americanos, reorientando-as em direção divergente ao novo quadro dominante, ou, ao invés disso, se essas demandas foram substituídas, negociadas e transformadas a partir desses novos elementos. Questionamo-nos, ainda, se esses processos foram lineares ou se tiveram outros contornos próprios a partir das especificidades políticas, econômicas e sociais de cada país.

¹⁴ SCHILD, Verónica. Feminismo y neoliberalismo na América Latina, **Revista Nueva Sociedad**, edição em português, 2017, p. 102.

Para tanto, analisaremos a imprensa feminista editada nos três países entre 1981 e 1996. O recorte cronológico permite observar tanto as transformações políticas e econômicas presentes nesses países quanto as discussões sobre a autonomia do movimento feminista durante os Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe (EFLAC). O primeiro ocorreu em 1981, em Bogotá, na Colômbia, onde a “autonomia foi considerada a pedra fundamental da identidade feminista latino-americana”. De acordo com Alvarez, Friedman e Beckman, ainda que as mulheres buscassem fazer alianças em torno de suas demandas, o ideal de autonomia era reivindicado em relação aos partidos políticos, ao Estado, às agências de cooperação internacional e, inclusive, em relação a outros movimentos sociais¹⁵. Maria Lygia Quartim de Moraes assevera que o patriarcado presente nas esferas políticas fez com que as latino-americanas defendessem a autonomia do movimento e a criação de instituições verticais, sem hierarquias ou monopólios¹⁶. Assim, na primeira metade da década de 1980, as feministas, receosas de que suas demandas fossem cooptadas ou instrumentalizadas por tais instituições, criaram discursos políticos que visavam a salvaguardar a independência da militância, especialmente em relação aos partidos políticos.

Com os novos Estados democráticos, a autonomia, como base do movimento feminista, foi ganhando novos sentidos e, ao mesmo tempo, perdendo centralidade durante os encontros transnacionais. Contudo, durante o VI EFLAC, realizado em 1993 em Costa del Sol (El Salvador), a questão voltou a ser foco de atenção de parcela das feministas. Esse fato eclodiu durante o VII EFLAC, realizado em Cartagena, no Chile, em 1996, quando as discussões foram orientadas por três distintas alas, a saber: a “institucionalizada”, correspondente à agenda das integrantes que atuavam em órgãos estatais ou em ONGs; a “autonomista”, composta por coletivos que nos últimos anos tinham fortalecido o discurso de independência do movimento frente às instituições e aos financiamentos, e, por fim, uma posição intermediária, “*ni a unas ni a otras*”, que tecia uma crítica ao processo de institucionalização, mas ponderava sobre o impacto dos financiamentos na militância. Portanto, tomamos como recorte cronológico esse período correspondente às transformações no campo político e social dos três países, marcado por disputas e ressignificações da concepção de autonomia.

¹⁵ ALVAREZ, Sonia, FRIEDMAN, E, BECKMAN, E et.al. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, n. 11, vol. 2, jul./dez, 2003, p. 545.

¹⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim. **Feminismo, Movimento de Mulheres e a (Re) construção da Democracia em três países da América Latina**. Primeira Versão 121, Campinas: IFHC/UNICAMP, 2003.

Para realizar nossa análise, foram escolhidos periódicos expressivos no cenário feminista dos três países, priorizando publicações com coleções completas, o que nos permitiria realizar uma análise mais minuciosa. No Brasil, a pesquisa debruçou-se sobre o jornal *Mulherio*, os boletins *Chanacomchana* e os periódicos da Rede *Um Outro Olhar*. O primeiro foi editado entre 1981 e 1988, por iniciativa das pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas em São Paulo, e contou com financiamentos internacionais para suas edições. Sua coleção completa está disponível na plataforma *online* da Fundação Carlos Chagas. Já o *Chanacomchana* teve doze edições publicadas entre os anos de 1981 e 1987 pelo Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), em São Paulo. Em 1987, o grupo alterou o nome da publicação para *Um Outro Olhar* (UOO) e, em 1990, instituiu-se como ONG homônima ao boletim. A partir de 1993, a publicação foi substituída pela edição de uma revista com o mesmo nome¹⁷.

No que se refere à produção argentina, foram escolhidos os boletins *Brujas* e o *Cuadernos de la Existencia Lesbiana*. O primeiro iniciou suas publicações logo após a redemocratização da Argentina, em 1983, sendo editado pela *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer* (ATEM) “25 de noviembre”, fundada em 1981. Por sua vez, *Cuadernos de la Existencia Lesbiana* foi publicado pela primeira vez em 1987 por militantes lésbica-feministas e seguiu sendo editado até 1996, em um total de dezessete números¹⁸.

Em relação aos periódicos chilenos, selecionamos a revista *Furia*, editada pela *Asociación de Mujeres Socialistas* entre os anos de 1981 e 1984, com seis números publicados, e o *Boletina Chilena*, editado pelo *Movimiento de Emancipación de las Mujeres Chilenas* (MEMCH'83), que publicou quatorze números entre os anos de 1984 e 1987. Por

¹⁷ Esses periódicos não foram encontrados, em sua totalidade, em arquivos públicos. Encontramos alguns números do *Chanacomchana* no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas, e cinco exemplares digitalizados da Revista UOO no acervo *online* do Centro de Documentação Vergueiro. Hodiernamente, o acervo digital Bajubá, sobre a memória do movimento LGBT, também disponibiliza alguns números digitalizados do *Chanacomchana*. Para nossa pesquisa, entramos em contato com Miriam Martinho, que fez parte do corpo editorial de ambos os projetos, e solicitamos visitar o arquivo da Rede Um Outro Olhar, o que não foi possível. Todavia, conseguimos adquirir, com Marinho, cópias dos boletins *Chanacomchana* e *Um Outro Olhar*, além de originais da revista homônima, impressa até 2002.

¹⁸ Para acessar a coleção completa de *Brujas*, pesquisamos os acervos da biblioteca do Instituto Interdisciplinário de Estudios de Género, da Universidad de Buenos Aires, do Centro Cultural Tierra Violeta e do Centro de Documentación y Investigación de la Cultural de las Izquierdas (CeDInCI), todos localizados em Buenos Aires. Também encontramos exemplares na coleção *Mujeres y Género* do Archivo Nacional de Chile, em Santiago. Todos esses arquivos públicos foram de suma importância para a realização desta pesquisa. Já as edições de *Cuadernos de Existencia Lesbiana* foram reunidas em um material organizado pela *Librería de las Mujeres*, em Buenos Aires, onde conseguimos adquirir uma cópia. O blog “Potencia Tortillera” também foi de fundamental importância para a pesquisa sobre o movimento lésbico na Argentina, pois reúne em sua plataforma *online* uma série de documentos relativos à história das agremiações lésbicas argentinas.

fim, analisamos os jornais *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, publicados em Santiago na década de 1990, em um total de trinta edições. O primeiro circulou entre os anos 1991 e 1994, e o segundo, entre 1994 e 1997¹⁹. Todas as publicações encontram-se disponíveis na coleção *Mujeres y Género*, no Archivo Nacional, em Santiago, Chile²⁰.

Alguns desses periódicos foram objetos de estudos tanto na História quanto em outras áreas das Ciências Humanas. A maior parte das produções existentes aborda a ligação destes à história do feminismo local ou à participação dos movimentos sociais na redemocratização da América Latina. É exemplar do primeiro caso a tese de Patrícia Lessa, intitulada “*Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades*”, que mapeia representações escritas e imagéticas produzidas pelas lésbicas brasileiras, dentre as quais figuram os jornais *Chanacomchana* e o boletim UOO²¹. Igualmente, destaca-se a dissertação de Elizabeth Cardoso, a qual se debruçou sobre a análise das principais mudanças discursivas da imprensa feminista no Brasil após 1974²². A dissertação de Carolina Maia, “*Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*”, defendida na Antropologia, discute a constituição das redes de mulheres lésbicas, bem como a circulação das publicações voltadas para esse público, tomando como uma das fontes de análises os periódicos editados pelo GALF e pela Rede UOO²³. No que diz respeito ao segundo caso, podemos destacar a contribuição do artigo de Paula Torricellas, que versa sobre a participação da ATEM, fundadora da revista *Brujas*, na luta pela redemocratização da Argentina²⁴, e a pesquisa de Carmen Torres, que aborda a participação da imprensa alternativa na redemocratização chilena, dando ênfase à revista *Puntada con Hilo*²⁵.

¹⁹ Joana Maria Pedro e Karina Woitowicz, no artigo “O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo”, publicado pela revista **Espaço Plural** (Unioeste), em 2009, trazem uma sucinta análise a respeito das reivindicações feministas no Brasil e no Chile. As autoras tomam como fontes os periódicos que circularam nos dois países, entre eles *Mulherio* e *Marea Alta*. Porém, a pesquisa trata de um mapeamento de tais periódicos e não se debruçou sobre as questões propostas por nossa pesquisa.

²⁰ Esse acervo, organizado recentemente, conta com um vasto *corpus* documental sobre a imprensa feminista nacional e latino-americana e foi imprescindível para o acesso às fontes. Igualmente, a página virtual “Memoria Chilena” foi essencial para o acesso a materiais e bibliografias sobre a história do feminismo no país.

²¹ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades**. Tese de doutorado, Departamento de História, Universidade de Brasília, 2007.

²² CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (USP), 2004.

²³ AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

²⁴ TORRICELLA, Paula. La revista Brujas, militância feminista en democracia. **Entrehojas: Revista de Estudios Hispánicos**, vol. 3 Iss. 1, art. 9, 2013.

²⁵ TORRES, Carmen. El Siglo de las Mujeres. Chile: **Isis internacional, Ediciones de las Mujeres** n. 28, 1999.

Há também as pesquisas que realizaram análises comparativas sobre a imprensa feminista latino-americana, como a de Ana Maria Veiga, que investigou a circulação de discursos e informações por meio da imprensa feminista, entre os anos de 1970 e 1985, e tomou como fontes os periódicos *Mulherio* e *Brujas*²⁶. Ambas as publicações também estiveram presentes na análise de Joana Vieira Borges, que examinou a circulação de leituras e ideias feministas entre os anos de 1960 e 1980²⁷. Nesse campo também figura o trabalho de Cintia Lima Crescêncio, que examinou a produção do humor gráfico, expresso em publicações feministas latino-americanas entre os anos de 1975 e 1988²⁸. Esses trabalhos ofertam um profícuo diálogo com nossa pesquisa, porém, diferente de nosso exame, não têm como objetivo compreender o processo de institucionalização e as mudanças em relação à autonomia do movimento.

Como podemos observar, a imprensa feminista é uma importante fonte para os estudos que visam a compreender tanto o engajamento político local e transnacional quanto a circulação de ideias e a constituição de redes de militância. Michelle Perrot assevera que, a partir de meados do século XIX, as feministas europeias e de outros países ocidentais, cientes do papel que a imprensa ocupava na opinião pública, tomaram a imprensa como palco central de suas reivindicações. A historiadora avalia que, diferente dos periódicos voltados para as questões “femininas”, essa imprensa é engajada e trouxe à tona temas como o direito das mulheres ao trabalho, a igualdade salarial, a formação de cooperativas e, claro, o voto. Ainda em suas considerações, afirma que “essa primeira imprensa feminista é muito original, não somente por seu conteúdo, mas também por sua apresentação. Além do uso antipatriarcal do patronímico, abre uma ‘tribuna das leitoras’, que suscita muito interesse e manifesta a vontade de criar uma rede²⁹”.

Tendo em vista nosso recorte cronológico, Maria Helena Capelato ressalta a importância das fontes impressas para a realização de estudos sobre a História do Tempo Presente. Segundo a autora, por muito tempo houve a recusa, por parte dos historiadores, do estudo dos temas relacionados ao contemporâneo, bem como da imprensa como fonte válida,

²⁶ VEIGA, Ana M. **Feminismo em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1975-1985). Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

²⁷ BORGES, Joana V. **Trajetórias e Leituras Feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

²⁸ CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

²⁹ PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008. É importante salientarmos que na América Latina há, também, uma imprensa feminista engajada desde o século XIX.

julgando-a como “subjetiva e superficial”, o que não permitiria o conhecimento dos fatos históricos de forma objetiva³⁰. No entanto, a historiadora afirma que a imprensa é um instrumento relevante não apenas como fonte, mas, principalmente, como objeto de estudo do passado recente, posto que permite ao historiador compreender os jogos e interesses sociais e políticos refletidos no discurso dos periódicos³¹.

Ainda nesse campo de reflexão, Regina Crespo salienta a importância da análise da imprensa enquanto produção cultural e política, uma vez que ela reflete as tensões, os posicionamentos políticos e os anseios dos grupos, bem como suas perspectivas ideológicas³². Portanto, ao interrogar tais documentos, é preciso, como pondera a autora, explorar os critérios que levam à hierarquização dos espaços de publicação, os temas que têm mais relevância, como se organizam os textos, bem como quem produziu e decidiu sobre os artigos. A historiadora Tania de Luca também reflete sobre a potencialidade do uso das fontes impressas, destacando a relevância que elas podem assumir para a compreensão dos papéis sociais atribuídos às mulheres na sociedade e das transformações ocorridas em torno das relações sociais, da família e da imagem da mulher, entre outras. Não obstante, a autora alerta para a necessidade de historicizar a materialidade dos impressos. Ou seja, como os periódicos expressam valores que se pretendem difundir, faz-se imperativo averiguar as condições de produção vigentes, os temas escolhidos, os responsáveis pela linha editorial, a escolha do título e dos textos programáticos que “dão conta das intenções e expectativas”, assim como interrogar “sobre as ligações cotidianas com os diferentes poderes e interesses financeiros³³”.

Algumas das fontes analisadas neste trabalho foram editadas por militantes de movimentos sociais engajadas na defesa dos projetos feministas ou lésbico-feministas. A

³⁰ CAPELATO, Maria H. R. Imprensa como fonte para a História do Tempo Presente. In: FERREIRA, M. M.; DELGADO, L. A. (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro (RJ): FGV Editora, 2014.

³¹ Na década de 1970, Maria Ligia Prado e Maria Helena Capelato realizaram suas pesquisas de mestrado sobre *O Estado de São Paulo*, no período entre 1920 e 1930. A pesquisa foi publicada com o título de “*O bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*”, pela editora Alfa-Ômega, em 1980. De acordo com Capelato, apesar das ressalvas de muitos historiadores em relação à fonte, o trabalho foi considerado inovador ao propor um estudo sobre a intitulada “imprensa tradicional” e destacar o periódico como um agente importante na vida política do país. CAPELATO, Maria Helena. “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o Historiador”. In: PRADO, Maria L.; VILAÇA, Mariana (Org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

³² CRESPO, Regina. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary, FRANCO, Stella M. S. (Org.). **Cadernos de Seminário de Pesquisa**, v. 2. São Paulo: Humanitas, 2011.

³³ LUCA, Tania. História nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 140.

respeito dessas especificidades do contexto de produção dos periódicos, vale observar as considerações de Tania de Luca sobre a imprensa operária:

Agora não se tratava mais de lidar com jornais de cunho empresarial, capazes de influenciar a vida política, mas de manejar folhas sem periodicidade ou número de páginas definidas, feitas não por profissionais, mas por militantes abnegados, [...] impressas em pequenas oficinas, no formato permitido pelo papel e máquinas disponíveis, sem receita publicitária e que, no mais das vezes, contava com subscrição dos próprios leitores para sobreviver.³⁴

Essa particularidade, característica da imprensa intitulada “alternativa”, também nos é imperativa, haja vista que nem todas as nossas fontes podem ser lidas sob esse quadro. Entre os periódicos selecionados, há aqueles que foram editados a partir de movimentos sociais e autofinanciados, mas também, os que foram publicados por meio de ONGs ou por um processo híbrido. Desse modo, a análise das fontes permite-nos enveredar pelos processos de institucionalização do movimento em cada país, bem como avaliar as transformações nessa imprensa a partir dos projetos editoriais financiados ou autofinanciados.

Independente do aporte financeiro ou do autofinanciamento, nossas fontes estão inseridas na intitulada “imprensa alternativa”, seja por se afirmarem como forma de resistência aos regimes políticos autoritários vigentes, como no caso do Chile, seja por se contraporem aos modelos sociais e culturais instituídos³⁵. Portanto, ao empregarmos a concepção de “alternativa”, fazemos referência à imprensa que se propunha a ser um canal de debate político e cultural para as mulheres, opondo-se aos modelos tradicionais de comunicação voltados para o público feminino, os quais muitas vezes endossavam um determinado comportamento a ser seguido; isto é, nossa pesquisa debruça-se sobre periódicos com fins políticos e sociais, não meramente comerciais ou de tendências femininas.

³⁴ Idem, p. 119.

³⁵ Apesar de na historiografia os termos “alternativa” e “nanica” serem utilizados para definir a imprensa ligada aos movimentos sociais, essas formulações não são consenso no campo jornalístico e há um vasto debate sobre a precisa definição desse tipo de imprensa, ora chamada de alternativa, ora de nanica ou ainda de política. Segundo Sérgio Caparelli, a imprensa nanica caracteriza-se por ser uma instituição pequena e ter uma baixa tiragem, o que não implica uma organização menos complexa. No que tange à imprensa alternativa, o autor assevera que ela pode ser entendida como parte do contexto da resistência, seja em relação à censura imposta por um regime político, seja em relação à imprensa oficial constituída enquanto aparelho ideológico do Estado, podendo, também, atuar na contramão dos meios de comunicação tradicionais, oferecendo um novo modelo que foge dos grandes monopólios. Desse modo, tal imprensa caracterizar-se-ia por ter “tiragem reduzida, repercussão reduzida – apenas no âmbito da cidade onde é editado, falta de esquema empresarial, trabalho semi-artesanal, ausência de suporte financeiro adequado e inexistência de anúncios oficiais”, o que não é ilustrativo de todos os periódicos analisados por nós. CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus Editorial, 1986. KLEIN, Política e jornalismo na imprensa alternativa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. III, n 1, 1º sem., 2006, p. 47.

Para realizarmos a análise do *corpus* documental, tomamos como referencial teórico-metodológico as premissas da História do Tempo Presente, da História Comparada, dos Estudos de Gênero e da História Política Renovada. O campo da História do Tempo Presente institucionalizou-se em 1978, com a criação do *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP). Até então, apesar de haver pesquisas que se dedicaram a compreender os eventos contemporâneos, a exemplo das grandes Guerras Mundiais, havia uma recusa à aceitação desse viés temporal como objeto plausível de análise historiográfica. A partir da criação do IHTP, seminários e produções bibliográficas colaboraram para o debate e as reflexões, sobretudo no que tange à concepção própria de História do Presente.

De acordo com Agnès Chauveau e Philippe Tétart³⁶, esse movimento abriu espaços para as análises sobre o contemporâneo, especialmente para o terreno do político, área em que é notória a contribuição do volume organizado por René Rémond, *Pour une histoire politique*, em 1988. Destarte, como assegura o historiador Jean-Pierre Rioux, o IHTP surgiu com a missão de refletir sobre a própria concepção de História do Presente e discutir epistemologicamente por que o presente pode ser objeto da História³⁷. Assim, como endossa o historiador Henry Rousso, a História do Presente investiga um passado não muito distante do próprio historiador, “com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua³⁸”.

Obviamente, por essa proximidade em relação ao próprio produtor do conhecimento, esse campo metodológico sofreu severas críticas. Entre as preocupações centrais, encontram-se o risco da falta de rigor metodológico tanto no que se refere ao distanciamento em relação às fontes quanto no que se refere ao estabelecimento de fronteiras que separariam o campo da História do efêmero e do imediato. Chauveau e Tétart respondem a essas inquietações argumentando que o historiador do presente deve “abstrair-se o mais completamente possível das interferências ideológicas e da subjetividade, estudando e procurando apreender seu objeto além de uma acepção puramente histórica”. Roger Chartier, na contramão do primeiro obstáculo colocado à História do Presente, assevera que o pesquisador, sendo contemporâneo de seu objeto, partilha com aqueles que constroem a história as mesmas categorias e os mesmos referenciais. Portanto, avalia que a ausência de distanciamento “pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental

³⁶ CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

³⁷ RIOUX, Jean-Pierre. RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

³⁸ ROUSSO, H. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.1, nº1, p. 201-216, jan-jun, 2009.

intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história³⁹”. Como é advogado por Chauveau e Tétart, esse caminho metodológico consiste em interrogar a História a fim de propor novos dados e caminhos que aumentem sua capacidade de explicitação dos acontecimentos.

Ao lado desse aporte metodológico, esta pesquisa recorrerá às referências teóricas da História Comparada. Esse viés historiográfico, como afirmou Marc Bloch, traz significativas contribuições para se pensar as similitudes entre os fatos observados e as dessemelhanças entre os meios em que foram produzidos. Por isso, o autor chama a atenção para a importância de estudar sociedades “vizinhas e contemporâneas” que possam ter partilhado eventos comuns, as quais podem, paralelamente, ter influenciado umas às outras, justamente por sua proximidade e sincronia às causas e às questões que podem remontar a uma origem comum. Assim, Bloch assevera que, ao escolhermos como objeto sociedades diferentes, mas que, a um primeiro olhar, apresentam similitudes, os pressupostos da análise comparativa nos permitem “descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar uma e outra⁴⁰”. O historiador John Elliott também afiança que o esforço em construir uma história comparativa é estimulante ao propiciar a constituição de novas hipóteses e romper com as fronteiras de uma historiografia especializada⁴¹.

Nesse mesmo caminho reflexivo, Maria Ligia Prado advoga que a História Comparada é rica para o levantamento de novas questões e de novos problemas, permitindo, ainda, pôr em dúvida eventos que pareciam dados como processos contínuos e análogos. Especialmente no que se refere à história da América Latina, Prado demonstra essa potencialidade de análise ao argumentar que, mesmo nos anos de 1960 e 1970, quando os países latino-americanos partilharam da experiência de regimes autoritários, a historiografia não encontrou o mesmo comportamento político ou a “consciência de classe” do proletariado europeu esperada pelos pesquisadores⁴². De igual maneira, Eni de Mesquita Samara asseverou sobre a necessidade de cruzarmos os aspectos sociais, culturais e políticos quando nos propusermos a tecer um estudo comparativo a respeito das mulheres latino-americanas. Dessa maneira, segundo a autora, seria possível “realizar estudos comparativos que vão anuçar as diferenças, mas, ao mesmo

³⁹ FERREIRA, Marieta. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, n° 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

⁴⁰ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Mélanges Historiques**, T.1, Paris, S.E.V.P.E.N, 1963.

⁴¹ ELLIOT, John. **España en Europa: estudios de Historia Comparada**. Valencia: Universidad de Valencia, Servei de Publicacions, 2003.

⁴² PRADO, M. L. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História** (USP), v. 153, p. 11-33, 2005.

tempo, realçar e permitir o entendimento dos pontos comuns das ‘identidades femininas’⁴³. Todavia, assim como a História do Presente, essa premissa metodológica passou por críticas, sobretudo ao lidar com fronteiras nacionais e, a partir daí, construir teias comparativas. Portanto, como asseguram os autores, essa perspectiva teórica exige cautela e rigor metodológico.

Notoriamente, esta pesquisa também dialoga com os estudos de gênero e toma como base as prerrogativas apresentadas por Joan Scott em seu artigo *Gender: a useful category of historical analysis*⁴⁴. Nele, a autora assegura que, antes mesmo de ser entendida como uma categoria, “gênero” já era vislumbrado por outras pesquisadoras, indicando uma rejeição ao determinismo biológico e apontando para os aspectos relacionais das definições normativas de feminilidade⁴⁵. Tomando como base os estudos pós-estruturalistas, especialmente as análises de Michel Foucault sobre a sexualidade, Scott afiança que a categoria “gênero” serve para indicar as construções sociais, isto é, “a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado⁴⁶”.

Sendo assim, tomamos o conceito de gênero como categoria analítica para compreender as construções sociais de gênero ao longo do tempo, bem como os processos que tentaram subverter tais constituições dadas como intrínsecas ou naturais. A História Política

⁴³ SAMARA, E. M. “O Discurso e a Construção da Identidade de Gênero na América Latina”. In: SOIHET, R., MESQUITA, E, MATOS, M.I. (Org). **Gênero em Debate: Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea**. Bauru, SP: EDUCS, 1997.

⁴⁴ Esse artigo foi publicado pelo *The American Historical Review*, em dezembro de 1986. No Brasil, o texto foi traduzido e publicado pela primeira vez em 1990, na *Revista Educação & Realidade*, vol. 15, n. 2. Esta versão foi uma tradução do artigo publicado em francês, realizada por Guacira Louro. Em 1995, houve uma revisão da tradução, a partir do original em inglês, a qual foi publicada também pela mesma revista. (*Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99). Um ano antes, em 1994, Marisa Corrêa, uma das pioneiras dos estudos de gênero no Brasil, traduziu e publicou o prefácio do livro *A Gender and Politics of History*, na edição de número três dos **Cadernos Pagu**, da Universidade Estadual de Campinas. Este artigo trouxe importantes contribuições para o debate metodológico dos estudos de gênero no campo da História Social. SCOTT, Joan Wallach: **Gender and politics of history**. Columbia University Press, N.Y., 1988; Prefácio a *Gender and Politics of History*, **Cadernos Pagu**, n. 3, 1994, p. 11-27.

⁴⁵ Podemos citar o exemplo de Simone de Beauvoir, em *Le Deuxieme Sexe*, publicado em 1949, no qual a autora afirma que nenhuma mulher nasce mulher, mas sim tornar-se a partir das expectativas e construções sociais. Do mesmo modo, em 1975 Gayle Rubin publicou o capítulo intitulado “The Traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex”, que explora as relações que transformam uma “fêmea” da espécie humana em “uma mulher domesticada”. RUBIN, Gayle. *The Traffic in women: notes on the “political economy” of sex*. In: REITER, R (ed.) **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press: 1975.

⁴⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, op.cit., p. 81.

Renovada⁴⁷ também traz importantes contribuições para nossa pesquisa. Como assevera Lola Luna, a história política renovada é de suma importância no campo dos estudos sobre o cotidiano feminino, pois nos auxilia a entender as transformações provocadas pelas reivindicações em todos os âmbitos da vida social e política. A autora afiança que as lutas das mulheres, a exemplo do feminismo, são de natureza política, uma vez que todas elas produziram resultados de caráter político, isto é, “[...] cambios en las leyes y en las instituciones, nuevas legislaciones e instancias específicas con programas propios para resolver sus problemas y lo que es más importante: cambio en las mentalidades y en la vida cotidiana⁴⁸”. Tais movimentos, ao exporem as formas de exclusão e subordinação das mulheres e moverem campanhas e conquistas no campo político, podem ser pensados à luz das questões de gênero e da constituição de novas culturas políticas, uma vez que “implican una revisión radical de los valores, creencias e ideologías dominantes, además de ser una expresión importante de formas de sociabilidad política⁴⁹”.

Tendo em vista esses referenciais metodológicos, no primeiro capítulo, intitulado “*A antessala dos feminismos latino-americanos*”, buscamos mapear, sumariamente, a conjuntura política, social e econômica dos três países nos anos que precederam à publicação das fontes elencadas para a pesquisa. Desse modo, tomando as indicações de Schild, buscamos compreender como estavam organizados os feminismos no Brasil, na Argentina e no Chile, bem como quais foram os caminhos delineados para a militância nos anos que precederam o retorno à via democrática. Assim, procuramos observar quais foram as condições, estabelecidas nesses países, que permitiram arranjos, concessões e estratégias, diferentes ou similares, no campo de atuação do feminismo entre os anos de 1981 e 1996. Nosso objetivo não é realizar uma análise minuciosa sobre esse período, mas evidenciar e comparar as circunstâncias que antecederam a edição dos periódicos analisados, destacando as aproximações e distanciamentos tanto em relação à conjuntura política social quanto à organização dos movimentos feministas.

⁴⁷ A grande referência no campo da História Política Renovada é o livro *Por uma História Política*, organizado por René Rémond e publicado em 1988. A obra trouxe importantes análises que alteraram a narrativa factual e tradicional da história política. Entretanto, nenhum dos capítulos discute os movimentos sociais de mulheres ou as organizações feministas dentro desse marco da história política renovada, deixando uma importante lacuna, sobretudo por ter sido editado em um período em que pesquisas realizadas pela História das Mulheres e no campo dos Estudos de Gênero já chamavam a atenção para a ampla atuação política feminina em distintos tempos históricos.

⁴⁸ LUNA, Lola G. **Los movimientos de mujeres en América Latina y la renovación de la política**. Santiago de Cali: Universidad de Valle, 2003, p. 12.

⁴⁹ Idem, p.15.

O volume do *corpus* documental, bem como sua análise, levou-nos a dividir o estudo das fontes em dois capítulos. Em “*As tonalidades da imprensa feminista (1981-1988)*”, nossa análise debruça-se sobre os periódicos brasileiros *Mulherio* e *Chanacomchana*, a publicação argentina *Brujas* e, por fim, os chilenos *Furia* e *Boletina Chilena*. Esse conjunto documental apresenta projetos editoriais distintos, em que alguns foram organizados por grupos autônomos, outros, por ONGs; há também os que optaram pelo autofinanciamento e os que receberam subsídios de entidades internacionais. Cabe ressaltar que, à exceção de *Brujas*, todas essas publicações saíram de circulação entre 1984 e 1988, constatação que orienta nossas interrogações sobre as mudanças ocorridas na imprensa feminista. Assim, analisamos quais foram os impactos desse arranjo tanto na materialidade das fontes, como na eleição e discussão dos temas da agenda feminista, procurando lançar luz sobre as semelhanças e as especificidades que marcaram diferentes matizes para a imprensa feminista, assim como para os processos políticos que foram delineados nos três países nesse marco temporal.

No terceiro capítulo, “*Permanências e rupturas na imprensa feminista (1988-1996)*”, analisamos as possíveis transformações na militância e no campo político do feminismo presente nos três países. Tomando como fontes o boletim e a revista UOO, do Brasil, os *Cuadernos de la Existencia Lesbiana*, da Argentina, e os jornais *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, do Chile, editados entre 1988 e 1996, analisamos as possíveis negociações, arranjos ou resistências a esse novo cenário, bem como de que maneira elas foram expressas nos referidos periódicos. Ou seja, indagamos se a Onguização, a adoção das medidas neoliberais pelos regimes democráticos e a institucionalização da agenda de gênero afetaram a tônica do feminismo. Assim, procuramos iluminar as nuances desses processos nas publicações feministas e acompanhar as transformações ou permanências ocorridas no campo político do feminismo.

No quarto e último capítulo, “*De que autonomia estamos falando*”, versamos sobre como a palavra autonomia foi discutida e/ou ressignificada frente aos contextos sociopolíticos em âmbito local e transnacional. Todavia, é importante ressaltarmos que nem todos os periódicos trataram desse tema. Sendo assim, nesse capítulo, analisamos apenas os editoriais e artigos publicados pelos periódicos brasileiros *Mulherio* e *Chanacomchana*, pelo boletim argentino *Brujas* e pela revista chilena *Furia*. Podemos observar que grande parte da discussão foi concentrada, especialmente, na década de 1980, posto que os periódicos elencados circularam nesse período. Uma vez mais, a publicação argentina é uma exceção, pois, diferente dos demais projetos editoriais, *Brujas* seguiu discutindo a autonomia do movimento, de forma ampla, por toda a década de 1990. Diante disso, buscamos interrogar o

porquê das publicações brasileiras e chilenas abrirem mão dessa discussão, enquanto ela ainda figurava como central para o periódico argentino.

1. A ANTESSALA DOS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS

A historiadora Alicia Servetto afirma que não podemos compreender o terrorismo que assolou a Argentina durante o regime militar, de 1976 a 1983, se não visitarmos a antessala⁵⁰. Partimos dessa premissa para pensarmos as publicações feministas editadas no Brasil, na Argentina e no Chile entre os anos de 1981 e 1996. No intuito de compreendermos as possíveis rupturas ou permanências no que tange à militância autônoma ou à denominada de “institucionalizada”, voltaremos nosso olhar, ainda que sucintamente, para os anos que antecederam as edições dos periódicos.

Nos três países, a década de 1970 foi marcada pela presença de regimes militares ditatoriais. Nesses anos, as medidas econômicas adotadas pelos governos autoritários, incluindo o projeto piloto neoliberal no Chile, levaram a um crescimento econômico seguido por uma crise inflacionária que afetou, sobretudo, as camadas populares. Não obstante, foram nesses anos que assistimos a reorganização dos movimentos de mulheres e a retomada do feminismo. Deste modo, emergiram grupos de mulheres ligados à carestia, à anistia e aos direitos humanos.

Notoriamente, o feminismo não data do século XX e tem uma longa trajetória, expressa, inclusive, por periódicos editados desde meados do século XIX. Na ocasião em que os pressupostos liberais difundiam-se e davam corpo aos projetos de nação, especialmente na América Latina⁵¹, surgiram movimentos abolicionistas, socialistas e democratas atestando as diversas assimetrias de classe e raça e exigindo a ampliação do conceito de cidadania. Foi no bojo desses acontecimentos que as agremiações feministas apareceram apontando as contradições de tal corrente política e reivindicando a igualdade apregoada pelo liberalismo.

⁵⁰ SERVETTO, Alicia. Memórias de la intolerancia política: las víctimas de la Tríplice A (Alianza Argentina Anticomunista). *Antítese*, UEL, vol. 1, n. 2, 2008

⁵¹ A participação das mulheres nas lutas políticas, tanto no Brasil, quanto na Argentina e no Chile, podem ser encontradas desde os processos de independência. Como ressalta Maria Ligia C. Prado, nos processos de independência dos países latino-americanos, mulheres como Maria Quitéria, Manuela Pedraza, Juana Padilla, entre outras, estiveram ao lado dos homens nas lutas de resistência aos regimes coloniais. PRADO, Maria L. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 2004. Ver também: PRADO, M. L. C., FRANCO S. M. S. “Cultura e política. Participação feminina no debate público brasileiro”. In: PINSKY, C.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. SAMARA, E. M. Mulheres que fizeram a América. *Populações- Boletim do CEDHAL*, n. 3, 1996; CAPELATO, M. H.; HOLANDA, H. B. (Org.). *Relações de Gênero: diversidades culturais na América Latina*. São Paulo/ Rio de Janeiro: EDUSP / Ed. Expressão Cultural, 1999.

Elas refutaram os argumentos que justificavam a exclusão política feminina por uma suposta natureza que lhes atribuíam características consideradas inferiores às masculinas. Luís Felipe Miguel afirma que autoras feministas ou pré-feministas do período enfatizaram a igualdade das mulheres em relação aos homens no tocante à “[...] capacidade intelectual, no potencial de contribuição para a sociedade e na virtude, contrapondo-se às visões que [...] legitimavam a inferioridade feminina como fundada numa menor capacidade natural⁵²”.

Joan Scott advoga que as feministas se contrapuseram aos discursos que usavam as diferenças sexuais, dadas como naturais, para justificar a exclusão das mulheres da vida política. Como a autora observa “[...] quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social⁵³”. Sendo assim, ainda que de forma paradoxal, o feminismo surgiu, como uma forma de protesto, buscando eliminar as diferenças sexuais na política por meio da defesa dos direitos da mulher. Assim, a identidade política feminina foi constituída, de forma estratégica, tomando por base a própria diferença sexual.

Nos três países por nós analisados, os movimentos feministas surgiram pleiteando o direito à educação, à profissão e, posteriormente, ao voto. O direito ao ensino, no entanto, não estava desassociado das funções maternas ou de esposa, pois para algumas correntes do século XIX esses papéis eram constitutivos da educação feminina. No entanto, tal recurso, estratégico ou não, fez com que muitas mulheres conseguissem o direito de frequentar os bancos escolares e de se profissionalizarem, sobretudo como professoras e jornalistas. Logo, a presença das mulheres como escritoras, jornalistas e editoras foi fundamental para a difusão dos propósitos e das ideias feministas.

À luz dessas considerações, mapearemos, de forma sumária, a conjuntura política, social e econômica dos três países nos anos que precederam as fontes elencadas para a pesquisa. Nosso objetivo é compreender os caminhos que levaram a diferentes arranjos, concessões e estratégias de atuação das feministas entre os anos de 1981 e 1996. Assim, buscamos observar quais eram as condições que possibilitaram que os projetos editoriais feministas optassem pela autonomia das publicações ou se enveredassem pelas trilhas da “institucionalização”.

⁵² MIGUEL, Luís Felipe. “A igualdade e a diferença”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 63.

⁵³ SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2002, p. 26.

1.1. De frente para o Estado? As faces do feminismo brasileiro

No Brasil, em 1964, o golpe político militar derrubou o presidente João Goulart e deu início a um longo período de ausência democrática, autoritarismo e repressão⁵⁴. A queda do governo, perpetrada pelos militares, foi apoiada por grupos de oposição política, pelos Estados Unidos e por parte significativa da classe média e de setores empresariais. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiados pelo empresariado, tiveram papel relevante na derrubada do governo democrático⁵⁵. O protagonismo das mulheres das classes média e alta, ligados à Igreja Católica, também foi relevante para a ruptura democrática. Elas formaram grupos em diversos estados do país, a exemplo da Campanha das Mulheres pela Democracia (CAMDE), fundada em 1962, no Rio de Janeiro; a Liga Democrática de Mulheres (LIMDE), em Belo Horizonte; a União Cívica Feminina (UCF), em São Paulo; a Cruzada Democrática Feminina (CDF), em Recife e, no Rio Grande do Sul, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). Essas organizações promoveram atos públicos e exerceram grande pressão política nas eleições para câmara e, posteriormente, foram atuantes na Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade, em março de 1964⁵⁶. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles:

As “organizações femininas”, assim criadas, vão colocar milhares de mulheres nas ruas para derrubar o governo do Jango. Com cartazes como: *Não à foice e ao martelo, pelo verde e amarelo ou Vermelho só é bom no batom*, poucos dias antes do golpe militar, as mulheres guiadas por padres e mulheres brancas da classe média vão às ruas em marcha exigindo a destituição do governo legitimamente eleito do João Goulart⁵⁷.

⁵⁴ João Goulart assumiu a presidência em 1961, após o presidente Jânio Quadros renunciar ao cargo. Houve uma tentativa de parcela das Forças Armadas de impedir a posse de Goulart, uma vez que este vinha das bases getulistas. Após um “arranjo constitucional”, Jango assumiu o cargo de primeiro ministro, em uma tentativa frustrada de inserir o parlamentarismo no país. Em 1962, após um plebiscito, o regime voltou a ser presidencialista. Com o golpe militar, Jango exilou-se no Uruguai e, posteriormente, na Argentina, onde morreu em 1976, mesmo ano que teve início o regime militar naquele país.

⁵⁵ Alguns pesquisadores e historiadores usam o termo “ditadura civil-militar”, justamente, para acentuar a participação, o envolvimento e a concordância dos setores civis no golpe. A respeito ver: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004; REIS, Daniel. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 31 mar, 2012; FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁶ CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009

⁵⁷ TELES, Maria Amélia A. “A insurgência do feminismo popular na ditadura militar”. In: VIEIRA, Rosângela (Org.). **Ecossistema da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2014, p. 114.

Ainda em abril de 1964, o general Castelo Branco, militar nacionalista, assumiu provisoriamente o governo com a promessa de realizar eleições indiretas para presidente. No entanto, deu início ao regime autoritário e antiliberal o qual foi conduzido por meio de Atos Institucionais (AI). Por intermédio desses, em um primeiro momento, foram cassados mandatos políticos, extinguiu-se partidos e instituiu eleições indiretas, colocando fim ao regime democrático⁵⁸. Perseguições, prisões e torturas aos opositores, especialmente os ligados à esquerda, foram consecutivos aos decretos.

Entre 1967 e 1968, momento que coincidiu com a eclosão de movimentos contestatórios no cenário internacional, assistiu-se à rearticulação de grupos estudantis e operários, sendo que esses foram responsáveis pela organização de greves em Minas Gerais e São Paulo. As manifestações operadas por esses coletivos, no entanto, foram marcadas por cenas de repressão e violência⁵⁹, especialmente após a chegada à presidência, por eleições indiretas, do General Costa e Silva. Em seu governo, Costa e Silva, por meio do AI-5, concedeu plenos poderes ao Presidente da República, instituiu a censura prévia e a intervenção em órgãos federativos, além da possibilidade de fechamento do Congresso. Com sua morte, e a negativa de permitir que o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, assumisse a presidência, a linha mais “dura” das Forças Armadas chegou ao poder na figura de Emílio Médici, aumentando ainda mais as práticas de terror de Estado, isto é, os sequestros, as torturas, as prisões e o desaparecimento de opositores.

Foi neste contexto que surgiram as guerrilhas armadas urbanas e rurais, organizadas por militantes de esquerda e alguns dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tais como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). No entanto, essas organizações tinham pouca base social, sendo compostas além dos militantes, por estudantes, intelectuais e alguns integrantes do movimento operário. Com base na “doutrina de segurança nacional” a repressão a esses

⁵⁸ Durante o regime militar foi instaurado o bipartidarismo, sendo que apenas a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido oficial dos militares, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foram atuantes na vida política.

⁵⁹ Em 1968, dois episódios envolvendo estudantes foram emblemáticos. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro, a invasão dos militares no restaurante universitário resultou na morte do estudante secundarista Edson Luís. Em São Paulo, estudantes de esquerda da Faculdade de Filosofia, Letras, Geografia, História, Matemática e Economia, da Universidade de São Paulo, que ficava na Rua Maria Antônia e estudantes de direita do Mackenzie entraram em confronto e vários universitários ficaram feridos e outros foram presos.

movimentos, especialmente a Guerrilha do Araguaia, foi intensa e centenas de militantes “desapareceram” ou foram presos⁶⁰.

No plano econômico, apesar do golpe ter sido aplicado com apoio das elites e dos Estados Unidos e, inclusive, com propostas extremamente liberais, diferente do Chile e da Argentina, as ações adotadas pelos militares não foram alinhadas ao neoliberalismo. Em um primeiro momento, diante do quadro de crise econômica, os militares adotaram medidas recessivas, voltadas para a contenção da inflação e do déficit público, sintetizadas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Ao mesmo tempo, foi proibido o direito de greve e instituído o reajuste salarial sempre abaixo da inflação. Essas intervenções não resultaram no crescimento econômico e desagradaram os setores intermediários da população que apoiaram o golpe.

Frente a esse cenário, em 1967, Delfim Neto, então professor de Economia da Universidade de São Paulo, foi nomeado para comandar o planejamento econômico do país. Em 1968, Delfim Neto lançou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), incentivando o consumo e o investimento público. Marcos Napolitano afirma que, de um lado o projeto apostou no consumo de bens duráveis pelas classes médias e, de outro, por meio de empréstimos internacionais, investiu no desenvolvimento agrícola e na construção civil por meio das intituladas “obras faraônicas⁶¹”. De acordo com o autor, esses fatos aumentaram o número de pessoas empregadas, ainda que com um salário baixo, e, conseqüentemente, houve uma singela melhoria nas condições de vida. Os efeitos do crescimento econômico foram visíveis, especialmente, no início dos anos de 1970, levando à crença do chamado “milagre econômico”. Ou seja, o pleno emprego, a liberação de créditos para empresários, a criação de

Como Napolitano observa:

É inegável que, para a imensa maioria da população pouco envolvida com a ideologia revolucionária da esquerda e sem uma opinião política muito clara e coerente, o Brasil vivia tempos gloriosos no começo dos anos 1970: pleno emprego, consumo farto com créditos a perder de vista, *frenesi* na bolsa de valores, tricampeão do mundo de futebol. Grandes obras “faraônicas” eram veiculadas pela mídia e pela propaganda oficial como exemplos de que o gigante havia despertado, como a Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a Rodovia Transamazônica. Para os mais pobres, a fartura, ainda que concentrada, fazia sobrar algumas migalhas. Era a

⁶⁰ ALMEIDA, Guilherme Bacha de. O Conselho de Segurança Nacional e a ditadura (1964-1969). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

⁶¹ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

materialização do projeto Brasil Grande Potência, o auge da utopia autoritária da ditadura, que não deixou de seduzir grande parte da população e da mídia⁶².

No entanto, como assevera o autor, o sucesso da política econômica coincidiu com os ares internacionais favoráveis. Isto porque, após o fim da II Guerra Mundial, o capitalismo mundial estava no auge, fazendo com que houvesse investidores interessados no país. Porém, o crescimento econômico brasileiro esbarrou na crise do petróleo e na alta inflacionária que impactou nas relações de importações e exportações, e, conseqüentemente, no preço dos produtos básicos. Adilson Marques Gennari afirma que, quando ocorreu o “choque do petróleo”, o sistema brasileiro de preços e pagamentos já estava vulnerável e, desde então, assistiu-se a um declínio da expansão das atividades econômicas e ao crescimento acentuado da inflação, da dívida externa e da baixa capacidade de amortização⁶³.

O declive econômico também coincidiu com mudanças significativas nas esferas política e social. Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, dando início ao “processo lento e gradual” de transição democrática. Como desdobramento desse evento, o único grupo institucional de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) conseguiu dobrar sua representação Câmara de Deputados e no Senado⁶⁴. No campo econômico, Geisel deu continuidade aos projetos desenvolvimentistas por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento, porém, necessitou fazer ajustes e cortes que impactaram no cotidiano da população, haja vista o aumento da inflação, a retração de consumo da classe média e o arrocho salarial.

Como indica Napolitano, o crescimento econômico dos anos anteriores conviveu de perto com os constantes déficits comerciais. As exportações, embora tivessem aumentado, estavam concentradas em setores de baixo valor e os produtos de maior consumo interno vinham de setores mais dinâmicos da indústria, os quais estavam nas mãos das multinacionais. Além disso, o crescimento econômico foi realizado sem distribuição de renda⁶⁵. Como assevera o pesquisador:

⁶² Idem, p. 160.

⁶³ GENNARI, Adilson M. “A economia brasileira pós 64: desenvolvimento capitalista e tragédia social”. In: VIEIRA, Rosângela (Org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**, op.cit., p. 172.

⁶⁴ De acordo com Thomas Skidmore, o número de deputados do MDB passou de 87 para 165 e o de senadores de sete para 20. Além disso, a sigla passou a controlar as assembleias estaduais do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul onde se concentrava a maioria do eleitorado urbano. SKIDMORE, Thomas. “A lenta via brasileira para a redemocratização: 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶⁵ O regime militar adotou algumas medidas compensatórias, especialmente na área rural, tais como o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), e, na parte urbana, a adoção do Fundo de Garantia. No entanto, tais ações não implicaram em políticas de distribuição de renda ou levaram a situações de equiparidade social.

Em 1970, comparando-se os números com dez anos antes, os 5% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda nacional em 9%, e detinham 36,3% da renda nacional. Os 80% mais pobres diminuíram sua participação em 8,7%, ficando com 36,8% da renda nacional. Quando a inflação voltou a subir com força, a partir de 1974 e, sobretudo, a partir de 1979, os efeitos dessa perda de renda relativa e do arrocho salarial ficariam mais patentes, gerando ampla insatisfação nas classes populares⁶⁶.

Foi neste cenário que os movimentos de mulheres emergiram na cena pública. Os primeiros grupos foram organizados nas periferias das cidades, a partir de 1973, procurando formas de enfrentar as mazelas geradas pela crise econômica. As reuniões ocorriam, especialmente, em torno dos chamados “Clubes de Mães” e das Associações de Bairros que, em sua maioria, eram apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Podemos pensar a articulação desses movimentos a partir da definição proposta por Alvarez de “maternidade militante”, que consiste no posicionamento político feminino que, na qualidade de “mães e esposas”, tentaram sanar os problemas que afetavam diretamente o seu cotidiano, como o aumento do custo de vida, a falta de creches e de trabalho. A autora advoga que esse tipo de militância esteve presente em diversos dos países latino-americanos que conviveram com o autoritarismo de Estado e com a carestia de vida. Como pontua:

Como “esposas, mães e educadoras” da família e da comunidade, as mulheres das classes trabalhadoras estão entre as mais significativamente afetadas pelo arrocho salarial, elevação do custo de vida, cortes na Previdência Social, na educação, etc. Foram as mulheres das classes populares que primeiro se rebelaram pelo “direito” de alimentar suas famílias, de ter escolas para as crianças e uma vida decente. E foi a maternidade como instituição social e, não um “instinto natural”, que motivou as mulheres a exigirem o paradeiro dos seus filhos “desaparecidos”, disseminando assim o movimento dos direitos humanos no Brasil e em outros países da América Latina⁶⁷.

De acordo com Alvarez, ainda que os Clubes de Mães e as Associações de Bairro não tivessem como foco um processo de conscientização em torno das assimetrias de gênero, raça ou classe, ofertaram um contexto organizativo que possibilitou a articulação política entre as mulheres populares. As mobilizações também estiveram atreladas ao processo de “abertura política”, aumentando o espaço para as reivindicações sociais. Assim, os eventos ocorridos em 1975 foram cruciais para a conformação do movimento feminista que iria emergir.

⁶⁶ NAPOLITANO, Marcos. **1964: Ditadura militar no Brasil**, op. cit., p. 164.

⁶⁷ ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 324.

Frente às mobilizações de jornalistas e outros setores culturais, em 1975, Geisel suspendeu o AI-5, pondo fim à censura prévia dos grandes jornais, apesar de ainda haver restrições para outros meios de comunicação, como o rádio e a TV. Ainda nesse ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional Mulher, momento em que todos os países deveriam promover ações para a erradicação das desigualdades de gênero. Alvarez afiança que Geisel viu-se obrigado a responder aos apelos das Nações Unidas e, assim “[...] permitiu que as mulheres brasileiras organizassem encontros, conferências e passeatas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher⁶⁸”. Por essa via, as mulheres foram às ruas, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, manifestarem a favor do retorno democrático e da igualdade de direitos. Estes protestos estiveram no cerne de muitas das futuras entidades feministas que surgiriam nos anos seguintes⁶⁹.

É oportuno lembrarmos que o movimento feminista brasileiro não irrompeu na segunda metade do século XX. Durante o século XIX, surgiram as primeiras expressões da imprensa feminista independente com os periódicos *O Jornal das Senhoras*, fundado pela argentina Juana Manso⁷⁰ e publicado entre 1852 e 1855; o *Belo Sexo*, em 1862, por Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar; *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz⁷¹ e o *A Família*, editado por Josefina Álvares de Azevedo, entre 1888 e 1897. Além dessas publicações, surgiram organizações feministas e operárias. Neste campo, a anarquista Maria Lacerda de Moura foi um importante nome do feminismo da primeira metade do século XX. Seus escritos questionavam a ordem social, moral e sexual vigente. Margareth Rago afirma que a anarquista radicalizou a denúncia das formas de opressão de gênero ao tratar de temas que não eram vislumbrados por outras ativistas do período, tais como “a educação

⁶⁸ Idem, p. 324.

⁶⁹ É pertinente pontuarmos que foi também em 1975 que o jornalista da TV Cultura, Vladimir Herzog, foi preso e morto nas dependências do DOI-Codi. O ato ecumênico em homenagem ao jornalista, realizado na Catedral da Sé, reuniu milhares de pessoas e tornou-se um forte símbolo de luta contra o regime militar.

⁷⁰ Juana Paula Manso de Noronha foi escritora, tradutora, professora e jornalista. Nascida na Argentina, viveu exilada no Uruguai e no Brasil, momento em que editou a publicação mencionada. Em 1853, de volta à capital argentina, foi nomeada diretora da primeira escola mista da cidade. Juana Manso tornou-se uma referência do feminismo argentino no século XIX. LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, 2009.

⁷¹ Constância Duarte afirma que *O Sexo feminino* passou por três fases, sendo a primeira de 1873 a 1875, em Minas Gerais, a segunda de 1887 a 1889, no Rio de Janeiro e, após a Proclamação da Independência, alterou o nome para *O quinze de novembro do sexo feminino*, momento em que passou a defender com mais veemência o direito das mulheres ao estudo e ao trabalho, sendo publicado de 1890 a 1896. DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, 2003.

sexual dos jovens, a exigência da virgindade feminina, o amor livre, o direito ao prazer sexual, o divórcio, a maternidade consciente e a prostituição⁷²”.

Igualmente, despontaram organizações feministas no sudeste e nordeste do país. Leolinda Daltro, baiana e professora, fundou em 1910, no Rio de Janeiro, o *Partido Republicano Feminino* (PRF), que utilizou o periódico *A Tribuna Feminina* para divulgar seus projetos emancipatórios⁷³. Em 1920, a bióloga, escritora e precursora do feminismo, Bertha Lutz, criou a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM), contando com ativistas oriundas das classes médias e altas, entre elas Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura. Em 1922, após participar da Primeira Conferência Pan-Americana de Mulheres, em Baltimore, EUA, Bertha Lutz ramificou a LEIM dando origem à *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF)⁷⁴, que contou com associações em diversas regiões do Brasil, a exemplo da Bahia e do Recife, e seguiu os moldes do feminismo norte-americano⁷⁵.

Entre 1940 e 1960 existiram organizações femininas, nem sempre alinhadas ao feminismo, que também foram atuantes. Datam deste período a *Federação de Mulheres do Estado de São Paulo*, a *União de Mulheres Democráticas de São Paulo*, o *Movimento Político Feminino* e a *Federação de Mulheres do Brasil*. Esta foi fundada em 1948, sob a liderança de Alicia Tibiriçá, com o objetivo de unificar o movimento feminino do país⁷⁶. A associação surgiu de forma independente, mas, possuía estreita relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois muitas militantes atuavam em ambas as organizações⁷⁷.

⁷² Maria Lacerda de Moura publicou, entre 1910 e 1930, os livros *Em torno da Educação* (1918), *A Mulher é uma Degenerada?* (1924), *Religião do Amor e da Beleza* (1926) e *Amai e não vos multipliqueis* (1932), entre outros. RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbrì. **Revista Verve**, PUC/São Paulo, n. 21, 2012, p. 62. A respeito de Moura ver também: LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. Ensaios 112. São Paulo: Editora Ática, 1984.

⁷³ KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC/RS, Porto Alegre, vol. 40, núm. 1, ene-jun, 2014.

⁷⁴ A FBPF atuou até 1937, quando encerrou as atividades. KARAWEJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, vol. 26, n. 2, Florianópolis, 2018.

⁷⁵ A respeito ver: CABRAL, Alcileide; LUZ, Noemia. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 41, jun/jul, 2004; VIEIRA, Cláudia A. **História das Mulheres: Feminismo e Política na Bahia**. Simões Filho: Editora Kalango, 2015.

⁷⁶ MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o espaço público: movimento de mulheres (1945-1964)**. Coleção: Histórias da Repressão e da Resistência. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2017.

⁷⁷ Uma fração militante do Partido Comunista publicou o jornal *Momento Feminino: o jornal para o seu lar*, que não tinha caráter feminista, mas visava atrair as mulheres para as lutas por direitos. ALVES, Iracélli da Cruz. O “não lugar” das mulheres na memória e na história do PCB. Anais do XXIX Encontro Nacional de História. **Contra os Preconceitos: História e Democracia**, Brasília, 2017. Disponível em:

Ainda que não tivessem como foco as assimetrias de gênero presentes na vida privada, as agremiações femininas e feministas desse período representaram a permanência das mulheres no campo político.

Em 1975, às comemorações do Ano Internacional da Mulher imprimiram novos contornos ao feminismo latino-americano. Segundo Pedro, a data instituiu uma narrativa “fundadora” do feminismo latino-americano, posto que deu ensejo para a constituição de diversas associações feministas no período⁷⁸. Estas agremiações trouxeram à tona questões específicas de gênero, como liberdade sexual, aborto e violência doméstica. Entretanto, é importante pontuarmos que, no Brasil, esses temas já eram debatidos anteriormente. Carmen Silva, jornalista e militante, foi uma referência no período. Em meio à censura e à repressão militar, a escritora manteve uma coluna na *Revista Cláudia*, intitulada *A arte de ser Mulher*, na qual eram debatidos temas relacionados à sexualidade, ao aborto e ao divórcio⁷⁹. Igualmente, em 1971, Rose Maria Muraro, feminista e escritora, convidou a norte-americana, Betty Friedan, para lançar seu livro *A Mística Feminina*, pela Editora Vozes, no Rio de Janeiro. Apesar da reação negativa da imprensa masculina à presença da feminista no país, a passagem de Friedan é recordada por muitas ativistas como um marco do movimento que iria se consolidar no país⁸⁰.

Paralelamente a esses acontecimentos, ocorreu o retorno dos militantes que estavam em exílio. Muitas das feministas dos anos 70 pertenciam à classe média e faziam parte de um pequeno grupo que tinha ingressado na universidade nos anos anteriores e participado de movimentos estudantis e grupos clandestinos de esquerda. Uma parcela era formada por professoras, intelectuais, artistas e profissionais liberais que, após o golpe, buscou exílio em países europeus ou nos Estados Unidos⁸¹. A experiência no exílio possibilitou que essas mulheres interrogassem questões ligadas ao cotidiano feminino, tais como a sexualidade, a maternidade, a violência doméstica e, inclusive, a própria militância nos partidos de oposição.

A vivência no exílio também permitiu a conformação de grupos transnacionais de latino-americanas. Na França, as brasileiras participaram de dois coletivos, a saber: o *Grupo*

<https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501761317_ARQUIVO_ArtigoanpuhIracelli-2017.pdf>.

Acessado em: 02/11/2018.

⁷⁸ PEDRO, Joana. Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, 2006.

⁷⁹ DUARTE, Ana Rita F. **Carmen Silva**: o feminismo na imprensa do Brasil. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2005.

⁸⁰ OLIVEIRA, Júlia G. S. Dos Encontros à União: a formação da União de Mulheres de São Paulo. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 31, vol. 2, 2014.

⁸¹ OLIVEIRA, Susel R. **Mulheres, Ditadura e Memória**: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: Intermeios, 2014.

de *Mulheres da América Latina e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. O primeiro foi constituído por exiladas latino-americanas que se reuniram, em 1972, em grupos de reflexão e conscientização. Entre os anos de 1974 e 1976, a agremiação publicou 17 edições do boletim bilíngue *Nosotras*, com textos produzidos pelas próprias integrantes, traduções e reproduções de artigos feministas, além de receber contribuições de grupos de mulheres de vários países⁸². Já o segundo, de acordo Pedro e Woolf, passou a existir formalmente em 1976 e editou um boletim até 1979. O coletivo tinha cerca de 100 integrantes, alinhadas à esquerda, e realizava reuniões de conscientização aos moldes do feminismo francês⁸³. Em dezembro de 1976, o Círculo publicou uma *carta-manifesto*, reproduzida pela imprensa feminista no Brasil, na qual argumentou a respeito da importância da autonomia do feminismo em relação aos partidos políticos. Deste modo, a invisibilidade ou a cooptação das demandas de gênero pelos partidos, como discutiremos posteriormente, eram fantasmas que já assombravam as feministas.

Alvarez afirma que os movimentos feministas latino-americanos, emergentes entre os anos 60 e 70, ressaltaram a necessidade de se engajarem em uma luta mais ampla por justiça e contra o capitalismo. A maioria, segundo a autora, “deu as costas para o Estado” e distanciou-se do campo tradicional da política. É um feminismo que, como assevera, surgiu contrário às “formas caducas de fazer política” e “com uma perspectiva muito radical de crítica à esquerda⁸⁴”. Isto porque a política hegemônica estava permeada por posturas sexistas e refratárias às questões de gênero. Logo, as feministas compreenderam a opressão feminina como um aspecto cultural presente em todas as esferas públicas e privadas, incluindo a militância político partidária. Deste modo, muitas dessas agremiações vão prezar pela autonomia organizativa frente aos partidos políticos no intuito de salvaguardar as discussões específicas de gênero.

Como podemos perceber, quando do Ano Internacional da Mulher, os ideais feministas já estavam em circulação no Brasil, ainda que de forma restrita. Nesta trilha de pensamento, Hildete Pereira de Melo argumenta que as brasileiras souberam aproveitar a brecha e, “sob as asas protetoras da ONU”, organizaram um seminário intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” nas dependências da Associação Brasileira

⁸² ABREU, Maira. *Nosotras: feminismo latino-americano publicado em Paris*. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, Florianópolis, Maio/Agosto, 2013.

⁸³ Segundo as autoras, muitas das ativistas eram ligadas a grupos de esquerda brasileiros como o Partido Comunista do Brasil e ao Movimento 8 de Outubro (MR-8) PEDRO, J.; WOOLF, C. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, , jan.-jun. 2007.

⁸⁴ ALVAREZ, Sonia. “A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio”. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. O sucesso da atividade levou à constituição do *Centro da Mulher Brasileira* (CMB), uma entidade feminista que teve entre suas principais integrantes Moema Toscano⁸⁵. Em São Paulo, de igual modo, ocorreu o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, financiado pelo centro de informação da ONU e pela Cúria Metropolitana. Em decorrência desse evento, foi fundado o *Centro de Desenvolvimento da Mulher*. Ainda no mesmo ano, Therezinha Zerbini formou, em São Paulo, o *Movimento Feminino pela Anistia* que, nos anos seguintes, se estendeu para outras cidades como Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

A imprensa feminista também reapareceu nesse ano. Idealizado por Zerbini e pela jornalista paranaense Joana Lopes, o *Brasil Mulher* circulou entre os anos 1975 e 1980 e teve 17 números publicados. A princípio, a periódico tinha por objetivo conciliar as pautas relativas à opressão feminina às lutas pela redemocratização. Entretanto, a falta de proximidade de Zerbini com o feminismo levou à cisão do grupo editorial. Em 1976, entrou em curso o jornal *Nós Mulheres*, editado por uma equipe constituída por militantes da esquerda, feministas acadêmicas e artistas. O periódico foi impresso até 1978, em um total de oito edições⁸⁶ e, ao contrário do contemporâneo, tinha um discurso feminista mais direto, tratando de temas como sexualidade e aborto, porém, sem deixar de lado as questões concernentes à redemocratização. Ambos os periódicos tinham orientação marxista e, neste campo, suas propostas eram direcionadas, em especial, para as trabalhadoras e para as mulheres das camadas populares. De acordo com Moraes, “[...] as teses das feministas do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher* coincidiam exatamente com o programa formulado por Kollontai cerca de sessenta anos atrás⁸⁷”. Em comum, a pauta de ambas as publicações defendia a equiparação social entre homens e mulheres, a socialização do trabalho doméstico e a criação de creches.

No correr da década, outras atividades foram orquestradas, a exemplo do I Encontro da Mulher Paulista, em 1977, reunindo feministas, “duplas militantes”, ativistas dos movimentos de bairro e sindicalizadas que debateram as particularidades de gênero e classe. O evento foi organizado, novamente, em 1979 e 1981. Neste recorte cronológico, apareceram outras agremiações e articulações sociais demonstrando que o feminismo não estava sozinho

⁸⁵ MELO, Hildete Pereira. “Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro”. In: TAMANINI, M.; BOACHILLIA, R., SCHWENDLER, S. (Org.) **Teoria e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.

⁸⁶ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Cruz. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta Armada (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

⁸⁷ MORAES, Maria Lygia Q. **Vinte anos de Feminismo**. Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1996 p. 24.

na esfera pública e política. Em 1978, como reação às medidas adotadas por Delfim Neto, explodiu a greve de trabalhadores da indústria automobilística na região da Grande ABC, em São Paulo. Essas foram organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, presidido pelo então ativista Luiz Inácio Lula da Silva, e se espalharam por outras cidades. Ao mesmo tempo, surgiram expressões sociais como o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em São Paulo e o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, que, mais tarde, em 1978, conformaram Movimento Negro Unificado⁸⁸.

Logo, como em outros países, o feminismo brasileiro da intitulada “segunda onda” surgiu ao lado de outras agrupações sociais. Hall adverte que o feminismo contribuiu de forma ímpar para a descentralização conceitual do sujeito universal ao questionar as clássicas definições de público e privado, família e sexualidade, provocando uma “erosão da identidade mestra” vinculada, sobretudo, às noções de classe e ao androcentrismo. Entretanto, o feminismo trazia à baila as lutas relacionadas à identidade feminina, ainda não discutindo, de forma entrelaçada, outras clivagens em torno da raça, da sexualidade e da idade. Estas assimetrias ainda não eram vislumbradas como marcadores de diferenças sociais entre os sujeitos “universais”. Sendo assim, diversos movimentos identitários surgiram no período e deram novo impulso às questões políticas nos anos 80. Logo, como pondera Hall, os hibridismos identitários, presentes na próxima década, estiveram atrelados às bases políticas delineadas entre o feminismo e outros grupos sociais como os negros, os pacifistas e os homossexuais⁸⁹.

Nessa esteira de pensamento, Edward Macrae avalia que as transformações ocorridas nos anos de 1970, que fizeram com que mulheres e negros retomassem antigas reivindicações, incentivaram os homossexuais a se aproximarem de tais movimentos⁹⁰. Soma-se a esse cenário a experiência do exílio, que propiciou o contato de muitos militantes com grupos e com a imprensa homossexual, especialmente, a norte-americana⁹¹. Em decorrência desses processos, em 1976, João Silvério Trevisan organizou no Rio de Janeiro um grupo de discussão sobre homossexualidade, o qual deu ensejo, posteriormente, ao jornal *Lampião*,

⁸⁸ De acordo com Petrônio Domingues, ainda que tímida, havia uma imprensa do movimento negro, a exemplo dos periódicos: *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *Nagô* (1975), em São Carlos. DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, n. 23, v. 12, 2007.

⁸⁹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

⁹⁰ MACRAE, Edward. **A construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

⁹¹ A respeito da homossexualidade durante o regime militar ver: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.) **Ditadura e Homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

marco da imprensa gay do país⁹². Em 1978, foi fundado o primeiro coletivo homossexual do Brasil, o Grupo de Afirmação Homossexual *Somos*, que figurou como o principal canal de articulação da militância no país, especialmente no eixo Rio-São Paulo. A escolha do nome foi resultado de uma discussão entre os membros, sendo que parcela queria homenagear a revista *Somos*, editada pela *Frente de Liberação Homossexual* (FLH), da Argentina; e a outra gostaria de que a nomenclatura expressasse de forma direta os propósitos da organização⁹³. Muitos de seus integrantes tinham participado de grupos ou de partidos de esquerda; e parte era formada por estudantes e professores universitários como Júlio Simões, James Green, Peter Fry e Edward MacRae que se tornaram, posteriormente, referências nos estudos sobre gênero e sexualidade⁹⁴.

Em 1979, foi realizado, nas dependências da AIB, o I Encontro de Homossexuais Militantes que trouxe como pauta o respeito à orientação sexual e que a homossexualidade deixasse de ser considerada um transtorno psicológico, sendo retirada da lista de Classificação Internacional de Doenças (CID)⁹⁵. Todavia, como discutiremos no próximo capítulo, a formação do grupo não implicou em uma reflexão sobre a interseccionalidade entre gênero e sexualidade. A ausência de tal discussão, apoiada em posturas machistas de muitos integrantes do *Somos*, provocou rupturas e a conformação de uma fração lésbica feminista na agremiação.

Em suma, a recomposição dos movimentos sociais e a ocupação dos espaços públicos ocorreram, conjuntamente, ao fracasso das mudanças econômicas colocadas em prática por Delfim Neto. As medidas não apresentam resultados positivos, gerando uma inflação de 77% e impedindo o crescimento econômico. O momento também foi favorável à rearticulação dos grupos políticos de oposição. Com a aprovação da conturbada Lei da Anistia, em 1979, proeminentes nomes da esquerda brasileira puderam voltar do exílio, tais como: Luiz Carlos

⁹² FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina. **Revista Alterjor**, v. 01, 2010; JÚNIOR, Paulo Roberto S. M. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, n.º, vol. 8, set/dez, 2016.

⁹³ GREEN, James; FERNANDES, Marisa, et.al. Mesa-Redonda Somos - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 10, n. 18/19, 2003.

⁹⁴ James Green afirma que o grupo, em seus primeiros anos, não tinha sede fixa. As reuniões ocorriam em teatros cedidos por alguns diretores ou ainda, de forma mais rara, em boates. No segundo semestre de 1980, o grupo conseguiu locar um espaço na Rua Abolição, no centro de São Paulo, possibilitando uma articulação maior ao movimento. GREEN, James. “Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

⁹⁵ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Gramond, 2005.

Prestes, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Francisco Julião. Tal fato foi ao encontro da aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos que, mesmo apresentando várias restrições, colocou fim ao bipartidarismo e deu ensejo à constituição de novos partidos entre os anos de 1979 e 1980, entre eles: o Partido Trabalhista do Brasil (PDT), em 1979; o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; o Partido Democrático Brasileiro (PMDB); o Partido Popular (PP), em 1980, posteriormente integrado ao PMDB e o Partido Democrático Social (PDS), composto pelos integrantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), braço do regime militar.

Deste modo, no Brasil, a década de 1970 encerrava-se sob o signo do regime militar e de crise econômica aguda. A abertura política possibilitou a rearticulação da oposição e as negociações para a transição democrática. À baila desses acontecimentos, houve um aumento significativo no número de associações autônomas feministas e de mulheres constituídas por grupos de conscientização que se desdobraram em organizações ativas nos anos de 1980. Parcela dessas agremiações será organizada a partir de questões específicas, como a violência doméstica, a sexualidade ou as particularidades da vida no campo. Referimo-nos aos primeiros SOS Mulheres, em São Paulo e Belo Horizonte, ao Movimento de Mulheres Agricultoras, ao Movimento Lésbico-Feminista, às Associações de Donas-de-casa e aos Clubes de Mães. Outras, a exemplo da União de Mulheres de São Paulo ou da Frente das Mulheres Feministas⁹⁶, vão constituir-se dentro de um escopo mais amplo. Independente do caráter identitário, essas agremiações demonstraram que as questões encaradas, até então, como privadas tornaram-se assuntos de ordem política e, por essa via, vão lutar para que as demandas de gênero sejam reconhecidas no processo de redemocratização do país.

Como desdobramento, Alvarez afirma que, com a iminência das eleições de 1982, algumas entidades e organizações feministas estavam envolvidas na luta política partidária, forçando a entrada das questões específicas de gênero na esfera tradicional da política⁹⁷. Ou seja, no caso brasileiro, as feministas não viraram totalmente “as costas para o Estado”. Este

⁹⁶ A Frente de Mulheres Feministas foi criada em 1979 e composta por intelectuais e artistas, a exemplo de Eva Blay, Ruth Cardoso, Carmem Barroso, Ruth Escobar, Ireda Cardoso e Marta Suplicy, muitas das quais vão compor o corpo editorial do jornal *Mulherio*, por nós analisado, e também fazer parte de quadros políticos e institucionais.

⁹⁷ Segundo a autora, o movimento popular por creche, que emergiu entre mulheres ligadas aos clubes de mães da zona sul de SP, redigiu um manifesto, assinado por 46 entidades femininas e feministas, denunciando o papel da mulher na esfera doméstica e exigindo que o Estado e o capital privado assumissem maior responsabilidade pela reprodução da força de trabalho. Este movimento ampliou-se pelas periferias da cidade e adotou como estratégia a reivindicação direta com o governo municipal, além de passeatas, abaixo-assinados e grupos de estudos no bairro. ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, A. (ed.) **Democratizando o Brasil**. op. cit., p. 330.

fator trará, além de uma ampliação do movimento, disputas em torno de qual militância deveria ser articulada. Isto é, as feministas deveriam atuar dentro ou fora dos partidos políticos? Ou ainda, era possível militar dentro dos partidos ou das esferas institucionais de poder de forma autônoma? Sendo assim, esse novo arranjo trouxe implicações sobre a autonomia do movimento feminista. Deste modo, nos próximos capítulos perguntaremos como essas questões perpassaram os projetos editoriais e estiveram presentes tanto na materialidade das fontes quanto nos artigos e editoriais que versaram sobre a temática.

1.2. A cultura política do feminismo argentino

Na Argentina, desde a primeira metade do século XIX há registros de organizações, centros de estudos e publicações de revistas e jornais feministas. Datam deste período os periódicos *La Aljaba* (1830), *Las Camelias* (1854), o *Álbum de Señoritas* (1854), sendo este editado por Juana Manso quando retornou ao país natal. Esses jornais versavam sobre a importância da educação para as mulheres, diferente do periódico anarco-feminista, *La Voz de la Mujer*, que circulou entre os anos de 1896 e 1897 e trouxe à tona as discussões sobre a opressão feminina por classe e gênero⁹⁸. É importante ressaltarmos que o surgimento dessa imprensa na Argentina está imbricado às medidas educativas e culturais adotadas no país ainda no século XIX⁹⁹. Domingo Faustino Sarmiento, então presidente, defendeu projetos de educação pública e laica e, devido às pressões femininas já existentes, trouxe professoras estrangeiras para que as mulheres tivessem acesso ao ensino. Ainda que a educação seguisse os moldes tradicionais e se centrasse no papel das mulheres na família, isso permitiu que as

⁹⁸ PRADO, Natalia M. La emergencia del feminismo en la Argentina: una análisis de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX. **Estudios Feministas**, Florianópolis, n 23, vol. 1, jan/abr, 2015.

⁹⁹ Além dos projetos do ensino público e laico datados do século XIX, o país contou com iniciativas de bibliotecas populares e projetos editoriais que estimulavam a venda de livros a preços populares. De acordo com Gutierrez e Romero, as bibliotecas populares existiam desde o fim do XIX, mas experimentaram um alto crescimento nas quatro primeiras décadas do XX. Em Buenos Aires, segundo os autores, todos os bairros tinham uma biblioteca que era mantida, muitas vezes, de forma autônoma ou em parcerias com escolas e clubes. Este fator estava interligado ao modelo de alfabetização da sociedade portenha, fruto das intervenções estatais. Além disso, muitas editoriais vendiam obras de literatura universal, de vanguarda e de pensamento social a preços populares. Algumas obras podiam ser adquiridas por 30 centavos. GUTIERREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. Sociedades barriales, bibliotecas populares Y cultura de los sectores populares: Buenos Aires, 1920-1945. **Desarrollo Económico**, vol. 29, n. 113, Apr/Jun., 1989; GUTIERREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. “Una empresa cultural: los libros baratos”. In: ARMUS, Diego (Org.) **Sectores populares y vida urbana**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 1984. Ver também: SOARES, G. P. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e Brasil: 1915-1954**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

argentinas ingressassem no mundo letrado e cultural antes de suas vizinhas latino-americanas. Tais fatores possibilitaram a inserção mais acentuada das mulheres nas universidades, que puderam seguir algumas carreiras, especialmente a de professora¹⁰⁰. Dado a essa especificidade local, não é de estranhar que, em 1901, Elvira López tenha defendido a tese intitulada “*El movimiento feminista: Primeros trazos del feminismo en Argentina*”, na Universidade de Buenos Aires, para obtenção do título de Doutora em Letras e Filosofia¹⁰¹.

As argentinas também foram atuantes em campanhas para alterar as leis patriarcais vigentes. Como em outros países, o código civil argentino preconizava a inferioridade feminina em relação ao homem e não concebia a mulher como cidadã. Dora Barrancos e Nélide Archenti afirmam que, frente ao contexto cultural e político do país, não foi surpresa ver, durante o século XIX, grupos de mulheres criticando tais medidas e tentando revogá-las. De acordo com as autoras:

A adesão ao feminismo das mulheres socialistas e das denominadas livre pensadoras – em todo caso, um grupo entre as quais se destacavam as “letradas” – colocou em andamento pelo menos quatro exigências fundamentais: a remoção da inferioridade civil, a obtenção de mais educação, a assistência às mães carentes e a reivindicação da cidadania por meio do sufrágio que tinha se acentuado especialmente em outras latitudes¹⁰².

Leonor Calvera afirma que na passagem do século XIX para o XX foram fundadas várias agremiações de feministas, de estudantes e de trabalhadoras que colocaram as questões relativas às mulheres no campo político. Entre essas estavam: o *Consejo Nacional de la Mujer*, a *Asociación de Mujeres Universitarias*, *Unión Gremial Femenina*, o *Centro Feminista*, a *Liga Feminista Nacional de la República Argentina*, a *Alianza Internacional para el Sufragio de la Mujer*¹⁰³, o *Primer Centro Feminista de Libre Pensamiento* e o *Partido*

¹⁰⁰ YANNOULAS, Silvia C. **Educar ¿una profesión de mujeres?** La feminización del normalismo y la docencia (1870-1930). Buenos Aires, 1996, KAPELUSZ, Graciela (Comp.). **Mujeres en la educación**. Género y docencia en la Argentina 1870-1930. Buenos Aires, Miño y Dávila, 1997; SARLO, Beatriz. **La máquina cultural: maestras, traductores y vanguardistas**. Buenos Aires: Ariel, 1998.

¹⁰¹ A tese, ainda que centrada nos discursos positivista e biológico, buscou esmiuçar as transformações do papel da mulher no mundo do trabalho, da educação e da família. O trabalho foi publicado em formato de livro pela Biblioteca Nacional de Buenos Aires. LÓPEZ, Elvira. **El movimiento feminista: primeros trazos del feminismo en Argentina**. Prólogo de Verónica Gago. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009.

¹⁰² BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélide. “Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual”. In: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva (Org.) **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**, São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017, p. 55.

¹⁰³ O sufrágio feminino, ainda que tenha sido votado pela câmara em 1932, só foi aprovado em 1947. A inserção foi realizada durante o governo peronista, sendo que a primeira participação feminina nas eleições ocorreu, justamente, em 1951. Neste ano, segundo Barrancos e Archenti, as mulheres alcançaram 30% da

*Feminista Nacional*¹⁰⁴. Em 1936, a *Unión de Mujeres Argentina* (UMA) foi fundada por Vitória O'Campo, editora e diretora da revista *Sur*, e por Ana Rosa Schlieper de Martínez Guerrera. A entidade ocupou papel central na difusão da luta pelos direitos civis das mulheres¹⁰⁵.

Entre meados dos anos de 1950 e 1960, ainda que as agremiações feministas não tenham alcançado a mesma representatividade e visibilidade dos anos anteriores, se fizeram presentes no espaço público. A menor participação política feminina pode estar relacionada ao período vivenciado no país. Com a queda de Juan Domingo Perón, em 1955, instaurou-se na Argentina uma época de instabilidade política e econômica, permeada por sucessivos golpes políticos¹⁰⁶. No período em que Perón esteve exilado, a princípio no Paraguai do ditador Alfredo Stroessner e, posteriormente na Espanha fascista de Franco, o Partido Justicialista ficou na ilegalidade. Entretanto, isso não impediu que o peronismo “sem Perón” ganhasse força. Segundo Monica Gordillo e James Brennan:

La condición de ilegalidad del partido peronista, a la vez, forzó a sus seguidores a trabajar a través de medios no parlamentarios y a instaurar prácticas, especialmente entre las bases de la clase obrera peronista, que legitimaban las medidas de acción directa y la militancia sindical. La sociedad fue dividiéndose cada vez más en sus perspectivas y prácticas políticas entre los conceptos de pueblo-antipueblo y peronista-antiperonista, una polarización que impidió el diálogo y compromiso político mediante los canales constitucionales¹⁰⁷.

Entre 1962 e 1966, os dois presidentes eleitos foram destituídos do poder por grupos militares. Em 1962, Arturo Frondizi, da *Unión Cívica Radical* (UCR), foi deposto por permitir a participação de peronistas nas eleições dos municípios e das províncias. Seu sucessor, Arturo Illia, da *Unión Cívica Radical del Pueblo*, teve o mesmo destino quatro anos depois. Em 1966, o general Juan Carlo Onganía depôs Illia com a justificativa que faria a “Revolución Argentina” e prometendo “combater o comunismo” e restabelecer a ordem econômica e social. Tal discurso estava alinhado ao contexto internacional da Guerra Fria e

representatividade em ambas as Câmaras do Congresso. Após o golpe contra Perón e, nos anos que seguiram até a redemocratização, essa representatividade foi quase nula. Idem, p. 56.

¹⁰⁴ CALVERA, Leonor. **Mujer y Feminismo en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

¹⁰⁵ COSSE, Isabella. La lucha por los derechos femeninos: Victoria Ocampo y la Unión Argentina de Mujeres (1936). **Revista Humanitas**, XXVI, n. 34, 2008.

¹⁰⁶ Entre anos de 1930 até 1976, a política argentina passou por seis golpes militares, demonstrando a presença e força deste segmento no país.

¹⁰⁷ BRENNAN, James; GORDILLO, Monica. Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: El Cordobazo. **Estudios**, Córdoba, n. 4, 1994, p. 53.

presente em diversos países latino-americanos após a vitória do processo revolucionário em Cuba, a exemplo do próprio golpe civil-militar no Brasil dois anos antes.

As medidas econômicas “modernizantes” adotadas pelo novo governo, como o congelamento de salários, a redução de empregos públicos e a proibição de greve, geraram vários conflitos sociais. Além disso, com o discurso de “desperonizar” as universidades, Onganía estabeleceu uma série de ações autoritárias, especialmente em relação à autonomia dos professores e dos estudantes. Brennan e Mongillo afirmam que em Córdoba, cidade com grande presença estudantil e acostumada à autonomia, uma forte onda de repressão e censura invadiu a Universidade. Como observam “[...] la Universidad fue puesta bajo el control del gobierno, las clases fueron suspendidas por un año, las facultades fueron intervenidas y el debate y el disenso fueron recortados por una atmósfera de persecución, sumisión y mediocridad¹⁰⁸”. Em reação a tais atos, entre os dias 29 e 30 de maio, eclodiram na cidade greves, paralisações nacionais e intervenções artísticas que ficaram conhecidas como *Cordobazo*. Ao lado deste evento, novos grupos de esquerda foram constituídos, como o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e os *Montoneros*¹⁰⁹.

Barrancos afirma que as mobilizações que atingiram os operários e os estudantes, durante os anos 60, também refletiram na organização da militância feminina e feminista. Segundo a historiadora, as mulheres estavam diluídas nas bases políticas partidárias da esquerda, a exemplo do *Movimiento de Liberación de la Mujer* (MLM), atuante durante toda a década. A associação trouxe significativos pontos de inflexão e foi a porta de entrada para muitas militantes que atuaram no feminismo na década seguinte. Como a autora assegura:

[...] el aire local también se contaminó con las reivindicaciones feministas, y es necesario reconocer que algunos partidos de izquierda y las formaciones armadas abrieron un espacio propio a la problemática femenina, aunque este despliegue no se identificó como feminista. No faltaban movimientos de mujeres al finalizar el

¹⁰⁸ Idem, p. 60.

¹⁰⁹ O grupo dos *Montoneros* foi fundado em 1970 por militantes das classes médias, intelectuais e artistas que se identificavam com o peronismo. O grupo esteve alinhado à perspectiva mais radical das esquerdas, propondo guerrilhas urbanas e rurais. Durante o governo de Estela Perón e, na sequência, do regime militar que vigorou de 1976 a 1983, os *Montoneros* foram duramente reprimidos e perseguidos, sendo que muitos foram executados antes do regime por grupos paramilitares como a Triple A. RUIZ, Maria Olga. El entramado cultural de la militancia revolucionaria en el Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejército Revolucionario del Pueblo y Montoneros de la Argentina en los setenta. **Izquierdas**: Santiago, no. 25, octubre, 2015.; CAMPOS, Esteban, Memorias, ensayos y polémicas. El balance de la experiencia montonera en los años 80. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013.

peronismo; la UMA no sólo no había desaparecido, sino que se había fortalecido y desarrollado un nutrido número de actividades en muy diversos lugares del país¹¹⁰.

Todavía, a grande efervescência do movimento transcorreu na década seguinte. No início dos anos 70, havia grupos de conscientização, militantes inseridas em partidos políticos e em agremiações feministas. Ainda que as pautas que marcaram a agenda feminista da intitulada segunda onda não estivessem presentes em tais grupos, o certo é que havia um solo fértil para o florescimento do movimento. Logo, como observa Véronica Giordano, o novo feminismo argentino começou a articular-se durante a “autodenominada Revolución Argentina¹¹¹”.

No início da década de 1970 foi fundada a *Unión Feminista Argentina* (UFA), após uma reportagem com a cineasta María Luisa Bemberg que declarou, abertamente, ser feminista¹¹². Entre as fundadoras estavam Bemberg, Leonor Calvera e Sara Torres, além de donas de casa, estudantes, intelectuais e militantes de partidos políticos. A entidade funcionou até 1976, mas, em 1973, devido a conflitos internos, muitas ativistas deixaram a associação e fundaram novas agremiações¹¹³. Segundo Silvia Chetjer, o feminismo da UFA foi fortemente criticado e considerado uma “expressão burguesa”, por tratar de temas que iam além do “anticapitalismo e anti-imperialismo” que eram considerados como prioritários por parcela dos movimentos sociais. De acordo com a autora:

Al denunciar aspectos culturales de la misoginia y del machismo argentino, las mujeres de UFA cuestionaba los procedimientos autoritarios y sexistas de todos los sectores políticos del momento, cualquiera fuera su orientación. Eran procedimientos que se relacionaban con los componentes culturales transmitidos y reproducidos a través del imaginario sobre familia, por la Iglesia Católica y las estructuras de poder político y militar¹¹⁴.

Desde os anos de 1940, teóricas feministas, como Simone de Beauvoir, apontaram as contradições presentes no pensamento e na prática das esquerdas em relação às mulheres. Se

¹¹⁰ BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad Argentina**: Una historia de cinco siglos (Spanish Edition) Penguin Random House Grupo Editorial Argentina. Edição do Kindle, locais do Kindle 3554-3559.

¹¹¹ GIORDANO, Véronica. La celebración del Año Internacional de la Mujer en Argentina (1975): acciones y conflictos. **Estudios Feministas**, Florianópolis, n. 20, vol, jan/abril, 2012, p. 77.

¹¹² TREBISACCE, Catalina. Feministas en la Argentina de los '70: ¿Prácticas biopolíticas de militancia? **IX Congreso Argentino de Antropología Social**. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.

¹¹³ Entre os anos de 1970 e 1972, o grupo *Nueva Mujer*, alinhado ao marxismo, funcionou em adesão à UFA. Entre suas principais atividades estava um projeto editorial que foi responsável pela tradução de importantes textos feministas, a exemplo do artigo de Juliet Mitchell, “Mulher: a revolução mais longa”. CHETJER, Silvia. Temas del Debate Feminista Contemporáneo: feminismo por feminista (1970-1996). **Travesías**, n. 5, año 4, Centro de Encuentro Cultura y Mujer, Octubre, 1996.

¹¹⁴ Idem, p. 13.

muitos autores se debruçaram sobre a questão e tentaram dar respostas às origens da opressão feminina; na realidade, a experiência das mulheres nos tradicionais grupos de esquerda demonstrava que suas demandas seguiam marginalizadas e invisibilizadas. Andrea Nye adverte que a participação das mulheres na luta por direitos civis, nos protestos estudantis e contra a Guerra do Vietnã apenas confirmou as críticas de Beauvoir. Sendo assim, a autora avalia que se os homens de esquerda “vislumbravam uma sociedade sem classes, mas, não havia de ser uma classe sem gêneros¹¹⁵”. Essa assertiva não se restringiu às feministas norte-americanas ou europeias, sendo partilhada por muitas latino-americanas.

Ainda nos anos de 1970, María Elena Oddone fundou o *Movimiento de Liberación Femenina* (MLF) alinhado às norte-americanas. Em seus primeiros anos, o MLF organizou debates e conferências sobre os temas feministas, dispôs de uma biblioteca sobre o assunto e editou a revista *Persona* em dois momentos: o primeiro entre 1972 e 1973 e, posteriormente, entre 1975 e 1976, quando a entidade suspendeu as atividades. A revista versava sobre assuntos específicos femininos como divórcio, a revisão da lei de *patria potestad* e as formas de abusos e violência contra as mulheres¹¹⁶.

Ainda nesse período, Catalina Trebisacce observa que as críticas vindas da nova esquerda fizeram com que os partidos tivessem em seu horizonte a revisão da fronteira entre política e vida privada. Na ocasião em que parcela das mulheres adentrava ao mercado de trabalho e ao universo acadêmico, era necessário repensar as especificidades femininas e incluí-las na vida política¹¹⁷. Frente a isso, a autora avalia que houve dois tipos de organizações femininas dentro das bases partidárias, sendo um vinculado às normativas dos partidos e o outro mais autônomo em relação à direção partidária. No primeiro caso, temos a *Frente de Mujeres* do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) e a *Agrupación Evita*, ligada aos Montoneros. De acordo com Trebisacce, essas agremiações tinham por objetivo ampliar suas bases de militância, politizando as mulheres das camadas populares. Contudo, não tinham em seu horizonte tratar das opressões que recaíam sobre o cotidiano das

¹¹⁵ NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995, p. 120.

¹¹⁶ Nos anos 80, a revista voltou a ser editada pela *Organización Feminista Argentina* (OFA), que reuniu antigas militantes da UFA e do MLF. CESTARI, Mariana Jafet. **A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina na década de 1970**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

¹¹⁷ A respeito da militância feminina no período ver: ANDUJÁR, Andrea; D'ANTONIO, Fernanda; GIL LOZANO, Fernanda, GRAMMÁTICO, Karin; ROSA, María Laura(Org). **De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en Argentina**. Colección Cuarto Propio. Buenos Aires: Ediciones Luxemburgo, 2009.

mulheres, sendo abertamente refratárias ao feminismo como movimento político¹¹⁸. No segundo exemplo, estavam as organizações do *Partido Socialista de los Trabajadores* (PST) e da *Frente de Izquierda Popular* (FIP). Nas bases do PST foi conformado o coletivo *Muchacha*, responsável pela edição de quatro números de um periódico homônimo. No tocante à FIP, Barrancos afirma que havia um “fermento feminista” dentro da organização, além disso, a estrutura do partido, em comparação a outras organizações, sempre deu mais espaço às mulheres, inclusive em cargos de direção. Entretanto, não incluiu os temas latentes à condição feminina na pauta do movimento. Esse fato resultou na formação de um grupo dissidente, o *Movimiento Feminista Popular* (MOFEP), que teve relação estreita com o feminismo. Trebisacce advoga que este é o ponto nodal que distingue os grupos formados no PRT e nos *Montoneros* em relação à FIP e ao PST, pois as duas últimas “[...] contaron inicialmente con cierta autonomía en respecto de las direcciones de sus partidos y ambos os grupos femeninos estuvieron en contacto con los grupos feministas locales, con quienes compartieron las actividades de la agenda de militancia feminista¹¹⁹”.

É oportuno recordarmos que, em 1970, em decorrência da conjuntura econômica e social, Onganía foi deposto pelas Forças Armadas que argumentaram que o clima de instabilidade só poderia ser amenizado com o retorno de Perón ao país. Para isso, designaram o general Roberto Levingston como presidente, que permaneceu no poder por um curto período. Em 1971, o general foi substituído por Alejandro Lanusse, que teve a incumbência de negociar o retorno de Perón em uma tentativa de resolver os conflitos sociais presentes no país. Dois anos mais tarde, Héctor Cámpora, do Partido Justicialista, ganhou as eleições, mas renunciou poucos meses depois, em uma manobra que levou à eleição de Perón.

O retorno do ex-presidente, em junho de 1973, foi precedido de uma mobilização popular, com milhares de pessoas presentes em um ato no Aeroporto de Ezeiza, organizado pela ala da direita peronista. Entretanto, a manifestação foi transformada em palco de confronto entre os dois grupos peronistas, resultando em um grande número de mortos e feridos. No dia seguinte, em pronunciamento, Perón solicitou à população o restabelecimento da ordem política e institucional e não reconheceu a ala à esquerda como sua representante, deixando claro que caminho trilharia.

Nos primeiros meses do governo peronista, por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública, associada ao Ministério do Bem Estar Social, foi emitido o decreto n. 659, assinado

¹¹⁸ TREBISACCE, Catalina. Encuentros y desencuentros entre la militancia de izquierda y el feminismo en la Argentina. *Revista Estudos Feministas*, vol. 21 n° 2, Florianópolis, 2013.

¹¹⁹ Idem, p. 440.

por José López Rega, regulamentando a comercialização e venda de anticoncepcionais, bem como proibindo todas as atividades que, direta ou indiretamente, visassem o controle de natalidade¹²⁰. Barrancos afiança que o governante alegou que os métodos contraceptivos não correspondiam aos interesses argentinos e “[...] que se había afectado ‘la fundamental misión de la madre desnaturalizando la fundamental función maternal de la mujer y distrayendo a nuestros jóvenes de su natural deber como protagonistas del futuro de la Patria’¹²¹”. A justificativa foi amparada pelo discurso biologizante que reduz as mulheres a um “suposto destino natural” e que as delega dois papéis sociais: de esposas e de mães. Para cumprir tal fim, foi proibida a venda livre de anticoncepcionais e fechados consultórios públicos vinculados ao planejamento familiar.

Em 1974, com a morte de Perón, Maria Estela Martínez Perón, sua esposa e vice-presidente, assumiu o governo em meio à crise política, econômica e social. Durante a gestão, a permanência das restrições ao controle de natalidade fez com que as integrantes da UFA e do MLF se aproximassem. De igual modo, surgiram novas organizações como a *Asociación para la Liberación de la Mujer Argentina* (ALMA), que atuou entre 1974 e 1976; o *Centro de Estudios Sociales de la Mujer* (CESMA) e a *Asociación de Mujeres Socialistas* (AMS) que estiveram presentes na cena pública em oposição às medidas do governo¹²². Decorrente desse processo, em 1975, as associações feministas e femininas constituíram a *Frente de Lucha por la Mujer*, responsável pela organização de debates e por elaborar um folheto com os pontos centrais da campanha, entre os quais figuravam o direito ao divórcio, à livre eleição da maternidade e à remuneração para o trabalho doméstico. A Frente de Lucha convocou as argentinas a integrarem o Congresso Internacional, em Buenos Aires, como uma das formas de atuação do Ano Internacional da Mulher. Contudo, em retaliação, o governo de Estela Perón excluiu o grupo das atividades e da participação no Congresso¹²³. Deste modo,

¹²⁰ No Brasil, na contramão, o regime militar relutou em adotar políticas de controle de natalidade, alegando que o Estado brasileiro comportaria um crescimento demográfico. Entretanto, nos anos de 1970, autorizou a implantação da BEMFAM (Sociedade Civil do Bem Estar Familiar), uma filial da empresa norte-americana *International Planned Parenthood*. Por meio desta entidade, foram distribuídos anticoncepcionais em várias regiões do país, especialmente, nos estados nordestinos. Neste mesmo período, cresceu o número esterilizações femininas sem consentimento. Ambas as medidas geraram forte reação dos grupos feministas no final dos anos 70 e início dos 80. ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**, op cit.; SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

¹²¹ BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad Argentina: Una historia de cinco siglos**, op.cit., locais do Kindle 4145-4148.

¹²² TREBISACCE, Catalina. *Feministas en la Argentina de los '70: ¿Prácticas biopolíticas de militancia?*, op .cit.

¹²³ CHETJER, Silvia. *Temas del Debate Feminista Contemporáneo: feminismo por feminista (1970-1996)*, op.cit.

enquanto no Brasil as atividades deste ano se apresentavam como uma brecha para as feministas e um fio condutor da “segunda onda”; na Argentina, os ventos do autoritarismo se tornavam mais fortes.

Em março de 1976, Estela Perón foi destituída da presidência por comandantes militares das três forças armadas. A intitulada “Junta de Reorganización Nacional” foi formada pelo general Orlando Agosti, da Aeronáutica; por Emilio Massera, da Marinha; e pelo general Rafael Videla, comandante do Exército e que ficou a cargo da presidência. Os militares, paradoxalmente, tomaram o poder com a promessa de acabar com “o desgoverno” desencadeado pelo retorno do peronismo. Pilar Calveiro advoga que o golpe foi orquestrado em concordância pelas três forças armadas, o que era algo raro, e em consonância com os anseios de parcela da sociedade, especialmente das classes médias insatisfeitas com os sucessivos períodos de instabilidade social e política. Entre 1973 e 1976, a Argentina assistiu ao agravamento da crise econômica, a pior até então; ao ressurgimento de movimentos de esquerda e à escalada da violência estatal e paraestatal. Esses fatos levaram à crença de que o país vivia sob o “caos” e, frente a isso, os militares reapareceram, uma vez mais, como salvaguardas da nação “saturada” pelo peronismo. Calveiro avalia que a sociedade “deixou-se resgatar”, decidida “[...] a fechar os olhos para conseguir recuperar a tranquilidade e a prosperidade perdidas havia muito tempo – e graças a mais um golpe militar¹²⁴”.

A ditadura militar instaurada na Argentina foi considerada a mais cruel não apenas em relação aos regimes ditatoriais anteriores, mas, também, em comparação com os governos militares latino-americanos do mesmo período¹²⁵. Ao longo dos anos em que a Junta Militar esteve no poder, milhares de pessoas foram sequestradas, torturadas e assassinadas em campos de concentração e extermínio¹²⁶. Capelato assevera que muitos se perguntaram como foi possível que o país considerado mais desenvolvido e culto do Cone Sul “passasse a ocupar lugar de destaque na evocação das tragédias do século XX¹²⁷”. Para diversos autores, o terrorismo de Estado, presente no regime de 1976, foi gestado durante o governo de Estela

¹²⁴ CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento**. São Paulo: Boitempo, Edições Kindle.

¹²⁵ As ditaduras militares latino-americanas foram analisadas e interpretadas por vários pesquisadores, sendo vasta a bibliografia sobre o tema. A respeito da Argentina ver: NAVARRO, Marcos, PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007; O' DONNELL, G. **Contrapuntos: Ensayos Escogidos sobre Autoritarismo y Democratización**. Buenos Aires: Paidós, 1997; VEZZETTI, Hugo. **Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en Argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

¹²⁶ Segundo dados do Informe *Nunca Más*, mais de oito mil pessoas foram, publicamente, declaradas desaparecidas.

¹²⁷ CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a História. **Revista Clio**. Revista de Pesquisa Histórica, n. 24, 2006, p. 62.

Perón, período em que foi formada a Tríplice A (*Alianza Argentina Anticomunista*), um grupo paramilitar constituído por oficiais das Forças Armadas, policiais e ex-policiais e membros da Juventude Justicialista, que eram financiados e apoiados por López Rega. A *Triple A* teve um amplo papel na repressão aos grupos de oposição. Desde meados dos anos 70, orquestrou sequestros e assassinatos de centenas de artistas, intelectuais e militantes de grupos de esquerda, dando início ao desaparecimento de pessoas na Argentina. Servetto considera que a ação repressora iniciada no governo peronista pode ser pensada como uma primeira experiência das formas de repressão e violência que ocorreriam a partir de 1976. Segundo a autora “[...] lo sucedido a partir de 1976 es inseparable del inmediatamente anterior que transcurrió aproximadamente entre 1976 y 1983, en que el uso de la violencia política se tornó normal y en cierto modo aceptado en buena parte de la sociedad¹²⁸”. Em concordância, Capelato afirma que quando o golpe de se concretizou, organizações como o ERP e os *Montoneros* já estavam enfraquecidas pela ação dos grupos paramilitares¹²⁹.

Por seu turno, Luciano Allonso defende que a construção do Estado de exceção que vigorou nos anos de 1970 foi esboçada durante o regime da “*Revolución Argentina*”. Para o autor, naqueles anos as torturas sistemáticas, os desaparecimentos forçados e a prisão extremada dos opositores já estavam em execução e quando se acreditou que a destruição dos oponentes teria fim com a ascensão do justicialismo ao poder, o episódio violento ocorrido em Ezeiza passou “[...] a dar cuenta de la asunción por parte de la derecha peronista, con el acompañamiento de las estructuras represivas, de la tarea de eliminación de la izquierda de su propio movimiento¹³⁰”. Segundo Barrancos, sob a fórmula abstrata do “enemigo subversivo”, durante o governo da Junta Militar, a repressão alcançou desde guerrilheiros até manifestantes com opiniões de esquerda, ativistas de grêmios, militantes sociais ou ainda aqueles “[...] que a los represores se les antojaron amenazantes por las más aleatorias circunstancias¹³¹”.

¹²⁸ SERVETTO, Alicia. Memorias de la intolerancia política: las víctimas de la Tríplice A (Alianza Argentina Anticomunista). *Antítese*, UEL, v.1, n.2, 2008, p. 400.

¹²⁹ CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar na Argentina: um desafio para a História, op.cit.

¹³⁰ ALONSO, Luciano. “Las resistencias a la última dictadura argentina y la centralidad del movimiento por los derechos humanos”. In: MARCO, Jorge; Silveira, Helder G; MANSAN, Jaime V (Org.) **A violência e a Sociedade em ditaduras Ibero-Americanas no século XX**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015. Edição Kindle.

¹³¹ Segundo Barrancos, em alguns momentos, o governo anunciava que havia morrido subversivos em um enfrentamento, outras vezes “ni se disimulaba un enfrentamiento, aparecían los cadáveres en lugares tan visibles como las plazas, flotando en aguas o abandonados en morgues o cementérios para citar sólo algunas de las bien conocidas circunstancias de la acción ilegal”. Barrancos, Dora. **Mujeres en la sociedad Argentina**: Una historia de cinco siglos, op.cit. Locais do Kindle 4309-4312.

Não é nosso objetivo realizar uma análise dos regimes autoritários nos países estudados, ainda que esta experiência tenha sido constitutiva da segunda onda do feminismo. Nossa proposta limita-se a compreender como esse contexto histórico pode iluminar as questões centrais de nossa tese sobre os processos de autonomia ou institucionalização do feminismo. Sendo assim, é válido mencionarmos a conjuntura econômica argentina. Desde 1958 até o final dos anos de 1970, a economia do país girou em torno da industrialização, em uma proposta de substituição dos modelos de importação. Entretanto, no cenário mundial, as grandes multinacionais orientaram suas produções para artigos de consumo final, impactando o processo industrial latino-americano. Com o intuito de sanar os problemas econômicos e sociais, a Junta Militar aderiu à implantação de algumas medidas neoliberais e promoveu privatizações em diferentes ramos da indústria, respondendo, aos anseios do capital internacional. Catalina Banko afirma que:

El gobierno dictatorial en Argentina partió de la premisa de que hasta entonces habían regido políticas industrialistas auspiciadas por el Estado, que no contemplaban las reales ventajas comparativas del sector agroexportador [...]. De acuerdo a los principios de la teoría monetarista, se planteaba la necesidad de fortalecer al sector privado, eliminar las regulaciones en sistema financiero y liberalizar el comercio exterior, apuntando a la eliminación de las protecciones estatales. Mientras los salarios fueron congelados, los precios quedaron sujetos a las fluctuaciones del mercado, al tiempo que se dictó la intervención de los sindicatos para evitar protestas y huelgas¹³².

Segundo a autora, o Fundo Monetário Internacional (FMI) cumpriu papel importante em todo o processo, uma vez que acompanhou os alinhamentos neoliberais a fim de favorecer a entrada de empresas especializadas no país, como as de informática ou telecomunicações. Na Argentina, tais medidas não resolveram a crise, ao contrário, provocaram o fechamento de empresas e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. A inserção das ações neoliberais também aumentou a dívida externa que chegou a alcançar a taxa de 500% entre os anos de 1977 e 1982, resultando na alta da inflação.

Assim como no Brasil, as argentinas se posicionaram contra o regime militar. No entanto, além das questões de carestia, a intitulada *maternidade militante* debruçou-se, também, sobre o desaparecimento de pessoas. O terrorismo de Estado fez germinar uma das

¹³² BANKO, Catalina. “El Modelo neoliberal en Argentina y Venezuela: contrastes y convergencias”. In: KON, Anita; BANKO, Catalina, MELCHER, Dorothea; CACCIAMALI, María Cristina (Org.) **Costos Sociales de las Reformas Neoliberales en América Latina**. PUC São Paulo, FAPESP, Universidad Central de Venezuela, 2000, p. 31.

organizações mais expressivas do período: as *Madres de Mayo*¹³³. Em 1977, Azucena Villaflor começou a percorrer postos militares e Igrejas em busca de informações sobre seu filho, Néstor, que havia desaparecido junto à esposa no ano anterior. O caminho de Azucena cruzou ao de outras mulheres que partilhavam dessa mesma busca. O encontro levou essas mulheres a se reunirem na Plaza de Mayo, em frente à Casa Rosada, em Buenos Aires, para pressionar as instituições por informações de seus filhos. Segundo Barrancos:

El itinerario de Azucena, como el de otras madres, incluyó insistentes idas para intentar reunirse con el capellán de la Armada, Emilio T. Grasselli, en la capilla Stella Maris, y fue allí que sugirió con fuerza, a un cierto número de mujeres que se hallaban en la misma situación, que la cuestión era ir a Plaza de Mayo para que general Videla pudiera registrar lo que estaba ocurriendo. No obstante, el Ministerio del Interior había habilitado hasta una oficina para atender la cada vez mayor demanda de datos sobre desaparecidos. [...]La primera aparición de las mujeres en la Plaza ocurrió un sábado 30 de abril de 1977, pero luego se hicieron los viernes y, más tarde —parece que a pedido de Dora Penellas, a quien el viernes no le parecía un día de suerte— se instituyeron los jueves a las 15.30¹³⁴.

As *Madres de Mayo* chamaram a atenção internacional a partir da cobertura dada à visita do embaixador norte-americano, Terence Truman, em 1977. Na ocasião, a jornalista Saalu Chari foi detida por registrar as manifestações e acabou levando as informações sobre as *Madres* para fora dos muros argentinos. Nos Estados Unidos, a vitória do democrata Jimmy Carter trouxe ares novos para as políticas relacionadas aos direitos humanos, fazendo com que as denúncias das *Madres* fossem acolhidas no exterior. Neste ano, a agremiação publicou uma carta, destinada ao general Videla, solicitando ajuda para encontrar os filhos desaparecidos, os quais tiveram seus nomes expostos no jornal. Claramente, a ação não foi bem recebida pela cúpula militar que destinou uma série de medidas repressoras ao movimento, a exemplo do sequestro e do desaparecimento de Azucena Villaflor e de duas religiosas que apoiavam a entidade¹³⁵. Apesar do choque causado pelas perdas, as *Madres*

¹³³ Ver: GORINI, Ulises. **La rebelión de las madres** – Historia de las Madres de Plaza de Mayo. (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006; PONZIO, Maria Fernanda Garbero de Aragão. **Las madres de Plaza de Mayo**: a memória do sangue, o legado ao revés. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

¹³⁴ BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad Argentina**: Una historia de cinco siglos, op.cit. Local do Kindle 4342-4346.

¹³⁵ Antes da publicação dos nomes dos desaparecidos, algumas ativistas das *Madres de Mayo* como María Esther, María Eugenia e as monjas francesas, Alice Domon e Leonie Duquet, foram sequestradas, e outras, como Hebe Bonafini, tiveram seus filhos raptados. Nos anos de 1980, algumas das ossadas encontradas no litoral argentino foram reconhecidas como sendo de Azucena Villaflor. As cinzas de Villaflor foram depositadas em um monumento no centro da Plaza de Mayo.

conseguiram levar suas demandas à Comissão Internacional de direitos humanos, em Washington, e foram respaldadas por instituições norte-americanas e holandesas.

A partir da circulação de notícias de que vários partos haviam sido realizados nos centros clandestinos de detenção, o movimento das *Madres* se desdobrou no movimento das *Abuelas*, que deu início às buscas pelas crianças que poderiam ser seus netos. Barrancos assevera que 10% das mulheres sequestradas estavam grávidas e tiveram os filhos na prisão, sem que os familiares soubessem dos destinos das crianças¹³⁶. Posteriormente, foi esclarecido que muitos desses bebês foram adotados por famílias coniventes com o regime ditatorial e que mantiveram segredo sobre as origens e a identidade dos verdadeiros pais. Diferente das *Madres*, a agremiação das *Abuelas* luta por encontrar as crianças sequestradas, que hoje são adultas, a fim de que elas retornem aos seus lares biológicos. A partir de uma rede de apoio, divulgação e de testes genéticos, o movimento conseguiu lograr algum êxito e reencontrou parte das crianças que foi sequestrada na década de 1970¹³⁷.

Ainda sob o signo da repressão militar, surgiram outros grupos ligados às questões de gênero e ao feminismo, a exemplo da *Asociación de Mujeres Argentinas* (AMA), fundada em 1977 e que, mais tarde passaria a chamar-se *Asociación de Mujeres Alfonsina Storni* e o *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM), em 1979, unido ao *Programa de Investigación Social sobre la Mujer Argentina* (PRISMA). Mesmo sem definir-se como feminista, a agremiação *Derechos Iguales para la Mujer Argentina* (DIMA), fundada em 1975, foi ativa na campanha pela reforma da lei de *Patria Potestad* tentando, inclusive, contato com o regime militar para alterar a legislação, fato que só seria logrado na década seguinte¹³⁸.

As mulheres argentinas não foram as únicas a se unirem a partir das suas especificidades de gênero. Em 1968, no bairro La Boca, conhecido como reduto boêmio de Buenos Aires, foi fundado o coletivo *Nuevo Mundo*, reunindo militantes políticos que foram excluídos de suas organizações por serem homossexuais¹³⁹. A agremiação, pioneira na

¹³⁶ Além do sequestro de crianças, o Terrorismo de Estado argentino empregou outras formas de violência marcadamente de gênero, como o estupro e a tortura sexual. Ainda que na Argentina este tipo de violência também tenha sido empregado contra os homens, foi amplamente aplicada contra as mulheres. Ver: CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**, op.cit.

¹³⁷ Desde 1976, a partir de levantamentos de dados e testes genéticos, as *Abuelas* conseguiram encontrar 126 crianças. Segundo informações da página institucional da organização, estima-se em cerca de 500 o número de crianças sequestradas no período. Disponível em: < <https://www.abuelas.org.ar/>>.

¹³⁸ Entre 1981 e 1982, DIMA realizou dois congressos com temas amplos sobre a questão feminina e, em 1983, a organização se dissolveu e as ativistas seguiram distintos caminhos CHETJER, Silvia. *Temas del Debate Feminista Contemporáneo: feminismo por feminista (1970-1996)*, **Travesías**, op.cit.

¹³⁹ KLOCKER, Gastón, WILD, Carolina B. Revista *somos y la militancia homosexual en los '70*. **La ventana**, v. 5 n. 47, Guadalajara ene/jun, 2018.

América Latina, esteve na raiz da FLH, formada em 1971 e composta por integrantes do *Nuevo Mundo* e do *Círculo Cultural de Jovenes Socialistas*. Gastón Klocker e Carolina Wild afirmam que a organização teve forte influência do movimento norte-americano, *Gay Power*, e contou com ativistas de associações estudantis, anarquistas, além de lésbicas e homossexuais cristãos. Entre os anos de 1973 e 1976, a FLH publicou oito números da revista *Somos*, versando sobre a visibilidade e os direitos dos homossexuais. O periódico circulou por vários países americanos e europeus, influenciando, inclusive, a militância brasileira.

Em síntese, na Argentina, a passagem dos anos de 1970 para os de 1980 foi marcada pela atenuação da crise econômica e social, resultante da desindustrialização, das privatizações e do congelamento de salários. A imbricação desses fatores acarretou no aumento do índice de pobreza, da inflação e da dívida externa. Diante do fracasso das políticas econômicas, uma nova Junta Militar assumiu o poder, tendo à frente da presidência o general Roberto Viola. Entretanto, com a incapacidade de sanar a crise, Viola foi deposto e, em seu lugar, assumiu o general Leopoldo Fortunato Galtieri. Durante o seu governo, o país entrou em guerra contra a Inglaterra pelo controle e posse das Ilhas Malvinas (Falklands). Todavia, a decisão apenas acirrou a crise, pois, apoiada pelos Estados Unidos, a Inglaterra rapidamente venceu o exército argentino. A derrota teve grande impacto, uma vez que, não apenas demonstrou o fracasso da escolha, mas, também, implicou no enfraquecimento do governo. Em decorrência, em dezembro de 1981, cerca de 300 mil pessoas foram às ruas de Buenos Aires exigir o retorno democrático.

Deste modo, mesmo diante de quadros de crise política e econômica e de intensa repressão, assistimos as argentinas adentrarem a década de 1980 munidas de discursos e práticas feministas que auxiliaram na consolidação do movimento. Entretanto, diferente do Brasil que, como observamos, os movimentos se diluíram em torno das especificidades; na Argentina, as militantes vão formar uma frente única de atuação, como a *Multisectorial de la Mujer*, para pressionar por seus direitos. Esse arranjo organizacional não era uma novidade, ao contrário, fazia parte de uma cultura política do país. Logo, ainda que os grupos feministas e femininos tenham especificidades e posições políticas distintas, em determinados momentos, se reúnem em uma coalizão ampla para garantir que pontos comuns a todas integrantes possam ser assegurados na esfera política. Logo, quando do retorno democrático, as feministas argentinas estavam reunidas em uma frente conjunta de atuação. Sendo assim, indagamos, quais foram os caminhos delineados pelo feminismo argentino em relação ao Estado e à autonomia do movimento nos anos seguintes.

1.3. *El Modelito?* o feminismo chileno em tempos autoritários e neoliberais

No Chile, a retomada do feminismo e do movimento de mulheres, na década de 1970, tem características semelhantes aos dos movimentos da Argentina e do Brasil, a exemplo da resistência contra o regime militar, a luta contra a carestia de vida e a defesa dos direitos humanos. Entretanto, o país apresenta algumas singularidades. É imperativo ressaltarmos que nessa década, o país conviveu com dois modelos econômicos antagônicos: o socialismo e o neoliberalismo, algo muito distinto das experiências do Brasil e Argentina. Em 1970, a coligação dos partidos de esquerda, a *Unidad Popular* (UP), levou Salvador Allende à presidência da República pela via democrática. A eleição de um presidente de esquerda era algo, até então, novo na América Latina. Allende tinha por objetivo transformar o Chile, de forma pacífica, em um estado socialista por meio de projetos sociais. Peter Winn afirma que o cerne das mudanças propostas estava na “recuperação das riquezas [minerais] básicas, particularmente das minas de cobre; a nacionalização dos bancos; uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas¹⁴⁰”. Nos três anos de governo da UP essas mudanças foram percebidas, especialmente, na área social. Winn advoga que houve pleno emprego, investimentos nas áreas rural e urbana; na educação, na saúde, na alimentação infantil e na construção de moradias populares. Contudo, a partir do segundo ano, o governo sofreu duras críticas e enfrentou boicotes. Em 1971, grupos empresariais promovem *lockout*, incentivando greves de caminhoneiros de diferentes setores, o que resultou em uma crise de abastecimento e alta no valor dos produtos. A fim de controlar os preços, sobretudo dos alimentos, e recuperar o poder de compra das camadas populares, a UP criou as *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAP) atuantes em diversos bairros¹⁴¹.

Os partidos de direita, incluindo a Democracia Cristã que, até então, era favorável ao governo, teceram severas críticas à gestão de Allende. Marco Aurélio Garcia afiança que esses fatos impactaram importantes setores sociais afetados pela crise e a UP viu-se “entre dois fogos”, sendo alvo tanto do conservadorismo das classes médias e altas, quanto dos

¹⁴⁰ Alguns destes projetos já estavam em curso no governo do democrata cristão, Eduardo Frei, que, em 1967, aprovou a lei da Reforma Agrária e deu início à expropriação de terras. No governo de Allende tal medida foi intensificada gerando descontentamento e reação das classes médias e altas e dos partidos mais conservadores. WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. Coleção Emília Viotti da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 81.

¹⁴¹ As JAPs contaram com a participação efetiva das mulheres, donas de casa, que foram convocadas a se organizarem para ajudar e multiplicar as estratégias do governo de controle de abastecimento e preço dos alimentos em seus bairros. A respeito do tema ver: CONTRERAS, Leonardo. **Las Juntas de Abastecimiento y Precios: historia y memoria de una participación popular (Chile 1970-1973)**. Tesis para graduación en Historia. Santiago de Chile, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2012.

partidos políticos de direita. Segundo o autor, o descontentamento e os ataques se desdobraram em mobilizações de massa contra Allende. O cenário fortaleceu iniciativas institucionais de tentar controlar ou limitar o governo, sobretudo por movimentações dentro das Forças Armadas que já articulavam um possível golpe. Para Garcia, a falta de reação do governo levou à atomização de sua base de apoio, que passou a refletir sobre projetos de governo capazes de barrar a contrarrevolução¹⁴².

Como no Brasil, as mulheres das classes médias tiveram forte protagonismo na derrubada do governo democrático. Foi significativa a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, orquestrada em 1971, que teve como mote a crise de abastecimento e a alta inflação, ganhando adesão em várias cidades do país. A ação foi reportada pela mídia e sua expressividade deu ensejo ao *Poder Feminino*, um movimento constituído por mulheres ligadas à Democracia Cristã e pertencentes a diferentes classes sociais que organizaram vários protestos e contribuíram para desestabilizar o governo de Allende.

Em 11 setembro de 1973, o golpe militar teve início com a Marinha na costa chilena e, posteriormente, com os ataques aéreos e com as tropas e tanques que bombardearam o *Palacio de la Moneda*, sede presidencial. Allende e alguns amigos políticos estavam na residência como uma forma de resistir ao golpe. O presidente eleito morreu no Salão da Independência, entretanto, a causa de sua morte gerou as hipóteses de suicídio e assassinato¹⁴³. O bombardeio deixou o palácio em chamas e marcou o início do regime militar. Tal qual a Argentina, uma junta das Forças Armadas tomou o poder e o general Augusto Pinochet assumiu a presidência que, a princípio, teria caráter rotativo.

Em narrativa aberta à nação, a derrubada do governo foi justificada como uma medida de “salvar o país do comunismo” e, para cumprir tal fim, a Constituição foi suspensa, o Congresso fechado, os partidos de esquerda considerados ilegais e os de direita e centro, incluindo os que apoiaram o golpe, foram suspensos. Ademais, foi decretado estado de sítio, censura prévia e proibição de eleições em qualquer instituição. O cotidiano também foi alterado por meio de horários determinados para fazer compras e com a instauração do toque de recolher. Os programas de rádio foram usados para divulgar uma lista de “subversivos” e incentivar a população a denunciá-los. Moraes afirma que a violência foi generalizada e não se restringiu aos “indesejáveis” pertencentes ao governo de Allende, mas, também, foi direcionada aos que discordavam do regime. Segundo a autora, “[...] as prisões transbordavam

¹⁴² GARCIA, Marco Aurélio. No fim da alameda Chile: passado & presente. **Revista C&P**, Rio de Janeiro, n. 2, mar/jun, 1984.

¹⁴³ Em 2014, a Suprema Corte Chilena encerrou as investigações sobre a morte de Salvador Allende e determinou a causa como suicídio.

e o próprio Estádio Nacional foi utilizado como prisão, tortura e morte¹⁴⁴”. Por meio da *Secretaria Nacional de Detenidos* (SENDET) e da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) foram gestadas perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos de militantes políticos, artistas e intelectuais. Viviana Vargas afiança que cerca de três mil pessoas foram executadas pelo regime militar e mais de 18 mil pessoas foram torturadas¹⁴⁵.

Para além da violência institucionalizada, o regime militar colocou fim às medidas sociais adotadas nos últimos anos. Pinochet revogou a reforma agrária e iniciou uma série de privatizações de bancos, de indústrias e de setores públicos essenciais como a saúde, a educação e a previdência social, dando indícios da política neoliberal que o governo adotaria. Essas ações foram justificadas como forma de reverter a crise gerada nos anos anteriores e controlar a inflação que alcançava, no final daquele ano, a taxa de 600%. Vargas observa que:

[...] las nuevas autoridades económicas concentraron la crítica contra la “cultura del reparto” estatal; decretaron la liberación de precios y salarios, la reducción de gastos gubernamentales y el aumento de tributos para reducir el déficit del sector público. Se rebajó el gravamen sobre las utilidades de las empresas y fueron abolidos los que recaían sobre el patrimonio y ganancias del capital. Devueltas a sus antiguos dueños; 20% fue rematada entre habitantes no rurales, y otra parte fue parcelada y distribuida individualmente entre campesinos. Otro masivo traspaso de recursos públicos a manos privadas, pero con transacción monetaria de por medio, se inició con la primera oleada de privatizaciones concretada entre 1974-1978; si en 1973 alrededor de 400 empresas y bancos se encontraban en la esfera pública, en 1980 sólo había 45¹⁴⁶.

Por essa via, o Chile tornou-se o primeiro país latino-americano a adotar as medidas neoliberais que já eram vislumbradas, na ordem mundial, desde os anos de 1950. Perry Anderson advoga que as concepções teóricas e políticas neoliberais surgiram na Europa e nos Estados Unidos, durante os anos de 1940, como uma reação ao intervencionismo das políticas do Estado de Bem Estar Social no pós-guerra¹⁴⁷. Na Europa, a partir de 1947, grupos e associações foram criadas para discutir as propostas e as possibilidades de implantação deste

¹⁴⁴ MORAES, Maria Lygia Q. **Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile**. Primeira Versão 96, IFCH/Unicamp, n. 96, 2001.

¹⁴⁵ De acordo com a autora, metade das execuções ocorreu entre setembro e dezembro de 1973. VARGAS, Viviana B. Neoliberalismo, protesta popular y transición en Chile, 1973-1989. **Política y Cultura**, primavera, n. 37, 2012.

¹⁴⁶ Idem, p. 91.

¹⁴⁷ Para o autor, a obra que postula os pressupostos neoliberais é o “Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, publicado em 1944, em que o mesmo se opõe a toda limitação do mercado pelo Estado, compreendida como uma forma de cerceamento de liberdade em todos os sentidos. ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

modelo. No entanto, o autor avalia que foi a partir de 1973, diante das sucessivas crises econômicas presente em distintos países capitalistas, que o discurso neoliberal ganhou força. De acordo com os pressupostos teóricos neoliberais, a responsabilidade pelo acirramento da crise estaria na organização sindical e trabalhista. Como explica Anderson:

A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais¹⁴⁸.

O discurso encontrou solo fértil no Chile ditatorial, especialmente, após a queda de um regime socialista. Porém, as ideias neoliberais não eram novas no país. Durante o governo de Carlos Ibañez del Campo, o modelo foi proposto por meio da *Misión Klein-Saks*, uma empresa de consultoria privada norte americana que atuou no Chile entre 1955 e 1958. O propósito era implantar um programa econômico liberal a fim de conter a inflação e seguir as recomendações do FMI. A missão teve amplo apoio de Agustín Edwards Budge, proprietário do jornal *El Mercurio*, que se tornou porta-voz do projeto neoliberal no país. Javier Gavilán analisa que, apesar da missão ter conseguido diminuir a inflação e elaborar um programa liberal de economia não teve apoio dos empresários e da tradicional direita chilena, pois os ideais não estavam afinados com a concepção clássica de economia partilhada por esses segmentos¹⁴⁹.

Todavia, Gavilán afirma que as prerrogativas neoliberais não saíram de circulação e, em 1953, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) propôs a criação de uma escola piloto para estudar a economia da região. A ideia inicial previa que a Universidade do Chile abrigasse a escola, contudo, o projeto foi rejeitado por vários setores. Frente à negativa, o decano da Universidade Católica do Chile assinou um acordo com a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, no qual estava previsto a seleção de alunos de pós-graduação em Economia para um intercâmbio na Escola de Chicago, reconhecido centro de pesquisa neoliberal. Os estudantes selecionados ganhariam uma bolsa para realizar cursos de pós-graduação na área com o intuito de, futuramente, reelaborarem o currículo da Faculdade de Economia por meio da formação de um novo grupo de professores e investigadores.

¹⁴⁸ Idem, p. 10.

¹⁴⁹ GAVILÁN, Javier Francisco Campos. **Antecedentes del neoliberalismo en Chile (1955-1975): el autoritarismo como camino a la libertad económica**. Tesis para licenciado en Ciencias Jurídicas, Santiago de Chile, Universidad de Chile, 2013.

Esse grupo de estudantes chilenos ficou conhecido como *Chicago Boy's* e, posteriormente, assumiu o ensino e a reformulação do programa de economia da Universidade Católica. Em 1958, sob a responsabilidade da nova equipe, foram ofertados cursos para o empresariado e, entre 1962 e 1963 foram criados o *Centro de Investigación Económica* (CIE) e o *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESOC). Muitos dos intelectuais chilenos formados em Chicago contribuíram com as páginas de economia do periódico *El Mercurio* e das revistas *Portada* e *Qué Pasa*. Esses meios de comunicação foram importantes difusores das propostas neoliberais no país¹⁵⁰. Esses intelectuais também foram responsáveis pela elaboração do *El Ladrillo*, um plano de governo de base neoliberal que delineava os programas de cortes de médio e longo prazo e que foi aplicado pelo regime militar de Pinochet¹⁵¹.

Anderson avalia que a “experiência piloto” do neoliberalismo chileno apresentou medidas severas para a população, tais como “[...] desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos¹⁵²”. Para o autor, a experiência chilena estava mais alinhada às prerrogativas norte-americanas, de Friedman, que chegou a visitar o país em 1975, do que da corrente austríaca de Friedrich Hayek. Entretanto, o historiador afirma que não foi surpresa para ambos os economistas, que o neoliberalismo chileno tenha ocorrido junto ao golpe autoritário, pois a questão democrática não é central em suas teorias. Assim, ao contrário do liberalismo, o neoliberalismo não tem entre seus pressupostos a garantia das liberdades individuais e sociais.

As medidas adotadas pela equipe econômica de Pinochet, a princípio, resultaram em um rápido crescimento, fazendo com que o modelo servisse de inspiração para outros países. Os efeitos foram sentidos a partir da queda da inflação de 500%, em 1973, para 30%, em 1978. De igual modo, a substituição dos modelos de importação e exportação trouxe um acréscimo econômico, levando ao denominado “milagre econômico chileno”. Em contrapartida, o crescimento econômico veio acompanhado por uma alta taxa de desemprego, pela queda no valor do salário mínimo, pela precarização das relações de trabalho e pelo aumento da dependência externa¹⁵³.

¹⁵⁰ A respeito ver: STEPAN, Alfred, LINZ, J. **A transição e consolidação da democracia e a experiência da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁵¹ O documento está disponível em: CASTRO, Sergio de. **El ladrillo: bases económicas del gobierno militar chileno**. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1992.

¹⁵² ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”, op.cit.

¹⁵³ ROUQUIÉ, Allan. **O Estado Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

Em uma tentativa de conter o desemprego, o governo adotou medidas como o *Programa Empleo Mínimo* e o *Programa de Ocupación para Jefes de Hogar* que funcionaram entre os anos de 1974 a 1988, atendendo de 2 a 6% da população economicamente ativa¹⁵⁴. Vargas afirma que esses projetos foram pensados em caráter transitório, apenas para absorver o alto contingente de trabalhadores e de jovens desempregados, porém, acabaram dando corpo a um novo regime de trabalho marcado por precárias condições e pela ausência de garantia de direitos. Como analisa a autora:

Bajo el Programa de Empleo Mínimo (PEM) creado en agosto de 1974 y el Programa de Ocupación para Jefes de Hogar (POJH) en octubre de 1982, decenas de miles de trabajadores, vivieron o sobrevivieron con remuneraciones muy inferiores al ingreso mínimo legal y carentes absolutamente de estabilidad. El programa que absorbió a importantes filas de obreros desocupados y jóvenes en edad productiva se convirtió en una fórmula estatal de explotación e inestabilidad laboral. Como el programa –que en el caso del PEM se extendió más de una década– tenía carácter de “transitoriedad”, estos trabajadores no eran considerados trabajadores del Estado, no tenían derecho a indemnizaciones, asignaciones familiares, colación, ni menos a sindicalizarse. A ellos “nadie les aseguraba nada”¹⁵⁵.

Esses programas pagavam entre 40% a 60% do salário mínimo e institucionalizaram no país o subemprego. A partir de 1981, os efeitos das medidas neoliberais tornaram-se mais fortes e, segundo a autora, entre os anos de 1980 e 1984, o desemprego feminino praticamente dobrou, indo de 10.7% para 19%; enquanto o masculino passou de 12.1% para 15,9%. Logo, no ápice da crise, 75% das mulheres estavam inseridas em ações governamentais. Susan Franceschet afirma que essa nova relação de trabalho afetou drasticamente as relações de gênero¹⁵⁶. Devido ao desemprego masculino, várias famílias se separaram e as mulheres assumiram a chefia da casa e o cuidado com as crianças¹⁵⁷. Heidi Tinsman, ao tratar do impacto do neoliberalismo na área rural, afiança que o elevado número de trabalhadoras temporárias em empresas de exportação de frutas também impactou a vida em família e as relações de gênero, especialmente no tocante às masculinidades¹⁵⁸. Esses fatores intercalados

¹⁵⁴ FRANCESCET, Susan. **Gender and Citizenship**: Democratization and women's politics in Chile. Ontário, PróQuest, Dissertación Services, 2002.

¹⁵⁵ VARGAS, Viviana. Neoliberalismo, protesta popular y transición en Chile, 1973-1989, op.cit., p. 101.

¹⁵⁶ FRANCESCET, Susan. **Gender and Citizenship**: Democratization and women's politics in Chile, op.cit.

¹⁵⁷ Valenzuela afirma que, em decorrência da crise econômica, nas famílias mais pobres, ocorreu ainda um agravamento das desigualdades de gênero, uma vez que as meninas foram retiradas da escola para auxiliarem nas atividades domésticas, enquanto os meninos seguiram a rotina escolar. VALENZUELA, Maria Elena. Las mujeres en la transición democrática. DRAKE, Paul, JAKSIC, Iván (Org.). **El difícil camino hacia la democracia en Chile 1982-1990**. Santiago, FLACSO, 1993, p. 322.

¹⁵⁸ TINSMAN, Heidi. Reviving Feminist Materialism: Gender and Neoliberalism in Pinochet's Chile. **Signs**, vol. 26, n. 1, Chicago, Autumn, 2000. A revista *Furia*, que apresentaremos no próximo capítulo, tratou desta questão

consagram ao Chile o intitulado processo de “feminização da pobreza”, uma das faces do neoliberalismo na América Latina¹⁵⁹.

Ao lado desses acontecimentos, Pinochet capitalizou o movimento feminino que apoiou a queda de Allende e fortaleceu o discurso conservador a respeito do lugar das mulheres na sociedade chilena. María Valenzuela afirma que o general estimulou a organização feminina e contou com um “verdadeiro exército” formado por voluntárias e esposas de militares que atuaram na *Secretaría Nacional de la Mujer*¹⁶⁰ e nos *Centros de las Madres* (CEMAS)¹⁶¹. A Secretaria possuía, inclusive, um periódico regular que tinha o intuito de fortalecer a imagem tradicional da mulher ligada à maternidade e ao casamento, enaltecendo o papel feminino na preservação da família e na “renovação” do projeto de nação¹⁶². Em seus discursos, Pinochet afirmava que as mulheres não queriam apenas uma nova ordem econômica e política, mas, também, um novo “ideário moral”. Assim, o discurso oficial enfatizava o caráter “heroico” dessas mulheres na reconstrução nacional ao libertar o país das “garras do marxismo internacional” e afiançava que, superado esse momento, elas poderiam retornar, dignamente, às suas funções de mãe, esposas e formadoras dos cidadãos da nova nação.

La mujer ya cumplió para la Junta con la tarea de remover el peligro marxista del país, hoy retoma su misión en el hogar, difundiendo en éste los valores y doctrinas de sus gobernantes: ha de ser educadora y formadora de conciencias, la mujer es la

apresentando como estas empresas preferiam contratar mulheres, pagamento preços menores, e como esta nova relação de trabalho impactou no cotidiano familiar do campo.

¹⁵⁹ O conceito de feminização da pobreza é atribuído à norte-americana Diane Pearce. Ela afirmou que esse processo ocorreria na medida em que as mulheres passassem a não contar com a presença do marido ou do companheiro em seu lar e, deste modo, ela se torna a responsável pelo sustento da família e de seus filhos. Para a autora, isso geraria um quadro em que a pobreza estaria atrelada ao cotidiano feminino. PEARCE, Diane. *The feminization of poverty: women, work and welfare*. **Urban and Social Change Review**, January, 1978.

¹⁶⁰ A *Secretaría Nacional de la Mujer* foi criada em 1972, durante o governo de Allende, e foi transformada durante o regime de Pinochet, sendo inclusive, presidida por sua esposa. A partir de 1976, a *Secretaria* passou a editar a revista *Amiga*, responsável por divulgar o ideal de mulher atrelado à naturalização e à valorização dos papéis de mãe e esposa. A revista *Furia*, uma de nossas fontes, em sua quarta edição, apresentou uma matéria crítica à Secretaria e ao ideário feminino divulgado pela revista.

¹⁶¹ Os *Centros de Madres* (CEMAS) eram uma das organizações femininas de base popular mais antiga do Chile, sendo sua fundação de 1950. A organização passou por diversas transformações em sua estrutura e objetivos. Durante os governos de Eduardo Frei, da Democracia Cristã, e durante a vigência da *Unidad Popular*, os CEMAS funcionaram como centros de integração da mulher ao desenvolvimento social, funcionando, muitas vezes, como espaços de articulação política das mulheres em relação às suas demandas específicas. Durante o governo de Pinochet, o Centro de Madres teve seu nome alterado para *Fundación Gabriela Letter Ibáñez* e também passou a ser um polo de formação dos papéis tradicionais femininos. VALDÉS, T., WEINSTEIN, M., TOLEDO, M., LETELIER, L. **Centros de Madres: 1973-1989 ¿Solo disciplinamiento?** Santiago: FLACSO, 1989.

¹⁶² VALENZUELA, María Elena. “Las mujeres en la transición democrática”, op.cit.

gran formadora del porvenir y la gran depositaria de las tradiciones nacionales. En su misión de mujer y madre, se dan la mano el pasado y el futuro de la nación, y quien aspire, como gobernante, a proyectar en el tiempo una obra política estable, tiene que contar con la palanca espiritual de su poder.¹⁶³

Logo, as mulheres não necessitavam mais ocupar o espaço público e político, pois, agora, a “missão” feminina consistia na educação materna para a formação do novo cidadão chileno. Frente a este cenário, as condições para o ressurgimento do movimento feminista e de mulheres chilenas apresentaram certas especificidades. De um lado, estiveram as políticas e processos gerados pela repressão militar e pelas medidas neoliberais. De outro, o confronto ao discurso oficial que preconizava que as mulheres já tinham realizado sua missão política e deveriam, apenas, salvaguardar a nação como esposas e mães. Deste modo, o feminismo surgiu combatendo tanto os discursos que excluem as questões de gênero da esfera política, como o impacto das medidas neoliberais e autoritárias no cotidiano das mulheres.

Notoriamente, o Chile também possui uma militância feminista histórica que data de meados do século XIX. Em 1865 foi publicado o primeiro jornal escrito e dirigido por mulheres, *El Eco de las Señoras de Santiago*. Porém, diferente das publicações do Brasil e da Argentina, os doze números foram editados por um grupo de católicas que defendia o papel da mulher na família e na educação, bem como os pressupostos religiosos como escudo da nação. Já em 1897, o boletim *La Mujer* que foi publicado por associadas da Academia Mercedes Marín del Solar, uma expressão cultural de mulheres de classes médias que tinham acesso ao ensino superior.

Na primeira década do século XX despontaram coletivos de socialistas, anarquistas e feministas que utilizaram a imprensa para divulgar seus ideais. Asunción Lavrin afirma que os periódicos *La Aurora*, *La Palanca* y *La Alborada* “fueron en Chile tres ejemplos de los primeros periódicos socialista de abierta orientación feminista¹⁶⁴”. Estas publicações foram editadas por operárias que discutiram as questões relativas ao trabalho, assim como sexualidade e controle de natalidade. Julieta Kirkwood advoga que, entre os anos de 1915 e 1924, houve uma proliferação de instituições, agrupamentos e coletivos de mulheres de diferentes classes sociais e políticas¹⁶⁵. A autora observa que nem todas tinham uma postura

¹⁶³Fragmento perteneciente al Mensaje a la mujer chilena, Universidad Gabriela Mistral, 1974. Información recogida en Violación de los Derechos de la Mujer en Chile, Santiago de Chile, marzo 1977. APUD: YAGUÉS, Javier. **Las mujeres en la izquierda durante la Unidad Popular y la Dictadura Militar (1970-1990)**. Tesis de Doctorado, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 2012, p. 69.

¹⁶⁴ LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)**. Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Santiago: 2005, p. 36.

¹⁶⁵ KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile: las feministas y los partidos**. Santiago: FLACSO, 1986.

clara em relação ao feminismo ou ao movimento sufragista, enfatizando, por vezes, a importância da educação e das mudanças culturais. No entanto, essas mulheres foram responsáveis pela organização de tertúlias e por inserir no cenário político institucional as questões femininas. Datam deste período o *Círculo de Lectura de Señoras*, criado por Amanda Labarca¹⁶⁶, em 1915; o *Partido Cívico Femenino*, em 1919; e o *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH), em 1935. Tanto o *Partido Cívico* quanto o *MEMCH*, se constituíram de forma autônoma e contaram com uma imprensa regular para divulgar suas ideias, sendo que o primeiro editou a revista *Acción Feminina* durante quatorze anos de forma ininterrupta; e o segundo publicou, entre os anos de 1935 e 1941, o jornal *La Mujer Nueva*, que debatia, para além do sufrágio feminino, as condições de vida e trabalho das chilenas¹⁶⁷.

Todavia, Kirkwood defende que após a breve participação na vida pública, houve um silêncio feminista. Isto é, depois da construção de uma frente ampla de luta nacional pelo direito ao voto, não houve registros sobre a presença feminista no espaço político. A autora argumenta que as conquistas femininas foram logradas nos momentos de organização autônoma do movimento e que houve um silenciamento sobre as especificidades de gênero após a entrada das mulheres em canais tradicionais de participação política. Em sua análise, Kirkwood afirma que houve uma atomização e dissolução das organizações femininas e as agremiações que permaneceram atuantes foram as de caridade ou assistencialismo, implicando em um “abandono do conceito de feminismo”. Ainda que muitas mulheres tenham atuado nos partidos políticos e realizado assembleias, a não documentação de tais atividades impossibilita romper o silêncio sobre esses anos de atuação. Porém, Moraes afiança que as chilenas ganharam expressão por meio dos sindicatos e dos partidos políticos, sobretudo os de esquerda. Além da conquista do voto, em 1949, a autora pontua que, em 1957, três mulheres foram eleitas para a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, no ano seguinte, a primeira deputada eleita, Inés Enriquez, apresentou um projeto de descriminação do aborto¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Amanda Labarca foi professora de castelhano e escritora. Ainda muito jovem, estudou em universidades europeias e entrou em contato com o pensamento feminista. Retornando ao Chile, promoveu diversas tertúlias sobre a importância da educação feminina e formou, em 1919, o *Círculo Femenino de Estudios*.

¹⁶⁷ As militantes do MEMCH tiveram uma relação estreita com a esquerda, em especial ao Partido Comunista, vinculando-se, posteriormente, à Frente Popular. No entanto, as relações entre as militantes do MEMCH e os discursos da esquerda que viam o feminismo como algo “burguês” e divisionista, levaram a tensões e rupturas entre as mulheres que eram autônomas e as que militavam no Partido Comunista. Com a chegada de Carlos Ibañez ao poder e crescente perseguição à esquerda, o MEMCH encerrou suas atividades em 1952.

¹⁶⁸ MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Feminismo, Movimentos de Mulheres e a (Re) construção da democracia em três países da América Latina**. Primeira Versão 121: IFCH/UNICAMP, 2003.

A ruptura do suposto silêncio ocorreu em meados dos anos 70. Eliana Largo afirma que mulheres que não se reconheciam como feministas passaram a se reunir em pequenos grupos para discutirem acerca da situação política do país. Em 1975, as chilenas interrogaram o que significava a democracia em suas vidas, refletindo sobre o autoritarismo, a igualdade e a liberdade. Entretanto, em um cenário diferente da Argentina e do Brasil, as chilenas não foram às ruas no Ano Internacional da Mulher¹⁶⁹. Podemos perceber que, apesar de os três países apresentarem semelhanças em relação aos regimes políticos vigentes, as particularidades locais e temporais nos permitem ver as dessemelhanças na organização do movimento feminista. Assim, durante as comemorações do Ano Internacional da Mulher, data que deveria ser comum aos movimentos dos três países, as feministas tiveram experiências políticas distintas em relação ao espaço público.

No caso do Chile, Teresa Valdés assevera que a brutal repressão estimulou diversas mulheres a se organizarem em torno das vítimas da violência, isto é, dos presos, dos desaparecidos e dos exilados políticos. Elas constituíram coletivos como a *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos* e o *Mujeres Democráticas*, os quais tiveram papel fundamental no apoio financeiro aos familiares e na denúncia dos crimes da ditadura. As necessidades econômicas do período também fizeram germinar agremiações femininas, ligadas à Igreja católica, que mobilizaram a construção de espaços comuns como refeitórios populares e infantis, oficinas de artesanato e cozinhas comunitárias¹⁷⁰. As militantes de partidos políticos também deram origem a associações como a *Unión de Mujeres* (Udem), em Valparaíso e, a *Asociación para la Unidad de las Mujeres* (ASUMA), em Santiago.

Também data desse período a criação do *Departamento Femenino de la Coordinadora Nacional Sindical*, constituído por operárias sindicalizadas, esposas de trabalhadores e empregadas domésticas. Teresa Valdés e Marisa Weinstein afirmam que esse espaço foi um importante catalisador do movimento de mulheres e de feministas que se formou nos anos de 1980. Em 1978, a entidade foi responsável por organizar a primeira atividade feminina durante o regime militar e propor o *I Encuentro Nacional de la Mujer Chilena*¹⁷¹. No ano seguinte, foi fundado o *Círculo de Estudios de la Mujer*, composto por militantes políticas e pesquisadoras acadêmicas. Esse espaço se configurou como um importante lócus de reflexão

¹⁶⁹ LARGO, Eliana. “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. op.cit.

¹⁷⁰ VALDÉS, Teresa. Las mujeres en la dictadura. **Programa de estudios FLACSO**. Santiago do Chile, nº 94, 1987.

¹⁷¹ VALDÉS, Teresa; WEINSTEIN, Marisa. **Mujeres que sueñan: las organizaciones de pobladoras en Chile (1973-1989)**. Santiago de Chile: FLACSO, 1993.

e discussão sobre os efeitos do autoritarismo na vida das chilenas, promovendo oficinas, grupos de conscientização, seminários e debates em torno das questões de gênero. O grupo também publicou um boletim homônimo. O espaço contava com o resguardo institucional e o apoio financeiro da *Academia de Humanismo Cristiano*. Porém, devido aos embates referentes às abordagens realizadas pelo grupo, a entidade retirou o suporte dado à instituição e o Círculo encerrou suas atividades em 1983. Foi ainda em 1979, que na zona norte de Santiago, surgiu o *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO), buscando refletir sobre a dupla opressão que recaía sobre as mulheres.

Tobar, Catalán e Caviedes afirmam que muitas destas organizações, que a princípio eram direcionadas para as questões de subsistência, foram migrando para agremiações femininas que possuíam uma identidade mais afinada com as demandas de gênero e com os discursos feministas. Segundo as autoras:

[...] este proceso fue posible gracias al desarrollo, a fines de los setenta, de programas específicos de trabajo con grupos y organizaciones de mujeres en instituciones de apoyo y de acción social – también llamadas ONG [...] – en salud, en educación infantil, en grupos de autoconciencia, en relación la situación jurídica de la mujer.¹⁷²

A análise das autoras nos leva à singularidade chilena: a expansão das atividades das Organizações Não Governamentais (ONG) no país durante os anos de 1970. Uma parte da reorganização dos movimentos sociais, dos debates políticos e das produções intelectuais de oposição ao regime ocorreu por intermédio das ONGs. Como exposto, o regime ditatorial de Pinochet e suas medidas de contenção de gastos públicos acabaram por gerar uma alta inflação, aumentando o custo de vida e o desemprego. Nas universidades, muitos docentes e pesquisadores foram destituídos de seus cargos e de seus espaços de investigação e encontraram abrigo em ONGs, que se tornaram *locus* privilegiado de atuação política e intelectual.

Margarita Iglesias assevera que essas instituições serviram como estratégia de trabalho para profissionais das classes médias e ainda como forma de organização social para grupos intelectuais e antiditatoriais¹⁷³. Nesta esteira de reflexão, Gonzalo Delamaza advoga que os

¹⁷² TOBAR, Marcela; CATALÁN, Lorena; CAVIEDES, Elizabeth. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura*. Santiago: CEM y Ed. Cuarto Propio, 2003, p. 133.

¹⁷³ IGLESIAS, Margarita. Los desafíos del Cono Sur desde las perspectivas de las mujeres. La democratización de la democracia o la reinención de una democracia latinoamericana. In: PEDRO, Joana M & WOLFF, Cristina (Org.) *Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010.

espaços não governamentais foram importantes referenciais para a rearticulação das iniciativas sociais e políticas em diferentes segmentos da sociedade chilena. Em sua análise, o autor afiança que, por detrás da emergência das ONGs, estavam em curso alianças, propostas e estratégias de reorganização política. Essas organizações contaram com figuras pertencentes aos partidos políticos, aos quadros profissionais vinculados ao Estado ou à política, além de dirigentes sociais que tentavam se rearticular em condições desfavoráveis. De acordo com Delamaza:

Una generación de profesionales y técnicos de clase media con formación académica y experiencia de militancia social y política en los movimientos sociales y políticos o participación en el gobierno a partir de mediados de los años ‘60. Dichos profesionales fueron exonerados de los puestos públicos, marginados de las universidades y perseguidos por la dictadura militar y encontraron refugio y nuevos espacios de actuación en las ONG. Líderes sociales, comunitarios y militantes políticos de base que se entregaron sin pausa a la reconstrucción de los vínculos y valores del movimiento social popular. Proporcionaron el anclaje social y la legitimidad al movimiento de las ONG, al tiempo que recibieron apoyo para su subsistencia y actuación social¹⁷⁴.

Cristina Moyano analisa que com o fechamento dos espaços acadêmicos, sobretudo os que eram ocupados por intelectuais de esquerda ou pela ala progressista da Democracia Cristã, surgiram novos formatos institucionais como os Centros Acadêmicos Independentes, apoiados pela Igreja ou pelas ONGs. A pesquisadora adverte que essas entidades contavam com o suporte financeiro de agências de cooperação internacional norte-americana, tais como a Fundação Ford, Ebert, Konrad Adenauer, Conselho Mundial de Igrejas, da ICCO, da Holanda e da SIDA, da Suécia, as quais privilegiavam atuações de intervenção social centradas nos “[...] problemas de la pobreza, la organización popular y los derechos humanos¹⁷⁵”.

¹⁷⁴ DELAMAZA, Gonzalo. “ONG, Sociedad Civil y Democracia en Chile Post Autoritario”. Paper para la Conferencia “Usos y Abusos de la Sociedad Civil” organizada por Plataforma Democrática en Buenos Aires, 30 de junio de 2009, p. 5. Disponível em: <<http://www.avina.net/avina/wp-content/uploads/2013/06/Delamaza.-ONG-sociedad-civil-y-democracia-en-Chile-postautoitario.-Art-de-2009.pdf>>. Acessado em: 27/10/2018.

¹⁷⁵ MOYANO, Cristina. ONG y conocimiento sociopolítico durante la Dictadura: la disputa por el tiempo histórico de la transición. El caso de los Talleres de Análisis de Coyuntura en ECO, 1987-1992. **Revista Izquierdas**, 27, abril 2016, p. 5. Alguns dos exemplos de instituições que surgiram no período e que foram referendados pela autora são: *Instituto Chileno de Estudios Humanísticos* (1974), *Academia de Humanismo Cristiano* (1975), *Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación* (1977), *CENECA (Comunicación y Cultura para el Desarrollo)* (1977), *Programa de Economía del Trabajo* (1978) e *SUR Corporación de Estudios Sociales y Educación* (1979).

A presença das ONGs no Chile data dos os anos 50. Contudo, Alvarez advoga que as condições impostas durante o regime militar imprimiram nuances ao país, tornando-o beneficiário de entidades de financiamento. Isto é, as violações dos direitos humanos pelo Estado e o empobrecimento da população levaram as ONGs chilenas a receberem, de forma privilegiada, fundos de ajuda e financiamentos de instituições internacionais e humanitárias. Alvarez sustenta que os grupos feministas formavam parte integral do movimento de oposição e não tardaram em institucionalizar suas organizações. A feminização da pobreza e a ausência de políticas públicas no regime neoliberal fizeram com que as mulheres, especialmente as mais pobres, se tornassem “[...] la prioridad de las primeras ONGs, que se orientó hacia el apoyo de estas mujeres en lucha por sobrevivencia y por la organización contra la dictadura”¹⁷⁶.

Logo, em 1983, o feminismo que surgiu junto com as Jornadas de Protesto, estava diluído em agremiações autônomas, em algumas frações partidárias e, especialmente, em ONGs. Esse movimento trouxe em seu bojo as discussões sobre a feminização da pobreza e a equiparação de direitos. Porém, a insígnia adotada pelo movimento, “*Democracia en la casa y el país*”, ressaltou que era imperativo repensar o lugar que a mulher ocupava nos projetos políticos da oposição. Sendo assim, o feminismo chileno lançou luz sobre as diversas faces do conservadorismo e do patriarcado presentes nos partidos e na militância política.

O processo de Onguização marcante do feminismo chileno levou-o a ser considerado “*el modelito*” do que ocorreria em outros países latino-americanos a partir da entrada das políticas neoliberais. Veronica Schild, apesar do olhar crítico sobre o tema, argumenta que, frente ao autoritarismo do Estado, à pobreza presente na vida das mulheres, ao sexismo e à hierarquização nas esquerdas, a atuação das feministas nas ONGs pode ser pensada como um novo fazer político. Para a autora, esses movimentos alteraram a cultura política dominante na medida em que romperam com a perspectiva hegemônica que concebia as mulheres apenas como extensões de suas famílias, fazendo a diferença “[...] senão na maneira como as mulheres vivem suas vidas, ao menos no que elas desejam para elas mesmas”¹⁷⁷.

Todavia, como asseveram Alvarez, Dagnino e Escobar, devemos perguntar pelos efeitos das políticas neoliberais na potência dos movimentos sociais e “nas linguagens de

¹⁷⁶ ALVAREZ, Sonia. “El boom de organizaciones feministas no gubernamentales en América Latina”. In: HELFRICH, Silke (Org.) **Género, Feminismo y masculinidad en América Latina**. El Salvador: Ediciones Boll, 2001, p. 59.

¹⁷⁷ SCHILD, Veronica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas ‘novas democracias’. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 171.

protesto¹⁷⁸”. Diante desse singular cenário, indagamos quais foram os formatos que a imprensa feminista chilena adquiriu no marco temporal analisado e as implicações da conjuntura política na linguagem e no engajamento das feministas. Igualmente, perguntamos pelos possíveis impactos na tônica dos feminismos do Brasil e da Argentina a partir da adoção da política neoliberal nos novos regimes democráticos.

Prado afiança que a perspectiva comparada é extremamente rica para levantarmos questões e problemas e, de igual forma, colocar em dúvida narrativas que pareçam dadas como análogas e contínuas¹⁷⁹. Essa assertiva é de fundamental importância para as conclusões desse capítulo, uma vez podemos comprovar que os feminismos da segunda onda não foram hegemônicos no Brasil, na Argentina e no Chile e apresentaram características próprias de acordo com os distintos arranjos políticos e econômicos.

No ponto das convergências, encontramos em comum a intitulada “maternidade militante” resultante, de um lado, do aumento do custo de vida causado pela crise econômica presente nos três países e, de outro, fruto da intensa repressão e violência do Estado. Porém, mesmo neste ponto há nuances. No Brasil, essa militância foi representativa das mulheres populares, sobretudo das periferias, e direcionada à luta por creches e contra a carestia. No Chile, tal ativismo se desdobrou tanto em relação à feminização da pobreza, quanto no tocante à violação dos direitos humanos pelo Estado. Já na Argentina, a militância das *Madres* e *Abuelas* na busca dos filhos e netos desaparecidos durante o regime militar foi emblemática, iluminando a dimensão que o terrorismo de Estado alcançou no país.

Ainda no campo de confluências, os três países têm movimentos feministas históricos que lutaram pelo direito à educação, ao voto e à inserção das mulheres na vida pública. No Brasil e na Argentina, ao longo do século XIX, defrontamos-nos com agremiações feministas, muitas formadas por anarquistas e socialistas, que expressaram suas ideias por meio de revistas e jornais. No Chile, apesar da presença de entidades femininas no século XIX, os movimentos mais engajados na conquista dos direitos das mulheres datam da primeira metade do século XX, período em que também encontramos impressos feministas e de operárias.

A respeito dos anos que antecederam o recorte cronológico de nossa pesquisa, nos deparamos com alguns tons de cinza. No caso do Brasil, a bibliografia nos permite inferir que o feminismo dos anos de 1970 surgiu com mulheres que tinham experiências na militância de

¹⁷⁸ ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Org.). “O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**, op.cit., p. 56.

¹⁷⁹ PRADO, Maria Ligia. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História** (USP), v. 153, 2005.

esquerda e, em alguns casos, que participaram de organizações feministas durante o exílio. A partir de 1975 encontramos diferentes agremiações femininas e feministas e foi notório que alguns coletivos tornaram-se “especializados” em determinados temas de gênero. Igualmente, destaca-se a maior abertura das feministas brasileiras para dialogar com o Estado e não “virar as costas” totalmente para a política institucional.

Na Argentina, notamos que a política educacional e as medidas de incentivo à leitura, criadas no século XIX, influenciaram na entrada das mulheres nas universidades e na imprensa engajada. Igualmente, o levantamento bibliográfico nos trouxe indícios da atuação política feminina que, ao longo do século XX, esteve inserida em agremiações autônomas e em partidos políticos. Todavia, é importante destacarmos que, diferente do Brasil e do Chile, algumas destas entidades políticas, a exemplo da FIP e do PST, ofertavam maior autonomia para as militantes tratarem das questões específicas de gênero. De igual modo, sobressai a cultura política de alianças entre os movimentos sociais femininos e feministas. Em diversos momentos, sindicalizadas, operárias, feministas e militantes partidárias reuniram-se em frentes comuns para construir uma agenda conjunta de reivindicações. São ilustrativos os casos da frente de luta formada durante o governo de Estela Perón e a *Multisectorial de la Mujer* durante a redemocratização.

O movimento chileno de mulheres apresenta uma trajetória mais conservadora em relação aos países do Brasil e da Argentina. Como podemos averiguar, o feminismo foi expressivo durante as primeiras décadas do século XX e depois houve uma lacuna no engajamento público das feministas. Esse silêncio documental encerra-se com a reorganização dos movimentos entre meados dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Neste período, a experiência de conviver, em uma mesma década, com dois modelos políticos e econômicos antagônicos imprimiu singularidades ao feminismo chileno que se desdobrou na luta contra a repressão Estatal, a feminização da pobreza e a visão predominante, no campo político, da mulher como mãe e esposa. Na entrada dos anos 80, como resultado da implantação do modelo neoliberal, a maior parte das entidades feministas estava assentada em ONGs, tornando visível o precoce processo de Onguização em curso no país.

Se o silêncio chileno em relação às organizações feministas foi rompido, o mesmo não é válido em relação aos movimentos homossexuais. Não podemos deixar de mencionar, a título de comparação e para compreender as dessemelhanças, que desde o final da década de 1960, na Argentina havia coletivos homossexuais mistos, bem como uma imprensa gay de circulação transnacional. Igualmente, no Brasil o grupo *Somos* e o jornal *O Lampião* foram

precursores da defesa dos direitos e da visibilidade dos homossexuais. Contrastante, no Chile não encontramos referências a respeito de movimentos ou de uma imprensa homossexual.

2. AS TONALIDADES DA IMPRENSA FEMINISTA (1981-1988)

Neste capítulo, abordaremos a imprensa feminista tendo em vista os periódicos brasileiros *Mulherio* e *Chanacomchana*, o argentino *Brujas* e os chilenos *Furia* e *Boletina Chilena*, publicados entre os anos de 1981 e 1987. Algumas das publicações foram editadas por grupos autônomos e outras por ONGs, dessa forma, alguns desses periódicos foram autofinanciados, enquanto outros receberam subsídios de entidades nacionais e internacionais; houve, ainda, periódicos híbridos, que transitaram entre esses dois modelos. Nosso intuito, além de mapear as publicações do período, é analisar como as questões centrais de nossa pesquisa - quais sejam, a autonomia do movimento, o processo de Onguização, a relação com os financiamentos e a própria “profissionalização” ou “especialização” de gênero-, compuseram os projetos editoriais das fontes analisadas. Desse modo, pretendemos compreender como tais publicações podem ser pensadas como manifestações das possíveis transformações dos feminismos. Isto é, por meio da análise da materialidade das fontes, dos projetos editoriais e gráficos, visamos a apreender se houve um processo de institucionalização dos feminismos e, se sim, como ele ocorreu em cada país de acordo com suas especificidades sociais e políticas.

O recorte cronológico foi instituído com base em dois elementos. O primeiro centra-se na análise das fontes, a qual nos permitiu inferir que, dos cinco periódicos investigados neste capítulo, apenas um seguiu sendo editado, em seu formato original, na passagem para os anos 90. Entre os demais, uma revista saiu de circulação em 1984 e as outras três publicações deixaram de ser editadas entre 1987 e 1988, dando vida a novos projetos editoriais nos anos seguintes. Isto é, entre 1987 e 1988, houve uma ruptura na maioria dos projetos editoriais elencados. O segundo refere-se aos quatro primeiros anos dos EFLAC e às discussões sobre a temática da autonomia. Neste período, como pontuamos na introdução, a autonomia do feminismo foi apresentada como a “pedra fundamental” do movimento latino-americano, sobretudo em relação aos partidos políticos. Sendo assim, neste capítulo, também interrogamos de que maneira essa questão apareceu como norteadora dos projetos editoriais e quais foram os sentidos atribuídos ao termo autonomia. É oportuno destacarmos que, nesse recorte cronológico, assistimos à pluralização e à expansão do feminismo, resultando em

novos arranjos políticos, identitários e formas de organização, a exemplo do Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe (ELFAC), em 1987, no México.

2.1. Entre especialistas e militantes: a imprensa feminista no Brasil

Como vimos, no Brasil, a passagem dos anos 70 para os 80 foi marcada pela reorganização dos partidos políticos, pela transição democrática pactuada e pela formação de diversas associações e agremiações femininas e feministas. Nesse mesmo período, surgiram novas publicações feministas que lançaram luz sobre as demandas políticas do movimento. Elizabeth Cardoso advoga que a imprensa feminista brasileira pode ser pensada como tendo duas gerações: a primeira, constituída pelas publicações realizadas entre 1974 e 1980, estaria alinhada aos debates sobre mulher e classe social; e a segunda, que se inicia em 1981 e perdura até o fim dos anos 90, estaria mais próxima às questões específicas de gênero¹⁸⁰. A autora afirma que enquanto a primeira geração caracterizou-se por trazer à tona as discussões sobre “questão feminina” *versus* “questões gerais”, o combate à ditadura e a defesa da autonomia do movimento em relação aos partidos políticos¹⁸¹, a segunda absorveu o conceito de gênero e passou a tratar de temas estritamente relacionados às mulheres, a exemplo da sexualidade ou da violência doméstica. As publicações dessa geração, ao contrário da primeira, seriam editadas a partir de ONGs, contando com o apoio financeiro de entidades internacionais ou locais.

Notoriamente, a imprensa brasileira pós 1980, como abordaremos a seguir, não seguiu estritamente a divisão proposta por Cardoso. Os periódicos passaram por transformações, especialmente em relação às entidades responsáveis pela publicação. Estas, muitas vezes, recorreram ao hibridismo, no que concerne às parcerias e ao autofinanciamento, a fim de custear e manter suas edições ativas. Sendo assim, haja vista que nosso objetivo é interrogar sobre as possíveis transformações da militância feminista, escolhemos analisar dois periódicos brasileiros, a saber, *Mulherio* e *Chanacomchana*, que circularam entre 1981 e 1988.

¹⁸⁰ A autora encontrou, no período analisado, 75 publicações femininas e feministas que foram editadas por entidades autônomas, centros de pesquisa e ONGs. CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974. Revista Estudos Feministas*, vol. 12, Florianópolis Set./Dec. 2004.

¹⁸¹ Cardoso afirma que a primeira geração foi organizada a partir de Partidos Políticos contrários ao regime militar e se sustentou por meio de doações pessoais, vendas e assinaturas. *Idem*, p. 38.

2.1.1. *Mulherio*: a imprensa “militante e profissional”

Ao final da década de 70, assistimos à inserção das questões de gênero no meio acadêmico brasileiro a partir de pesquisas que tinham como norte o conhecimento sobre as diferentes faces do cotidiano feminino. Cristina Bruschini afirma que “o tema do trabalho feminino foi a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira¹⁸²”. A autora avalia que trabalhos pioneiros como os de Heleieth Saffioti e os de Eva Blay foram cruciais para o desenvolvimento desse campo de estudos, sobretudo nas áreas da sociologia, antropologia e psicologia.

Albertina Costa também contribuiu para essa discussão, indicando que as feministas que ingressaram nos centros de estudo e no meio acadêmico orientaram suas pesquisas para diagnósticos sobre a precariedade de vida, especialmente das mulheres pobres. Em 1978, segundo a autora, dois eventos foram marcantes para esse campo de investigação: o seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina”, realizado nas dependências do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, e o Concurso de Dotações de Pesquisa sobre a Mulher Brasileira, realizado pela Fundação Carlos Chagas, em São Paulo¹⁸³. Costa considera-os como marcos, uma vez que eles resultaram na formação de grupos de trabalho e de *networks* especializados no interior de ambas as organizações.

É válido lembrarmos que, como assevera Louise Tilly, nos Estados Unidos as pesquisas e a criação de um departamento de História das Mulheres surgiram conectadas à ebulição do feminismo no período. Como a autora adverte, “[...] toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres¹⁸⁴”. Tilly endossa que, ainda que as historiadoras que se dedicaram ao tema não fossem militantes ou não se definissem como feministas, “seus trabalhos não foram menos marcados pelo movimento” nos 1970 e 1980. Ressalvadas as diferenças entre os dois países e os seus movimentos, o campo de estudos de gênero no Brasil também foi impactado pelo feminismo emergente no período. Entretanto, diferente dos EUA, ou mesmo da experiência francesa, como observa Rosemberg, a experiência brasileira teve como campo de atuação privilegiado a pesquisa e

¹⁸²BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um tema, perspectivas futuras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, 1994, p. 17.

¹⁸³ COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.e., 1994.

¹⁸⁴ TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994, p. 31.

não o ensino regular¹⁸⁵. Nesse caminho, a Fundação Carlos Chagas, uma instituição estatal do governo de São Paulo, destacou-se ao propor seminários e encontros sobre a condição feminina, além de desenvolver projetos subsidiados pela Fundação Ford.

Fúlvia Rosemberg advoga que, tendo em vista o contexto político do país, a princípio, a Fundação Ford foi vista com desconfiança. Afinal, como observa a autora, “[...] uma instituição norte-americana assumindo uma política de apoio aos estudos sobre a mulher só podia ser orientada por diversionismo imperialista¹⁸⁶”. Entretanto, com o avanço da inserção dos estudos de gênero na academia e com a redemocratização, a entidade deixou de ser vista com ressalvas e auxiliou na ampliação desse campo de pesquisas no país.

Mariza Corrêa, ao realizar um balanço sobre o movimento feminista e a consolidação dos estudos de gênero no Brasil, afirma que, com o fim do jornal *Nós Mulheres*, suas ativistas se dispersaram e passaram a se reunir em diferentes grupos e instituições. Um dos centros de encontros mais importantes foi a Fundação Carlos Chagas, que concentrava um grande número de “profissionais preocupadas com a situação da mulher, reunidas no Departamento de Pesquisas Educacionais¹⁸⁷”. Desde 1978, as investigações foram impulsionadas pela instituição por meio de concursos que ofertavam bolsas de estudo, subsidiadas pela Fundação Ford, para pesquisas sobre a condição feminina no país. Corrêa afirma que, três anos após o início dos certames, a Fundação resolveu investir na criação de um jornal feminista “feito em bases mais profissionais do que os anteriores”, com uma equipe técnica e matérias assinadas¹⁸⁸.

Foi nesse cenário que surgiu o *Mulherio*. À frente do projeto estavam Fúlvia Rosemberg, psicóloga, professora universitária e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas; Carmen Barroso, socióloga e pesquisadora da mesma instituição; e Adélia Borges, jornalista. Em sua primeira fase, entre 1981 e 1984, a equipe editorial foi sediada nas dependências da Fundação Carlos Chagas, momento em que o periódico teve 15 números publicados. Nesses primeiros anos, o jornal foi editado bimestralmente, com um número de páginas regulares, e, em sua terceira edição, exibiu uma tiragem de oito mil exemplares¹⁸⁹. Em 1981, no editorial

¹⁸⁵ ROSEMBERG, Fúlvia. Estudos sobre mulher e relações de gênero. In: MICELI, Sérgio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**, 1993.

¹⁸⁶ Idem, p. 222.

¹⁸⁷ CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001, p. 18.

¹⁸⁸ Idem. Segundo Corrêa, as verbas destinadas à Fundação Carlos Chagas para projetos que versavam sobre *Women's Studies* e Educação ficaram em segundo lugar entre os aportes feitos pela Fundação Ford entre 1962 e 1992.

¹⁸⁹ BORGES, Adélia. *Jornal Mulherio*. In: **Projeto Mulher**. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

inaugural, quando da explicação sobre o público alvo do jornal, deparamo-nos com a afirmação de que a regularidade só seria possível graças ao suporte de ambas as instituições:

Já mais amadurecida e debatida, a ideia de criação de um jornal dirigido a esses três públicos – os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas – torna-se agora realidade, ao ser integrado ao conjunto de projetos sobre a condição feminina que a Fundação Carlos Chagas realiza com apoio da Fundação Ford. Isso garante a saída regular de *Mulherio* por um período inicial de um ano e meio¹⁹⁰.

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj avaliam que, durante a década de 1980, as pesquisadoras feministas se tornaram o “tipo-ideal de novo cliente” para a Fundação Ford, pois apresentavam uma articulação entre trabalho acadêmico especializado e pesquisas em áreas priorizadas pela agência, como a correção das desigualdades sociais. As autoras asseveram que, desde os anos 70, a percepção do papel que as mulheres latino-americanas ocupavam nos projetos de modernização social, sobretudo em relação ao controle populacional, orientou as políticas de investimento internacional de diversas agências. A Fundação Carlos Chagas foi percebida como lócus interessante de investimento, uma vez que contava com uma variedade de pesquisadoras interessadas na temática, colocando o Brasil em posição de destaque em relação aos vizinhos latino-americanos. Como analisam:

Dentre as diferentes possibilidades de investimento na época, a Fundação Carlos Chagas parecia oferecer as melhores condições de aproveitamento dos recursos da Fundação Ford. Além da destacada reputação e boa infraestrutura organizacional e de comunicação, era a instituição mais bem informada sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas no país nesta área temática. Ademais, em consonância com as novas orientações da Fundação Ford - de substituir o apoio ao desenvolvimento institucional pelo fomento direto à pesquisa, à formação de redes e à comunicação entre pesquisadores - a Fundação Carlos Chagas, através do programa de dotação de bolsas para pesquisa, entrou para o seletivo círculo dos maiores beneficiários das dotações desta agência¹⁹¹.

Na publicação inaugural, essas questões foram pontuadas. O editorial afirmou que, a princípio, o periódico havia sido pensado como um boletim que fizesse uma ponte entre instituições e pesquisadores dedicados à temática, no intuito de suprir a deficiência de informações. Não obstante, percebeu-se que ele poderia ser útil para outros grupos que “sentem falta de um canal onde possam trocar suas experiências, mas, também onde encontrem resultados de pesquisas sólidas, capazes de orientar suas atitudes práticas”. Sendo assim, esclareceu que o jornal contava com uma equipe editorial, formada por dezesseis

¹⁹⁰ Editorial, *Mulherio*, Ano I, n. 0, março, 1981, p. 1.

¹⁹¹ Idem, p. 188.

“militantes e profissionais”, que faria do periódico um “porta-voz” para todas as vertentes do feminismo, sem tomar uma posição “pré-estabelecida” sobre qualquer assunto. Isto é, “um canal para se debater todos os problemas relativos à mulher”, bem como para ouvir as diferentes opiniões a respeito desses problemas.

O editorial também explicou a escolha do nome como uma forma de ressignificar e potencializar o termo “mulherio”, pois este era sinônimo de “histeria, fofoca, gritaria” ou ainda, como constava no verbete do dicionário de língua portuguesa, referia-se à mulher como “meretriz, da vida e perdida”. Ou seja, o termo estava vinculado às características “negativas” atribuídas às mulheres e que, muitas vezes, eram encaradas como inerentes a uma suposta “natureza feminina”. Desse modo, o periódico tecia uma crítica ao vocabulário essencialista e sexista institucionalizado na sociedade.

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’ ou ‘uma grande porção de mulheres’. É o que somos, é o que esse jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática¹⁹².

Todavia, ao enfatizar que o jornal pretendia “recuperar a beleza e a força” das mulheres e debater os problemas femininos de forma séria, porém “não mal humorada, sisuda ou dogmática”, o texto, em certa medida, procurou dialogar com outros meios de comunicação e, também com o senso comum, que depreciavam a luta das feministas, alegando que estas eram “feias, mal amadas e mal humoradas”. Portanto, vemos que o periódico utilizou, em seu editorial inaugural, uma linguagem conciliatória, valorizando aspectos tidos como positivos e intrínsecos à mulher, como a beleza e a força, e buscando se distanciar do intitulado “feminismo radical”. Podemos compreender esse recurso como estratégico, uma vez que o jornal não deixou de debater temas vistos como “radicais”, a exemplo do aborto e do prazer feminino.

¹⁹² Por que Mulherio?, **Mulherio**, Ano I, n. 0, março, 1981, p. 1.

Figura 1 - *Mulherio* Primeira EdiçãoCapa *Mulherio*, n. 0, março/abril, 1981.

Como exposto, o apoio da Fundação Ford foi fundamental para a periodicidade e para a ampla circulação do jornal, que era distribuído gratuitamente às organizações feministas e de mulheres e às entidades acadêmicas. Além disso, o custo baixo facilitava sua venda unitária, bem como o sistema nacional e internacional de assinaturas. A venda avulsa era realizada por meio de bancas e livrarias em diversas capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Natal e Belo Horizonte. Entretanto, segundo Albertina Costa, “um conflito gerado pelo conteúdo do jornal” levou à saída da equipe editorial da Fundação Carlos Chagas¹⁹³.

Essa mudança foi anunciada na edição de número quinze. No número anterior, o editorial divulgou que o jornal passava por problemas financeiros e que, talvez, aquele fosse um dos últimos números, pois, assim como outras publicações alternativas, era difícil manter-se apenas com o sistema de assinaturas e de vendas avulsas, haja vista os gastos com o pagamento de pessoal, impressão e distribuição, o que vinha sendo suprido, até aquele momento, pelo apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford. Por meio

¹⁹³ A autora não explica qual conteúdo expresso pelo jornal levou ao conflito. COSTA, Albertina. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, V. 12, n. especial, Florianópolis, set/dez, 2004.

desse editorial, é possível observarmos as dificuldades em manter em circulação uma imprensa que tinha como mote debater as desigualdades de gênero. Seu público alvo, bem como sua linha editorial específica, permite-nos considerá-la como uma imprensa alternativa; no entanto, a preocupação com a folha de pagamento das colaboradoras é um ponto que o distancia das intituladas mídias alternativas, editadas e sustentadas por seus militantes, e o aproxima da imprensa profissional e especializada.

No número seguinte, o editorial, intitulado “Mulherio não pode parar”, endossou que era “impossível que uma publicação *sobreviva apenas de seus leitores*”. Agradeceu o apoio de diversos grupos de ativistas e profissionais e declarou que a equipe seguia com os pedidos de financiamento, pois, a partir de um valor mínimo, seria possível “dar o pontapé inicial para a montagem de um jornal independente, que pretende ser competitivo no mercado editorial, um jornal que tenha anúncios publicitários e que possa fazer uma divulgação bem elaborada de maneira a atingir o potencial do público que acreditamos possuir¹⁹⁴”. Isto é, o periódico anunciou que buscava adquirir uma linha mais comercial para, paradoxalmente, tornar-se mais independente. Na sequência, assegurou que continuaria sendo “autônomo em relação às tendências dos movimentos de mulheres e dos partidos políticos”, bem como ampliaria o campo dos assuntos debatidos, entre os quais figuravam as relações entre homens e mulheres. O uso de uma linguagem formal buscava transmitir a ideia de uma publicação mais comercial e que dialogava com um “público mais amplo”. Podemos avaliar que tais considerações poderiam ser um artifício para adequar o projeto editorial às políticas de financiamento, no entanto, chama-nos a atenção o fato de o periódico, que tinha alta tiragem e circulação nacional, não poder sobreviver “apenas de seus leitores”. Esse ponto assinala uma diferença fulcral entre os projetos editoriais “autofinanciados” e os que recebem subsídio, afinal, os primeiros são mantidos por militantes “espontâneas”, enquanto os segundos contam com militantes que tomam o projeto não só como parte de suas convicções e de seu engajamento, mas também como um meio de trabalho. Sendo assim, sem o financiamento, a sobrevivência do periódico estava comprometida tanto na qualidade do material quanto no tempo disponível, da equipe editorial, para a produção da publicação. Ou seja, a ausência do financiamento implicava na divisão do tempo entre a militância e as atividades profissionais individuais.

Analisando a atuação dos grupos feministas na década de 1980, Rosemberg avalia que esse momento marca a institucionalização do movimento tanto na esfera acadêmica como em seus quadros militantes. Se, até esse momento, a autonomia frente aos partidos foi discutida

¹⁹⁴ Mulherio não pode parar, Editorial, **Mulherio**, ano III, n. 15, set/out, 1983, p.1.

amiúde, a abertura política e os rearranjos organizacionais culminaram no “processo de profissionalização de antigos e novos grupos” que adotaram um modelo “mais formal” de atuação. De acordo com a autora, as ONGs feministas ampliaram “[...] o leque temático, liberando-se dos limites consensuais que garantiriam as manifestações unitárias da década de 1970. Assim, violência contra mulher, sexualidade, mulher negra foram as questões acrescentadas à agenda feminista¹⁹⁵”.

Moraes, por seu turno, advoga que o caráter mobilizador e o potencial político do feminismo dos anos de 1970 atraíram a atenção “[...] dos organismos preocupados em influenciar o movimento social no sentido da integração ao sistema¹⁹⁶”. De acordo com a autora, houve, nesse período, uma passagem gradual do movimento espontâneo para a constituição de ONGs, as quais eram respaldadas por financiamentos internacionais externos, especialmente da Fundação Ford e da fundação holandesa NOVIB. Moraes assevera que a Fundação Ford cumpriu papel importante na institucionalização das associações feministas e da própria militância. Assim, a autora considera que, por meio da consolidação das ONGs, houve uma mudança na forma de direcionar a pauta do movimento, a qual “[...], no começo era ditada pelo movimento e, paulatinamente, passou a ser trazida de fora, através das organizações internacionais e das financiadoras¹⁹⁷”.

Por essa via, em junho de 1984, após sete meses do último número, o periódico reapareceu ligado ao *Núcleo de Comunicações Mulherio*, uma associação sem fins lucrativos, que o editou até 1988. *Mulherio*, então, deixou de ser publicado por uma instituição estatal de pesquisa e passou a ser publicado por meio de uma ONG voltada à comunicação, de modo a permanecer vinculado a um aparato institucional e subsidiado por projetos de financiamento internacionais, o que demonstra a importância desse ajuste estrutural para a obtenção de financiamentos. A equipe da nova fase foi composta por antigas e novas editoras e colaboradoras, entre as quais estava Inês Castilho, que tinha uma militância ativa e passou a ser, nos anos seguintes, a jornalista responsável pela publicação. Entre as mudanças estava a incorporação do “ponto de vista masculino”, a partir do ingresso de homens no corpo editorial. As alterações estruturais foram expostas no editorial:

¹⁹⁵ ROSEMBERG, Fúlvia. Estudos sobre mulher e relações de gênero. In: MICELI, Sérgio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**, 2001, op.cit. p. 216.

¹⁹⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim. **Feminismo, Movimento de Mulheres e a (Re) construção da Democracia em três países da América Latina**. Campinas: Coleção Primeira Versão. Editora do IFCH/UNICAMP, 2003, p. 5.

¹⁹⁷ Idem, p. 15.

Depois de sete meses fora de circulação, nós estamos aqui outra vez! Mulherio está de volta, com esperanças novas, com desejo de uma vida longa e saudável. Está de volta igual e diferente. [...] Constituímos-nos num grupo independente para editar o jornal. É o Núcleo de Comunicações Mulherio, uma associação civil sem fins lucrativos que pretende, aos poucos, ir entrando também em outras áreas da comunicação. Estamos em casa nova, compartilhada com mais três outros grupos: a recém-nascida Aurora Filmes, uma produtora de cinema e de vídeo de mulheres; a Raiz Produções Cinematográficas, de Assunção e João Batista de Andrade; e a sede paulista do IDAC - Instituto de Ação Cultura. A equipe que está diretamente fazendo o Mulherio é basicamente a mesma da primeira fase, ampliada. Agora temos Adélia Borges, Cecília Simonetti, Fulvia Rosemberg, Inês Castilho, Lilita Figueiredo, Marlene Rodrigues e Vera Soares¹⁹⁸.

Em relação à inserção da ótica masculina no periódico, o editorial justificou que não se poderia falar da “questão de mulher” sem “falar de questão de homem”. Argumentou que, nos últimos anos, o feminismo havia alterado drasticamente o cotidiano, levando a “desencontros e perplexidades” tanto entre as mulheres quanto nas relações com os homens. Desse modo, a intenção era debater todas essas questões sem colocar “lenha na fogueira da guerra dos sexos” e, ao mesmo tempo, sem retomar os tradicionais papéis das mães e avós. Ao invés disso, afirmou que o objetivo era questionar por que as mulheres, tendo saído de casa, começado a trabalhar e se profissionalizado, ainda seguiam “presas ao tanque”; isto é, o editorial interrogou se a entrada das mulheres no mundo masculino teria implicado, necessariamente, em seu inverso. Tal crítica foi ressaltada com a seguinte charge, de autoria de Miguel Paiva, que acompanhava o artigo:

Figura 2 - Charge Miguel Paiva



Mulherio, n. 16, maio/jun., 1984.

¹⁹⁸ “Porque voltar?”, Editorial, *Mulherio*, ano IV, n.16, maio/junho, 1984, p.2.

Apesar da importante crítica sobre a dupla jornada feminina, as considerações a respeito da “guerra entre os sexos” trouxeram uma definição identitária calcada na mulher e na família heterossexual. Ou seja, o periódico recorreu à categoria política de “mulher” e ao par binário “masculino e feminino”, criticados pelos estudos de gênero, como norteadores de seu público alvo. Desse modo, a alteração do modelo editorial também passou por uma construção discursiva feminista “mais branda” em relação às relações entre homens e mulheres.

A nova fase do *Mulherio* impactou no custo de sua produção. Apesar de conseguir apoio financeiro da Fundação Ford para o projeto, nota-se que a publicação se tornou mais cara. O jornal passou a vender números de edições anteriores e a ceder espaço para pequenos anúncios comerciais. A regularidade também sofreu mudanças: de bimestral, o periódico tornou-se trimestral, incluindo uma edição com intervalo de seis meses; já nos dois últimos anos, passou de bimestral para mensal, como será exposto no quadro a seguir, dividido por ano de publicação.

No tocante à parte gráfica, tais mudanças tiveram pouco impacto. O periódico seguiu sendo impresso em formato tabloide, preto e branco, com vinte e quatro páginas regulares. As capas traziam predominantemente fotos que representavam o universo feminino, especialmente até a edição de número vinte e dois. Depois desse número, que corresponde ao contexto da Constituinte no Brasil, as fotografias dividem espaço com outras artes gráficas, como charges e montagens. No miolo do jornal, também havia fotografias que ilustravam as reportagens, uso de gráficos explicativos, charges e tirinhas de cartunistas como Henfil, Ciça¹⁹⁹ e, nos últimos números, Célia. Como veremos nos demais itens, o investimento na parte gráfica é um diferencial das publicações subsidiadas, uma vez que os periódicos autofinanciados contavam com poucas ilustrações internas, como fotos ou charges, sendo que, quando incorporadas às edições, essas imagens tinham caráter mais amadorístico, diferente do profissionalismo presente nas ilustrações do *Mulherio*.

¹⁹⁹ Cecilia Alves, *Ciça*, é uma cartunista brasileira que criou a personagem *Bia Sabiá* para integrar os periódicos feministas do período. A personagem ilustra várias das primeiras edições do *Mulherio*. *Ciça* também foi responsável pela tirinha “O Pato” e colaboradora do jornal *Pasquim*. Suas tirinhas foram veiculadas por outros periódicos no Brasil e no exterior. GOIDANICH, H. & KLEINERT, A. **Enciclopédia dos Quadrinhos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

Tabela 1 - Periodização e valores de venda do Mulherio

Número/Ano	Periodicidade	Paginação	Preços Unitários	Assinatura
Ano 1 (0 ao 4) 1981	Bimestral	4 a 24	CR\$50,00 a CR\$ 80,00	CR\$300,00 a CR\$ 500,00
Ano 2 (5 ao 10) 1982	Bimestral	24	CR\$100,00 a CR\$ 150,00	CR\$ 500,00 a CR\$ 750,00
Ano 3 (11 ao 15) 1983	Bimestral	24	CR\$150,00 a CR\$ 450,00	CR\$750,00 a CR\$ 1.200,00
Ano 4 (16 ao 19) 1984	Bimestral	24	CR\$1.500,00 a CR\$ 2.000,00	CR\$10.00,00 a CR\$ 15.000,00
Ano 5 (21 ao 23) 1985	Trimestral	24	CR\$3.500,00 a CR\$ 7.000,00	CR\$ 40.000,00
Ano 6 (24 ao 26) 1986	Bi/semestral	24	CZ\$ 10,00 a CZ\$ 20,00	CZ\$60,00 a CZ\$ 100,00
Ano 7 (27 ao 35) 1987	Bi/mensal	24	CZ\$20,00 a CZ\$ 50,00	CZ\$ 100,00 a CZ\$ 300,00
Ano 8 (36 ao 39) 1988	Mensal	24	CZ\$ 70,00 a CZ\$ 100,00	CZ\$ 420,00 a CZ\$ 600,00

Org. por Júlia Oliveira a partir do periódico *Mulherio* (1981/1987)

Em relação às seções internas, observamos maior estabilidade entre os anos de 1981 e 1983. O periódico era dividido nas seguintes partes: *Cartas*, *Internacional*, *Cozinha*, *Memória* e *Mulheres em ação*. Também trazia algumas frações temáticas que ressaltavam assuntos como aborto, trabalho, mulher negra, mulher e política e planejamento familiar, demonstrando a importância desses pontos para o feminismo do período. A presença dessas temáticas também indicia que os subsídios, nesse momento concedidos pela Fundação Carlos Chagas e pela Fundação Ford, não impuseram ou limitaram o debate de questões consideradas centrais para o feminismo local. No entanto, é importante lembrarmos que a Fundação Carlos Chagas abrigava diversas pesquisas sobre mulheres no Brasil, e que o periódico, em seus primeiros anos, foi porta-voz dessas investigações, divulgadas em matérias e frações temáticas.

A partir de 1984, longe da Fundação Carlos Chagas e contando apenas com o financiamento da Fundação Ford, a ramificação interna ganhou novos contornos. Afora as seções *Cartas* e *Internacional*, os conteúdos foram diluídos ao longo do texto, fora das subdivisões temáticas. As dicas de leitura e cultura, até então expressas na seção *Cozinha*, também passaram a ser apresentadas ao longo do periódico, agora no box *Leitura*, ocupando, inclusive, maior espaço que nos três primeiros anos. Uma nova seção, *Em Movimento*, passou

a veicular notícias dos movimentos de mulheres tanto no Brasil quanto no cenário internacional.

As capas do periódico foram emblemáticas e nos permitiriam percorrer os caminhos dos debates e das transformações do feminismo no período por meio de sua observação. Como exemplo, selecionamos a capa da primeira e da última edição do periódico.

Figura 4 - Capa *Mulherio* Creche



Mulherio, ano I, n. 4, 1981.

Figura 3 - Capa *Mulherio* Mídia



Mulherio, ano VIII, n. 38, 1988.

Na primeira, por meio de uma charge assinada por Henfil, vemos destacada a luta por creches, movimento forte especialmente em São Paulo, e a representação das mulheres, sobretudo as negras e pobres, nesse campo de batalha. Já na trigésima oitava edição, vemos que o *layout* da página está subdividido em temas que, a um primeiro olhar, não seriam próprios da agenda feminista, como a questão palestina ou a experiência da jogadora de basquete feminino, Hortência, que havia posado nua para uma revista de entretenimento masculino. Tal comparação indicia como as pautas feministas ou do “movimento de mulheres” passaram a dividir espaço com temáticas mais universais e culturais, levando-nos a refletir sobre as transformações no campo das ideias e dos objetivos dessa imprensa feminista.

A respeito dos temas abordados pelo periódico, nos três primeiros anos destacaram-se os seguintes debates: mulheres e política, mudanças no código civil e penal, aborto, planejamento familiar, discriminação da mulher negra, trabalho doméstico e creches. Esses tópicos, em sua maioria, têm continuidade entre o quarto e sexto ano; todavia, outros dois

pontos são visibilizados, a saber: a mulher no campo e a questão indígena. Esses dois eixos se sobressaíram, justamente, quando os movimentos de trabalhadoras rurais, que procuravam tratar das especificidades de gênero associada à luta pela terra, ganharam maior força e visibilidade por meio da organização de eventos regionais e nacionais, bem como da articulação com grupos e ONGs feministas²⁰⁰. Igualmente, a temática ecológica e as relações entre mulher e mídia passaram a figurar como pontos de análises nos últimos três anos. Muito embora essas oscilações tenham ocorrido, o aborto e a violência contra a mulher permaneceram como tópicos de discussão permanentes nos oito anos em que o periódico foi impresso. Isto é, *Mulherio*, mesmo diante das transformações, seguiu discutindo uma pauta feminista relacionada, especialmente, ao planejamento familiar, ao aborto e à violência contra mulher, temas que foram encampados pelo feminismo durante a constituinte de 1988.

Em 1987, a fim de reelaborar a Constituição Nacional, foi convocada a Assembleia Constituinte, na qual as feministas autônomas e as partidárias, eleitas nos anos anteriores, fizeram enorme pressão para que as pautas de gênero fossem contempladas na nova Constituição. Um dos maiores embates foi em torno do aborto. A Igreja Católica, que teve um papel importante na denúncia contra as torturas perpetradas pelo regime civil-militar, propôs uma emenda constitucional que defendia “a vida desde a concepção”, criminalizando todas as formas de aborto, inclusive as garantidas por lei. Em contrapartida, as feministas foram às ruas e à Constituinte defender a proposta de emenda popular de despenalização do aborto, recolhendo milhares de assinaturas. Nenhuma das duas propostas teve êxito no Congresso Nacional, entretanto, as feministas tiveram apoio para promover mudanças em outras áreas, como o trabalho, os direitos civis e a violência doméstica. Leila Barsted assevera que o aborto “esbarrou no moralismo, no medo da Igreja e na batina dos padres²⁰¹”, posto que os partidos políticos, especialmente os de oposição, tinham relações próximas com a Igreja Católica, que havia sido uma grande base de apoio, sobretudo nos anos finais do autoritarismo militar. Diante disso, os congressistas, de forma conciliatória, não aprovaram as emendas vistas como “progressistas” ou “reativas” aos direitos das mulheres, mantendo a legislação vigente sobre o tema e assegurando o suporte políticos de ambos os lados.

²⁰⁰ A esse respeito, ver: CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, jun. 1994; TAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001.

²⁰¹ BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos feministas**, n. 0, 1992, p. 124.

Nesses mesmos anos, assistimos ao início do que Anette Goldberg denominou de “feminismo e Estado²⁰²”: a criação de espaços institucionais, em âmbito estadual e federal, destinado às pautas femininas. Sonia Alvarez avalia que a abertura política brasileira criou um ambiente de maior participação política para as mulheres e para as reivindicações de gênero, o que, segundo a autora, advinha tanto da mobilização feminista quanto dos movimentos populares de mulheres, atuantes desde 1970, que pressionaram por suas reivindicações²⁰³. Ao fim do bipartidarismo, começaram a se delinear as discussões sobre a inserção das reivindicações feministas nos espaços institucionais, para o que a intitulada “dupla militância” teve papel central. Nesse contexto, intelectuais e militantes feministas aproximaram-se de partidos políticos, entre eles o PT e o PMDB. A vitória deste último, o maior partido de oposição no período, representou um avanço na transição democrática e, no que tange ao feminismo, levou para a esfera legislativa um número maior de mulheres eleitas. Em São Paulo, essa vitória representou um ponto de inflexão para o feminismo, uma vez que as partidárias do PMDB pressionaram o governo de André Franco Montoro para a criação de um espaço institucional. Em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), do qual participaram Eva Blay, como diretora, e Heleieth Saffioti e Ruth Cardoso, como conselheiras. Elas eram consideradas referências no campo dos estudos sobre a condição feminina, tendo, também, colaborado com o *Mulherio*.

Nesse mesmo recorte temporal, em 1985, chegou à presidência José Sarney, vice-presidente que assumiu o cargo após a precoce morte de Tancredo Neves, candidato do PMDB²⁰⁴, então vitorioso nas eleições indiretas via Colégio Eleitoral, conforme os acordos estabelecidos no âmbito da transição negociada. Em consonância com os ares das comemorações do Decênio das Mulheres, organizado pela ONU, foi constituído, em outubro daquele ano, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) com o intuito de promover políticas públicas que erradicassem a desigualdade de gênero. A criação do órgão fortaleceu o caminho da institucionalização da agenda feminista.

Essa nova conjuntura do feminismo repercutiu no apoio e financiamento do *Mulherio*. Como vimos, o periódico afirmou que seria um canal para distintas vozes do movimento e,

²⁰² GOLDBERG, Anette. *Feminismo no Brasil contemporâneo: percurso intelectual de um ideário político*. **BIB**, n. 28. Rio de Janeiro, 2º bimestre, 1989.

²⁰³ ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**, op.cit.

²⁰⁴ É importante pontuarmos que José Sarney, até o início dos anos 80, fazia parte dos quadros do regime militar, ingressando no PMDB em 1984. Como presidente, Sarney governou sob a crise econômica decorrente dos projetos implantados pelos governos anteriores, sendo que, em sua gestão, adotou medidas econômicas, como o congelamentos de preços e de salários, que não tiveram resultados positivos no controle da inflação.

em outras edições, reiterou que era autônomo em relação “às tendências feministas” e aos partidos políticos. Assim, ao longo de suas matérias e entrevistas, cedeu espaço para feministas autônomas, partidárias, do movimento negro, de organizações de bairro e, em menor escala, para o movimento lésbico. Não obstante, sua suposta neutralidade suscitou críticas em sua segunda fase, quando o corpo editorial foi acusado de estar alinhado à política institucional, portanto, distante do *feminismo em si*. Esse fato deixa entrever, nas entrelinhas, que havia um questionamento sobre a militância das feministas inseridas nas esferas institucionais de poder.

A crítica recebida pelo periódico referia-se a seu diálogo com o campo político institucional, bem como às matérias publicadas sobre o controle de natalidade, as quais, supostamente, representariam um ponto de vista partidário. Tais imputações teriam acarretado a suspensão do apoio financeiro ao jornal.

Raramente, recebemos críticas, ataques, manifestações de indignação. Não que elas deixem de existir. E acabamos sabendo delas por linhas tortas, no disse-me-disse. Então ficamos sabendo que várias pessoas disseram que o jornal deixou de ser feminista ao tratar de política institucional; ou que virou petista. Argh...

As fofocas não ficam só na questão partidária. Uma das agências que financiou MULHERIO suspendeu a verba e nos escreveu afirmando que foi com base em consultas a feministas brasileiras “cujos pontos de vista sobre planejamento familiar concordam com os nossos. Elas leram o MULHERIO durante o tempo em que nós concedemos apoio a vocês e nos aconselharam nos seguintes termos: Que apesar de MULHERIO parecer favorável à possibilidade de escolha com relação ao aborto, sua voz sobre planejamento familiar é mais negativa do que positiva, refletindo pontos de vista radicais que dizem que as tentativas de grupos locais no sentido de promover planejamento familiar no Brasil são politicamente inspiradas em interesses externos²⁰⁵”.

Por um lado, o exposto pelo editorial permite-nos interpretar que o modo como o jornal abordou o planejamento familiar foi compreendido como afim a “pontos de vista radicais”, próprios de grupos marxistas ortodoxos críticos às políticas internacionais sobre o assunto ; por outro lado, a acusação feita ao jornal levanta a hipótese de que o projeto editorial deveria manter-se isento em relação aos partidos políticos, sobretudo àqueles contrários às prerrogativas internacionais. Portanto, esse texto sinaliza que a política de financiamento ditava alguns constrangimentos ao jornal. Por esse viés, de acordo com os críticos mencionados no editorial, *Mulherio* estaria se afastando de sua presumida autonomia editorial e isenção partidária. Chamamos de “presumida”, pois, no mesmo editorial, o jornal endossou que a publicação era política, embora não partidária, ainda que, no interior do corpo editorial,

²⁰⁵ *Mulherio*, ano V, n. 20, fev./mar., 1985, p. 3.

fosse possível encontrar simpatizantes de determinados partidos. A aproximação de parte do núcleo editorial com membros de partidos políticos poderia ter sido o motivo da crítica à sua neutralidade.

Figura 5 - Anúncio Publicitário CECF



Mulherio, n. 25, 1986.

Ainda em 1985, o jornal recebeu novas acusações no tocante ao seu alinhamento político. A edição de número vinte e um foi criticada por ter sido publicada em parceria com o Conselho Estadual da Condição Feminina. Em resposta, o editorial explicou que a colaboração foi necessária, atendendo, de um lado, às atribulações financeiras enfrentadas pelo periódico, e, de outro, à intenção do CECF em divulgar seu trabalho, para o que as páginas do *Mulherio* seriam um importante meio de difusão. No boxe “Recados 2”, foi afirmado que o jornal mantinha com o “CECF uma postura companheira” e que continuava “independente, sem vínculos com tendências do feminismo, partidos políticos ou órgãos governamentais²⁰⁶”. Após essa publicação, não houve menção a outras imputações do mesmo caráter. No entanto, *Mulherio* teve diversos anúncios publicitários do CECF e também do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Assim, podemos afirmar que o periódico, ainda que arrogasse ser uma publicação “independente” de partidos ou grupos políticos, manteve laços estreitos com o denominado “feminismo institucional”, seja na contribuição de artigos, seja no suporte financeiro por meio dos anúncios publicitários. Todavia, como veremos no quarto capítulo, isso não resultou em uma ausência de crítica do jornal aos partidos políticos ou à institucionalização do movimento, de modo que, apesar do formato e dos ajustes, o periódico não deixou de ter uma postura engajada.

Em 1987, o periódico passou por uma reorganização interna, contando com um conselho editorial fixo. Nessa nova fase, Inês Castilho foi a jornalista responsável e a equipe

²⁰⁶Recados 2, *Mulherio*, ano V, n. 22, julho, agosto, setembro, 1985, p. 1.

editorial incorporou os nomes de Albertina de Oliveira Costa, da Fundação Carlos Chagas; Bela Feldman Bianco, da Massachusetts University; Heloisa Buarque de Holanda, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Marlyse Meyer, da Universidade Estadual de Campinas; Maria Augusta Rocha, do Conselho Municipal da Mulher de Salvador; além do sociólogo Emir Sader e do escritor Mouzar Benedito. Tais nomes, ainda que distantes da primeira equipe, também compunham o meio acadêmico ou tinham postos em instituições políticas. Nesse ano, a tiragem do periódico atingiu 33 mil exemplares, momento em que foi anunciada a mudança na periodicidade, que passaria a ser mensal. No interior da publicação, encontramos uma nova publicidade, direcionada à venda avulsa e à assinatura do periódico, que estampou a foto de uma mulher e um homem, ambos brancos, reiterando o discurso segundo o qual o jornal cedia espaço ao olhar masculino e, ao mesmo tempo, endossando a construção política e imagética do binarismo heterossexual.

Figura 6 - *Mulherio* Agora é Mensal



Mulherio, n. 31, 1987.

No ano seguinte, *Mulherio* encerrou sua publicação sem despedidas. A edição de número trinta e nove, editada em abril/maio de 1988, colocou em seu editorial uma observação: aquela edição, extraordinariamente, circularia com vinte páginas e uma nova capa. Tal alteração era resultado de um rearranjo na política editorial, a saber: “dar ao *Mulherio* uma atuação mais inclusiva no espaço (ou lacuna) cultural do país”²⁰⁷. Desde a saída da Fundação Carlos Chagas, o periódico já concedia maior espaço para dicas de leitura e cinema, ainda que estas versassem sobre questões relativas à mulher. A justificativa sobre o fim do periódico veio por meio de um novo projeto, o jornal *Nexo*. O editorial da nova publicação construiu uma narrativa sobre o percurso do *Mulherio*, indicando que esse

²⁰⁷ Por que você não reage. *Mulherio*, Ano VIII, n. 39, abril/maio, 1988, p. 2.

percurso teria sido iniciado com a entrega de folhetos por Fúlvia Rosemberg e Carmem Barroso convocando as mulheres para participarem do III Congresso da Mulher Paulista, em 1981, desdobrando-se em campanhas pela conquista de direitos pelas mulheres, em debates sobre o protagonismo das negras e das mulheres rurais, na constituição de espaços institucionais e das novas políticas do corpo. Entretanto, o editorial salienta que tantas mudanças não acarretaram, necessariamente, uma valorização do feminino. Nesse sentido, frente às transformações vividas pelo feminismo, não apenas em nível local, *Mulherio* daria lugar ao *Nexo*, porém, “mantendo sua identidade e relegando-se ao universo mais amplo para responder às necessidades de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro²⁰⁸”.

Apesar do entusiasmo em “preencher a lacuna cultural” do país, *Nexo* teve apenas duas edições. Além disso, a despeito de o primeiro número destacar que aquele seria um jornal sobre “feminismo, informação e cultura”, as matérias publicadas não versaram sobre questões de gênero. Sobre o encerramento do *Mulherio* e a não continuidade do *Nexo*, encontramos na página da Fundação Carlos Chagas uma nota que adverte que, a partir de 1984, mesmo com o apoio da Fundação Ford, a equipe editorial teve que “[...] lidar no seu dia-a-dia com o fantasma da autossuficiência para sua continuidade”. Segundo a explicação, em 1988, após publicar os dois números de *Nexo*, a equipe responsável pela publicação não teria conseguido “diversificar suas fontes de sustento e não contando mais com o apoio da Fundação Ford, a equipe rende-se ao infortúnio e conclui sua existência²⁰⁹”. Assim, chegava ao fim uma publicação que, ainda que feita por “profissionais da área de gênero” e dentro de uma estrutura arcada por financiamentos de órgãos governamentais e internacionais, não deixou de discutir temas caros ao feminismo mais amplo, tampouco de tecer críticas contundentes ao movimento. *Mulherio* ofertou um amplo repertório sobre o feminismo, tanto a nível local quanto nacional. Por meio de suas páginas e capas, conseguimos acompanhar as mudanças e permanências no programa político feminista, além de ver as tensões e dissabores da relação entre o feminismo autônomo e o “institucionalizado”.

²⁰⁸ Editorial. *Nexo 1/ Mulherio 40*, ano I, junho, de 1988, p. 2. Diferente do *Mulherio*, *Nexo* saiu com uma tiragem de sete mil exemplares.

²⁰⁹ Uma História, Fundação Carlos Chagas. Disponível em:

< <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/historia.html>>. Acessado em: 24/02/2019.

Figura 7 - Capa Nexo Primeira Edição



Nexo, n.1, *Mulherio*, n. 40, 1988.

Durante todo o período que *Mulherio* foi impresso, foram veiculadas matérias que interrogavam a relação do feminismo com o Estado, demonstrando como esse tópico foi central para o feminismo brasileiro dos anos de 1980. Todavia, como vimos, a publicação também trouxe indícios das negociações e concessões para manter um financiamento, haja vista as cobranças, expressas nos editoriais, a respeito de temáticas consideradas “radicais” ou, ainda, das relações com partidos e órgãos governamentais. Sendo assim, se, por um lado, o financiamento permitiu que o periódico tivesse regularidade, ampla circulação e um *layout* próximo dos veículos de comunicação padrão, por outro, impôs uma determinada conduta ao jornal. As mudanças lançadas em 1984, adotando um caráter mais “comercial”, sugerem a necessidade de recorrer a diferentes subterfúgios para conseguir recursos e manter a estrutura tanto do periódico quanto do corpo editorial. Nesse sentido, também é importante frisarmos que, para essa publicação, o sentido da autonomia estava associado à independência do periódico no que tange aos partidos políticos e ao Estado, ou seja, a autonomia era condizente à independência de vínculos institucionais. Entretanto, como podemos observar, o *Mulherio* teve relações estreitas tanto com “militantes políticas” quanto com as novas esferas institucionais de poder que representavam a pauta feminina. Sendo assim, no quarto capítulo, abordaremos como o boletim tratou, em seus artigos, essa complexa e paradoxal relação.

2.1.2. *Chanacomchana*: a linguagem radical da imprensa lésbica-feminista

Como apresentado no capítulo anterior, a organização do movimento homossexual brasileiro data do final dos anos de 1970. Em fevereiro de 1979, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, sediou um ciclo de debates sobre “minorias”. O evento foi coordenado por André Singer, professor de Ciências Sociais, e pelo coletivo estudantil “Vento Novo”, que convidou membros do grupo *Somos* para participarem de uma mesa. James Green considera que este foi um momento histórico, pois “[...] serviu para promover o *Somos* nacionalmente e inspirar a fundação de grupos em outras cidades²¹⁰”. De fato, Marisa Fernandes afirma que algumas estudantes lésbicas que assistiram ao evento se sentiram motivadas a conhecer e a participar do emergente grupo homossexual e passaram a frequentar suas reuniões. Entretanto, a autora adverte que as ativistas se depararam com posturas machistas em parcela dos membros do *Somos*, o que as levou a criar um subgrupo, a Frente Lésbica (FL), como uma reação a tais comportamentos²¹¹. Acerca dessa formação, Fernandes afirma que:

Passados apenas três meses de atividades com os *gays*, elas perceberam a existência de atitudes machistas e discriminatórias dos companheiros de militância. A palavra usada para identificar tanto os *gays* quanto as lésbicas era “*bicha*”, mas as mulheres do *SOMOS* queriam ser chamadas de lésbicas, uma palavra à qual se tinha imputado uma conotação pejorativa e agressiva, então era usada para esvaziar seu conteúdo violento. Ao se referirem às mulheres em geral, os *gays* usavam os termos “*racha*” ou “*rachada*”, o que para as lésbicas era impossível de se admitir²¹².

A estruturação da FL, porém, não foi bem recebida, e setores do *Somos* passaram a acusar as lésbicas de serem radicais e divisionistas. Esse momento coincidiu com discussões

²¹⁰ O autor explica que alguns integrantes do movimento estudantil argumentaram que existia uma luta geral contra a ditadura e que a discriminação dos homossexuais e de outras vertentes “minoritárias” apenas servia para dividir o movimento. Os militantes do *Somos* teriam contra-argumentado que a esquerda não “dava conta da questão de discriminação contra *gays* e lésbicas” e que era refratária às suas demandas. Este fato nos traz indícios da dificuldade do movimento homossexual, assim como do feminismo, em fazer com que as tradicionais agremiações de esquerda reconhecessem suas pautas como questões políticas. GREEN, James. “Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo *Somos* de São Paulo”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. op.cit.

²¹¹ Marisa Fernandes, integrante da LF, relata que a militância lésbica também apresentou contradições, sobretudo pela falta de experiência na cena política. A autora afirma que as ativistas da Frente Lésbica rechaçavam a participação de bissexuais e de mulheres grávidas. GREEN, James; FERNANDES, Marisa, *et.all.* Mesa-Redonda *Somos* - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil, op.cit.

²¹² FERNANDES, Marisa. “Ações Lésbicas” In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit., p. 93.

internas ao *Somos* a respeito da autonomia do grupo em relação aos partidos de esquerda. Esses conflitos agravaram-se após a participação de integrantes do *Somos* e da FL na manifestação política no Dia do Trabalho, no ABC Paulista. O primeiro de maio de 1980 foi marcado por uma grande passeata, que se tornou um dos símbolos contra o regime militar, reunindo centenas de militantes, sindicalistas e partidários políticos, entre eles, o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Para fração do movimento gay e lésbico, o evento foi emblemático, pois:

Com a cidade cercada pelo II Exército e em estado de sítio, cerca de 50 ativistas homossexuais marcharam pelas ruas de São Bernardo do Campo, junto com milhares de outros participantes, unidos em comemoração ao Dia Internacional dos Trabalhadores, durante uma greve geral. Quando o grupo entrou no estádio de futebol da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, foi ovacionado por milhares de participantes²¹³.

Não obstante, a adesão ao ato levou à cisão do grupo. Para parcela do *Somos*, os dirigentes sindicais e a classe trabalhadora eram refratários aos homossexuais e, desse modo, acusava os que compareceram à manifestação de serem controlados pela esquerda. A outra parte, que integrou a caminhada, asseverava que “a luta pelos direitos de gays e lésbicas e o movimento contra a ditadura militar estavam inter-relacionados²¹⁴”, ou seja, sem o retorno à via democrática seria impossível lutar pelas pautas da organização. Facchini avalia que, após o “racha”, as lésbicas se aproximaram mais do feminismo e procuraram “incentivar que se desse maior espaço às questões ligadas à sexualidade” dentro do movimento homossexual²¹⁵. Fernandes, por seu turno, afirma que a divisão foi “irreconciliável”, levando as ativistas da FL a concluírem que “não fazia o menor sentido” continuarem lutando dentro do *Somos* e, deste modo, se retirarem em definitivo da agremiação²¹⁶.

Foi nessa conjuntura que surgiu o GALF, independente do movimento homossexual e mais próximo ao feminismo. Sem sede própria, suas militantes dividiam espaço com coletivos feministas, como o *Brasil Mulher*, e, para subsidiar as atividades, organizavam shows e jogos de bingo, além de vender materiais temáticos em bares e festas. Gilberta Soares e Jussara Costa afiançam que, em seus primeiros anos de atuação, o GALF participou de debates

²¹³ GREEN, James; FERNANDES, Marisa, et.all. Mesa-Redonda Somos - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil, op.cit.,p. 51.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo uma história. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 10, n. 18/19, 2003 ,p. 92.

²¹⁶ FERNANDES, Marisa. “Ações Lésbicas” In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit, p. 98.

públicos e eventos tanto do movimento gay quanto do feminista, e estabeleceu contato com lésbicas não organizadas. Isto é, apesar da aproximação com o feminismo, o grupo continuou participando de ações conjuntas com os gays. Para as autoras, uma das pautas que unia as três vertentes de ativismo era a violência policial, comandada pelo delegado José Wilson Richetti, direcionada às lésbicas, aos gays, às prostitutas e às travestis no centro de São Paulo. Logo, podemos aferir que o período de abertura democrática e de ampliação das liberdades políticas foi, ao mesmo tempo, o da manutenção de práticas de perseguição, violência e extermínio dos indivíduos considerados “inadequados” por seu gênero ou sua sexualidade.

Como parte de suas atividades, em 1981, durante o III Encontro da Mulher Paulista, o GALF lançou um tabloide intitulado *Chanacomchana*. A edição de número zero saiu em janeiro de 1981, em formato de tabloide, em preto e branco, e trouxe como matéria de capa uma entrevista com a cantora Angela Ro Ro, ícone homossexual, e uma matéria intitulada “Quem tem medo de Virginia Woolf”, assinada pela jornalista e feminista Maria Carneiro da Cunha. O artigo trouxe uma crítica contumaz às tradicionais esquerdas refratárias às discussões de gênero e sexualidade e buscou desmistificar as visões pejorativas sobre as mulheres lésbicas. O número inaugural apresentou em seu conselho editorial os nomes de Fanny, Maria Serrath e Teca; a parte fotográfica foi organizada por Cristina, Fanny e Silvana; e como colaboradoras figuraram os nomes da jornalista Maria Carneiro da Cunha e de Nair Benedito. Em vários números, apenas os primeiros nomes das ativistas aparecem, sem menção ao sobrenome, e, em alguns casos, como o de Teca, apenas o apelido.

Figura 8 - *Chanacomchana* Primeira Edição



Ainda nesse número, o editorial expôs a escolha do nome, bem como a linha editorial que o boletim iria seguir. O projeto editorial foi apresentado como um meio de estender visibilidade política à especificidade lésbica, contudo, sem deixar de lado as lutas feministas e de mulheres negras, que foram vislumbradas como igualmente minoritárias:

Chanacomchana foi um pulo do conformismo para a participação. Nosso jornal é a nossa ponte. A palavra CHANA não pode ser sumariamente definida como “órgão sexual feminino”. É algo tão mais amplo, quanto os contrapontos de existir. Que a palavra CHANA soe para alguns como “CHANCE”, para alguns como “CHANCA” (pé grande, sapatão?) e para outros como “CHAMA”. O importante é isentar das conotações. [...] Voltando ao nosso papel com tinta, sabemos que CHANACOMCHANA é um sopro, mas há horas que um sopro pode representar tudo, inclusive a vida. E a vida é negra, é prostituta, é homossexual, é mulher, e amamos todas estas suas facetas politicamente minoritárias²¹⁷.

A peculiaridade do nome causava espanto, chocava e, ao mesmo tempo, jogava com o imaginário social sobre a homossexualidade feminina. A provocação da denominação também distorcia as concepções heteronormativas, uma vez que escancarava que o amor e as relações sexuais não eram definidos, exclusivamente, a partir do binário homem/mulher. Como afirma Tania Swain, “[...] o lesbianismo reaparece nos anos 80 como parte da reflexão que interroga a categoria ‘gênero’ em seu fundamento maior: a divisão binária e ‘natural’ da sociedade em dois sexos, pressupondo assim a heterossexualidade²¹⁸”. Lessa afiança que o nome também brinca como uma “sexualidade desvalorizada” na medida em que recorre à palavra “chana”, utilizada para se referir à genitália feminina, no sentido político, isto é, como uma “chance” para as mulheres lésbicas expressarem suas ideias e sentimentos²¹⁹. Desse modo, apoiado nas discussões de gênero, o periódico propunha a categoria mulher por meio da intersecção entre classe, etnia e sexo, ou seja, clivagens que compunham a identidade feminina. Todavia, pouco espaço foi cedido em seu interior para tratar de tais imbricações.

As disputas e dissoluções também estiveram presentes no interior do GALF. Além das diferenças de posicionamento político, as questões econômicas foram decisivas nas tensões que surgiram. Muitas ativistas deixaram o grupo ou se engajaram em outros coletivos feministas, como o SOS Mulher. Desse modo, Fernandes avalia que, em seu primeiro ano, o GALF experimentou tanto o entusiasmo da organização quanto o esvaziamento do grupo. Por

²¹⁷ Editorial, *Chanacomchana*, n. 0, 1981, p. 4.

²¹⁸ SWAIN, Tania. Feminismo e Lesbianismo: questão de identidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, 1999, p. 110.

²¹⁹ LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades*, op.cit.

essa razão, tanto a estrutura do boletim quanto a do grupo editorial não foram mantidas. Como assevera a autora:

As integrantes do GALF sabiam que as edições futuras não teriam aquele formato de jornal impresso em gráfica, pois não teriam recursos financeiros. Aquela edição independente foi possível graças à Teca, a ativista lésbica feminista que integrou o FL e o GALF, [...] foi de fato quem garantiu que as inúmeras reuniões feitas por aquelas ativistas pudessem acontecer em um lugar seguro, no seu apartamento²²⁰.

No ano seguinte, a agremiação ganhou novo fôlego, especialmente, com a chegada de novas ativistas, como Vange Leonel e Rosely Roth, e o projeto de publicação do *Chanacomchana* foi retomado. Em 1982, o boletim voltou à cena e definiu-se como uma publicação “lésbica-feminista”. Na terceira publicação, em 1983, o editorial comemorativo de quatro anos do GALF afirmou que tal definição era “[...] não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo²²¹”. A colocação foi sustentada no oitavo número, em 1985:

O adjetivo lésbico-feminista foi escolhido como resultado do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiro enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras. [...] Para nós, a lesbianidade (ou lesbianismo) é mais que uma simples questão de cama, pois tem uma série de implicações sociais e políticas que, geralmente, são escamoteadas pelo discurso da “preferência sexual” ou da “opção sexual”²²².

A recusa por usar a expressão “homossexual” era justificada pelo caráter patológico atribuído ao termo pelos discursos pseudocientíficos do século XIX, os quais teriam construído uma visão dos homossexuais como o “terceiro sexo”, composto por indivíduos com características diversas dos demais. As argumentações vão ao encontro das análises de Foucault, que assevera que, entre os séculos XVIII e XIX, a ciência e a medicina produziram discursos que definiram e classificaram a vida social dos indivíduos a partir de suas práticas sexuais. Por meio do “dispositivo da sexualidade”, as relações sexuais e os sujeitos foram divididos entre normais e patológicos, de forma binária e hierarquizada, a partir de uma

²²⁰ FERNANDES, Marisa. “Ações Lésbicas” In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, São Paulo: Alameda, 2018.op. cit, p. 99.

²²¹ GALF: 4 anos de atuação, **Chanacomchana**, n. 3, 1985, p. 1.

²²² Origem da denominação lésbica feminista e seu significado. **Chanacomchana**, n. 8, agosto de 1985, p.2

suposição biológica essencialista, na qual a homossexualidade foi apresentada como um desvio, uma patologia²²³.

Além disso, o periódico avaliava que o termo acabava por omitir as especificidades das mulheres lésbicas. Nesse sentido, a postura interseccional ficou restrita à edição inaugural e a identidade política foi delineada para as lésbicas. Como foi exposto no editorial que marcou o retorno da publicação, esta seria:

[...] um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todos que o fizeram e para quem for lê-lo também. Ele é um dos frutos dos 3 anos e meio do GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e representa a continuação do jornal de mesmo nome que lançamos ano passado. Ele é produto do nosso trabalho que, embora, às vezes, difícil e árduo, tem sempre muito amor e paixão²²⁴.

Diferente do primeiro número, que se dizia voltado para todas as “faces” minoritárias da mulher, o novo formato direcionou-se a um público identitário específico: as mulheres lésbicas. Por essa via, o periódico dedicou diversos artigos sobre as repressões direcionadas às mulheres homossexuais e, apesar de estar alinhado ao feminismo, problematizou as discussões do movimento ao sustentar que a heterossexualidade era, também, uma forma de opressão. Na publicação do artigo “A negação da homossexualidade”, em 1982, o periódico expõe sua problematização:

Nosso objetivo é o fim da dominação de todas as mulheres, pelo fim da opressão dos papéis sexuais, por um verdadeiro respeito à individualidade de cada um. [...] A heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como ‘normal e obrigatório’, diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes e por tal relegada à total marginalização. A heterossexualidade, não a heterossexualidade em si, ou seja, não necessariamente as relações heterossexuais, mas a heterossexualidade enquanto instituição é um instrumento de opressão das pessoas, e em especial das mulheres, cuja finalidade é manter intacta as estruturas repressivas do sistema patriarcal. Por essas razões, considerando que ainda vivemos em uma sociedade sexista, cujo padrão de comportamento tido como ‘correto’ é o heterossexual, achamos prematura uma visão generalizante da sexualidade, pois ela pode se inclinar para a anulação das diferenças do presente contexto social²²⁵.

O termo “heterossexualidade compulsória”, empregado no artigo, refere-se à categoria apresentada por Adrienne Rich. Em seu clássico ensaio, Rich expõe dois tópicos que considera como centrais para pensar a heterossexualidade compulsória: o suposto desejo

²²³ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

²²⁴ Chanacomchana, n.1, dez, 1982.

²²⁵ A Negação da Homossexualidade, Chanacomchana, n. 2, 1983, p. 5.

“inato” das mulheres direcionado apenas aos homens e a invisibilidade da existência lésbica em diversos textos, inclusive na produção acadêmica feminista. Para a autora, é importante frisar que, assim como a diferença entre os sexos não era inata, o desejo heterossexual também não estava calcado na natureza. A heterossexualidade é compreendida como uma imposição ao corpo sexuado e transmitida pelas mesmas instituições criticadas pelo feminismo como espaços da reprodução dos papéis tradicionais de gênero. Em vista disso, se a sociedade patriarcal era dividida entre homens e mulheres, com desejos recíprocos, as lésbicas “não existiam” ou não deveriam existir, sendo colocadas à margem, como sujeitos “anormais” e abjetos. Logo, a “heteronormatividade compulsória” é uma categoria crítica e política apontada por Rich para abrir espaço para outras formas de expressão da sexualidade que ainda não eram vislumbradas pelo feminismo²²⁶.

O termo apareceu em outras edições, ao lado de discussões a respeito da constituição e da transmissão dos papéis sexuais, indicando como o boletim estava ancorado nos estudos de gênero. Na edição de número seis, *Chanacomchana* trouxe um artigo, assinado por Rosely Roth, no qual tratou da definição identitária de Roberta Close, uma modelo transgênero brasileira. Para responder se a modelo era um homem ou uma mulher, o texto recorreu às contribuições do pensamento de Beauvoir e afirmou que “não basta nascer com uma vagina, útero, ovários e ser, em resumo, capaz de reproduzir a espécie humana para ser mulher”. Definir-se como mulher passava por um aprendizado que começava “desde o momento em que a gente nasce e vai se estabelecendo em nossa consciência durante o período de crescimento”. Esse aprendizado era efetuado em casa, nas escolas e nas igrejas, onde tais diferenças eram apresentadas como naturais. O texto assevera que invocar a natureza para justificar as invenções de feminilidade e masculinidade “já não são uma boa pedida”, haja vista que cientistas sociais provaram, através de seus estudos, “[...] que o que na nossa sociedade parece ser muito correto, pode ser visto como um completo absurdo por outras pessoas de outros lugares deste vasto mundo²²⁷”. Estas investigações teriam colocado “por terra” os velhos discursos sobre a naturalidade dos papéis sexuais. O artigo conclui que Roberta Close é uma mulher que assumiu o comportamento tido como tradicional do “gênero feminino”, ao mesmo tempo em que o subverteu.

Frente a essa análise, podemos observar que a opressão é compreendida a partir do papel que uma dada cultura opera sobre a sexualidade feminina e masculina, e não por uma

²²⁶ RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Vol. 5, no. 4, Summer, 1980.

²²⁷ Roberta Close: homem ou mulher?, *Chanacomchana*, n. 6, 1984/85, p. 2-5.

leitura que naturaliza as diferenças entre os sexos. As distinções culturais seriam assimiladas e interiorizadas por meio das instituições que espelhavam a ideologia dominante e asseguravam o domínio patriarcal. Diante do cenário nacional, que possibilitava a emergência de uma categoria representativa em busca da garantia de determinados direitos, esses novos sujeitos defenderam a existência de identidades múltiplas, fluidas e em deslocamento, ao sugerirem que as diferenças não cabiam dentro de um denominador comum intitulado “mulher”. À luz destes apontamentos, *Chanacomchana* refletiu a mobilização e a força que o movimento lésbico feminista ganhava no país e assinalou uma importante singularidade do país quando comparado aos vizinhos Argentina e Chile, como veremos adiante.

O GALF era uma associação autônoma e o *Chanacomchana* foi autofinanciado. Essa medida refletiu na tiragem e circulação do periódico, editado no mesmo período que o *Mulherio*, a exceção do ano de 1988. No entanto, ao contrário dos trinta e nove números publicados pelo contemporâneo, o periódico lésbico-feminista teve apenas treze edições entre 1981 e 1987. Desse modo, assim como outras publicações alternativas, teve uma periodização irregular, sendo que os primeiros três números saíram anualmente e os demais oscilaram entre publicações trimestrais e bimestrais. A paginação também não foi constante, variando entre 12 e 36 páginas.

O sistema de vendas, sobretudo nos primeiros anos, era de “mão em mão”, ou seja, realizado de forma avulsa, sobretudo em bares, festas e encontros feministas. Um dos principais pontos de venda era o *Ferro's Bar*, um local de encontro lésbico e gay, localizado no bairro do Bexiga, em São Paulo. A partir da publicação de número três, o periódico passou a oferecer assinatura, sendo que o valor correspondia à aquisição de seis números e, desde a sétima edição, apresentou um preço fixo para sua venda unitária, como podemos observar na tabela a seguir. Diferente do *Mulherio*, que chegou a ter uma tiragem de 33 mil impressos, *Chanacomchana* circulava com cerca de trezentos exemplares, os quais nem sempre eram vendidos em sua totalidade²²⁸. Logo, podemos inferir que o autofinanciamento imprimiu restrições para a publicação e para circulação do *Chanacomchana*.

²²⁸ Essa informação aparece no balanço feito pelo grupo, em 1990, e publicado no Boletim UOO, edição de número 12, Primavera de 1990, p. 17.

Tabela 2 - Periodização e valores do boletim *Chanacomchana*

Número/Ano	Periodicidade	Paginação	Preço Unitário	Assinatura
N.0/1981	Anual	4	Sem	Sem referência
N.1/1982	Anual	12	Sem	Sem referência
N.2/1983	Anual	12	Sem	Sem referência
N.3/1983	Trimestral	16	Sem	CR\$1.000,00
N.4/1983	Trimestral	18	Sem	CR\$1.500,00
N.5/1984	Bimestral	13	Sem	CR\$6.000,00
N.6/1984	Trimestral	16	CR\$1.000,00	CR\$ 7.000,00
N.7/1985	Mensal	22	CR\$ 2.000,00	CR\$ 10.000,00
N.8/1985	Trimestral	16	CR\$3.500,00	Sem valor
N.9/1985/1986	Trimestral	27	CR\$ 5.000,00	CR\$ 25.000,00
N.10/1986	Trimestral	31	CZ 10,00	Sem referência
N.11/ 1987	Trimestral	32	CZ 15,00	Sem referência
N.12/1987	Bimestral	36	CZ 25,00	Sem referência

Org. por Júlia Oliveira a partir do boletim *Chanacomchana* (1981-1987)

A agremiação não possuía uma sede fixa, compartilhando espaço com diferentes coletivos feministas e homossexuais. A partir de 1984, o GALF passou a dividir um espaço, cedido pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, com o Centro de Informação da Mulher (CIM). Nesse espaço, a pauta do boletim era discutida de forma improvisada, como relatou Míriam Martinho em entrevista à Elizabeth Cardoso: “[...] nós sentávamos, discutíamos, pedíamos sugestão e voluntários; na medida em que os textos iam chegando, a gente ia fechando o jornal. O original era feito na base da montagem e colagem com recortes datilografados²²⁹”. Isto é, diferente do *Mulherio*, o boletim lésbico era feito artesanalmente e dependia da montagem de uma equipe de militantes.

O custo de sua produção era arcado com as vendas de exemplares e com doações de militantes. Em razão disso, sua impressão era feita em frente e verso, em preto e branco, mimeografada ou em *offset*. Como forma de aumentar a arrecadação de fundos para a publicação do periódico, nas últimas três edições era possível associar-se ao GALF e contribuir financeiramente com a agremiação. Além disso, o periódico passou a contar com pequenos anúncios comerciais, que não ultrapassaram o total de três por edição, e a ofertar a

²²⁹ CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, op.cit, p.47.

possibilidade, para suas leitoras, de fotocopiar materiais bibliográficos sobre feminismo, sexualidade e movimento lésbico.

Figura 9 - Assine Chanacomchana



Chanacomchana, n . 8, agosto, 1985.

A associação declarava-se autônoma e independente de qualquer vínculo partidário e, como veremos no quarto capítulo, teceu inúmeras críticas à dupla militância ou às relações com os partidos políticos. Não obstante, em muitos casos, o GALF recorreu a alianças políticas paradoxais para fazer valer seus direitos ou, ainda, para que o boletim fosse impresso. Nas memórias sobre o movimento publicada no boletim UOO, que apresentaremos posteriormente, foi relatado que:

Publicamos o CHANACOMCHANA de 1982 a 1987, em mimeógrafos ou offset, sempre graças a batalhas junto a políticos e a militantes gays ou feministas. Vendíamos os exemplares, via assinaturas ou em bares e boates lésbicas, de forma irregular e precária dada a inexistência de um planejamento e de uma equipe de vendas. [...] A impressão em offset aumenta consideravelmente o custo do boletim e exige que, no mínimo, 300 exemplares de cada edição sejam vendidos para bancar o custo. Por isso, optávamos por obter a impressão de graça, como já citado, o que implicava em um bom dispêndio de tempo e paciência. Além disso, o número de assinaturas era insuficiente para cobrir os 300 exemplares, significando que precisávamos vender os boletins. E aí a coisa se complicava ainda mais, pois poucas pessoas tinham pique de vendas [...]. Conclusão: os boletins se acumulavam, vivíamos sem caixa e com muitos conflitos²³⁰.

²³⁰ Idem.

A narrativa sobre o sistema de venda e a circulação do boletim nos permite perceber, por um lado, os ajustes feitos em relação à autonomia do grupo para que o periódico pudesse ser publicado e, por outro, os entraves para a venda do boletim. Nesse sentido, chama-nos a atenção o relato sobre o baixo fluxo de venda de *Chanacomchana*, já que, no mesmo momento, as ideias feministas e lésbico-feministas estavam em circulação, tendo o contemporâneo *Mulherio*, por exemplo, um trânsito local e nacional. Entretanto, como podemos observar no depoimento acima, o sistema de venda avulso era realizado pelas próprias integrantes, o que dificultava sua difusão, ao contrário do *Mulherio*, que contava com uma equipe responsável pela distribuição do jornal.

O boletim apresentou poucas seções regulares, dando mais espaço para textos explicativos e opinativos, além de entrevistas sobre determinados temas. Entre as seções regulares, estavam: *Cartas*, que trazia opiniões das leitoras sobre o periódico, *Histórias de HETerror*, que apresentava situações de discriminação e/ou violência enfrentadas por mulheres por serem lésbicas e, por fim, *Informes*, onde circulavam notícias de encontros feministas e lésbicos nacionais e internacionais, além de conquistas do movimento homossexual no Brasil e no mundo. O periódico ainda passava dicas de leitura sobre feminismo, homossexualidade, literatura e história, disponibilizando, também, a venda de fotocópias de textos feministas e lésbico-feminista, especialmente aqueles que não tinham publicação ou tradução no Brasil.

Os projetos editorial e gráfico eram simples. Todavia, suas capas trouxeram ilustrações emblemáticas, desenhadas ou com fotografias, que faziam menção à afetividade lésbica. Em seu interior, havia charges e quadrinhos artesanalmente feitos. Suas ilustrações eram categóricas em representar as violências que as lésbicas viviam ou, ainda, as relações sexuais e afetivas. Sendo assim, algumas das ilustrações internas poderiam ser encaradas, na época, como “chocantes”, pois traziam a público temas considerados tabus, como as relações homoafetivas, sexo entre duas mulheres, a maternidade lésbica e a família homossexual. Portanto, podemos considerar que esse periódico representou um feminismo engajado, com uma linguagem visual e verbal impactantes, que deram a tônica das reivindicações específicas das lésbicas, tratadas de forma tímida pelo feminismo. Para ilustrar o exposto, trazemos duas capas sintomáticas da expressão visual do periódico.

Figura 10 - Capa Lésbicas e Família



Chanacomchana, n. 7, abril, 1985.

Figura 11 - Capa Lésbicas e Trabalho



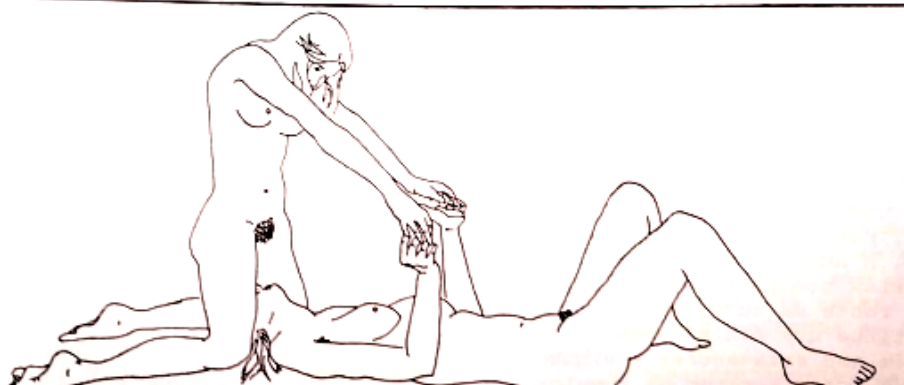
Chanacomchana, n. 8, ago., 1985.

No que tange às abordagens, o boletim alinhou-se a algumas bandeiras tanto do feminismo mais amplo, como a violência doméstica e o aborto, quanto do movimento homossexual, sobretudo a desconsideração da homossexualidade da lista de doenças e transtornos mentais. Assim como o *Mulherio*, o *Chanacomchana* defendeu os direitos das mulheres por intermédio das alterações no campo jurídico, especialmente no Código Civil. Tendo em vista essa preocupação, entrevistou candidata/os durante as eleições, procurando acompanhar em que medidas esta/es pretendiam defender ou inserir as demandas feministas e homossexuais em seus programas de governo. Não obstante, o periódico resguardou especificidades não trabalhadas pelas demais feministas, como o reconhecimento do casamento homossexual e a adoção de crianças por casais homoafetivos. Na mesma direção, o boletim se dedicou a analisar como a repressão à sexualidade afetava o cotidiano das lésbicas, sobretudo nas relações familiares e de trabalho, trazendo, além de artigos, depoimentos de mulheres que haviam vivenciado tais situações. Ainda que ponderando as situações adversas, o periódico defendeu o “desenrustimento”, para que as lésbicas pudessem viver livremente sua sexualidade e seus sentimentos. A seção *Cartas* foi um importante mecanismo para dar voz a essas experiências e abrir espaço para que essas mulheres pudessem falar sobre si,

partilhar dúvidas e dificuldades. Igualmente, o periódico trouxe diversas ilustrações internas referentes às relações sexuais entre duas mulheres com o intuito de torná-las naturais.

Figura 12 - Lésbicas e Sexualidade

LÉSBICAS E SEXUALIDADE



Chanacomchana, n. 9, dez/fev. 1985/86.

Apesar de partilhar com o contemporâneo *Mulherio* o interesse por muitos temas, a comparação entre eles revela que o *Chanacomchana* apresentava uma linguagem mais coloquial e direta, inclusive inserindo notas explicativas sobre alguns conceitos, como patriarcado, papéis sexuais e homofobia. Isso nos leva a pensar no perfil das leitoras e dos leitores do periódico, não apenas pelo viés da identidade política e sexual, mas também em termos de classe. Esse uso menos formal, no entanto, não impediu o boletim de trazer discussões de gênero e feminismo radicais e profundas, sobretudo em referência aos construtos socioculturais sobre as identidades femininas e masculinas, a exemplo da reportagem que mencionamos sobre Roberta Close, ou ainda das ilustrações taxativas sobre as relações homoafetivas. Assim, entre 1981 e 1986, *Chanacomchana* foi um importante canal para a visibilidade política lésbico-feminista, bem como para a divulgação de sua agenda política.

A partir de 1983, os nomes de Míriam Martinho e Rosely Roth ganharam destaque, uma vez que ambas assinam grande parte dos artigos e matérias veiculadas. Rosely Roth teve grande atuação política no incipiente movimento lésbico e foi pioneira ao tratar,

publicamente, de sua sexualidade²³¹. Sua presença em atos públicos fez com que tivesse destaque na mídia, sendo convidada a participar, por duas vezes, do programa da apresentadora Hebe Camargo. Na ocasião, o programa sofreu com a censura federal e recebeu centenas de cartas e telefonemas contrários ao debate em canal aberto²³². Apesar dos rechaços, a exposição em rede nacional ampliou a visibilidade sobre o tema, sendo que o grupo recebeu várias cartas de apoio e de pessoas interessadas em conhecer a agremiação²³³.

A visibilidade também coincidiu com um novo momento do boletim, que, em meados dos anos 80, passou a tecer críticas mais contundentes ao feminismo. A relação ambígua com o movimento esteve presente desde a primeira edição. Em 1983, o boletim trouxe uma charge, assinada por Míriam Martinho, que descrevia uma cena que poderia ser comum às lésbicas. Três mulheres dirigem-se a um fictício “Centro de Denúncia contra a discriminação”, no qual há uma placa com os dizeres: “Não sofra calada”. As personagens apresentam suas reclamações, quais sejam: uma delas perdeu o emprego, enquanto as outras foram, respectivamente, expulsas de casa e da escola. Quando questionadas pela justificativa, respondem de forma uníssona: “somos lésbicas!”. O grito-resposta é encarado de forma perturbadora pela atendente, representada com uma expressão de espanto e constrangimento, que solicita que elas retornem em outro turno, pois naquele só atendiam mulheres²³⁴.

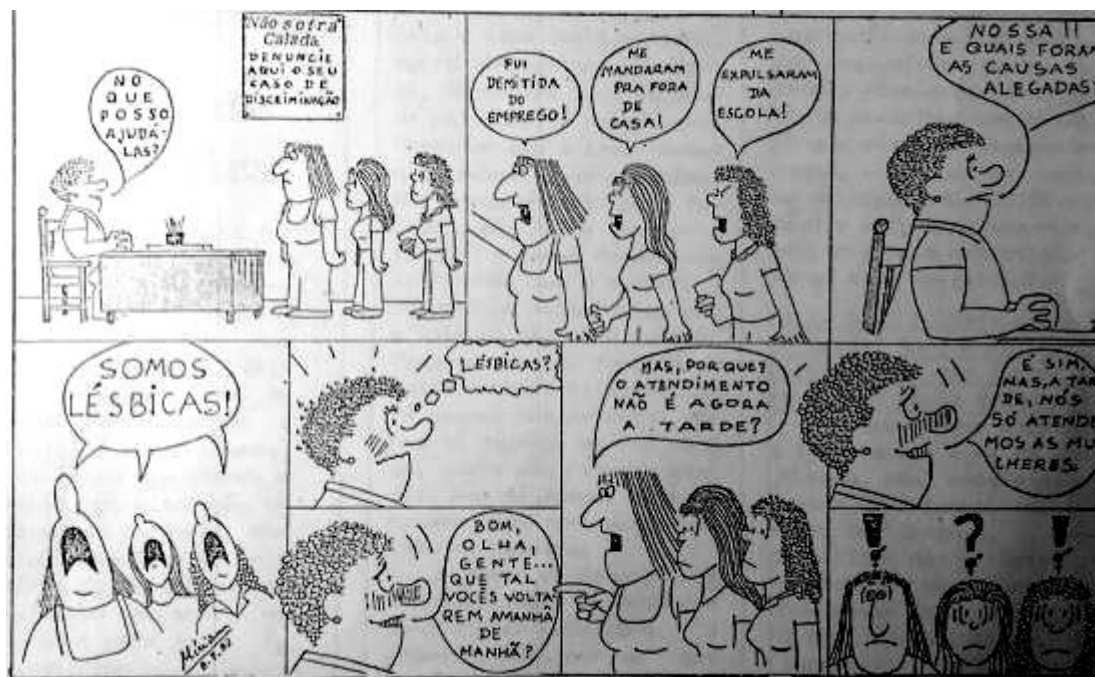
²³¹ Rosely Roth era estudante de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, posteriormente, cursou Ciências Sociais na USP. Militou tanto no movimento lésbico quanto no SOS Mulher, escreveu artigos em diversos números do *Chanacomchana*, além de participar do primeiro número do boletim UOO e de conceder entrevistas aos jornais da grande mídia. Em agosto de 1990, Rosely suicidou-se. Na edição de número doze do boletim UOO, o editorial, escrito por Míriam Martinho, explicou que “apesar da coragem com que enfrentava publicamente o preconceito, Rosely sofria de insegurança e de conflitos emocionais profundos que levaram-na a uma série de crises maníaco-depressivas, a partir de outubro de 1987”.

²³² As informações estão contidas na matéria “Lesbianismo na TV: a polêmica aumenta”, disponibilizada na página da Rede UOO e atribuída à Folha de São Paulo, em 01/06/1985. Entretanto, não a conseguimos encontrar no acervo do periódico. Para o acesso à matéria, ver: < <http://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/tributo-rosely-roth-pioneira-da.html>>. Acessado em: 25/02/2019.

²³³ As participações de Rosely foram comentadas pelo boletim. Em 1985, a oitava edição trouxe o artigo “GALF na Hebe”, narrando a experiência e a repercussão na mídia, incluindo as ameaças de censura ao programa. O texto também menciona que o GALF já havia recebido mais de 200 cartas de mulheres que se identificaram com o debate e gostariam de conhecer tanto o grupo quanto o periódico. Já na décima edição, na seção “Em Movimento”, foram narrados dois episódios: a participação de Rosely no programa na TV Bandeirantes apresentado por Blota Júnior e novamente na Hebe Camargo. Em ambos, a militante teria sido impedida de dar o número da caixa postal do GALF e de apresentar o *Chanacomchana*, mesmo após as 23h, quando a censura não poderia mais atuar. **Chanacomchana**, n. 10, jun./set., 1986.

²³⁴ OLIVEIRA, Júlia G. S. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: *Mulherio* e *Chanacomchana* (1981-1985). **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 11, n. 21, jul./dez. 2017.

Figura 13 - Charge Somos Lésbicas!



Chanacomchana, n. 1, 1982.

A tira faz uma crítica direta ao feminismo, que, ao tratar da identidade feminina de forma universal, não se debruçava sobre outras assimetrias cotidianas, a exemplo da sexualidade. Sendo assim, a arte interroga o que é compreendido como “mulher”, bem como de quais formas de violência as feministas estavam tratando. A charge foi publicada nos meses seguintes ao ato organizado pelas integrantes do GALF nas dependências do SOS-Mulher. Durante um debate sobre a violência de gênero, as ativistas, vestindo máscaras, causaram grande impacto ao realizarem uma performance e distribuírem um panfleto “[...] denunciando o silêncio do movimento feminista sobre as diversas formas de violência sofridas pelas lésbicas”²³⁵.

Nessa trilha, em 1985, o boletim apresentou relatos sobre o III EFLAC, sediado em Bertioga. Com o subscrito “Só Lésbicas”, o texto narrou a reunião que uniu lésbicas do Brasil, do Chile, do Peru, do México, da Espanha e dos EUA para tratarem das particularidades do movimento. De acordo com o informe, havia um traço comum: “[...] a maioria das mulheres brasileiras e de outros países, à exceção do México, relatou que para seus respectivos

²³⁵ SOARES, Gilberta S; COSTA, Jussara C. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys: Estudos Feministas*, jul /dez. 2011/jan. /jun. 2012.

movimentos feministas, a questão do lesbianismo ainda é um tabu, sendo ou simplesmente omitida ou abordada raramente e de forma superficial²³⁶.

Fernandes afiança que a participação das lésbicas brasileiras só ocorria, até então, por meio dos eventos feministas, como o EFLAC ou o Encontro Feminista Nacional. Assim, a organização de um espaço específico para a discussão da homossexualidade feminina teria ensejado as militantes a construírem encontros próprios. Na oportunidade, Rosely Roth posicionou-se a favor da separação entre a militância das lésbicas do feminismo, argumentando que suas demandas políticas não encontravam espaço na agenda de tal movimento:

Nesta reunião, Rosely Roth afirmou que, neste ano de 1985, o GALF se retirava do movimento feminista, porque era evidente que, para serem aceitas, elas há anos estavam prestando serviços àquele movimento, que verdadeiramente nunca as apoiava. Informou que os trabalhos do GALF estariam voltados apenas para as lésbicas criando um movimento lésbico feminista, fazendo com isso uma política diferente do que reproduz a política tradicional do heterofeminismo. Manter alianças era possível, mas ceder nas prioridades, nunca²³⁷.

Por esse caminho, o boletim tratou da Conferência Mundial de Mulheres e destacou a participação das militantes da *International Lesbian Information Service* (ILIS), que teriam “agitado Nairóbi”. Igualmente, foi salientado que a Secretária de Estado holandesa discursou a respeito da dupla opressão e sobre “[...] a importância de se quebrar a invisibilidade e a necessidade de ver os relacionamentos lésbicos como uma alternativa totalmente viável à heterossexualidade²³⁸”. Foi exposto que a ILIS esperava promover no próximo ano um encontro internacional de mulheres lésbicas e, para isso, buscava financiamento que permitisse que as militantes do “terceiro mundo” comparecessem ao evento. De acordo com o texto, alguns países já haviam respondido a carta-convite, entre eles Brasil e Chile.

No ano seguinte, a décima edição abordou a 8ª Conferência da ILIS, sediada em Genebra, na Suíça. O evento contou com a presença de organizações lésbicas latino-americanas, entre elas o *Grupo de Autoconsciencia Lesbiana Feminista* (GALF), do Peru;

²³⁶ O texto aponta outra exceção: o Coletivo Feminista Lesbianas de Madrid, que “[...] havia aberto espaço no feminismo espanhol”. Como veremos, esse grupo exerceu forte influência no movimento lésbico-feminista argentino, dando-nos indícios do caminho que a publicação argentina irá tomar. O texto também cita outra importante referência no movimento lésbico feminista argentino, Hilda Rais. O artigo ressalta o trabalho de Rais, explicando como ela abordava a temática lésbica partindo de uma perspectiva feminista. Só Lésbicas, **Chanacomchana**, n. 9, dez./fev., 1985/1986, s/p.

²³⁷ FERNANDES, Marisa. “Ações Lésbicas” In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit, p. 101,102.

²³⁸ **Chanacomchana**, n. 9, dez./fev., 1985/1986.

MULA, do México, e o *Colectivo Ayuquelén*, do Chile. O Brasil foi representado nas figuras de Denise e Mirian, ambas do GALF, sendo que a última recebeu aportes financeiros da própria ILIS; enquanto a outra arcou com as despesas com recursos próprios. O relato apresentado afirmou que houve uma reunião com as comissões do Brasil, do Chile, do México, da Costa Rica, do Peru e da República Dominicana e, na plenária final, teria sido deliberada a criação de uma Rede de Feminista Lésbicas da América Latina e a organização do primeiro Encontro Lésbico Latino Americano e do Caribe.

O episódio dá-nos pistas do caráter transnacional que o movimento lésbico-feminista estava adquirindo. O fato também traz indícios da institucionalização do movimento por meio da criação de uma rede que integrasse essas agremiações e facilitasse a política de financiamento. Esse novo repertório ingressou no *Chanacomchana*, que, nos três últimos números, entre 1986 e 1987, trouxe a seguinte informação em seu índice:

O boletim é uma publicação quadrimestral do Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF) que procura focalizar diferentes aspectos da vivência lésbica, bem como temas referentes à política dos movimentos sociais autônomos. Nosso principal objetivo, com o *Chanacomchana*, é quebrar o muro do preconceito que envolve e isola as mulheres lésbicas criando uma rede de contatos, informação e apoio tanto no Brasil quanto no exterior²³⁹.

Isto é, os propósitos do boletim alteraram-se em comparação aos objetivos da edição inaugural: a partir desse momento, as atenções estariam direcionadas para o fortalecimento de uma rede transnacional de lésbicas. Em vista disso, a edição seguinte anunciou a contratação de uma diagramadora profissional, permitindo-nos questionar se o GALF contava com aportes financeiros para arcar com os custos de uma profissional ou se o periódico havia aumentado o número de assinantes. Todavia, tais informações não foram apresentadas; apenas foi divulgado que o boletim teria seu valor de venda acrescido, dadas as circunstâncias econômicas do país.

Esse momento coincidiu com o fortalecimento da ILIS e com o direcionamento da sua política de financiamento para grupos lésbicos latino-americanos. Norma Mogrovejo afirma que a construção da rede foi intermediada por Sylvia Borren, ativista lésbica e feminista da ILIS e de uma agremiação mista holandesa. De acordo com a autora, Borren estava interessada na América Latina e, durante a reunião realizada na Conferência de Genebra, orientou as ativistas a solicitarem financiamento. Para encaminhar tal requerimento, era fundamental constar a existência de uma rede já formalizada e a previsão da realização de um

²³⁹ *Chanacomchana*, n. 10, jun/set., 1986.

evento latino-americano. Além disso, era imperativo destacar a especificidade identitária. Como observa a autora: “[...] la dificultad para obtener recursos económicos para proyectos lésbicos, inspiro la primera característica de la Red: únicamente grupos de lesbianas. Esto excluía lesbianas independientes y grupos mixtos como lésbicos-feministas y lésbicos-homosexuales²⁴⁰”. Ou seja, a adesão à rede e seu possível financiamento estavam condicionados a uma política identitária que colocaria de lado as relações com o feminismo e com os grupos homossexuais.

A premissa foi motivo de inúmeros conflitos, especialmente durante o I Encontro Lésbico Latino Americano e do Caribe (ELFLC), realizado em Cuernavaca, no México. Mogrovejo advoga que para muitas militantes, especialmente para as mexicanas, o requisito para a participação foi visto como “separatista” e contraditório. Isso porque a maioria das lésbicas estava organizada em movimentos mistos junto aos gays ou em associações feministas heterossexuais. Os embates levaram as agremiações acordarem que a rede deveria ser aberta à participação de ativistas independentes, de grupos autônomos ou mistos e de militantes que residiam dentro ou fora da América Latina. Porém, apesar de tais resoluções, a autora avalia que a sensação pós-evento não foi de êxito.

Enquanto ocorriam esses eventos, Silvia Borren visitou três agremiações, a saber: GALF, Peru; GALF, Brasil e Ayuquelén, do Chile. Sua presença em tais locais era parte do projeto de financiamento do governo holandês à Rede Lésbica Latino-americana. O objetivo da instituição era ofertar apoio a essas organizações por meio de cursos e palestras e, em contrapartida, reunir informações e documentação sobre os movimentos latino-americanos com o intuito de elaborar um livro a respeito da temática²⁴¹. A décima edição do *Chanacomchana* fez referência a esse momento. Na seção *Em Movimento*, foi veiculada a mudança na secretaria da ILIS, que passaria “das mãos do grupo de lésbicas suíças”, à frente da organização há dois anos, para as de “grupos de lésbicas do terceiro mundo”, os quais ficariam responsáveis pela organização do próximo encontro. Por essa via, a entidade internacional estava:

[...] em condições de transferir 35.000 francos suíços (cerca de 304.000,00 cruzados) que, além de subvencionar os gastos do secretariado e da próxima

²⁴⁰ MOGROVEJO, Norma. **Un amor que atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y sus relaciones con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. CDAHL, Plaza y Valdéz, México, 2000, p. 239.

²⁴¹ Algumas militantes, no entanto, avaliam que a visita tinha por objetivo buscar uma liderança latino-americana, o que não ficou comprovado. No entanto, em 1992, a peruana Rebeca Sevilla foi nomeada como secretária geral da ILGA, um braço da ILIS. Sevilla foi a primeira latino-americana a ocupar o posto.

conferência já citados, permitiram ao grupo responsável desenvolver sua capacidade organizativa e de outros grupos lésbicos para trabalho político futuro. Até o final do ano, o Vanille-Fraise informará através do boletim do ILIS, qual grupo ou quais grupos se encarregarão do secretariado e da próxima conferência²⁴².

Além da possibilidade de financiamento do GALF pela ILIS, a edição trouxe outros subsídios logrados pela instituição no período. A presença de Rosely Roth como representante do GALF no VIII Encontro Nacional Feminista, sediado em Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi, em parte, subsidiada por uma bolsa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). A subvenção teria possibilitado a permanência gratuita de uma das quatro militantes que compareceram ao evento. Durante o encontro, Rosely, na figura do GALF, foi responsável pela oficina sobre as lésbicas que teria reunido mais de noventa mulheres. O relato avalia a atividade como positiva e enfatiza a necessidade de criação de espaços para a discussão específica das mulheres lésbicas.

Os encontros mistos são muito importantes, mas, para a nossa organização, específica, enquanto movimento político autônomo, é imprescindível que façamos reuniões exclusivas para trocarmos experiências e informações que nos possibilitem organizar uma rede de lésbicas nacional, quem sabe possível de concretizar em médio prazo. Trabalhando neste sentido, com o tempo poderíamos estruturar encontros estaduais e nacionais. Esta sugestão de reunião será encaminhada nos próximos encontros feministas²⁴³.

O aporte financeiro veio em nível individual e não pode ser pensado como um subsídio para a publicação do *Chanacomchana*. Entretanto, aponta-nos indícios das complexas imbricações envolvidas na afirmação de autonomia do grupo e, uma vez mais, nas variações de sentido. Isto é, a princípio, o GALF, partindo de uma perspectiva feminista, usou a palavra autonomia para desvincular a militância lésbica da homossexual e estender visibilidade à dupla opressão feminina e para demarcar a independência do movimento em relação aos vínculos institucionais e partidários. Posteriormente, a partir de 1985, a autonomia passou a ser compreendida como a separação do movimento lésbico do movimento feminista, no intuito de criar uma agenda política própria, dissociada das pautas do feminismo.

O distanciamento do feminismo foi justificado no boletim. Em 1987, o texto “Feminismo e Lesbianismo: qual a relação?” expôs as imprecisões e banalizações conceituais que levavam muitas feministas a temer serem rotuladas de lésbicas, acreditando que, com isso, seus trabalhos seriam “desacreditados”; por sua vez, muitas lésbicas não “querem nem ouvir falar de feminismo” por acreditarem que se trata, simplesmente, de uma luta contra os

²⁴² Em Movimento, *Chanacomchana*, n. 11, out-jan, 1986/1987, p. 23.

²⁴³ Idem, p.4.

homens ou para imitá-los. O texto explica que tais confusões e paradoxos advêm da sociedade machista e heterossexual, que limita as concepções de homossexual e de mulher. Por esse caminho, fez uma crítica às publicações feministas que tratavam da mulher por um ponto de vista heterossexual, suprimindo as especificidades lésbicas sob a sigla do enfrentamento “às discriminações contra os homossexuais”. Frente a isso, avalia que “[...] as mulheres lésbicas que abrem uma publicação feminista, no Brasil, dificilmente se identificaram com que está escrito, pois não há nada que fale diretamente de seu cotidiano, acabando por ver reforçada a ideia de que o feminismo não lhes diz respeito²⁴⁴”. Por essa lógica, se tomarmos como ponto de análise as páginas do *Mulherio*, a crítica do *Chanacomchana* não era vã. O periódico feminista não cedeu grande espaço para as questões lésbicas e, apesar de discutir as assimetrias do cotidiano feminino do ponto de vista de gênero, endossou, por meio de recursos imagéticos, a identidade feminina heterossexual.

De forma paradoxal, avalia que, apesar da especificidade lésbica ter alcançado maior visibilidade nos encontros feministas, obtendo lugares próprios para a discussão, estes ainda funcionavam como “guetos” frequentados por mulheres brancas e de classe média. O relato pondera que “feminismo e lesbianismo têm uma relação muito íntima”, pois o feminismo trata de temas inerentes a todas as mulheres, como violência patriarcal, educação e direitos igualitários, equiparação salarial, luta por creches e espaços específicos de saúde feminina, entre outros. Logo, seria importante apoiar as pautas feministas, mas, igualmente, criar grupos específicos de lésbicas, pois seria “[...] contraditório e contraproducente lutar somente pelas bandeiras gerais do feminismo em detrimento de nossas questões específicas²⁴⁵”. A construção de agremiações propriamente lésbicas permitiria tanto a pressão pelos direitos específicos como também “a constituição de um feminismo próprio”, com base na realidade das mulheres lésbicas. A conclusão do artigo resguarda a parceria com coletivos gays e feministas, mas endossa a imprescindibilidade de organizar grupos que tratem das singularidades lésbicas. Como foi exposto: “[...] Construir nossa identidade, a partir do conhecimento das diferenças que temos em relação a outros grupos discriminados, não significa fechar as portas na cara de ninguém. Muito pelo contrário, significa apenas saber apenas quando, como e para quem abrir a porta de nossa solidariedade²⁴⁶”.

A análise da fonte permite-nos inferir que o *Chanacomchana* trilhava um caminho pautado pelas relações transnacionais e pelo denominado “separatismo”. Ainda na décima

²⁴⁴ Feminismo e Lesbianismo: qual a relação? *Chanacomchana*, n. 12, fev./maio, 1987, p. 1.

²⁴⁵ Idem, p. 5

²⁴⁶ Idem, p.8.

edição, em 1987, foi informada a associação do GALF à ILGA, uma rede mundial que fazia ponte com fundações de cooperação internacional para coletivos homossexuais em países considerados subdesenvolvidos²⁴⁷. A filiação ocorria por meio de um projeto denominado de “gêmeos”, no qual uma instituição europeia arcava com a cota anual de setenta dólares que seria utilizada para cobrir os custos da adesão do grupo latino-americano à ILGA. A parceria também previa a troca de materiais, informações, além da possibilidade de ações conjuntas. A relação teria sido intermediada pelo *Movimiento Homossexual de Lima*, MHOL, do Peru, que atuava como “um centro de informações da ILGA para a América Latina”. O comunicado trouxe a seguinte informação:

Agora, em janeiro de 87, recebemos uma carta avisando-nos de que fomos associados à ILGA, com o patrocínio do grupo sueco RFSL-Malmo, com quem entraremos em contato brevemente. Juntamente com o GALF, foram “germinados” mais 4 grupos homossexuais latino-americanos, a saber: Comunidade Homossexual Argentina; grupo Pólen, do México; Grupo Escorpio, do Uruguai e MHLO, da Costa Rica. Seus gêmeos são, respectivamente, DNF-48, da Noruega; RFSL-Lund, da Suécia e FHO, da Noruega. Por ora, nossa maior curiosidade é saber o que significam todas essas estranhas siglas. Fica para a próxima edição²⁴⁸.

Todavia, não houve uma próxima edição do boletim. Tal qual o *Mulherio*, *Chanacomchana* saiu de circulação sem se despedir de suas leitoras. Assim como seu contemporâneo, o periódico retirou-se de cena para ceder espaço a outra publicação, editada pelo mesmo grupo, no entanto, com um nome mais palatável e novo formato. Próxima de duas grandes instituições internacionais, a ILIS e a ILGA, e em contato com coletivos lésbicos e homossexuais latino-americanos, o GALF iniciou a publicação do boletim e, posteriormente, da revista *Um Outro Olhar*, a qual, diferente do *Nexo*, teve vida longa. Cabe interrogarmos, como faremos no próximo capítulo, as implicações dessas novas articulações, tanto no que diz respeito ao periódico quanto à concepção de autonomia do grupo editorial.

2.2. “El feminismo tiene que estar en las calles”: a imprensa da Argentina

Como pontuamos no primeiro capítulo, a Argentina possui uma imprensa feminista desde meados do século XIX. Na segunda metade do XX, encontramos a revista *Persona*,

²⁴⁷ Nessa edição, há um informe sobre o projeto desenvolvido pela entidade de ajuda e pesquisa sobre prisioneiros homossexuais. O projeto versava sobre gays e lésbicas que foram detidos com as seguintes acusações: crimes não referentes à sexualidade, corrupção de menores ou infração de leis locais proibitivas da homossexualidade.

²⁴⁸ Em movimento, *Chanacomchana*, n. 12, fev./maio, 1987, p. 25.

mencionada anteriormente, o jornal *Alfonsina*, publicado em Buenos Aires, *Unidas e Chancleta*, editados em Rosário²⁴⁹. Tais publicações foram editadas durante o retorno democrático, momento em que a imprensa feminista ganhou novo fôlego e diferentes faces no país.

O fracasso da Guerra das Malvinas gerou um esgotamento do regime militar argentino, dando ensejo a protestos e greves em 1982. O auxílio estadunidense à Inglaterra sinalizava, ainda, o distanciamento do país que, até então, tinha apoiado o regime militar argentino. Sem tal suporte e pressionado pelos movimentos populares, os militares iniciaram as negociações para a transição democrática. Desde 1981, os partidos políticos vinham se rearticulando por meio da *Multipartidaria*, e, no ano seguinte, as tradicionais forças políticas - o justicialismo e o radicalismo - começaram a se movimentar para o retorno da democracia e das eleições que ocorreriam.

De acordo com Marcos Novaro e Vicente Palermo, tais rearticulações não conseguiram oferecer grandes mudanças em seus arranjos internos, à exceção da liderança do radical Raúl Alfonsín²⁵⁰. Com um discurso calcado no anticorporativismo, sobretudo na relação entre os sindicatos e o Estado, e na defesa dos Direitos Humanos, Alfonsín tornou-se líder da Unión Cívica Radical (UCR), derrotando nas eleições internas Fernando de la Rúa.

Na outra ponta, estava o justicialista Ítalo Luder, que era visto com desconfiança por parcela da população que não acreditava em seu compromisso com a defesa dos Direitos Humanos²⁵¹. Segundo os autores, a suspeita advinha do fato de Luder ter sido presidente do Senado durante o governo de Isabel Perón e carregar “sua assinatura ao pé do decreto que estendia a todo o território o campo de batalha contra a ‘subversão’”. Essa desconfiança foi

²⁴⁹ Não tomamos tais fontes para nossa análise uma vez que não tivemos acesso às edições completas. A revista *Alfonsina* foi publicada por um grupo de comunicação misto, próximo à concepção do *Mulherio*; encontramos três números na Biblioteca do *Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género*, onde também foram localizadas duas edições do boletim *Unidas*. Já a *Chancleta* foi editada pelo *Instituto de Estudios Jurídicos Sociales de la Mujer* (INDESO), a princípio, como um boletim temático, composto por histórias em quadrinhos artesanais e, posteriormente, alterou seu formato, passando a ser editado em um molde mais informativo. Parte de sua coleção encontra-se no Fundo Documental doado pela Isis Internacional, no *Archivo Nacional*, em Santiago, Chile. A respeito das publicações ver: BORTOLOTTI, Mariana; FIGUEROA, Noelia y VIANO, Cristina. Pioneiras: la constitución del movimiento feminista en Rosario, **Zona Franca**. Revista del Centro de Estudios Interdisciplinario sobre las Mujeres, y de la Maestría poder y sociedad desde la problemática de Género, n. 25, 2017; FIGUEROA, Noelia Eva; BORTOLOTTI, Mariana. El feminismo argentino en la apertura democrática. La experiencia autónoma de Unidas, Rosario (Argentina) 1982-1988; **Revista Izquierdas**, Universidad de Santiago de Chile, n. 21, 2014; DIZ, Tania. Tensiones, genealogías y feminismos en los 80. Un acercamiento a Alfonsina, primer periódico para mujeres. **Mora**, Buenos Aires, vol. 17, n. 2, 2011.

²⁵⁰ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar na Argentina: do golpe de Estado à restauração democrática**, 2007, op.cit.

²⁵¹ Idem, p. 707.

agravada diante de seu pronunciamento frente à lei de *Pacificación Nacional*, promulgada pelos militares em setembro de 1983. Após lançar o *Informe final sobre la guerra contra la subversión y el terrorismo*, a junta militar decretou a lei que previa uma “autoanistia”, isto é, assegurava que os crimes cometidos pelos militares com a finalidade de defender a pátria contra o “terrorismo” não deveriam ser passíveis de qualquer tipo de punição. Segundo os autores, enquanto Alfonsín prometia revogar tal medida, considerando-a ilegal, Luder argumentou que ela seria “irreversível”. Esse debate foi fulcral para os rumos da campanha eleitoral. Nesse sentido, a transição democrática argentina apresenta um ponto de divergência dos outros dois países analisados: ainda que a transição tenha sido negociada, como no Brasil e no Chile, diferente desses países, a defesa dos Direitos Humanos e a punição aos integrantes do governo da *Reorganización Nacional* estiveram no centro dos debates do novo momento político.

Em 1983, Alfonsín ganhou as eleições presidenciais e encontrou um cenário árduo. Além de ter que responder, rapidamente, aos movimentos populares, precisou traçar medidas de contenção da crise econômica que se alastrava pelo país. Por esse caminho, em 1985, foi lançado o Plano Austral, que fez a reforma monetária, negociou a dívida externa e congelou o valor dos salários, dos preços de produtos, das taxas de câmbio e das tarifas públicas. Na tentativa de estabilizar a economia e conter a inflação, a moeda argentina, o peso, foi substituída pelo austral. Em outra ponta, frente ao repúdio social às violações dos Direitos Humanos, ainda em 1983, foi criada a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), presidida pelo escritor Ernesto Sábato, com o objetivo de investigar os crimes e os desaparecimentos forçados ocorridos durante o regime militar. Como resultado das pesquisas, em 1984 foi publicado o *Informe Nunca Más*, documento que expôs as características do sistema de tortura e a política de desaparecimento de pessoas perpetrada durante o governo ditatorial. O relatório foi de suma importância para a promulgação de um decreto, assinado por Alfonsín, que possibilitou o julgamento das Juntas Militares em 1985. Por essa lei, os generais Jorge Videla, Emilio Massera, Roberto Viola e Orlando Agosti foram considerados culpados e condenados, sendo os dois primeiros sentenciados à prisão perpétua. Notoriamente, diversos setores das Forças Armadas reagiram às condenações e deram início a uma série de levantes e rebeliões²⁵².

²⁵² As pressões do grupo militar levaram o governo de Alfonsín, nos dois anos seguintes, a assinar duas outras leis como forma de mediar a situação. Em 1986, a lei *Punto Final* estabeleceu um prazo limite para que novos processos fossem abertos contra membros das Forças Armadas. Entretanto, tal medida, que freou em grande parte as investigações e julgamentos, não conseguiu aplacar os ânimos dos militares e, em 1987, novas rebeliões ocorreram, especialmente por grupos intitulados *carapintadas*. Frente a esse cenário, Alfonsín decretou a lei

Não obstante, nesses anos vieram à cena pública grupos de estudo e conscientização que, até então, estavam organizados clandestinamente, os quais deram origem a novas entidades feministas e de mulheres, a exemplo da *Líbera*, uma dissidência da OFA, *Reunión de Mujeres*, *Asociación Argentina de Mujeres de Carreras Jurídicas*, *Amas de Casa del País*, entre outras. Silvia Chejter afirma que, ao longo dos anos 80 e, sobretudo, a partir de 1984, surgiram diversas organizações civis, sindicais, comunitárias, políticas e acadêmicas, sendo que muitas tinham entre suas fundadoras militantes feministas²⁵³. Dora Barrancos, por seu turno, ressalta que, nesse período, se conformaram linhas de pesquisa e centros de estudo sobre a condição feminina, tendo como norte os problemas levantados pelos coletivos feministas na década anterior. Desse modo, avalia que “[...] los grupos feministas se multiplicaron en esas primeras avenidas que abría la transición, y debe reflexionarse sobre el clima de urgencias para reencauzar la democracia²⁵⁴”.

Os ares democráticos também favoreceram o intercâmbio entre o movimento de mulheres e os de feministas, dando ensejo à constituição de grupos de consenso interpartidários, como o *Nucleamento de Mujeres Políticas* e a *Multisectorial*. Esta organização, em especial, representou uma grande força política, concentrando feministas, partidárias, donas de casa e sindicalistas, grupo que constituiu um espaço para “intercambiar ideas y canalizar acciones conjuntas que permitieran expresar las reivindicaciones de género²⁵⁵”. Entre as agremiações que compuseram a *Multisectorial* encontrava-se a ATEM “25 de noviembre”, um grupo feminista considerado “radical” e que atuou no cenário político autônomo de Buenos Aires por três décadas. A data que integra o nome dessa organização é uma referência ao Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, data definida a partir do I EFLAC, em alusão ao assassinato das irmãs Mirabal pelo regime militar da República Dominicana, em 25 de novembro de 1960²⁵⁶. Logo, a luta contra a violência direcionada às

denominada *Obediencia Debida*, que eximia os militares de baixa patente por crimes cometidos durante a ditadura, sob a justificativa de que eles estavam cumprindo ordens de seus superiores.

²⁵³ CHEJTER, Silvia. Feminismo por feministas. Fragmentos para una historia del feminismo argentino 1970-1996. **Travesías. Temas de debate feminista contemporáneo**, año 4, n. 5, Buenos Aires, 1996, p. 27.

²⁵⁴ BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad Argentina: Una historia de cinco siglos**. Penguin Random House Grupo Editorial Argentina. 2012. Edição do Kindle.

²⁵⁵ ALMA, Amanda, LORENZO, Paula. **Mujeres que se Encuentran: Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)**. Buenos Aires, República Argentina, Editora Feminaria, 2009, p. 81. A Multisectorial teve uma atuação durante todo o período analisado e o seu modelo foi replicado em outras cidades do país.

²⁵⁶ Minerva, Patria e Maria Teresa Mirabal, conhecidas como “las Mariposas”, tiveram forte atuação na oposição ao regime ditatorial de Rafael Trujillo, na República Dominicana. Patria e Maria Teresa já haviam sido presas algumas vezes e, em 1960, a polícia secreta ditatorial armou uma emboscada, violentou e assassinou as três irmãs. O crime teve repercussão internacional e a morte das “mariposas” tornou-se símbolo da luta contra a

mulheres foi um dos pilares da associação. Entretanto, a ATEM não se configurou como instituição especializada no tema, ao contrário, como advoga Chejter, a entidade foi “un espacio de encuentro y debate entre feministas de diversos grupos y feministas independientes”, tornando-se “un importante referente para el movimiento de mujeres²⁵⁷”.

Partindo das premissas desta investigação, dedicar-nos-emos, neste tópico, à análise do *Brujas*, boletim editado pela ATEM, que circulou entre 1983 e 2012. Desse modo, examinaremos a constituição da entidade responsável por sua publicação, o projeto político editorial da revista, no que concerne à autonomia, e seus desdobramentos em relação à regularidade e à circulação do periódico.

2.2.1. *Brujas*: o boletim autônomo “radical”

A ATEM foi uma das associações feministas mais expressivas do período, a qual, além de tratar das questões específicas de gênero, “[...] sostenía el tema de los desaparecidos y la libertad para los presos políticos²⁵⁸”. A associação foi fundada em 1982, contudo, suas integrantes já se reuniam desde o início dos anos 1980. O grupo era pequeno, constituído por sete mulheres organizadas em círculos de leitura e reflexão sobre a condição feminina²⁵⁹. A iniciativa contava com os nomes de Nélide Koifman, Adriana Rofman, Hesperia Berenguer, Marta Fontenla, Margarita Bellotti e Sara Torres, sendo esta um importante nome do feminismo argentino²⁶⁰. Essas mulheres tinham idades distintas, entre 23 e 64 anos, e vinham

violência direcionada às mulheres. A respeito ver: MARIN, Maria Jimena. Las mariposas Mirabal: infinito vuelo de resistencia. **MILLCAYAC**, Revista Digital de Ciencias Sociales, Mendoza, vol. IV, n. 6, 2017.

²⁵⁷ CHEJTER, Silvia. Temas del debate feminista contemporáneo: feminismo por feministas (1970-1996). **Travesías**, op.cit., p. 28.

²⁵⁸ MAFIFA, Diana, PEKER, Luciana, MORENO, Aluminé, MORRONI, Laura. **Mujeres pariendo historia: cómo se gestó el Primer Encuentro Nacional de Mujeres**. Reseña íntima y política de las integrantes de la Comisión Promotora. Imprensa de la Legislatura de CABA, Buenos Aires, 2013, p. 20.

²⁵⁹ **Brujas**, n. 38, año XXXI, 2012.

²⁶⁰ Em novembro de 2016, tivemos a oportunidade de entrevistar Margarita Bellotti (Magui Bellotti) e Marta Fontenla, cofundadoras da ATEM e que ainda têm uma militância ativa. Ambas são advogadas, “feministas lesbianas” e vivem em Buenos Aires, onde são consideradas “feministas históricas” devido à militância no feminismo local e latino-americano. As ativistas estiveram à frente do boletim *Brujas*, bem como das Jornadas Feministas, durante os trinta anos de existência da ATEM. No momento de nossa entrevista, além de auxílio jurídico gratuito, ambas militavam nas campanhas abolicionistas relacionadas à prostituição e ao tráfico de mulheres na Argentina. O tema foi tratado em alguns artigos de *Brujas*, especialmente no final dos anos 90. Fontenla também tem outras publicações sobre o tema, como o artigo “La prostitución, la trata de mujeres y niñas, y la ley: ¿derechos de las humanas o seguridad del estado?”, publicado na **Revista Mora**, v.14, n.2, em 2008. O jornal Pagina 12, em 2015, na matéria intitulada “Las razones del abolicionismo”, apresentou uma entrevista com as duas militantes e com Norma Pulido, outra referência nesse campo. Ver: < <https://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-281077-2015-09-07.html> >. Acessado em: 10/02/2019.

de diferentes atuações políticas. Algumas eram ligadas aos partidos e às organizações de esquerdas, e outras tinham uma conexão prévia com o feminismo dos anos 70. A ATEM teve relações estreitas com o movimento de Direitos Humanos e, segundo relato publicado sobre a história da entidade, a aproximação não era uma estratégia política, mas resultado “natural de nuestras propias vidas”, posto que algumas das integrantes tinham “alguna persona cercana desaparecida²⁶¹”.

A apresentação pública da entidade ocorreu em 1982, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Ao lado de outras organizações, como do *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM) e do *Centro de Estudios de la Mujer Argentina* (CEMA), as integrantes da ATEM distribuíram pequenos folhetos comunicando o surgimento do grupo. Meses depois, em uma reunião pública, foi explicada a origem, a forma de funcionamento e os pressupostos norteadores da agremiação, entre os quais figuravam a autonomia e a luta contra a violência direcionada às mulheres. No documento entregue às participantes, a ATEM apresentou-se como uma associação democrática e horizontal, em que as decisões deveriam ser tomadas pelo coletivo de mulheres que compunham a entidade, em reuniões periódicas. Para isso, foi esboçado um modelo de funcionamento que previa a formação de comitê executivo e de comissões rotativas com o objetivo “cuidar da burocratização”, inerente às organizações, e “evitar a especialização”.

A fin de sostener cierto funcionamiento “burocrático” indispensable como la organización de las finanzas, publicaciones, envío de cartas, etc., se constituirá un comité ejecutivo cuya finalidad será solamente está: ejecutar las decisiones del colectivo y de las comisiones. Estará compuesto por delegadas de cada comisión y el desempeño de estas tareas será rotativo, cada 3, 4 o 6 meses. Así intentamos evitar la especialización, a menudo punto de partida de la burocratización, por la sobrecarga de tareas de algunas compañeras²⁶².

Além da preocupação com a especialização das integrantes, outro ponto essencial para o grupo era a autonomia organizacional. No documento, a ATEM afirmou-se como uma entidade independente de qualquer outra organização política ou institucional. Em relação aos partidos e sindicatos, a justificativa estava alinhada à crítica presente em outras agremiações feministas latino-americanas do período: a irrelevância que as demandas do movimento ocupavam dentro desses espaços. Como foi exposto:

²⁶¹ Hace 30 años, **Brujas**, n. 38, año XXXI, 2012, p. 5.

²⁶² Propuesta de Funcionamiento, ATEM. **Fundo Sara Torres**. Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas (CeDInCI), Buenos Aires.

Decíamos que conformamos un movimiento autónomo porque no estamos subordinadas a ningún otro tipo de organización, oficial o privada, religiosa, política o sindical. Creemos que trabajamos por los problemas que nos afectan solamente a nosotras, que son específicos de las mujeres. [...] Porque además la historia nos dio la triste experiencia de cuando la lucha feminista aparece dentro de otra organización – como sucedió con el surgimiento del feminismo dentro de los partidos progresistas en Argentina – los planteos de las mujeres van quedando relegados a lugares secundarios. Nosotras no creemos que nuestra discriminación como seres humanos sea un problema secundario, de modo que es nuestra tarea el otorgarle la importancia que tiene²⁶³.

Como dito, a autonomia, especialmente em relação aos partidos políticos, era uma questão nodal para as feministas latino-americanas desde o final dos anos 70. Amanda Alma e Paula Lorenzo asseveram que a defesa da autonomia surgiu como uma alternativa à crise de representatividade das estruturas tradicionais partidárias. Para as autoras, “[...] el feminismo no está ausente de este proceso y resulta lógico además, puesto que las mujeres organizadas buscan hacerse con su autonomía frente a la sujeción establecida por el patriarcado²⁶⁴”. Isto é, frente às imposições e restrições às demandas de gênero por parte dos tradicionais partidos políticos, era imperativo que as mulheres procurassem novos caminhos de representatividade e de articulação política.

A ATEM também foi responsável por organizar debates, cursos e mesas redondas “con la intención de avivar el debate sobre la opresión de las mujeres y difundir argumentos feministas²⁶⁵”. Entre tais atividades, estavam as *Jornadas Feministas*, realizadas anualmente entre 1982 e 2012, desenvolvidas a partir de um eixo temático e organizadas entre mesas e oficinas, nas quais era possível participar tanto como apresentadora de trabalho quanto como ouvinte. O grupo também produziu mais de quarenta números dos *Cuadernos Feministas*, um compêndio com fotocópias dos artigos discutidos nas reuniões da entidade.

Nesse mesmo contexto, a ATEM deu início à publicação do *Brujas*, um boletim feminista editado, de forma ininterrupta, por trinta anos. A escolha do nome era uma referência à perseguição e à morte das mulheres denominadas bruxas por transgredirem costumes e leis locais durante o período medieval europeu. A nomenclatura também era – ou ainda é – usada de forma pejorativa para se referir às mulheres consideradas “feias” ou “mal humoradas”, características, muitas vezes, direcionadas às feministas, sobretudo naquele

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ ALMA, Amanda; LORENZO, Paula. **Mujeres que se Encuentran**: Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005), op.cit.

²⁶⁵ TORRICELLA, Paula. La revista Brujas, militancia feminista en democracia. **Entrehojas: Revista de Estudios Hispánicos**, vol.3, Article 9, 2013.

momento²⁶⁶. Em outra ponta, o nome buscava traçar analogia à criminalização do aborto, bem como à violência que atingia especificamente as mulheres. Nessa direção, visava a distorcer o imaginário negativo atribuído ao termo, como foi exposto na vigésima terceira edição do boletim.

En 1982, cuando decidimos publicar lo que en ese momento llamamos “boletín feminista”, la elección del nombre no dio lugar a demasiada discusión. Llamarse *Brujas* significaba para nosotras inscribirnos en una tradición feminista que reivindicaba a las mujeres perseguidas por la Inquisición, las pobres, a las adúlteras, a las rebeldes, a las sanadoras. También implicaba subvertir el significado insultante que le atribuye el uso común y asumirlo como parte de una historia de rebeldías, más allá de sus límites históricos²⁶⁷.

Em quase todos os números do boletim, há um texto introdutório traçando um paralelo entre as vivências, ou, ainda, as narrativas que buscam explicar quem eram e como agiam as “mulheres/bruxas” em outros tempos históricos. Assim, práticas consideradas como “feitiçarias” em outros tempos, como o uso medicinal de plantas ou o conhecimento do próprio corpo, são apresentadas como formas de saber femininos que foram silenciados e considerados como “impróprios” pelas esferas patriarcais de poder. O paralelo entre as vivências femininas passadas e as atuais foi descrito em diversos números do boletim, a exemplo da edição de número três, em 1982, quando o retorno à via democrática se aproximava:

Hoy, en Argentina, se abre una nueva etapa de democratización y en este marco las feministas queremos hacer oír nuestras voces y rescatar el lugar ignorado de la mujer en la historia, como también el carácter revolucionario de su rol protagónico. [...] La historia de las brujas, símbolo de la lucha y la opresión de las mujeres a través de los tiempos, se vincula íntimamente con nuestra experiencia actual y permanece viva en el esfuerzo cotidiano contra la violencia, la discriminación y la desigualdad²⁶⁸.

Por esse caminho, a partir da nona publicação, em 1985, o boletim passou a usar o referencial simbólico também como *logo*. Suas capas estamparam a silhueta de uma bruxa

²⁶⁶ Na versão online do dicionário Aurélio de língua portuguesa, entre as expressões atribuídas à palavra bruxa está “aquela que é muito feia, ranzinza, agressiva. Já no Dicionário da Real Academia Española, também online, encontramos a seguinte descrição: “mujer de aspecto repulsivo, mujer malvada”. Quando convertido para o masculino, os mesmos atributos não são apresentados. Isto é, bruxo, em ambos os dicionários, refere-se à acepção medieval de feiticeiro, “aquele tem que poderes sobrenaturais”. Ver: <<https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>>; <<https://dle.rae.es/>>. Acessado em> 09/02/2018.

²⁶⁷ Brujas XXIII, a modo de prologo, **Brujas**, n.23, año XV, 1996, p. 1.

²⁶⁸ Editorial, **Brujas**, n.3, año I, 1982, p.1.

sentada sobre um livro, lendo-o, em uma ressignificação dessa figura, bem como dos conhecimentos atribuídos, historicamente, à personagem, como podemos ver na figura abaixo.

Figura 14 - Logo boletim *Brujas*



Brujas, capa, n. 9, ano III, 1985.

Assim como as demais publicações alternativas, *Brujas* contava com uma equipe editorial pequena e que, em comparação ao *Chanacomchana*, apresentou maior continuidade. Nos primeiros três anos, os artigos eram assinados por muitas das cofundadoras do grupo, como Nelida e Hesperia. A partir do quarto ano, o boletim passou a ter um coletivo de redação no qual figuravam os nomes de Edith Costa, Liliana Azaraf, Adriana Carrasco, Alicia Schoetjer, Maria José Rouco, Josefina Quesada e Ilse Fúskova, além de contribuições de feministas acadêmicas²⁶⁹. Magui Bellotti e Marta Fontenla participaram de todas as edições, sendo a última a editora responsável.

Em seus primeiros anos, o boletim apresentou uma perspectiva teórica próxima às concepções do movimento da década anterior, de modo a propor uma redefinição do campo político, considerando tanto as questões relativas aos âmbitos públicos e privados como o enfrentamento à sociedade patriarcal, compreendida como um sistema de relações dominado pelos homens e que “abarca todos los modos de producción conocidos hasta el presente²⁷⁰”. Este mecanismo seria responsável pelas formas de opressão sexual, racial e de classe. Nessa linha argumentativa, no artigo “*Apuntes para una definición de feminismo en Argentina*”, publicado em 1982, encontramos a seguinte definição:

El feminismo es un movimiento revolucionario que cuestiona y propone transformar la sociedad patriarcal en todas sus instancias, desde la estructura económica y las

²⁶⁹ Adriana Carrasco, Josefina Quesada e Ilse Fúskova foram fundadoras do periódico *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, de que trataremos no próximo capítulo. As três contribuíram, ainda que de forma irregular, em vários números do *Brujas*.

²⁷⁰ Apuntes para una definición de feminismo en Argentina, *Brujas*, n.3, año I, 1982, p. 3.

relaciones sociales, hasta la ciencia, el arte, la tecnología y el conjunto de las estructuras de poder, desde el Estado a la familia y las relaciones interpersonales²⁷¹.

Tal perspectiva teórica dialoga com os pressupostos do materialismo histórico, especialmente dos estudos de Engels, que advoga que a origem da opressão feminina estaria na formação da propriedade privada e da família burguesa²⁷². A análise de Engels recebeu importantes críticas, sobretudo no que concerne às generalizações socioculturais e ao anacronismo. No entanto, seus apontamentos foram significativos para as pesquisas que se debruçaram sobre a temática das mulheres, sendo também um referencial para as militantes feministas nas décadas de 1960 e 1970. Por esse caminho, na edição de número quatro, o artigo “*Que es feminismo para mí*”, assinado por Marta Fontenla, assinala a existência de um patriarcado anterior à sociedade de classes e defende uma prática feminista que vise a uma sociedade antipatriarcal e anticapitalista:

El patriarcado, que instituyó el modo de reproducción que implica en la dominación de las mujeres, es anterior a la sociedad de clases, y prevé los modelos de dominación de los seres humanos en general. Para el patriarcado, la socialización se hace bajo modelos autoritarios, basados en desigualdad y en el control de los hombres sobre las mujeres y los niños.[...] Las feministas definimos como nuestro dominio no solo las reivindicaciones específicas de las mujeres sino de la sociedad en su conjunto, sociedad a la que cuestionamos por ser machista, individualista, competitiva, jerarquizada y desigual. [...]Y esto implica una toma de posición frente a las sociedades concretas en las que el patriarcado se desenvuelve, en nuestro caso, una sociedad patriarcal, capitalista dependiente. El modelo de sociedad alternativa está en construcción, esa es nuestra tarea²⁷³.

O periódico foi definido como “feminista independente e autofinanciado”. Esse ponto foi considerado fundamental, e, a partir de 1989, o boletim passou a estampar a seguinte mensagem em sua contracapa: “Esta revista se autofinancia. Su costo se cubre con avisos y con la venta de la misma²⁷⁴”. Como reflexo desse posicionamento, sua periodicidade não foi regular. Entre 1983 e 1985, foram editados três periódicos por ano, já em 1988, 1993 e 1994, as publicações foram semestrais. Nos demais anos, as edições saíram anualmente, algumas vezes no mês de março, outras em novembro e um exemplar em agosto. O número de páginas também foi difuso, alternando entre dezesseis e vinte páginas nos três primeiros anos; depois, passou a ter uma média de quarenta páginas e, a partir de meados da década de 90, as edições

²⁷¹ Idem, p. 3.

²⁷² ENGELS, Friedrich. **A origem da família e da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

²⁷³ Que es feminismo para mí. **Brujas**, n. 4, año II, 1983.

²⁷⁴ **Brujas**, n. 15, año VII, noviembre, 1989. Tal referência esteve presente em todos os demais números do periódico.

ficaram maiores, contendo mais de noventa páginas. Portanto, assim como *Chanacomchana*, o autofinanciamento impactou na periodicidade e na regularidade da publicação.

Tabela 3 - Periodização do boletim *Brujas*

Número/Ano	Periodização	Paginação
Ano I, nº 1, 2 e 3, 1983	Quadrimestral	16
Ano II, nº 4, 5 e 6, 1984	Quadrimestral	20
Ano III, nº 7, 8 e 9, 1985	Quadrimestral	35
Ano IV, nº 10, 1986	Anual	38
Ano V, nº 11, 1987	Anual	38
Ano VI, nº 12 e 14, 1988	Semestral	38
Ano VII, nº 15, 1989	Anual	39
Ano IX, nº 16, 1990	Anual	40
Ano X, nº 17, 1991	Anual	38
Ano XI, nº 18, 1992	Anual	46
Ano XII, nº 19 e 20, 1993	Semestral	41
Ano XIII, nº 13 ²⁷⁵ e 21, 1994	Semestral	39
Ano XIV, nº 22, 1995	Anual	39
Ano XV, nº 23, 1996	Anual	40
Ano XVI, nº 24, 1997	Anual	96

Org. por Júlia Oliveira a partir do boletim *Brujas* (1983/1997)

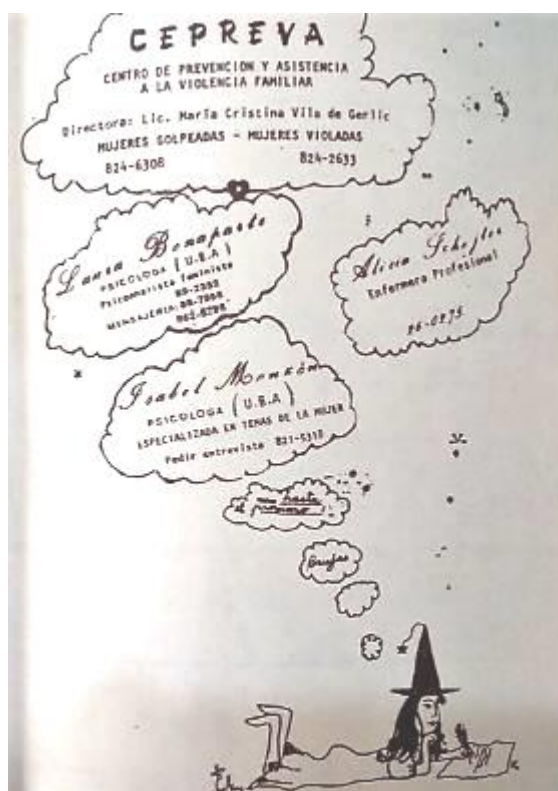
Os aportes financeiros para a edição vinham de contribuições mensais das militantes da organização, de fundos arrecadados em festas e de sua venda individual. Em 1984, a sexta publicação informou sobre a realização de um *Aquelarre*, isto é, uma reunião noturna de bruxas, organizado, justamente, para cobrir as despesas do boletim. Como foi explicado: “[...] este *Aquelarre* fue organizado para recaudar los fondos necesarios para imprimir el Boletín que están leyendo ahora y por supuesto para disfrutar de esa hermosa noche junto a todas las personas que nos apoyan con su presencia²⁷⁶”. Todavia, a perspectiva do autofinanciamento nem sempre foi consensual dentro do grupo. Em entrevista, Bellotti afirmou que, ainda na década de 1980, uma fração do coletivo propôs o envio de um projeto à Fundação Ford, com

²⁷⁵ A edição de número treze não foi publicada na sequência correta por uma escolha do próprio periódico. Esta foi publicada no décimo terceiro ano do periódico, no momento que deveria sair a vigésima segunda edição.

²⁷⁶ *Brujas* noches, **Brujas**, n.6, año II, 1986, p. 13. Arquivo CeDinCI. Este é o primeiro número que apresenta a data de publicação.

o intuito de obter financiamento. A proposta gerou rupturas no coletivo e deu vida a uma nova associação denominada *Alternativa Feminista*, a qual, no entanto, não chegou a se estabelecer como uma ONG ou a trabalhar com projetos financiados.

Figura 15 - Anúncios boletim *Brujas*



Brujas, n. 15, 1989.

Brujas também continha pequenos anúncios sobre escritórios de advocacia e clínicas de psicologia, especialmente nos primeiros anos. Posteriormente, outros anúncios comerciais, como vendas de livros e revistas, também foram incorporados ao boletim. Na contramão de outras publicações alternativas, *Brujas* teve uma tiragem, em certa medida, regular. Nos cinco primeiros anos, essa informação não foi mencionada, aparecendo apenas na décima segunda edição, em 1988, quando foi divulgada a quantia de 800 exemplares, número que foi regular durante todo período analisado. Podemos considerar que esse montante era significativo, sobretudo se o colocarmos em comparação com *Chanacomchana*, que também foi autofinanciado e tinha uma tiragem menor.

Além da tiragem, há outras distinções entre os periódicos brasileiros e o argentino. Diferente dos pares brasileiros, *Brujas* não podia ser adquirido por assinatura e nenhuma de suas edições fez referência ao valor de venda. O principal meio de circulação do boletim era a

venda de “*mano en mano*” e, segundo a editora responsável, ele era vendido a preços acessíveis. A respeito da produção e da distribuição do periódico, Fontenla relatou que:

Esos primeros fueron irregulares, saliendo tres veces al año; todo era autofinanciado, todo lo hacíamos nosotras. Y después llegamos a un tipo librito, en 1993, esto que ya lo mandamos a la imprenta y pedíamos avisos para costearlo. Siempre pedimos avisos para costear la publicación. Y con los avisos que nos daban las amigas, con toda la gente que conocíamos y que estaban con nosotras, pagábamos las ediciones y con la venta de los folletos terminábamos de pagar y podíamos sacar otro²⁷⁷.

A princípio, a venda era realizada na sede da ATEM, durante as reuniões e jornadas, e também em espaços públicos. Posteriormente, o periódico passou a ser encontrado na *Librería de las Mujeres*, em Buenos Aires²⁷⁸. Ao indagarmos como o boletim se sustentou, durante três décadas, com a venda avulsa, as entrevistadas foram unânimes em suas respostas: graças aos *Encuentros Nacionales de Mujeres* (ENM). Segundo Bellotti e Fontenla, esses eventos representavam um importante *locus* de venda da publicação e fluxo das ideias feministas. Em vista da quantidade de mulheres presentes no local, as editoras afirmam que o preço se tornava ainda mais acessível, uma vez que o objetivo era difundir a leitura do material.

O primeiro ENM ocorreu em 1986, em Buenos Aires. Como pano de fundo, estava o retorno democrático e as experiências feministas em eventos internacionais do ano anterior. O ano de 1985 é emblemático para o feminismo latino-americano e apresenta particularidades na construção da memória do movimento argentino. Naquele ano, ocorreu a Conferência Mundial da Mulher, realizada em Nairóbi, em decorrência do decênio feminino. Meses antes, o governo cubano sediou e financiou um evento preparatório para Nairóbi, que contou com a participação de muitas militantes argentinas. Paralelamente à Conferência no Quênia, transcorria o Fórum das ONGs, que contou com a participação de argentinas que “[...]”

²⁷⁷ Entrevista com Marta Fontenla e Magui Bellotti em Buenos Aires, novembro de 2017. De acordo com Bellotti, o grupo acabou se dissolvendo.

²⁷⁸ A *Librería de las Mujeres* foi fundada, em 1995, como um projeto do *Taller Permanente de la Mujer*. O projeto versava sobre a discriminação contra as mulheres e resultou em uma livraria especializada em publicações voltadas para as temáticas de gênero e feminismo. A partir de 2009, a livraria desenvolveu um projeto editorial com diferentes publicações, incluindo uma coleção de gênero direcionada para o público infanto-juvenil. Há, também, a coleção “Feminismo y Sociedad”, que reúne artigos e pesquisas de autoras argentinas e latino-americanas. A livraria fica localizada na rua Dr. Rodolfo Rivarola, 133, centro de Buenos Aires. Informações contidas na página: < <http://www.libreriademujeres.com.ar/>>. Acessado em: 08/12/2018.

volviendo impactadas de las vivencias relatadas por mujeres de Asia, África y América Latina²⁷⁹”.

Ao lado dessa experiência, ainda em 1985, o Brasil sediou o III EFLAC, em Bertioga. Apesar dos problemas decorrentes da intersecção de raça, classe e gênero, muito particulares ao país, o evento ficou marcado pela organização, entusiasmo, descontração e abertura do feminismo brasileiro para tratar de assuntos considerados tabus, como a homossexualidade feminina. Esse ponto é decisivo para a constituição do movimento lésbico feminista argentino, como veremos no próximo capítulo. Desse modo, a despeito das dificuldades do evento, o feminismo brasileiro foi visto como um movimento forte e vislumbrado como um exemplo na América Latina.

Essas vivências transnacionais incitaram as argentinas a organizarem um encontro para que pudessem analisar e discutir as particularidades de gênero do país. Amanda Alma e Paula Lorenzo asseveram que os acontecimentos do III EFLAC foram centrais para essa decisão. Segundo as autoras, na memória coletiva, o evento é associado “[...] como antecedente directo del comienzo de los ENM²⁸⁰”. Nessa mesma direção, Maffía, Peker, Moreno e Morroni afirmam que as experiências partilhadas em Cuba, Brasil e Nairóbi foram inspiradoras para a configuração do encontro nacional realizado no ano seguinte.

Todas estas experiencias de mujeres y de mujeres feministas que van de lo personal a lo político, de lo nacional a lo internacional, y que hemos reunido como antecedentes, perfilan una forma de encuentro y de trabajo que se recrea en la organización del Primer Encuentro Nacional. La autonomía, la representación en términos personales, la diversidad de procedencias y de lugares de lucha, la horizontalidad, la necesidad de consensos, la confianza en la otra, la composición de lazos sororos, la toma de conciencia de las subordinaciones que padecen las mujeres del país y de otros países, la irreverencia y la valentía, constituyen el cemento, el material con el que año tras año y en cada Encuentro se ligan la vida de muchas mujeres, se construyen consensos, estrategias, proyectos y utopías²⁸¹.

Segundo as autoras, o primeiro ENM ocorreu nas dependências do Centro Cultural *San Martín*, com a presença de mais de 1000 mulheres. O evento foi autofinanciado e independente, recebendo contribuições pessoais e de alguns sindicatos que auxiliaram no alojamento para as mulheres que vieram de outras localidades. Chama a atenção o fato de o

²⁷⁹ MAFIA, Diana, PEKER, Luciana, MORENO, Aluminé, MORRONI, Laura. **Mujeres pariendo historia:** cómo se gestó el Primer Encuentro Nacional de Mujeres. Reseña íntima y política de las integrantes de la Comisión Promotora. Imprenta de la Legislatura de CABA, Buenos Aires, 2013, p. 9.

²⁸⁰ ALMA, Amada; LORENZO, Paula. **Mujeres que se Encuentran:** Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005), op.cit., p. 35.

²⁸¹ MAFFÍA, Diana, PEKER, Luciana, MORENO, Aluminé, MORRONI, Laura. **Mujeres pariendo historia:** cómo se gestó el Primer Encuentro Nacional de Mujeres, 2017, op.cit., p. 10.

autofinanciamento aparecer como um ponto consensual no movimento feminista argentino, embora tal concepção não tenha impedido que a organização aceitasse o apoio de órgãos governamentais e mesmo de sindicatos, isto é, ainda que o discurso fosse de autofinanciamento e independência, houve concessões e negociações para que o encontro ocorresse.

Desde então, os ENM tornaram-se anuais, sendo sediados em diferentes cidades do país, contando com a participação de milhares de argentinas de diferentes localidades e militâncias. Laura Masson, em sua pesquisa sobre feminismo argentino, sustenta que os ENM se configuram como um espaço público múltiplo e contrastante, “[...] donde se disputan una identidad legítima de *mujer* e el reconocimiento de problemas e intereses colectivos en tanto ‘problemas sociales’ por parte del Estado²⁸²”. Assim, ainda que com posições ideológicas distintas entre as participantes, os ENM simbolizam a convergência de determinados interesses do movimento feminista e de mulheres. Essa confluência, como dito, é fundamental na constituição da cultura política feminista do país e evidencia uma diferença em relação aos vizinhos brasileiros e chilenos.

Neste aspecto, é interessante notarmos que as edições do *Brujas* deixaram de ser quadrimestrais e passaram a ser anuais, justamente, em 1986. Assim, o momento de maior abertura e circulação às ideias feminista é o mesmo em que a periodicidade do boletim foi reduzida. Esse fato pode ser atribuído a alta inflação, o preço do papel e a ausência de créditos prejudicaram a produção de projetos editoriais. Embora, como afirma Amelia Aguado, a recuperação da democracia tenha representado “un auspicioso encuentro entre los autores dispersos y silenciados con su público²⁸³” – uma vez que, durante o regime militar, a censura inibiu diversos projetos editoriais – isso não implicou em um novo impulso do mercado editorial, como ocorrera na primeira metade do século. Desse modo, podemos pensar no impacto desse momento na produção do boletim feminista.

Na parte gráfica, assim como as demais publicações alternativas, *Brujas* apresentou um projeto simples e bastante artesanal. Nos primeiros cinco anos, o boletim foi

²⁸² MASSON, Laura. **Feministas en todas partes: una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007, p. 179. A antropóloga participou do encontro em 2004 e relata a diversidade expressa, também, nas roupas, meios de transporte e alojamentos das participantes. Algumas estavam ali financiadas por instituições, outras, recebiam uma “bolsa alimentação” das organizadoras do evento. Segundo a autora, havia mulheres das classes médias e altas, mulheres pobres, indígenas, estudantes universitárias e grupos católicos. O último encontro ocorreu em outubro de 2018, na cidade de Chubut, região da Patagônia.

²⁸³ AGUADO, Amelia. Políticas editoriales e impacto cultural en la Argentina (1880-2000). **Información, Cultura y Sociedad**. no. 15, 2006, p. 100.

datilografado, impresso em preto e branco e frente e verso, no formato de livreto. Não há fotografias em seu interior, apenas algumas ilustrações compostas por desenhos artesanais e, raramente, encontramos algumas charges. A partir de 1989, o boletim passa a trazer um registro de propriedade intelectual, mesmo momento em que passou a mesclar textos datilografados e digitados, formato que foi constante a partir de 1993. A impressão em livreto, preto e branco, permaneceu em todas as edições. A maioria das capas é simples, muitas vezes contando apenas com o logo, o nome do grupo ou o título de alguma matéria. A partir do sexto ano de publicação, isto é, em 1988, as capas ganharam cores e o uso de ilustrações artesanalmente feitas ou embasadas em recortes tornaram-se frequentes, sendo assinadas, em grande parte, por Edith Costa ou Josefina Quesada.

Figura 16 - Primeira Edição de *Brujas*



Brujas, n.1, año 1, 1982

O caráter mais artesanal da publicação também refletiu em outras características, como a distribuição de seções temáticas. Diferente dos pares brasileiros, o periódico argentino não as apresentou de forma definida, exceto a seção “*Brujas*” que, como dito, aparecia nas páginas iniciais de cada publicação. Duas outras seções apareceram de forma esporádica no boletim, a saber: “*Mujeres feministas en la historia*” e “*Informaciones*”. A primeira tinha por objetivo traçar a história de mulheres que romperam com os paradigmas de gênero do seu tempo. Apesar do título, nem todas as mulheres elencadas foram ou se consideravam feministas.

Entre as biografias abordadas, figuram os nomes de Flora Tristán, Alice Moreau, Emma Goldman, Maria Rosa Oliver e Alfonsina Storni; houve, ainda, duas seções dedicadas, respectivamente, às socialistas e às anarquistas²⁸⁴. Já “*Informaciones*” apareceu, especialmente, nos boletins dos anos 90, trazendo notícias dos feminismos locais e latino-americanos.

A partir de 1996, o boletim adotou um novo modelo, conforme explicação presente no editorial: “[...] con su nuevo formato, publicamos los trabajos presentados (y entregados) en las mesas de las últimas jornadas: 1994 y 1995”²⁸⁵. O periódico, que até então publicava artigos autorais de suas militantes e traduções de teóricas feministas, ganhava, a partir daquele momento, “ares mais acadêmicos”. Por essa via, nomes de pesquisadoras da área de gênero, como Mónica Tarducci e Diana Maffía, passaram a compor o índice do boletim. Isso não implica afirmarmos que nos números anteriores essas pesquisadoras e militantes não contribuíssem para a publicação; ao contrário, sempre houve um intercâmbio entre as duas frentes. Contudo, o periódico passou a adotar um modelo mais próximo das publicações acadêmicas, isto é, com um eixo temático norteador e com algumas autoras especialistas na área. Outra mudança foi em relação à parte gráfica: as capas passaram a ser impressas em papel fosco e colorido, ainda que a parte interna continuasse preta e branca. Além disso, algumas charges e tirinhas foram inseridas, em sua maioria retiradas de outras publicações, como o boletim *Isis* Internacional ou a revista *FemPress*. Tais imagens, porém, não ocuparam espaço relevante, nem mesmo apareceram de forma contínua nas edições.

Além dos artigos analíticos e autorais, o boletim publicou traduções de artigos de feministas europeias e norte-americanas, a exemplo de Charlotte Bunch, Adrienne Rich²⁸⁶ e Simone de Beauvoir; entrevistas e artigos de militantes da região, como Celia Amorós e Margarita Pisano; e artigos publicados na revista latino-americana *Mujer FemPress*. À luz disso, *Brujas* pode ser considerado um canal de múltiplas vozes, ainda que poucas vezes dissonantes.

²⁸⁴ Entre as publicações analisadas, a seção “*Mujeres Feministas en la historia*” apareceu nas edições 7,8,9,10,14,15,16,17 e 20. Entretanto, nas edições três e seis, em 1982 e 1983, respectivamente, foi publicada a fração “*Mujeres feministas en el mundo*”, que tinha o mesmo objetivo. O primeiro texto versou sobre a espanhola Emilia Bazan, e o segundo, trouxe à baila a vida da argentina Carolina Muzilli, operária, militante do Partido Socialista e diretora do jornal *Tribuna Feminina* durante os primeiros anos do século XX. A respeito dessa personagem, ver: FERRERAS, Noberto. Carolina Muzilli ou a costureira que não deu o “mau passo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, 1999.

²⁸⁵ Editorial, **Brujas**, n. 23, año, XV, 1996, p.1.

²⁸⁶ *Brujas* teve papel importante na circulação de ideias sobre o movimento lésbico feminista, especialmente após o III EFLAC, em 1985, em Bertioga, como veremos no próximo capítulo. O artigo de Adrienne Rich foi publicado pelo boletim em três números consecutivos após o evento.

Figura 17 - Capa Feminismo e Neoliberalismo



Brujas, n. 24, 1997.

No que concerne aos temas abordados, desde o primeiro número até 1987, o boletim foi um meio de difusão dos eventos do feminismo local. Como exposto, o corpo editorial de *Brujas* participou ativamente da *Multisectorial*, tendo uma forte atuação na defesa dos direitos das mulheres durante o governo de Alfonsín, especialmente no tocante ao divórcio e ao código de *Patria Potestad*²⁸⁷. Por esse caminho, abriu espaço para recolher assinaturas para a reformulação de ambas as leis e trouxe informativos sobre os rumos do movimento. Na edição de número sete, em março de 1985, o editorial fez um balanço das atividades da *Multisectorial* até a data, informando as ações realizadas e a pauta do movimento.

Pacientemente, con el empecinamiento de la convicción, las mujeres de la *Multisectorial* continuamos trabajando durante este Año de la Mujer Argentina que

²⁸⁷ Em sua sexta edição, em 1984, o editorial trouxe um balanço do primeiro ano do governo de Alfonsín, chamando a atenção para o “esquecimento” das pautas femininas pelos novos governantes, a necessidade de tratar dos temas apresentados pela *Multisectorial*, além de incorporar a pauta da violência doméstica e do aborto. Na mesma direção, assinala que esse descaso vem acompanhado de um retrocesso nos temas sobre a mulher, que foram sobrepostos por um discurso que fala em nome da “família tradicional”, assegurado por forças políticas em consonância documento publicado à época pela Conferência Episcopal Argentina.

habíamos proclamado en la Plaza de Mayo en el mes de abril. Una mesa redonda sobre Mujer y Trabajo en junio, la campaña por la reglamentación de la ley de jardines maternales zonales, el apoyo al movimiento por la Patria Potestad Indistinta, la preparación de este nuevo 8 de marzo, reflejan una tarea permanente y viva. Esta unidad de mujeres de sectores tan diversos es la expresión aquí y ahora, de las posibilidades del movimiento de mujeres en la Argentina, en lucha por nuestra liberación y por la transformación social. Reivindicaciones que hacen a nuestra situación específica como género sexual, reclamamos de derechos humanos, propuestas relacionadas con el impacto de las crisis en la alimentación y la salud de la población, se entrelazan en este Día Internacional de la Mujer, esbozando una propuesta de las mujeres en relación a toda la sociedad y a nosotras mismas. [...] Y seguramente continuaremos. Porque nuestra lucha nos permitirá poner fin a nuestra milenaria opresión. Para ello, el movimiento de mujer debe seguir creciendo y multiplicándose. Y no retroceder nunca más²⁸⁸.

As reivindicações conciliavam demandas específicas de gênero, como o divórcio, igualdade salarial, combate à violência contra a mulher e o reconhecimento do trabalho doméstico, às especificidades locais, a exemplo do julgamento dos responsáveis pelo desaparecimento e morte de pessoas durante o regime militar, bem como o desemprego decorrente da crise econômica que afetava o país. Apesar de enfatizar a parceria com outros coletivos feministas e de mulheres, o boletim também deixou entrever que estas relações nem sempre foram harmoniosas. A mesma edição que enalteceu a convergência de militantes em uma frente de luta comum, exibiu uma carta redigida pela ATEM e destinada às “compañeras feministas”, entre elas *Lugar de Mujer, Liberia, Prisma y Alternativa Feminista*, solicitando que fosse retirado o nome da entidade de uma convocação relacionada ao Dia Internacional da Mulher. Na justificativa, o grupo argumentou que, além de não ter comparecido às reuniões, não concordava com alguns pontos defendidos pela plataforma, especialmente sobre a venda livre de anticoncepcionais²⁸⁹.

Assim, entre 1982 e 1987, isto é, momento de consolidação do feminismo na redemocratização, o periódico trouxe artigos autorais e traduções sobre definições políticas e

²⁸⁸ Editorial, **Brujas**, n. 7, año III, 1985, p. 1. No editorial foram elencados os doze pontos do movimento, a saber: “Ratificación del Convenio de Naciones Unidas sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer; Igualdad de los hijos ante la ley; Patria Potestad indistinta; Cumplimiento de la ley ‘Igual Salario por igual trabajo’; Reglamentación de la ley 20.582 de Jardines Maternales Zonales; Jubilación automática del Ama de Casa a los 55 años; Sanción de la ley del divorcio vincular; Creación de secretaría de Estado de la Mujer; Aparición con vida de las personas detenidas-desaparecidas e juicio y castigo a los culpables.; Vigencia de la ley de contrato de trabajo con inclusión de servicio doméstico, trabajo a domicilio, estatales y rurales; Ayuda total a mujeres golpeadas y violadas, Juzgamiento y castigo a los responsables; Basta de hambre y desocupación: pan, leche y carne a precios populares”, **Brujas**, n. 7, año III, 1985 p. 5.

²⁸⁹ Carta a las compañeras feministas, **Brujas**, n. 7, año III, 1985. Na quinta edição, o boletim informou sobre as discussões, durante o evento intitulado “*Mujeres, vida cotidiana y política*”, a respeito da participação das mulheres em organizações políticas. Entretanto, o relato afirma que não se chegou a um consenso sobre a questão.

conceituais do feminismo; sexualidade e livre eleição da maternidade; trabalho doméstico; violência contra a mulher; prostituição e pornografia; sendo que os últimos tópicos foram discutidos à luz das alterações legislativas. Desse modo, à exceção da prostituição e da pornografia²⁹⁰, o boletim acompanhou as discussões realizadas pelos pares brasileiros, indicando, assim, que esses temas eram partilhados pelos feminismos latino-americanos. Entretanto, a autonomia, ponto caro à Associação e ao boletim, não apareceu como central e não intitulou nenhum artigo publicado nesse recorte temporal. É instigante observar que o pilar do projeto editorial não foi alvo da publicação, estando apenas diluído nos textos sobre feminismo ou ainda nos relatos sobre os encontros nacionais e latino-americanos.

Entre 1987 e 1996, as temáticas sobre violência de gênero e prostituição continuaram a ser debatidas com afinco, demonstrando as complexidades desses dois campos. Igualmente, foram incorporados artigos críticos sobre o neoliberalismo e o avanço do conservadorismo, momento em que a discussão sobre autonomia ganhou maior relevância no boletim. As novas abordagens estavam imbricadas às mudanças políticas do país. No final dos anos 80, o governo de Alfonsín não conseguiu reverter o quadro econômico e gerou uma crise de representatividade política. Nesse contexto, o Partido Justicialista começou a rearticular uma oposição tendo em vista as eleições de 1989. Esteban Campos advoga que, desde 1987, já se delineava no peronismo uma “ala renovadora”, que buscava distanciar-se do discurso nacionalista e sindicalista dos anos 70 e construir uma imagem calcada na tecnocracia e no profissionalismo²⁹¹. Entre os integrantes dessa ala, figuravam os nomes de Carlos Menem, Carlos Grosso, Juan Manuel De la Sota e Antonio Cafiero, sendo que o primeiro venceu as eleições internas e saiu candidato nas eleições de 1989. Durante o processo eleitoral, Menem conciliou distintas forças políticas, como a elite econômica tradicional e grupos de esquerda, e

²⁹⁰ Ambos os temas foram abordados em vários números do *Brujas*. Todavia, é importante frisarmos que, no período analisado, houve um movimento cultural denominado “*Destape*”, envolvendo músicas, peças de teatros, programas de TV, leituras e filmes, com o objetivo de se contrapor aos anos de censura vigente no regime militar. O sexo, tema considerado tabu, foi um dos pontos abordados pela “liberalização” dos costumes. Porém, programas de humor e revistas, como a *Libre*, passaram a utilizar imagens e personagens femininas nuas ou seminuas em seus programas e páginas. As feministas opuseram-se a essa perspectiva do *destape*, afirmando que tal uso fazia uma referência às mulheres como objeto de consumo masculino, assim como ocorria na prostituição. *Brujas* adotou essa posição e foi crítico ao uso das imagens femininas pelo *destape*. A respeito da relação do *destape* com o feminismo, ver: TROLLIET, Ana Sánchez. “Haciendo el amor en la cocina”: mujeres, espacio doméstico y cultura rock en los tempranos ochenta. **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, vol. 13, n. 1, 2018; DIZ, Tania. Tensiones, genealogías y feminismos en los 80. Un acercamiento a Alfonsina, primer periódico para mujeres. **Mora**, Buenos Aires, vol. 17, n. 2, 2011.

²⁹¹ CAMPOS, Esteban. ¿Que 20 años no es nada? Globalización, posmodernidad y rebelión en Argentina, de Menem a Kirchner (1988–2008). **Argumentos**, México, vol. 22 n. 61, 2009. De acordo com o autor, Menem também investiu na constituição de uma estética vinculada ao imaginário dos caudilhos, como Facundo Quiroga e Juan Manoel Rosas.

construiu uma campanha pautada no “salariazio” e na “revolução produtiva”, levando-o a ganhar as eleições no primeiro turno. Alfonsín antecipou sua saída, entregando o cargo em outubro do mesmo ano. Menem representou a volta do peronismo ao poder. Porém, contrariando a sua campanha de caráter popular, o justicialista colocou em prática a agenda neoliberal que já havia sido esboçada durante o regime militar.

Junto às medidas neoliberais, avançou no país um discurso conservador centrado, especialmente, na criminalização do aborto. Com o retorno democrático, a Igreja Católica voltou a ter força no país e, como afirma Brown, ainda que a instituição tenha se posicionado de forma crítica em relação às medidas neoliberais de Menem, “[...] en términos de sexualidades, en cambio, estableció una alianza bastante sólida cuyos puntos sobresalientes fueron el intento de introducción de la llamada ‘Cláusula Barra’²⁹²”. Isto é, por um lado, a Igreja condenava o aumento da pobreza e do desemprego decorrente da flexibilização das leis trabalhistas e da privatização das empresas nacionais; por outro, construía um discurso que visava, supostamente, a defender “a vida desde a concepção”, reforçando o controle do Estado sobre o corpo feminino.

A questão provocou debates calorosos, sobretudo, em 1994, quando o presidente convocou uma Assembleia Constituinte para discutir a reforma da Constituição Nacional. O momento coincidiu com a Conferência de População e Desenvolvimento, no Cairo, e com a Conferência das Mulheres, em Beijing, em 1995. Barrancos assevera que, no tocante aos direitos sexuais e reprodutivos, a posição oficial do governo argentino estava em consonância com a dos países mais conservadores. De acordo com a autora, “Menem fue aún más lejos que el Vaticano y determinó una conmemoración que no tenía antecedentes en ninguna latitud: el Día del Niño por nacer²⁹³”. Frente a esse possível retrocesso, coletivos feministas, pesquisadoras de gênero e militantes partidárias reuniram-se em uma frente ampla de resistência, intitulada *Mujeres Autoconvocadas para Decidir en Libertad* (MADEL). As ativistas fizeram várias ações, como a elaboração de documentos estatísticos e o envio de cartas aos constituintes, a fim de sensibilizar a opinião pública e estimular o debate. A questão também ganhou fôlego entre os partidos, especialmente os de oposição, e entre deputadas e

²⁹² BROWN, Josefina. De la institucionalización de los asuntos de las mujeres en el Estado Argentino y algunos de los avatares, entre los ochenta y los noventa, **Mora**, 2008 op.cit, p.92. A Cláusula de Barra defenida a garania de direitos para a vida que, de acordo com os defensores, começava na concepção.

²⁹³ BARRANCOS, Dora. **Mujeres en la sociedad Argentina**: Una historia de cinco siglos (Spanish Edition) 2007. Penguin Random House Grupo Editorial Argentina. Edição do Kindle

funcionárias do governo, muitas das quais haviam chegado ao Estado pela “ley de cupos” e estavam comprometidas com os direitos femininos, fazendo frente ao avanço da cláusula²⁹⁴.

Na ATEM, a questão não passou incólume. A associação organizou uma *Jornada Feminista* a respeito do tema, sendo que os artigos foram reproduzidos na edição de número vinte e dois. Os direitos reprodutivos e o avanço do neoconservadorismo já tinham sido abordados em edições anteriores, todavia, esse número especial estampou a temática do aborto em sua capa e tratou da questão por meio de diferentes artigos, os quais tinham sido expostos no painel *Aborto y Derechos Reproductivos*, durante a *Jornada de ONG y Grupos Autónomos de Mujeres de Latinoamérica y Caribe hacia Bejín*, realizada em Mar del Plata, em 1994. Nos informes, foi mencionada a “cruzada lanzada por Menem y fortalecida por la Iglesia Católica”, que pressionava contra o debate público sobre o aborto. O artigo publicado por Bellotti questionou a que tipo de “vida” o presidente e a Igreja se referiam e se posicionou a favor do aborto e da vida. Assim, o boletim remete ao passado, longínquo e recente, para subverter o discurso contrário ao aborto e demonstrar a “despreocupação” do Estado e da Igreja com a vida em amplo sentido.

Cuando Barra y Menem o Iglesia Católica hablan del derecho a la vida desde la concepción: ¿a qué se refieren exactamente? [...] Porque aquí no se trata del derecho a la vida, sino del control sobre la vida y el cuerpo de las mujeres. Por eso quieren extender la penalización del aborto a los casos que hoy está despenalizado (peligro de vida de la madre y violación). [...] Es la maternidad como obligación y no como elección. Sólo existimos para ser madres. No lo dice lo mismo de los hombres. [...] Es cierto: hay un conflicto de valores y es necesario optar. Nosotras optamos por la vida y el derecho de elegir de las mujeres. También optamos por la vida violada por las dictaduras, los indultos, las inquisiciones, los ejércitos, el terrorismo, las guerras y la hambre²⁹⁵.

A questão pode ser pensada à luz das ponderações de Foucault, para quem, durante o século XIX, teria havido uma mudança no poder soberano, até então caracterizado pelo direito de morte e vida. Segundo o autor, o poder soberano, que tinha por prerrogativa estabelecer quem deveria morrer, passou a efetuar a gestão da vida da população, segundo a fórmula do “fazer viver e deixar morrer”. Logo, a biopolítica define quem deve ser incorporado às

²⁹⁴ Virginia Franganillo, do Partido Justicialista, e então presidente do *Consejo Nacional de Mujeres*, foi uma das que integrou a frente de oposição, sendo, na sequência, destituída do cargo. É importante frisarmos que, durante a reforma constitucional, Menem conseguiu alterar a constituição em relação à possibilidade de reeleição e concorrer, novamente, às eleições daquele ano. BROWN, Josefina. El aborto en Argentina, genealogía de una demanda. **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

²⁹⁵ El derecho a la vida. **Brujas**, n.22, año XIV, 1995, p.8. Essa edição saiu em agosto.

políticas estatais, as quais passam a definir o que é vida, gerindo e controlando a população²⁹⁶. Por esse caminho, o corpo feminino torna-se alvo de políticas públicas, sobretudo no que tange ao controle de natalidade. Assim, como observa Butler, devemos perguntar os significados atribuídos, pelo Estado, ao conceito de vida, bem como quais vidas ganham relevância e proteção dentro das políticas públicas²⁹⁷.

As mobilizações da MADEL e as discussões públicas, ao lado dos descompasso dentro do governo, acabaram por impedir o avanço da proposta constitucional no que se referia aos direitos reprodutivos das mulheres. Porém, no mesmo período, assistimos à institucionalização do feminismo, por meio da inserção das demandas de gênero no Estado, bem como ao processo de Onguização de muitos grupos feministas. Fedullo e Luque asseveram que a institucionalização de tais grupos foi uma forma de “[...] solventar las cuestiones prácticas de financiamiento y coordinación de sus acciones con las instituciones políticas transnacionales²⁹⁸”. Isto é, com a incorporação das medidas neoliberais, o feminismo argentino também organizou-se por meio de ONGs e buscou apoio financeiro de agências nacionais e internacionais, tal qual ocorreu no Brasil e no Chile, ainda que, na Argentina, isso tenha ocorrido em menor grau em comparação aos outros dois países.

Todavia, *Brujas*, na contramão dos periódicos brasileiros, não aderiu à Onguização ou aos financiamentos internacionais. Em meio a essa nova conjuntura, o boletim ampliou o espaço destinado ao debate sobre a autonomia, dedicando vários artigos para a discussão do impacto do neoliberalismo no movimento feminista, bem como para as implicações da atuação das feministas em ONGs e das políticas de financiamento na militância feminista. Diferente dos anos anteriores, a palavra autonomia foi utilizada em títulos de artigos autorais, além disso, o tema foi tratado nas *Jornadas Feministas*. Assim, tornaram-se mais frequentes publicações sobre ética e feminismo, feminismo e neoliberalismo, feminismo e financiamento, movimentos sociais e ONGs, demonstrando como a questão, que já era vislumbrada como importante, ganhou maior centralidade.

A discussão também apareceu diluída nos textos sobre os encontros nacionais e latino-americanos, como podemos observar em artigos e entrevistas com ativistas e grupos feministas latino-americanos que partilhavam a posição autonomista, a exemplo do coletivo anarco-feminista *Mujeres Creando*, da Bolívia, e de Margarita Pisano, que, como veremos,

²⁹⁶ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**.

²⁹⁷ BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

²⁹⁸ FEDULLO, Liliana, LUQUE, Cecilia. Política Feminista en Argentina. **INTI, Revista de Literatura Hispánica**, nº 57-58, 2003, p. 36.

após deixar a direção de uma das maiores ONG do Chile, passou a ser porta voz do feminismo autônomo.

Dessa maneira, o boletim procurou dialogar com a vertente do feminismo latino-americano que não coadunava com o processo de institucionalização vigente. Entretanto, isso não implicou na ausência de comunicação e, inclusive, de relação com ONGs, sobretudo as ligadas às lésbicas, às prostitutas e aos Direitos Humanos. Uma vez que o boletim foi o único que não encerrou suas páginas na década de 1980 e continuou representando o feminismo considerado radical durante toda a década de 1990, indagaremos, no quarto capítulo, sobre os possíveis deslocamentos do sentido da autonomia para essa publicação, que continuou independente tanto dos laços institucionais quanto das agências de cooperação internacional.

2.3. Do socialismo ao neoliberalismo: a imprensa feminista no Chile

Na contramão dos dois países analisados, que viveram nesse período o processo de redemocratização, o Chile apresentava outra singularidade. Em 1980, Pinochet convocou a população para um plebiscito, que nortearia os rumos de seu governo. Marcado por fraudes, o processo deu origem a uma nova Constituição, que conferiu legitimidade ao regime vigente para continuar no poder, além de inserir no texto medidas que possibilitariam decretar Estado de Emergência e Estado de Sítio, como ocorreu em 1986. A nova carta constitucional também definiu o itinerário da abertura tutelada, com as regras e os prazos para sua conclusão. De acordo com as novas prerrogativas, Pinochet ficaria à frente do governo por um período de oito anos, e, após esse tempo, a autoridade militar indicaria um substituto, que seria submetido a novo plebiscito. Se aprovado, um novo período de oito anos se iniciaria, ao final do qual se convocariam eleições livres. Caso houvesse reprovação, as eleições deveriam ser convocadas no prazo de um ano²⁹⁹. Ou seja, no período analisado neste capítulo, o Chile vivia sob o signo de um regime militar garantido pela Constituição. Além disso, como apontado no capítulo anterior, o país adotou medidas neoliberais ainda nos anos de 1970, as quais lhe imprimiram características próprias, como o aumento da pobreza e do desemprego, além de uma transformação na rearticulação política e social, que passou a ser intermediada pelas ONGs.

Desse modo, diferente dos casos brasileiros e argentinos, o feminismo chileno reemergiu com força na cena pública, em 1983, quando tiveram início as Jornadas de

²⁹⁹ MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 49, 2000.

Protesto, convocadas pelo Comando dos Trabalhadores do Cobre (CTC), responsável pelas primeiras articulações de greves e protestos que eclodiram ao longo dessa década. Essa ação, a princípio limitada, teve um efeito catalizador, fazendo com que outros setores da sociedade civil aderissem de forma espontânea às jornadas. Em datas específicas, a população tomou as ruas centrais e os bairros periféricos com manifestações e barricadas que exigiam melhores condições de vida e o retorno à via democrática. Esses atos ocorreram no período em que a crise econômica se acentuou, refletindo em uma alta taxa de desemprego, inflação e uma severa queda no salário mínimo. As jornadas ocorreram por todo ano e se estenderam até 1986, quando foi decretado Estado de Sítio, diminuindo a força dos movimentos.

Frente a essa conjuntura, o movimento feminista reorganizou-se e reapareceu com a insígnia “Democracia en el país y en la casa”, em julho de 1983, data em que ocorreu a terceira jornada nacional. O movimento exigia não apenas o retorno à democracia, mas também uma redefinição da própria noção de democracia a partir das assimetrias de gênero que incidiam no cotidiano das mulheres, sobretudo nas esferas doméstica e familiar. No entanto, apesar da visibilidade pública ocorrer nesse período, a retomada das discussões sobre a mulher na sociedade chilena e a própria revigoração do feminismo datam do final dos anos de 1970, paradoxalmente, um dos momentos de maior repressão, como foi apontado no primeiro capítulo. Nesse período, surgiram diversas publicações femininas e feministas, a exemplo dos boletins *Vamos Mujer* e o *Tu Voz Mujer*, ligados, respectivamente, ao Comitê de Defesa dos Direitos da Mulher (CODEM) e ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR); *Nos/otras*, que foi editada em colaboração por diversas instituições de mulheres, como a ISIS e a La Morada; *Palomita*, organizado pelo coletivo Domitilas, formado por mulheres trabalhadoras da zona sul de Santiago; e o *Cigarra*, vinculado ao *Comité Pro Unidad de la Mujer*. Essas publicações indiciam a pluralidade de associações de mulheres no período, bem como suas distintas pautas³⁰⁰.

Como dito anteriormente, parcela desse feminismo estava aglutinada em torno do *Círculo de Estudios de la Mujer*, integrado por pesquisadoras das Ciências Sociais e por militantes da *Asociación para la Unidad de las Mujeres* (ASUMA). Em 1983, após conflitos gerados pelos debates sobre o aborto, a academia cristã retirou seu apoio ao grupo, o qual acabou se diluindo e dando origem a duas novas instituições, apresentadas anteriormente: o

³⁰⁰ Para compor a pesquisa, fizemos um recorte entre as publicações, selecionando as que continham a coleção completa e se declaravam feministas ou em articulação com o feminismo. Muitos números desses boletins e revistas podem ser encontrados no Archivo Nacional do Chile, no acervo Mujeres y Género, que reúne, além das publicações, fotos e documentos sobre o movimento no país. A página pode ser acessada pelo link: <<http://archivonacional.gob.cl/sitio/Secciones/Mujeres-y-generos/>>.

Centro de Estudios de la Mujer (CEM), com um caráter mais acadêmico, e a *Casa de la Mujer La Morada*, consolidada como uma ONG feminista. É oportuno lembrarmos que o Chile se destacou no processo de Onguização do feminismo, sendo que *Casa de la Mujer La Morada* foi uma das maiores ONGs da América Latina. A associação era composta por militantes, em sua maioria, sem vínculos partidários e com formação superior, a exemplo de Julieta Kirkwood, que participou de sua fundação, da arquiteta Margarita Pisano³⁰¹, da antropóloga Eliana Grado e da advogada Julia Matus. A ONG realizava cursos, palestras, organizava exposições fotográficas e de cinema, além de dirigir a *Rádio Terra*, um canal para a comunicação feminista. Para a realização dessas atividades, contava com o apoio financeiro de instituições e fundos internacionais, a exemplo da Fundação Ford³⁰². Entre os anos de 1986 a 1987, editou o boletim *La Morada*, e, a partir de 1989, deu início às publicações temáticas³⁰³. Para compor nossa pesquisa, trataremos de duas publicações, que não foram mencionadas acima, com projetos distintos e que nos permitem entender as particularidades de um país que conviveu, durante os anos de 1970, com o socialismo e o neoliberalismo.

2.3.1. *Furia*: a imprensa feminista, autônoma e socialista

A revista *Furia* foi editada entre os anos de 1981 e 1984 pela *Federación de Mujeres Socialistas*, atingindo um total de seis números. A publicação foi editada em um período de intensa repressão e censura, em que sua circulação não era autorizada. Além disso, era

³⁰¹ Margarita Pisano era formada em arquitetura e entrou para o movimento feminista na década de 1980, inclusive, sendo coordenadora da *La Morada*. Em 1993, ao lado da historiadora e militante Edda Gaviolla e da jornalista Ximena Bedrega, fundou o coletivo feminista *Cómplices*, do qual também participavam militantes mexicanas, como Francesca Gargallo. O grupo defendeu a autonomia do feminismo e protagonizou os eventos que quase levaram a não realização do EFLAC, no Chile, em 1996. Segundo Masson, Margarita Pisano ficou conhecida no feminismo latino-americano como uma figura “ambígua” que passou a defender, de forma árdua, a autonomia do movimento em relação às ONGs e aos financiamentos de instituições internacionais, entretanto, que esteve à frente da *La Morada* por quase uma década. Ver: MASSON, Laura. **Feministas en todas partes**: Una etnografía de espacios y narrativas feministas em Argentina. op.cit.

³⁰² No Fundo *La Morada*, no Archivo Nacional do Chile, encontramos uma carta, assinada por Margarita Pisano, agradecendo à Fundação Ford a aprovação da doação de \$100.000, valor que, por dois anos, cobriria os gastos do programa de capacitação e difusão feminista, iniciando em agosto de 1990. Igualmente, o projeto da *Radio Tierra*, importante mecanismo de comunicação sobre direitos humanos, cultura e política no país, está disponível no acervo.

³⁰³ A princípio, incluímos os boletins da *La Morada* em nossa pesquisa. Contudo, diferente das demais fontes, a coleção não estava completa, impossibilitando estabelecer a mesma metodologia de análise. Apesar disso, recolhemos um vasto material sobre a organização, como atas e propostas de projetos, que nos mostra como a entidade estava organizada, como os projetos de financiamento eram pensados e a estrutura hierárquica existente no quadro de colaboradores. Tais fontes são um importante referencial para compreendermos a composição das ONGs e do cenário social, econômico e político no Chile, porém, escapa ao escopo deste projeto, que versa sobre a imprensa feminista.

organizada por militantes socialistas, isto é, um dos alvos do regime militar. Em vista disso, os textos foram assinados por pseudônimos, como os de *Adela H*³⁰⁴, *Beatrice* e *Julia*. No primeiro editorial, em março de 1981, a equipe apresentou-se como um grupo de mulheres socialistas que, após sete anos de opressão, se propunha a refletir publicamente sobre “[...] lo que ha significado para nuestra condición de mujeres, la existencia de un régimen excluyente y autoritario, en lo cual se ha acentuado dramáticamente los rasgos de discriminación tradicional de la mujer en nuestra civilización³⁰⁵”. Na segunda edição, o periódico justificou a escolha do nome e trouxe à baila a historicidade da desigualdade entre os gêneros feminino e masculino, que acabou por desvalorizar e inviabilizar o papel da mulher na sociedade. Nesse aspecto, afirmou que a opressão que recaía sobre as mulheres não datava da instauração do regime civil-militar, mas era algo subjacente há séculos na história feminina:

Se encontró que había dos historias. Una heroica y otro trágico, siguiendo la lectura de la dominación, o de los que sufren. La otra simplemente no existían, allí nunca se ha dicho: y se refiere a lo mundo domesticado, esta existencia silenciosa de mil horas del tejer, cocinar, cambiar pañales, limpiar, hacer compras, enseñar (...) y otra vez ascender el fuego, puso la botella, hacer las camas, apoyar, hacer la comida. Se llama la vida privada, y que para nosotras más parecía ter privado la mujer de la vida, del a tener una vida humana. Por eso no queremos tener nombre de heroína, porque no creemos en la existencia de estas. [...] Fue entonces que nos preguntamos cómo y qué sentíamos ahora, después de dos mil años de opresión y ocho años de dictadura (que ha puesto lo suyo, sin contrapeso, a la sumisión y degradación de las mujeres chilenas). Nuestra respuesta entonces fue unánime; ¡tenemos furia! No la furia ciega del golpe tras golpe. Nuestra furia es conciencia; es mirar nuestra situación honestamente, buscarle sus causas, discutir sus efectos en la sociedad humana³⁰⁶.

Essa narrativa aparece como uma dupla crítica: a primeira, à história oficial, que, ao tratar dos fatos vistos como “heroicos”, não evidenciava a participação das mulheres na sociedade; a segunda, ao regime militar, que reforçava a imagem feminina atrelada ao trabalho doméstico e à família, concebidos como naturais. A publicação trouxe uma charge que reforçou os argumentos da revista sobre o lugar que a mulher ocupava na História,

³⁰⁴ *Adela H* era o pseudônimo de Julieta Kirkwood, socióloga, militante socialista e referência do feminismo chileno. Além de ser uma das responsáveis pela publicação da revista *Furia*, também participou do *Círculo de Estudios de la Mujer* e foi uma das fundadoras da *La Morada*. Em 1972, Kirkwood ingressou como docente na FLACSO e dedicou-se a estudar a condição da mulher no Chile. Publicou os livros *Ser política en Chile: as feministas e os partidos políticos* (1982); *El feminismo como negación del autoritarismo* (1983); *Nudos de la sabedoria feminista* (1984), além de outros editados postumamente. Kirkwood teve uma morte precoce, em 1985, vítima de um câncer. A respeito de Kirkwood ver: BARRANCO, Dora. La pasión feminista según Julieta Kirkwood. *Nomandias*, Santiago, n. 8, 2008.

³⁰⁵ Editorial, *Furia*, n.1, março, 1981, p.1.

³⁰⁶ Por qué llamamos Furia, Editorial, *Revista Furia*, n. 2, agosto de 1981, p.3.

retratando uma personagem que lia diversos livros, mas que não conseguia encontrar referência às mulheres em nenhum deles.

Figura 18 - Charge Lugar de Mulher



Furia, n.2, agosto, 1981.

Furia definia-se como uma publicação alinhada ao feminismo autônomo e ao projeto socialista. Entretanto, foi porta-voz de uma crítica contumaz à política tradicional das esquerdas ortodoxas e defendeu a independência do movimento feminista em relação à militância partidária. Ao mesmo tempo, insistiu na inserção das demandas feministas pelo projeto socialista, pois argumentava que feminismo e socialismo não eram incompatíveis. Como foi pontuado no primeiro editorial: “[...] el proyecto socialista no puede, sin riesgos de perder su condición de tal, dejar de fuera, ni excluir, las demandas de ninguno de los sectores de la sociedad capitalista, ya sea por razones políticas, económicas, raciales, de sexo o de edad³⁰⁷”. Para o periódico, havia incompatibilidade entre feminismo e militância partidária, independente do partido, o que suscita questões para o partido socialista.

No tocante à estrutura do periódico, ele era autofinanciado e não teve uma publicação regular, sendo que os três primeiros números foram semestrais e os demais passaram a ser anuais, como veremos na tabela a seguir. De igual modo, não havia um número de páginas padrão; portanto, alguns números foram expressivamente maiores que outros. Encontramos poucas informações a respeito da imprensa feminista chilena no período analisado, de modo

³⁰⁷ Idem.

que não conseguimos saber como era feita a impressão e a cópia dos números, qual era a tiragem e de que maneira era distribuída. Em nenhum dos seis números há indicação de preço unitário ou da possibilidade de assinatura, havendo apenas endereço de correspondência para o qual as interessadas deveriam enviar cartas, sugestões e, também, solicitar o periódico. Todavia, a edição de número três trouxe uma solicitação de contribuição financeira, enquanto a quarta publicação exibiu um pedido de ajuda, alertando que, se as leitoras e militantes não contribuíssem, aquele seria o último número: “¿Te gusta esta revista? Te gustaría seguir recibíendola? Se no te poner con tu aporte ahora este será el ultimo numero³⁰⁸”. Não é indicado se a revista conseguiu apoio monetário, mas podemos inferir que não, uma vez que a quinta publicação saiu quase um ano depois, e a sexta, e última, apenas em novembro de 1984. Isto é, uma vez mais, o autofinanciamento afetou a circulação do periódico.

Tabela 4 - Periodização da revista *Furia*

Número/Ano	Periodicidade	Paginação
N.1/1981	Semestral	16
N.2/1981	Semestral	28
N.3/1982	Semestral	30
N.4/1982	Anual	43
N.5/1983	Anual	50
N.6/1984	Anual	32

Org. por Júlia Oliveira a partir da revista *Furia* (1981-1984)

Assim como as demais publicações autônomas apresentadas, o projeto gráfico era básico: a revista era mimeografada, impressa em frente e verso e em branco e preto. Na parte gráfica, tanto a capa quanto o miolo traziam ilustrações desenhadas à mão ou ainda recortes com tirinhas e charges. Em sua maioria, as capas apresentaram apenas o logo da revista e o título, com ilustrações artesanais em apenas dois números. A revista tinha seções regulares, como o editorial, com um texto opinativo sobre mulheres e política; “*Vivíamos, trabajamos y luchamos*”, onde eram abordados temas sobre as condições de trabalho das mulheres no campo e/ou na cidade; “*Correo de las Furias*”, que trazia cartas ou excertos de textos enviados, especialmente do exterior; “*El lugar de la mujer en el mundo de Pinochet*”, que fazia uma crítica à situação da mulher no regime político vigente; e “*Analisis*”, onde era

³⁰⁸ *Furia*, n.4, septiembre, 1982.

apresentado o texto principal, na maioria das vezes teórico, sobre temas como patriarcado e ideologia. Havia, ainda, a seção de informes, onde eram divulgadas notícias de encontros feministas e de mulheres em outros países. Na edição de número dois, o espaço dessa seção trouxe um relato sucinto do I EFLAC, realizado em Bogotá. O texto destacou a centralidade da discussão sobre a violência contra a mulher, mas não tratou da autonomia do movimento. Ainda nessa seção, aparecem notícias das condições de vida das mulheres em países socialistas ou que passaram por contextos revolucionários, como Hungria, Nicarágua, China e Alemanha Oriental, muitas vezes traçando um paralelo com as condições vivenciadas pelas chilenas.

Figura 19 - Primeira Edição *Furia*



Furia, n. 2, marzo, 1981.

A publicação abordou diversas temáticas da agenda feminista latino-americana, concentrando-se, especialmente, nas assimetrias no âmbito familiar, a exemplo das desigualdades na esfera do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, na naturalização do papel feminino em torno da maternidade e no autoritarismo patriarcal presente nas relações domésticas. Na sequência, a revista priorizou as discussões sobre a emancipação da mulher, a desvalorização do trabalho feminino e as relações entre feminismo e socialismo. Nesse ponto, sobressaiu o debate sobre a autonomia, de que trataremos no quarto capítulo. Ainda que de

forma menos enfática, a violência doméstica e sexual, o aborto e o controle de natalidade também estiveram entre as propostas da revista.

O Chile, em comparação ao Brasil e à Argentina, apresenta uma especificidade em relação ao tema do aborto. Até 1989 havia uma lei, ditada em 1930, durante o governo de Carlos Ibáñez del Campo, que permitia o “aborto terapêutico”. A prática era permitida quando a gravidez colocava em risco a vida da mulher ou da criança e foi mantida, durante a reforma do Código Sanitário, em 1968, no governo de Eduardo Frei. No entanto, Pinochet adotou um discurso de oposição à prática, bem como ao divórcio e, em setembro de 1989, antes de deixar o cargo de presidente, revogou o artigo e referendou a lei nº 18.826, do Código Penal, criminalizando toda ação cujo propósito fosse provocar um aborto. Por essa razão, nas páginas de *Furia*, encontramos artigos que criticam a postura do governo em relação ao tema e alertam para os riscos de retrocesso³⁰⁹. Ou seja, ainda que a descriminalização do aborto seja um tema comum aos três países, o cenário de debate chileno é totalmente distinto dos dois outros países.

Os temas relacionados à origem da opressão da mulher e ao mundo do trabalho feminino foram os mais recorrentes, permitindo-nos refletir sobre as questões políticas e sociais do país, bem como observar as bases teóricas nas quais o periódico se apoiava. Em relação à origem da opressão feminina, ainda na segunda edição, a seção *Analisis* apresentou o artigo intitulado “*Mujer y Socialismo*”. Para compreender quais são as causas da opressão que incide sobre as mulheres, o tópico subtítulo “O Patriarcado” expõe e critica o uso de dados da biologia e a narrativa da “História Oficial”. Em um primeiro momento, o artigo questionou a narrativa oficial que advoga que “las mujeres son amas de casa y madres por la naturaleza” e que “durante toda la historia ha sido así”. De acordo com o texto, essa explicação deriva das análises patriarcais, que partiam de uma visão de história primitiva na qual as mulheres, por engravidarem, teriam que ficar imbuídas dos trabalhos relativos ao espaço privado, enquanto os homens, por serem mais fortes e musculosos, estariam destinados aos trabalhos externos, como os de provedores e caçadores. O artigo refuta tais explicações “oficiais”, calcadas na biologia, e assevera que:

En el movimiento femenino ya no creemos en esto, nascemos como gente y nos hacen hombres y mujeres – las diferencias biológicas que existen entre hombres y

³⁰⁹ Na segunda edição do periódico, foi reproduzida uma reportagem questionando o posicionamento da futura ministra, Raquel Correa, em relação a alguns temas, entre os quais o controle de natalidade. Raquel Correa dizia aceitar apenas o método natural Billings e, além disso, posicionava-se contra o divórcio e o aborto, mesmo em casos “extremos”. A reportagem dá destaque ao momento em que ela afirma que não seria a favor do aborto, ainda que sua filha “fuera violada por un negro”. Las mujeres en mundo de Pinochet, **Furia**, n. 2, agosto, 1981.

mujeres no son suficientes para explicar las vidas completamente distintas que tenemos y las características distintas que nos atribuyen. Tenemos una serie de razones por las cuales nos creemos en esto³¹⁰.

Entre as razões para contestar a perspectiva patriarcal hegemônica, o texto apresenta dois argumentos, sendo o primeiro embasado nas análises de Margaret Mead, e o segundo, na compreensão da história como algo mutável. A respeito de Mead, o artigo ressalta que, em outras culturas, os arranjos sociais entre homens e mulheres não seguiam a mesma dinâmica que nas sociedades ocidentais, sendo que os atributos considerados por nossa sociedade como naturalmente masculinos, como ser “ativo e corajoso”, em outros povos não tinham o mesmo significado³¹¹. Com esse dado, o artigo questionou uma narrativa despreocupada com a historicidade, pois sugeria que a “condição feminina” não era a mesma ao longo da história e que cada época atribuía valores diferentes para o que era definido como mulher.

À luz dessas considerações, o texto trata das explicações dadas por Engels sobre as sociedades primitivas matrilineares. Avalia que, se por um lado essas análises permitiram romper com a visão de que as mulheres não tinham um papel ativo em períodos remotos, destacando que, ao contrário, tinham uma grande importância para a sociedade, por outro, com a ausência documental não era possível defender a existência de tais sociedades e tampouco compreender como ocorreu a passagem do “direito maternal” para o patriarcado. Isso, no entanto, não implicaria em não desejar “que cambie la posición de la mujer” e, para isso, novamente, o periódico insistiu no conhecimento sobre as mulheres na história³¹².

³¹⁰ Analisis: El Patriarcado, **Furia**, n.2, agosto, 1981, 18.

³¹¹ Em 1935, a antropóloga norte-americana Margaret Mead publicou o livro intitulado *Sex and Temperament in three primitive societies*, que viria a se tornar um importante referencial para o feminismo. Neste, Mead relata sua pesquisa etnográfica sobre o cotidiano de três tribos da Nova Guiné, abordando especialmente a divisão dos papéis na sociedade, fundados em aspectos que, no Ocidente, seriam considerados femininos ou masculinos. Mead advoga que os três povos conferiam aos seus indivíduos papéis econômicos e religiosos diferentes, assim como habilidades e vulnerabilidades em relação aos malefícios ou influências sobrenaturais; no entanto, não concebiam diferenças entre homens e mulheres com base na sexualidade. MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

³¹² O texto apresenta, por meio de uma história cronológica, a vida das mulheres ao longo do tempo, especialmente durante o período compreendido como “Idade Média”. Avalia que a visão de mulher como “ama de casa” é algo recente, pois além do trabalho ser dividido entre os membros da casa, as mulheres possuíam ofícios compreendidos como masculinos, como carpinteira, confeccionadora de móveis e sinos, artesã de cerveja e, claro, camponesa. Logo, homens e mulheres do setor popular eram oprimidos, igualmente, pela nobreza. No caso dessa classe, as mulheres, apesar de não terem uma vida tão dura quanto as das mulheres das camadas populares, sofriam pela dependência que tinham do marido, o que lhes assegurava um quadro de submissão inexistente para a camponesa. No entanto, apesar dessa suposta “valorização” da vida da mulher do campo em relação à nobre, ao final do parágrafo colocam-se algumas especificidades que recaíam sobre as mulheres, a exemplo da possibilidade dos senhores nobres terem relações sexuais com as camponesas. Obviamente, essa leitura também parte de uma narrativa parcial da história, centrada no Ocidente e na valorização da mulher

Concluiu que, para aquele momento, no qual o poder masculino não poderia ser explicado pela força física, “[...] es importante para nosotras saber cuáles son los factores sociales que determinan que las mujeres sean oprimidas y cómo cambiar estos factores en el curso del tiempo”³¹³.

Na quarta edição, em 1982, o tema foi retomado. O texto intitulado “Ideologia” demonstra como as mulheres e os homens assimilam os papéis femininos e masculinos em uma dada sociedade. Tal interpretação advoga que a posição que as mulheres ocupam na sociedade, apesar de estar diretamente relacionada à estrutura econômica, não pode ser explicada apenas pelas circunstâncias materiais. Afinal, segundo o artigo, não seria correto afirmar que o capitalismo e os homens, em tempos remotos, enviavam as mulheres para a cozinha à força, nem que estas não se casavam por vontade própria. Logo, interroga o que faz com que as mulheres se posicionem como subalternas e os homens como dominadores. A explicação sobre a passagem do natural para o sociocultural ocorre através do conceito de ideologia, compreendido como o “total de normas y valores en un período histórico determinado que está relacionado con la vida concreta cómo vive la gente”. A ideologia estaria presente nas instituições sociais, a exemplo da família, que, revestidas de poder, preparam, desde o nascimento, homens e mulheres para o papel que deverão cumprir na sociedade. Como exposto: “[...] La imagen del que debiera ser una mujer está muy adentro de nosotras. Desde el momento que nacemos, y nos ponen ropa rosada en vez azul, nos preparan para nuestro futuro papel de mujer. Eso también no siempre sucede conscientemente”³¹⁴.

No entanto, ressalta que esse processo não é consciente, posto que “asimilamos esta ideología, ‘internalizamos’ la imagen del papel del hombre y de la mujer” e, desse modo, as assimetrias são asseguradas, a exemplo do número menor de meninas que frequentavam as universidades ou da dependência financeira das mulheres em relação aos seus maridos. Contudo, apesar de “retirar” uma suposta culpa das mulheres, e mesmo dos homens, sobre a produção ou aceitação passiva da opressão (afinal, esta é assimilada inconscientemente), o artigo não explica como esse processo ocorre ou mesmo como poderia ser rompido.

Em 1986, a edição defendeu que o maior ganho do feminismo, após o final da II Guerra Mundial, fora a descoberta da personalidade cultural da mulher, de seu corpo e de sua sexualidade, que estiveram no cerne das principais transformações da identidade feminina,

enquanto agente da história, perspectiva corrente em pesquisas iniciadas nos anos de 1960, que se propunham “dar voz aos vencidos”, algo já bastante problematizado no contexto atual.

³¹³ Analisis: El Patriarcado, **Fúria** n. 2, agosto, 1981, 21.

³¹⁴ Analisis: la ideología, tradução de Beatrice do texto “Feminismo y Socialismo, **Fúria**,” n.4, 1982, p.30.

acentuando as especificidades que lhes eram próprias e que, até então, haviam sido esquecidas pelos grandes agentes políticos. De acordo com o artigo intitulado “*El Feminismo y los Movimientos Sociales*”, essa nova base teórica permitia sair da “dicotomia explorado/explorador”, que tentava explicar as origens da opressão sobre a mulher, e avançar sobre os mecanismos ideológicos que sustentam o patriarcalismo nas instituições sociais. Ao final, avalia-se que essa dimensão “biocultural” não apresenta apenas uma mudança, mas uma revolução no desenvolvimento do feminismo, pois:

Lo significativo e importante es que este proceso de redimensionamiento de lo cultural avanza hasta ubicar la problemática de la mujer en una dimensión extraordinariamente novedosa, que está en relación con la especificidad biológica de la mujer. En su condición de seres reproductores de otros seres y comprometidas, por lo tanto, en un proceso gestativo-afectivo único, son las mujeres seres con una naturaleza muy propia: únicas como mujeres y diferentes, no inferiores, a los hombres. De este modo lo cultural y lo específicamente biológico de la mujer se amalgaman en una nueva dimensión: bio-cultural, que en los últimos años entra a constituir la base de las luchas feministas³¹⁵.

Chama a atenção o paradoxo cultura *versus* natureza. O aspecto cultural é acionado para mostrar o avanço do feminismo na constituição do sujeito “mulher”, mas, ao mesmo tempo, admite-se que há uma especificidade natural, biológica, feminina. A mulher é única, portanto universal, justamente por sua capacidade própria de gestação e afetividade. Ela é diferente do homem, mas essa diferença não implica em hierarquia e inferioridade. Ou seja, há o “sexo” que é natural, com suas funções e diferenças; e há o “corpo cultural”, que é composto por características e atributos que cada sociedade constrói sobre a sexualidade. São essas variantes culturais, e não a especificidade *biológica*, pois ela existiria, de acordo com o artigo, que explicariam as formas de opressão e discriminação que pesam sobre as mulheres, a exemplo das associações entre “feminino e o espaço doméstico” ou entre “feminino e inferioridade”. De acordo com essa perspectiva, tais relações sustentavam a ideologia patriarcal, a qual era responsável pela divisão entre o mundo público-masculino e o privado-feminino.

A concepção defendida por *Furia*, notoriamente, dialoga com o arcabouço teórico de Beauvoir e Mead ao enfatizar que as diferenças sociais entre homens e mulheres não podem ser explicadas pela biologia³¹⁶. Também se remete ao pensamento da nova esquerda, expresso

³¹⁵ Análisis: El Feminismo y los Movimientos Sociales, *Furia*, n.6, 1984, p.14-16.

³¹⁶ É interessante pontuarmos como esses aportes teóricos estão em circulação. Como vimos, o periódico lésbico brasileiro também argumentou a respeito da variação entre o que é considerado como feminino e masculino em outras sociedades em clara referência aos estudos de Mead, bem como fez uso das discussões de Beauvoir sobre

por Juliet Mitchell, ao localizar nas instituições sociais a responsabilidade pela disseminação dessa ideologia dominante, que tem como propósito assegurar o patriarcado. Contudo, quando aciona o termo “biocultural”, está lançando um discurso político que vai ao encontro de seus interesses. É válido recordarmos que a publicação tinha entre seus objetivos combater a imagem da mulher que era utilizada pelo regime de Pinochet, qual seja, uma mulher apresentada como “heroína” da nova nação. Além disso, almejava que as demandas feministas fizessem parte do projeto político do socialismo. Por um lado, em sua leitura sobre as bases da opressão feminina, buscou deixar claro que as diferenças sexuais, apoiadas em uma suposta hierarquia biológica, não tinham fundamento científico e eram resultantes dos valores que cada sociedade atribuía ao sexo, razão pela qual não poderiam ser utilizadas para justificar a ausência das mulheres no projeto político. Por outro lado, ao ressaltar a especificidade “biológica” da mulher, o que lhe permitia ser mãe, e o seu papel na transferência cultural, a publicação incorporou a maternidade como um atributo não só específico, mas também como extremamente importante para a promoção da agência política das mulheres. Logo, podemos formular a hipótese de que, ao apresentar a mulher enquanto mãe, como peça fundamental da transformação cultural, especialmente na visão subalterna sobre o feminino, a revista procurou um diálogo estratégico, enfatizando que o feminismo, ao contrário do que se imaginava, não era avesso à maternidade. Com isso, a publicação tornou visível o protagonismo das mães e ressaltou a existência e a importância de uma “maternidade militante”.

Outro foco de atenção do periódico foi o trabalho feminino. A crise econômica chilena, decorrente do plano neoliberal, levou a um significativo aumento do número de desempregados e ao crescimento da pobreza. Essa situação foi emblemática para as mulheres, que precisaram assumir trabalhos precários para auxiliar nas despesas de casa ou, em muitos casos, assumir totalmente a chefia da família. Entre as ocupações, estavam os trabalhos nas fábricas ou como empregadas domésticas, ofício que, como uma entrevistada afirmou à *Furia*, era visto como “inferior”. O trabalho doméstico visto como subalterno em relação aos demais não era passível de direitos ou de uma remuneração adequada, e, no caso das “amas de casa”, a gratuidade do ofício era condição *sine qua non*³¹⁷. A esse respeito, a revista publicou uma

as construções culturais de feminino e masculino. De igual modo, a publicação argentina, *Brujas*, traduziu artigos e entrevista com Beauvoir.

³¹⁷ Neste número, as editoras fizeram uma matéria intitulada “Empleada para todos los servicios”, publicada na seção “*Vivimos, trabajamos y luchamos*”, que narrava as jornadas de algumas mulheres divorciadas ou mães solteiras que foram demitidas de seus empregos nas fábricas e estavam trabalhando como empregadas domésticas.

matéria questionando como as atividades realizadas por essas trabalhadoras apareciam apenas como um mero complemento financeiro da principal fonte de sustento da casa, ou, ainda, no caso das atividades ligadas ao cuidado da casa e da família, como um “não-trabalho”. O periódico enfatizava as longas horas de trabalho feminino, no intuito de contrapor a visão hegemônica de que os homens, além de trabalharem mais que as mulheres, tinham funções mais árduas:

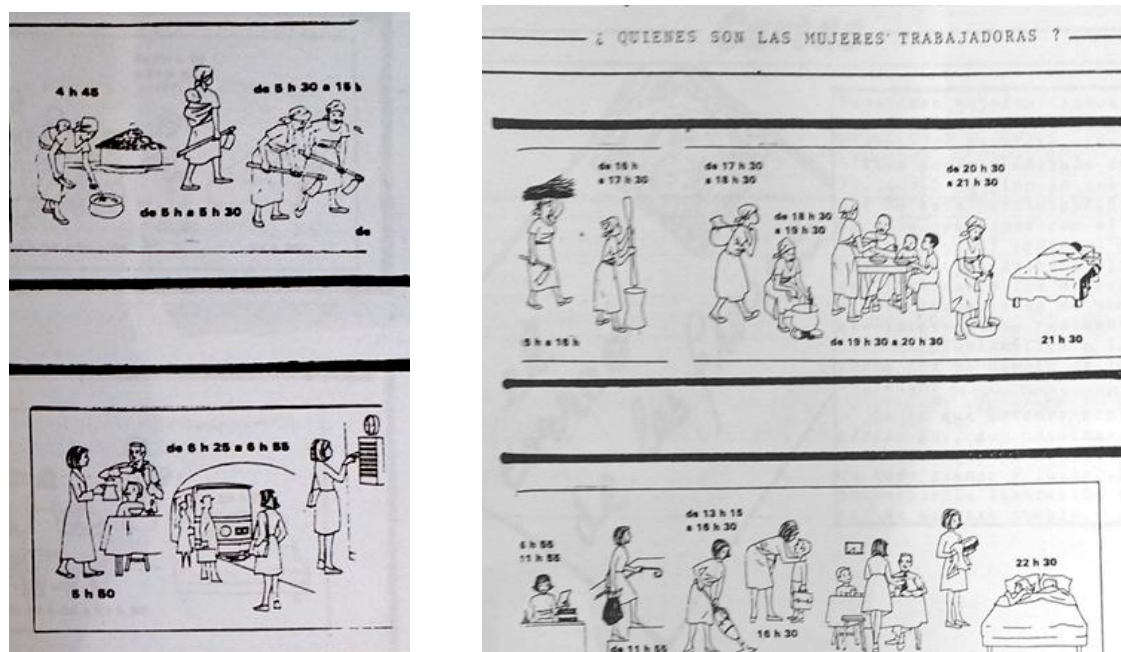
Todo el mundo dispone de las mismas 24 horas diarias; y el mismo en que cada cual las gasta (o se va forzado a gastarlas), es algo que podemos evaluar y comparar, perfectamente. [...] De la mujer campesina, se afirmará que no trabaja: ‘está en su casa’; la mujer de la ciudad, será ‘trabajadora de media jornada’, o de ‘medio tiempo. Pero...! Los relojes no mienten!’³¹⁸

A matéria veio ilustrada com dois quadros que demonstravam as diversas atividades realizadas pelas mulheres, chamando a atenção para a “dupla jornada” de trabalho feminino, tanto no campo quanto na cidade. Desse modo, lançou luz sobre a invisibilidade do trabalho doméstico, tema que era preocupação das feministas desde os anos de 1970. Andrea Nye afirma que, após a crise do modelo soviético, as feministas marxistas tentaram reter a determinação econômica de Marx e analisar a opressão sobre as mulheres tendo em vista o funcionamento dos dispositivos econômicos do capitalismo. Elas tinham o intuito de suplementar a teoria marxista, de modo que esta pudesse ainda ser mobilizada pelo movimento. Desse modo, tentaram demonstrar que o trabalho doméstico, realizado pelas mulheres dentro do núcleo familiar, também era “produto de valor”. Sendo assim, Nye advoga que a defesa do trabalho doméstico como algo produtivo teve um forte apelo emocional, pois o não reconhecimento do trabalho doméstico pelos partidos e militantes de esquerda soava “como uma depreciação grosseira das realizações importantes da mulher”³¹⁹.

³¹⁸ *Vivimos, trabajamos y luchamos*, Furia, n. n. 2, 1981, p. 12.

³¹⁹ NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias dos Homens**, op .cit, p.75, 1998. A valorização do trabalho doméstico como algo produtivo não implicou em afirmar que as mulheres deveriam ficar restritas à esfera do lar. Ao contrário, as feministas problematizaram o trabalho doméstico como algo inerente à condição feminina e defenderam a socialização das atividades familiares. A independência financeira, isto é, a inserção no mercado de trabalho, continuou a ser vislumbrada pelas feministas como um caminho para a emancipação da mulher.

Figura 20 - Las mujeres trabajadoras



Furia, n. 2, 1981.

Ainda sobre o tema do trabalho feminino, o número seguinte da revista *Furia* trouxe, na seção *Vivimos, trabajamos y luchamos*, uma matéria com as trabalhadoras do campo. Trata-se do relato de uma das militantes, com o pseudônimo de Clara, que passou alguns dias no campo junto às trabalhadoras. Sua narrativa mostra o esforço das mulheres ao carregarem as ferramentas e os filhos, os quais, independentemente da idade ou do sexo, acompanhavam e ajudavam na colheita. A militante ressalta que grande parte das mulheres havia migrado para o campo por conta do desemprego e da precariedade de condições de vida nas cidades. Dois pontos, especialmente, chamam sua atenção: o silêncio das mulheres, que não cantavam ou riam durante todo o período, e o retorno dessas, com seus filhos nos ombros, para a casa. O retorno para casa significava a continuidade do trabalho, já o silêncio foi justificado como uma condição indispensável para a garantia do trabalho precário, pois as mulheres temiam que as conversas implicassem em demissões. A matéria indica, ainda, que o salário não era igual para homens e mulheres. “[...] Ese trabajo delicado de la mujer al manipular el damasco, la uva y los tomates de exportación, es muy mal pagado. A las mujeres no pagan las horas extras, pero a los hombres, aunque igual son temporeros, les pagan las horas extraordinarias³²⁰”. As duas matérias indicam-nos as formas de exploração do trabalho das mulheres: no âmbito doméstico, em que seu trabalho não era remunerado e era percebido como uma extensão de sua “função biológica”, e também fora do âmbito doméstico, com a

³²⁰ Vivimos, trabajamos y luchamos, *Furia*, n. 3, marzo, 1982, p. 7.

falta de paridade de condições e salários em ofícios realizados, igualmente, por homens e mulheres³²¹. Este último pode ser compreendido como um dos efeitos das políticas neoliberais no país que entraram no país nos anos de 1970, alterando a legislação trabalhista.

Em 1984, um ano após o retorno do feminismo às ruas do Chile, a revista apresentou uma mudança em seu formato, aparecendo digitada, impressa em gráfica e com a grafia colorida de seu nome estampada na capa. Porém, não foi mencionado o local onde a publicação foi impressa, tampouco se contou com a colaboração financeira de grupos ou de partidos políticos. As ilustrações internas também sofreram mudanças: tornaram-se mais simples e com referências menos emblemáticas sobre o cotidiano feminino. Como nos números anteriores, não foi referenciada a tiragem nem o valor de venda, o que nos deixa sem respostas quanto a sua circulação. Assim como as publicações brasileiras que saíram de curso sem comunicar as leitoras, *Furia* também encerrou suas atividades sem aviso ou despedidas. Nesse número, o periódico informou a respeito da detenção massiva de militantes de um sindicato, durante as comemorações de aniversário do Partido Socialista, sinalizando para a permanência da repressão e a reação do governo frente aos protestos iniciados no ano anterior. Na conclusão, o artigo relacionou os protestos à definição de democracia para o grupo editorial, tratando, também, dos propósitos do feminismo que tinha emergido na cena pública no ano anterior.

En síntesis, el Movimiento de Mujeres por el Socialismo no se agota solamente en la lucha contra el régimen actual, sin que busca contribuir a la creación de una sociedad en la que a democracia no sea solo un marco formal. [...] El año pasado, en las primeras protestas se oyó la consigna del Movimiento Feminista que resume bien lo que las mujeres queremos: DEMOCRACIA EN LO PAÍS Y EN LA CASA³²²!

Não podemos afirmar se o corpo editorial esteve presente em tais manifestações. A análise da fonte permitiu-nos inferir que, coincidência ou não, a publicação deixou de circular, justamente, quando a ONG La Morada, um novo tipo de organização, ganhava força no país. Essa ONG foi formada tendo em sua base muitas militantes que atuavam em agremiações de esquerda e no feminismo, a exemplo de Kirkwood, que assinava, em forma de pseudônimo, os editoriais da revista. A fonte permitiu-nos, também, empreender uma análise sobre o feminismo socialista, uma singularidade da imprensa feminista chilena, em

³²¹ Todavía, Heidi Tinsman considera que, durante a ditadura chilena, nem todas as mudanças para as mulheres do campo resultaram em exploração. Ela explica que esse trabalho, ainda que em tais condições, teria aumentado a agência feminina na comunidade e abalado a autoridade masculina como chefe da casa. TINSMAN, Heide. *Reviving Feminist Materialism: Gender and Neoliberalism in Pinochet's Chile*, op.cit., p. 146.

³²² ¿Articulando fragmentos?, *Furia*, n. 6, noviembre, 1984, p. 34.

comparação aos periódicos do Brasil e da Argentina editados no mesmo período. Desse modo, no quarto capítulo, abordaremos as contradições dessa especificidade, qual seja, a defesa, ao mesmo tempo, da autonomia e da militância socialista.

2.3.2. *Boletina Chilena: da autonomia à Onguização*

Em 1983, o MEMCH'83 voltou à cena pública, como uma “reedição” da agrupação atuante entre os anos de 1935 e 1953. Durante os anos 1930, como apresentado, o MEMCH representou um feminismo “radical” e alinhado à esquerda, sobretudo ao Partido Comunista, vinculando-se, posteriormente, à Frente Popular. A entidade foi atuante, ao lado do Partido Feminino e de outros grupos feministas, na luta pelo sufrágio feminino, além de responsável pela revista *La Nueva Mujer* que, como assevera Lavrin, “destacó el trabajo y las cuitas de la mujer obrera³²³” com grande intensidade.

Após três décadas de ostracismo e com o fortalecimento dos movimentos sociais, o movimento foi refundado com a participação das militantes históricas Elena Caffarena e Olga Poblete³²⁴. Foi acrescido ao nome da organização a consigna “83” para demarcar este novo momento do feminismo. A reconstituição do movimento tinha como propósito rearticular uma militância feminista e popular, sendo que a agremiação congregava mais de quarenta entidades femininas, entre as quais figuravam: o *Movimiento Feminista, Mujeres de Chile* (MUDECHI), *Movimiento de Mujeres Pobladoras* (MOMUPO) e *Agrupación de Familiares de los Detenidos Desaparecidos* (AFDD), além de militantes do Partido Comunista e líderes sindicais. Na carta de intenções, expressa na refundação, suas militantes deixaram claro o objetivo de lutar pela democracia e pelos direitos das mulheres:

Impulsar con el esfuerzo mancomunado de diversas entidades femeninas y mujeres individuales, la lucha del pueblo chileno por el restablecimiento de la institucionalidad democrática, el respeto y plena vigencia de los derechos de la persona humana. Promover una vasta acción conjunta de mujeres y de la comunidad entera, de denuncia y eliminación de todas las formas de discriminación que se ejercen sobre la mujer. Vincular a las mujeres chilenas con el movimiento femenino internacional, no solo en lo que se refiere a sus reivindicaciones específicas, sino

³²³ LAVRIN, Asunción. *Mujeres, Feminismo y Cambio Social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)*, 1995, op.cit., p. 391.

³²⁴ Elena Caffarena foi advogada e uma das protagonistas da conquista do sufrágio feminino no Chile, em 1949. Olga Poblete era professora de História e Geografia, sendo uma grande referência na educação universitária chilena. Ambas foram nomes expressivos do MEMCH durante os anos de 1930. VER: GAVIOLA Edd., MORENO, Ximena, MIRA, Claudia. *Queremos votar en las próximas elecciones*: op.cit; PINTO, M. Elena Caffarena de Jiles. *Revista Chilena de Derecho*, vol. 33 n, 2, 2006, p. 207-214.

también en su aspecto más universal: la lucha por todas las formas de la paz, y la lucha por la armonía de la vida humana con el ambiente natural³²⁵.

A partir do seu primeiro aniversário, em junho de 1984, o MEMCH'83 passou a publicar o *Boletina Chilena* em formato de *newsletter*. Entre o período de 1984 e 1987 foram editados quatorze números. Sua periodicidade foi regular, isto é, as primeiras edições foram bimestrais e, a partir de 1986, passaram a ser trimestrais. O número de páginas foi estável, com 20 laudas no total, como podemos ver no quadro abaixo. Todavia, não há referência ao valor de venda ou à possibilidade de assinatura do boletim. Não há referências à tiragem, tampouco ao apoio físico ou financeiro de alguma organização para a impressão do boletim. Entretanto, acreditamos que a parceria com sindicatos e partidos tenha auxiliado nesse processo, pois seu projeto gráfico, ainda que simples, não era artesanal como o da revista *Furia*. A publicação era digitada, impressa em *offset*, em folha dupla e em formato de livreto, colorido.

Tabela 5 - Periodização da *Boletina Chilena*

Número/Ano	Periodicidade	Paginação
N.1/1984	Bimestral	20
N.2/1984	Bimestral	20
N.3/1984	Bimestral	20
N.4/1984	Bimestral	20
N.5/1985	Trimestral	20
N.6/1985	Bimestral	20
N.7/1985	Bimestral	20
N.8/1985	Bimestral	20
N.9/1985	Bimestral	20
N.10/1986	Bimestral	20
N.11/1986	Trimestral	20
N.12/1986	Trimestral	20
N.13/1986	Trimestral	20
N.14/1987	Trimestral	20

Org. por Júlia Oliveira a partir do periódico *La Boletina* (1984/1987)

³²⁵ Documento de formación del grupo MEMCH'83. APUD: VALDES, Teresa. **Las Mujeres e la Dictadura Militar en Chile**. Material para discusión. Santiago: FLACSO, n.94, 1987.

O boletim não teve corpo editorial fixo, uma vez que recebia contribuições das diversas associações filiadas ao grupo. A parte gráfica era simples e suas capas traziam, além do logo do movimento, fotografias que remetiam ao movimento de mulheres ou à repressão ditatorial. Na parte interna do boletim, há poucas ilustrações, a maioria é formada por desenhos simples e coloridos. Diante disso, chama-nos a atenção a tirinha publicada na segunda edição, em 1984, referenciada como de autoria da ILET, mas que se aproxima muito da charge de Miguel Paiva, divulgada na edição de número três do *Mulherio*, em 1981. Este fato nos permite pensar a respeito do grau de circulação do periódico feminista brasileiro nos países vizinhos.

Como no caso da revista *Fúria*, não foi possível saber como era feita a distribuição do *Boletina Chilena*, porém, como ele era editado por uma junção de organizações feministas e femininas, acreditamos que havia uma maior circulação entre essas bases. Entretanto, sabemos que ele era enviado para outros países, pois, além do recebimento de cartas de exiladas, Julie Shayne afirma que organizações de mulheres no exílio se juntaram ao MEMCH'83 e passaram a arrecadar fundos para enviar ao grupo como forma de auxiliar sua sobrevivência, fato que também nos ajuda a compreender como a agremiação tinha recursos para a publicação³²⁶.

Figura 21 - Charge MUDECHI/ILET



Boletina Chilena, n.2, año I, 1984.

Figura 22 - Charge Miguel Paiva



Mulherio, n. 3, ano I, 1981.

³²⁶ O relato afirma que um grupo de mulheres chilenas que estava no exílio juntou-se ao movimento: de acordo com a autora, estas mulheres estavam exiladas na Alemanha, Espanha e em outros países e passaram a angariar fundos para apoiar a continuidade da organização no Chile. SHAYNE, Julie. **The revolution question: feminisms in El Salvador, Chile and Cuba**. New Brunswick: Rutgers Universid Press, 2004.

Quanto às diretrizes políticas que orientavam o *Boletina Chilena*, é clara a tônica em se estabelecer como um canal de comunicação para as mulheres populares, e, também, ser um porta-voz das violações dos Direitos Humanos cometidas pelo Estado. Isso porque foram extremamente presentes notícias sobre presos e desaparecidos políticos, sobretudo de mulheres. Por esse caminho, em seu editorial inaugural, o boletim estampou a permanência da violência de Estado e solicitou às leitoras refletirem sobre si e sobre a construção de um futuro para “[...] las mujeres, sus familias y la gran familia de la patria”. Isto é, assim como o antecessor, recorreu à identidade da mulher vinculada à família, na qual a pátria estava inclusa, para rearticular um engajamento feminino. Desse modo, expressou que:

No es mucho. Apenas un año, pero un tiempo cargado de represión y escándalos del régimen y sus personeros. Año en cual mujeres y niños han sido golpeados, detenidos, vejados y algunos de estos últimos, asesinados. [...] Nuestra boletina cuyo primer número entregamos hoy, reseña las actividades de abril y mayo con gran movilización de las mujeres a pesar de todo. BOLETINA refleja las actividades de ustedes. Vivirá todo el tiempo que ustedes la alimentan con su colaboración: las noticias, el testimonio, la cola, la consigna, la reflexión, la opinión crítica³²⁷.

A publicação teve seções regulares alinhadas às suas diretrizes políticas, quais sejam: o editorial, no qual havia sempre um posicionamento a respeito do regime político vigente; “*Presencia y acciones de las mujeres*”, que versava sobre as atividades do MEMCH’83 e de outros grupos de mulheres e de feministas chilenas; “*Noticias*” que apresentava a organização de eventos nacionais e internacionais; “*Para que nunca se diga: no lo sabia*”, que trazia casos e narrativas de mulheres violentadas, torturadas e presas durante o regime ditatorial; “*Chile bajo Estado de Sítio*” que, apesar de não estar presente em todos os números, entre os anos de 1986 e 1987, serviu como um espaço para tratar, especialmente, da repressão do governo militar; e, por fim, “*Del exterior nos escriben*”, que trazia mensagens de mulheres exiladas. Havia, ainda, pequenos textos, expostos ao longo do boletim, que versavam sobre as condições de trabalho femininas ou as formas de discriminação que cruzavam o cotidiano das mulheres, além de poesias estampadas na contracapa do boletim. A linha política do editorial também foi refletida em imagens que ilustram a capa ou o interior do periódico, como podemos ver na capa da edição inaugural.

³²⁷ Editorial, *Boletina Chilena*, mayo-junio, 1984, p.2.

Cecilia Salinas, intitulado “*Escrito por mujeres: Sobre el origen de la subordinación de la mujer*”, que versou sobre a possibilidade de uma sociedade matriarcal, apesar de não problematizar como tal cultura desapareceu ou como o patriarcado emergiu. Tal como *Furia*, o interesse era apresentar a mulher como agente na história e mensurar que, em outros tempos históricos, houve uma relação de equidade e irmandade entre os dois sexos:

En esta línea de análisis es patrimonio femenino el descubrimiento del fuego; de métodos de cultivo (granos, plantas y sus utilizaciones diversas); invención del lenguaje, que es el resultado de la necesidad de la comunicación, es decir del trabajo en comunidad, y cuya aparición y desarrollo son menos probables en las actividades masculinas, caza y pesca, eminentemente solitarias. Fluye de esta descripción la conclusión que las mujeres gozaban de una situación privilegiada, poseyendo el control de la producción y distribución de los alimentos. La vida social gira en torno a esta comunidad de madres y hermanas, en donde el cuidado y educación de los hijos es actividad de la comunidad. La maternidad es función social. Frente a esta comunidad de mujeres existe la comunidad de hombres, hermanos, que colaboran en los trabajos comunes. No hay desigualdades. Las mujeres son iguales a los hombres y reconocidas como tales por ellos³²⁸.

A publicação era direcionada a diversas associações femininas, entre as quais figuravam lideranças sindicais, associações de mulheres trabalhadoras e grupos de mães e esposas de presos políticos. Desse modo, a ênfase estava em trazer à cena o movimento de mulheres como agente político, uma vez que este esteve ausente do cenário público desde os anos de 1950. Na contramão do percussor socialista, *Boletina Chilena* não propunha uma separação entre a militância política e a feminista. Esse fato advém da própria história da agremiação, que, em seu passado, caminhou ao lado do projeto socialista. Por esse caminho, a temática da autonomia em relação aos partidos políticos não teve espaço no projeto editorial. Os excertos ou informes sobre o movimento feminista local ou latino-americano não fazem menção à autonomia do movimento, seja em relação aos partidos políticos, seja em relação às ONGs.

Por outro lado, o boletim expressou os problemas, decorrentes das medidas neoliberais, vivenciados pelas mulheres. Na edição de número três, o corpo editorial abriu espaço para que as “*pobladoras*” narrassem suas experiências. Elas relataram as dificuldades de conseguirem emprego, a má remuneração e a situação de miséria, marcada, muitas vezes, por cenas de fome. A seção denominada de “*Aquí Los Hambrientos*” trouxe depoimentos que mostravam a dificuldade de várias mulheres em conseguir comprar alimentos e sustentar suas

³²⁸ Escrito por mujeres: Sobre el origen de la subordinación de la mujer, **Boletina Chilena**, n. 4, nov/dez, 1984, p. 19.

Em abril de 1986, o editorial alertou que “la violencia contra la mujer es un instrumento de la ditadura” e informou que duas jovens, de 14 e 19 anos, estavam sendo hostilizadas, perseguidas e ameaçadas pelo Estado. Além disso, informou sobre os consecutivos sequestros da militante Carmen Hales, que havia sido “bárbaramente golpeada y amenazada”, e o assassinato de outra militante, Ana Luisa Peñadillo, porque “había sido una gran y desafiante luchadora a quien ni la prisión ni el extrañamiento la desviaron de la causa del pueblo”³³¹. Tais narrativas foram constantes no periódico, buscando evidenciar a violência do Estado contra as mulheres e promover a defesa dos direitos humanos, ou seja, mostrar como as formas de tortura perpetradas pelo Estado também apresentavam nuances em relação à violência direcionada aos homens. Susel Oliveira afirma que nas ditaduras latino-americanas, o uso dos corpos por meio do desaparecimento, da disseminação da tortura ou dos sequestros, atingiu os militantes em geral, mas “adquiriram um caráter específico em relação às mulheres por meio da violência baseada no gênero”, pois, a tortura ocorreu via cenas de estupro, mutilação, humilhação, insultos e intimidações sexuais³³². Winn assevera que as chilenas presas sofreram com as torturas sexuais, entre as quais figuravam choques nos seios e genitálias, introdução de animais, como ratos e insetos, na vagina, além dos estupros³³³.

Apesar desse engajamento em iluminar as violências díspares cometidas contra as mulheres pelo Estado e cobrar que, no retorno à democracia, isso não caísse no esquecimento, o boletim não estabeleceu uma relação com as violências sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico. Esse tema não apareceu dentro do *Boletina Chilena* como um problema presente no cotidiano das mulheres, fazendo-nos indagar se ressaltar a violência do Estado era parte da estratégia do grupo diante da conjuntura específica que o país vivia ou se a violência doméstica ainda era um tema que não havia saído das “zonas de silêncio”.

Em 1986, Pinochet reagiu às manifestações contrárias ao regime militar e decretou Estado de Sítio. Nesse mesmo ano, MEMCH’83 começou a passar por transformações em sua estrutura organizativa. Em dezembro, o grupo foi registrado como *Instituto de Capacitación y Estudios de la Mujer*, uma instituição da sociedade civil que teria por objetivo a capacitação, divulgação, formação, investigação e estudo das temáticas femininas e das relações

³³¹ *Boletina Chilena*. 11, abr./ may./ jun., 1986, p.2.

³³² OLIVEIRA, Susel R. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v. 20 n. 39, jul./dez., 2015 p. 312. A autora também afirma que o acionamento da maternidade foi um artifício utilizado pelos regimes ditatoriais para torturar as mulheres, ameaçando-as de empreender as mesmas técnicas de violência contra seus filhos.

³³³ WINN, Peter. *A Revolução Chilena*, 2009, op.cit, p. 183

conexas³³⁴. Meses antes, a associação havia esboçado um projeto de capacitação feminina, no qual a justificativa para o financiamento veio por meio de uma análise que apontava os efeitos das medidas neoliberais na área econômica e social, sobretudo, no cotidiano feminino. Assim, argumentou que:

Durante los últimos años la mujer chilena ha debido enfrentar dramáticamente las condiciones socioeconómicas del modelo neoliberal implementado por el régimen militar ha producido niveles sin precedentes de desempleo, subempleo y niveles de remuneración bajo el mínimo vital. [...] Las mujeres, por su situación de discriminación dentro de la sociedad, han debido enfrentar esas condiciones particularmente desventajosas. Muchas de ellas han debido incorporarse al mercado laboral como mano de obra barata con remuneración inferior a lo de los hombres³³⁵.

O projeto propunha-se a criar mecanismos que cobrissem as lacunas deixadas pelo Estado na esfera social, o que seria realizado por meio de cursos, diagnósticos e oficinas que “fortalecessem as mulheres” e construíssem soluções coletivas para os problemas. A proposta tinha um orçamento que previa despesas com aluguel de um espaço para as discussões; água, luz e telefone; viagens para capacitação; edição de cartilhas; e remuneração de uma equipe composta por encarregada do projeto, secretária, grupo de capacitação e dez pessoas que trabalhariam em jornadas de meio turno. O programa indica, desse modo, a alteração do grupo composto por diferentes *militantes* para o de *profissionais* dedicadas à “capacitação feminina”. À luz dessas considerações, destacamos que a agremiação vinha passando por tensões internas, especialmente no tocante às prioridades do grupo. Joe Siemon assevera que, em 1984, algumas feministas deixaram a comissão organizadora por não verem seus objetivos integrados e, nos anos seguintes, integrantes do MUDECHI também se retiraram da sigla por entrarem em conflito com ativistas do Partido Comunista³³⁶.

Ainda em 1986, o boletim de número treze informou que, a partir do ano seguinte, os projetos seriam executados a contento, uma vez que o grupo tinha inaugurado “*La Casa Grande*”, um espaço onde as mulheres poderiam reunir-se para conversar, ler, montar exposições e se capacitar. Ou seja, a entidade, transformada em ONG, teria conseguido

³³⁴ Registro Cartorial, 5 de dezembro, 1986. **Fundo Elena Caffarena**. Archivo Nacional de Chile. A entidade, no entanto, poderia atuar em organismos civis e comerciais sob a sigla de MEMCH’83.

³³⁵ Proyecto de Capacitación, mayo de 1986. **Fundo Elena Caffarena**. Archivo Nacional de Chile. Não há informações sobre para qual instituição o projeto foi submetido. O custo total do projeto foi estimulado em 25.602 dólares. Tais transformações vinham sendo assinaladas pelo boletim. Na oitava edição, em 1985, o boletim ofertou um programa de apoio jurídico, psicológico, dental e de saúde, gratuito, às chilenas que regressavam do exílio. Isto é, serviços que deveriam ser prestados pelo Estado.

³³⁶ SIEMON, Joe. Mujeres en conflictos: La construcción de identidad colectiva en MEMCH’83. **Revista Sociedad e Equidad**, Universidad de Chile, n.2, 2001.

subsídios para alugar um “espaço para as mulheres”. A mudança no formato de atuação política impactou no destino do periódico. No documento intitulado *Revisión Critica de La Boletina*, datado de 1987, sob o título “Interrogaciones a resolver”, o grupo colocou em pauta a seguinte questão: “¿Cuál va a ser el programa de las actividades publicadas del MEMCH’83 ahora que asume también la responsabilidad de la casa? Tiene valor continuar con La Boletina trimestral? ¿Deben publicar otro tipo de materiales en vez de una publicación trimestral³³⁷?” O documento não apresenta uma resposta cabal, mas a publicação saiu de circulação no primeiro trimestre de 1987. O periódico anunciou a inauguração da nova casa e os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no espaço, no entanto, não informou que aquela seria sua última edição. Assim, podemos concluir que, no novo arranjo, o boletim informativo não correspondia mais aos propósitos da organização.

Encontramos a explicação desse novo momento na página *online* da entidade. A mudança é justificada como uma adequação aos “novos tempos”, advinda da necessidade de superar as barreiras econômicas e políticas que haviam fragilizado as organizações feministas e de mulheres que compunham a coordenação geral do movimento. Sendo assim, o novo formato, agora em ONG, permitiria o acesso a recursos materiais e humanos, garantindo a manutenção das atividades da instituição.

Al iniciarse en Chile el proceso de transición a la democracia, el MEMCH 83 debió forzosamente readecuar su estructura a los “nuevos tiempos”. Razones económicas y políticas habían ido debilitando a las organizaciones que integraban la coordinación. Carecíamos de recursos materiales y humanos para mantener una organización de carácter nacional. [...] Definimos que la misión del MEMCH en esta nueva etapa debía ser la de contribuir a la mantención y fortalecimiento del movimiento de mujeres y a su readecuación al proceso político que se iniciaba en Chile³³⁸.

Nessa nova fase, a ênfase foi direcionada ao “[...] processo de desarrollo personal y su conciencia de ser sujetas de derechos”, a fim de que as mulheres pudessem exercer sua cidadania. Para tanto, foram desenvolvidas palestras e cursos de capacitação relacionados às mulheres e aos seus direitos. Essa etapa contou com o apoio financeiro de instituições internacionais, a exemplo da Fundação alemã *Heinrich Böll* e, em decorrência disso, a partir de 1989, o MEMCH’83 passou a editar um periódico intitulado *La Boletina*, do qual tivemos acesso a apenas três números. Diferente da publicação anterior, este apareceu com formato de revista, com textos mais analíticos e menos informativos, e contou com uma equipe

³³⁷ *Revisión Critica de La Boletina*, **Fundo Elena Caffarena**. Archivo Nacional de Chile.

³³⁸ **Los Orígenes**. Disponível em: < <http://www.memch.cl>>. Acessado em: 31/03/2019.

profissional constituída pelas jornalistas Maria Eugenia Dominguez e Sandra Lidid, e pelos colaboradores Lamandrad, Ignacio Reys e David Funtealba³³⁹.

As transformações do boletim ocorrem entre os anos de 1986 e 1987, isto é, em um momento marcado pela intensificação das manifestações pelo retorno democrático, onde foram consolidadas parcerias políticas, como a *Alianza Democratica* e o *Movimiento Democrático del Pueblo*, além da *Concertación de las Mujeres por la Democracia*, as quais visavam a pressionar por eleições livres. Esse período antecedeu o plebiscito de 1988. Pela Constituição de 1980, Pinochet era obrigado a chamar um plebiscito e apresentar a eleição de um único candidato escolhido por unanimidade pelos Chefes do Exército. Para isso, era necessário abrir os registros eleitorais, o que ocorreu em 1987, momento em que a oposição atuou fortemente pelo registro eleitoral e, posteriormente, na campanha pelo “NO”, que saiu vitoriosa e levou às eleições livres em 1989, como acordado pela carta constitucional. No entanto, há vários impasses em torno da maneira como as eleições ocorreram, sobretudo em relação aos acordos feitos com o regime militar, os quais resultaram nas intituladas “leyes de amarre”, que incluíram a permanência de funcionários em cargos públicos, algumas privatizações, além de assegurar a Pinochet que, caso perdesse as eleições, seguiria como chefe do exército até 1998.

Sendo assim, é oportuno frisarmos que tais especificidades imprimiram uma tônica distinta aos movimentos sociais em relação ao Brasil e à Argentina. Como apontamos anteriormente, tais condições específicas fizeram com que o país contasse com um processo de Onguização mais expressivo em relação aos vizinhos, bem como com maiores aportes financeiros de organizações internacionais. Esses fatos, notoriamente, impactaram na reorganização de seus movimentos sociais e, conseqüentemente, no seu campo de ação. Como podemos ver, por meio do *La Boletina Chilena*, as organizações com histórico de autonomia e de militância ativa optaram por aderir a esse processo a fim de manter viva sua atuação política. Entretanto, para tal, foi preciso redefinir os nortes de seu ativismo e ocupar, nesse caso, um espaço deixado pelo Estado em sua orientação neoliberal. O periódico destacou-se como um importante canal de comunicação sobre a organização do movimento feminista e de mulheres, bem como sobre a violação dos Direitos Humanos cometida pelo Estado; formato totalmente distinto dos encontrados no Brasil e na Argentina. Todavia, a questão da autonomia, seja no tocante à militância partidária, ao Estado ou às ONGs, não foi foco do boletim, em oposição tanto ao seu contemporâneo, quanto aos pares brasileiros e argentinos.

³³⁹ A periodização seguiu regular, porém com um número de páginas menor. Assim como na versão anterior, não é apresentada a tiragem da publicação ou como a mesma era vendida e/ou distribuída

Igualmente, esse periódico não tratou de temas específicos da agenda feminista, enfatizando pautas mais gerais.

Desse modo, podemos concluir que, nesse recorte cronológico, a imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile apresentou importantes diferenças. Longe de uma divisão estanque entre publicações autônomas ou feitas aos “moldes profissionais”, isto é, redigidas por grupos independentes ou por ONGs, encontramos vários tons de cinza que nos permitiram, por um lado, adentrar aos caminhos da institucionalização do feminismo, e, por outro, perceber as formas de resistência e as estratégias adotadas para manter os periódicos feministas em circulação.

Mulherio e *Bruja* representam os extremos da imprensa militante “profissional” e “autônoma”. A primeira, em sete anos, teve 38 números publicados e alcançou uma tiragem de 33 mil exemplares, vendidos em âmbito nacional e internacional; porém, para tal, precisou adequar sua linguagem e abordagem temática de acordo com os princípios norteadores das instituições que a financiavam. Por sua vez, *Brujas* manteve-se ativa durante três décadas, mas, devido ao autofinanciamento, não contou com tiragens expressivas e alçou, em seus trinta anos, o mesmo número de edições que o par brasileiro. Logo, as duas publicações são fundamentais para pensar sobre o impacto da autonomia e da profissionalização na circulação das ideias feministas, constituindo, também, oportunidades para a discussão sobre distintas definições de “autonomia”, uma vez que ambos periódicos se definiam como “autônomos”, embora, como tenhamos visto, os discursos e práticas de autonomia tenham apresentado características diferentes em cada caso.

Chanacomchana e *La Boletina* possibilitam-nos enveredar pelo hibridismo das publicações que negociaram com diferentes agentes para que seus projetos editoriais tivessem continuidade. Todavia, nesses casos, também podemos perceber os ajustes necessários para tal. Em relação ao *Chanacomchana*, ainda que o boletim defendesse a autonomia, especialmente em relação aos partidos políticos, buscou seu apoio, bem como de outras agremiações, para que a publicação pudesse ser impressa. Posteriormente, ao se aproximar de organizações internacionais que tinham como norte a criação de uma rede lésbica latino-americana, o periódico alterou seu projeto editorial e adotou um viés “separatista” no tocante ao movimento homossexual e ao feminista. Esse momento coincidiu com a associação do GALF à ILGA, ao encerramento do boletim e ao início, ainda no mesmo ano, da publicação do periódico UOO, como veremos no próximo capítulo. *La Boletina Chilena*, na contramão do par brasileiro, não foi contrária à dupla militância e manteve relações estreitas com organizações partidárias e sindicais, além de grupos de exiladas que auxiliavam

financeiramente o boletim. Entretanto, assim como o contemporâneo brasileiro, em 1987, encerrou suas publicações. Se no caso do Brasil a alteração era uma estratégia para conseguir entrar na “rota do financiamento”, no Chile, a mudança marcou não apenas a passagem do grupo autônomo para a “Onguização”, mas todos os ajustes intrínsecos a esse processo. Ou seja, houve um novo direcionamento das atividades do grupo para cursos de capacitação, secundarizando a importância do periódico. Sendo assim, ambas as fontes nos permitem conhecer o processo de institucionalização tanto do movimento quanto das publicações feministas e as adaptações necessárias para esse fim.

Furia, tal como *Brujas* e *Chanacomchana*, foi uma publicação autônoma, entretanto, de forma oposta aos boletins brasileiro e argentino, que eram refratários às ligações com os partidos políticos, a publicação chilena defendeu, ao mesmo tempo, a autonomia e o projeto socialista. Desse modo, trouxe indícios das complexas relações da militância feminista dentro dos tradicionais partidos de esquerda. Igualmente, permite-nos compreender como as questões de gênero foram discutidas em um país que chegou ao socialismo pela via democrática e, na sequência, sofreu um golpe militar e neoliberal. Por esse aspecto, *Furia* também carrega vários silêncios. À exceção dos demais periódicos, não sabemos como era sua circulação e impressão, uma vez que foi editado sob o signo da censura e da repressão militar. Da mesma forma, sabemos pouco sobre seu corpo editorial, posto que a publicação era editada sob pseudônimos.

No que tange às temáticas, tais publicações partilharam referências teóricas, sobretudo a respeito dos construtos culturais que incidem na constituição das identidades e dos papéis de gênero. Porém, tiveram agendas políticas distintas. Ainda que temas como a origem da opressão feminina, a descriminalização do aborto ou a reforma dos códigos civis e penais figurassem como pautas comuns, elas ganharam acentos próprios de acordo com a particularidade social e cultural de cada país. Isto é, as especificidades locais ditaram contornos singulares a questões como divórcio, aborto e violência contra a mulher. Como podemos ver, no Brasil e na Argentina, a violência de gênero era vislumbrada no âmbito doméstico e sexual, sendo que o primeiro foi pioneiro em construir espaços próprios para tratar da questão. No Chile, a abordagem recaiu sobre a violência de gênero perpetrada pelo regime de exceção, demonstrando a urgência de denunciar, também, as assimetrias presentes na repressão dirigida pelo Estado. Há de se destacar, ainda, que houve pontos de divergência. Ambos os periódicos chilenos buscaram construir uma identidade política feminina em diálogo com o papel da mulher na família, especialmente enquanto mãe. Isto é, recorreram à

maternidade militante como uma estratégia política, o que não ocorreu nas publicações brasileiras e argentina.

Durante o período analisado, os três países enfrentaram fortes crises econômicas. Todavia, a abordagem dos periódicos foi distinta. Os boletins chilenos cederam maior espaço para tratar do tema, justamente pelo impacto que o processo neoliberal acarretou na população em geral e na feminina em específico. Assim como os periódicos brasileiros e argentinos, *Furia* procurou demonstrar as tentativas de retrocesso em leis consolidadas sobre o controle de natalidade no Chile. No caso da Argentina, podemos ver que a entrada das políticas neoliberais adotadas nos anos 90 foi acompanhada pelo avanço neoconservador do Estado e da Igreja, fato que também será marcante no Brasil, como veremos no próximo capítulo

É oportuno frisarmos que o Brasil foi o único, no período analisado, a ter uma publicação lésbica feminista. O periódico argentino teve artigos sobre o tema e publicou a tradução do texto clássico de Adrienne Rich, dando-nos indícios de que a questão começava a ganhar visibilidade no país. No entanto, em ambos os periódicos chilenos, a questão sequer foi mencionada, levando-nos a indagar sobre os motivos de tal lacuna. Sendo assim, no próximo capítulo, iremos investigar as publicações emergentes entre 1987 e 1996, momento de avanço do processo de “Onguização”, das relações transnacionais, da chegada das políticas neoliberais ao Brasil e à Argentina e da redemocratização chilena.

3. PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NA IMPRENSA FEMINISTA (1988-1996)

Neste capítulo trataremos da imprensa feminista e lésbico-feminista do Brasil, da Argentina e do Chile, editada entre 1988 e 1996. O recorte cronológico corresponde, de um lado, às mudanças políticas e econômicas em âmbito local, e, de outro, às transformações transnacionais ocorridas na militância feminista e lésbico-feminista. Em relação ao primeiro aspecto, destacaremos a implementação das políticas neoliberais e o avanço do processo de Onguização e institucionalização do movimento, tanto no Brasil quanto na Argentina. No caso do Chile, assistimos ao retorno à via democrática, ainda que acordada com o regime ditatorial, e à continuidade da agenda neoliberal. Isto é, no referido período, os três países viviam em regimes democráticos e neoliberais que delinearão propostas de inserção da agenda de gênero nas esferas institucionais de poder.

3.1. As transformações na imprensa lésbico-feminista no Brasil

Em relação ao segundo aspecto, enfatizaremos a maior fragmentação dos movimentos identitários, a exemplo da constituição de redes de militância específicas, como a de lésbicas latino-americanas. A formação dos novos grupos foi permeada por disputas em torno de suas identidades e de suas definições políticas, sendo que muitos deles foram vistos como radicais ou separatistas. Também foi nesses anos que parcela do feminismo começou a indagar sobre os efeitos da agenda neoliberal na militância social e, a partir de então, atribuir novos sentidos à autonomia do movimento.

Diante disso, analisaremos como esse novo cenário impactou a imprensa feminista dos três países, interrogando, sobretudo, o engajamento das publicações nos temas feministas e lésbico-feministas. Para tanto, no que diz respeito ao contexto brasileiro, examinaremos a passagem do boletim *Chanacomchana* para *Um Outro Olhar*, avaliando quais foram as modificações ocorridas para além da nomenclatura. Sobre o contexto argentino, abordaremos a publicação lésbica-feminista *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, editada pelo coletivo autônomo e homônimo, investigando a relação dessa publicação com a trajetória da militância homossexual no país. Verificaremos, também, como o periódico se posicionou em relação ao discurso de “separação” das demandas desse movimento em relação aos coletivos feministas e

gays. Por fim, em relação ao contexto chileno, analisaremos dois jornais que, diferentemente das publicações dos outros países, não foram publicados por ONGs ou grupos autônomos, a saber: *Marea Alta*, que circulou entre 1991 e 1994, e *Puntada con Hilo*, editado entre 1994 e 1997. Ambos foram financiados por agências de cooperação internacional e nos permitem observar quais foram as transformações, ou continuidades, do feminismo chileno quando do retorno à via democrática. Sendo assim, perguntamos tanto sobre as consequências do processo de Onguização e da possível profissionalização de gênero na imprensa feminista quanto sobre as respostas construídas nos três países ao avanço desses processos.

3.1.1. De *Chanacomchana* a *Um Outro Olhar*

Como vimos no capítulo anterior, após o GALF filiar-se à ILGA e aproximar-se dos coletivos lésbicos transnacionais que propunham a formação de uma rede lésbica latino-americana, o *Chanacomchana* saiu de circulação sem dar aviso. Sete meses após a sua última edição, o GALF retornou ao espaço público com uma nova publicação: o boletim *Um Outro Olhar* (UOO). Entre os anos de 1987 e 1996, foram editados vinte e quatro números, os quais podem ser divididos em três momentos, a saber: o primeiro, com publicações em formato de boletim, foi marcado pela adequação ao discurso “separatista” dos movimentos lésbicos transnacionais; o segundo, em que ocorrem alguns ajustes no periódico, corresponde ao processo de transição da autonomia do grupo editorial para sua institucionalização em formato de ONG; por fim, o terceiro momento, quando se adota o formato de revista, foi caracterizado pelo diálogo do projeto editorial com as agências de cooperação internacional, com o Estado e com as políticas de mercado.

A primeira fase corresponde aos anos de 1987 a 1989, período em que foram publicados nove números³⁴⁰. Nessa etapa, o GALF construiu uma política editorial delineada para o fortalecimento da visibilidade lésbica de forma “mais positiva” e menos “debochada”. Esse novo posicionamento foi exposto no editorial inaugural que explicou as alterações no nome e no formato.

Um Outro Olhar é nossa nova publicação que vem dar continuidade e desenvolvimento ao caminho corajosamente trilhado pelo boletim Chanacomchana. Chanacomchana surgiu em um período de “abertura” da ditadura militar, e refletiu o espírito de afirmação da homossexualidade que vigorava no Movimento Homossexual da época, onde o GALF se originou. Naquele momento, o mais

³⁴⁰ Nesta fase as edições oscilaram entre bimestrais e trimestrais e continham entre 10 a 25 páginas.

importante era ser (sexualmente) muito explícita e até mesmo debochada. [...] Hoje, entretanto, os tempos são outros, e é outro nosso olhar. Queremos que essa nova publicação transpareça nossa visão cada vez mais límpida de que as vivências lésbicas extrapolam em muito as relações sexuais. [...] Queremos também que nossa publicação espelhe o jeito muito especial que as lésbicas têm de ser olhar. [...] Finalmente, queremos que UM NOVO OLHAR possa trazer de fato novas maneiras de ver não só as relações entre mulheres, em todos os níveis, como também, mais precisamente, o próprio “ser mulher” nesta nossa patriarcalíssima sociedade brasileira, buscando autoimagens mais positivas e perspectivas mais amplas em todas as direções³⁴¹.

O editorial não menciona qualquer ligação com o feminismo e, na contramão do antecessor, em que a categoria mulher foi apresentada por meio de várias clivagens, neste assistimos ao uso de uma linguagem mais comedida ao tratar da sexualidade e das especificidades lesbianas. Isto fica nítido na afirmação de que o periódico estava comprometido com os “novos tempos” e que não era mais necessário afirmar-se de maneira explícita ou escandalosa, tal como nos anos anteriores. A mudança no tom do novo periódico indica que a visibilidade das lésbicas deveria caminhar para uma imagem “afirmativa” e distante da linguagem mais enfática e emblemática dos anos precedentes. Para tanto, o boletim recorreu, ainda que estrategicamente, a um suposto essencialismo ao afirmar que as lésbicas tinham “um jeito muito especial de se olhar” e que o UOO não iria tratar apenas das relações entre mulheres, mas do “*próprio ser mulher*” em nossa sociedade. Ou seja, enquanto na versão anterior o periódico desconstruiu a identidade feminina por meio das análises de Beauvoir e Rich, o novo editorial lançou mão dos debates de gênero e firmou uma identidade política que partia das questões supostamente intrínsecas do feminino em sociedade, sem, contudo, especificar quais eram estes pontos.

A tônica amena foi endossada em outros editoriais. Em 1988, a segunda edição asseverou que o periódico visava a “continuar falando sobre vivências lésbicas de forma não preconceituosa e positiva” por meio de artigos e reportagens, constituindo um canal de informações sobre questões relativas às mulheres lésbicas, à homossexualidade, ao feminismo e ao ativismo. Já a terceira edição, em maio do mesmo ano, ponderou que as discriminações sofridas advinham da invisibilidade e do silêncio, que acabam por provocar distorções e incompreensões em torno das vivências lesbianas. Assim, advertiu que era preciso “botar a boca no mundo”, contudo, sem “sair às ruas e levantar a bandeira (isso fica para as mais corajosas)”. Para “botar a boca no mundo” bastaria “escrever sobre suas próprias vivências,

³⁴¹ Editorial, *Um Outro Olhar*, n. 1, set/dezembro, 1987.

suas dúvidas, certezas, seus erros, acertos, etc.³⁴²”. Sendo assim, podemos compreender que o periódico afiançou que a militância mais engajada, “do bloco na rua”, deveria ficar restrita a um grupo de “corajosas”; a ruptura da invisibilidade das lésbicas, agora, necessitaria de outro campo de ação. Este foi vislumbrado pelo periódico como a divulgação, por meio da escrita, das vivências pessoais, partindo de uma atuação individual e não mais de uma organização coletiva. Isto é, o corpo editorial distanciava-se dos objetivos dos movimentos sociais.

A equipe editorial também apresentou algumas mudanças. A confecção do periódico passou a ser feita por meio de uma rede constituída por mulheres de vários estados brasileiros, como Minas, Pernambuco, Bahia, Paraná e Mato Grosso do Sul. Na primeira edição, figuram o nome de “Miriam Martinho, Maria Luiza, Mara (Bahia), Marinês (Minas) e Naná (Recife)”, sendo que Miriam aparece como responsável pela publicação, enquanto Ângela e Lê, ambas de São Paulo³⁴³, pela parte gráfica. Isso nos permite inferir que, apesar da nova proposta, São Paulo ainda era o ponto referencial do grupo. Rosely Roth participou apenas dessa edição, não tendo seu nome relacionado a nenhum outro boletim UOO. Essa edição contou com a colaboração financeira de Irede Cardoso, à época vereadora e filiada ao GALF, e do ativista Ubiratan da Costa Silva, do *Movimento pela Livre Orientação Sexual* (LAMBDA).

O sistema de produção e circulação também passou por adaptações. Diferente do anterior, que era sustentado pela venda e assinatura dos exemplares, o UOO passou a ser autofinanciado por meio de um sistema de cotização pago pelas associadas ao GALF, sendo que elas eram as únicas a receberem a publicação. Na nona edição do boletim, o artigo dedicado aos dez anos do movimento lésbico ressaltou a modificação no sistema de circulação e justificou o novo formato:

Nesse período também demos início ao sistema de associação do GALF, onde através de cotizações, mulheres de diferentes estados puderam passar a colaborar conosco, embora ainda mantivéssemos a venda do boletim *Chanacomchana* nos bares lésbicos e, por meio de assinaturas. A partir de 88, adotamos exclusivamente o sistema de associação, editando o boletim UM OUTRO OLHAR, a principio de dois em dois meses e, depois, de três em três meses, como ocorre no momento, e remetendo-o apenas para associadas³⁴⁴.

³⁴² Editorial, **Boletim Um Outro Olhar**, n. 2, 1988, p. 1.

³⁴³ É interessante ressaltar que, diferente do jornal *Mulherio*, o boletim *Um Outro Olhar* apresentava o nome de algumas de suas colaboradas seguidos dos sobrenomes, outros com referência à região e ainda havia aquelas que eram identificadas apenas por seus apelidos.

³⁴⁴ 1979 -1989: 10 anos de movimentação lésbica no Brasil. **Boletim Um Outro Olhar**, n. 9, nov/jan., 1989/1990, p. 15.

Como pontuamos anteriormente, o *Chanacomchana* tinha uma tiragem de cerca de 300 exemplares que não era totalmente vendida. O novo método de distribuição do boletim pretendia sanar essa lacuna e, ao mesmo tempo, formar uma rede, ampliando a circulação das ideias para outros estados. Porém, com a inversão do projeto editorial, o boletim ficou circunscrito às associadas, tornando mais restrito o debate e, logo, a circulação da visibilidade política das lésbicas³⁴⁵.

O novo arranjo apresentou seções mais recorrentes, a saber: *Vivências*, que trazia depoimentos ou narrativas de lésbicas sobre seu cotidiano; *Cartas da Mesa*, que apresentava comentários ou notícias recebidas das leitoras; *Em Movimento*, referente aos congressos, às atividades e aos encontros feministas e lésbicos; *Dicas de Leitura*, tratando de livros e pesquisas sobre a temática homossexual, lésbica e, às vezes, feminista; *Deu no Jornal*, com recortes de notícias sobre conquistas dos direitos homossexuais no país e no mundo e, por fim, *Material Recebido*, que divulgava periódicos, livros e artigos recebidos, os quais, na maioria das vezes, poderiam ser requisitados para fotocópias³⁴⁶.

No que concerne à parte gráfica, a publicação seguiu sendo datilografada e impressa em branco e preto. As imagens da capa tornaram-se menos categóricas em comparação ao antecessor. Destacam-se as fotografias que remetem ao universo homoafetivo feminino, com casais abraçados ou, ainda, mulheres esportistas. Uma das capas, porém, destoava desse novo perfil e se aproxima da linguagem do *Chanacomchana*. A edição de número seis, em 1989, estampou a imagem de uma mulher nua em uma pose de fisiculturismo. Ainda que a ideia fosse apresentar mulheres em modalidades esportivas, a publicação chama a atenção ao estampar um corpo feminino nu, o que poderia causar estranhamento ao seu público leitor.

Lessa advoga que esse momento do UOO tinha como objetivo uma ruptura identitária associada meramente à sexualidade, apresentando alternativas ao sistema sexo/gênero e aos discursos patriarcais. Segundo a autora, as capas buscavam novas produções de sentido por meio de “auto representações positivas, de mulheres combatentes, guerreiras, fortes e desbravadoras³⁴⁷”. Em vista disso, podemos inferir que o periódico, ao adotar expressões

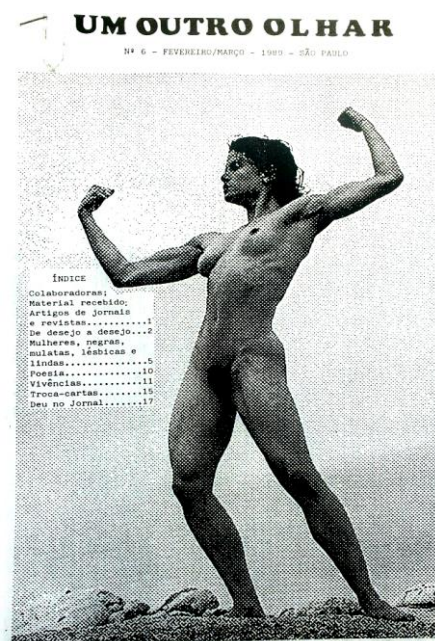
³⁴⁵ As associadas chegaram a realizar encontros no Enfin's Bar, em São Paulo, no entanto, não foi mencionado o número de participantes para mensurarmos a recepção do periódico lésbico.

³⁴⁶ É interessante ressaltar que, por meio dessa seção, podemos notar que havia uma correspondência entre as brasileiras e os movimentos lésbicos argentino e chileno, incluindo o recebimento de notícias, materiais, publicações e periódicos. Entretanto, estes movimentos não foram os mesmos que editaram as publicações estudadas por esta pesquisa, mostrando a amplitude dos feminismos latino-americanos, bem como as distintas conexões existentes no recorte cronológico. Apenas na edição de 1995 aparece a referência a *Cuadernos de Existencia Lesbiana* entre os materiais recebidos do exterior.

³⁴⁷ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: A criação de subjetividades**. Brasil: 1979-2006, op. cit., p. 123.

consideradas menos polêmicas, almejava um diálogo mais estreito tanto com as mulheres lésbicas que não se sentiam representadas pelas páginas do boletim anterior quanto com a sociedade de forma mais ampla. Todavia, cabe perguntar se essa estratégia alcançou o efeito desejado em relação ao imaginário social relativo às mulheres lésbicas.

Figura 25 - Capa Boletim UOO - Bodybuilding



Boletim UOO, n. 6, 1989

Ainda no tocante à parte gráfica, as ilustrações internas também foram alteradas. Apenas na primeira edição há referências diretas às relações homoeróticas. Na seção *Debates*, o artigo “Nossa Sexualidade” veio acompanhado de duas ilustrações que faziam menção às relações sexuais entre mulheres, algo que foi recorrente no predecessor. Logo, este primeiro número ainda estava vinculado às expressões usuais adotadas pelo *Chanacomchana*. Não obstante, essas características foram perdendo espaço, bem como o uso de charges e tirinhas. Estas, quando apareciam, eram menos provocativas que as anteriores assinadas por Miriam Martinho. Na sexta edição, a tirinha de autoria de Júlia Ribeiro brinca com o imaginário da população sobre as lésbicas, que seguiam sendo vistas como “não mulheres”. Ou seja, nas tramas mentais, as lésbicas, necessariamente, deveriam incorporar os padrões de comportamentos tidos como próprios do mundo masculino. Frente a isso, compreendemos o discurso do projeto editorial, que pretendia favorecer a emergência de uma nova identidade política em que a visibilidade lésbica fosse apresentada como um dos campos da experiência feminina em sociedade.

Figura 26 - Charge Sabia que a Bia é lésbica?



Boletim UOO, n. 6, fev./mar., 1989

É importante frisarmos que esses números, editados entre 1987 e 1989, circularam em meio às mudanças no cenário nacional e internacional. A primeira edição do UOO foi publicada no último trimestre de 1987, momento em que os movimentos sociais se articulavam para a Constituinte de 1988 e buscavam assegurar seus direitos na nova Carta Constitucional. Foi um ano intenso no cenário político, com muitas discussões e disputas. Em relação ao movimento homossexual, a principal batalha estava na inclusão da expressão “orientação sexual” no artigo que versava sobre a igualdade sem distinção de raça, classe, sexo, credo ou convicções políticas. A proposta foi representada nas subcomissões da constituinte por João Antônio Mascarenhas, ativista do grupo Triângulo Rosa, e contava com apoio do CNDM, como foi noticiado nas páginas do boletim³⁴⁸.

Também nesse período, a publicação UOO abordou novos temas, dando mais atenção às demandas estritamente ligadas às demandas homossexuais, como a conquista da população gay e lésbica em outros países. Nessa nova configuração, o UOO seguiu debatendo os temas de sexualidade; enrustimento e opressão; discriminação e violência; identidade sexual e visibilidade política e AIDS. Chamam a atenção os artigos sobre as sociedades e as religiões matriarcais. Na quinta edição, em 1988, o boletim dedicou algumas páginas à matéria “*No princípio eram as Deusas*”, a qual tratou de vestígios arqueológicos que indicavam a possibilidade de cultos femininos em diversas sociedades. Além disso, em outros números, foi discutido o efeito das religiões patriarcais no cotidiano das mulheres, em geral, e de forma específica, das lésbicas.

³⁴⁸ O projeto não teve êxito, entretanto, o periódico informou que em São Paulo e no Rio Janeiro foram criadas leis orgânicas municipais que visavam à inibição da discriminação por orientação sexual.

Ainda a respeito das abordagens temáticas, a violência contra a mulher, ponto que estava alinhado às bandeiras do feminismo mais amplo, permeou as páginas do boletim, uma vez que as lésbicas também estavam sujeitas a tais situações. Ademais, o periódico não abriu mão de noticiar os encontros feministas nacionais e latino-americanos, bem como as conquistas de direitos da comunidade homossexual internacional. Assim, apesar da ênfase na autonomia das lésbicas em relação a ambos os movimentos, o boletim continuou veiculando informações que eram de interesse das três vertentes.

A partir da sétima edição, o UOO trouxe um pequeno box, na página inicial, relatando que ele era “feito por e para lésbicas” e que tinha por objetivo “abrir um caminho de comunicação e informações sobre vivências lésbicas no Brasil³⁴⁹”. A afirmação tinha por objetivo reforçar a identidade do movimento lésbico desassociada tanto do feminismo quanto das organizações homossexuais, posicionamento que já havia sido endossado em edições anteriores. No artigo comemorativo do aniversário do grupo, Miriam Martinho admite que, no início da organização, considerava-se que a existência do GALF seria “impossível tanto fora do Movimento Homossexual quanto, e principalmente, do Movimento Feminista³⁵⁰”. Todavia, adverte que essa percepção era equivocada e que tal crença, sobretudo em relação ao feminismo “[...] foi um imenso desperdício de tempo, energia e bom humor”. Frente a isso, criticou veementemente os coletivos lésbicos latino-americanos, considerados “radicais”, por se recusarem a se desvincularem da militância mista. Como assinalamos no capítulo anterior, durante o ELFLAC, em 1987, houve uma forte discussão em torno da proposta, apresentada pelas representantes da ILIS, de formação de uma rede latino-americana de lésbicas desarticulada dos grupos mistos. Sobre sua posição, o boletim expôs que:

Não se trata de uma proposta politicamente separatista, pois, embora pessoalmente, tenha muito respeito e admiração pelas correntes radicais, não creio que sua estratégia funcione em países em desenvolvimento. Trata-se, isto sim, de uma proposta independente e realista que procura manter laços com grupos feministas e homossexuais, sem, entretanto, ceder na execução de suas prioridades. A segunda fase do GALF que se estende praticamente até hoje, comprova a eficácia desta perspectiva, visto que, no mínimo, o grupo conseguiu comprovar a viabilidade da organização lésbica autônoma³⁵¹.

No trecho acima, podemos notar a metamorfose na concepção de autonomia. No *Chanacomchana*, a autonomia era utilizada para referir-se ao posicionamento do GALF, bem

³⁴⁹ **Um Outro Olhar**, n. 7, jun/jul, 1989.

³⁵⁰ 1979 -1989: 10 anos de movimentação lésbica no Brasil. **Boletim Um Outro Olhar**, n.9, nov/jan., 1989/1990, p. 13.

³⁵¹ *Idem*, p. 14.

como do feminismo de forma ampla, no tocante aos partidos políticos. Embora, como veremos, essa posição tenha sido paradoxal, havia um discurso emblemático de autonomia em relação às agremiações partidárias. Na nova proposta editorial, a constituição da identidade lésbica e sua afirmação, tanto em âmbito local quanto em relação aos vínculos estabelecidos internacionalmente, conduziram à reformulação do sentido de autonomia, que passou a designar a independência do movimento lésbico em relação ao feminismo e aos coletivos gays. Ou seja, a segunda fase do GALF e a primeira do boletim UOO foram norteadas pelo separatismo da militância mista, pelo distanciamento dos movimentos sociais e por um discurso mais ameno em relação à visibilidade lésbica.

3.1.2. “Sem o agitar de bandeiras”: outro lugar para *Um Outro Olhar*

Em 1990, teve início a segunda etapa do boletim UOO e uma nova etapa do grupo editorial. No segundo semestre daquele ano, a mudança foi anunciada pelo periódico: o GALF cederia lugar à Rede de Informação Um Outro Olhar, uma associação civil sem fins lucrativos. Como foi apresentado no editorial:

Este é o primeiro número do UM OUTRO OLHAR publicado pela REDE DE INFORMAÇÃO LÉSBICA FEMINISTA UM OUTRO OLHAR, definitivamente registrada, em cartório público, filha legítima da vontade política de lésbicas brasileiras que não se deixaram fechar entre quatro paredes do quarto da “opção sexual”, opção sem muita escolha, máscara “progressista” do mesmíssimo hediondo preconceito que nos encara todos os dias. A Rede se tece por várias partes, em diferentes ritmos e desenhos. Cada uma pode dar seu ponto. Só não vale dar um nó, pois queremos que nossos fios se entendam e se entrelacem por muitos cantos, indefinidamente³⁵².

A conversão da associação em ONG estava em consonância com as exigências estabelecidas para a conformação da rede de lésbicas latino-americanas, a qual facilitaria o diálogo com as agências de cooperação internacional e, logo, com os financiamentos. De igual modo, alinhava-se aos rearranjos das organizações nacionais. Facchini afirma que, no início dos anos 90, houve uma tendência de grupos homossexuais menores e menos institucionalizados a “virar ONG” ou procurar “obter registro como ONG” a fim de adquirir

³⁵² Editorial, *Um Outro Olhar*, n. 11, inverno, 1990, p. 2. O editorial assinado por Miriam Martinho advertia que as decisões seriam tomadas “por consenso” e que o intuito era reunir o máximo de informações sobre as lésbicas brasileiras por meio de livros, jornais, revistas, poesias, etc.

financiamentos e dar continuidade às atividades³⁵³. Isto é, o corpo editorial optou por, mais uma vez, “adequar-se” aos novos tempos e, para tanto, abrir mão da organização autônoma.

A passagem dos anos 80 para os 90 foi emblemática. Na conjuntura internacional, a queda do Muro de Berlim, os colapsos da União Soviética e dos países do Leste Europeu acirraram as críticas à social democracia e ao *Welfare State*. A adoção da economia de mercado nas regiões antes socialistas fortaleceu a defesa do “livre mercado” e dos ideais neoliberais que já eram vislumbrados desde o final da década de 1940. Os argumentos em prol do “Estado mínimo” e de uma economia globalizada em oposição à regulamentação capitalista pelo Estado ganharam terreno tanto na Europa como nos Estados Unidos, sobretudo nas figuras do presidente norte-americano Ronald Reagan e da primeira ministra britânica, Margaret Thatcher. A redemocratização dos países latino-americanos, na década de 1980, esteve alinhada a essa nova conjuntura. As crises econômicas que afetaram os países latino-americanos durante os anos 80, considerada como “a década perdida”, construíram terreno fértil para a efetivação das medidas neoliberais³⁵⁴.

No Brasil, em 1989, as eleições deram vitória a Fernando Collor de Mello, candidato de uma sigla pequena, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em oposição a Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), representante de muitas organizações sociais e sindicais. Projetado como um “messias” pela mídia, o “caçador de marajás” prometia acabar com a corrupção e fazer a economia crescer, após os conturbados anos do governo Sarney e o fracasso do Plano Cruzado. Entre as medidas previstas, estavam os cortes de gastos estatais em áreas sociais, a redução do funcionalismo público, as privatizações de empresas nacionais e a revisão dos direitos trabalhistas e sociais. A abertura do mercado aos investimentos estrangeiros também incorporava a agenda, porém, não foi bem recebida pelo capital nacional, sobretudo o bancário e o industrial. Por essa via, foi elaborado o plano econômico intitulado “Collor I”, que visava a conter a alta inflação. Para isso, estabeleceu limites de saques e determinou o confisco de ativos restantes de contas correntes e aplicações financeiras. Igualmente, propôs a reforma monetária, alterando o Cruzado Novo pelo Cruzeiro, e proibiu o aumento de preços e salários acima da inflação³⁵⁵. O insucesso das medidas provocou ajustes na equipe econômica e reformulações que resultaram no Plano

³⁵³ FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90:** um estudo de caso a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 4.

³⁵⁴ Além dos três países analisados, figuraram como governos neoliberais o de Carlos Salinas, México (1988-1994), Carlos Andrés Perez, na Venezuela (1989-1993) e, o mais longo, Alberto Fujimori, no Peru (1990-2000).

³⁵⁵ MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**. Ano XIII nº 11, Dezembro, 2011 .

Collor II, o qual também não logrou êxito. A insatisfação popular, incluindo a classe média atingida pelo confisco, associada aos escândalos de corrupção do governo, esgotaram o discurso “messiânico” de Collor e levaram ao pedido de *impeachment* em 1992³⁵⁶. O processo foi acompanhado por manifestações populares, sendo expressiva a organizada por estudantes denominados *Caras Pintadas*.

Não obstante, se o programa de Collor não foi bem-sucedido na implantação do neoliberalismo, a vitória de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas eleições de 1994, concretizou as ações, especialmente por meio da privatização de empresas nacionais, demonstrando que, no Brasil, a social democracia tornou-se neoliberal³⁵⁷. Apesar de no período em questão, o Estado não assegurar de forma plena os direitos sociais, houve avanços em relação ao período anterior em termos de atendimentos às demandas. Todavia, com a adoção do novo modelo econômico e com a diminuição nos gastos, houve um aumento das lacunas deixadas pela administração pública. Estas foram preenchidas pela atuação das ONGs, que se tornaram, em muitos casos, um braço do Estado neoliberal. Ana Cláudia Teixeira afirma que a consolidação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em 1991, teve como pano de fundo “a articulação das redes latino-americanas” e a necessidade de um espaço unificado das ONGs. Esse processo foi atrelado ao Plano Collor, que “motivou uma aproximação maior entre os fóruns regionais já existentes³⁵⁸”. A respeito desse crescente processo de Onguização, Nathalie Lebon assevera que:

No Brasil, as ONGs multiplicaram-se na década de 80 graças à expansão da cooperação internacional e à ênfase na privatização conferida pelos governos a partir dos anos Reagan, o que resultou numa mudança de rumo dos financiamentos, que passaram a apoiar o setor privado em vez de esforços governamentais; o crescente associativismo no Brasil que se democratizava e o retorno de exilados após 1979 também foram fatores importantes. ONGs de mulheres representavam 21% das ONGs brasileiras em 1988, tendo sido criadas outras mais nos anos 90. Em 1998,

³⁵⁶ Em maio de 1992, Collor foi acusado, por seu irmão, de associação em esquema de corrupção durante sua campanha eleitoral. Na sequência, foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que confirmou seu envolvimento e, assim, em setembro do mesmo ano, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment, aprovado pelo Senado em dezembro. SALLUM JR, Brasília; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.82 São Paulo, 2011.

³⁵⁷ A respeito de ambos os períodos ver: ALMEIDA, Mônica P. **Reformas neoliberais no Brasil: as privatizações nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

³⁵⁸ TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de redemocratização**. São Paulo: Annablume, Fapesp, Instituto Pólis, 2003, p. 26.

56.52% das filiadas da ABONG têm as mulheres como público alvo, o que não significa que sejam ONGs de mulheres, nem sequer ONGs feministas³⁵⁹.

O movimento homossexual não ficou imune a esse processo. A descoberta do vírus da AIDS, em 1983, impactou fortemente a militância homossexual. O desconhecimento das causas da síndrome, aliado à morte de artistas e ativistas homossexuais, sobretudo homens, fizeram com que o vírus fosse associado aos gays e denominado, de forma pejorativa, de “Peste Rosa” ou “Câncer Gay”³⁶⁰. Isto é, a visibilidade homossexual, especialmente na mídia, veio acompanhada por um discurso moralista e condenatório. Perét advoga que tal contexto afetou drasticamente a imprensa gay, que, “[...] conhecida pelo humor e pela ironia, provocativa e insubordinada aos padrões sexuais convencionais, calou-se diante do temor que rondava a nova doença³⁶¹”. De acordo com a autora, houve arrefecimento e desmobilização dos grupos de defesa dos direitos homossexuais e muitos deixaram de atuar. Neste aspecto, é notória a matéria replicada pelo boletim UOO, intitulada “*Movimento Homossexual entra nos anos 90 sem a força dos 80*”, a qual fora publicada originalmente pela Folha de São Paulo. Miriam Martinho, apresentada como “ex-militante do GALF” e atual integrante da Rede UOO, avaliou que o advento da AIDS tornou os homossexuais mais vulneráveis e dispersos, com medo das perseguições e da estigmatização. Assim, ponderou que a Rede UOO cumpria, naquele momento, um papel “intermediário entre o agitar de bandeiras de anos atrás” e o atual silêncio³⁶². Ao enfatizar que o papel da Rede UOO era “intermediário” entre o engajamento dos anos de 1980 e o silêncio dos tempos neoliberais, a representante da Rede UOO torna claro o impacto da nova conjuntura na militância do grupo.

Nesse novo cenário, as ONGs ganham espaço tanto no acolhimento às vítimas quanto como fonte de informação sobre o vírus HIV. Jorge Rodrigues afiança que, tanto dentro quanto fora do Brasil, surgiram diferentes ONGs que, ocupando o lugar deixado pelo Estado, passaram a conscientizar sobre o vírus e defender seus portadores. Segundo o autor, “um dos

³⁵⁹ LEBON, Nathalie. Origens e desafios da profissionalização no movimento de saúde da mulher de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, n. 1, 2000, p. 70.

³⁶⁰ É oportuno recordarmos que, em 1987, logo após a conclusão da transição democrática, o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, autorizou a denominada “Operação Tarântula” com o objetivo de realizar uma “limpeza” na cidade e prender prostitutas e travestis que frequentavam a região central de São Paulo. A operação foi rapidamente suspensa, entretanto, nos permite inferir como as formas de repressão, expressas pela força militar, ainda estavam presentes em discursos que eram hegemônicos na sociedade brasileira. Parte dessa repulsa advinha da associação pejorativa entre homossexualidade e o vírus do HIV. FRANCO, S. M. S.; SILVA, N. N.; OLIVEIRA, J. G. S. Gênero e travestilidade nas telas de cinema: a trajetória de Claudia Wonder em filme documentário. **Caderno Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, MG, v. 30, n. 1, jan./jun. 2017.

³⁶¹ PERÉT, Flávia. **A imprensa gay no Brasil**, entre militância e consumo. São Paulo: Publifolha, 2012. 63.

³⁶² Movimento Homossexual entra nos anos 90 sem a força dos 80. **Boletim Um Outro Olhar**, n. 14, inverno, 1991, s/p.

trabalhos destas ONGs era publicar, periodicamente, boletins com informações sobre o vírus. A maioria trazia notícias positivas sobre as novas descobertas no campo da medicina e da farmacológica³⁶³”.

Em sua nova fase, o boletim UOO, em consonância com a atuação das ONGs homossexuais, trouxe artigos elucidativos sobre HIV, esclarecendo dúvidas sobre o contágio e repassando dicas de prevenção. A temática, que tinha ocupado pouco espaço nas páginas do *Chanacomchana*, bem como nos primeiros anos do UOO, ganhou nova dimensão. Por meio da seção *Deu no jornal*, o periódico apresentou e contestou notícias, veiculadas pela grande imprensa, que versavam sobre a “defesa da cura gay” ou a “prevenção da homossexualidade”. Na décima sexta edição, em 1992, o boletim publicou uma carta, direcionada ao corpo editorial da Folha de São Paulo, em repulsa à matéria intitulada “Psicólogo anuncia ter cura para ‘vício gay’”. A missiva argumentou que o diário, ao publicar tal conteúdo, “prestava um desserviço à população e, em particular, à comunidade homossexual do Brasil³⁶⁴”. Novamente, em 1993, a seção “Heteror” expôs uma carta redigida pela Rede UOO e direcionada à Associação Paulista de Medicina, que havia escrito um artigo intitulado “Prevenção da Homossexualidade” para um informe publicitário³⁶⁵.

A aplicação das medidas neoliberais no Brasil foi acompanhada por um discurso conservador e refratário aos direitos homossexuais e às conquistas feministas da década anterior, o que foi amplamente apontado pelo boletim, inclusive, sendo tema de capa da décima oitava publicação. Com o título “Neonazistas, evangélicos e conservadores em geral se unem pelo retrocesso”, o periódico denunciou a expansão dos movimentos de extrema direita, em São Paulo, e as manifestações de violência, a exemplo de um ataque a uma estação de rádio nordestina. Segundo o editorial:

Observamos a importação e o transplante de ideias racistas, homófobas e positivistas, numa repetição histórica antiga. De um lado, fica uma certa temeridade, dado ao caráter violento desses movimentos coletivizados. De outro, se indica a necessidade de identificar estratégias, de uma estruturação efetiva do movimento homossexual, para neutralização dessas tendências emergentes. Já desponta no Brasil um processo de cristalização de um discurso excludente dos grupos conservadores, pleno de ódio. No caso de correntes evangélicas, verifica-se uma

³⁶³ RODRIGUES, Jorge C. “A imprensa gay do Brasil”. In: QUINALHA, R.; GREEN, J; CORREA, M.; CAETANO, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit., p. 244.

³⁶⁴ Ao Editorial da Folha de São Paulo, **Boletim Um Outro Olhar**, n. 16, Outono de 1992. O artigo foi publicado pelo referido jornal em 24 de novembro de 1991, tratando do psicólogo Ageu Lisboa. A reportagem, assinada por Renata Rangel, ocupou uma página inteira da Folha de São Paulo e foi publicada na seção “Cotidiano”.

³⁶⁵ **Boletim Um Outro Olhar**, n.19/20, outono/inverno, 1993.

prática até contra aos preceitos cristãos, nas perseguições aos gays e lésbicas, reforçada pelo advento da AIDS. Isso sem falar nos refluxos de conceitos que visam circunscrever a mulher ao espaço doméstico³⁶⁶.

Desde meados dos anos 80, grupos nacionalistas e extremistas, denominados “carecas do ABC”, surgiram no cenário paulistano com um discurso conservador e contrário aos negros, às mulheres, aos nordestinos e aos homossexuais. No caso específico das mulheres, estes grupos reafirmavam seu suposto “destino natural” como mães e esposas e, no que tange aos homossexuais, os consideravam culpados pela epidemia do HIV. Mesmo com as informações difundidas sobre as formas de contágio, os homossexuais não deixaram de ser alvos da violência perpetrada por tais facções³⁶⁷.

Figura 27 - Capa boletim UOO - avanço conservador



Boletim UOO, n. 18, 92/93

Nesse período, houve um aumento percentual do número de Igrejas pentecostais no país. Ricardo Mariano advoga, com base nos dados do IBGE, que o número de evangélicos no Brasil passou de 6,6% nos anos 80 para 15,4% em 2000. Segundo o autor, tal crescimento teve como pano de fundo a “[...] a agudização das crises social e econômica, o aumento do desemprego, o recrudescimento da violência e da criminalidade e o enfraquecimento da Igreja

³⁶⁶ Editorial, **Boletim Um Outro Olhar**, n. 18, verão 92/93, p.1.

³⁶⁷ BARANOSKI, MCR. **A adoção em relações homoafetivas** [online]. 2ed. rev. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 69-100; BRACHT, Alessandro. O nacionalismo dos Skinheads brasileiros. **Saeculum - Revista de História**, n. 12; João Pessoa, jan./ jun. 2005.

Católica³⁶⁸” aliado aos novos meios de comunicação em massa, que possibilitaram uma maior difusão da religião. Ainda que nem todas as igrejas pentecostais tenham a mesma estrutura organizativa, Mariano assevera que, naquele momento, todas as vertentes eram taxativas em relação ao uso de álcool e drogas, bem como às relações homossexuais.

A crítica não se restringiu aos pentecostais e aos neonazistas. Na seção “Heterror”, o boletim trouxe à luz as recentes declarações do Papa João Paulo II a respeito dos homossexuais. Segundo o artigo, a autoridade católica afirmava que a discriminação aos homossexuais “não era apenas justa, mas necessária” e que estes deveriam ter seus direitos limitados ou negados pelo Estado. Ainda na mesma matéria, foi informado que um programa de TV, de um grupo evangélico, afirmou que “o lesbianismo poderia ser extirpado por meio da fé³⁶⁹”. Isto é, parcela das igrejas cristãs do período mostrava-se refratária aos homossexuais e aos seus direitos.

Amplamente discutido nos anos anteriores, o retorno do essencialismo biológico, por meio de instituições que tentavam retomar a figura “naturalizada” da mulher, também foi criticado pela publicação. Os textos apontavam os indícios da permanência do papel social das mulheres como “naturalmente” mães e donas de casa, o que é evidenciado na crítica que o periódico fez ao livro “Elogio da Diferença: o feminino emergente”, de Rosiska Darcy de Oliveira, a qual veio acompanhado de uma charge, a qual veremos a seguir, que satirizava o discurso psicológico e a educação sexista a respeito do “essencialismo biológico” e da naturalização dos papéis de gênero.

As críticas contundentes ao avanço do conservadorismo mostram que, a despeito das mudanças no projeto político do editorial, este não abriu mão de um posicionamento engajado no que tange à conquista dos direitos das mulheres e dos homossexuais. Apesar disso, são notórias as alterações nas expressões verbais e visuais da publicação. Os artigos opinativos também deixaram de ocupar espaço central e as seções *Carta na Mesa e Deu no Jornal* ganharam maior relevância.

³⁶⁸ MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**. Vol. 18, n. 52, 2004.

³⁶⁹ “Histórias de Heterror”, **Boletim Um Outro Olhar**, n. 19/20, outono/inverno 92/93, p. 20. O texto veio acompanhado de uma charge, publicada originalmente em inglês, que representa os sacerdotes do cristianismo, do judaísmo e do islamismo martelando pregos em um caixão, no qual repousa um braço para fora com uma bandeira escrita “Direitos lésbicos e Gays”.

Figura 28 - Charge a dominação da mulher



Boletim UOO, n. 16, 1992

A partir da décima sexta edição, o boletim também adotou um estilo mais profissional, distante do modelo de *fanzine* dos antecessores. O novo *layout* estampou o nome das colaboradoras de acordo com a função exercida, isto é, diagramação, edição, artigos e seções, indicando a divisão de trabalho dentro da rede. A nova configuração do boletim informou que ele era financiado com recursos obtidos pelo sistema de cotização das associadas e anunciou a possibilidade de aquisição do boletim UOO por meio de assinaturas semestrais ou anuais que correspondiam, respectivamente, a dois e quatro boletins. Neste período, a publicação passou a ser quadrimestral e adotou como recorte temporal as estações do ano³⁷⁰.

A seção troca de cartas também passou por mudanças. Esta, que até então era publicada de forma gratuita, passou a ter regras para a publicação dos anúncios, que passaram a ser cobrados. A alteração fazia parte da readequação da rede. No texto “Do GALF para a Rede: as lições que aprendemos”, publicado na décima segunda edição, foi apresentado um balanço comparativo entre as duas atuações, enfatizando o que “deu certo e o que não deu³⁷¹”. O sistema cartas foi visto como algo que “não havia dado certo”, pois, além de ser gratuito, o sistema acabou sendo utilizado para encontros pessoais e não para a visibilidade política das lésbicas. Portanto, o artigo avaliou que era imprescindível uma melhor administração, pois

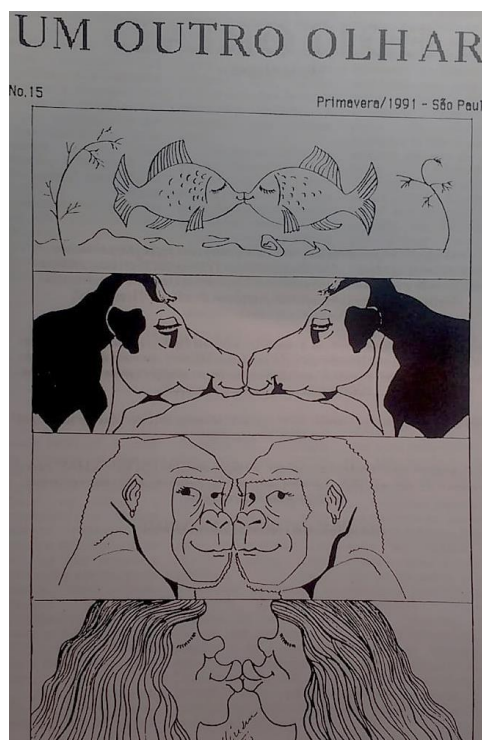
³⁷⁰ Em 1992, a assinatura semestral tinha o valor CR\$ 7500,00 e a anual de CR\$ 15.000,00, sendo que o exemplar avulso saía por R\$ 4.000,00. Os periódicos eram enviados por correios, mas não há informações sobre a tiragem.

³⁷¹ Do GALF para a Rede: as lições que aprendemos. **Boletim Um Outro Olhar**, n. 12, Primavera, 1991, p. 17. É importante destacarmos que esta edição também foi dedicada a homenagear Rosely Roth, que havia cometido suicídio, como informamos no capítulo anterior.

essa implicaria no “sucesso ou no fracasso” de qualquer projeto editorial. Para tanto, fazia-se necessário a equação tempo, dinheiro e pessoal antes de iniciar qualquer proposta. E afirma que: “por esta razão equiparamos a questão organizativa à ideológica, sem receio de parecermos formais ou pouco sentimentais, como convém ao padrão feminino³⁷²”. Esta afirmação indica que o projeto buscava novos meios de custear a publicação, com a cobrança dos anúncios e com o retorno da venda por assinaturas, algo que era visto, até então, como negativo.

Nessa nova versão, a parte gráfica do boletim tornou-se mais *clean*, com diagramação que combina textos e ilustrações. A paginação aumentou e os números passaram a ter em média quarenta laudas. As charges e tirinhas também não foram recorrentes no interior do periódico. Na mesma linha dos números da primeira fase, as capas adotaram uma linguagem menos polêmica sobre o universo homoafetivo por meio de imagens femininas em diversas relações afetivas, como as de amor e amizade. Em uma das capas, há figuras de pares de animais, incluindo mulheres “pré-históricas”, em uma alusão à presença das relações homoafetivas em diferentes espécies.

Figura 29 - Capa boletim UOO - relações afetivas



Boletim UOO, n. 15, Primavera, 1991.

³⁷² Idem, p. 16.

No que tange às temáticas abordadas, o periódico incorporou artigos sobre saúde feminina e dicas culturais sobre filmes e peças de teatro. As participações nos ELFLAC e EFLAC continuaram a ser acompanhadas, bem como permaneceu a troca de correspondência com outros grupos lésbicos e gays. Na edição de número 21, a seção *Em Movimento* abordou as propostas levantadas durante o IV ELFLAC, entre as quais figuravam a formação de um comitê regional composto por Brasil, Costa Rica, Equador, México, Porto Rico e República Dominicana, assim como a procura por financiamentos que possibilitassem às lésbicas participarem mais ativamente dos eventos.

Além disso, a publicação dupla de “verão/outono”, em 1994, trouxe indícios do outro caminho trilhado tanto pela ONG quanto pela publicação. A atuação da Rede foi apresentada como um projeto e entre suas atividades figuravam a organização de acervo com mais de 2600 itens, entre livros, artigos e revistas; o início de colaboração remunerada para a catalogação do acervo; a organização do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais e a participação na proposta de que o Brasil pudesse sediar o próximo ELFLAC³⁷³. Notamos, assim, o estreitamento da Rede UOO com as ONGs transnacionais, o que fica claro com a declaração de que a organização havia sido convidada a produzir o boletim da Rede Lésbica Latino-americana e do Caribe e a compilar a memória dos encontros. Miriam Martinho também havia sido requisitada para integrar o conselho consultivo da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas, em São Francisco. Ou seja, a Rede UOO ganhava, em meados dos anos 90, uma visibilidade, sobretudo no cenário internacional, como representante do movimento lésbico brasileiro. O anúncio da colaboração remunerada para a catalogação do acervo da rede indica que a entidade passava a contar com aportes financeiros extras que possibilitavam passar do trabalho *militante* para o *profissional*. Sendo assim, podemos inferir que a mudança de projeto político do GALF para a Rede UOO, isto é, a institucionalização do movimento social autônomo foi exitosa em conseguir financiamento para suas atividades. Cabe interrogar se essa nova condição trouxe outras alterações e ajustes para o projeto editorial da Rede UOO.

³⁷³ O evento, entretanto, não ocorreu no Brasil e sim em Mar del Plata, na Argentina. O último ELFLAC, sediado em Porto Rico, não contou com a presença de muitas representantes do Cone Sul. Desta forma, a proposta era que um país dessa região abrigasse o encontro seguinte e, a princípio, o Brasil foi cogitado. Entretanto, não houve consenso entre as representantes locais. A Rede UOO e o Coletivo Deusa Terra não viam condições para o país sediar o evento, posto que os grupos locais não tinham articulação e, até então, não haviam promovido encontros regionais ou nacionais. Todavia, outro coletivo havia afirmado o contrário. A questão foi resolvida em 1993, durante um encontro lésbico paralelo ao feminista local, em El Salvador. Ali foi acordado que o encontro seria realizado na Argentina, que, como veremos, tinha diferentes grupos lésbicos organizados e atuantes tanto de forma individual quanto mista com grupos feministas e gays. Tais informações foram apresentadas na *Revista UOO*, n. 22, em maio de 1995.

3.1.3. A militância vai ao encontro do Estado e do mercado

Em maio de 1995, a *Rede Um Outro Olhar* deu início à editoração da revista homônima. Desta vez, a publicação ganhou um caráter mais “comercial”, sendo impresso em papel *couché*, com capas coloridas, contendo maior número de fotos e de imagens e com tiragem de dois mil exemplares³⁷⁴. A revista também passou a contar com um expediente com equipe de redação e digitação, estando Miriam Martinho e Emily Cardoso, respectivamente, nas funções de editora e jornalista responsáveis pelo projeto. As capas coloridas eram atribuídas à empresa Sunny Bak – Shooting Star. Isto é, diferente da equipe autônoma e do caráter artesanal que marcaram os anos do *Chanacomchana* e do boletim UOO, a nova configuração apresentou uma equipe editorial que, ainda que pequena, estava em consonância com as publicações especializadas e redigidas por profissionais³⁷⁵.

Em seu editorial inaugural, foi explicado que, após quase um ano sem atividades, o UOO seguiria “uma publicação feita exclusivamente por lésbicas, da primeira vírgula à última letra, para mulher - e, como dizem atualmente – para suas simpatizantes³⁷⁶”. É interessante notarmos a mudança do público leitor. Ainda que a revista seguisse sendo editada por lésbicas, alterou seu alvo, uma vez que passou a ser destinada também às mulheres não lésbicas e às simpatizantes. A identidade lésbica aparece associada à equipe de redação, mas não em relação ao público leitor, ou seja, a publicação apresentou uma alteração em relação aos objetivos dos projetos anteriores.

Por um lado, essa mudança estava em consonância uma nova política “afirmativa” de mercado voltado para os homossexuais. Isadora França afirma que, durante os anos de 1990, em São Paulo, constitui-se um mercado segmentado dirigido aos homossexuais, que incluía um campo plural composto por casas noturnas, agências de turismo, cinemas, livrarias, lojas de roupas, entre outras. Segundo a autora, a sigla usada para definir esta transformação do “gueto” em “mercado” foi a GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes):

Na década de 1990, há a formação de um discurso, fomentado por uma parcela dos empresários do mercado GLS, que aproxima as atividades de atores do mercado das atividades da militância. Tais atores começam a se ver, e a ser vistos, como articuladores de uma ação política, no sentido em que estimulam a “autoestima dos homossexuais” e a formação de uma “identidade positiva” – através de iniciativas

³⁷⁴ Apesar de alterar o formato, a numeração manteve a sequência do boletim UOO.

³⁷⁵ Na nova configuração, a equipe editorial foi apresentada pelo nome e sobrenome das colaboradoras, algo que até então era bastante irregular nos números anteriores.

³⁷⁶ Editorial, **Revista Um Outro Olhar**, n. 22, ano 9, maio, 1995, p. 2. Os editoriais seguiram assinados por Miriam Martinho, demonstrando sua centralidade na Rede UOO.

como festivais de cinema, editoras e mesmo espaços de lazer e sociabilidade – e fazem circular informações por esse público – por meio de sites e revistas especializadas³⁷⁷.

Em decorrência disso, o mesmo editorial da revista UOO ponderou que nos últimos anos havia ocorrido “uma explosão de serviços e publicações para o público gay e lésbico, com uma vertente mais comercial”, as quais, no entanto, não deixaram de promover a “visibilidade política”. Tal argumento, ao nosso entender, procurava sustentar as mudanças no projeto editorial da UOO que o haviam tornado mais mercadológico. Parte destas transformações pode ser compreendida pela fala de Miriam Martinho, em entrevista concedida a Elizabeth Cardoso. A editora da revista relatou que:

O título do *Chanacomchana* foi dado por uma mulher do MLF e ele tinha esse aspecto mais de fanzine, de impacto e até de engraçado, mas era muito explícito. Este tipo de postura se diluiu com o passar dos anos. *Um Outro Olhar* já nasce com essa outra perspectiva, é uma revista diferenciada, mais palatável. Focada mais em comportamento, dicas de lazer. A leitora não gosta de artigos políticos; hoje querem saber só de romance e balada³⁷⁸.

Por outro lado, as transformações do projeto editorial da Rede UOO estavam imbricadas em suas parcerias com o Estado e com as agências de cooperação internacional. Além da ampliação identitária, o texto destacou que a Rede estava, pela primeira vez, em uma sede fixa “no coração do Bexiga”, bairro tradicional de São Paulo, o que permitia a realização de oficinas e bate-papos. A aquisição da sede era uma contrapartida de dois projetos desenvolvidos pela ONG e financiados pelo Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde. O primeiro, *Prazer sem Medo*, era voltado para “a prevenção de doenças transmissíveis e à AIDS, bem como para a promoção à saúde, em geral, e para lésbicas e bissexuais”, em específico³⁷⁹. Como resultado, o projeto publicaria um cartaz, um folheto, uma cartilha e a edição de dois boletins denominados *Ousar Viver*, que trariam “um monte de informação para você e sua gata ficarem super-saudáveis e felizes”. Já o segundo,

³⁷⁷ FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007, p. 299.

³⁷⁸ CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa Pós-74**, Dissertação de mestrado, op.cit. p. 103. Neste mesmo período, foi lançada a revista gay *Sui Generis*, uma publicação da SG Press. Segundo Rodrigues, a revista “[...] apostou numa postura militante sem o ranço do ativismo dos anos 1970”. O periódico continha artigos sobre cultura, entretenimento, moda, comportamento e política e, de acordo com o autor, marcou um segundo momento da imprensa gay, mantendo uma atitude de “assumir-se”, mas também promovendo “o desejo homoerótico e a autoestima”. Essa mudança de perspectiva, mais alinhada ao mercado editorial, também esteve presente na revista UOO. RODRIGUES, Jorge. “A imprensa gay do Brasil”. In: QUINALHA, R.; GREEN, J; CORREA, M.; CAETANO, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit., p. 247.

³⁷⁹ Editorial, **Revista Um Outro Olhar**, n. 22, maio de 1995, p.1.

Conversando sobre saúde, também direcionado “para as mulheres, em geral, para prevenção à AIDS e a DSTs”, contava com um serviço telefônico para sanar dúvidas, oficinas sobre prevenção sexual, exibição de filmes e debates. Tais atividades, que eram gratuitas, tinham por fim “apoiar a luta contra a disseminação cada vez mais acelerada da AIDS entre mulheres”. O anúncio vinha com o seguinte convite: “Divulgue para a mamãe, para as irmãs, toda a família, as amigas e colegas”, tornando nítida a mudança na linguagem do editorial.

A apresentação dos novos projetos desenvolvidos pela Rede indica outra mudança tanto na entidade quanto na publicação. A ênfase na prevenção da AIDS e o uso de certas expressões para a divulgação das atividades, como o convite para a “gata, a mamãe, e toda a família”, demonstram que as alterações não representam uma estratégia, uma negociação para manter a publicação ativa; ao contrário, sinalizam um acentuado ajuste na linguagem e na identidade política da organização e da publicação para conseguir apoio financeiro para os projetos.

Durante a década de 1990, as reformas neoliberais efetivadas impulsionaram a parceria do Estado com ONGs que agiam para cobrir, em âmbito local, o hiato deixado pelas políticas públicas. Cleyton Feitosa advoga que, durante os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, multiplicaram-se as ONGs de gays e de lésbicas, sendo que muitas destas contaram com a transferência de recursos do Estado e de agências de cooperação internacional. Esses suportes teriam possibilitado uma maior integração e fortalecimento das organizações. De acordo com o autor, no período “[...] o Ministério da Saúde passa a financiar encontros da militância LGBT e, no futuro, diferentes órgãos contribuíram institucionalmente para a realização das Paradas do Orgulho LGBTT³⁸⁰”. Assim, podemos concluir que o fortalecimento do movimento LGBTT no Brasil, nos anos 90, esteve atrelado ao processo de Onguização e às relações tanto com o Estado neoliberal quanto com as agências de financiamento internacional.

Ao tratar desse período, Evelina Dagnino aponta para as “confluências perversas”. A autora afiança que, no retorno à democracia, assistimos, de um lado, à consolidação de espaços públicos e de participação da sociedade civil assegurados pela Constituição de 1988; de outro, a partir do avanço das medidas neoliberais e do encolhimento do Estado, à aposta de muitas organizações e movimentos sociais em construir uma atuação conjunta com o Estado, acreditando no “potencial democratizante” em que essa interação poderia resultar. Não obstante, a autora adverte que esse antagonismo de projetos provocou dilemas e

³⁸⁰ FEITOSA, Cleyton. “A participação social nos 40 anos de Movimento LGBT brasileiro”. In: QUINALHA, R.; GREEN, J; CORREA, M.; CAETANO, M. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit, p, 441.

questionamentos, especialmente sobre qual seria o papel desses grupos junto ao Estado ou, ainda, que tipo de projeto estaria se fortalecendo a partir de tais negociações³⁸¹.

Em sua pesquisa de mestrado, Facchini apresentou entrevistas de ativistas homossexuais que versaram sobre o processo de transformação da militância no período. Chama-nos a atenção o depoimento de uma das entrevistadas, que integrava um coletivo lésbico que havia “virado ONG”. No trecho transcrito, a ativista, identificada pela inicial “M”, afirmou que a atuação enquanto ONG era mais estruturada, porém, implicava alterações significativas, “em vez de trabalhar com lésbicas, [...] tem que trabalhar com o tempo, com o cronograma. [...] Tem suas vantagens e desvantagens”. Além disso, a entrevistada endossou que a identidade do grupo passou por questionamentos: se, até então, esta era definida em torno da especificidade sexual e de gênero, a partir daquele momento “[...] somos, sei lá... um grupo lésbico de AIDS?”³⁸².

Notoriamente, não podemos afirmar a entrevista corresponda à Miriam Martinho. Todavia, a fala transcrita aponta-nos indícios dos ajustes efetuados nas propostas políticas norteadoras dos movimentos sociais e ONGs a partir da interação com o Estado e com as agências de cooperação internacional. No caso citado, há um deslocamento da identidade política lésbica para o discurso da prevenção do HIV, o que, se por um lado auxiliaria no esclarecimento sobre as formas de contágio da doença, por outro, poderia corroborar com o discurso vigente que associava a transmissão do vírus às práticas homossexuais, indo na contramão da perspectiva de fortalecimento de uma “visão mais positiva” do grupo.

À luz do exposto, podemos pensar as modificações ocorridas no projeto editorial da UOO. Como podemos ver no folder abaixo, a revista do grupo estava entre os objetivos do “Projeto Base”, ao lado do serviço de documentação do acervo da instituição e da criação de uma rede de contatos. A publicação foi financiada por cotizações de filiadas, pela *Sociedade Kimete*, de Toronto, Canadá, e pela instituição alemã *Frausensolidaritat*, além disso, outras parcerias foram referenciadas nas edições como fontes de apoio ao projeto³⁸³. Sendo assim, a

³⁸¹ DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, outubro, 2004.

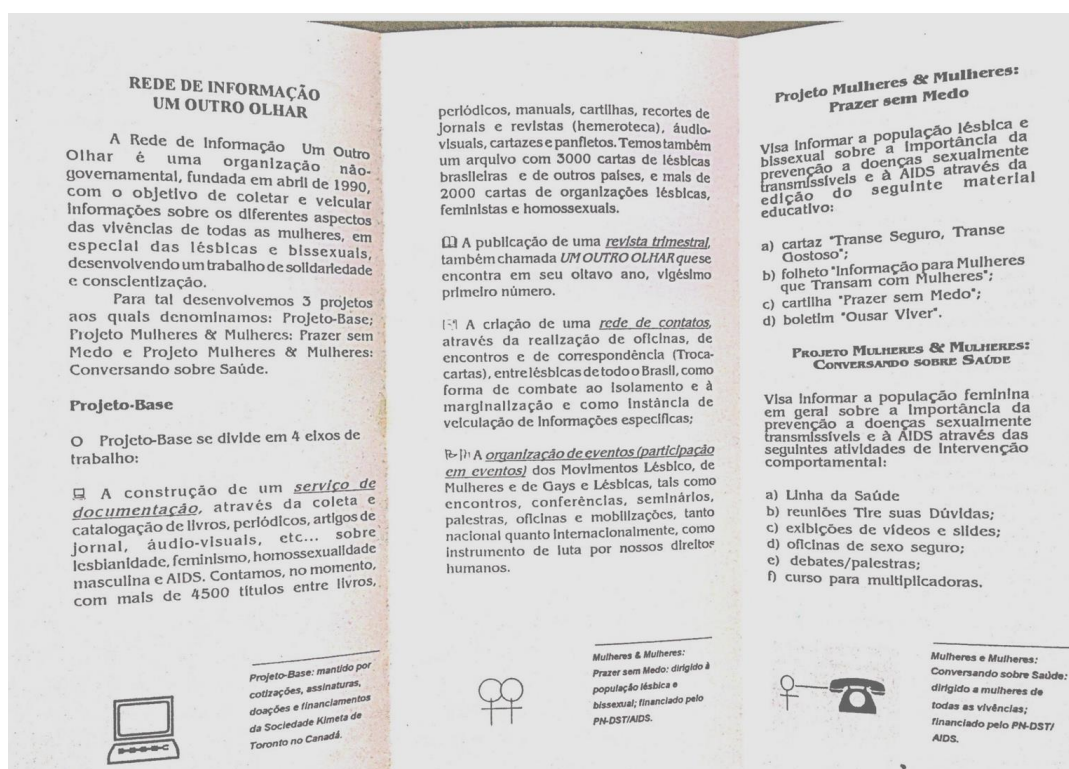
³⁸² FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo de caso a partir da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, p. 4.

³⁸³ No número vinte e três, a revista agradece o apoio institucional e financeiro de várias organizações e pessoas físicas, entre elas: Grupo Dignidade, Editora Firebrand Books, Folha de Parreira, Gabinete do Vereador Italo Cardoso, GAPA- SP, Informativo Monanoz, Jornais Blocos, o Capital, Jornal da Liberdade, Instituto Butantã, Diário da Grande ABC, Folha da Tarde, Gazzetta Di Italia, Rádio Globo AM, Revista da Folha, Revista Manchete, Rede Mulher, Revista Viver Psicologia, TV Gazeta.

revista não era mais uma publicação espontânea de um grupo de militantes interessadas em discutir as questões específicas das lésbicas, modelo que tanto marcou o *Chanacomchana*.

Apesar do apoio financeiro, o periódico era vendido de forma unitária e por assinatura. O valor de quatro números correspondia a R\$ 20,00 no país e 28 dólares para envio ao exterior. Diferente dos anos em que o *Chanacomchana* era vendido no *Ferros Bar*, a revista podia ser encontrada em bancas de jornal na Avenida Paulista, nos bairros Paraíso e Vila Mariana e na cidade de Diadema, indicando tanto o seu caráter comercial quanto a possível ampliação do seu público leitor, ainda que não tenhamos dados sobre sua recepção. Tais mudanças tornaram a publicação mais regular tanto em sua periodicidade quanto ao número de páginas: ela passou a ser trimestral e a conter entre 20 e 22 laudas. Isto é, os aportes financeiros permitiram substituir o caráter artesanal do até então boletim e deixar a revista com ares mais vendáveis.

Figura 30 - Folder da Rede UOO



Acervo Bajuba, São Paulo.

As novas parcerias também reverberaram no projeto gráfico da revista. Como dito, a publicação ganhou cores e suas capas vieram ilustradas com fotografias. No interior do periódico, as charges e tirinhas satíricas cederam lugar a imagens de personagens midiáticos como atrizes, cantoras ou apresentadoras. Diferente dos formatos anteriores, o periódico deu

maior espaço para anúncios e propagandas, especialmente relacionados à saúde, ao turismo e aos produtos eróticos, em um alinhamento ao nicho mercadológico voltado para a população “GLS”³⁸⁴. Esses fatores também nos indicam que o periódico precisou diversificar os meios de manter a publicação ativa.

Figura 31 - Capa Revista UOO



Revista UOO, n. 25, 1996, Acervo Pessoal

No novo projeto editorial, algumas seções foram mantidas, como *Histórias de Heterossexuais*, *Em Movimento* e *Cartas na Mesa*, ainda que com espaços menores, e outras foram incorporadas, como *Saúde*, *Entrevista* e *Em Debate*. A fração *No divã com a analista* ganhou relevância e trazia dúvidas e situações enfrentadas pelas lésbicas, que eram respondidas por uma profissional da área. A revista também investiu em dicas culturais sobre filmes, música e livros voltados para as mulheres lésbicas, bem como concursos de cartas. Todavia, a possibilidade de fotocopiar materiais teóricos sobre gênero e sexualidade deixou de ser ofertada nessa fase da publicação sem qualquer explicação. Igualmente, houve um deslocamento de pautas anteriormente debatidas. Temas como a violência contra a mulher ou as formas de opressão vividas pelas lésbicas no trabalho e na família perderam centralidade no novo formato. O periódico passou a dar mais enfoque para a área cultural e para as

³⁸⁴ Sobre os anúncios, há propagandas de objetos eróticos, roupas íntimas, bem como de locais de encontros para casais homoafetivos.

relações entre mídia e homossexualidade e, como parte do projeto ao qual estava vinculado, tratou da saúde da mulher de forma ampla.

Por meio da nova seção denominada de *Caia na Rede*, podemos perceber como a organização e a publicação estavam mais próximas do Estado e das organizações transnacionais de gays e lésbicas. A seção, presente em três das quatro edições analisadas, trazia um balanço das atividades realizadas pela ONG e, em 1996, destacou que a Rede trabalhava em duas áreas, a saber: Saúde e Direitos Humanos. Em relação à primeira, foram apontados os projetos de saúde apresentados anteriormente e, em relação à segunda, o texto ressaltou que a Rede atuava na secretaria geral da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e na secretaria da ILGA, além de ser “consultora, junto a órgãos públicos como o Conselho de Defesa da Pessoa Humana, da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo³⁸⁵”. O texto informou, também, sobre a oferta de palestras para escolas e universidades a respeito da temática homossexual. Isto é, a Rede UOO ofertava um “serviço” tanto aos órgãos governamentais como a outras entidades civis. A edição seguinte comunicou que a Rede havia organizado, em sua sede, um encontro sobre saúde, “seguido de coquetel” para 50 mulheres, e uma excursão para um hotel fazenda, próximo a São Paulo, “onde nos divertimos a valer³⁸⁶”.

Em relação às atividades oferecidas pelas ONGs, Teixeira explica que, em meados dos anos 1990, além de muitas agências internacionais direcionarem seus fundos para outros países, houve uma exigência maior em relação aos resultados das atividades e à profissionalização das entidades financiadas. Isso fez com que as ONGs adotassem planejamento estratégico, sobretudo para a redução de custos. Diante disso, a autora observa que muitas dessas entidades ofertaram serviços de consultoria ou assessoria, tendo como objetivo assegurar seu financiamento e responder às pressões exercidas pelas agências financiadoras para diminuir a dependência dos recursos externos. Com isso, as entidades passaram a prestar serviços ou a vender seus produtos para agentes do governo ou empresas interessadas em suas áreas de atuação³⁸⁷.

Tais informações evidenciam a radical mudança ocorrida na proposta inicial da UOO, que começou enfatizando de maneira radical a visibilidade lésbica e passou a adotar, a partir

³⁸⁵ Caia na Rede, **Revista Um Outro Olhar**, n. 24, junho de 1996, p. 19.

³⁸⁶ Caia na Rede, **Revista Um Outro Olhar**, n. 25, dezembro, 1996, p. 23.

³⁸⁷ TEIXEIRA, Ana Claudia. **Identidades em construção**: as organizações não governamentais no processo brasileiro de redemocratização, op.cit., p. 110.

desse momento, uma perspectiva mais “mercadológica” e “profissional”, a qual amenizou seu discurso. Notoriamente, a abrupta modificação trouxe benefícios para a organização, como a conquista de uma sede fixa e os aportes financeiros que permitiram que a publicação se mantivesse ativa por toda a década de 1990, ingressando, inclusive, nos anos 2000. Todavia, é inegável o impacto dessa readequação na política e na identidade editorial. A especificidade lésbica, até então prioritária, ficou diluída em propostas mais amplas, como “Saúde e Direitos Humanos”, e o debate político, ainda que não tenha desaparecido³⁸⁸, dividiu espaço com questões como “conquista feminina”, dicas de saúde, religião e concursos sobre “cartas de amor”. Nesse sentido, a alteração da identidade da publicação é emblemática, pois podemos acompanhar como os ajustes foram, aos poucos, retirando o foco da particularidade lésbica. Na primeira fase do UOO, ainda autônomo, seu editorial o definiu como um periódico “produzido e voltado para as mulheres lésbicas”; já a segunda fase mescla essa identidade e afirma que a publicação era redigida por lésbicas, mas destinada, segundo o periódico, às “mulheres de forma geral e às GLSs”; por fim, em 1997, a revista explicou que era uma publicação “[...] elaborada e produzida por mulheres de diferentes orientações sexuais (lésbicas, bissexuais e heterossexuais)”. Assim, a publicação modificou paulatinamente sua identidade, distanciando-se de sua proposta inicial, qual seja, voltar-se sobretudo para a visibilidade das demandas e das vivências lésbicas.

É instigante observarmos como essas mudanças estiveram imbricadas na construção da memória sobre as publicações da UOO. Cardoso, em sua pesquisa sobre a imprensa feminista após 1974, não classificou os periódicos da UOO como pertinentes à temática feminista, justamente devido à identidade das publicações. Segundo a autora, “[...] há controvérsias sobre o caráter lésbico-feminista do *Um Outro Olhar*, a publicação estaria mais independente do movimento feminista e mais próxima do movimento gay³⁸⁹”. Do mesmo modo, Lessa advoga que a publicação fazia parte do campo homossexual, enfatizando que era um canal de comunicação e expressão das vivências lésbicas em vários âmbitos da vida

³⁸⁸ Tais alterações ocorreram, paradoxalmente, em período em que os movimentos homossexuais ganham maior visibilidade na esfera política do país. Em 1995, ocorreu a 1ª Conferência da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e o país abrigou a 17ª Conferência da Internacional da Cidadania dos Homossexuais, organizada pela ILGA, no Rio de Janeiro, a qual deu ensejo à conformação da primeira Parada do Orgulho Gay do Brasil. Neste mesmo ano, a deputada Marta Suplicy, à época filiada ao PT, apresentou o Projeto de Lei nº 1.151/95, que previa a união de pessoas do mesmo sexo. Todos esses aspectos foram destaque na revista, que ainda mostrou o avanço do movimento homossexual nas relações com o Estado, bem como na organização dos encontros nacionais.

³⁸⁹ CARDOSO, Elizabeth. **A imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação de Mestrado, op.cit., p. 97.

social, como nos esportes, na saúde, na educação, na cultura e no meio ambiente³⁹⁰. Por seu turno, Flávia Péret, no livro *A Imprensa Gay no Brasil*, trata as publicações da UOO como parte da imprensa homossexual, destacando que o editorial foi o que mais tempo sobreviveu “[...] às resistências do mercado editorial brasileiro e aos constantes problemas financeiros³⁹¹”. Na contramão, no recém-publicado *História do Movimento LGBT no Brasil*, os artigos que versam sobre a imprensa gay ou que fazem referência aos quarenta anos de militância homossexual não tratam das publicações da Rede UOO. Enquanto o *Lampião da Esquina* e o *Chanacomchana* são compreendidos como centrais para esses movimentos emergentes e a revista *Sui Generis* como símbolo da transformação das publicações homossexuais, os periódicos da UOO não são sequer mencionados. Essas interpretações sobre o boletim e a revista da Rede UOO dizem respeito às rupturas e aos rearranjos em torno de sua identidade política, que levaram a questionamentos sobre que grupo social essas publicações representavam.

Desse modo, podemos concluir que o processo de onguização aliado às relações com o Estado e com as instituições transnacionais levaram as publicações da Rede UOO a ceder em sua autonomia política editorial e a alterar, drasticamente, seu discurso e sua linguagem. Este fato também imbricou na discussão sobre a própria concepção de autonomia, categoria que, ao contrário dos anos de *Chanacomchana*, deixou de ser debatida e, inclusive, de ser indicada como parte constitutiva do editorial. Ou seja, as publicações da Rede UOO, em nenhuma de suas fases, trataram da autonomia do movimento lésbico, seja em relação aos partidos, ao Estado ou às agências de fomento. A questão, que outrora tinha sido defendida com veemência, foi deixada de lado na transmutação do GALF para a Rede UOO.

3.2. Cuadernos de Existencia Lesbiana: a permanência da autonomia argentina

Enquanto assistíamos, em 1987, às mudanças iniciais do periódico lésbico brasileiro, na Argentina era lançado o primeiro número de *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, uma publicação “lésbica-feminista”. O periódico foi editado por quase uma década, entre os anos de 1987 e 1996, e, assim como *Brujas*, foi autofinanciado e autogestado. A publicação foi

³⁹⁰ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: A criação de subjetividades. Brasil: 1979-2006, op.cit.

³⁹¹ PÉRET, Flávia. **A imprensa gay no Brasil**: entre militância e consumo. São Paulo: Publifolha, 2012, p. 77. A autora não faz uma análise esmiuçada da imprensa gay e lésbica no Brasil, porém, apresenta um levantamento dos periódicos e transformações no caráter editorial das publicações entre 1960 e 2000 e indica outros boletins lésbicos que emergiram no período, mas que tiveram vida curta, tais como: *Iamaricunas*, *Amazonas*, *Xereca* e *Ponto G*.

pioneira no país, porém, a temática, ainda que timidamente, já era discutida tanto no movimento feminista quanto no homossexual.

A trajetória do movimento homossexual argentino data de 1967, quando surgiu o grupo *Nuestro Mundo*, impulsionado por Héctor Anabitarte, militante do Partido Comunista que havia sido expulso de suas fileiras devido à sua sexualidade. O grupo é considerado a primeira organização homossexual latino-americana, tendo inspirado outros movimentos tanto no país quanto na América Latina. Na década de 1970, surgiram outros coletivos, como a *Frente de Liberación Homosexual* (FLH), fundada por jovens intelectuais, como o poeta trotskista Néstor Osvaldo Perlongher, Juan José Sebreli e o escritor Manuel Puig. A FLH foi responsável pela publicação do periódico *Somos*, mencionado anteriormente, entre 1973 e 1976. Ambos os coletivos emergiram paralelamente a acontecimentos no exterior, como o movimento *Gay Power* americano e a revolta de *Stonewall*, em julho de 1969, em Nova York³⁹².

Florencia Gemetro assevera que tais movimentos “marcaron un punto de inflexión ocupando y resignificando discursivamente la homosexualidad como espacio político en las configuraciones del sentido común y en las ciencias médicas y sociales³⁹³”. A autora afiança que, mesmo diante da repressão do período e das práticas machistas e homofóbicas presentes em várias organizações progressistas da década de 1970, foi possível firmar algumas alianças e tornar visíveis as situações de opressão e subalternidade dos homossexuais.

A FLH teve orientação marxista, porém, a composição de vários subgrupos deu outros contornos ao projeto político do coletivo. Entre os grupos que faziam parte da FLH estavam Eros, *Nuevo Mundo*, Safo, formado por lésbicas; Bandeira Negra, ligada ao anarquismo; e *Católicos Homosexuales Argentinos*³⁹⁴. Sendo assim, a FLH constituiu-se como um grupo misto e manteve relações estreitas com o feminismo, sobretudo com a UFA e a MLF. Barrancos afiança que essa aproximação levou à formação de um grupo de estudos que tinha por objetivo “reflexionar sobre los caminos para derribar los preconceptos morales,

³⁹² A revolta ocorreu em um bar chamado Stonewall Inn, no bairro de Greenwich Village, em Nova York, em junho de 1969. O espaço era frequentado por jovens da periferia, gays, lésbicas e travestis e era, recorrentemente, alvo de ações policiais que levavam à prisão de homossexuais. A reação iniciada em 28 de junho levou a uma série de motins violentos que duraram cerca de três dias. A ação resultou na criação de diferentes grupos e publicações de gays e lésbicas, além de dar início às marchas do Orgulho Gay. Este evento propiciou a visibilidade política e deu maior ensejo à luta pelos direitos civis.

³⁹³ GEMETRO, Florencia. Lesbianismo, homosexualidad femenina y homosexualidad: reflexiones críticas sobre el uso sociológico de los termos en Argentina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **Anais da VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009, p. 4.

³⁹⁴ MONGROVEJO, Norma. **Un amor que atrevió a decir su nombre**, op.cit.

denunciar los orígenes patriarcales y capitalistas de la censura del sexo y propiciar el reconocimiento de la sexualidad libre³⁹⁵. Por seu turno, Tarducci considera que, apesar da aproximação com o feminismo, a presença das lésbicas na FLH foi algo “mítico”, pois, como explica: “[...] porque se lo nombra pero no han quedado rastros de él. En los textos del FLH, de fuerte contenido anticapitalista y antipatriarcal, la mención a la subordinación de las mujeres y al feminismo es notoria, sin embargo no aparecen referencias a las lesbianas³⁹⁶.”

Em 1984, emergiu uma nova agremiação mista, a *Comunidad Homosexual Argentina* (CHA), tendo à frente Carlos Jáuregui, um dos os pioneiros da organização e que a presidiu em seus primeiros anos³⁹⁷. O coletivo teve forte atuação na luta contra perseguição policial aos homossexuais. Assim como no Brasil, a repressão aos homossexuais não cessou com a suspensão do regime de exceção. Frente a isso, um dos pressupostos da CHA era a luta pela revogação dos “edictos policiais”, segundo os quais eram considerados contravenções atos como o baile e a reunião de pessoas do mesmo sexo, tais “edictos” eram amplamente utilizados para repreender e punir a população homossexual³⁹⁸.

Em 1985, no interior da CHA, foi formado um subgrupo feminino, composto por ativistas de diferentes agremiações, incluindo o feminismo, com a finalidade de refletir sobre as opressões sexuais e de gênero. A formação dessa fração estava alinhada ao lugar que as mulheres ocupavam dentro da agremiação. Bellucci adverte que, apesar de a CHA ser considerada um grupo misto e, mesmo diante da constituição dessa frente feminina, a discussão sobre as assimetrias de gênero não ocupou grande espaço na associação. Assim, apesar de a agremiação abrir as portas às mulheres, elas ocuparam papel secundário na

³⁹⁵ BARRANCOS, Dora. **Géneros y sexualidades disidentes en la Argentina**: de la agencia por los derechos a la legislación positiva, op.cit, p. 25.

³⁹⁶ TARDUCCI, Mónica. “Hitos de la militancia lesbofeminista de Buenos Aires (1984-1995)”. In: TARDUCCI, Mónica (Comp.) **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**. Buenos Aires, Librería de Mujeres Editoras 2014, p. 41. Segundo a autora, nem mesmo quando o primeiro número da revista *Somos* publicou a tradução de “The Woman-Identified Woman”, produzido pelo *Radicalesbians*, de Nova York, houve menção às lésbicas.

³⁹⁷ Nos anos 90, Jáuregui afastou-se da CHA e fundou a associação *Gays por Derechos Civiles*. Ele foi responsável por impulsionar a primeira Marcha do Orgulho Gay, em Buenos Aires, em 1992. O ativista faleceu em 20 de agosto de 1996, data em que passou a ser celebrado o *Día del Activismo por la Diversidad Sexual*.

³⁹⁸ De acordo com Horacio F. Sívori, até as reformas constitucionais ocorridas em 1990, os departamentos policiais, tanto da Capital Federal quanto das províncias, legislavam sobre as chamadas “contravenções”, isto é, atitudes consideradas de grau inferior ao crime de delito. Além disso, existia a “averiguação de antecedentes penais”, que permitia às corporações deter uma pessoa por 24 horas. Essas medidas, em conjunto, foram amplamente utilizadas na perseguição aos homossexuais, assim como às prostitutas e às travestis. SÍVORI, Horacio F. Identidade sexual e identidade militante: modelos de representação política nas origens do ativismo GLTTB argentino. **Cadernos CERU**, série 2, v. 20, n. 1, junho de 2009, p. 297.

instituição³⁹⁹. Ou seja, ainda que as organizações homossexuais argentinas datassem dos anos 60, havia pouca visibilidade e representatividade das lésbicas nesses espaços.

Foi a partir de 1985, após uma sucessão de eventos nacionais e internacionais, que surgiram as primeiras agremiações autônomas lésbicas no país, para o que a militância das brasileiras foi um importante referencial. O III EFLAC, sediado no Brasil em 1985, é um marco na narrativa da constituição do movimento. Mongrovejo, em sua pesquisa realizada a partir da memória das militantes latino-americanas, assevera que:

La corriente lésbica autónoma en Argentina se inició después de 1985 bajo la influencia del III Encuentro Feminista Latinoamericano en Brasil al que asistieron varias feministas argentinas, muchas de ellas lesbianas del clóset. El ambiente abierto a la discusión y aceptación del lesbianismo provocó que varias de ellas se asuman como tales por lo menos en los espacios feministas⁴⁰⁰.

Bellucci também afirma que o evento realizado no Brasil ficou registrado na memória de muitas lesbianas argentinas como “[...] el hito que impulsó a muchas de ellas a salir del clóset⁴⁰¹”. A autora endossa que, até então, poucas assumiam o lesbianismo dentro de seus coletivos, inclusive no feminismo. A partir das discussões ocorridas no Brasil, houve um impulso para tratar da questão com mais profundidade. Como um desdobramento do evento, em 1986, a ATEM convidou Empar Pineda, fundadora do *Colectivo de Feministas Lesbianas de Madrid*, que havia participado do encontro em Bertioga, para um evento na Argentina. A ida de Pineda a Buenos Aires também é consagrada como ponto fundante dessa trajetória. Além dos debates que realizou na entidade feminista, Pineda trouxe números da revista *Nosotras que nos queremos tanto...*, editada pelo coletivo espanhol; bem como a tradução do artigo de Adrienne Rich, que foi publicado no *Brujas*, ao longo de três edições. Na sequência, a ATEM organizou a oficina “La imposición de la heterosexualidad y la solidaridad feminista”, coordenada por Silvia Garcia, ainda em 1986.

Tarducci ressalta que, apesar da influência transnacional, a temática já vinha sendo trabalhada pela imprensa feminista. Como exemplo, cita as matérias publicadas pela revista *Alfonsina*, em 1984. O periódico abordou o tema nas edições de número três e oito,

³⁹⁹ BELLUCCI, Mabel. Gays y lesbianas... mucho más que dos (1984-1996). **Anais do Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti**, Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_13/bellucci_mesa_13.pdf>. Acessado em: 12/01/2019. Tal percepção é sustentada pela autora a partir da declaração de Marcelo Ferreyra, integrante da CHA, que afirmou que a organização buscava “firmas femeninas” no intuito de se sustentar enquanto grupo misto, porém, “ellas en el momento de las decisiones no aparecían porque las direcciones eran masculinas”.

⁴⁰⁰ MONGROVEJO, Norma. **Un amor que atrevió a decir su nombre**, op.cit.

⁴⁰¹ BELLUCCI, Mabel. **Gays y lesbianas... mucho más que dos** (1984-1996), op.cit.

respectivamente. A primeira, “Amar a otra mujer”, apareceu na chamada de capa e ocupou duas páginas da revista⁴⁰²; a segunda, “Feminismo y Lesbianismo”, trouxe à baila recentes cenas de agressão às lésbicas nos meios de comunicação. No mesmo período, durante a III Jornada organizada pela ATEM, Hilda Rais, poeta e feminista histórica argentina, apresentou um trabalho denominado “*Lesbianismo: apuntes para una discusión feminista*”, abrindo espaço para tratar da questão dentro da agremiação feminista⁴⁰³.

Em decorrência desses eventos, nas dependências de *Lugar de Mujer* foi formado o *Grupo Autogestivo de Lesbianas* (GAL), que chegou a publicar alguns números do periódico *Codo a Codo*. Foi também no interior desta agremiação feminista que surgiu o grupo que daria vida à publicação *Cuadernos de Existencia Lesbiana*. Adriana Carrasco, Ilse Fuskova e Josefina Quesada formavam um grupo de denúncia sobre a violência contra as mulheres, atuante entre 1986 e 1987. O grupo reunia-se aos sábados à noite na porta dos cinemas da capital argentina e “[...] hacemos el signo feminista, las palmas a la altura de la cara y un cartel colgado del cuello en el cual se denunciaba algún acto de violencia ocurrido durante la semana o algún tema de la vida de las mujeres que nos conmovió especialmente⁴⁰⁴”.

Em 1987, o grupo resolveu ampliar a discussão e evidenciar a vivência das mulheres lésbicas por meio de uma publicação, o *Cuadernos de Existencia Lesbiana*. Além da militância no feminismo, a formação pessoal das ativistas auxiliava na produção do material, posto que Adriana Carrasco era jornalista, Josefina Quesada, artista plástica e Ilse Fuskóva, fotógrafa⁴⁰⁵.

Cuadernos saiu às ruas pela primeira vez em oito de março de 1987. O número inaugural teve como ponto de partida a V Jornada da ATEM, em 1986, e o “Taller de Existencia Lesbiana”, no qual Ilse e Adriana “trabajan la definición de lesbianismo, las diferenciaciones entre lesbianismo y homosexualidad masculina, los roles sexuales, las

⁴⁰² Essa primeira matéria trata da reprodução de uma entrevista realizada por Anne Koedt, parte de uma coleção chamada *Notes from The Third Year*, e foi publicada, posteriormente, em espanhol no livro *Para Liberación de Segundo Sexo*, editado em Buenos Aires. TARDUCCI, Mónica. “Hitos de la militancia lesbofeminista de Buenos Aires (1984-1995)”. In: TARDUCCI, Mónica (Comp.) **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**, op.cit.

⁴⁰³ O documento foi ampliado e, em 1987, apresentado na associação *Lugar de Mujer*, um dos espaços de militância de Rais. O documento *Mujeres, Feminismo*, encontra-se disponível na página *Potencia Tortillera*. < <http://potenciatortillera.blogspot.com/>>.

⁴⁰⁴ Documento sobre a formação do Grupo Feminista de Denúncia, **Fundo Sara Torres**, CeDInCi.

⁴⁰⁵ Em novembro de 2015, tivemos a oportunidade de conversar com Adriana Carrasco sobre a formação do grupo e a publicação. Atualmente, Adriana é jornalista do *Pagina12* e edita o periódico *Cuadernos de Militancia Lesbiana*, também de forma autônoma e autofinanciada.

relaciones sexuales entre lesbianas y la (in)visibilidad⁴⁰⁶”. Durante a oficina, foram distribuídos questionários sobre sexualidade e atração erótica entre mulheres. As respostas obtidas foram compiladas e sustentaram a primeira publicação de *Cuadernos*. Como foi narrado no editorial:

A mediados de 1986 comenzamos a estudiar el tema lesbianismo. A partir de estos materiales pudimos relacionar la problemática lesbiana con el conjunto de los temas feministas. Cómo la negación o represión de la sexualidad de las mujeres tiene que ver con nuestra opresión como género. El problema no es la marginación de las lesbianas por una sociedad “poco comprensiva”. Se trata de una represión mucho más profunda de toda la sexualidad y del placer de las mujeres que nos ata a la reproducción, al cuidado de los niños, a ser propiedad indiscutible de los varones (ya sea en forma individual: padre, marido, hermano, amigo, etc.; o en forma colectiva: en la calle, en el trabajo, la iglesia, el partido político, etc.)⁴⁰⁷.

O periódico explicou que tais conclusões estavam embasadas nos materiais de estudo, entre eles o boletim espanhol *Nosotras que nos queremos tanto*, em especial o texto “Niña muerde perro o porque no existen lesbianas”, o artigo de Adrienne Rich e o livro *Monjas Lesbianas: se rompe el silencio*, de Rosemary Curb e Nancy Manahan. Essas produções fomentaram o debate sobre o que era ser lesbiana e deram ensejo à publicação. Assim, o editorial pontua que o repertório elencado permitiu “abrir los ojos” e que, munida de uma base conceitual, a equipe iria se dedicar a conhecer a realidade de Buenos Aires e “recabar y recopilar material porteño a partir de lo testimonial, abriendo juntas un espacio de discusión sobre temas muy concretos (roles, relaciones, sexuales, temores y represión, política y existencia lesbiana)⁴⁰⁸”.

A trajetória que deu ensejo à publicação foi exposta na quinta edição, em 1988. O texto, assinado por Adriana relembra que o boletim foi apresentado nas comemorações do oito de março e aponta para a reação, de parcela do feminismo, ao tema. Nessa direção, o periódico constrói uma narrativa sobre si, considerando-se a primeira publicação lésbica feminista do país que teria rompido com a ideia de que a questão não teria acolhida no âmbito público.

⁴⁰⁶ TARDUCCI, Mónica. “Hitos de la militancia lesbofeminista de Buenos Aires (1984-1995)”. In: TARDUCCI, Mónica (Comp.) **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**, op.cit.

⁴⁰⁷ **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n.1, año I, marzo, 1987, p.1

⁴⁰⁸ Idem. A edição inaugural trouxe o questionário utilizado na oficina realizada pela ATEM e as respostas compiladas foram divididas em algumas seções temáticas, a saber: “sentirse atraída por una mujer”; “hacer amor con un varón/ hacer amor con una mujer”, “los temores”, “la culpa”, “algunas reflexiones de las participantes del taller” e “Testimonios”.

Ilse y yo preparamos nuestro primer taller para la Jornada de ATEM del 86, y al finalizar el taller entregamos a las compañeras participantes nuestros testimonios personales para que aquellas que quisieran escribir el suyo nos lo alcanzaran a fin de formar un cuadernillo con el tema. Allí nació el primer número del “CUADERNO DE EXISTENCIA LESBIANA” que, a pesar de la resistencia de algunas compañeras que pensaron que nosotras íbamos a realizar una “volanteada cruda” mostrándonos lesbianas, nos decidimos a vender el 8 de marzo de 1987 en el acto de Plaza del Congreso. El Cuaderno se convirtió en la primera publicación periódica de las lesbianas feministas de Buenos Aires⁴⁰⁹.

A primeira edição foi vendida em frente à Plaza del Congreso, em Buenos Aires, durante as manifestações do oito de março. Durante o ato, a equipe editorial, identificada com cartazes e faixas nos quais se lia a frase “*Apasionadamente Lesbiana*”, apresentou e colocou o periódico à venda. Tarducci, ao tratar da recepção ao periódico, avalia que ele contou com grande apoio de feministas heterossexuais, porém, encontrou resistência, sobretudo, das intituladas “militantes políticas”. Como observa:

Para el 8 de marzo de 1988, Cuadernos... hizo su debut como grupo de cara a la sociedad. En una manifestación multitudinaria con feministas de todo cuño, ocho lesbianas salieron del armario y se presentaron en la Plaza Dos Congresos. Se las divisaba con un estandarte de tela rosa, y cada una con una flor en la camisa y una cinta en el pelo que decía “Apasionadamente lesbiana”. Acompañaban de cerca feministas heterosexuales identificadas como lesbianas políticas, es decir, aquellas que por más que fueran heterosexuales apoyaba el lesbianismo como una opción. Integrantes de partidos políticos y feministas allí presentes impugnaron esa primera exposición. La visibilidad del lesbianismo provocó desde las adhesiones más entusiastas hasta las oposiciones más irracionales dentro y fuera del movimiento feminista⁴¹⁰.

Tal qual no Brasil, assistimos às tensões, geradas tanto dentro de frações do feminismo quanto na militância partidária, em relação aos grupos que apontam para outras assimetrias oriundas da intersecção entre gênero, sexualidade e classe. No que tange à parcela feminista, a refração advinha das associações, pejorativas e de senso comum, entre feminismo e homossexualidade. De igual modo, a negativa dos partidos políticos progressistas às pautas de gênero não era novidade na América Latina. Na décima publicação, em 1990, Ilse apresentou um relato no qual discorreu sobre as práticas patriarcais e homofóbicas presentes na Argentina democrática. Como apresentamos no capítulo anterior, a implementação das medidas neoliberais no país foram acompanhadas pelo avanço do conservadorismo. Nessa direção, a

⁴⁰⁹ **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n.5, ano II, 1988, p.1.

⁴¹⁰ A reação negativa por parte de militantes políticas é atribuída a um grupo de peronistas que fizeram frente à participação das lésbicas. TARDUCCI, Mónica. “Hitos de la militancia lesbofeminista de Buenos Aires (1984-1995)”. In: TARDUCCI, Mónica (Comp.) **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**, op.cit.

narrativa versa sobre setores da medicina e da psicologia que consideravam a homossexualidade uma doença, a qual deveria ser curada. Esses discursos estariam presentes nas instituições governamentais, assim como era partilhado por membros da ala progressista⁴¹¹. Como endossou: “un dirigente del Partido Comunista, interrogado sobre su posible reacción si tuviera un hijo homosexual dijo ‘seria doloroso’. Y al preguntarle el periodista si prefería tener un hijo homosexual o un hijo policía, respondió sin vacilar ‘prefería que fuera policía’”⁴¹². Isto é, explorou como, mesmo após os anos de tortura e desaparecimentos forçados provocados pelo regime militar, alguns integrantes dos partidos políticos preferiam que seus filhos estivessem ao lado da repressão do que fossem reconhecidos como homossexuais. Igualmente, vemos como o periódico partilhou da crítica aos tradicionais partidos que não equiparavam as lutas de classe às pautas de gênero e sexualidade.

No tocante à linha política editorial, o periódico foi definido como “lésbico-feminista”. O feminismo era vislumbrado como crucial para a compreensão das questões relativas à mulher, percepção alinhada às prerrogativas de Rich. Ainda que a autora teça críticas ao feminismo por não problematizar com afinco a heterossexualidade compulsória, afiança que a vivência lésbica está entrelaçada a uma experiência de gênero feminina, logo, distinta das experiências homossexuais masculinas. Sendo assim, como explica:

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez. [...] Percebo a experiência lésbica a ser, tal como a maternidade, uma experiência profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares, que não podemos compreender quando nós a agrupamos simplesmente com outras existências sexualmente estigmatizadas. Da mesma forma que o termo os *pais* serve para esconder a realidade particular e significativa de ser uma mãe, o termo *gay* pode servir ao propósito de obscurecer os próprios contornos que precisamos discernir, que são de valor crucial para o feminismo e para a liberdade das mulheres como um grupo⁴¹³.

⁴¹¹ No texto introdutório à edição que copilou todos os números de *Cuadernos*, publicada pela *Librería de las Mujeres*, Ilse cita como exemplos a fala de Trocólí, Ministro del Interior do governo de Raúl Alfonsín, que, em uma reportagem, afirmou que “la homosexualidad es una enfermedad y así se la tratará” e o caso de um membro do Partido Comunista, portador de HIV, que morreu sem que ninguém tivesse ido visitá-lo no hospital ou mesmo que soubesse de sua condição. FUSKOVÁ, Ilse. “Haciendo memoria de las dificultades para nuestro crecimiento de conciencia”. **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, Edición de homenaje a Ilse Fusková. Buenos Aires: Librería de las Mujeres, 2009, p. 5.

⁴¹² Una lesbiana del Tercer Mundo en San Francisco, **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n. 10, ano IV, p. 8.

⁴¹³ RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lesbiana. Tradução: Carlos Guilherme do Vale. **Revista Bagoas**, n. 5, 2010, p. 37.

Ainda que invisibilizadas pela heteronormatividade compulsória, as vivências lesbianas eram uma particularidade feminina e deveriam caminhar ao lado das demandas feministas. A apreensão do significado de *lesbianas* para o corpo editorial também é sustentada pelo escopo teórico de Rich por meio da definição de *continuum lesbiano*. Como explica Swain, este se refere a “toda a gama de experiências do ser mulher e das relações afetivas mantidas entre as mulheres, sem que isso signifique necessariamente relações sexuais, o que caracterizaria, no senso comum, relações lesbianas⁴¹⁴”. Isto é, a identidade lésbica não estava restrita apenas às ligações eróticas ou sexuais, mas abarcava vínculos de amizade, solidariedade e companheirismo presentes e, ao mesmo tempo, omitidos ao longo da história. As prerrogativas de Rich foram fundamentais para os editoriais lésbicos tanto do Brasil quanto na Argentina. Todavia, a apreensão conceitual de ambos não foi a mesma, tendo em vista que *Chanacomchana* recorreu ao conceito de heteronormatividade compulsória para estender visibilidade política às lésbicas e, ao mesmo tempo, tecer críticas contundentes ao feminismo. Já o periódico argentino recorreu aos pressupostos do *Continuum Lesbiano* para sustentar o feminismo como parte estruturante da militância e da história lésbica.

O segundo número endossou em seu editorial a necessidade de reunir-se para tratar das especificidades, “romper el aislamiento, de abrirse del gueto alienante o, en otros, de abordar esta problemática de las mujeres a partir de una análisis feminista⁴¹⁵”. Na quarta edição, o artigo “Contradicciones de la Existencia Lesbiana” abordou como alguns discursos tratam da particularidade lesbiana alheios às imposições patriarcais e heterossexistas que recaem sobre todas as mulheres. “[...] Sería hablar de una esencia lésbica y de una sexualidad que nada tendría que ver con la sexualidad de las mujeres que no se relacionan sexualmente con otras mujeres⁴¹⁶”. O artigo argumentou que a sociedade heterossexual e patriarcal oprime todas as mulheres, fazendo com que muitas, inclusive, reproduzam esses papéis em suas relações afetivas. Desse modo, asseverou que, frente a esse cenário, “[...] el feminismo aparece entonces como expresión de nuestra necesidad de establecer una conciencia crítica, que nos permita vivir en plenitud y con alegría nuestra existencia lesbiana”. Isto é, no mesmo momento em que a publicação lésbica brasileira asseverava a importância de distanciar-se dos

⁴¹⁴ SWAIN, Tania. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lesbiano. **Revista Bagoas**, n. 5, 2010, p. 53.

⁴¹⁵ Editorial, **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n.2, ano I, 1987, p. 1.

⁴¹⁶ Contradicciones de la Existencia Lesbiana, **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n. 4, ano I, 1987.

grupos mistos, especialmente o feminista, o periódico argentino afirmava que a militância lésbica era inseparável do feminismo.

Na contramão dos rumos que a publicação brasileira tomava, o periódico lésbico da Argentina foi editado por um grupo autônomo e autogestado. Como *Brujas*, sua venda era realizada de “mano a mano” em associações, eventos e encontros feministas e homossexuais. A produção de *Cuadernos* era sustentada com as contribuições das próprias ativistas e com a venda dos exemplares. Nesse sentido, a edição inaugural trouxe em sua última página um agradecimento ao apoio de Josefina Quesada, Safina Newbory, María Clara y Oscar Gómez, além do apoio da ATEM e, em específico, de Magui Bellotti e Marta Fontella. Para arcar com os custos, o periódico também ofertava fotocópias de materiais bibliográficos sobre feminismo e lesbianismo, bem como anúncios comerciais. Igualmente, oferecia espaço para anúncios publicitários e para “mensajes amorosos” com até vinte palavras. Entretanto, ambos foram escassos, tornando a venda unitária e a colaboração das ativistas os principais meios de custear a publicação.

Devido a isso, como as demais imprensas alternativas, a publicação não foi regular. Em seu primeiro ano, as edições foram bimestrais, passando, posteriormente, para trimestrais, semestrais e anuais, como veremos abaixo. A paginação apresentou certa regularidade, variando entre doze e dezesseis páginas. Não havia uma tiragem específica, sendo a venda de acordo com a demanda. A cópia original, feita artesanalmente com textos datilografados e colagens de reportagens e anúncios, era fotocopiada e vendida em reuniões e em encontros feministas locais, nacionais e internacionais.

Tabela 6 - Periodização dos *Cuadernos de la Existencia Lesbiana*

Número/Ano	Periodização	Paginação
N. 1/1987	Bimestral	12
N. 2/1987	Bimestral	12
N. 3/1987	Bimestral	12
N. 4/1987	Bimestral	11
N.. 5/s.d	s. referência	15
N. 7/1989	Bimestral	14
N. 8/1989	Trimestral	16

N. 9/ 1990	Semestral	14
N.10/1990	Semestral	16
N.11/1991	Semestral	18
N.12/1991	Semestral	12
N.13/1992	Semestral	5
N.14/1992	Semestral	15
N.15/1993	Anual	16
N.16/1994	Semestral	16
N.17/1996	Anual	14

Org. por Júlia Oliveira a partir do *Cuadernos de la Existencia Lesbiana* 1987/1996

Na edição comemorativa do primeiro aniversário, em março de 1988, o editorial narrou como a publicação era custeada e como foram as primeiras vendas. Destaca-se, como anunciado, que a principal saída do *Cuadernos* era o *mano a mano*. O periódico também trata da recepção que teria atingido, primeiramente, um público específico constituído por gays e anarquistas e, posteriormente, feministas e integrantes do movimento de mulheres. A respeito desse processo, foi dito, em editorial, que:

Sólo teníamos dinero para 50 ejemplares. Además no sabíamos qué acogida iba a tener la primera publicación del lesbianismo feminista de Bs. As. Pero, ese día, a la hora, habíamos vendido todo el stock. Y nos pedían más. Sobre todo gente del anarquismo y los gays. Esa semana fotocopiámos 50 ejemplares más, y luego otros 50. [...] Pero volviendo al número de aniversario, comenzamos nuestro 2º año a pesar de no tener dinero. Nos manejamos con un sencillo mecanismo: ponemos un poco de dinero (recibimos también algunas pequeñas donaciones de compañeras feministas de Buenos Aires), imprimimos, vendemos, volvemos a imprimir. Pero alrededor de algo tan simple se han género algo más complejo: curiosidad, interés, adhesión, solidaridad⁴¹⁷.

A publicação emergiu em meio ao fortalecimento dos *Encuentros Nacionales de Mujeres*, que tratamos anteriormente, e, ao mesmo tempo, ao início dos debates nesses eventos. Em 1987, em Córdoba, sob temores de parte das integrantes do evento que acredita que a presença das lésbicas causaria estranhamento ou rejeição, foi realizada a primeira

⁴¹⁷ Editorial, *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, n.5, ano II, 1988, p.1.

oficina temática sobre lesbianismo. Em sua segunda edição, *Cuadernos* relatou a recepção do periódico no evento e as diferentes justificativas declaradas por aquelas que o adquiriram, sinalizando a discussão ainda tímida no movimento mais amplo da Argentina.

En el segundo Encuentro Nacional de Mujeres estuvo a la vista que esta red prospera, crece, genera una nueva manera de comunicación entre las mujeres. En Córdoba se vendieron todos los números del “Cuadernos de Existencia Lesbiana”, y nos pidieron más. Fueron conmovedoras algunas frases de “disculpas”, “lo compro porque mi hija es psicóloga y lo puede interesar”; “no lo compro para mí, es para una amiga”; “no es para mí, sino para la biblioteca”. Tenemos internalizada la terrible prohibición de hierro de conocernos, de amarnos, de ayudarnos a vivir una vida mejor⁴¹⁸.

Diferente do Brasil, onde o movimento lésbico já tinha um percurso e ampliava seu campo político, especialmente nas esferas institucionais, na Argentina, o tema começava a sair da invisibilidade e a ocupar diferentes espaços, sobretudo nos ENM. Logo, também podemos perceber as diferentes arenas de atuação, uma vez que, no Brasil, naquele período, predominavam as alianças e arranjos no seio da política tradicional e das ONGs, enquanto na Argentina a mobilização ocorria nos encontros e nas articulações autônomas.

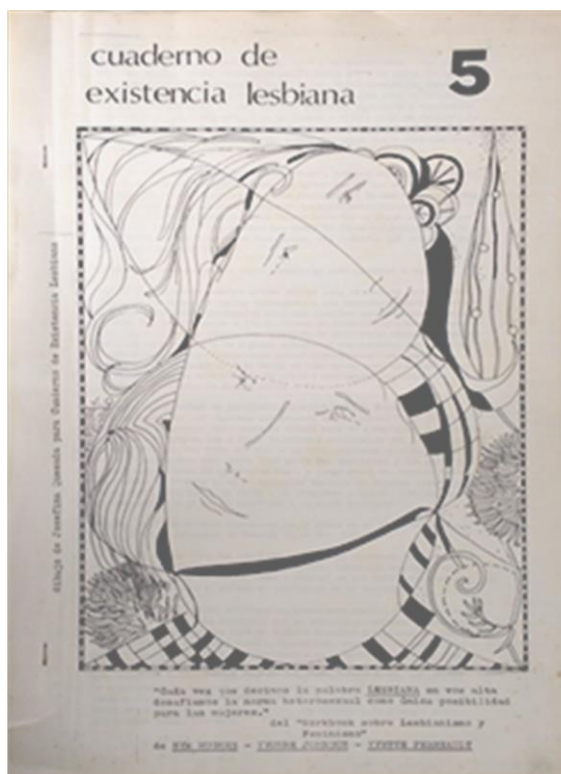
A perspectiva autonomista do corpo editorial afetou a produção gráfica simples do periódico. No miolo do boletim, encontramos pequenas fotos, charges e alguns desenhos artesanais. As capas, todavia, traziam ilustrações mais sofisticadas, feitas a partir de colagens, assinadas por Josefina Quesada, que sempre vinham acompanhadas de uma frase de autoras feministas. Na contramão do *Chanacomchana*, que trazia expressões mais enérgicas e/ou satíricas com o intuito de chamar a atenção para a invisibilidade homossexual feminina, *Cuadernos* apresentou imagens mais amenas relacionadas às mulheres como um todo. Em diversas ocasiões, foram apresentadas figuras indígenas ou ligadas a uma representação feminina em períodos históricos, a exemplo do medieval ou da antiguidade ocidental. Essas referências também aparecem no interior do periódico, ilustrando textos e depoimentos.

Na contramão das publicações do GALF e da Rede UOO, não há ilustrações referentes às relações sexuais entre mulheres ou ao erotismo feminino. De igual modo, o boletim também não fez uso de imagens ou charges que enfatizassem as pautas específicas lésbicas, como o direito ao casamento, o “enrustimento” ou a repressão policial. Ainda que esses temas fossem tratados, em certa medida, no interior das edições, a linguagem gráfica não abarca tais bandeiras. Posto em comparação, os códigos visuais utilizados por *Chanacomchana* e,

⁴¹⁸ *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, n. 2, ano I, 1987, p.3.

inclusive, pelo boletim/revista UOO, eram mais contundentes ao expressar as especificidades lésbicas ou visibilizar a homoafetividade feminina.

Figura 32 - Capa *Cuadernos de Existencia Lesbiana*



Cuadernos de Existencia Lesbiana, n. 5, 1988

Ainda no campo das comparações, notoriamente, as diferenças entre os projetos editoriais estavam imbricadas com a própria concepção de lesbianismo/lesbianidade. O *Chanacomchana* tinha um posicionamento direcionado ao reconhecimento político das lésbicas, de forma distinta das mulheres como um todo. Ressaltava-se o impacto de assumir-se lésbica nas relações familiares, de trabalho e, inclusive, na convivência com outras mulheres. Por esse caminho, adotava uma linguagem engajada no intuito de conseguir visibilidade para tais questões, bem como a equiparação de direitos⁴¹⁹. Apesar de partilhar desses mesmos pontos, *Cuadernos* compreendia o lesbianismo para além das relações amorosas e sexuais entre mulheres, estendendo a categoria para os laços de amizade e solidariedade. Igualmente, manifestou o desejo de coletar material, a partir de testemunhos, e abrir uma discussão concreta sobre os papéis e as relações sexuais, os temores e as repressões, além das questões políticas e lesbianas, e, assim, delinear uma história que até então estava apagada.

⁴¹⁹ Como apontamos acima, essa linguagem engajada perdeu força durante as transformações ocorridas nos projetos editoriais da UOO.

A estrutura do periódico argentino também era distinta: em formato de caderno, trazia espaços em suas laterais que permitiam fazer anotações, isto é, delineava-se, ainda, como um material de estudo. Ele não apresentou seções definidas além do editorial e do *testimonios*, onde foram expostas narrativas de mulheres sobre suas experiências e dúvidas concernentes à homossexualidade feminina⁴²⁰. A maior parte de *Cuadernos* foi expressa por meio de artigos temáticos e recortes de notícias sobre o movimento lésbico e o feminista. Os motes mais recorrentes foram: repressão sexual; relações entre feminismo e lesbianismo; opressão feminino-lésbica; militância e visibilidade política; controle do corpo feminino; homossexualidade e psicanálise e violência contra a mulher. Ressaltamos, ainda, que este periódico trouxe diversos recortes de jornais e fragmentos de traduções de artigos publicados por jornais e boletins lésbicos e feministas estrangeiros, a exemplo do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos.

Ainda sobre discussões empreendidas, o periódico debruçou-se sobre os eventos feministas e lésbicos latino-americanos, como o V Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, sediado em San Bernado, Argentina, em 1990. Os informes abordaram a presença da recém-criada *Las Lunas y las Otras*, uma agremiação argentina engajada e crítica à heteronormatividade. Em seu editorial, o periódico teceu críticas à organização do evento, que, além de não mencionar o tema do lesbianismo em nenhum dos boletins de preparação, não reservou um lugar para que as militantes tratassem da questão, indo na contramão dos Encontros Nacionais, nos quais o tópico vinha ganhando espaço⁴²¹.

Ainda em 1990, ocorreu o II Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe, em Porto Rico, impossibilitando muitas militantes de participarem do evento. De acordo com *Cuadernos*, ao contrário do primeiro, que reuniu mais de duzentas ativistas, o evento não teria logrado reunir sequer uma centena. A explicação para a baixa adesão, segundo a equipe editorial, advinha da impossibilidade financeira das militantes de participarem de dois eventos consecutivos e em lugares diferentes e distantes entre si. Frente a isso, impunha-se a necessidade de repensar a realização de ambos os encontros, para que eles ocorressem no mesmo lugar, em datas aproximadas⁴²². Entretanto, é válido lembrarmos que os ELFLAC, ainda que tivessem o propósito de discutir, de forma autônoma, as questões

⁴²⁰ O periódico teve duas seções fixas, mas de curta duração, a saber: “psicoterapia”, sob a responsabilidade de Ana Rubiolo, e “suplemento literário”, que apareceu nas edições de número 14, 15 e 16.

⁴²¹ Editorial, **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n. 11, 1991, p. 1. De acordo com o texto, entre 120 a 300 ativistas se reuniram, diariamente, na garagem do Hotel Argentina, onde ocorria o evento, para discutir o tema do movimento lésbico.

⁴²² Comenzamos a tejer nuestra red de lesbianas en el continente, **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n. 10.

específicas dos movimentos lésbicos, foram impulsionados pela ILGA após a Conferência de Copenhague, em 1986. Assim, o evento surgiu desassociado do feminismo e, logo, do EFLAC, tendo, inclusive, como propósito a constituição de uma rede identitária e independente das organizações feministas e/ou gays.

Nesse mesmo ano, assistia-se ao processo de institucionalização de agremiações homossexuais argentinas, sobretudo da CHA, que se aproximou de instituições internacionais, como a ILGA, e desenvolveu campanhas contra o HIV, subsidiadas por órgãos nacionais e internacionais. Em 1989, a CHA havia solicitado o título de “pessoa jurídica”, entretanto, a justiça negou a solicitação, fato que só foi logrado em 1992. A respeito desses acontecimentos, o editorial de *Cuadernos* posicionou-se de forma crítica à institucionalização, argumentando que o Estado e a justiça eram patriarcais, portanto, não poderia esperar respostas positivas daqueles que não se reconheciam como opressores. Isto é, opôs-se ao reconhecimento pela via estatal e jurídica:

Los homosexuales organizados, en cambio, han elegido la vía de la institucionalización. Evidentemente la sociedad argentina aún no está preparada para eso, así que a la pretensión de cambio de status de la CHA le salió al frente el toro del “ser nacional”. Es que ¿existen en los organismos de conducción del Estado, varones capaces de cuestionar la legitimidad de su carácter de opresores de mujeres, de apropiadores y alienadores de su sexualidad? La homosexualidad masculina no puede cuestionar la necesidad de apropiación individual de una mujer por parte de un varón, y uno de los aspectos de la masculinidad social. La Justicia patriarcal está para apuntalar la estructura de opresión, ¿es correcto entonces pedirle su visto bueno? ¿Realmente creemos que podemos cambiar algo por esa vía? [...] Nuestro lugar está entre las mujeres, y no entre todas, sino entre las que no están dispuestas a pactar con los mecanismos de la opresión⁴²³.

Desse modo, podemos inferir que, para o corpo editorial, o campo institucional não era compreendido como um *locus* de transformação, razão pela qual o periódico defendeu a atuação entre as mulheres que estavam dispostas a militar do lado de fora destes aparatos. Como desdobramento desses eventos, o grupo editorial de *Cuadernos*, ao lado dos coletivos *Las Lunas y las Otras*, *Lilith* e *Grupo Autogestivo Lesbiano*, formou a *Frente Sáfico* (FRESA), uma organização autônoma dos movimentos lésbicos portenhos. Esse evento demonstra como a cultura política de alianças entre grupos autônomos é parte constitutiva dos movimentos sociais argentinos.

⁴²³ Editorial, **Cuaderno de Existencia Lesbiana**, n. 9, marzo, 1990, p.1. A título de comparação, é importante frisarmos que, na edição de número cinco, o periódico tratou sobre a ILIS, apresentando-a como uma das entidades articuladoras do Encontro Lésbico feminista na América Latina. Todavia, ao contrário do Brasil, não há outras referências à instituição.

De acordo com o editorial, o objetivo da FRESA era “coordinar estrategias para desarrollar en los lugares donde se nos invite a participar o en los que sabemos se va a tocar en el tema de la sexualidad”. O editorial, assinado por Ilse e Adriana, enfatizou que havia divisão das atividades do grupo, sendo que *Cuadernos* era responsável pela publicação de materiais produzidos por feministas acerca do lesbianismo e *Lilith*, pela produção de vídeos, enquanto os demais trabalhavam como grupos de reflexão e estudo sobre a temática. Ou seja, a publicação de *Cuadernos* passou a ser parte de um projeto político mais amplo de visibilidade e de esclarecimento sobre a organização do movimento lésbico.

Nesse momento, Ilse Fuskova e Rafael Freda, na época presidente da CHA, foram convidados para participarem de *Almorzando con Mirtha Legrand*, um programa popular da televisão argentina. Além de ambos os militantes, foram convidados uma socióloga e um médico que trataram, em canal aberto, sobre as relações homoafetivas⁴²⁴. Ilse, representando a FRESA, contou de sua experiência, isto é, aos cinquenta e seis anos, mãe de dois filhos e casada há trinta anos, apaixonou-se por uma mulher durante o evento em Bertioga. Ao final, informou a caixa postal para quem quisesse entrar em contato e saber a respeito da temática e do coletivo.

Stephen Brown afirma que a exposição em rede nacional ampliou a visibilidade e levou muitas mulheres a se interessarem pelo ativismo⁴²⁵. Visando a responder às cartas que foram enviadas, as ativistas deram ensejo à *Convocatoria Lesbiana*, a saber: uma reunião com as mulheres que desejavam participar dos coletivos ou discutir a temática, a qual, posteriormente, tornou-se um espaço de ativismo lésbico-feminista em Buenos Aires. No folder de divulgação, a questão “¿Quiénes somos las lesbianas?” foi respondida de acordo com a posição defendida por *Cuadernos*, qual seja: “las mujeres que priorizan sus vínculos de amistad y/o erotismo con otras mujeres”. Por esse caminho, a convocação afirmou que o patriarcado inviabilizou tais relações e impôs uma sexualidade rotineira e limitada às mulheres, de forma geral. Portanto, era necessário questionar tais imposições e resgatar os vestígios dessas vivências femininas ao longo da história. A presença de Ilse em um meio de comunicação de massa tornou-a reconhecida como porta-voz da FRESA. Sendo assim, foi

⁴²⁴ O programa é um dos mais antigos da televisão argentina, estando ainda no ar em formato diferente. Em 1991, em um momento anterior ao almoço com Ilse e Rafael, a apresentadora entrevistou a transexual Alejandra Costa. Um pequeno fragmento do programa está disponível na página Potencia Tortillera e disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=e1FQ7UYyIw8>>. Acessado em: 25/01/2019.

⁴²⁵ BROWN, Stephen. Con discriminación y represión no hay democracia: the lesbian and gay movement in Argentina. *Latin American Perspectives*, **Gender, Sexuality, and Same-Sex Desire in Latin America**, vol. 29, n. 2, 2002.

convidada a participar de novos programas e a conceder entrevistas à imprensa local⁴²⁶. Notoriamente, a centralização do nome de Ilse trouxe embates e rupturas na *Convocatoria* e levou a dissidências e à constituição de novas agremiações.

Assim, se durante os anos 80, os movimentos gays e lésbicos argentinos investiram na politização da identidade sexual, promovendo debates públicos e uma articulação pelo reconhecimento de suas especificidades no campo jurídico, nos anos 90, as estratégias dos movimentos ganharam caminhos diversos. Além da participação em programas televisivos, foi nesse período que foi organizada a primeira Marcha do Orgulho Gay e Lésbico, realizada em Buenos Aires, em 1992⁴²⁷. Muitos ativistas, a exemplo de Ilse, já tinham participado das marchas em outros países e resolveram adotar a mesma estratégia na capital argentina. Além do cunho político, a caminhada pretendia romper com a imagem negativa associada à homossexualidade, sobretudo, após o advento do HIV. Carlos Luis Jáuregui foi um dos principais articuladores da primeira marcha realizada em Buenos Aires. Militante e fundador da CHA, Jáuregui foi atuante na luta contra o HIV e pelos direitos humanos dos homossexuais e, como avalia Barrancos, “no vacilaba en solicitar a todos los homosexuales – varones y mujeres– que se mostraran, que enunciaran publicamente su preferencia sexual⁴²⁸”.

Bellucci advoga que a ideia era construir uma “Semana del Orgullo Lésbico y Gay”, a fim de travar um diálogo com a sociedade e pressionar os poderes políticos visando, além do reconhecimento social, à transformação de uma legislação repressora às minorias sexuais. Notoriamente, nem todas as agremiações concordaram em participar, a exemplo de *Las Lunas y las Otras*, que não atuava junto aos grupos masculinos.⁴²⁹ A semana iniciou com debates,

⁴²⁶ No canal da *Sociedad de Integración Gay e Lesbiana Argentina* (SIGLA) e na página *Potencia Tortillera* é possível encontrar dois outros fragmentos de participação de Ilse e Claudina em programas televisivos, em 1992 e 1993, respectivamente. Em 1992, o programa *Sin Vueltas* convidou, além das duas ativistas, outros homossexuais, psicólogos, padres e pastores para discutirem o conceito de família após a declaração do Papa João Paulo II de que a união de dois homens e duas mulheres não constituía uma família. Os entrevistados tinham posições diferentes sobre a questão e, em sua participação, Ilse contou ter realizado seu casamento com Claudina na *Iglesia de la Comunidad Metropolitana* de Buenos Aires, que foi celebrado pelo pastor Roberto Gonzales, também convidado do programa.

⁴²⁷ Foi ainda em 1992, após anos de pressão interna e externa, que o governo argentino reconheceu a CHA como uma associação jurídica. SEMPOL, Diego. “Violence and the emergence of gay and lesbian activism in Argentina (1983-1990)”. In: WIERINGA, Saskia; SÍVORI, Horacio. **The Sexual History of Global South: sexual politics in Africa, Asia and Latin America**. Zed Books, London, New York, 2003.

⁴²⁸ BARRANCOS, Dora. **Géneros y sexualidades disidentes en la Argentina**: de la agencia por los derechos a la legislación positiva, op.cit., p.27.

⁴²⁹ A comissão organizadora foi composta por *Gays por Derechos Civiles*, *Convocatoria Lesbiana*, *Transexuales por el Derecho a la Vida y la Identidad* (Transdevi), *Sociedad de Integración Gay-Lésbica Argentina* (SIGLA), *Grupo de Investigación, en Sexualidad e Interacción Social* (ISIS), *Cuadernos de Existencia Lesbiana* e *Iglesia de la Comunidad Metropolitana*. Muitas dessas agremiações emergiram nos dois primeiros anos da década de 1990, algumas como ONG e com um discurso muito forte contra a violência policial direcionada às minorias

mostra de artes plásticas, fotografia, jornais e vídeos relacionados ao movimento lésbico e gay, em âmbito nacional e internacional. No dia 03 de julho, a marcha caminhou da Plaza de Mayo até o Congresso, percurso tradicional das manifestações políticas argentinas, e contou com cerca de trezentas pessoas. Muitos dos participantes usavam máscaras similares às de carnavais, com medo de serem reconhecidos e, dessa forma, colocarem em risco seus postos de trabalho ou suas relações familiares⁴³⁰. A caminhada teve grande repercussão na mídia nacional e surpreendeu os próprios integrantes, que não esperavam tamanha adesão e apoio.

O editorial de número dezesseis expôs a experiência, bem como tratou do crescimento da marcha, ao mesmo tempo em que convocou as leitoras a participarem da terceira edição do evento político, que ocorreria em junho. Como foi exposto:

En la Primera Marcha del Orgullo Lésbico-Gay, en 1992, marcharon 300 personas: gays, lesbianas, travestis, transexuales, militantes simpatizantes. En 1993, fue la Segunda Marcha, y allí fuimos 500 personas; esta vez se agregaron partidos políticos y algunos funcionarios. Y, ahora, en 1994, será la Tercera Marcha y, dado el crecimiento de conciencia alcanzado, creemos que vamos a ser muchas más. [...] Si apoyas esta liberación del territorio sexual, que en definitiva es apropiarte de lo que es tuyo, acompañamos en esta Tercera Marcha del Orgullo Lésbico-Gay, el 28 de junio, a las 19 horas, en Plaza de Mayo. El recorrido es por Avenida de Mayo hasta Plaza Congreso. ¿Por qué? Porque en ese recorrido y en esas dos plazas se ha reclamado con más frecuencia en la historia argentina por la dignidad y la justicia para las personas⁴³¹.

O cenário de ampliação da visibilidade política e da conquista de direitos foi acompanhado de mudanças tanto na equipe editorial quanto no conteúdo publicado por *Cuadernos*. Como enfatizamos, a equipe editorial não possuía uma “existência formalizada”, apesar de participar de reuniões com outras agremiações e de se apresentar como o grupo político responsável por difundir, pela imprensa, os debates lésbico-feministas. Essa configuração se alterou em 1991 com a constituição da *Convocatoria Lesbiana*, que passou a agregar dezenas de mulheres em reuniões semanais. Diferente de outras militantes lésbicas, Ilse tinha relações próximas com os integrantes da CHA e de outros grupos mistos

sexuais e pelo reconhecimento dos direitos jurídicos. BELLUCCI, Mabel. Gays y lesbianas...mucho más que dos (1984-1996), op.cit., s/p

⁴³⁰ Idem. Segundo a autora, as máscaras foram confeccionadas para o evento pelo artista plástico Marcelo Benítez. Claudina Marek, integrante da Convocatoria Lesbiana e da equipe de *Cuadernos*, foi uma das mascaradas, pois trabalhava como professora.

⁴³¹ Editorial. **Cuadernos de Existencia Lesbiana**, n.16, 1994, p.2. Atualmente, as marchas ocorrem no primeiro sábado do mês de novembro. As comemorações em junho têm como símbolo os acontecimentos em Stonewall, em Nova York. Na Argentina, a data foi alterada como forma de homenagear o coletivo *Nuestro Mundo*, criado em novembro de 1967. Como ocorreu no primeiro evento, uma semana de debates e exposições antecede o evento central.

homossexuais, algo que não era bem visto por algumas frações do movimento lésbico-feminista que defendiam o distanciamento do engajamento das ativistas lésbicas das organizações gays.

A partir de 1991, as edições de *Cuadernos* deixaram de contar com a presença de Adriana Carrasco, que passou a atuar em outros segmentos do movimento lésbico-feminista, e, a partir da edição de número treze, as capas deixaram de trazer as ilustrações de Josefina Quesada, função que foi assumida por Claudina Marek, enquanto as edições ficaram sob a responsabilidade de Ilse⁴³². A saída de ambas as fundadoras implicou alterações no perfil do periódico, entre as quais destacamos a subtração de artigos opinativos e referentes à conjuntura política do movimento. Ainda que estes não ocupassem grande espaço, após 1991, tais publicações tornaram-se ainda menores. Por outro lado, o periódico ampliou o terreno para fragmentos literários de autoras lesbianas, inclusive adicionando um *Suplemento Literário* a partir da décima quarta edição, em 1992. De igual modo, apresentou notícias e textos publicados por outros grupos latino-americanos e europeus⁴³³.

Todavia, chama a atenção a nova área abordada pelo periódico: a teologia lésbica. As quatro últimas edições trazem excertos de artigos produzidos por teólogas lésbicas e feministas, como o da norte-americana Sonia Johnson, feminista e ativista que se posicionou contra a Igreja protestante da qual era pastora, e o da historiadora Elinor Gandon, especialista em mitologia feminina e relações de gênero, além de outros nomes ligados à arqueologia e à filosofia. Trechos do livro *Las Monjas Lesbianas*, de Rosemary Curb e Nancy Manahan, também foram publicados no suplemento literário. Algumas abordagens, no entanto, acabaram por recorrer ao essencialismo, numa perspectiva a-histórica, indo na contramão dos estudos de gênero e das perspectivas feministas e lésbica-feministas que visavam, justamente, a romper com os discursos biologizantes e generalistas⁴³⁴.

Essa nova perspectiva esteve presente nas artes gráficas que compuseram tanto as capas quanto o interior do periódico, onde encontramos imagens que remetem tanto às figuras arqueológicas que sugerem a existência de sociedades matriarcais quanto a cultos a divindades femininas. , a última edição, em novembro de 1996, foi “dedicada com devoción a

⁴³² Neste período, Ilse e Claudina lançaram um livro intitulado **Amor de mujer: el lesbianismo entre mujeres hoy** en Buenos Aires, publicado pelo Editorial Planeta Argentina, em 1994.

⁴³³ Em um dos números, aparece a citação “nota de Miriam do GALF”, o que nos levou a pensar se tratar da ativista brasileira. Entretanto, a reportagem “¿Lesbianas son felices? ¿O que hacen en la cama?” é atribuída à revista *Del Otro Lado*, uma publicação gay erótica mexicana.

⁴³⁴ Como salientamos, a revista UOO também abordou a questão da espiritualidade e da teologia em alguns números, ainda que de forma distinta do periódico argentino, apontando-nos indícios sobre a circulação de tais referências, bem como dos novos campos de estudo sobre a historicidade feminina.

la Diosa” que, de acordo com a frase estampada na capa “es el nombre que las feministas lesbianas damos a la energia sustentadora en la cual creemos⁴³⁵”. A edição trouxe vários fragmentos sobre o culto às deusas em outras temporalidades, além de desenhos que retratavam tais divindades. Do mesmo modo, a décima sétima edição estampou em sua capa a ilustração da deusa Deusa Inanna, que teria sido cultuada há cerca de 2400 a.C, na região da mesopotâmia.

Figura 33 - Capa Cuadernos de Existencia Lesbiana - Deusa Inanna



Cuadernos Existencia Lesbiana, n. 17, 1996

Todavía, a publicação não informou que seria o último número, ao contrário, trouxe um box, assinado apenas por Ilse e Claudina, informando que, assim como em 1987, quando saiu a primeira edição de *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, “nuestra premissa sigue siendo la misma: con los medios más modestos circular ideas e información”. No entanto, não houve nova edição. No ano seguinte, Ilse Fuskóva saiu candidata à deputada pela FREPASO, Frente País Solidário, uma conjunção de partidos alinhados à esquerda, críticos e opositores ao governo neoliberal de Menem.

Durante os nove anos em que esteve em circulação, o periódico apresentou discussões teóricas sobre o *continuum lesbiano*, bem como trouxe pesquisas que buscaram encontrar indícios das relações de afeto, amor e amizade entre as mulheres ao longo da história. Também trouxe à baila os diferentes canais de visibilidade, alçados, durante a década de

⁴³⁵ Cuadernos de Existencia Lesbiano, n. 17, 1996.

1990, pelos movimentos lésbicos e gays argentinos, tanto no âmbito social quanto nas arenas políticas. Nesse sentido, *Cuadernos de Existencia Lesbiana* figurou como um meio importante de difusão da perspectiva lésbica-feminista, configurando um discurso político calcado no enfrentamento das opressões ao gênero feminino e no anti-patriarcalismo. De igual modo, ainda que as discussões sobre a autonomia do movimento não tenham sido foco do periódico, este adotou uma postura política autônoma e de autofinanciamento durante os nove anos em que foi publicado. Este posicionamento, presente no contemporâneo *Brujas*, notoriamente impactou a circulação do periódico, bem como sua periodicidade, que foram menores em relação às publicações da Rede UOO. No entanto, a escolha pela autonomia favoreceu a manutenção da identidade política de *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, diferente do par brasileiro, posto que o periódico argentino não estava sujeito a fatores exógenos que poderiam pressionar por alterações em sua linha editorial. As mudanças no perfil do editorial, com a saída de duas das fundadoras, foram relativas ao eixo temático, mas não à identidade do periódico, que se manteve como lésbico-feminista.

3.3. A imprensa feminista chilena em ares democráticos

Entre os anos de 1988 e 1990, o Chile viveu a transição para o regime democrático. Em meados dos anos 80, quando tiveram início as Jornadas de Protesto, foram delineadas as primeiras coligações de partidos da oposição. A primeira foi a *Alianza Democrática*, uma frente de centro-esquerda, integrada pelo *Partido Demócrata Cristiano*, uma fração do *Partido Socialista*, o *Partido Radical*, *Partido Socialdemócrata*, além de um segmento do *Partido Liberal*. Em outra ponta, estava o *Movimiento Democrático Popular* (MDP), constituído pela ala mais ortodoxa dos partidos socialista e comunista. Ambas as alianças foram atuantes entre 1983 e 1987, momento em que se dissolveram. Em 1988, diante da campanha pelo NO, em relação ao plebiscito que decidiria os rumos do país, uma nova articulação deu origem à *Concertación de Partidos por el No*, reunindo partícipes tanto da *Alianza Democrática* quanto do MDP, além de integrantes do MAPU, do MAPU-Obrero, da esquerda cristã e do Partido Verde⁴³⁶.

⁴³⁶ ORTEGA, Eugenio, MORENO, Carolina B. (Comp.) *¿La Concertación desconcertada?: reflexiones sobre su historia y su futuro*. 1a. ed. Santiago de Chile: LOM Eds., 2002; COLLIER, S., SATTER, S. *Historia de Chile 1808-1994*. Cambridge University Press, 1996; KIRBY, Enrique C. *Proceso Político en Chile 1973-1990*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1997.

Segundo Teresa Valdés, esse momento foi de grande adesão e participação pública das mulheres, representadas, sobretudo, pela *Concertación Nacional de las Mujeres por la Democracia* (CNDM). De acordo com a autora, as integrantes converteram o “NO” em uma campanha contra o sexismo, as discriminações de gênero e o autoritarismo presentes na sociedade chilena. Dado o êxito da campanha, Valdés avalia que o período foi profícuo para as feministas pressionarem a *Concertación por la Democracia* para que os temas de gênero entrassem na agenda do novo governo⁴³⁷. Em documento público de 1989, a CNDM apresentou-se como uma organização que visava a integrar todas as mulheres que desejassem discutir sobre “los derechos de la mujer y por la democracia” e a buscar “la igualdad entre los sexos”. A agremiação ponderou que não era uma iniciativa “contra los hombres”, algo insensato, mas sim um importante meio de difusão das atividades construídas pelas mulheres nos últimos anos⁴³⁸.

Em 1989, Patricio Aylwin, da democracia cristã, foi lançado como candidato à presidência pela *Concertación* e ganhou a disputa eleitoral com 55,17% dos votos válidos, dando início à transição democrática. A transição foi imbricada por uma série de acordos, sobretudo com a ala militar, culminando nas conhecidas *leys de amarre*, que garantiram a permanência das medidas neoliberais, bem como a tutela militar à sociedade. Renato Martins assevera que, mesmo após a derrota no plebiscito, Pinochet não aceitou mudanças na Constituição de 1980 e “[...] por meio de legislação ordinária, promove a regulamentação de vários de seus aspectos com o objetivo de resguardar prerrogativas das Forças Armadas e preservar o modelo econômico neoliberal⁴³⁹”. Por esse caminho, as únicas conquistas da reforma negociada foram a abolição da proscrição dos partidos marxistas, o aumento do número de senadores eleitos de 26 a 38 e a redução do mandato presidencial de oito para quatro anos. Isto é, diferente do Brasil e da Argentina, o retorno democrático chileno permaneceu atrelado às forças militares e não trouxe alterações nas propostas das políticas econômicas neoliberais.

⁴³⁷ VALDÉS, Teresa. **Las Mujeres e la Dictadura Militar en Chile**. Material para discusión. Santiago: FLASCO, n. 94, 1987.

⁴³⁸ ¿Qué es la Concertación Nacional de Mujeres por la Democracia?, 1989. Disponível em: <<http://www.archivospublicos.cl/index.php/que-es-la-concertacion-nacional-de-mujeres-por-la-democracia>>. Acessado em: 05/04/2019.

⁴³⁹ MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 49, 2000, p. 80.

3.3.1. *Marea Alta*: uma expressão da Onguização do feminismo chileno

Foi nesse contexto que, em 1991, saiu a primeira edição do jornal *Marea Alta*. A publicação foi idealizada por duas militantes que participavam da *Casa de la Mujer La Morada*, a saber: Gloria Angelo e Loreto Bravo. Isto é, ativistas que já tinham um contato prévio tanto com o feminismo quanto com as propostas de projeto apoiadas por instituições internacionais de cooperação. Diferente dos pares brasileiros e argentino, a publicação não foi organizada por um coletivo autônomo ou ONG. A ideia inicial partiu da dupla de ativistas e visou a constituir um *Diario de la Mujer*. Para tanto, enviaram um projeto para um fundo de cooperação sueco e tiveram a proposta aprovada. O recurso permitiu que o periódico fosse publicado entre 1991 e 1994, de forma contínua, em um total de 30 números. O editorial inaugural, intitulado *Partida de Nacimiento*, informou que a publicação era um esforço participativo de grupos de mulheres atuantes nos últimos anos e que viria responder:

[...] a la necesidad de expresión y articulaciones de mujeres que han impulsado y desarrollado desde distintos lugares y en diferentes espacios las mujeres del país, que aspiran a mejor la vida a partir del reconocimiento de su propia condición, y de una búsqueda también propia de soluciones para sus problemas específicos⁴⁴⁰.

No mesmo número, foi ressaltado o entusiasmo com o novo meio de comunicação, que viria preencher uma lacuna encontrada nos últimos anos sobre as demandas femininas. No que se refere ao escopo de sua política editorial, o jornal definiu-se como um periódico “desde la mujer”. Segundo Ríos, Godoy e Guerrero, o objetivo do tabloide era alcançar o número máximo de mulheres, desde os grupos e ONGs, até aquelas que estavam inseridas nos espaços instituídos pelo Estado. Sendo assim, segundo as autoras, o corpo editorial confrontou-se com o dilema de usar ou não a palavra “feminismo”, tendo em vista as implicações que o termo poderia ter no alcance e na difusão do periódico entre as mulheres das classes populares. Entretanto, como observam, as tensões se resolveram a “corto andar” e tornou-se central a concepção de um feminismo amplo, “muy inclusivo, muy validador de todas las experiencias reivindicativas de las mujeres⁴⁴¹”.

Esse fato foi expressivo na composição da equipe e do projeto editorial. A publicação, ainda que não fosse produzida por uma ONG, era publicada moldes estabelecidos pela

⁴⁴⁰ “Partida de Nacimiento”, *Marea Alta*, n.1, julio, 1991, p.2.

⁴⁴¹ RÍOS, Marcela; GODOY, Lorena; GUERRERO, Elizabeth. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura*. Santiago: CEM y Ed. Cuarto Propio, 2003, p. 172.

Onguização, isto é, contava com um pequeno grupo constituído pelas duas editoras responsáveis e por colaboradoras que atuavam em ONGs, órgãos estatais ou em organizações de base popular. Porém, algumas matérias eram encomendadas a profissionais que recebiam pelo material entregue. Loreto Bravo, uma das coeditoras do periódico, ao tratar do processo de editoração do jornal, afirmou que:

Contratábamos periodistas que hacían parte como el equipo productor, secretaria. Éramos un grupo chiquito, éramos nosotras dos, las dos escribíamos, yo editaba el periódico. Trabajábamos normalmente con una o dos periodistas colaboradoras, cada mes pedíamos colaboración a alguna periodista nueva que quisiera publicar aquí y pagábamos por artículo⁴⁴²»

Isto é, o modelo adotado por esse periódico está alinhado ao processo de onguização, contando com equipe remunerada e artigos encomendados, logo, distante do padrão da imprensa alternativa dos movimentos sociais. Em vista disso, adotou um posicionamento político que buscou dialogar tanto com as mulheres “institucionalizadas”, presentes nas ONGs e no Estado, bem como com as mulheres populares, representadas pelos movimentos de trabalhadoras e sindicalizadas. Essa expressão foi notória na capa inaugural que estampou diversos rostos femininos e trouxe como matéria central a reforma trabalhista e as posições das sindicalizadas, como podemos observar a seguir.

No que corresponde à sua estrutura, o jornal foi publicado mensalmente, com uma tiragem média de quatro mil exemplares. Não há referência a preços unitários, assinaturas e há poucos anúncios publicitários em seu interior. Dessa forma, acreditamos que o jornal deveria ser distribuído de forma gratuita às entidades de base feminina e às ONGs. Ele foi editado em formato tabloide, preto e branco, muito similar ao *Mulherio*. A publicação era parte de um projeto financiado, a princípio, pela Cooperação Sueca, sendo que, a partir de 1993, contou, também, com aporte da inglesa OXFAM. Diante disso, apresentou regularidade tanto em sua periodicidade quanto em sua paginação, como veremos a seguir.

⁴⁴² Idem, p. 171.

Figura 34 - Primeira edição *Marea Alta*



Marea Alta, n. 1, 1991

Esse fato também refletiu na parte gráfica. O jornal era impresso digitalmente, com capas coloridas e o interior era ilustrado por fotografias que iluminavam o cotidiano feminino com mulheres trabalhadoras, manifestantes, estudantes e idosas, a exemplo da primeira capa. O periódico apresentou seções regulares, como: *Mujer en movimiento*, que informava sobre os encontros nacionais e internacionais de mulheres; *Reportaje Central*, sobre a matéria de capa; *Opinión*, que trazia artigos escritos por integrantes dos movimentos sociais ou ONGs a respeito de diversos assuntos; *Viento Norte, Viento Sur*, com notícias das agremiações de mulheres chilenas no país; *Intervención Cultural*, que, além de dicas culturais, trazia abordagens críticas sobre programas com linguagem sexista.

Tabela 7 - Periodização do jornal *Marea Alta*

Ano e Número	Periodicidade	Paginação
Ano 1 (n.1 ao 6) 1991	Mensal	8
Ano 2 (n.7 ao 17) 1992	Mensal	12
Ano 3 (n.18 ao 27) 1993	Mensal	12
Ano 4 (n. 28 ao 30) 1994	Mensal	12

Org. por Júlia Oliveira a partir de *Marea Alta* (1991/1994)

Duas outras frações merecem destaque. Durante os dois primeiros anos, o periódico manteve, na primeira página, em coluna lateral esquerda, uma seção que veiculava resumos dos projetos e ações do *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM). Posteriormente, a fração temática, primeiramente denominada SERNAM, foi alterada para SERNAM/PROMEDU, uma referência ao projeto governamental intitulado *Promoción y Desarrollo de la Mujer*. Tais seções ofertavam uma interface com a política estatal, narrando os avanços e impasses das propostas de igualdade de gênero, especialmente no que se refere às legislações sobre o divórcio, o aborto, a violência doméstica e a saúde da mulher. O *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM) foi criado a partir das propostas elaboradas pelas integrantes da CNMD durante a transição democrática. Todavia, Eliane Largo advoga que o órgão governamental, alinhado à democracia cristã, “se converteu em um serviço caracterizado pelo silêncio e pela censura a tudo que se afastava de sua orientação ‘familista’⁴⁴³”. O espaço institucional construiu uma série de políticas sociais para as mulheres, direcionadas para as questões relativas à pobreza e à educação, sendo que as demandas específicas de gênero acabaram sendo postergadas. Nesse sentido, a divisão temática do periódico, denominada *Brisas a favor*, recorrente nos primeiros anos da publicação, trazia charges e tirinhas com críticas contundentes ao lugar que as questões de gênero ocupavam na democracia chilena, a exemplo da publicada na terceira edição, em 1991, em que a suposta “ola de câmbios” que o mundo vivia foi satirizada pela permanência, no cotidiano feminino, de cenas de violência e da dupla jornada de trabalho. Ou seja, apesar de reservar um espaço para divulgar as ações da pasta governamental, o periódico também, nas entrelinhas, tecia críticas à forma como as pautas feministas foram tratadas no novo período democrático.

No que tange às abordagens temáticas, em comparação às publicações chilenas anteriores, *Marea Alta* cedeu maior espaço às discussões sobre a violência doméstica, bem como introduziu a questão do HIV nas abordagens sobre saúde feminina. A prevenção da gravidez na adolescência e o fim da educação sexista também tiveram centralidade em suas páginas. Ainda que de forma tímida, o periódico também estendeu visibilidade à organização do *Movimiento de Liberación Homosexual* (MOVILH), uma ONG constituída por gays e lésbicas, em 1991. Além disso, as propostas de mudança nas leis trabalhistas foram debatidas amiúde, com matérias que elucidavam as condições precárias de trabalho para as mulheres, em especial as temporárias. Na edição de número 25, em 1993, a matéria de capa lançou luz

⁴⁴³ LARGO, Eliana. “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**, op.cit., p. 112.

às “trabajadoras ignoradas” e informou sobre as mudanças na legislação trabalhista após três anos de discussão parlamentar.

Figura 35 - Charge a ola de cambios



Marea Alta, n. 3, 1991.

Por essa via, assinalou que, entre as alterações previstas pela lei 19.250/1993 estavam: o direito paternal a um dia de descanso quando do nascimento do filho; aos trabalhadores do comércio, o direito a um domingo de descanso ao mês para estar com a família; a prerrogativa de que as trabalhadoras domésticas não poderiam ganhar menos que três quartos do salário mínimo e, no caso dos empregados temporários, que os contratos deveriam ser feitos por escrito, sendo que, quando o tempo de contratação ultrapassasse 28 dias, cópias deveriam ser entregues para as agências de fiscalização. Ademais, foi definido que os locais de serviço temporário deveriam ofertar alojamento e transporte, dignos e gratuitos, quando houvesse necessidade de deslocamento dos trabalhadores. Tais transformações dão-nos indícios dos efeitos das políticas neoliberais no cotidiano da população chilena e demonstram as dificuldades de negociação, uma vez que, no caso das empregadas domésticas, não foi logrado sequer o direito a um salário mínimo.

A respeito disso, Jasna Bertoni avalia que havia um intenso hiato entre os postos ocupados por homens e mulheres, bem como em relação aos valores pagos por igual trabalho para ambos os sexos, no Chile, durante os anos 90. Para a autora, tais diferenças advinham do predomínio de uma cultura patriarcal e da ausência de respostas concretas sobre o cuidado infantil. A falta de políticas públicas de gênero teria impactado “directamente el empleo femenino y no así al masculino”, uma vez que as mulheres seriam preteridas em relação aos

homens, ainda que com a mesma formação⁴⁴⁴. Nessa direção, o periódico anunciou que a SERNAM estava elaborando um plano de igualdades de oportunidade que deveria ser apresentado ao próximo governo da *Concertación* visando à igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Como dito, o lugar que as demandas de gênero ocuparam na transição democrática foi discutido com afincos por meio de matérias, charges e entrevistas com mulheres que ocupavam a esfera institucional ou com as candidatas dos diferentes partidos políticos que iriam disputar as eleições municipais, em 1992. O editorial da nona publicação informou sobre a baixa representatividade feminina para as eleições e ressaltou que em nenhum dos partidos da *Concertación* o número de candidatas alcançava a cifra de 20%. A maior porcentagem concentrava-se na sigla do PPD, *Partido pela Democracia*, que congregava 18,5% de mulheres inscritas, seguido do *Partido Socialista*, PS, com 13,4 %. Segundo o texto, a baixa representatividade era contraditória à “gran capacidad demonstrada por las mujeres en la implementación de numerosas y variadas experiencias de organización y tomadas de iniciativas destinadas a mejorar la calidad de vida, en el ámbito local⁴⁴⁵”.

Entre as razões elencadas para tal constatação, foi apresentada a falta de estratégia de agrupações políticas para aumentar a representatividade feminina; a falta de interesse em abordar e assumir o tema das mulheres como uma pauta política; as formas tradicionais de fazer política e os mecanismos de negociação. Diante disso, o editorial ressaltou o papel desempenhado por algumas ONGs em impulsionar a participação feminina nas diferentes instâncias de poder. Isto é, a crítica era relativa à pouca presença das mulheres nas esferas tradicionais do poder, dando-nos pistas, de um lado, da centralidade das ONGs no feminismo chileno e, de outro, da ausência de referências aos grupos autônomos como canais de articulação política.

⁴⁴⁴ BERTONI, J.S. Fuerza laboral de la mujer en Chile: cifras y características. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 5, 1998.

⁴⁴⁵ No hay peor ciego, editorial, **Marea Alta**, n. 9, 1992, p. 3.

Figura 36 - Charge a agenda política de 1992



Marea Alta, n. 6, 1991.

Dois anos depois, quando a *Concertación* elegeu o democrata cristão, Eduardo Frei, como presidente, *Marea Alta* apresentou na seção *Opinión* um artigo intitulado *Que esperabamos las mujeres en la democracia*, assinado por Paulina Weiber, do MEMCH'83. O texto tece uma comparação entre as conquistas das mulheres chilenas e paraguaias, tendo como pano de fundo a presença de Line Barreiro, ativista paraguaia, que participou de um seminário sobre igualdade de oportunidades realizado pela SERNAM. O artigo pondera que, ainda que as comparações fossem “irritantes”, se faziam necessárias para objetivar os sentimentos. Sendo assim, avaliou que, em uma transição “mais breve”, porém mais difícil que a do Chile, as paraguaias haviam conseguido alçar diversas conquistas legais, como o direito ao divórcio, as modificações no código civil, a equiparação de capacidades entre homens e mulheres, a igualdade na administração patrimonial, a eliminação do crime de adultério, a despenalização do aborto terapêutico em casos de estupro e a igualdade de direitos, garantida constitucionalmente, entre homens e mulheres⁴⁴⁶. Tendo em vista essas

⁴⁴⁶ Em 1989, por meio de um novo golpe político orquestrado por setores militares, Alfredo Stroessner, ditador paraguaio, foi deposto da presidência, encerrando os longos 35 anos de regime ditatorial. Após três meses, foram convocadas eleições livres e o general André Rodriguez, que conduziu o golpe de 1989, foi eleito presidente pelo Partido Colorado.

diferenças entre o contexto paraguaio e o contexto chileno, o texto propõe alguns questionamentos:

¿Qué tienen ellas que no tenemos nosotras? ¿Por qué nos ha costado tanto las chilenas incorporarnos como sujetos de este nuevo orden político que se inauguró en Chile en 1989? ¿Por qué nos ha costado tanto convertir en acción concreta la idea de igualdad entre mujeres y hombres? ¿Por qué nos metemos tan mal y tan poco en el proceso de negociación y pacto social que dio origen al gobierno de transición? Si nuestro aporte a la lucha antidictatorial y la capacidad de articulación y convocatoria del Movimiento de Mujeres fue tan potente e innegable ¿por qué ha sido tan débil nuestro protagonismo en el proceso democrático que vivimos? ¿Por qué tan débil nuestra presencia en cargos de representación pública e instancias de toma de decisión? [...] ¿Por qué ha sido tan difícil definir, desde la autonomía del Movimiento, nuestras relaciones con el Gobierno, con el SERNAM, con el PROMEDU o con las mujeres en cargos públicos?⁴⁴⁷

O artigo chama a atenção para as dificuldades de discutir, a partir da autonomia do movimento, as relações com o Estado, com os órgãos institucionais criados na democracia e com a sociedade civil. Isto é, aponta como não havia um espaço de negociação autônomo no Chile, sugerindo que as questões relativas às mulheres eram instrumentalizadas pelos órgãos estatais, não correspondendo à agenda das organizações feministas. Em conclusão, afirmou que as chilenas possuíam grande capacidade organizativa e deveriam garantir maior fluidez e inserção das suas demandas nas esferas tradicionais da política.

Todavía, as chilenas chegaram ao final da década sem alcançar os mesmos direitos que as brasileiras, argentinas e paraguaias⁴⁴⁸. Nelly Richard avalia que esse recuo do feminismo chileno na transição democrática pode ser compreendido por uma junção de fatores. De um lado, a autora pontua que muitas feministas foram “seduzidas” pela participação na gestão estatal e abandonaram a dinâmica do movimento. Nessa direção, a SERNAM, alicerçada nas bases da democracia cristã, construiu políticas públicas focadas na díade “mujer/família”, afastando-se das pautas de gênero apresentadas anteriormente pelas feministas. Richard afirma que o pacto conciliatório da transição também afetou as posturas mais combativas, levando os movimentos a “rebajar el tono” de temas centrais, como aborto e divórcio. Assim, as ONGs, ao lado das políticas estatais, teriam papel central na transformação do movimento, pois teriam provocado a substituição do militante pelo profissional, afetando a crítica feminista dos anos anteriores:

⁴⁴⁷ Opinión, *Marea Alta*, n. 27, 1994, p. 5.

⁴⁴⁸ Oficialmente, o divórcio só foi permitido no Chile em 2004. Em 1997, uma lei que autorizava o divórcio foi aprovada pela Câmara de Deputados, mas arquivada pelo Senado, sendo retomada no início dos anos 2000. No caso do aborto, a lei que assegura a prática quando a gestação oferece riscos à mãe, em casos de estupro ou de inviabilidade fetal foi aprovada apenas em 2017, durante a presidência de Michelle Bachelet.

[...] las nuevas reglas de adecuación política a un modelo social que privilegia criterios –tecnificados– de pragmatismo y eficacia, junto al protagonismo de las ONGs como fuente de investigaciones y conocimientos sobre la mujer que luego funcionalizar los organismos de estado, hicieron que lo profesional desplazara y reemplazara a lo militante, y que lo operativo adquiriera mayor urgencia que lo discursivo⁴⁴⁹.

À luz desses apontamentos, Largo narra que, no início dos anos 90, ainda durante o primeiro governo da *Concertación*, duas parceiras profissionais foram presas após serem denunciadas por realizarem abortos clandestinos. Ambas trabalhavam em uma ONG feminista socialista e foram demitidas sem que outras agremiações feministas manifestassem apoio público, incluindo o jornal *Marea Alta*. Isso porque, segundo a autora, “não havia movimento autônomo” e, uma vez mais, a justificativa de que “não era o momento” foi a “frase padrão de distintas organizações feministas⁴⁵⁰”. Isto é, no Chile, a transição democrática pactuada e a reorganização do feminismo por meio das ONGs impactaram na tônica do movimento, fazendo com que este tivesse que ajustar seu discurso em relação ao Estado. Havia, portanto, um constrangimento em tratar de determinados temas, bem como em fazer críticas contundentes sobre o impacto da falta de autonomia do movimento em relação à conquista de direitos.

Frente a esse cenário, em 1994, durante as comemorações do oito de março, um grupo de mulheres apresentou-se sob a insígnia de “Feministas Autónomas”. *Marea Alta* registrou a campanha da nova agremiação em uma reportagem intitulada “8 de Marzo Autónomo”, em que foi apresentada tanto a convocatória do grupo como a recepção por outros setores do movimento mais amplo no país. A respeito da convocação, o periódico publicou:

Una convocatoria a esa manifestación firmada por las Feministas Autónomas resumió su punto de vista – que esta democracia encerrada en cuatro paredes ciegas y sordas – el patriarcado, la violencia, la destrucción del planeta y la pobreza – hoy tiene un nombre: NEOLIBERALISMO – y que a este, se recorre a una fuerza subterránea y rebelde de aquellas personas que tiene utopía – como la solidaridad, la igualdad social, la armonía con la naturaleza y el derecho a la diferencia, en esta fuerza, nosotras feministas, nos reconocemos, concluye el texto⁴⁵¹.

⁴⁴⁹ RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. In: MATO, Daniel (Comp.) **Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLASCO, 2001, p. 230.

⁴⁵⁰ LARGO, Eliane. “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. op.cit., p. 114.

⁴⁵¹ 8 de Marzo Autónomo, *Marea Alta*, n. 28, p.2.

Isto é, surgia no país um grupo crítico aos caminhos que a agenda neoliberal delineou para a militância feminista. A recepção do novo grupo foi também tratada pela matéria, que explicou que muitas militantes não concordaram com todos os pontos apresentados pela convocatória, sobretudo por lhes fez recordar um “motín”, como os de antes. Ou seja, a aparição das denominadas autonomistas fez com que parcela do movimento se lembrasse das antigas manifestações, mais radicais. Para essa fração, esse tipo de engajamento não era “adequado” para o período. Para tratar dessa percepção, o periódico entrevistou duas integrantes do grupo autonomista, as quais explicaram que este era uma frente conformada pelas *Feministas Populares*, *Mujeres del Pueblo*, *Feminaria*, *Las Cómplices* e por parcela do movimento lésbico que, até então, não havia sido noticiado pelo periódico.

Figura 37 - Movimento autonomista do Chile



Marea Alta, n. 28, 1994.

A entrevista foi realizada com Edda Gaviola e Sandra Lilid e visou a esclarecer quais eram as ideias e os projetos políticos da nova frente política. Quando interrogadas se o movimento chileno não era autônomo, Lilid respondeu que: “[...] Se ha institucionalizado un tipo de feminismo que hace bailas [...] y ese baile no es nuestro. No queremos que para hacer una consigna, un grito, un manifestó, una obra de teatro, un afiche, haya que preguntarle la opinión de quien gobiernan⁴⁵²”. Ou seja, delineava-se uma resposta ao engessamento do feminismo chileno. A afirmação da ativista também lança luz sobre uma relação mais hierárquica e impositiva do Estado para com a agenda feminista, indicando a ausência de

⁴⁵² Idem.

possibilidades de negociação com o Estado, o que nos ajuda a entender as dificuldades das chilenas em conseguir alcançar os mesmos direitos que as brasileiras e argentinas.

A organização da corrente feminista autônoma teve ensejo durante o VI EFLAC, em El Salvador, quando as discussões sobre os aspectos éticos da política de mulheres e das relações com os financiamentos levaram a um embate sobre “a verdadeira identidade feminista latino-americana⁴⁵³”. Por essa via, *Cómplices* surgiu como uma proposta de “*feminismo sin fronteras*”, pois, além de Gaviola e Lilid, integravam a agremiação Margarita Pisano, que, paradoxalmente, até um ano antes, era diretora da ONG *La Morada*, e as mexicanas Francesca Gargallo e Ximena Bedregal. De acordo com declarações, o grupo surgiu como uma proposição “política e filosófica” frente ao contexto dos anos 90, marcado pela institucionalização e pelo avanço neoliberal na América Latina. Como foi exposto:

La década del 90 tiene la impronta de la derrota para las mujeres: el empoderamiento, las cumbres, el Banco Mundial, la globalización y el mandato supremo de la cooperación internacional para apoyar las representaciones que, vestidas de buenas maneras y desde la mesura, pudieran sentarse a negociar (como si fuera negocio) la experiencia histórica concreta de las mujeres. La década del 90 estuvo marcada, entonces, por una apuesta central, impulsada desde espacios de poder y, agazapada tras un aparente ejercicio de diversidad, pluralidad y democracia, de desmontar los sueños, los mecanismos autónomos de articulación y de hegemonizar todos los espacios, toda la creación/producción y toda la capacidad subversiva del feminismo como apuesta político/filosófica para avanzar en transformaciones radicales que afectaran la macrocultura y para comenzar a inventar nuevos caminos para el ser mujer en el mundo⁴⁵⁴.

O coletivo tornou-se uma das vozes críticas ao processo de institucionalização do feminismo latino-americano e foi responsável pela edição da revista *Correa Feminista*, no México⁴⁵⁵. Essa corrente de pensamento esteve alinhada ao corpo editorial da publicação argentina *Brujas*, que, como apresentamos no capítulo anterior, teve um posicionamento crítico à institucionalização do movimento, especialmente em relação às ONGs e aos financiamentos. O periódico trouxe artigos e entrevistas das integrantes do *Cómplices*, bem como de outros grupos autonomistas da América Latina. Na contramão, essas vozes não

⁴⁵³ MASSON, Laura. **Feministas en todas las partes**, op.cit.

⁴⁵⁴ GAVIOLA E., BEDREGAL X., ROJAS R. **Feminismos Cómplices, 16 años después**. México, DF: Editorial La Correa Feminista, CICAM, 2009, p. 10/11.

⁴⁵⁵ A revista já era editada pelo *Centro de Investigación y Capacitación de la Mujer* (CICAM) desde 1991, e seguiu, ainda que de forma irregular, até 1998. Seus exemplares estão disponíveis na página do *Centro de Investigaciones y Estudios de Género*, da Universidad Autónoma do México. BEDREGAL, Ximena. “El feminismo autónomo radical, una propuesta civilizatoria” In; DAMIÁN, Espinoza, JAVIEN, Ana Lau (Coord). **Un Fantasma recorre el Siglo: luchas feministas en México 1910-2010**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2011.

tiveram espaço nos periódicos brasileiros analisados, uma vez que a UOO, como vimos, caminhava ao lado da denominada frente separatista do movimento lésbico e mais próxima aos grupos institucionalizados, dos quais a corrente autonomista era crítica.

Ainda em 1994, *Marea Alta* chegou ao fim. Ao contrário das demais publicações aqui analisadas, o periódico comunicou sobre o encerramento das suas atividades e fez um balanço dos quatro anos de circulação, estampando fotos que julgaram representativas desse período. No editorial, apesar de destacar as atividades da SERNAM e do PROMEDU, ponderou que: “Ese nuevo escenario obliga las organizaciones y las ONGs de mujeres – protagonistas y gestoras del proceso mencionado – a replantearse su rol, y su vinculación con los organismos del Estado, con el mundo político y con la sociedad civil⁴⁵⁶”. Como afirmamos, a publicação fazia parte de um projeto financiado por duas agências de cooperação internacional que teriam, nos últimos anos, diminuído os aportes financeiros à organização editorial. No entanto, a leitura do fragmento nos permite inferir que parte do movimento feminista chileno, que viveu fortemente o processo de onguização e que acompanhou a instrumentalização da agenda de gênero pelo Estado, começava a ter um olhar mais crítico para o caminho percorrido pela militância nos últimos anos.

Marea Alta, publicado em um momento distinto dos seus antecessores, trouxe em suas páginas questões mais específicas sobre o cotidiano feminino, a exemplo do divórcio e da violência doméstica. Igualmente, lançou luz sobre temas que ainda não eram vislumbrados pelos periódicos anteriores, como a epidemia de AIDS. Entretanto, tais discussões foram apresentadas a partir dos projetos articulados tanto pelas ONGs quanto pelo Estado, demonstrando-nos como as questões de gênero foram capitalizadas por ambas as instituições, que não conseguiram lograr transformações efetivas para as mulheres, ao contrário do Brasil e da Argentina, onde, no mesmo período, as mulheres já haviam alcançado equiparação jurídica em relação aos homens, embora a efetivação dessa condição jurídica ainda apresentasse grandes desafios para a militância. O jornal debruçou-se sobretudo em temas gerais, como os relativos à precarização do trabalho feminino, e deu pouca atenção a questões consideradas mais polêmicas, como o aborto e a homossexualidade feminina. Logo, não foi por acaso que vemos emergir no país um movimento contestatório a essa forma política e que questionou seus efeitos, ensejando novas articulações norteadas pela autonomia.

⁴⁵⁶ Editorial, *Marea Alta*, n.30, 1994, p.3.

Figura 38 - Última edição de *Marea Alta*



Marea Alta, n. 30, 1994

Destacamos, também, que o periódico não publicou nenhum artigo analítico sobre a questão da autonomia, ao contrário do antecessor *Furia*, que, além de ter a questão como, refletiu sobre sua importância. A autonomia do feminismo apareceu apenas como notícia sobre o movimento emergente, mas não como questão central para o projeto editorial, sinalizando como ele estava mais próximo das publicações profissionais que da imprensa alternativa, editada pelos movimentos sociais, a qual expressou seu posicionamento sobre a temática. Nessa perspectiva, vemos, também, que o periódico chegou ao fim quando os subsídios monetários diminuíram, isto é, assim como as demais publicações financiadas, *Marea Alta* não conseguiu sobreviver de seu público leitor.

3.3.2. A “ousada” linguagem de *Puntada con Hilo*

Assim que *Marea Alta* saiu de circulação, um novo periódico feminista chegou às ruas de Santiago. Em agosto de 1994, foi lançado o primeiro número de *Puntada con Hilo*, “una comunicación de mujeres con perspectiva de clase y género”. A primeira edição trouxe tal definição e afirmou que o jornal seria “[...] un medio de comunicación de mujeres, no porque vayamos hablar de ‘cosas de mujer’, en realidad nos cuesta definir cuáles son esas ‘cosas’ en que parece que los hombres no interviene (¿hijos?), no tienen opinión (¿divorcio?) o no están

interesados (¿sexualidad?)”⁴⁵⁷. Logo, de antemão, demonstrou que teria um tom mais direto que o antecessor, endossando que “[...] la vida tiene mil variantes. Que las diferencias de sexo, etnia, de edad son naturales, pero no hacen a nadie mejor o peor”. Isto é, o jornal prometia um diálogo com “mujeres y hombres” a partir das intersecções de raça, classe, etnia, gênero e sexualidade.

A inserção da assimetria de classe advém da formação política das idealizadoras do projeto, a saber: a psicóloga Beatriz Bataszew⁴⁵⁸ e a jornalista Victoria Morales⁴⁵⁹. Ambas as ativistas fizeram parte de agremiações de esquerda durante o regime militar, sendo que a primeira foi presa política e a segunda viveu em exílio com a família. Após o cárcere e o retorno do exílio, ingressaram na militância feminista autônoma e, no caso de Victoria, também no emergente movimento lésbico.

Chama-nos a atenção a escolha do nome do jornal. De um lado, o título faz menção ao universo feminino da costura e do bordado, atividade minuciosa em que é necessário ter cuidado para que a linha não dê um nó e para que o ponto fique perfeito. Por outro lado, traduzido, o nome corresponde à expressão “não dar ponto sem nó”, isto é, fazer algo com certa intencionalidade, em uma ação premeditada. Assim, como veremos, o periódico adotou um tom mais contundente em relação a determinados temas, como o aborto e a sexualidade, se posto em comparação com o seu antecessor. Sua linguagem o aproxima da revista *Furia*, escrita por socialistas, durante os anos 80. De acordo com Ríos, Tobar e Guerrero, o corpo editorial era formado pelas duas editoras responsáveis, apresentadas acima, e por “[...] un equipo de colaboradoras/res bastante regular, aunque sin remuneración⁴⁶⁰”. O grupo de colaboradores era misto, constando entre os nomes os de Alejandro Fuentes, Marisol Aguilar,

⁴⁵⁷ **Puntada con Hilo**, n.1, agosto, 1994.

⁴⁵⁸ Beatriz Bataszew, durante o regime militar, militou junto ao MIR, foi presa e torturada nas dependências da intitulada “*Venda Sexy*”, um dos setores da DINA, onde o(a)s presos políticos permaneciam com os olhos vendados e sofriam torturas físicas e sexuais. Após o cárcere, Bataszew voltou-se à militância feminista e à luta pelo reconhecimento da violência do Estado contra os presos políticos. Ver: <<http://www.clam.org.br/entrevistas/conteudo.asp?cod=11984>>. Acessado em: 06/04/2019.

⁴⁵⁹ Victoria Aldunate Morales foi militante do Partido Comunista e líder estudantil. Durante a ditadura de Pinochet, exilou-se, junto à sua família, momento em que renunciou à militância no partido político. No retorno a Santiago, engajou-se no movimento lésbico-feminista e no feminismo autônomo, sendo que também foi coordenadora da *Casa de Acojida a Mujeres*, em Santiago. Morales também é autora de diversos artigos sobre violência contra a mulher e do romance a *Chica Corazón de Ruedas*, publicado pela Coleção Feministas Autônomas, de La Paz, em 2008. Disponível em: <<http://2014.kaosenlared.net/secciones/author/118-victoria-aldunate-morales>>. Acessado em: 06/04/2019..

⁴⁶⁰ RÍOS, Marcela; GODOY, Lorena; GUERRERO, Elizabeth. ¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura, op. cit., p. 165.

Jorge Urquiza, Loma Harrington, Alvio Alvarez, Mariela Riviera, entre outros, que atuavam em movimentos populares ou ONGs.

Puntada con Hilo, tal qual *Marea Alta*, contou com financiamento de fundos de cooperação nacional e internacional e publicou, também, trinta números, mensalmente, em formato de tabloide, dando-nos indícios acerca do tempo de duração dos projetos apoiados financeiramente. Em seu primeiro ano, contou com o apoio financeiro da OXFAM, da Inglaterra, e do *Solidaried y Organización* (SOL), um fundo local. Em vista disso, a publicação apresentou regularidade tanto em sua periodicidade quanto no número de páginas, como podemos ver na tabela abaixo. Tais aportes permitiram-lhes ter um formato profissional, bem como uma maior distribuição. Entretanto, diferente do predecessor, o jornal possuía sistema de assinatura e preço unitário de venda. Além disso, contava com uma equipe de colaboradores voluntários, o que não ocorria com o *Marea Alta*. Embora esse periódico fosse financiado por entidades internacionais que o aproximassem da imprensa mais profissional, contou com uma equipe mista que tinha colaboradores e voluntários e imprimiu uma linguagem mais engajada em comparação aos periódicos da UOO e ao *Marea Alta*. Logo, o periódico teve um projeto editorial mais híbrido entre a autonomia e a profissionalização da imprensa feminista.

Tabela 8 - Periodização e preço do jornal *Puntada con Hilo*

Número/Ano	Periodicidade	Paginação	Valor unitário
Ano 1 (n. 1 ao 4) 1994	Mensal	12	\$ 350,00
Ano 2 (n.5 ao 15) 1995	Mensal	12	\$ 400,00
Ano 3 (n.16 ao 22) 1996	Mensal	12	\$ 400,00
Ano 4 (n.23 ao 30) 1997	Mensal	12	\$ 400,00

Org. por Júlia Oliveira a partir do jornal *Puntada con Hilo* (1994/1997)

Apesar disso, como dito, o jornal tinha um preço unitário, oferecia assinaturas e continha anúncios comerciais em seu interior; porém, não encontramos informações a respeito de sua tiragem. Na página virtual homônima é informado que a distribuição do periódico era gratuita para organizações mistas de base. Indica, ainda, que era possível fazer assinatura; ressalta-se, no entanto, que as “ONGs e instituciones en cambio debían pagar sus suscripciones completas⁴⁶¹.” A respeito do sistema de venda e circulação, na quinta edição,

⁴⁶¹ Disponível em: <<http://lapuntadaconhilo.blogspot.com.br>>. Acessado em: 07/04/2019.

em 1995, o jornal agradeceu às leitoras e aos leitores que o apoiaram naquele ano e sugeriu, por meio de uma petição, que fossem organizadas campanhas para arrecadação de fundos a fim de aumentar o número de assinaturas, vendas e circulação:

Algunas ONGs e Instituciones colaboran con la compra de PUNTADA CON HILO por un año. Incluso pobladoras, con pocos medios, nos propusieron pagar sus ejemplares – en financiamiento también está el PODER – dijo una amiga. Estamos de acuerdo, pero, queremos doblarle a mano al individualismo a la vez de buscar financiamiento para este medio. ¿Por qué no ‘hacer vacas’ para pagar la suscripciones? Entre amigas, grupos organizados, trabajadoras de equis proyectos, empresas, oficinas... Lo creemos posible y un gesto importante. [...] Para eso, nada mejor que la voluntad colectiva, PUNTADA CON HILO la necesita. Con tu apoyo y aporte nos reencontramos en marzo, palabra de mujeres y hombres⁴⁶²!

A informação auxilia-nos a compreender o sistema de circulação do jornal e, igualmente, indicia que a equipe buscava diversificar suas fontes para manter a publicação ativa. Além disso, chama a atenção que esta busca resulta em uma proposta de assinatura coletiva e não apenas da venda individual, o que garantia uma fonte mais estável para a publicação. A solicitação não foi aleatória. No segundo semestre de 1995, o periódico deixou de contar com os aportes da organização local SOL e, portanto, o aumento do número de assinaturas ou de vendas avulsas seria de suma importância para sua sobrevivência.

A estrutura editorial era muito similar à do *Marea Alta*, isto é, havia uma pequena equipe que colaborava com o periódico com artigos e fotografias, além de contar com as duas editoras responsáveis. Entretanto, diferente daquele, este periódico apresentou um número menor de seções regulares: *Hilo Verde*, que versava sobre questões ambientais nacionais e internacionais; *Abierto Sobre*, onde eram expressas opiniões de diferentes grupos sociais; *Puntadas de la Alma*, que trazia narrativas femininas sobre problemas presentes no cotidiano que, muitas vezes, não eram vislumbrados como políticos; *Hiladas*, voltada para a cultura, apresentava sugestões de livros, peças e filmes e, por fim, o editorial. Em algumas edições também encontramos a seção *Noticias* e um espaço destinado à história das mulheres ao longo do tempo. De forma distinta do contemporâneo, *Puntada con Hilo* não cedeu espaços específicos para as atividades dos órgãos estatais e teve mais artigos analíticos do que matérias informativas.

O projeto gráfico era digital, com capa e contracapa impressas em papel *couché* colorido onde eram estampados o preço unitário e o logo do jornal. Este foi representado por três bruxas. A escolha das bruxas como símbolo do meio de comunicação permite-nos inferir

⁴⁶² Abrazos, Felicidad y una Petición, **Puntada con Hilo**, n. 5, enero, 1995, p .2.

que ele teria um posicionamento mais engajado sobre as especificidades femininas, pois as feministas recuperaram a imagem das bruxas como uma insígnia de revolta e resistência⁴⁶³. O interior do periódico era impresso em preto e branco, contando com entrevistas e fotos, porém, pouco espaço foi cedido para tirinhas e charges, indo na contramão de outras publicações mais profissionais, como *Marea Alta* ou *Mulherio*. Suas capas tinham cores bastante vibrantes e destacavam as abordagens centrais, a exemplo do primeiro número, em que a questão da violência doméstica sobressai.

Figura 39 - Primeira edição de *Puntada con Hilo*



Puntada con Hilo. n.1. 1994

Em comparação ao seu antecessor, o periódico teve uma linguagem mais direta. Os temas destacados na publicação alinhavam-se às demandas feministas defendidas desde os anos de 1970, quais sejam: aborto, divórcio, sexualidade e prazer, sendo que neste último tópico se destacava a necessidade de conhecimento do próprio corpo pela mulher, dando ênfase ao orgasmo feminino. A homossexualidade também foi debatida; entretanto, se contraposto aos periódicos brasileiro e argentino, não houve expressividade, pois a questão não ocupou páginas centrais. Todavia, é oportuno afirmarmos que, desde 1980, existia, no Chile, um movimento lésbico organizado. Tanto *Chanacomchana* quanto *Cuadernos de*

⁴⁶³ FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

Existencia Lesbiana fazem menção ao *Colectivo de Lesbianas Ayuquelén*, sendo que o periódico argentino, inclusive, replicou uma entrevista cedida pelo grupo, em 1987, a uma revista chilena⁴⁶⁴.

O grupo lésbico chileno surgiu em 1984 e realizava suas reuniões na sede da ONG *La Morada*. A decisão de formar o coletivo a partir das especificidades de gênero foi tomada após o assassinato de Mónica Briones, uma jovem que foi espancada em praça pública por se assumir homossexual. Ao lado desse fato, no mesmo período, muitas militantes feministas, a exemplo de Cecília Riquelme, participaram do II EFLAC, no Peru, onde se depararam com discussões sobre a temática⁴⁶⁵. A visibilidade do movimento, entretanto, só ocorreu em 1987, quando jornalistas da revista de oposição *APSI* solicitaram uma entrevista às ativistas do *Ayuquelén*, que foi concedida nas instalações da *La Morada*. No entanto, a publicação da entrevista gerou conflitos na ONG, sendo que sua coordenação enviou uma carta aos editores da *APSI* argumentando que o coletivo lésbico era apenas mais um dos que compunham a *La Morada* e que as entrevistadas deram “un tratamiento superficial y sensacionalista que sólo contribuye a reforzar los prejuicios existentes⁴⁶⁶”.

É relevante pontuarmos que as relações homossexuais no Chile, até 1999, eram tipificadas pelo Código Penal como delito, sendo passíveis de prisão⁴⁶⁷. Logo, o coletivo lésbico se apresentava publicamente em um momento de forte repressão. Além disso, não podemos esquecer que a tradição católica cumpriu importante papel político, sobretudo no pós-autoritarismo, e, frente a isso, os dois primeiros presidentes da *Concertación* pertenciam ao partido alinhado à Igreja Católica. Esse arranjo para a transição democrática refletiu fortemente na agenda do feminismo e dos movimentos LGBT. Como mencionamos, a

⁴⁶⁴ O artigo intitulado “Colectivo Ayuquelén: somos lesbianas por opción” foi publicada na edição 206 da revista *APSI*, em 1987. *Cuadernos de la Existencia Lesbiana* trouxe a entrevista na primeira página da quarta edição, ainda em 1987. O grupo também é mencionado por *Chanacomchana* como um dos coletivos elencados para compor a Rede Feminista de Lésbicas Latino-Americanas, além disso, foi um dos grupos visitados pela ativista da ILIS em visita ao Cone Sul. Ou seja, apesar da pouca visibilidade nos periódicos locais, a organização era conhecida das militantes brasileiras e chilenas, além de ter uma atuação transnacional.

⁴⁶⁵ A respeito ver: SHATS, Ilán. **Identidad colectiva y marginación en la oposición a la dictadura chilena: Ayuquelén y las Yeguas del Apocalipsis (1983 – 1991)**. Tese de Licenciado en Historia. Departamento de Historia, Universidad de Chile, 2015.

⁴⁶⁶ Mongrovejo afirma que, na oportunidade, Margarita Pisano, a mesma que se tornou voz da frente autonomista, justificou o pedido alegando que as lésbicas não haviam pedido autorização para dar a entrevista nas dependências da ONG, fato que levou ao rompimento das relações entre os dois grupos. MONGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**, op.cit, p. 320.

⁴⁶⁷ O artigo 365 do Código Penal do Chile, datado do século XIX, punia com até três anos de prisão a prática sexual de sodomia. Com as reivindicações dos grupos LGBT, o artigo começou a ser revisto, em 1994, e foi alterado apenas em 1999. Entretanto, a idade para o consentimento para as práticas sexuais homoafetivas é de dezoito anos, enquanto para as relações heterossexuais é de quatorze anos.

SERNAM delineou políticas públicas a partir do binômio “mujer/família”, fazendo com que temas fundamentais da agenda feminista local, como o aborto e o divórcio, não ganhassem centralidade, uma vez que a Igreja era frontalmente refratária a eles⁴⁶⁸. Dessa maneira, vigorou o discurso em relação aos Direitos Humanos, presente em campanhas e comitês a “favor da vida”, em uma referência aos desaparecidos e presos políticos, mote, no entanto, que foi apropriado pelos setores conservadores para se oporem à despenalização do aborto. Além disso, a família era idealizada do ponto de vista heteronormativo, marginalizando o reconhecimento das demandas dos grupos LGBT.

Frente a esse cenário, o periódico ousou sair do binômio mulher/família e investiu na discussão sobre a violência doméstica, o abuso sexual, incluindo o infantil, o direito ao aborto, à livre sexualidade e ao prazer. Nesse ponto, trouxe textos analíticos que versavam sobre a importância do conhecimento do próprio corpo para a obtenção do prazer e tratou de questões como masturbação, sexo durante a gestação e, ainda, da ejaculação precoce masculina. Como forma de esclarecer o assunto, o periódico apresentou imagens mais explícitas sobre esses pontos e adotou uma linguagem crítica às imposições sobre a sexualidade. Tomando a perspectiva de gênero, na décima sexta edição, o jornal estampou em sua capa várias pessoas nuas, com distintos corpos, dentro de caixas, sob o título: *¿Educación para la libertad o el sometimiento?* Na imagem, apenas um corpo está fora da caixa, porém, conectado a outros pela mão; alguns estão na mesma caixa; e há, ainda, o de duas crianças que puxam com as mãos a perna de uma mulher. Isto é, o jornal questiona o imaginário cultural sobre a construção dos corpos e, por meio da imagem, faz uma crítica contundente aos discursos normativos ao estampar corpos nus, porém, imersos nos padrões sociais e identitários de sexo e gênero.

Logo, o periódico tratou de temas e situações do cotidiano feminino (e masculino) que, até então, não tinham visibilidade nos predecessores. Desse modo, pautou a sexualidade como um tema político, alinhando-se à agenda feminista presente nos anos 80, tanto no Brasil quanto na Argentina. Igualmente, discutiu outras questões consideradas tabus, como as dificuldades da maternidade, as relações complexas entre mães e filhas e a educação familiar sexista.

⁴⁶⁸ HINER, Hillary. De la olla común a la acción colectiva: las mujeres "Yela" en Talca, 1980-1995. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Vol. 10, n. 28, 2011

Figura 40 - Capa - educação para a liberdade ou o sometimento?



Puntada con Hilo, n. 16, marzo, 1996.

A despeito de vários desses pontos fazerem parte da agenda feminista e, tanto no Brasil quanto na Argentina, encontrarmos críticas e imagens semelhantes, *Puntada con Hilo* representou um projeto editorial radical em seu país, o que ficou claro em uma carta enviada por Germán Guenzalida, diretor arquidiocesano da *Caritas Santiago*, informando que não gostaria mais de receber o periódico por “no estar de acuerdo” com seu conteúdo. A mensagem foi publicada nesta mesma edição, em 1996:

Desde hace aproximadamente dos años nuestra oficina ha estado recibiendo la publicación editada por Uds, “Puntada con Hilo”. Fato que nos agrada por su deferencia. Por no estar de acuerdo con algunos aspectos de su publicación y que se refieren al lenguaje utilizada y al esquema de excesiva crudeza, o, incluso situaciones que no están relacionadas con nuestra especialización y trabajo, deseamos no más seguir contando con vuestro envío⁴⁶⁹.

Como mencionamos, o jornal era distribuído gratuitamente para grupos de mulheres populares, sendo que muitos destes estavam organizados em pastorais católicas. Os temas abordados pela publicação, ainda que presentes no cotidiano feminino, iam na contramão dos valores defendidos por tais instituições religiosas, sobretudo no que tange ao papel da mulher na família. Nas duas últimas edições, antes de tal solicitação, o periódico havia publicado uma matéria de capa sobre o direito ao aborto e, além disso, apresentado um artigo sobre os mitos

⁴⁶⁹ Por no estar de acuerdo. *Puntada con Hilo*, n. 16, marzo, 1996, p. 2.

relativos ao orgasmo feminino, o qual veio acompanhado por uma ilustração da vulva e da localização do “Ponto G”.

Ainda no tocante aos conteúdos debatidos, o jornal expôs, por meio de entrevistas, depoimentos e artigos, o acirramento das tensões entre o chamado feminismo autônomo e o institucionalizado. No entanto, tal qual *Marea Alta*, não encontramos, em seus editoriais, informações a respeito da discussão, não nos permitindo ter uma posição formal do jornal sobre o tema. Em abril de 1995, o periódico informou sobre as duas atividades organizadas no último oitavo de março, sendo uma pela MODEMU e a outra pelo Feminismo Autónomo, que reuniam diferentes siglas, incluindo organizações gays e lésbicas. As manifestações foram marcadas por cenas de repressão policial, que impediram as integrantes do MODEMU de terminarem o trajeto definido, mesmo com permissão institucional. A respeito de ambas as atividades, o jornal comentou que:

Percibimos que unas cuestionan desde su práctica política la sociedad capitalista y la discriminación que cabe dentro del orden neoliberal, hacia las mujeres. “Mujer que no camina queda na cocina!”, dijeron. Las otras, desde la discriminación hacia del género femenino, critican el sistema patriarcal, que se manifiesta en el libre mercado, clasismo, racismo, autoritarismo y no respecto a las diferencias. “Acoso sexual, acoso social, son formas de violencia do poder patriarcal!, gritaron⁴⁷⁰.”

O periódico não expressou sua opinião a respeito das pautas, apenas concluiu que eram mulheres organizadas que rechaçavam os domínios e se rebelavam, levando às ruas suas ideias. Em outros momentos, *Puntada con Hilo* abriu espaço para ambas as correntes feministas expressarem suas propostas e convicções políticas. Em muitos casos, podemos ver que a crítica à condução das pautas de gênero pelo governo também estava presente em integrantes das ONGs, demonstrando a complexidade do feminismo chileno no período.

Em 1995, a oitava edição apresentou uma carta de Sandra Gonzáles Díaz, vice-presidente da *Asociación Nacional de ONGs*. Nesta, além de tratar das atividades realizadas por diferentes ONGs, apresentou os problemas decorrentes da suspensão de apoio das agências de cooperação internacional e da falta de espaço crítico dentro das esferas governamentais. Acerca do fato, declarou:

En estos duros años de sobrevivencia y difícil relación con el Gobierno que ha nos tocado vivir, seguimos compartiendo muchísimos objetivos comunes. Importantes ONGs de Mujeres, que contribuimos a promover la participación de las mujeres y a crear tantas organizaciones, hoy han ido desapareciendo y no sin dolor. Muchos de

⁴⁷⁰ 8 de Marzo: Marchas y Políticas de Mujeres, **Puntada con Hilo**, n. 6, abril, 1995, p. 2. As manifestações não foram expressivas. Segundo o relato, entre as autônomas havia cerca de 50 mulheres presentes e alguns homens.

nuestros proyectos y trabajos, fuera de ser tomados por el Gobierno sin reconocimiento ni ética, se han desvirtuado quitándoles lo esencial: tener a las mujeres participantes como sujetos protagonistas y no solo como objetos de políticas sociales, y más aún, entregando muchas veces su ejecución a empresas privadas con fines de lucro, sin experiencia en el tema. [...] Nos declaramos definitivamente críticas al sistema neoliberal y patriarcal. [...] Necesitamos con urgencia tener una voz conjunta a múltiples temas de la realidad que nos afectan y donde, con asombro, la sociedad civil está silenciada⁴⁷¹.

A crítica expressa no artigo, por um lado, assinala a instrumentalização, pelo Estado, dos projetos desenvolvidos pelas ONGs; de outro, aponta para uma tendência mundial em relação aos financiamentos das agências de cooperação internacional. Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e, conseqüentemente, o fim da Guerra Fria, os fundos de cooperação internacional, especialmente os europeus, começaram a rever suas agendas de apoio, avaliando que os seguidos anos de apoio não haviam resultado em uma transformação drástica no cotidiano das populações dos países subsidiados. Sendo assim, resolveram direcionar suas agendas de atuação para situações consideradas emergenciais, como as de pobreza, em que pudessem garantir a sobrevivência de parcela da população, embora de forma desvinculada de um compromisso com a redução das desigualdades sociais.

O caso do Chile é exemplar desse contexto. Como vimos, dada a conjuntura específica do país, isto é, o neoliberalismo e a ditadura militar, a rearticulação dos movimentos sociais esteve amparada pelas ONGs e pelos projetos de capacitação. Todavia, como podemos observar no tocante às assimetrias de gênero, os resultados não foram expressivos, porquanto as demandas de gênero não encontraram espaço dentro do programa governamental, resultando em políticas públicas pouco efetivas tanto no âmbito público quanto no privado. Além disso, como asseveramos no caso da Rede UOO, as agências de apoio, com o intuito de tornar as ONGs menos dependentes dos aportes financeiros, incentivaram-nas a diversificarem suas fontes por meio de assessorias ou consultorias, “vendendo seus produtos” para o governo ou para empresas privadas⁴⁷². Sendo assim, no caso do feminismo, as questões de gênero, em muitos casos, foram distorcidas ou transformadas em mercadorias.

Nesse complexo contexto, o Chile preparava-se para recepcionar o VI EFLAC, que deveria ocorrer no final de 1996, em Cartagena. Nesse ano, os eventos ocorridos no oito de março indicavam o emaranhado do movimento e o acirramento das tensões. Na reportagem sobre a convocatória, o periódico destacou o desencantamento de muitas mulheres tanto com

⁴⁷¹ “Crítica al sistema neoliberal y patriarcal”. **Puntada con Hilo**, n. 8, junio, 1995, p. 2.

⁴⁷² TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção**: as organizações não governamentais no processo brasileiro de redemocratização, op. cit., p. 116.

a corrente autonomista quanto com a institucionalizada. Uma das entrevistadas, “una mujer comunista”, declarou que o ato organizado pelas ONGs foi “malo y poco atractivo, además de superficial”, isso porque, em sua observação, muito foi dito sobre o encontro em Beijing e pouco sobre a realidade concreta das chilenas. O outro depoimento era de uma professora de história que ponderou que a data havia se “desvirtuado” e acreditava que esse fato estava interligado aos partidos políticos e às instituições que tinham absorvido o movimento de mulheres, entretanto, sem representá-los. Avaliou que a convocatória das autônomas foi “pobre”, não pelo conteúdo, mas sim pela linguagem distante das bases populares, concluindo que “estamos en una crisis interna que no podemos seguir obviando⁴⁷³”.

Ainda na mesma matéria, com o subtítulo “todo pasado”, foi informado sobre os riscos que tais dissensos estavam acarretando para a realização do VI EFLAC. A comissão organizadora definiu que o evento seria feito a partir da “autonomia” e que o lugar das instituições seria apenas de apoiadoras, sem interferência metodológica ou política. Diante disso, foi comunicado que a organização do evento estava com dificuldades econômicas, posto que as agências de cooperação não viam o Chile como prioridade. Além disso, “[...] un sector del Movimiento Feminista Institucionalizado chileno está haciendo circular una carta apócrifa (sin responsables), solicitando firmas de feministas y no feministas para que el Encuentro no se realice en nuestro país”. Ao final, o jornal conclui que o evento seria “duro, pero interesante!⁴⁷⁴”.

Como já mencionamos na introdução, o encontro sediado no Chile foi marcado por uma série de conflitos decorrentes dos enfrentamentos entre as institucionalizadas e as autônomas. Assim, as discordâncias internas refletiram os descontentamentos e críticas presentes também em outras organizações latino-americanas, apontando-nos indícios do impacto do neoliberalismo na organização dos feminismos. A vigésima segunda edição do periódico, sob o título *¿En qué fiesta quieres bailar?*, apresentou as repercussões do evento ocorrido em novembro daquele ano. Comunicou que a organização coube à corrente feminista, composta por feministas “sueltas”, populares, entre outras, a qual propôs como projeto uma mudança radical da condição da mulher, criticando as reformas realizadas, que não haviam alterado a realidade feminina, mas apenas contribuído para melhorar a imagem dos governos. Porém, o jornal assinalou que nem todas as presentes no evento estavam de acordo com a proposta, levando a uma reconfiguração do encontro:

⁴⁷³ **Puntada con Hilo**, n. 16, abril, 1996, p. 11.

⁴⁷⁴ *Idem*.

La idea original era que luego de las ponencias de distintas pensadoras y activistas, que respondían también a distintas ideas, se organizaran en dos talleres de las supuestas corrientes, la de la “Autonomía”, y la de la peruana, Virginia Vargas, que defiende un “feminismo por el diálogo”, llamo de “Agenda Feminista Radical”. Sin embargo, hubo una tercera postura, la de “Ni a las Unas, ni a las Otras” que alegaban que ser “ONG no es pecado”, que explican que tampoco gustan de la institucionalización, que no aceptaran la propuesta de la “Agenda Feminista”...para compartir su trabajo porque “no somos lo mismo”, pero que se muestran moderadas y no subrayan que están por “la diversidad dentro del Feminismo”.⁴⁷⁵

Notoriamente, como já assinalamos, o feminismo é permeado por paradoxos, e, claro, estes estiveram presentes nas disputas políticas do evento. Masson afirma que Virgínia Vargas, representante do Peru e da perspectiva transnacional, foi acusada de “vendida ao imperialismo” por parcela do grupo autonomista, o qual era visto como “utópico” pelas demais e criticado por ter entre as principais interlocutoras Margarita Pisano, que, como ressaltamos, coordenou por anos uma das maiores ONGs do Chile⁴⁷⁶. Contudo, o evento demonstrou que as “autonomistas no estaban aisladas”, uma vez que se juntaram ao grupo as ativistas do *Mujeres Creando*, da Bolívia⁴⁷⁷, além de militantes do México, República Dominicana e Argentina, que partilhavam do posicionamento político crítico às medidas neoliberais.

Já entre as que estavam na “terceira via”, o periódico cita as nicaraguenses, que, após o fim do regime ditatorial, buscavam um diálogo com as mulheres de todos os setores, incluindo as de direita e as contrarrevolucionárias. Nesse mesmo campo encontravam-se as brasileiras, as quais o periódico destaca por terem afirmado que “no hay una única verdad”. Segundo o texto, as brasileiras chamaram a atenção ao usar como exemplo o caso do Encontro de Beijing, no qual acreditavam que teriam que negociar sua participação, mas, ao contrário, houve um debate profícuo e intenso. Assim, ponderam que “se sí puede modificar un mínimo la realidad desgraciada de las mujeres ya es un triunfo”, ou seja, as feministas brasileiras, que não foram identificadas, representaram a parcela “moderada e reformista”. Tal postura estava ajustada aos caminhos que o movimento tomou no Brasil, especialmente com a entrada nos espaços institucionais e nas conquistas logradas por meio desses espaços durante os primeiros anos da Nova República. Logo, a ramificação ocorrida no VI EFLAC nos demonstra o lugar que as representantes do feminismo dos três países analisados se

⁴⁷⁵ ¿En qué fiesta quieres bailar?, **Puntada con Hilo**, n. 22, diciembre, 1996, p. 11.

⁴⁷⁶ MASSON, Laura. **Feministas en todas las partes: una etnografía de espacios y narrativas feministas en Argentina**. Op.cit.

⁴⁷⁷ Devido a crises internas, em 2001, o Coletivo anarquista *Mujeres Creando* dividiu-se. A cisão deu origem ao coletivo *Mujeres Creando Comunidad – Feminismo Comunitário*, sob liderança de Julieta Paredes, que estava conectado ao Instituto Hemisférico.

encontravam e, ainda, a pluralidade desses movimentos latino-americanos, o que nos impede de falar a seu respeito no singular e de forma homogênea.

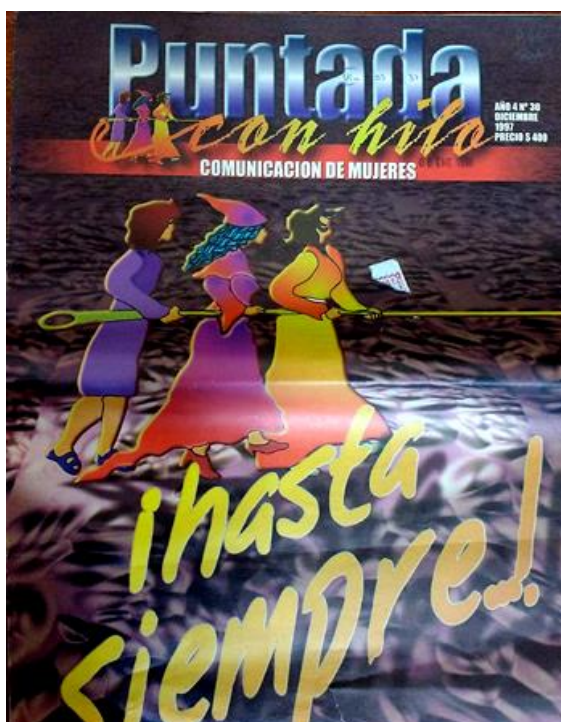
Na mesma edição que versou sobre os impasses feministas, *Puntada con Hilo* deixou entrever que não estava imune aos novos arranjos políticos das cooperativas internacionais. Em 1995, como dito, a publicação perdeu o apoio da instituição local, SOL, e, em 1996, as contribuições da OXFAM também cessariam, como foi informado pelo periódico. Sendo assim, procurou incentivar suas leitoras e seus leitores a assinarem a publicação por um ano, sendo que o pagamento seria dividido em três contribuições nos respectivos valores de \$1000, \$2000 e \$3000 pesos, correspondentes a sete números. Foi anunciado, também, um possível apoio de duas ou três instituições internacionais, o qual, porém, não seria suficiente para cobrir os gastos da publicação.

Hemos obtenido respuestas positivas de dos agencias que aceptan la propuesta, la EMW, alemana, de la Iglesia y Misiones Protestantes y la Global Fund for Women, norteamericanas. Sus aportes nos permitirán siete ediciones para el año de 97, aunque es preciso aclarar que eso hasta ahora un cálculo que igualmente conviene un déficit considerable – de esos que se cuentan en hartos dólares. Así, más allá de las finanzas queremos pedirles que, sin demora, ojalá antes de marzo, renueven sus suscripciones o paguen específicamente el costo de los correos⁴⁷⁸.

O jornal conseguiu o apoio tanto da organização alemã quanto da norte-americana. Todavia, os recursos obtidos não foram suficientes para manter a publicação ativa. Para isso, como o periódico asseverou, em caráter de urgência, era necessária a permanência das assinaturas, pois, “sin el apoyo de ustedes se hará muy difícil este camino...”. Em vista disso, podemos perceber que, tal qual *Mulherio*, o jornal chileno não conseguia sobreviver sem aportes financeiros exteriores, nos levando a indagar sobre sua recepção. Sabemos que ele era enviado, gratuitamente, para entidades populares e era adquirido, por assinatura, por ONGs, contudo, não conseguimos saber em que medida o jornal tinha aceitação e qual era sua repercussão dentro desses espaços. Em dezembro de 1997, *Puntada con Hilo* publicou seu último número e, como seu antecessor, também se despediu. A capa da edição destacou as três bruxas e a frase “hasta siempre!”.

⁴⁷⁸ **Puntada con Hilo**, n. 22, diciembre, 1996, p. 2.

Figura 41 - Última edição de *Puntada con Hilo*



Puntada con Hilo, n. 30, 1997.

Segundo Ríos, Tobar e Guerrero, a decisão de encerrar a publicação foi justificada por uma necessidade, das fundadoras, de buscar alternativas econômicas para suas integrantes frente à contenção dos financiamentos e, ao mesmo tempo, às dificuldades em manter uma proposta “creativa y novedosa”. Segundo as autoras, as coeditoras argumentaram que: “Sentimos que habíamos cumplido un proceso cuando la nueva pauta, desde nuestro entender, se dio vueltas sobre sí misma, cuando descubrimos que no nos autogestionábamos porque la libertad de mercado no es libertad para las personas sino para el mercado, cuando notamos que la autoexplotación para mantener nuestros hogares pasaba por buscar otros empleos⁴⁷⁹”.

A declaração nos permite aferir que a publicação, ainda que tenha sido um importante canal de comunicação dos direitos das mulheres e, sobretudo, de ruptura de tabus sobre sexualidade e prazer, era parte de um projeto financiado direcionado às temáticas de gênero. Ou seja, configurava-se, para além da atuação militante, como uma forma de trabalho. Igualmente, como as coeditoras refletem, era um meio de comunicação voltado para o mercado, o que, muitas vezes, as impedia, ou trazia uma falsa ilusão, de ser um coletivo editorial autônomo e trazer discussões mais profundas sobre determinadas questões. Essa

⁴⁷⁹ RÍOS, Marcela; GODOY, Lorena; GUERRERO, Elizabeth. ¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura, op. cit., p. 164

ponderação ficou nítida no último editorial, bem como a posição engajada, que remete à militância de esquerda das duas editoras e fundadoras do periódico.

A largo de tres años y medio nos hemos encontrado con ustedes, primero diez veces al año, después ocho. El ritmo tiene respondido fundamentalmente a la dificultades en términos de medios económicos, a la también capacidad humana que tenemos como hombres y mujeres a palos con la sobrevivencia, como hombres y mujeres intentando compatibilizar lo incompatible en condiciones sociales y culturales con los cuales sufrimos. Intentando compatibilizar, en condiciones de mercado, los tiempos para el amor, los tiempos para hijas e hijos, los tiempos para las militancias social, los tiempos para aprendizaje y la creación, y la necesidad de ganarnos la vida... Damos fe, hay sido compleja tarea que cansa y a menudo sobreexplota. Pero no hay de ser todo queja, también este tiempo hay sido un privilegio para nosotras y nosotros, el privilegio de decir lo que pensamos, de conversar con ustedes, de entrevistarlas y comunicarles a otras y otros, quién somos, qué pensamos y que proponemos, ustedes y nosotras/os, tantas mujeres y hombres que adherimos a principios de No Discriminación y al sueño de revolucionar la vida y la sociedad. [...] Hasta la Victoria, Siempre⁴⁸⁰!

O periódico agradeceu ao público leitor, bem como nomeou a equipe de colaboradores atuante ao longo dos três anos. Além disso, fez uma seleção com os principais temas abordados no editorial e listou algumas entrevistas, demonstrando a diversidade de temáticas tratadas no percurso. Porém, encerrava um ciclo e assinalava que as questões de gênero também estavam sendo conduzidas por um mercado editorial, de modo que o “fantasma da cooptação” não se restringia ao Estado e às instituições de cooperação internacional, isto é, o capital também ameaçava a autonomia dos projetos editoriais feministas. Isso também fica claro ao olharmos os rumos que a publicação brasileira, da Rede UOO, seguiu nesses mesmos anos.

Puntada con Hilo, nesse sentido, representou uma publicação híbrida que tentou conciliar um ativismo dentro dos projetos financiados a um engajamento autônomo. Notoriamente, como fica nítida pela leitura das fontes, a autonomia não foi plenamente possível, sendo um dos fatos elencados para o encerramento da publicação. Contudo, o periódico, em comparação ao antecessor, trouxe uma linguagem mais engajada e “ousou” ao tratar de temas ainda considerados tabus na sociedade chilena, como a homossexualidade, o prazer feminino e o aborto. Igualmente, por meio da análise do periódico, podemos observar o aumento das críticas, por parte das feministas, aos caminhos que a militância tomava. Tanto as institucionalizadas quanto as autonomistas interrogavam sobre as relações estabelecidas com o Estado e sobre quais novos caminhos poderiam ser delineados. Sendo assim, *Puntada*

⁴⁸⁰ Amigas y amigos, **Puntada con Hilo**, n. 30, diciembre, 1997, p. 2.

con Hilo também representou esse novo ponto de inflexão do feminismo chileno, que, ainda que organizado nos moldes profissionais e muitas vezes engessado pelos ditames das agências de financiamento ou do mercado, não abdicou de um olhar crítico sobre o cenário político do país e do movimento.

A título de uma incursão comparativa, observamos, neste capítulo, que os três países analisados, na passagem da década de 1980 para 1990, partilhavam de aspectos comuns na economia e na política. Após a queda do Muro de Berlim e, conseqüentemente, dos projetos socialistas, houve maior oposição à social-democracia e adesão ao neoliberalismo. Tanto o Brasil quanto a Argentina, por exemplo, aderiram ao programa neoliberal, e, no Chile, o novo governo democrático deu continuidade às políticas de mercado. Igualmente, podemos perceber que o processo de “Onguização”, vigente no Chile desde o final dos anos 70, ganhou força no Brasil e na Argentina, ainda que em com gradações distintas. Nos dois países, houve uma significativa redução do papel do Estado, sobretudo nas áreas sociais, algo que já estava presente no Chile. Diante disso, as ONGs feministas desenvolveram projetos de capacitação voltados para a redução da feminização da pobreza. No Brasil e na Argentina, como exposto, muitos movimentos sociais autônomos de gays e lésbicas também aderiram ao processo de Onguização e receberam contribuições de instituições nacionais e internacionais, sobretudo para as campanhas de combate e prevenção do HIV.

Todavia, o exame das fontes nos permite inferir que, apesar dos pontos em comum entre os três países, especialmente no que se refere à conjuntura política e econômica, os desdobramentos nas publicações da imprensa feminista não foram homogêneos. No que tange à profissionalização e à autonomia dos projetos editoriais, vimos como a publicação argentina refletiu a permanência da cultura política de militância autônoma, de autogestão e de autofinanciamento, enquanto o Chile consolidou uma imprensa, ainda que crítica, redigida nos moldes profissionais. Por fim, a fonte brasileira permitiu-nos acompanhar o processo de transformação de um projeto editorial autônomo em profissional, transcurso no qual foi possível perceber como a tônica do engajamento foi diminuindo à medida que o projeto editorial se ajustava às exigências das instituições de cooperação internacional, às condições do Estado e aos imperativos do mercado.

As mudanças ocorridas na publicação do GALF para a Rede UOO possibilitaram-nos acompanhar o processo de institucionalização dos movimentos sociais no Brasil. Isso fica evidente quando o grupo autônomo responsável pela publicação, o GALF, foi extinto para dar vida à ONG *Rede Um Outro Olhar*, a fim de facilitar o financiamento de agências nacionais e transnacionais. Essa passagem foi significativa, assim como a radical e simbólica alteração do

nome, elementos que indicam mudanças na identidade do projeto editorial e perda do sentido original. Em um primeiro momento, acompanhamos a transformação do movimento em ONG e a opção pela militância “separatista” em relação aos grupos mistos. Como vimos, essas modificações foram apresentadas como medidas *sine qua non* para a formação de uma rede transnacional de lésbicas latino-americana e seu possível financiamento pela *Internacional Lesbian Information Service*. Além disso, vimos que, tal qual a militância feminista, o movimento lésbico, representado pela Rede UOO, também esteve “de frente para o Estado”. Assim, a obtenção do apoio para os projetos da Rede, entre os quais figurava a edição de um periódico, esteve atrelada aos novos ajustes em sua identidade: a publicação passou a ser destinada às lésbicas e “às mulheres em geral”, dando maior ênfase nas temáticas de saúde feminina. Ainda no que diz respeito à preocupação com a sustentação financeira da entidade, as fontes nos permitiram perceber como a Rede precisou diversificar os meios para obtenção de recursos, o que a levou a oferecer assessoria a empresas e órgãos estatais, sinalizando como a militância encontrava espaço no campo da profissionalização de gênero.

Com a mesma finalidade, o periódico também foi estendido às “simpatizantes”, isto é, ao público GLS, deslocando a identidade política de visibilidade lésbica em favor de uma aproximação com um mercado consumidor emergente. Sendo assim, entre 1987 e 1997, ou seja, em uma década, as concessões efetuadas na identidade do projeto editorial alteraram a descrição que identificava o grupo atuante na produção do periódico, a qual passou de “feito por e para as lésbicas” para “elaborada e produzida por mulheres de diferentes orientações sexuais (lésbicas, bissexuais e heterossexuais)”; também o público-alvo, como visto acima, foi ampliado, perdendo sua especificidade. Ou seja, o engajamento na visibilidade das especificidades das lésbicas foi cedendo espaço para a construção de uma identidade menos politizada e mais mercadológica.

Ainda que o projeto UOO não tenha abandonado as questões políticas referentes à luta pelos direitos dos gays e das lésbicas e, sobretudo em sua versão de boletim, tenha tecido várias críticas às práticas e aos discursos conservadores que ameaçavam o avanço dos direitos das mulheres e dos homossexuais, é indiscutível que tais concessões impactaram a tônica do engajamento do periódico. O projeto “saiu do gueto” e passou a circular nas grandes avenidas da capital paulista e nas esferas institucionais, porém, para isso, “deixou de agitar as bandeiras” e tornou suas expressões verbais e visuais mais palatáveis e “comportadas”.

Na Argentina, na contramão do Brasil, a publicação *Cuadernos de Existencia Lesbiana* manteve-se em circulação, por nove anos, de forma autogestada, autofinanciada e definida como “lésbica-feminista”. Ou seja, não apresentou grandes transformações em sua

linha editorial. Logo, tal posicionamento, presente em ambos os periódicos argentinos analisados nesta pesquisa, podem ser lidos como parte de uma cultura política. É importante pontuarmos que, na Argentina, o espaço público é extremamente valorizado como um campo de disputas políticas e de autonomia dos movimentos sociais. Igualmente, há uma cultura de leitura e de debate que impulsiona a circulação de ideias, razão pela qual os periódicos e boletins conseguem ter sobrevivido em meio aos diversos espaços de atuação. É importante, também, ressaltarmos que, diferente da publicação brasileira, a equipe editorial de *Cuadernos* não manteve relações com os grupos transnacionais que advogavam pela construção de uma Rede de Lésbica Latino-americana, logo, não defendeu o separatismo da militância e tomou o feminismo como parte indissociável do ativismo lésbico.

A análise das fontes permite-nos afirmar, ainda, que os movimentos sociais argentinos, embora em menor grau, também passaram pelo processo de Onguização. Igualmente, vemos que muitas das pautas feministas e homossexuais ganharam espaço no Estado durante os anos 90, marcados pelo neoliberalismo e pelo conservadorismo. Entretanto, essa inserção não partiu de uma negociação direta com os movimentos sociais, ao contrário, vemos que grande parte das agremiações feministas e lésbicas do país procurou salvaguardar sua autonomia em relação ao Estado. Isto é, apesar de buscar o reconhecimento e a equiparação institucional dos direitos, para a militância lésbica-feminista argentina, o Estado não foi compreendido como espaço de luta e de articulações, as quais só poderiam ser pensadas à luz da autonomia.

Em relação às publicações do período abrangido neste capítulo, o Chile apresenta uma singularidade: foi o único a não ter uma publicação lésbica-feminista. Não obstante, como pontuamos, havia coletivos lésbicos organizados no país, os quais, inclusive, participavam dos eventos latino-americanos. Assim, a inexistência de tais publicações nos traz indícios da cultura conservadora existente no país, que, diferente dos outros dois, tinha uma legislação que proibia as relações homossexuais. As duas fontes chilenas analisadas, diferente das anteriores, mencionaram em suas páginas a existência das organizações homossexuais, bem como suas atuações. Entretanto, em comparação ao Brasil e à Argentina, a discussão chilena foi inexpressiva.

A análise das publicações chilenas, *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, permitiu-nos inferir a permanência do processo de Onguização no Chile e, ao mesmo tempo, a pouca receptividade que as questões de gênero tiveram no Estado. Os dois periódicos resultaram de projetos financiados por agências de cooperação internacional e nacional e tiveram o mesmo

tempo de duração, isto é, três anos e meio, com publicações regulares. Apesar disso, em comparação aos pares do Brasil e da Argentina, as publicações chilenas tiveram vida curta.

Marea Alta, que teve um diálogo maior com o Estado, colocou em evidência as pastas criadas no governo vigente para tratar das questões femininas e indicou como elas, contudo, não representavam a agenda feminista. Como dito, tanto o SERNAM quanto o PROMEDU tiveram práticas voltadas para a mulher e a família, dificultando alterações na legislação sobre o divórcio e o aborto. Contudo, diferente dos anos anteriores, ambos os periódicos trouxeram informações, análises e debates sobre tais abordagens, demonstrando que a democracia possibilitou às publicações chilenas ampliar suas pautas e lançar luz sobre importantes questões políticas consideradas, até então, de ordem privada. Nesse aspecto, *Marea Alta* utilizou a linguagem gráfica para, nas entrelinhas, criticar o lugar que as questões de gênero ocupavam no Estado. Porém, o periódico não apresentou críticas contundentes e explícitas ao Estado, tampouco discutiu a autonomia do movimento em relação às agências de financiamento, aos partidos ou ao próprio Estado.

Com uma linguagem mais ousada, *Puntada con Hilo* investiu na discussão sobre sexualidade e prazer, apresentando significativas nuances em relação a seus antecessores. O periódico problematizou a violência doméstica e o abuso sexual, que não haviam figurado como temas centrais nas publicações anteriores. Logo, essa publicação representou uma significativa mudança na abordagem e na seleção temática. Essa fonte também nos permitiu analisar o impacto dos acordos firmados na transição democrática e do processo de Onguização na militância feminista e na conquista de direitos para as mulheres. Desse modo, ambas as fontes chilenas lançaram luz sobre o impacto da ausência de autonomia do movimento chileno, caracterizado por ser estruturado em torno das ONGs e do Estado.

Diante da ausência de autonomia, o emergente movimento autonomista feminista chileno questionava, justamente, as consequências do neoliberalismo tanto na vida das mulheres quanto na militância do movimento. Como vimos, apesar da divisão do movimento chileno, essas interrogações também começaram a fazer parte da ala institucionalizada. Isso porque a forma pela qual a pauta de gênero foi absorvida pelo Estado fez com que as chilenas não tivessem alcançado os mesmos direitos em comparação às mulheres de outros países latino-americanos, os quais também tinham vivido anos de regime de exceção, tendo retornado à via democrática entre os anos de 1980 e 1990. Essa diferença no que se refere à ampliação dos direitos das mulheres fez surgir no país interrogações sobre as escolhas da militância e as imbricações da ausência de autonomia do movimento, sobretudo, em relação ao Estado.

Puntada con Hilo refletiu esse novo momento do feminismo chileno, caracterizando-se por ser uma imprensa híbrida, que tentou ajustar-se às exigências feitas para obter financiamento e, ao mesmo tempo, manter uma postura engajada e crítica aos rumos que o feminismo trilhava no país. Porém, como uma publicação feita aos moldes comerciais e subsidiada por agências de cooperação internacional, o periódico não se posicionou de forma cabal contra as políticas de financiamento ou sobre as relações do movimento com o Estado.

Por meio das matérias sobre o emergente movimento autonomista chileno, essa fonte também nos permitiu observar como os feminismos dos três países estavam representados nos encontros latino-americanos e, desse modo, refletir como a questão da autonomia foi vislumbrada entre 1988 e 1996 nessas nações. No Chile, fica nítida a divisão do movimento em relação ao processo de Onguização e à ausência de autonomia na militância feminista; na Argentina, a voz política é representada pela vertente autonomista, enquanto no Brasil figura a ala moderada, que acreditava que a institucionalização não trazia apenas problemas e valorizava as pequenas reformas alcançadas na esfera institucional. Tais posicionamentos estão imbricados com os caminhos e com as distintas respostas que os movimentos feministas deram aos processos de Onguização e de institucionalização do feminismo. Sendo assim, no quarto e último capítulo, analisaremos como as publicações discutiram a autonomia do movimento, por meio de artigos analíticos e editoriais, entre os anos de 1981 e 1996.

4. DE QUE AUTONOMIA ESTAMOS FALANDO?

Como dito, durante a primeira década do EFLAC, a autonomia foi debatida e considerada a espinha dorsal do feminismo latino-americano. Ainda que as mulheres buscassem fazer alianças em torno de suas demandas, o ideal de autonomia era “invocado para evitar a cooptação por atores como partidos políticos, o Estado, as agências de cooperação e até outros movimentos sociais⁴⁸¹”. Neste capítulo, abordaremos quais foram as concepções de autonomia arrojadas pelas publicações analisadas e de que maneira estavam interligadas às particularidades locais.

Entretanto, é importante frisarmos que nem todos periódicos examinados trataram da questão por meio de artigos autorais ou analíticos. Ainda que alguns tenham assumido a autonomia como parte de seus projetos editoriais ou publicado matérias que tratavam do movimento autonomista, não trouxeram textos dedicados a definir, questionar ou compreender o que era a intitulada *autonomia* do movimento. O periódico argentino, *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, tomou a autonomia como parte intrínseca da publicação e teceu importantes críticas tanto na relação do feminismo com os partidos políticos quanto com o Estado, mas, não trouxe artigos analíticos a respeito destas. No Chile, a *Boletina Chilena*, imersa na discussão sobre a violação aos Direitos Humanos, não discutiu a autonomia do feminismo em seus artigos ou editoriais. Igualmente, *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, inseridas dentro de uma dinâmica “mais profissional” e “comercial”, veicularam notícias sobre a corrente autonomista no país e seus desdobramentos durante o VI EFLAC, porém, não houve editoriais ou artigos analíticos a respeito. No Brasil, o boletim UOO defendeu a autonomia do movimento lésbico em relação ao feminismo e ao movimento gay, todavia, no percurso da transformação do projeto editorial, a temática perdeu centralidade e deixou de ser discutida. As publicações que debruçaram-se sobre o assunto foram os periódicos brasileiros, *Mulherio e Chanacomchana*; o chileno *Furia* e o argentino, *Brujas*.

⁴⁸¹ ALVAREZ, Sonia, et.al. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, n. 11, vol. 2, jul./dez, 2003, p. 545.

4.1. Os debates sobre a autonomia na imprensa brasileira

No Brasil, os debates sobre autonomia do movimento feminista em relação à militância político-partidária se concentraram entre o final dos anos de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980, especialmente entre 1980 e 1984. Esse momento coincidiu com a consolidação dos movimentos sociais, acompanhada pela intensificação dos protestos exigindo o retorno ao regime democrático e a anistia política. Diante desta nova conjuntura as discussões sobre a autonomia do movimento e a participação das mulheres nos partidos políticos tornaram-se centrais.

4.1.1 *Mulherio*: da autonomia político-partidária ao “feminismo de Estado”

A experiência das feministas com os partidos políticos, em sua maioria, foi com as organizações de esquerda. Tais relações têm um histórico conturbado e ambíguo tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina. Se, por um lado, foi por meio do envolvimento nos grupos e partidos de esquerda que muitas mulheres tiveram um primeiro contato com o terreno político, por outro, foi também ali que confrontaram-se com as primeiras hierarquizações sexuais expressas na distribuição das “tarefas” ou, ainda, na subordinação de suas questões específicas às orientações do partido⁴⁸². Nesta chave, Nye advoga que a crítica aos tradicionais partidos de esquerda estava imbricada à visão predominante sobre o lugar das mulheres dentro destas agremiações, pois como analisa “[...] a esquerda masculina aceitava as mulheres em suas organizações, mas não como dirigentes ou tomando iniciativas, nem estava interessada nas questões das mulheres. Mais uma vez as mulheres viam-se arrumando a casa e fazendo comida⁴⁸³”. É sintomática, portanto, a *carta-manifesto*, produção das exiladas que compuseram o *Círculo de Brasileiras em Paris*, mencionada no primeiro capítulo, e que foi enviada para as organizações feministas em meados dos anos 70. A epístola expôs as tensões vividas e a necessidade de defender a autonomia do movimento feminista em relação à militância político-partidária⁴⁸⁴.

⁴⁸² COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, OLIVEIRA, Susel de. Subterrâneos da Liberdade: mulher, militância e clandestinidade. **Revista Labris**, Jan/Dez, 2009.

⁴⁸³ NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Tradução Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995, p. 120.

⁴⁸⁴ A carta expôs que: “Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres

As discussões sobre a autonomia do movimento e sobre a “dupla militância” tornaram-se medulares para o feminismo dada a desconfiança de muitas ativistas em relação aos partidos políticos. Tanto o *Mulherio* quanto o *Chanacomchana* abordaram a problemática por meio de matérias, artigos analíticos e autorais. Em 1981, a terceira edição de *Mulherio* apresentou uma avaliação do I EFLAC, realizado em Bogotá, e ressaltou que a questão foi amplamente discutida e considerada “o grande impasse” das feministas latino-americanas. Como foi exposto:

[...] um dos temas mais discutido foi o dilema enfrentado pelo movimento feminista em todas as partes do mundo: sua relação com os grupos e partidos políticos. Embora não seja possível sintetizar aqui toda a discussão, cabe mencionar que surgiram três posições distintas: 1) o feminismo é uma opção política e deve ser autônomo; 2) sendo um movimento político, o feminismo deve fazer alianças e, 3) o feminismo faz parte da tradição da política partidária, conduzindo à possibilidade de dupla militância⁴⁸⁵.

A defesa da autonomia fazia parte da cultura política feminista latino-americana, assim como a possibilidade da “dupla militância”. Todavia, esse posicionamento gerou diversas tensões e conflitos no Brasil, sobretudo durante os eventos regionais de mulheres. Entre os anos de 1979 e 1981 foram organizados, em São Paulo, os Congressos da Mulher Paulista⁴⁸⁶. A segunda e a terceira edição que ocorreram, respectivamente, em 1980 e 1981, foram marcadas pelos embates entre feministas “autônomas” e as que defendiam a dupla militância. Cardoso avalia que o II Encontro da Mulher Paulista, sediado no TUCA, teatro da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), contou com cerca de quatro mil mulheres e representou o cenário ideal para os grupos de esquerda, ainda na clandestinidade, “conquistarem força política e convencerem as mulheres de que o feminismo era separatista⁴⁸⁷”. Segundo a autora,

não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista”. Carta política do Círculo de Mulheres em Paris, 1976. APUD: PINTO, Céli R. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 54/55.

⁴⁸⁵ O Encontro na Colômbia, **Mulherio**, n. 3, ano 1, 1981, p. 5. O artigo conta que o encontro reunira cerca de 200 mulheres de 18 países e resalta a heterogeneidade das participantes tanto em relação à idade, de 20 a 50 anos, como em relação à militância no feminismo. Para algumas era a primeira vez que se discutia com maior profundidade a temática feminina. Informa, ainda, que do Brasil foram as seguintes participantes: Leny Silverstein, da Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher (APEM), Rio de Janeiro, Fernanda Pompeu, do SOS Mulher, São Paulo; Otilia Pinheiro, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, Belo Horizonte; Mary Castro, do Coletivo de Mulheres, Rio de Janeiro.

⁴⁸⁶ Em outros estados brasileiros ocorreram encontros locais e estaduais, porém, como ambas as fontes foram editadas na cidade de São Paulo, ressaltamos este evento que aparece com maior destaque nos dois periódicos, além de ser um marco na discussão bibliográfica sobre o tema.

⁴⁸⁷ CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa Feminista pós-1974*. **Revista Estudos Feministas**. v.12 n.spe Florianópolis set./dez. 2004. Dissertação de Mestrado, op.cit.

as feministas, ao longo dos últimos cinco anos, já vinham discutindo a necessidade de um espaço de fala apenas para as mulheres, longe das prerrogativas dos partidos, no qual as questões específicas pudessem ser debatidas com seriedade⁴⁸⁸. Os desdobramentos do evento deram maior impulso a esse posicionamento.

No *Mulherio*, os acontecimentos do III Encontro da Mulher Paulista ganharam destaque na edição por meio da matéria que versava sobre as comemorações do “Oito de Março” que naquele ano havia sido marcado pela expansão do movimento de mulheres, mas “também por tentativas de grupos político-partidários de controlar e encampar em seu próprio proveito a capacidade de mobilização já demonstrada pelo movimento⁴⁸⁹”. O texto, assinado por Maria Carneiro da Cunha, afirmou que na cidade de São Paulo as atenções estiveram voltadas para a terceira edição do Congresso da Mulher Paulista que foi fracionado em dois grupos devido ao acirramento dos posicionamentos das feministas. O primeiro concentrou-se no TUCA, com a presença de 300 delegadas, representando seis mil mulheres de todo o Estado; o segundo dirigiu-se ao Estádio do Pacaembu, reunindo mulheres de setores sindicais, alinhadas com a vertente ideológica do jornal Hora do Povo, editado pelo MR-8. O rompimento, de acordo com a matéria, advinha do fato das últimas terem uma posição partidária mais evidente e não aceitarem a autonomia do movimento de mulheres.

Diante deste cenário, o jornal expôs que, além desta divisão, as opiniões também não convergiram no que se referia aos resultados do congresso realizado no TUCA, pois, para uma fração, o evento foi considerado “tímido” por não ter avançado muito em relação às bandeiras levantadas no ano anterior. No entanto, a matéria argumenta que as feministas foram contundentes e unânimes no que tangia à autonomia do movimento:

Consideraram também que este 3º Congresso deixou bem clara a necessidade de autonomia do movimento de mulheres e mostrou sua disposição para não se deixar iludir ou dividir por grupos políticos. [Houve] também grupos feministas que questionaram a própria realização de congressos deste tipo, pois acham que eles acabam desembocando numa imitação dos modelos machistas de disputa de poder. Essas correntes consideram que as feministas devem centralizar sua ação na

⁴⁸⁸ Segundo Cardoso, a comissão organizadora tomou diversos cuidados para garantir a legitimidade das propostas feministas e impedir que o Congresso fosse usado como palanque político. No entanto, lideranças do PC, do PCdoB e do PMDB, teriam chegado a cenas de agressão física para fazer valer seus pontos de vista. Deste modo, as feministas se uniram e redigiram um documento execrando as atitudes presenciadas. Esse momento foi um marco no acirramento do debate sobre autonomia e participação político-partidária. Idem, p. 70.

⁴⁸⁹ CUNHA, Maria Carneiro. 8 de Março, *Mulherio*, n. 1, ano 1, 1981, p. 6.

modificação das relações no cotidiano, dentro do que certos psicólogos definiram como ‘revolução molecular’⁴⁹⁰.

Essas divergências não eram uma especificidade de São Paulo, como assegurou o jornal. Em outros Estados, a exemplo do Rio de Janeiro e Pernambuco, as feministas também encontraram dificuldades em visibilizar suas demandas, ora impedidas por sindicatos com alianças partidárias; ora pelo domínio completo de setores partidários, como no caso da presença expressiva das militantes do PMDB, em Recife, que dificultou a discussão das questões específicas da agenda feminina durante o II Encontro de Mulheres de Pernambuco. Segundo a publicação, em Porto Alegre, as comemorações também foram cindidas entre as “feministas” que se reuniram no Colégio do Rosário e as ativistas, ligadas ao jornal Hora do Povo, que se concentraram na Assembleia Legislativa⁴⁹¹.

Por essa trilha, em 1983, *Mulherio* publicou o artigo intitulado “Façam o que eu digo, não façam o que eu faço”, assinado por Maria Angélica Carvalho, ressaltando a contradição presente no fato dos militantes dos partidos políticos, de orientação marxista, adotarem um discurso revolucionário para a sociedade e, ao mesmo tempo, excluir as mulheres da participação política, relegando-as, bem como suas exigências, a um lugar subalterno.

Por que também entre os marxistas, a mulher que faz política tem sido considerada inaceitável ou indigesta? [...] De fato, o movimento socialista desde seu início interiorizou uma práxis pudica e pequeno burguesa, aceitando a mesma divisão burguesa dos papéis masculino/feminino, recusando a especificidade da revolta feminina. Contraste entre teoria e práxis? Divisão entre público e privado? Dupla moralidade? Sim: uma teoria revolucionária foi acompanhada por uma concepção antiquada dos valores familiares, como o puritanismo e as regras de produção/reprodução dominantes⁴⁹².

A crítica às tradicionais esquerdas e a “descrença” em relação à condução das demandas pelos partidos de esquerda já vinham sendo assinaladas por teóricas feministas. Em 1949, Simone de Beauvoir advoga que a libertação feminina não havia sido alcançada no capitalismo e tampouco no socialismo, haja vista que a URSS “ressuscitou” velhas concepções patriarcais, encerrando as mulheres em “situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem os métodos anticoncepcionais,

⁴⁹⁰ Idem. O termo “revolução molecular” refere-se a obra do filósofo e psicanalista francês, Félix Guattari, intitulada **Revolução Molecular**: pulsões políticas do Desejo, publicada, no Brasil, pela Editora Brasiliense, em 1981.

⁴⁹¹ Além destes encontros mencionados, a matéria pontua encontros “unitários” que ocorreram nas capitais João Pessoa, Brasília, Florianópolis e Fortaleza.

⁴⁹² CARVALHO, Maria Angélica. Façam o que eu digo, não façam o que eu faço, **Mulherio**, ano III, n. 11, 1983, p. 12.

o aborto e o divórcio⁴⁹³”. Nesta chave, Juliet Mitchell, ao fazer um balanço das conquistas feministas nas últimas décadas, assevera que, se por um lado o legado das sufragistas dos anos de 1940 e 1950 foi nulo por não terem conseguido ir além de suas reivindicações principais; por outro, toda a experiência exitosa da Revolução Russa foi reduzida à restauração de valores morais e conservadores próprios da criticada família burguesa. Assim, assistiu-se à ideia de união entre Estado e família reforçada e o amor livre considerado uma “invenção burguesa” que não correspondia aos verdadeiros princípios do cidadão soviético⁴⁹⁴. Frente a estas experiências, a aposta nos partidos políticos foi encarada como um terreno movediço para muitas feministas, no qual suas especificidades poderiam submergir. Portanto, era imprescindível a construção de um novo modelo político que não reproduzisse as “velhas tradições partidárias” e, ao mesmo tempo, lançasse luz sobre as especificidades femininas.

Não obstante, no Brasil, essas questões ganharam outros contornos diante do processo das eleições municipais e estaduais. Alvarez afirma que no período “[...] a maior parte das entidades feministas estava envolvida, ou melhor, enrolada dos pés à cabeça, na luta político-partidária pelo poder institucional, que caracterizou a conjuntura eleitoral de 1982⁴⁹⁵”. De acordo com a autora, as questões específicas de gênero ganharam força na arena tradicional da política brasileira. Destarte, a mobilização dos grupos femininos populares e as contundentes críticas das feministas teriam forçado uma abertura às questões de gênero nas plataformas dos novos partidos políticos progressistas, implicando em outros delineamentos da militância autônoma. Sendo assim, como Alvarez observa:

Muitas mulheres deixaram a militância no movimento para se engajar exclusivamente na militância partidária – a sociedade política tinha engolido temporariamente setores da sociedade civil. Mulheres de entidades femininas de bairro e de grupos feministas tinham se candidatado (pelo Partido dos Trabalhadores e Partido do Movimento Democrático Brasileiro em São Paulo) a mandatos a nível municipal, estadual e federal, tornando-se candidatas autoproclamadas do movimento de mulheres. E questões antes consideradas “privadas”, tais como a violência contra a mulher, creches, contracepção e sexualidade, e muitas outras reivindicações levantadas pelas mulheres organizadas na década anterior foram, pela primeira vez na história brasileira, incluídas com destaque nas plataformas e programas políticos de muitos candidatos e partidos políticos nacionais. Pela primeira vez desde o movimento sufragista, o gênero tinha se tornado base para a

⁴⁹³ BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009, p. 94.

⁴⁹⁴ MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Tradução: Rodolfo Konder. **Revista Gênero**, Niterói, vol. 6, n. 2, v. 7, n. 1, 1º-2º sem., 2006, p. 203-204.

⁴⁹⁵ ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e democratizando o Brasil”. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**, op.cit., p. 328.

mobilização social, e a desigualdade entre os sexos, objeto de debate político generalizado⁴⁹⁶.

Em vista disso, o jornal realizou uma entrevista com candidatas de três partidos para que elas expusessem suas percepções sobre o tema tão caro ao feminismo naquele momento. Com o título “A difícil – mas possível – ação feminista nos partidos políticos”, a matéria ocupou seis páginas do jornal e levantou as seguintes questões: “É possível ser feminista e ao mesmo tempo atuar nos partidos políticos? Há espaço para as demandas feministas dentro dos partidos tradicionais de oposição?”. O perfil das candidatas era semelhante: as três eram oriundas da classe média, com formação universitária e histórico de militância no feminismo ou em agremiações de esquerda. Lia Zatz, do PMDB, foi apresentada como jornalista e fundadora do periódico *Nós Mulheres*, em São Paulo; Lícia Peres, do PDT, como socióloga, militante do *Movimento Feminino pela Anistia* e integrante do diretório do PDT do Rio Grande do Sul; e, por fim, Elizabeth Lobo, do PT, professora de Ciência Política na UNESP de Marília e exilada política entre os anos de 1970 e 1979.

Os depoimentos expressos pelo jornal nos dão indícios de como as questões de gênero estavam sendo tratadas pelos partidos e se a atuação das candidatas poderia ou não ser pensada como feminista. Lia Zatz, a primeira a responder, não considerava que a escolha por seu partido, o PMDB, teria sido motivada pelo fato deste entrar ou não em “choque” com suas ideias e atuações feministas, mas sim por considerá-lo um partido que poderia “contribuir numa mudança de sociedade”. Isto é, a eleição pelo partido não foi uma escolha pela militância feminista, mas, por acreditar que ali seria um canal pelo qual as transformações sociais, incluindo as relativas às mulheres, poderiam ser encampadas. Ao falar da relação direta entre feminismo e partido político, afirmou:

Na verdade, há duas tendências constantes hoje no movimento de mulheres: de um lado, estão as que glorificam o partido político, o seu partido, como o único capaz de encabeçar a luta pela transformação da sociedade e que, portanto, veem o movimento de mulheres como secundário e tático, como maneira de mobilizar as mulheres para as questões gerais defendidas pelo partido. De outro lado, estão as que menosprezam os partidos políticos e que, pelo medo de serem usadas como massa de manobra, fecham-se dentro do movimento, individualizam suas questões, recusam-se a atuar no sentido de concretizá-las como questões políticas, sociais e democráticas. No meio... um vazio que começa a ser ocupado⁴⁹⁷.

⁴⁹⁶ Idem, p. 329.

⁴⁹⁷ A difícil – mas não impossível – política feminista nos partidos, **Mulherio**, n. 3, ano 1, 1981, p. 16.

Para Lia, o debate entre a militância partidária e a autonomia do movimento não era profícuo e deixava uma lacuna no encaminhamento das questões feministas, a qual estava sendo ocupada por militantes que, como ela, ponderavam sobre as duas tendências. Na contramão, Lícia Peres, PTD, argumentou que era totalmente possível ser feminista dentro do seu partido, porém, ressaltou que ser feminista na sociedade brasileira, em geral, era difícil, mas que “[...] dentro do PDT, a mulher tem conseguido conquistar um espaço⁴⁹⁸”. Entretanto, afirmou que o compromisso prioritário do Partido era com as crianças, em um projeto de “salvação nacional”, posteriormente, com os trabalhadores e, em terceiro lugar estariam as mulheres⁴⁹⁹. Ou seja, o programa deste partido era hierárquico e as demandas referentes às mulheres não eram a prioridade.

Os depoimentos de ambas as candidatas deixam claro que não havia unanimidade entre as feministas que estavam nos partidos políticos. O que predominava, muito mais que um consenso, era um cenário de disputas entre posições muitas vezes inconciliáveis a despeito da defesa da perspectiva feminista. Isso demonstra que, apesar das mulheres conseguirem espaços dentro dos partidos, incluindo uma plataforma de luta, as demandas feministas ainda não eram equiparadas às demais, continuando em posição subalterna dentro de um projeto mais amplo. Para darmos conta desta diversidade, vejamos uma terceira voz dentro da chamada “dupla militância”.

Elizabeth Lobo, por sua vez, narrou que sua relação com o PT era “uma aposta: um engajamento”. Isso porque, para ela, o Partido tinha suas raízes nos próprios movimentos sociais; logo, as agremiações feministas e de mulheres seriam importante para o projeto político do partido. Para tentar responder à questão, Lobo questionou o que é ser feminista respondeu que:

[...] é lutar contra a opressão das mulheres na sociedade de classe, quando sua sexualidade é reprimida, quando o governo decide quem pode ter filhos e que trata como criminosas aquelas que abortam. É lutar por salário igual para trabalho igual, por uma divisão igualitária do trabalho doméstico na família, por equipamentos sociais que melhorem a vida de pais, mães e filhos. É tratar de romper o círculo

⁴⁹⁸ Idem, p. 17

⁴⁹⁹ A candidata falou, ainda, da Ação da Mulher Trabalhista (AMP), onde as militantes do Partido traçaram um plano de ação considerado prioritário para sua luta, no qual se encontrava, primeiramente, a luta por uma sociedade democrática e socialista no Brasil, que deveria ser feita junto às entidades de classe, associações de bairros, sindicatos, movimentos feministas, posteriormente, a conquista de cargos de direção do Partido e o lançamento de candidatas para o próximo processo político eleitoral, e, por fim, “a construção de sua própria identidade deixando de ser a sombra do homem”.

vicioso da dependência econômica e social, da discriminação e da submissão. É lutar por uma sociedade mais justa⁵⁰⁰.

Ao responder sua própria indagação, abordou os temas que compunham a agenda feminista naquele período. Não obstante, afirmou que estas bandeiras não eram centrais no projeto do Partido. Ao contrário, demarcou que o espaço de elaboração destas discussões era o movimento autônomo: “assumir o caráter político de nossas reivindicações e lutas não é propor que os partidos – e entre eles o PT – decidam o que querem as mulheres, o que quer o movimento. Não, o movimento é que decide, e isto é ser autônomo⁵⁰¹”. Assim, se para ela o Partido precisava do movimento, cabia às mulheres interrogar se o feminismo de fato precisava dos partidos. As falas das entrevistadas nos dão indícios dos paradoxos presentes na “dupla militância” e de que a entrada das mulheres nos quadros partidários da oposição não implicou, necessariamente, no reconhecimento efetivo de suas pautas de luta.

Estas disputas desdobraram-se em discussões sobre o que era considerado exercício político. Na sétima edição, *Mulherio* selecionou três cartas que foram enviadas por movimentos e militantes sociais que narravam estes debates. Selecionamos a primeira, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDM), em Belo Horizonte, que relatou que o grupo resolveu não participar do Encontro da Mulher Mineira, nas comemorações do oito de março daquele ano, devido às controvérsias em relação à organização. A carta enfatizou que ao tratarem do grupo de trabalho sobre mulheres e política foram “orientadas a discutir a participação das mulheres nos partidos e sindicatos e jamais a organização de um movimento autônomo que focalize nas questões específicas⁵⁰²”. Endossou que a coordenação do encontro vislumbrava a política como algo que só aconteceria nos partidos e sindicatos, enquanto o Centro de Defesa da Mulher (CDM), na contramão, tinha como premissa que “todo grupo social oprimido que se organiza e luta para acabar com sua opressão está fazendo política. Como é o caso das associações de bairro, do movimento negro, do movimento feminista e dos movimentos homossexuais⁵⁰³”.

Ainda no campo do político, em 1982, *Mulherio* abriu espaço para tratar da participação das mulheres nas eleições estaduais em diversas regiões, concentrando-se nas candidatas de São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo dos depoimentos de Ruth Escobar, do PMDB, Clara Sharf, do PT e Ana Luiza, do PDT. No caso do Rio de Janeiro, o jornal

⁵⁰⁰ A difícil – mas não impossível – política feminista nos partidos, **Mulherio**, n. 3, ano 1, 1981, p. 18.

⁵⁰¹ Idem

⁵⁰² Cartas: Minas: não queremos perpetuar a opressão, **Mulherio**, n. 7, ano II, maio, 1982, p. 1.

⁵⁰³ Idem.

destacou que as militantes lançaram um panfleto chamado “*Alerta Feminista*” que apresentava os principais pontos defendidos pelo movimento e que deveriam ser cobrados dos candidatos, a saber: a revogação do artigo 219 do Código Civil (permissão para o marido anular o casamento), a construção obrigatória de creches, o reconhecimento do atestado médico referente ao atendimento do filho para abonar falta ou atraso, a estabilidade de 120 dias para a mulher no emprego após o término da licença-maternidade, a criação de assessoria feminista na Secretaria de Educação com intuito de abolir a discriminação sexual e racial presente nos livros didáticos, o atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e estupro nos postos de saúde e não nas delegacias policiais e, por fim, a descriminalização do aborto.

Tais matérias tiveram por objetivo questionar o *novo fazer política*, indagando se inserção das mulheres na política institucional alterou as posturas tradicionais masculinas presentes na cultura política. Essas interrogações faziam parte de um contexto mais amplo, pois com a eleição de Margaret Thatcher, que tornou-se a primeira mulher ministra do Reino Unido, as feministas passaram a debater se a inserção de mulheres em quadros institucionais do poder implicaria em um engajamento em relação às pautas do feminismo⁵⁰⁴. A edição de número nove tratou desta interrogação por meio da matéria “Eleições: a autonomia do movimento feminista, como vai?”, assinada por Mariza Corrêa, que abordou o problema a partir das inquietações das próprias editoras e colaboradoras do jornal.

As reuniões do Conselho editorial do *Mulherio* são sempre tão interessantes que não sei por que a gente nunca fala delas nas matérias que faz para o jornal. Esta matéria, por exemplo, a ideia dela me foi sugerida ouvindo a descrição (irritada) da Lélia sobre uma feminista do Rio que afirmou numa entrevista que só seu partido tinha feministas. Ficamos discutindo, a partir de um comportamento quase banal num ano de eleições, o que é que está acontecendo com a famosa autonomia do movimento em relação à organização partidária da sociedade brasileira, que parece engolir como um polvo não só o nosso movimento, mas todos os outros que emergiram nesse período da história política⁵⁰⁵.

A matéria traz uma reflexão das editoras sobre a transformação do feminismo autônomo durante os últimos anos e avalia que muitas das mulheres que estavam na

⁵⁰⁴ Eleições: tentando participar da gestão do poder, **Mulherio**, ano II, n. 7, 1982. Sobre o Alerta Feminista do Rio de Janeiro ver: MELO, Hildete Pereira de. “Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro”. In: TAMANINI, M; BOSCHILIA, R; SCHWENDLER, S. (Org.). **Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade**, op.cit.

⁵⁰⁵ CORRÊA, Mariza Eleições: A autonomia do movimento feminista, como vai? **Mulherio**, ano II, n. 9, 1982, p. 10.

militância desde o ano de 1975, naquele momento, encontravam-se na luta partidária⁵⁰⁶. Por uma via, conclui que essas mulheres eram as responsáveis por inserir as demandas feministas nos discursos e programas dos partidos políticos, inclusive, alcançando espaços nos palanques para a difusão de suas ideias, marcando um novo momento na história do feminismo brasileiro. Porém, considera, tomando como fundamento as entrevistas realizadas com as candidatas, que as questões relativas às mulheres, apesar de não estarem resolvidas, apareciam como “superadas” e transmitindo uma sensação de que não era mais necessário discuti-las. Frente a isso, o artigo indaga sobre os rumos e contornos que o movimento feminista adquiriu no período de eleições:

[...] será que o movimento feminista está se esfacelando de maneira análoga ao esfacelamento sofrido pela oposição em 1979? Dividir para reinar sempre foi uma estratégia utilizada pelos que detêm o poder, e, se uma feminista, quem quer que seja, pode dizer que só em seu partido há feministas, a frase significa que a sua primeira lealdade, ainda que parte da retórica de um ano eleitoral, é hoje para com o partido. Discussão complicada essa. Elizabeth lembrava também que é muito tênue a linha que separa a crítica ao partidarismo estreito da defesa de uma atuação apolítica. O movimento feminista tem demonstrado, entretanto, que resiste à ideia de que todo o político se concentra nos partidos, ao continuar a promover encontros comuns entre feministas de vários partidos ou não filiadas a nenhum⁵⁰⁷.

É oportuno recordarmos que, em contrapartida à adesão feminista aos partidos políticos, surgiram os primeiros conselhos estaduais femininos, a exemplo do CECF, em São Paulo, criado na gestão do PMDB e integrado por muitas partidárias do mesmo. Dois anos mais tarde, em 1985, na mesma gestão paulista, foi criada a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), e, em âmbito nacional, o CNDM, acentuando o intitulado “feminismo de Estado”. Miguel afirma que a partir da segunda metade do século XX, as feministas passaram a refletir sobre o Estado, não o encarando apenas como um aparato repressivo, mas, também, como um *locus* de produção de práticas sociais. Segundo o autor, teóricas feministas questionaram como a suposta “neutralidade” do Estado garantiria a hegemonia masculina e argumentaram que era necessário pensar sobre a garantia e a legitimidade das demandas femininas neste

⁵⁰⁶ É oportuno frisarmos dois pontos: o primeiro é que esta foi uma das poucas vezes que as editoras do jornal emitiam uma opinião direta, haja vista que o periódico recebia artigos de diferentes colaboradoras, com visões e perspectivas dissonantes, possibilitando às leitoras entrarem em contato com distintas perspectivas sobre o feminismo e o movimento de mulheres; em segundo lugar, apesar do envolvimento das editoras com o movimento feminista, desde meados dos anos de 1970, algumas das colaboradoras do jornal eram filiadas a partidos políticos e, inclusive ocuparam cargos institucionais nos governos estaduais e nos Conselhos Estaduais, como pontuamos anteriormente.

⁵⁰⁷ CORRÊA, Mariza Eleições: A autonomia do movimento feminista, como vai?, **Mulherio**, ano II, n. 9, 1982, p. 11.

espaço. Deste modo, o feminismo de Estado “[...] passou a enfatizar a importância de fazer com que as estruturas e exercícios do poder incorporem demandas vinculadas aos direitos da mulher. A prioridade seria a *advocacy* feminista, isto é, a sensibilização dos aparelhos do Estado⁵⁰⁸”.

Neste sentido, o que entra em jogo nas páginas do *Mulherio* são as interrogações sobre o processo de institucionalização do movimento e a possível ausência tanto da autonomia quanto da própria “essência” da militância feminista. Assim, na edição de número dez, o jornal questionou como estabeleciam-se as relações entre o movimento feminista e o Estado e se haveria mecanismos que assegurassem a autonomia do primeiro. Nesta direção, a matéria pontuou que o feminismo havia conseguido um espaço dentro da sociedade, especialmente durante as eleições, momento em que muitos partidos incorporaram questões relativas às mulheres em seus programas, o que incluía uma secretaria da mulher. A reportagem antecedeu a consolidação do CECF, que havia sido proposta por integrantes do PMDB ao novo governador e perguntou quais seriam as formas de organização dentro do governo, de maneira que as reivindicações feministas fossem atendidas e garantidas. Para responder a essas novas inquietações, o jornal promoveu uma mesa-redonda com a participação de Eva Blay, Carmem Barroso, Elizabeth Lobo, Bárbara Hartz e Ana Luiza Viana, militantes ligadas ao PMDB e ao PT. A proposta sinalizou para as ressignificações da própria concepção de autonomia a partir da possibilidade do Conselho Estadual. Destacamos, para ilustrar o debate realizado, as falas de Bárbara Hartz, do PT, e Eva Blay, PMDB, que não compartilharam da mesma visão sobre a temática.

Bárbara Hartz: “Eu acho que não adianta o movimento de mulheres ir galgando postos dentro do Estado, ir conseguindo a máquina do Estado, porque, considerando o machismo que existe, teríamos que ter uma maioria dentro do governo para garantir que as reivindicações feministas levantadas sejam de fato atendidas. [...] A diferença que a gente tem em relação ao Conselho da Condição Feminina da forma com que o PMDB propõe é que vocês remetem o Conselho para o Estado, e eu acho que isso não resolve. Quem deve definir o que é prioritário – se é creche ou SOS, etc. – é o movimento de mulheres e essa separação tem que existir”

Eva Blay: “O Estado está aí para ser usado dentro de determinados programas, com certas perspectivas e através de uma luta, porque dar, ninguém vai dar nada. Então, eu acho que quando a gente faz uma proposta concreta como um Conselho da Condição Feminina, está por trás disso usar mesmo esse aparelho do Estado e

⁵⁰⁸ MIGUEL, Luís Felipe. “Gênero e representação política”. In: MIGUEL, L.; BIROLI, F. (Org.). **Feminismo e Política**, op.cit., p. 96. O autor toma como referência a respeito da teoria feminista de Estado as contribuições da jurista norte-americana Catharine MacKinnon, expressas no trabalho intitulado *Toward a feminist theory of the State*, publicado em 1989, pela Harvard University Press.

mobilizá-lo dentro de nossos interesses. Garantir a autonomia? Isso é um processo permanente”⁵⁰⁹.

Como afirmamos, durante o processo de redemocratização, as feministas enfrentaram os temores em relação à desconfiança de cooptação de suas demandas tanto pelos partidos, quanto pelo Estado⁵¹⁰. Muitas militantes demonstraram preocupação com os caminhos que a agenda feminista seguiria a partir da consolidação dos Conselhos. Para algumas, além da perda da autonomia, as questões relativas às mulheres poderiam ser instrumentalizadas e direcionadas para eixos tradicionalmente compreendidos como femininos, a exemplo da família ou do assistencialismo. Outras também questionavam sobre o orçamento previsto e destinado ao espaço institucional para que garantisse a autonomia para efetivar seus projetos de políticas públicas.

Figura 42- Autonomia do feminismo brasileiro



Mulherio, ano II, n. 10, 1982, p. 9

Eva Blay, ao escrever sobre o período de elaboração da proposta do Conselho, rememora que em uma reunião com outras ativistas chegou-se à conclusão de que deveriam apresentar o projeto de criar um organismo institucional para tratar especificamente da condição feminina a vários candidatos. A proposta foi delineada com base nos estudos acadêmicos concernentes às mulheres e, posteriormente, apresentado ao Comitê de Franco Montoro. Todavia, como advoga a autora, a conquista do espaço veio desprovida de recursos, pois não havia previsão orçamentária, caracterizando-se uma “vitória relativa”. Apesar disso,

⁵⁰⁹ Política: um lugar no governo, *Mulherio*, ano II, n. 10, 1982.

⁵¹⁰ MORAES, Maria Lygia. **Vinte anos de Feminismo**, Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1996, p. 11.

Blay avalia que a trajetória demonstrou que foi possível romper o lema do “infeliz casamento entre marxismo e feminismo” e alcançar um “feliz casamento entre o feminismo e a política⁵¹¹”.

Em 1985, quando da comemoração da Década da Mulher, o editorial escrito por Blay, que estava à frente do CECF em São Paulo, trouxe uma reflexão sobre a trajetória do movimento, desde 1975 até a data. Neste, a ativista e professora relata que, em 1975, havia sido convidada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para participar das comemorações do Ano Internacional da Mulher. Na ocasião, Blay narra o conflito pessoal entre aceitar o convite e deixar claro que não representava o governo brasileiro. Em direção oposta, no editorial de 1985, posicionou-se não apenas como militante, mas, também, como uma representante do Governo Estadual de São Paulo e afirmou que:

Os Conselhos trazem um instrumento a mais na luta das mulheres, colocando-as no âmago das fontes de decisão, porém, não superam o papel dos movimentos sociais. Os dois têm espaços esferas próprias e áreas de atuação. Críticas mútuas têm o importante papel de alimentar e direcionar respectivamente uns e outros. Estar dentro do aparelho do Estado não significa ter poder, significa apenas entrar numa outra esfera do debate político. O sucesso nesta área advém de múltiplas fontes, inclusive do próprio movimento social organizado⁵¹².

O editorial assinado por Blay partiu de uma narrativa que diferia o campo de atuação dos movimentos sociais e o dos Conselhos, ao mesmo tempo em que buscava mostrar como os dois *lóci* de atuação política eram indissociáveis. Apesar da argumentação sobre indissociabilidade de ambos os ativismos, pouco destaque foi dado aos movimentos feministas autônomos. Entretanto, a mesma edição trouxe artigos avaliativos sobre as possíveis transformações ocorridas no cotidiano feminino entre 1975 e 1985 e perguntou pela percepção sobre o feminismo, o aumento da consciência sobre os problemas femininos e pela participação das mulheres na Constituinte. O texto “Uma avaliação unânime: o balanço é positivo” apresentou depoimentos de diferentes feministas sobre os processos ocorridos nos últimos anos, ponderando sobre a percepção positiva sobre o processo de institucionalização. Lucília Scavone, pesquisadora de São Luiz do Maranhão, avaliou que as feministas haviam recorrido à institucionalização como forma de conseguir recursos financeiros para continuarem na militância; já Raquel Moreno considerou “lamentável” a falta de um movimento autônomo e argumentou que as disputas presentes nas eleições teriam dividido o

⁵¹¹ BLAY, Eva. “Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**, op. cit., p. 88.

⁵¹² Editorial, **Mulherio**, ano V, n. 21, 1985, p. 2.

feminismo. Lia Zatz, assim como Moreno, concordava sobre o impacto das eleições no feminismo, mas analisou positivamente a institucionalização, pois considerava o Conselho “uma conquista de peso⁵¹³”. Essas distintas percepções levam-nos a inferir que a institucionalização do feminismo, pela via Estatal, avançou fortemente na primeira metade da década de 1980. Não obstante, a compreensão sobre o processo não foi consensual entre as feministas, pois nem todas o enxergavam de maneira positiva. Embora para algumas, a institucionalização representasse uma conquista, para a outra parcela, a entrada no campo institucional fracionou a militância e impactou a autonomia do movimento. Deste modo, nem todas acreditavam no “casamento feliz” entre o feminismo e a política institucional.

Em 1986, diante da aproximação da Constituinte, o periódico anunciou que: “Apesar das frequentes queixas e críticas dirigidas aos partidos políticos, em geral, impermeáveis às questões e às candidaturas femininas, as mulheres vêm discutindo em todo o país os direitos a serem conquistados na próxima constituição⁵¹⁴”. A edição foi permeada por artigos que versaram sobre os dois pontos centrais da agenda feminista para a Constituinte, a saber: o aborto e a comissão provisória para propostas de mudanças no texto constitucional sobre a família. A publicação também destacou que entre 559 membros eleitos para compor a Comissão da Constituinte, apenas 26 eram mulheres, número visto por algumas como uma grande vitória. Entretanto, parcela do movimento não via as eleitas como “autênticas representantes do feminismo”. Frente a isso, o jornal publicou um quadro com as candidatas eleitas e um boxe denominado “Três versões sobre a derrota” no qual foram ouvidas as candidatas consideradas “autênticas” representantes do feminismo, mas que não conseguiram elegerem-se, a saber: Zulaiê Costa Ribeiro, do PMDB, de São Paulo; Rose Marie Muraro, do PDT, do Rio de Janeiro e Irede Cardoso, do PT, de São Paulo. Entre as argumentações para a derrota estavam a falta de espaço na mídia e as complexas relações com os partidos políticos e com o “poder”.

Como uma forma de ponderar sobre essa disputa, o artigo redigido por Carmen Barroso intitulado “Feminismo, Feminismos”, tratou das discussões sobre a representação política e o feminismo e argumentou que:

Com o resultado das eleições voltaram à tona às discussões sobre o que é feminismo, ou melhor, quem é feminista. [...] Segundo algumas análises, nenhuma das eleitas seria feminista: uma por estarem ligadas à Igreja, outras por submeterem os interesses das mulheres à causa partidária, outras por excesso de personalismo.

⁵¹³ Uma avaliação unânime: o balanço é positivo, **Mulherio**, ano V, n. 21, 1985, p. 5.

⁵¹⁴ **Mulherio**, ano VI, n. 21, 1986, p. 16.

Acho a crítica um ótimo sinal. Afinal, se não nos contentamos com qualquer feminista é sinal que estamos podemos escolher. [...] A tentativa de “tomar a carteirinha” daquelas com as quais não concordamos – além de nos enfraquecer diante do machismo generalizado que nos cerca – é ineficaz, pois nenhum grupo ou organização consegue o monopólio da legitimação num movimento que tem resistido tenazmente a esta tendência à centralização⁵¹⁵.

Como podemos inferir, as mulheres alcançaram 4,6% do total de representantes na Comissão Constituinte. Este número não foi expressivo se pensarmos na amplitude e na força dos movimentos de mulheres e do feminista no país. Logo, as possíveis conquistas na Constituinte podem ser pensadas à luz das mobilizações feitas do lado de *fora do Estado*, nos indicando a permanência e a importância da militância autônoma. O artigo de Barroso também nos dá pistas que, ao lado do “feministômetro”, construía-se um discurso mais moderado que valorizava a entrada das mulheres na arena política. Todavia, tal discurso, como a própria autora concluiu, poderia estar imbuído de um “polianismo”, afinal, a entrada das mulheres no Estado não implicava, imperiosamente, na introdução da agenda feminista no campo institucional e um engajamento nas pautas feministas e de gênero.

Por essa via, o periódico apresentou novos artigos que interrogaram as trilhas que o feminismo brasileiro seguia. Em 1987, o jornal publicou o artigo escrito por Raquel Moreno e intitulado “Conselho x Movimento Autônomo”. O texto de Moreno tomou como base uma matéria publicada pela Folha de São Paulo a respeito da Primeira Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação das Mulheres. A matéria da Folha de São Paulo avaliou que o feminismo dos anos anteriores, que havia “empolgado as mulheres” de todas as classes, “estava morto”, restando apenas o feminismo “comportado” representado pela ala institucionalizada do Estado e das universidades. Frente ao exposto, Moreno afiança que a matéria foi coerente, ao menos com o primeiro dia do evento, uma vez que na mesa expositora não havia representantes da militância autônoma, apenas as “especialistas” que atuavam nas esferas institucionais. Na sequência, a autora caminha para os acontecimentos do IX Encontro Feminista Nacional, realizado em Garanhuns, em Pernambuco. Ali, de acordo com a narrativa, foram encontradas mulheres que exibiam em seus crachás a denominação “feminista” sem outros adjetivos. Além disso, argumenta que a questão da autonomia teria dado à tônica ao encontro, estando presente em diversos grupos de discussão. Como foi apresentado:

[...] o confronto entre, por um lado, a defesa da autonomia do movimento e a necessidade de sua maior organização, contraposto à necessidade do movimento de

⁵¹⁵ BARROSO, Carmem. Feminismo, Feminismos. **Mulherio**, ano VI, n. 27, 1986, p. 25.

reivindicar a criação de Conselhos em todos os Estados, a tê-los como porta-voz, já que o movimento não teria voz e, a redundância em se pensar numa representação a nível nacional, pois está já existia era o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). De novo, a reafirmação da parte institucionalizada do movimento, se colocando como necessidade, caminho e interlocutora social única. Diante disso, penso que justamente por ter mudado de classe e ter se popularizado, cabe-nos abrir todo o espaço possível em que o movimento autônomo de mulheres possa ser o seu próprio porta-voz, já que ele agora representa um número maior e mais variado de vozes que nenhum canal institucional saberia representar⁵¹⁶.

O artigo advoga que o feminismo autônomo não havia morrido, ao contrário, havia se pluralizado e mantinha-se vivo e atuante em outras regiões para além do eixo Rio-São Paulo. Logo, era necessário ampliar os canais de participação no intuito de dar visibilidade às múltiplas vozes femininas e feministas, as quais as arenas institucionais não davam conta de espelhar. Ponderou que isso não implicava que as mulheres não pudessem dialogar com os Conselhos; o objetivo era que o movimento de mulheres fosse autônomo e suprapartidário e não ficasse aprisionado em uma “camisa de força” que pudesse cercear críticas ao Estado, independente do partido que estivesse no poder.

Podemos constatar que o “feminismo de Estado” ganhou força e terreno entre os anos de 1982 e 1985. Neste aspecto, apesar de *Mulherio* ter sido acusado de ser “partidário” e de defender o feminismo “institucionalizado”, podemos perceber que a publicação foi um importante espaço de reflexão e discussão sobre a nova conformação política que o movimento feminista ganhou no país. Ainda que tenha dialogado com a ala institucionalizada, *Mulherio* cedeu espaço tanto para vozes críticas ao processo de institucionalização do feminismo quanto para as que o viam de forma positiva. A análise da fonte nos permite concluir que, ainda que majoritária, a institucionalização do movimento não foi consensual no feminismo brasileiro, uma vez que havia vozes dissonantes que asseguravam a importância de pensar as pautas do movimento do lado de fora do Estado. Não obstante, o que predominou no cenário político foi uma percepção do Estado como palco de atuação e negociação dos movimentos sociais e, logo, como um possível agente de transformação de práticas culturais. Deste modo, podemos acompanhar o deslocamento do sentido da autonomia. Se no início da década a palavra estava atrelada à separação da militância feminista da atuação nos partidos políticos; no decorrer da década, vemos que a autonomia passou a referir-se à possibilidade de militar, de forma crítica, dentro das esferas políticas governamentais⁵¹⁷. Notoriamente, como a

⁵¹⁶ MORENO, Raquel. Conselho x Movimento Autônomo. *Mulherio*, ano VII, n. 33, 1987, p. 8.

⁵¹⁷ Porém, isso não implica afirmar que as questões com os partidos estivessem resolvidas. Em dezembro de 1987, a trigésima quinta edição trouxe a matéria intitulada “Existe espaço para a dupla militância?” que versava sobre a expulsão de três militantes de seus respectivos partidos políticos, justamente por suas posturas políticas

publicação saiu de circulação em 1988, não podemos avaliar se as discussões sobre a autonomia do feminismo de Estado continuaram a ser pautada pelo feminismo, o que podemos avaliar pela análise documental é que o movimento brasileiro seguiu um caminho moderado que buscou inserir, na medida do possível, às pautas de gênero nas políticas públicas e nos programas dos partidos políticos.

4.1.2. *Chanacomchana*: a autonomia político-partidária

O *Chanacomchana*, assim como seu contemporâneo, trouxe artigos críticos à intitulada “dupla militância”. Entretanto, se não podemos afirmar que este ponto de vista correspondia ao corpo editorial do *Mulherio*, uma vez que o mesmo afirmava-se como um canal para as distintas vozes do feminismo; *Chanacomchana* deixava claro sua posição às leitoras. Apesar das distinções dos projetos, houve uma correspondência nas críticas construídas em ambos os periódicos, indicando a constituição de um feminismo questionador das velhas formas e esquemas políticos mantidos pelos partidos e organizações de esquerda na primeira metade da década de 1980.

Em sua edição de número zero, *Chanacomchana* publicou o artigo intitulado “Quem tem medo de Virginia Woolf”, assinado por Maria Carneiro da Cunha, que colaborou para o número inaugural do periódico⁵¹⁸. Neste, a jornalista criticou de forma contumaz a maneira pela qual as feministas eram tratadas pelos grupos e partidos de esquerda, que as definiam como “[...] histéricas, mal-amadas, divisionistas, desviacionistas, burguesas, pequeno-burguesas alienadas (epítetos curiosamente lançados por outros burgueses e pequenos burgueses que agem como se fossem cães de guarda de um proletariado ao qual não pertencem)⁵¹⁹”. De acordo com a narrativa, referir-se às feministas como “lésbicas” e, logo, como “anti-homem” era o mais frequente, mostrando a aversão dos mesmos, também, à temática homossexual. Portanto, analisa a oposição destes grupos que insistiam em não reconhecer as demandas específicas dos movimentos homossexuais e feministas como importantes e manterem um discurso que as consideravam como questões “menores” e que se resolveriam ao final do processo de retomada do poder. Como foi manifesto:

em relação ao feminismo. As ativistas eram: Amelinha Teles, do PC do B; Ruth Escobar do PMDB e Marise Egger do PCB.

⁵¹⁸ Maria Carneiro da Cunha é jornalista, militante feminista e participou ativamente do jornal *Mulherio*. Ela também é autora dos livros: **O que é Aborto**, em coautoria com Carmen Barroso, publicado pela Editora Cortez, em 1980; e **Comportamento Sexual: A Revolução que Ficou no Caminho**, pela Editora Nobel, 1988.

⁵¹⁹ CUNHA, Maria Carneiro. “Quem tem medo de Virginia Woolf?” *Chanacomchana*, n. 0, ano I, 1981, p. 3.

Há quem conteste o direito dos homossexuais se reunirem em grupos de pressão, reivindicação e luta, sem argumento essencialmente político, já que invoca uma certa ‘luta maior’ (uma expressão bem abstrata), que invalidaria todas as outras, consideradas menores, descabidas, mal colocadas ou estéreis⁵²⁰.

Como mencionamos, os tradicionais partidos de oposição ao regime civil-militar brasileiro eram refratários aos movimentos gay e feminista por compreendê-los como manifestações “burguesas” que não condiziam com a realidade dos ditos países “subdesenvolvidos”. Edward MacRae afirma que durante a abertura política o moralismo da esquerda ortodoxa tornou-se um dos principais alvos de crítica destes novos movimentos sociais. Segundo o autor, tais agremiações “custavam a assimilar” as novas posturas em relação às liberdades sexuais, como o uso de anticoncepcionais ou os relacionamentos homoafetivos. As relações homossexuais eram severamente reprimidas, sendo que muitos militantes corriam risco de serem expulsos das fileiras partidárias por serem reconhecidos como gays ou por estarem engajados em movimentos homossexuais⁵²¹. Logo, do ponto de vista do partido, a “dupla militância” era compreendida como um “divisionismo” do “real engajamento” nas lutas gerais e de classes.

Todavia, as ações reativas não partiam apenas dos homens. Mulheres que integravam as fileiras de tais agremiações, muitas vezes definindo-se como feministas, também se posicionavam de forma contrária a determinados pontos da agenda de gênero e à participação das lésbicas nos encontros. Assim, os conflitos presentes no III Encontro da Mulher Paulista, apresentados anteriormente, também estiveram relacionados à presença das militantes da FL. Fernandes pontua que desde as reuniões preparatórias, as lésbicas foram atacadas politicamente por integrantes do MR-8 e por algumas ex-partidárias da associação que haviam migrado para o PMDB. De acordo com a autora, esta fração afirmava que as mulheres da periferia não aceitariam ver o movimento dirigido por lésbicas como “queriam as mulheres da classe média”, argumentando que as lésbicas negavam “sua própria condição feminina”, portanto, não poderiam atuar em um movimento de mulher. Essa vertente fundamenta-se em postulados biologizantes, refutando as discussões de gênero e endossando as visões distorcidas e os estereótipos sobre a homossexualidade⁵²².

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ MACRAE, Edward. “Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da ‘Abertura’”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. op. cit., p. 41.

⁵²² FERNANDES, Marisa. “Ações Lésbicas” In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op.cit.

Frente a isso, na publicação de número dois do boletim, em 1981, as editoras realizaram uma entrevista com Cida Kopcak, ativista da Associação de Donas-de-Casa. O intuito da matéria era avaliar em que medida os temores de parte das feministas, ligada aos partidos políticos, correspondiam ao pensamento das mulheres organizadas nos bairros. A entrevista sinalizou, ainda, os paradoxos não apenas entre feministas autônomas em oposição às partidárias, ou ainda, feministas *versus* feministas-lésbicas, mas, também, o distanciamento entre o que era compreendido como *militância* e *movimento* para as mulheres da periferia e as que respondiam pelo centro. Ao ser questionada sobre os acontecimentos, Cida respondeu:

No 2º Congresso, quando o GALF entrou, o pessoal ficou ‘assim’... [...] Há um grupo de mulheres que se assumem feministas e que no meu modo de ver não são. Elas falam em nome de um monte de ‘mulherada’ mas na realidade não representam estas mulheres. Elas dizem que não podem falar sobre lesbianismo porque o pessoal do bairro não aceita isso. Mas estas feministas são contra, que não põem isso no programa. Elas praticam isso entre elas. Mas daí elas falam: se eu puser isso, como é que fica para a Associação das donas de casa? O que é que elas vão pensar, por exemplo, do Brasil Mulher, se elas levantarem essa bandeira? [...] Você sente que elas falam em nome de mulheres que elas nem sabem quem são.⁵²³

Para a porta-voz do movimento popular, a parcela do feminismo político-partidário dizia representar uma fração da qual desconhecia as especificidades. Apesar disso, advoga que “feminismo e movimento de mulheres é a mesma coisa” e que, mesmo com grandes avanços, ainda havia um longo caminho para a libertação feminina. Nesta via, assevera que as mulheres da periferia estavam à frente no feminismo em relação às do centro, uma vez que as primeiras percebiam os problemas “no dia a dia”, da economia aos relacionamentos sexuais. Quando interrogada sobre a dupla militância, a ativista posicionou-se a favor da autonomia do movimento e expôs que para seu grupo a participação em partidos era algo inaceitável: “[...] a gente nunca participou de partido. Nós nunca aceitamos. A gente quer autonomia para poder falar livremente sem receber ordem de cima”; porém, admite que era possível “ser feminista dentro do partido”. Nesta direção, quando questionada se as recentes experiências socialistas teriam libertado as mulheres, a militante advoga que não, pois “não adianta esta classe tomar o poder, se os operários não mudarem a cabeça⁵²⁴”. A entrevista com a representante de uma ala do movimento popular lançou luz sobre alguns desencontros entre as vozes que falavam em nome do feminismo mais amplo, sobretudo no tocante à participação das lésbicas no movimento. Se nas páginas do *Mulherio* acompanhamos as discussões sobre a autonomia e a dupla militância a partir de um olhar feminista “especializado” e das “classes médias”, a

⁵²³ Associação de donas de casa discute lesbianismo, aborto e..., *Chanacomchana*, n. 2, 1982, p. 5.

⁵²⁴ *Idem*, p. 6.

matéria do *Chanacomchana* nos permitiu perceber que o debate também estava presente na periferia da cidade, ressaltando a força das organizações de bairro no período.

Não obstante, se para a Associação de Donas-de-Casa era viável ser feminista e atuar nos partidos políticos, para as editoras do *Chanacomchana* essa via apresentava-se como execrável. No boletim de número quatro, a questão da autonomia foi debatida em duas matérias. A primeira, e principal, tratou de um ato político organizado pelas militantes GALF no Ferro's Bar, ponto de encontro lésbico. Segundo a matéria, o ato teria ocorrido devido às restrições colocadas pelo dono do estabelecimento à presença das militantes e à venda do boletim, chegando ao ponto de, em julho de 1983, o proprietário solicitar que o segurança expulsasse as ativistas do local. Em um momento em que se discutia o retorno da democracia no país, as integrantes do GALF orquestraram uma manifestação pública no bar e convidaram deputados, deputadas e vereadoras para o ato que ocorreu em 19 de agosto de 1983 e tornou-se um marco na história do movimento lésbico e homossexual, sendo considerado o “*Stonewall brasileiro*”. A manifestação foi apoiada por feministas heterossexuais, gays, integrantes de partidos políticos e contou com a cobertura da mídia impressa local.

No entanto, por se afirmar como um grupo autônomo e avesso à intitulada “dupla militância”, em certa medida, o boletim justificou às suas leitoras os motivos eleitos para fazer o convite a determinados representantes políticos.

Ao contrário de alguns outros grupos feministas, o GALF não aceita a chamada dupla militância: isto é, batalhar dentro de um grupo e, ao mesmo tempo, dentro de um partido político. Pensamos que a dupla militância foi um dos principais fatores de enfraquecimento dos grupos feministas nos últimos anos, particularmente com as eleições de 1982. [...] Isso não impede que busquemos ótimas relações com os partidos de oposição – PMDB, PT e PDT – pois nossas lutas se cruzam em alguns pontos essenciais, como é o caso da luta pelas liberdades democráticas. Por isso, fizemos questão de convidar para o ‘happening’ político do Ferro's Bar: deputada Ruth Escobar (PMDB), vereadora Irede Cardoso (PT), deputado federal Eduardo Suplicy (PT) e a bancada do PT na Assembleia Legislativa⁵²⁵.

No caso apresentado pelo boletim, apesar de condenar a intitulada “dupla militância”, o texto nos leva a compreender que, em determinadas circunstâncias, o apoio de políticos presentes na esfera institucional do poder era imprescindível para pressionar por suas demandas. Tratava-se de um jogo no qual os partidos, e seus agentes políticos, estabeleceriam uma relação de trocas por afinidades e, em contrapartida, o movimento poderia participar de debates promovidos pelos partidos ou apoiá-los quando algumas de suas bandeiras fossem

⁵²⁵ Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro's Bar, *Chanacomchana*, n. 4, 1983, p. 3.

defendidas por aqueles. Esses paradoxos não eram novidades na militância feminista, sobretudo no que concerne à esfera política institucional. Ao longo da história, as mulheres criticaram, dialogaram, negociaram e fizeram alianças com partidos e grupos políticos a fim de verem suas pautas e direitos assegurados. Como afirma Joan Scott, escrever sobre a história do feminismo é escrever sobre paradoxos e prestaríamos um desserviço a essa trajetória se os ignorássemos⁵²⁶.

É oportuno, a título de comparação, percebermos as diferenças entre a atuação dos movimentos brasileiros e os argentinos. No país vizinho, a análise das fontes nos permitiu inferir que, em circunstâncias similares, houve uma união entre os movimentos sociais para fazer frente à defesa de suas agendas políticas ou de seus direitos. Não é mencionada pelas fontes argentinas a formação de alianças com representantes de partidos políticos, ainda que estes pudessem estar diluídos nas organizações. Nota-se, em um primeiro plano, que no Brasil as organizações sociais buscaram apoio em agentes de partidos políticos, enquanto na Argentina, de forma mais radical, este suporte deveria partir das próprias agremiações.

A relação ambígua entre as feministas e os partidos políticos foi retomada na mesma edição por meio de artigo redigido por Rosely Roth e intitulado “A opção da autonomia”. Neste, a crítica à dupla militância é mais contundente, do mesmo modo que a própria prática política é interrogada. O texto endossou que, “em teoria”, tanto os grupos feministas, como os homossexuais se opõem à reprodução das práticas políticas tradicionais caracterizadas pela “hierarquia, competição, divisão entre os que pensam e os que fazem e a preocupação quase que exclusiva com a tomada do poder”. Para a autora, estes aspectos estariam presentes mesmo nos partidos de oposição e a “tradição” foi lida como uma “velharia” que sustentava uma estrutura hierárquica, engessando um debate democrático e plural dentro dos partidos. Assim, analisou que uma militante que se afirme como feminista ou homossexual não deveria acreditar que a luta dentro dos partidos era algo possível de ser concretizada. Este fato, segundo a autora, era algo inviável, pois, em última instância, dividiria e enfraqueceria o movimento:

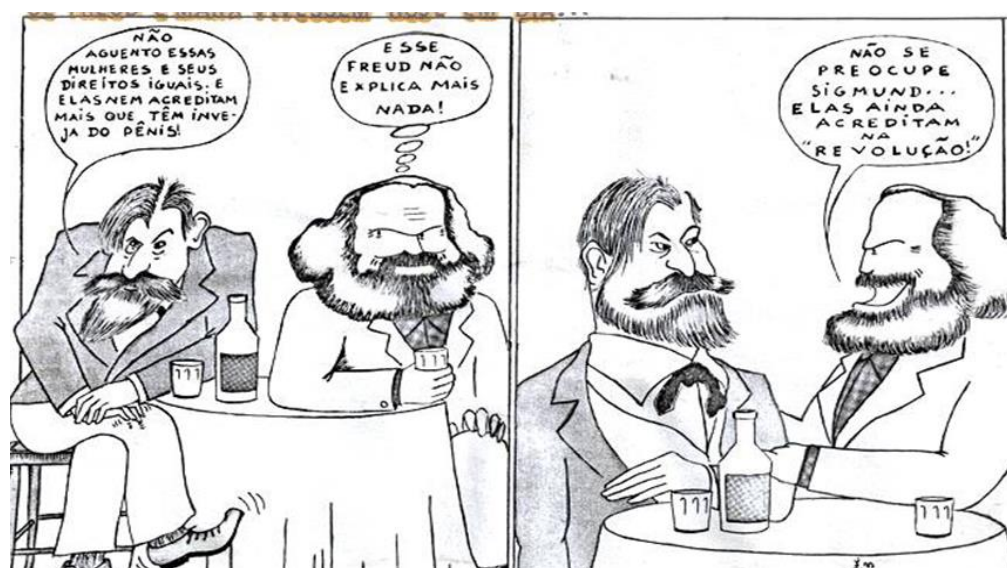
Talvez uma dupla-militante acredite que nos grupos ela discute as suas questões ‘específicas’, e, as ‘gerais’, como a tomada do poder, no partido. Não entendo isso de ‘questões específicas’ e ‘gerais’. Por exemplo: as nossas questões ‘específicas’ como aborto, creches, lavanderias e restaurantes coletivos, contra as discriminações sobre a mulher negra e lésbica, entre outras, não podem ser resolvidas no

⁵²⁶ SCOTT, Joan. **A Cidadã Paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem, op.cit.

capitalismo e não foram no socialismo. As nossas questões ‘específicas’ para serem resolvidas precisam da transformação total das sociedades ⁵²⁷.

Destarte, adverte que a autonomia precisa ser salvaguardada no intuito de dar visibilidade a outras assimetrias que não eram vislumbradas dentro dos partidos políticos. Por isso, asseverou que era importante a multiplicação de “grupos autônomos de negros, feministas, homossexuais, ecologistas e outros setores oprimidos” como os camponeses e operários. De acordo com o texto, estar nos partidos significava não “acreditar nos grupos como veículos de transformação⁵²⁸”, que poderiam formar cooperativas ou federações, modelos distintos das tradicionais e autoritárias formas de se fazer política. Contudo, ressaltou que isso não implicaria em não criticar, tentar modificar ou mesmo manter relações com os partidos. O artigo, crítico à dupla militância, veio acompanhada de uma charge, rubricada por Míriam Martinho, sobre um possível diálogo entre Freud e Marx, indicando que se muitas feministas haviam superado os “mitos” freudianos sobre os problemas femininos, outras seguiam fiéis à crença que após a revolução, “tudo se resolveria”.

Figura 43 - Charge diálogo entre Freud e Marx



Chanacomchana, ano III, n. 3, 1983

Este posicionamento estava em consonância com as análises teóricas que aprofundam a discrepância na importância dada aos temas de gênero e sexualidade pelas tradicionais esquerdas. Apesar disso, no Brasil, a institucionalização do movimento pela via Estatal ocorreu por intermédio das relações dos movimentos sociais com os partidos denominados,

⁵²⁷ ROTH, Rosely. A escolha pela autonomia, *Chanacomchana*, n. 4, 1983, p. 4.

⁵²⁸ Idem.

no período, de progressistas ou de esquerdas. A abertura democrática também implicou no ingresso de muitos militantes homossexuais para os recentes partidos políticos que levaram suas pautas para dentro destas organizações. Logo, as eleições de 1982 também representaram um momento de disputas dos movimentos homossexuais na seara política institucional. Contudo, a agenda homossexual não ocupou o mesmo espaço que as demandas encampadas pelas feministas nos partidos políticos e no Estado.

Em 1982, *Chanacomchana* destacou a organização de um bate-papo com Félix Guattari, que visitava o país. A obra *A Revolução Molecular*, do psicanalista, circulava na militância feminista e homossexual e versava sobre o potencial revolucionário dos movimentos sociais. O boletim afirmou que o corpo editorial foi surpreendido pela análise de Guattari que demonstrou-se “impressionado pelo PT” e por arrogar a necessidade de articulação entre as lutas moleculares, referentes aos grupos sociais, às molares, relativas às esferas institucionais e aos partidos políticos, ou seja, um discurso distinto da defesa da autonomia preconizada pelo grupo editorial. Rodrigo Cruz afirma que estimulados pela fala do autor, o GALF e o coletivo *Outra Coisa* promoveram um debate com os candidatos de cinco partidos que iriam concorrer às eleições daquele ano. O evento ocorreu em outubro de 1982 e foi antecedido pela elaboração de uma agenda política apresentada aos candidatos⁵²⁹. A terceira edição do boletim tratou destes acontecimentos e expôs tanto a posição do grupo em relação às eleições quanto os pontos elencados para o debate.

A vida de Félix Guattari ao Brasil, na época pré-eleitoral de 1982, quando deputados, vereadores e mesmo os partidos, através de seus programas, na ânsia de angariar votos, lembra-se das chamadas “minorias” (mulheres (?), negros, homossexuais, índios) e estreitam contatos com representantes destes movimentos. Nós, do Movimento Homossexual, listamos uma série de reivindicações, com por ex., a não utilização do parágrafo 302.0 do INAMPS de que já falamos, o direito a custódia dos filhos, o fim da repressão policial, etc., e a enviamos para os políticos interessados. E em novembro, às vésperas das eleições, realizamos, também em nossa sede, um debate a respeito destas reivindicações com vários candidatos de diversos partidos, inclusive um candidato do PDS merecidamente vaiado pelas pessoas presentes⁵³⁰.

⁵²⁹ O autor afirma que grupos cariocas adotaram a mesma estratégia e elaboraram uma plataforma de reivindicações destinada aos candidatos do Rio de Janeiro. CRUZ, Rodrigo. “Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982”. In: QUINALHA, R. GREEN, J., FERNANDES, M., CAETANO, Márcio. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op. cit.. A respeito do tema, ver a dissertação do autor “**Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982)**”, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo, em 2015.

⁵³⁰ Editorial, GALF: 4 anos de atuação. *Chanacomchana*, n. 3, 1985, p. 5.

Cruz advoga que o período foi interpretado como de descenso para o movimento homossexual, uma vez que apenas um candidato foi eleito e as pautas não foram incorporadas de imediato na esfera institucional. Entretanto, o autor pontua que o *début* deu estímulo para que as agremiações homossexuais adaptassem seu discurso ao da arena eleitoral e “inspirados em repertórios transnacionais, grupos de ativismo gay e lésbicos como o GGB, GALF, Outra Coisa, Atobá e Somos/RJ lançaram campanhas e ações que tinham como objetivo estabelecer maior grau de interlocução com as instituições⁵³¹”. Tal qual parcela do feminismo, os coletivos gays e lésbicos se aproximaram dos partidos políticos a fim de impulsionar a sua agenda política, especialmente durante a Constituinte.

Por essa trilha, o periódico deixou de apresentar artigos taxativos sobre a autonomia dos movimentos sociais em relação aos partidos políticos, porém, não deixou de fazer a crítica aos discursos que ainda postulavam que as demandas homossexuais eram “menores” em relação aos demais problemas da população. Na décima edição, em 1986, o artigo intitulado “Mito da opção sexual e a organização lésbica” tratou da questão ao versar sobre os preconceitos e formas de opressão escamoteados na expressão “opção sexual”. Avaliou que os discursos que endossam que a homossexualidade era uma “escolha” deixavam submersas as assimetrias presentes no cotidiano da população homossexual e pontou:

[...] encontramos gente dizendo que, no Brasil, há questões mais importantes que a homossexualidade para serem discutidas, como, por exemplo, a fome, a pobreza, as doenças, os menores abandonados, etc..., e que essa coisa de sexo é para ser resolvida entre as 4 paredes de nossas casas ou dos motéis. É que essas pessoas não percebem, ou melhor, fingem não perceber, que para uma lésbica ou um homem homossexual, seu estilo de vida pode representar a perda do emprego e mesmo a fome, a dependência da classe social, visto que o preconceito não mede as qualificações de ninguém e ainda temos muitos meios efetivos de lutar contra ele. Se para qualquer cidadã brasileira, dados o machismo e as condições econômicas do país, a luta pela sobrevivência é muito árdua, para a mulher lésbica a carga é dupla, pois, em geral, ela não conta sequer com o pouco apoio que a sociedade heterossexual dá aos seus através da família, da Igreja, dos sindicatos, das comunidades de bairro, associações, etc.⁵³².

Neste período, a publicação já afirmava como imperativa a organização específica das lésbicas e distanciava-se do feminismo, alterando, como demonstramos no segundo capítulo,

⁵³¹ CRUZ, Rodrigo. “Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982”. In: QUINALHA, R. GREEN, J., FERNANDES, M., CAETANO, Márcio. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**, op. cit., p. 275. Entre os apoiadores do movimento, o autor cita o deputado federal José Genoíno, Eduardo Suplicy e a vereadora Ireda Cardoso, todos eleitos por São Paulo e pelo Partido dos Trabalhadores. Suplicy e Cardoso foram, frequentemente, mencionados pelo *Chanacomchana* em parcerias e apoios ao periódico.

⁵³² Mito da opção sexual e a organização lésbica, **Chanacomchana**, n. 10, jun./set., 1986, p. 3.

a percepção sobre a autonomia do movimento que não era mais vislumbrada em relação aos partidos, mas sim no tocante à militância nas organizações mistas. Na décima primeira edição, *Chanacomchana* entrevistou três candidatas, a saber: Cassandra Rios, candidata à Deputada Estadual pelo PDT; Irede Cardoso e Dulce Cardoso, ambas eram candidatas à vaga de Deputada Federal pelo PT. Diferente do *Mulherio* que tinha como preocupação medir o grau de autonomia das candidaturas tanto em seus partidos, quanto ao Estado, *Chanacomchana* tinha por objetivo esclarecer e tornar pública a plataforma política das candidatas, especialmente pela falta de visibilidade das mesmas nas mídias oficiais. Como foi manifesto:

Você já sabe em quem vai votar? [...] Por terem sido indevidamente marcadas numa mesma data, as eleições para Governador, Deputados e Senadores, aqui em São Paulo os meios de comunicação praticamente só se detêm nos candidatos ao Governo Estadual. Inexiste a discussão das propostas dos candidato(a)s ao Senado, à Assembleia Legislativa e à Assembleia Nacional Constituinte. [...] Neste número, nós do Chanacomchana, não poderíamos ficar a margem deste processo. Assim, para contribuir com a ampliação do debate de algumas propostas em relação a homossexualidade, racismo, feminismo, ecologia e terra indígena, nós entrevistamos três candidatas. [...] Ao todo foram mais de quatro horas de entrevista, realizada numa terça-feira de setembro, à noite, no Ferro's Bar. Concordando ou não com as opiniões aqui emitidas, esperamos que esta entrevista contribua para a sua reflexão em relação ao momento atual⁵³³.

A edição seguinte trouxe um balanço das eleições, realizado por Rosely Roth, e demonstrou profundo pesar pela não eleição de Irede Cardoso, vista como uma representante tanto das feministas quanto dos homossexuais. O artigo apontou que “mesmo diante de um grande currículo”, a candidata não foi eleita. Além de suas qualificações, Cardoso havia redigido um texto, junto com Roth, sobre as discriminações específicas que recaiam sobre os homossexuais, o qual havia sido amplamente distribuído entre gays e lésbicas⁵³⁴. O balanço ainda destacou a candidatura de Herbert Daniel, em uma coligação entre o PT e o Partido Verde. Daniel, candidato pelo Rio de Janeiro, apresentou-se publicamente como homossexual e construiu uma agenda política voltada para a conquista de direitos para esta fração da sociedade. Neste aspecto, o boletim avaliou que a falta de dinheiro e o pouco espaço disponível na televisão teriam influenciado na derrota de ambos os candidatos e argumentou que:

Além desses aspectos, o resultado das eleições demonstrou que os grupos de homens e mulheres homossexuais precisam se fortalecer, estruturando-se internamente de

⁵³³ Entrevista com candidatas. *Chanacomchana*, n. 11, out/janeiro, 1986/1987.

⁵³⁴ Rosely Roth afirma que trabalhou fortemente pela eleição da candidata e solicita que a mesma não desista da “luta”, pois seu apoio seria de suma importância para a sobrevivência dos movimentos sociais.

uma maneira mais firme, para divulgarem, de forma mais ampla possível; as suas propostas visando obter uma base, no mínimo razoável, de sustentação social. Acredito que se trabalharmos nesta direção, a médio prazo, nós teremos condições de eleger candidatas (os), provenientes ou não do movimento homossexual, que tenham em seus programas, de uma forma destacada, a questão dos direitos das mulheres e dos homens homossexuais. É preciso que este ponto fique claro para que avancemos: as eleições, neste momento, espelham o fato de não estamos ainda suficientemente organizados para elegermos, a nível político mais geral, um representante das nossas reivindicações⁵³⁵.

Podemos verificar que parte do corpo editorial avaliava a institucionalização das pautas do movimento gay e lésbico como positiva. A discussão sobre a possível autonomia do movimento com a incorporação das demandas homossexuais pelo Estado não foi abordada no periódico. Posto em comparação com o *Mulherio*, ambos posicionaram-se de forma crítica sobre a refração dos partidos políticos em tratar das pautas de gênero e sexualidade; porém, espelham posições diferentes a respeito da institucionalização das temáticas, uma vez que *Chanacomchana* não debateu esse ponto. Ambas as publicações nos permitiram acompanhar o processo que levou a plataforma política feminista e a homossexual para a arena institucional, demonstrando como este caminho foi predominante no território brasileiro. Igualmente, a análise das fontes nos levou a perceber como muitas agremiações sociais atuaram nesse processo, uma vez que, em muitos casos, as organizações sociais recorreram aos partidos e ao Estado como forma de luta, não tendo apenas “as ruas” como campo de pressão para a conquista de seus direitos.

A mudança de posicionamento do *Chanacomchana* coincidiu com o fim da publicação e com o estreitamento do GALF com associações transnacionais. Como apresentamos no segundo capítulo, em seu último número foi argumentado que, ainda que movimento lésbico tivesse muitas aproximações com o feminismo, “seria contraproducente lutar somente pelas bandeiras gerais do feminismo em detrimento de nossas questões específicas”. Sendo assim, encerrou suas páginas advogando a urgência de construir grupos lésbicos a fim de assegurar de construir a própria concepção de feminismo e de encontrar soluções para os problemas que entrecruzam o cotidiano das lésbicas. A questão da autonomia política encerrava-se com a publicação, pois tanto o boletim quanto a revista UOO não questionaram a relação do movimento homossexual com o Estado ou com as agências de cooperação internacional, instituições que se tornaram parceiras da Rede UOO e que possibilitaram sua atuação por toda a década de 1990. Igualmente, não foram problematizadas as transformações das agremiações independentes em ONGs e quais seriam suas implicações na militância.

⁵³⁵ Balanço das Eleições. *Chanacomchana*, n. 12, fev-mar, 1987, p. 17.

4.2. *Furia: os paradoxos da militância feminista e socialista*

Como foi manifesto, a insígnia “Democracia en la casa y el país”, utilizada pelo movimento chileno, ressaltava que não bastava o retorno à democracia, era necessário combater e erradicar o autoritarismo em todas suas facetas, incluindo a que se disseminava na militância de oposição. Essas discussões estiveram presentes, especialmente entre os anos de 1980 até 1984, momento em que os movimentos sociais estavam retomando o espaço público. Neste período, combinar feminismo com militância político-partidária foi compreendido como algo inviável. Além das históricas tensões entre as feministas e os partidos de esquerda chilenos, os partidos eram encarados, também, como um lócus de reprodução de posturas autoritárias em relação ao lugar das mulheres na família e na política. Portanto, a militância neste campo deveria ser repensada e redefinida.

Na outra ponta, o discurso do regime militar que demonizava as organizações tradicionais de fazer política, criou um vazio institucional deixado pelo desmantelamento dos tradicionais canais de representação política. Estes fatos levaram as mulheres a questionarem os projetos políticos e a participação feminina nestes espaços como algo efetivo. Deste modo, como afirmam as autoras, ao final dos anos 70, o movimento que surge é:

[...]un feminismo que se plantea en oposición al autoritarismo militar, pero, también a las formas tradicionales de hacer política, al estatismo de los actores políticos y al reduccionismo economicista que segaba los discursos de izquierda y que relegaba las aspiraciones de igualdad de género a un lugar secundario en la lucha por transformar la sociedad⁵³⁶.

Esse posicionamento pode ser compreendido à luz da análise de Kirkwood. A autora advoga que os problemas relativos às mulheres foram esquecidos tanto pela direita quanto pela esquerda e que o debate, em ambas as frentes, restringiu-se ao papel da mulher na família, a partir de uma narrativa conservadora, sem questionar as próprias hierarquias constituídas dentro daquele núcleo. Para a autora, a esquerda chilena disputou com a direita a defesa da família tradicional sem preocupar-se com as assimetrias presentes naquele espaço. Como analisa:

[...] las formulaciones más combativas en el discurso izquierdista-progresista radican en la disputa, con la derecha, de la condición de igualdad de la defensa de la

⁵³⁶ TOBAR, Marcela; CATALÁN, Lorena; CAVIEDES, Elizabeth. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en Chile posdictadura*. op.cit., p. 45.

familia – léase la familia proletaria – que se defina como ‘núcleo revolucionario básico’, pero dejando intocadas las redes interiores jerárquicas y disciplinarias que conforman históricamente la familia, sin alterar la reproducción de su orden en la socialización infantil. Con ello la izquierda disputa – sin quererlo- la reivindicación de los valores del orden conservador⁵³⁷.

Furia foi uma porta-voz dessa crítica. Porém, como dito, este periódico foi editado por militantes ligadas ao denominado *nuevo socialismo*, demonstrando a especificidade da concepção de autonomia defendida. A postura da revista fazia parte da conjuntura específica que o *Partido Socialista Chileno* (PS) enfrentou. Desde o golpe de 1973, a esquerda chilena passou por uma crise em torno de seu projeto político, levando a debates e tensões. As discussões que culminaram na separação do PS tiveram início no exílio. Como pano de fundo estava o contexto europeu, marcado pelo eurocomunismo e pela crise do socialismo real, especialmente no leste europeu. Alguns militantes e intelectuais socialistas, durante o exílio, entraram em contato com o pensamento de Gramsci e passaram a defender um projeto político que privilegia a democracia que, até então, era vista como algo “burguês”. Este grupo argumentou que a democracia era uma medida de oposição às formas autoritárias tanto de direita quanto de esquerda⁵³⁸. Em 1979, o PS foi dividido entre a ala do “*nuevo socialismo democrático*”, dirigida por Carlos Altamirano, e a parte mais “ortodoxa” que seguia as balizas marxista-leninistas e que ficou a cargo de Clodomiro Almeyda. Ao lado do PS *Altamirano*, como ficou cunhado, alinharam-se distintas organizações de esquerda como o *Movimiento de Acción Popular Unitária* (MAPU), o *MAPU-Obrero Campesino*, além de intelectuais da esquerda⁵³⁹. A *Federación de Mujeres Socialista* estava inserida nesta perspectiva do socialismo renovado e contra argumentava sobre a possibilidade de realizar uma militância dentro do partido político, mas, não em conciliar feminismo e socialismo, pois para a agremiação os dois projetos eram inseparáveis.

O periódico teceu inúmeras críticas à esquerda ortodoxa e à ala renovada. Na primeira edição na seção *Análisis*, o artigo “*¿Donde está la discriminación de la mujer en la sociedad capitalista?*” enfatizou como as questões referentes ao universo do privado, ao não serem vislumbradas pela esquerda, foram convertidas em questões políticas pela direita de maneira inversa, no apelo ao “eterno feminino”. O texto afirma que a figura feminina foi acionada pela

⁵³⁷ KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile: las feministas y los partidos**, op.cit., p. 79.

⁵³⁸ WALKER, Ignacio. Un nuevo socialismo democrático en Chile. **Colección Estudios CIEPLAN**, n. 24, junio, 1998.

⁵³⁹ De acordo com Eça Pereira da Silva, a leitura de Gramsci por membros do PS levou a um estreitamento das relações com a *Democracia Cristiana*, possibilitando uma recomposição da aliança política antiautoritária. SILVA, E. P.. **Araucaria de Chile (1978-1990): a intelectualidade chilena no exílio**. São Paulo: Alameda, 2013.

direita durante o governo da *Unidad Popular* e, após o golpe, essas mulheres foram colocadas como representantes do papel sagrado na família. Assim, o artigo perguntou pelos motivos que levaram a esquerda tradicional a defender esse mesmo papel e desconsiderar as especificidades femininas na construção do socialismo.

Estos izquierdistas argumentan que las trabajadoras solamente se las debe organizar alrededor de las mismas demandas que se supone atraen a los trabajadores en general, y que las mujeres que no son trabajadoras asalariadas (cerca de un ochenta por ciento en nuestro país) deben ser organizadas para defender a sus familias y a su esposo, pero jamás alrededor de sus intereses específicos en la familia o en la clase. Ellos usan la consigna de que la ‘familia proletaria’ es la unidad de lucha en la revolución, negando apoyo a las mujeres en su lucha por conseguir igualdad en la familia misma, en el trabajo y en partido...⁵⁴⁰

O periódico argumentava que para os partidos de esquerda as questões relativas às mulheres continuavam sendo tratadas por um viés de classe e, deste modo, as assimetrias de gênero eram omitidas. A crítica ao lugar reservado à mulher dentro das esquerdas esteve presente nas cartas enviadas por suas leitoras e selecionadas pela revista. Na seção *Cartas- El Correo de Las Furias*, na edição de número dois, foi exposto o depoimento de uma militante que fazia coro quanto ao posicionamento discriminatório das esquerdas em relação às mulheres. Em sua análise:

En los partidos de izquierda y en las organizaciones de la clase trabajadora, siempre ha existido la tendencia a entregarles a las mujeres papeles de apoyo, o secundarios, en una lucha que es de todos. Esto, a mi juicio, obedece a la falta de desarrollo creativo del pensamiento marxista. No ha habido capacidad de aplicar los principios de este a nuestro accionar en concreto. [...] En definitivo, la mujer es marginada, por el sistema y es desgraciadamente, por las organizaciones que luchan contra ese sistema⁵⁴¹.

Nesta mesma edição, o artigo publicado, novamente, na seção *Análisis* rebateu as críticas simplistas feitas pela esquerda ao feminismo, taxando-o de um estrangeirismo pequeno-burguês que não corresponderia às experiências das latino-americanas, sendo, portanto, apenas um modismo de “intelectuais burguesas”. O artigo argumentou que se este era o fundamento para refutar o feminismo, o mesmo deveria servir para o marxismo; afinal, a

⁵⁴⁰ Análisis, *¿Dónde está la discriminación de la mujer en la sociedad capitalista?*, **Furia**, año I, n. 1, 1980, p. 8.

⁵⁴¹ Cartas: El Correo de las Furias, **Furia**, año II, n. 2, 1981, p. 7. Abaixo desta seção, intitulado “*Retazos*”, uma leitora escreve narrando que ela e outras estudantes ajudaram a organizar uma paralisação (*huelga*) junto a um grupo de operários e que, depois, saíram juntos para beber, ao que um dos trabalhadores afirmou achar fantástico tê-las entre as ativistas. No entanto, quando perguntaram por que não havia outras mulheres ali ou por que sua companheira não participava, escutou: “*¿Mi mujer en la huelga? ¿Y después a la fuente de soda? No...este no es su lugar*”, p. 9.

premissa revolucionária do socialismo, de igual modo, era “estrangeira” e não servia aos interesses da população mais ampla:

Otra acusación al feminismo, es que éste como fenómeno social es propio de los países desarrollados y que poco o nada tiene a ver con América Latina. El hecho que el feminismo haya nacido en los países ricos no significa que las mujeres de América Latina y del resto del mundo no puedan nutrirse de esa corriente. Si así fuera, el marxismo – también nacido en un contexto social diferente al nuestro – no podría encontrar cabida entre nosotros. También se dice que la formulación feminista no interesa a las mujeres de pueblo sino a las intelectuales “pequeño-burguesas”. De igual modo podría sostenerse que al pueblo, en un momento dado, no le interesa la revolución sino la satisfacción de ciertas reivindicaciones inmediatas⁵⁴².

Esse debate figurou em outros números, a exemplo da quarta edição quando a revista teceu críticas ao modo como os regimes socialistas e comunistas trataram a questão da mulher durante os processos revolucionários. Se as revoluções socialistas ocorridas na Europa ou na América Latina haviam garantido mudanças substanciais nas estruturas econômicas, não teriam provocado alterações nas estruturas patriarcais e tampouco nas relações de dominação de um sexo por outro⁵⁴³. Essa percepção, como vimos, foi assinalada pelos periódicos brasileiros e argentinos⁵⁴⁴. No entanto, como pontuamos, tratar da história da militância feminista não é referir-se, como analisa Scott, a “um conjunto fixo de comportamentos nem um atributo essencial da mulher, mas uma consequência de ambiguidades, incoerências e contradições dentro de epistemologias específicas⁵⁴⁵”.

Por essa trilha, *Fúria* defendeu arduamente a autonomia do feminismo, fazendo duras críticas ao Partido Socialista, de forma geral, e à maneira como o socialismo foi conduzido. No entanto, salvaguardava, ardorosamente, a junção entre feminismo e socialismo que, para o periódico, eram perspectivas “indissociáveis”. Para sustentar esse propósito, a publicação trazia citações de Jean Paul Sartre, Herbert Marcuse e Antonio Gramsci, intelectuais ligados à renovação intelectual da esquerda europeia. Esses nomes não eram citados ao acaso. Marcuse,

⁵⁴² Análisis: Porque somos feministas: las preguntas olvidadas, **Fúria**, ano II, n. 2, 1981, p. 12.

⁵⁴³ Como exemplo, cita-se a supressão dos direitos das mulheres durante o regime de Stalin, na Rússia; o controle de natalidade na China e no Vietnã e, no caso específico da China, os abortos de fetos femininos devido à legislação que permitia ter apenas uma criança e, neste aspecto, a valorização do masculino. Atenta-se, no entanto, ao fato de que estes aspectos morais são variáveis, haja vista que se tratam de sociedades e culturas diferentes, e que nos países do leste europeu, apesar da prevalência do papel feminino, nota-se um campo de direitos mais consolidados, com permissão de uso anticoncepcional ou ainda do aborto. Apesar disso, afirma-se que a revolução ficou mais no papel e no discurso do que na prática em si.

⁵⁴⁴ *Cuadernos de Existencia Lesbiana*, em sua sétima edição, criticou os posicionamentos marxistas de Cuba, China e Rússia, além dos intelectuais marxistas norte-americanos, que imputaram ao capitalismo “a culpa” pela homossexualidade que seria, ao jugo destes, “um modismo”.

⁵⁴⁵ SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos dos homens, op. cit., p. 46.

em 1977, escreveu um artigo com o título “Feminismo Socialista”, no qual idealiza a construção de um socialismo próximo às qualidades que ele considerava próprias do feminismo e contrárias ao capitalismo⁵⁴⁶. Sartre, por sua vez, além de envolvido empírica e teoricamente na renovação do pensamento das esquerdas, estava ao lado de Simone de Beauvoir, referência do feminismo francês dos anos de 1960. Já a obra de Gramsci foi nodal na renovação da esquerda latino-americana, sobretudo no que tange a relação entre cultura e política⁵⁴⁷.

Portanto, o periódico era tributário de uma discussão que preconizava a necessidade de repensar a prática política na esquerda, sobretudo o processo revolucionário, associando-a a outras lutas como a feminista. Defendia-se, portanto, uma nova cultura política que repensasse não só as desigualdades provenientes das estruturas sociais, mas, também, os constructos culturais que asseguravam e reproduziam os valores autoritários e patriarcais vigentes. Assim sendo, o editorial de 1983 defendeu, justamente, que a constituição de um projeto democrático e socialista não poderia ser feito ao largo das questões relativas às mulheres:

“No hay feminismo sin democracia” frase que encierra otra manera de reafirmar la secuencia: ‘lucha contra la dictadura y por la democracia, primero. El problema de la mujer, después’. Que esta lógica tan precisa y justa del ‘después no se da exactamente así en la realidad, es un sentimiento muy vivido para los grupos feministas de aquí y de allá. [...] En la mirada al Después, nos encontramos en un punto en que no cabe duda razonable de que ni la democracia, menos el socialismo, se construirán – no pueden ser contruidos – si mantenemos en reserva y diferido el ‘problema de la mujer’⁵⁴⁸.

A crítica expressa pelo editorial refere-se a outro momento particular da história do socialismo no Chile. Em 1982, foram iniciadas as reuniões que levaram à criação da *Secretaria de la Convergencia Socialista* com representantes do PS liderado por Altamirano, de perspectiva gramsciana, e da ala esquerda da *Democracia Cristiana*, além de outras agrupações. O intuito era traçar um novo perfil identitário superando a crise vivida pela esquerda, desde o golpe de 1973, e encontrar uma linha de afinidades dentro do socialismo chileno com vistas a avançar o processo democrático. Essa prerrogativa foi consolidada em

⁵⁴⁶ CASTRO, Mary. Marxismo, feminismos e feminismo marxista mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Crítica Marxista**, n. 11, 2000.

⁵⁴⁷ Há uma vasta discussão bibliográfica sobre as interpretações da obra de Gramsci da qual não nos debruçaremos por não ser o foco da pesquisa. A respeito das relações entre o pensamento de Gramsci e a esquerda ver: MÉDICI, Rita. Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema. **Revista Sociologia. Política**, Curitiba, 29, p. 31-43, nov. 2007; NOGUEIRA, Marco A. Gramsci: a crise da política e a esquerda em crise, **Revista Lua Nova**, n. 43, São Paulo, 1998.

⁵⁴⁸ Editorial Tiempo de Feminismo, **Furia**, año IV, n. 5, 1983.

1983 com o apoio de representações políticas, de grupos de estudantes e de intelectuais alinhados aos debates da renovação das esquerdas. Todavia, este fato não implicou, necessariamente, na adesão das feministas aos partidos. Como exemplo, o *Movimiento de Mujeres Populares* (MOMUPO) buscou manter-se independente dos partidos políticos e sindicatos a fim de resguardar o espaço de fala e de autonomia das mulheres para decidirem sobre seus problemas⁵⁴⁹.

A revista argumentou a favor da autonomia do movimento em relação à militância político-partidária. Nesta chave, em sua penúltima edição, publicou um relato da reunião do grupo socialista e apresentou as falas de militantes dos gêneros feminino e masculino sob os signos de XX e XY⁵⁵⁰. O intuito era mostrar como as questões relativas à liberação da mulher e à participação feminina no grupo de esquerda estavam sendo pensadas. O debate ocupou nove páginas da edição; portanto, selecionamos alguns trechos que nos dão indícios dos conflitos e embates colocados sobre a autonomia do movimento.

XY: Se insiste en que tratemos el proyecto socialista y el tema de la mujer por separado y no hacer desde ya la síntesis. Lo que pasa es que se produjo ahí una alianza quizás mortal (se refiere al proyecto socialista y al feminismo).

XX: Yo no estoy de acuerdo, me parece que no puede, no debe ser diferente. En ese sentido quería llamar la atención sobre el documento en que dice ‘no es tarea del movimiento político hacerse cargo de las demandas feministas’. Bueno, qué entendemos entonces por socialismo, por político, si no es que va a recoger precisamente esas demandas, si es una sociedad que aspiramos a construir, y planteamos la planificación feminista la cual se sitúa en otro plano. Hay que pensar ambos procesos conjuntamente y no separadamente.

XX: Quiero hacer una acotación a lo que dice el documento sobre los movimientos y los partidos. [...] Desde un punto de visto macro social, político, la Convergencia Socialista tenía que asumir el problema, ese era uno de los planteamientos, porque lo que nosotras concebimos como socialismo tenía que tener también una relación diferente entre las personas, no autoritaria y eso solo es posible si existe un movimiento de mujeres que logre transformar las relaciones personales de al interior de la familia, las relaciones interpersonales en general. Somos mujeres que las que debemos dar nuestras luchas y el partido recoger y asumir las luchas.

XY: No nos pasemos al extremo de creer que el movimiento feminista es el único elemento nuevo, renovado, revolucionario y que va a llevar al carro a una

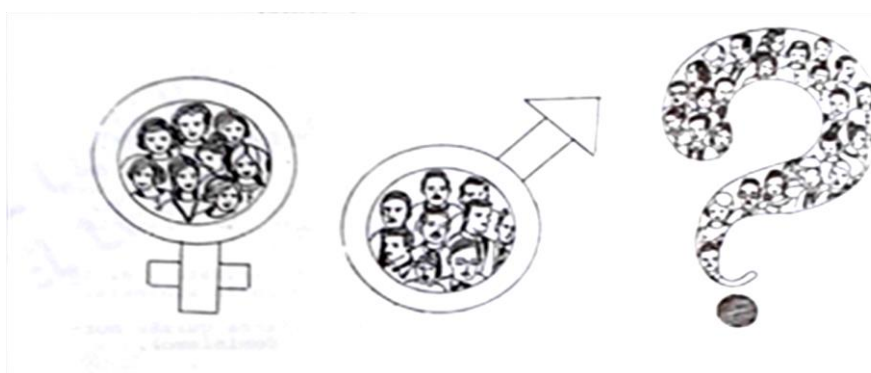
⁵⁴⁹ O MOMUPO surgiu ligado às demandas das mulheres trabalhadoras, portanto, tendo como central a conciliação entre as demandas femininas e a luta de classe. Em meados dos anos de 1980, adotou um viés feminista popular e, de acordo com Franceschet, apesar do grupo ter integrantes que pertenciam a partidos políticos, muitas militantes deixaram a militância partidária, pois, não queriam que os partidos intervissem em suas atividades. FRANCESHET, Susan, **Gender and Citizenship**, op.cit., p. 146.

⁵⁵⁰ Neste texto, as editoras salvaguardam os nomes dos envolvidos na discussão, substituindo-os pelas representações biológica e cromossômica que simbolizam a mulher (XX) e o homem (XY). Ao explicar sobre tais representações fazem um adendo ressaltando que XY é o símbolo masculino e que, dentro desta ciência, o “Y simboliza el cromosoma sexual masculino que es una ‘X’ incompleta de un quinto de su tamaño de X. Nosotras dado nuestro inquebrantable espíritu igualitario no hemos hecho resaltar gráficamente dicha diferencia”, p. 28.

organización clásica y tradicional como el partido. La primera parte del documento me parece fantástica, estoy de acuerdo. Como dice ahí, en la población o barrio también está el autoritarismo, el patriarcado. No son la misma cosa y por lo que tu dijiste podría pensarse que la vanguardia del partido es el elemento femenino. No quiero decir que hayas dicho eso⁵⁵¹.

Ao final, o relato trouxe um balanço analisando que alguns militantes reconheceram a importância da autonomia do movimento e a necessidade do partido em assumir as questões femininas. No entanto, concluí que as falas oscilaram de “diálogos a monólogos” e que nem tudo era conquistado no primeiro momento, sobretudo porque o caminho para a solução, via partido, não estava definido. O artigo foi sintetizado na imagem apresentada ao final do artigo.

Figura 44 - lenguaje de las XX y el lenguaje de las XY



Furia, año III, n. 5, 1983

Em seu último número, em 1984, três textos sinalizam que o debate ainda suscitava dúvidas e tensões dentro da militância. Em um período em que os partidos e grupos políticos ganhavam espaço como força opositora ao regime ditatorial, o espectro da cooptação e do controle de suas demandas alarmava as feministas. Deste modo, interroga-se de que maneira o movimento deveria pressionar o Estado para obter êxito em suas bandeiras, isto é, o feminismo deveria participar da reconstrução partidária ou se fortalecer enquanto movimento social autônomo?

No texto “Articulando los Fragmentos?” a possibilidade de um encaminhamento para esse impasse foi abordada partindo de relatos de mulheres, durante uma reunião autônoma, que tinham como objetivo propor alternativas ao tradicional modelo de política baseado no verticalismo. As organizadoras convocaram feministas independentes e aquelas ligadas aos

⁵⁵¹ El lenguaje de las XX y el lenguaje de las XY, *Furia*, n. 5. Jul, 1983, p. 15.

partidos políticos, com o intuito de avaliar a possibilidade de criar um ato das mulheres da *Convergência Socialista* durante as manifestações do Dia Internacional da Mulher daquele ano. Selecionamos o trecho que explica os motivos que justificavam o encontro.

Pensamos en un movimiento donde tengan cabida todas aquellas mujeres que se sientan identificadas con estos elementos: ser mujer y ser socialista. Y aquí caben las mujeres que están en los más diferentes frentes: mujeres militantes de los partidos, mujeres militantes del movimiento feminista, las mujeres que están en la lucha sindical, etc. Ahí no vemos ninguna contradicción. Queremos terminar, entre otras cosas, con que unas somos feministas y otras militantes. El hecho de que las mujeres militantes participen en el movimiento de mujeres nos permite tener más fuerza para lograr nuestra propia identidad, y desde ahí, desde la reflexión que se haga con otras mujeres ser capaces de llevar a los partidos las proposiciones desde nuestra condición de mujer⁵⁵².

O artigo assevera que um dos motivos da reunião era acabar com a divisão de que “unas eran feministas y otras militantes”, assinalando como as discussões sobre a “autenticidade” da militância feminista estava difusa no movimento latino-americano. Ao final, o artigo conclui que o caminho para o feminismo, ao lado do socialismo, ainda seria longo. Na seção *Análisis*, na mesma edição, o artigo “*El Feminismo y los Movimientos Sociales*” apresentou uma trajetória do feminismo, durante o século XX, abordando as mudanças em seus projetos e articulações. Ao tratar do momento atual, pontuou que o feminismo emergiu como uma nova força política e que:

[...] desarrolla una práctica política y teórica cada vez más ajena a los partidos políticos de izquierda y en especial a los leninistas. Durante esos años el Feminismo tiende a identificarse con los postulados de los Movimientos Sociales, que irrumpen de manera significativa en la vida social y política de los países altamente desarrollados. Los Movimientos Sociales y el Feminismo en particular, a la diferencia de los Partidos Políticos, no se proponen a cambiar la sociedad a través del Estado e de la toma del poder, sino que a través de la búsqueda de legitimidad y consenso en la sociedad civil en torno de una propuesta alternativa de sociedad gestada por ella misma. [...] Los Movimientos, como organizaciones autónomas y flexibles, son capaces de dar cuenta de las demandas y necesidades más inmediatas de los distintos sectores sociales e incorporales a la coyuntura política⁵⁵³.

A publicação visualizava um deslocamento do ativismo do feminismo dos partidos políticos para os movimentos sociais, pois estes eram concebidos como um espaço de maior articulação, flexibilidade e autonomia política. Na percepção do periódico, os movimentos sociais, na contramão dos partidos políticos, não almejavam chegar ao poder ou acessar ao Estado, mas promoverem mudanças culturais e estruturais a partir de intercâmbios e

⁵⁵² ¿Articulando los Fragmentos?, *Furia*, año V, n .6, noviembre, 1984, p. 26.

⁵⁵³ El Feminismo y los Movimientos Sociales, *Furia*, año V, n. 6, noviembre, 1984, p. 15.

interações com a sociedade. Isto é, traziam uma proposta alternativa à institucionalização e à instrumentalização da agenda feminista pelos partidos ou pelo Estado. No entanto, este caminho não foi concretizado pelas chilenas.

No ano em que as publicações do periódico encerram-se, sem explicação evidente, foi fundado o *Movimiento de Mujeres Socialistas* (MMS), “una agrupación que apostaba por trabajar de forma específica todo aquello relacionado con las mujeres pero sin dejar de colaborar con el Partido Socialista en la lucha por objetivos comunes”⁵⁵⁴. Javier Yagués afirma que a agremiação era composta por uma heterogeneidade de mulheres, entre feministas, donas de casas, militantes e estudantes que identificavam-se com o socialismo, mas que defendiam sua autonomia e identidade frente ao partido, dando-nos indício dos rumos que as editoras da revista tomaram. Igualmente, o autor assevera que, neste período, parte das exiladas que retornou ao país tentou incorporar as discussões feministas, alçadas no exterior, em seus partidos políticos, mas foram rechaçadas, inclusive por algumas mulheres que consideravam a proposta “un hacer política novedoso”. Tais circunstâncias teriam levado muitas militantes a abandonarem as fileiras partidárias e “decidieron transitar autónomamente a través de organizaciones específicas de mujeres”⁵⁵⁵. A *Casa de la Mujer, la Morada* teria sido um dos espaços escolhidos para esta nova atuação. O desencanto com as tradicionais esquerdas levou parte de suas integrantes a buscar novos campos de atuação política e, neste caso, as ONGs apareceram como um espaço privilegiado de atuação.

A partir de 1986, quando as alianças políticas se consolidaram, houve um estreitamento das feministas com os partidos políticos, demonstrando que, naquele momento, foi necessário construir uma articulação em torno das lutas democráticas e, ao mesmo tempo, tentar abrir espaço para as demandas feministas. Franceschet advoga que muitas militantes, ao se confrontarem com o dilema “autonomia *versus* integração”, rejeitaram a estratégia autonomista e optaram pela “dupla militância” como método para inserir as reivindicações de gênero na agenda da transição⁵⁵⁶. Valenzuela, por sua vez, analisa que na medida em que os grupos feministas ganharam força, os novos e velhos partidos passaram a fazer uma clara referência à problemática feminina. Com a proximidade do plebiscito, os grupos políticos de oposição tentaram recuperar suas bases e cooptar os distintos movimentos sociais que foram densamente pressionados a ceder sua autonomia. Por este caminho, assevera que essa situação

⁵⁵⁴ YAGUÉS, Javier. *Las mujeres en la izquierda durante la Unidad Popular y la Dictadura Militar (1970-1990)*, op. cit, p. 155.

⁵⁵⁵ Idem, p. 112.

⁵⁵⁶ FRANCESCET, Susan. *Gender and citizenship: Democratization and women's politics in Chile*, op.cit.

se agravou com a formação dos dois blocos de oposição, citados anteriormente, alcançando rapidamente as organizações feministas e de mulheres.⁵⁵⁷ A criação da *Concertación de las Mujeres por la Democracia* teria sido uma forma das mulheres, organizadas, pressionarem os partidos da *Concertación* para que suas pautas fossem incorporadas no eventual governo democrático. Todavia, a autora avalia que:

[...] la temática femenina es incorporada por todo el espectro político dentro de una concepción masculina de la política. Esto implica asumir algunas de las reivindicaciones femeninas, pero no integrar las al poder. El comportamiento político de las mujeres respondería a su condición de esposa, madre y su tarea sería una labor de apoyo al quehacer masculino, y tomaría la forma de una prolongación de las tareas domésticas en el ámbito de la política⁵⁵⁸.

Valenzuela conclui que, ainda que alguns dos partidos políticos que fizeram parte da transição democrática tivessem uma atitude “relativamente aberta” à inserção das demandas de gênero proposta pelos movimentos feministas e de mulheres, estas foram postas à margem da tomada de decisões e do sistema institucional de poder. Segundo a autora, a mobilização das mulheres durante o plebiscito não foi correspondente ao espaço que lograram na transição política, refletida na baixa representação das mulheres no cenário político institucional. Assim, independente da escolha pela dupla militância ou pela autonomia, as chilenas não conseguiram construir uma base de influência sobre o sistema político e suas demandas foram instrumentalizadas por meio de políticas públicas voltadas para os tradicionais papéis de gênero, como observamos no terceiro capítulo. O dilema em acreditar nos partidos políticos ou apostar na organização autônoma também esteve presente no feminismo brasileiro. Entretanto, em comparação às chilenas, podemos constatar que no Brasil houve um maior diálogo entre as feministas, os movimentos de mulheres e os partidos políticos, reverberando na criação de espaços institucionais destinados à questão feminina. O mesmo não ocorreu no Chile uma vez que, ainda que dentro de uma coligação partidária, as chilenas não conseguiram lograr um espaço tão amplo para que suas bandeiras fossem negociadas. Assim, apesar da forte mobilização feminina e feminista nos anos de 1980 e, especialmente, durante a transição democrática, os partidos políticos chilenos adotaram um discurso mais conservador e reativo às mudanças em relação ao papel feminino tanto na família quanto na política.

⁵⁵⁷ VALENZUELA, María E. “Las mujeres en la transición democrática”. In: DRAKE, Paul; JAKSIC, Ivan. (Edit.). **El difícil camino hacia la democracia en Chile (1982-1990)**. FLASCO: Santiago de Chile, 1993.

⁵⁵⁸ Idem, p. 340.

4.3. Brujas: a defesa da autonomia em tempos neoliberais

Diferente das publicações brasileira e chilena, editadas no mesmo período, *Brujas* defendeu a autonomia de forma múltipla e conectada à conjuntura específica da Argentina e aos processos partilhados na América Latina. Sendo assim, em seus primeiros números, o periódico afirmou-se independente de vínculos institucionais, fossem eles partidários, religiosos ou governamentais. Esse periódico prezava por uma prática conexas a um *corpus* teórico, sendo assim, a autonomia também deveria estar presente nos pressupostos teóricos que orientam o feminismo. Na sexta edição foi publicado um artigo analítico, assinado por Magui Bellotti e intitulado “*Feminismo como ideología y práctica política*” no qual foi exposto que a teoria “es una herramienta para la lucha contra la opresión” e que “interesa en la medida que contribuye a la transformación de esta realidad, como realimentada y revisada por la práctica y por la vez orientadora de la acción y no como mera especulación⁵⁵⁹”. O artigo definiu os conceitos de gênero, sexo, classe e patriarcado por meio de um diálogo com diferentes autoras e ressaltou a importância de inter-relacionar essas distintas formas de opressão. Ao tratar do denominado “feminismo socialista”, destacou a centralidade dos pontos de vista desta vertente analítica, mas ponderou sobre os riscos de algumas agremiações alinhadas a esta perspectiva em diluir as assimetrias de gênero e sexualidade dentro de uma única chave: a da luta de classes. Como foi observado:

En estos aspectos, son de suma importancia para los puntos de vistas y las investigaciones de las “feministas socialistas”, especialmente en lo que respecta a vinculación entre género y clase social, lo cual permite una intrincada red de vinculaciones que nos aleja de la tentación de análisis simplistas, idílicas o lineares a cerca de relación entre mujeres o entre mujeres y hombres. Permite, además, definir en términos más realistas las estrategias a abordar a la lucha concreta. El riesgo que ofrecen algunas líneas teórica-políticas del feminismo socialista es el de subsumir el género sexual en la clase social, desdibujando la relación de dominación genérica. Pero, de todas las maneras, es una contribución fundamental al desarrollo del feminismo militante⁵⁶⁰.

Apesar de considerar as prerrogativas do feminismo socialista como cruciais para a militância, o artigo asseverou sobre os perigos em anular a perspectiva que preza pelas inter-relações entre as distintas clivagens sob a égide das diferenças de classe. Tal preocupação, como vimos, foi endossada pelo par chileno, *Furia*, que partia de uma concepção feminista

⁵⁵⁹ BELLOTTI, Magui. Feminismo como ideología y práctica política, *Brujas*, año II, n. 6, 1984, p. 12.

⁵⁶⁰ Idem.

socialista e defendia, justamente, a importância de pensar na interseção das formas de opressão no projeto político socialista.

Nesta trilha de pensamento, em 1985, a oitava edição traduziu uma reportagem realizada com Simone de Beauvoir em que a filósofa foi questionada sobre a condição das mulheres nos países socialistas, especialmente a União Soviética que ela havia visitado. Apesar de reconhecer que as mulheres da URSS haviam conquistado vários direitos, afirmou que a alteração do regime econômico não implicou em uma drástica mudança dos tradicionais papéis de gênero. Assim, advoga que “la lucha de clases, propiamente dicha no logra emancipar las mujeres. Que se trate de comunistas, trotskista o maoístas, hay siempre una subordinación de la mujer al hombre⁵⁶¹”. Beauvoir conclui que compreendeu que as feministas devem tomar em suas mãos as questões relativas às mulheres e não relegá-las às instituições partidárias.

No entanto, apesar de levantar a questão por meio da análise de Beauvoir, diferente das publicações brasileiras e chilenas examinadas neste capítulo, *Brujas* não dedicou muitas páginas com críticas expressas diretamente à “dupla militância” ou aos partidos políticos. Estas foram mais nítidas nos periódicos do Brasil e do Chile dando indícios que as relações das argentinas com os partidos políticos não foram tão emblemáticas. Todavia, isso não quer dizer que a questão passou incólume no periódico. Em 1986, quando ocorreu a primeira edição do ENM, em Buenos Aires, a publicação estendeu uma contumaz crítica ao comportamento de parcela da esquerda que, imbuída de um “marxismo vulgar”, reduzia todos os problemas “à luta de classes”, não compreendendo as pautas das organizações feministas e homossexuais, taxando-as, pejorativamente, de “burguesas” ou “divisionistas”.

Por lo demás, repite los lugares comunes de una parte importante de nuestra izquierda. Un crudo economicismo, que reduce todo acontecer social a una única explicación. No sólo el económico es la causa – en primer o última instancia – sino que abarca la totalidad. No hay nada más. [...] El horizonte se cierra y ellos asisten perplejos a la organización de mujeres, a los reclamos de los homosexuales, a la rebelión de los jóvenes. Para tranquilizar su ansiedad y confirmar sus teorías – devenidas en dogmas – rechazan esos movimientos “incomprensibles”, considerándolos burgueses o el producto de una conspiración para “dividir el pueblo”. [...] Implica además a una subestimación de esos sectores populares que aspira a representar⁵⁶².

⁵⁶¹ Cambiar el mundo y el lugar de las mujeres en la sociedad. **Brujas**, año III, n. 8, 1985, p. 11. A entrevista é creditada à Alice Schwarzer, feminista alemã e integrante do Movimento de Libertação Feminino francês e foi traduzido por Alicia Lombardi e Silvia Garcia.

⁵⁶² Primer Encuentro Nacional de Mujeres, **Brujas**, año III, n. 10, 1986, p. 32.

Este momento coincide com as primeiras iniciativas de institucionalização das demandas de gênero pelo Estado democrático. Desde a campanha eleitoral, o governo de Raúl Alfonsín mostrou-se aberto para tratar das especificidades femininas. Além disso, como pontua Brown, o cenário internacional, especialmente após 1985, legitimava a agenda dos coletivos feministas e de mulheres e encontrava-se que “desde el Estado gobernado por Alfonsín se expresara una voluntad política por incorporar los temas de las mujeres en la agenda institucional y asignarles un espacio específico dentro del aparato del Estado⁵⁶³”. Por este caminho, em 1983, o governo criou o *Programa de Promoción de la Mujer y la Familia*, no interior do Ministério da Saúde e da Ação Social, como um primeiro passo para tratar da questão. Em 1987 foi criada a *Subsecretaría de la Mujer*, vinculado ao *Desarrollo Humano y Familia*, ficando a cargo de Zita C. Montes de Oca, militante política que, no entanto, não era vinculada ao feminismo. O órgão tinha por objetivo assegurar o reconhecimento das demandas femininas dentro do Estado e distanciar-se das propostas meramente assistencialistas. As atividades foram direcionadas por eixos temáticos como saúde, educação, trabalho, vida cotidiana e comunicação e conseguiu formular o *Programa Nacional de Prevención a la Violencia Doméstica*. Não obstante, Brown assevera que, além das dificuldades internas, o programa enfrentou resistência por parte das feministas temerárias de que o espaço implicasse na perda da autonomia do movimento. Como a autora analisa:

El punto de mayor debilidad fue la tensa relación que se estableció con los feminismos y las mujeres en movimiento. A diferencia de lo acontecido en otros países latinoamericanos, el movimiento de mujeres y los feminismos en la Argentina se caracterizaron por su carácter heterogéneo, relativamente débil y bastante reacios a perder su autonomía, razón por la cual las relaciones con las funcionarias de la secretaría (aun cuando ligadas al feminismo histórico) fueron esporádicas y acotadas a coyunturas o programas específicos y sujetas a fluctuaciones que impidieron una articulación relativamente estable⁵⁶⁴.

Logo, a postura do periódico reflete um comportamento mais acentuado no feminismo argentino. Isso é, ao contrário do Brasil onde, ainda que com tensões e críticas, as feministas ocuparam os espaços institucionais no Estado e negociaram sua agenda; na Argentina, predominou uma organização mais reativa e de “espaldas” para a institucionalização. Deste modo, apesar da heterogeneidade dos movimentos feministas e femininos, vigorou uma

⁵⁶³ BROWN, Josefina. De la institucionalización de los asuntos de las mujeres en el Estado Argentino y algunos de los avatares, entre los ochenta y los noventa. **MORA**, Buenos Aires, n. 14, 2008, p. 90.

⁵⁶⁴ Idem, p. 91.

tendência maior pela articulação dos movimentos sociais “en las calles” e pelo diálogo mais crítico e distante com as instituições políticas⁵⁶⁵.

Todavia, isso não implica afirmar que o feminismo argentino não foi impactado pelas políticas governamentais. A décima primeira edição, em 1987, trouxe em seu editorial uma crítica à dispersão do movimento, principalmente na organização das comemorações do Dia Internacional da Mulher. De acordo com a narrativa, com o intuito de resolver questões imediatas, a visão do movimento estava comprometida, não vendo o “bosque” e enxergando apenas “el arbolito” mais próximo sem se perguntar como surgiu, se foi como resultado das lutas e necessidades femininas “[...] o si fue trasplantado por alguien ajeno al movimiento, si contribuye para la liberación de las mujeres o se conduce a la cooptación de nuestros esfuerzos y posibilidades por la sociedad patriarcal (llamase políticas del Estado, partidos políticos, agencias, etc.)⁵⁶⁶”.

O editorial advogou que as feministas deveriam construir um espaço político em que as prioridades fossem debatidas pelo movimento de forma autônoma. A partir deste espaço, o movimento poderia estabelecer relações com o Estado, com os partidos políticos ou com as instituições financeiras. Podemos ler este editorial como uma crítica, ainda que não explícita, às políticas públicas de gênero delineadas a partir do Estado e a uma possível “passividade” do movimento em “se contentar” com a agenda política definida pelo órgão. Apesar disso, na mesma edição, há uma nota de repúdio à declaração de Maria Elena Oddone, fundadora do MLF, que havia afirmado em um diário argentino que a secretária das Mulheres, Zita One, pretendia transformar a pasta em um “foco comunista”. Frente ao pronunciamento, a ATEM, ao lado de outras agremiações, redigiu uma carta de repúdio às expressões “autoritárias y de reto corte fascista” de Oddone. Destarte, o boletim posicionou-se de forma crítica diante de uma possível instrumentalização das reivindicações feministas pelo Estado; mas, também,

⁵⁶⁵ Essas distintas posturas podem ser pensadas à luz das culturas políticas locais. Em *Multidões em Cena*, Capelato realiza um estudo comparado sobre o papel da propaganda política nos Varguismo e no Peronismo. A autora cita várias semelhanças entre os dois regimes autoritários, mas, também, acentua suas diferenças. Ao tratar da relação dos intelectuais com os regimes, a autora observa que no Brasil houve um arranjo mais acentuado de cooptação de artistas e intelectuais em comparação à Argentina. Ainda que no Brasil existissem divergências e oposição à Vargas, houve um tom mais consensual entre os grupos de intelectuais e de artistas que integraram ou dialogaram com o Estado. Na contramão, na Argentina, a autora assevera que existiam intelectuais abertamente peronistas, entretanto, avalia que havia uma oposição mais radical e frontalmente crítica ao peronismo. Estas dissemelhanças evidenciam as nuances na cultura política de ambos os países e nos auxiliam a compreender, também, as distintas relações estabelecidas com o Estado pelos feminismos no Brasil e na Argentina, entre os anos de 1981 e 1996. CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998.

⁵⁶⁶ Editorial, **Brujas**, ano V, n. 11, 1987, p. 1.

frente a uma acusação, direcionada a uma agente governamental, que relembra os discursos usuais durante o regime ditatorial.

As críticas às relações entre o movimento feminista e o Estado apareceram, novamente, em 1988, quando o III ENM foi sediado em Mendonza. O artigo “*¿Hacia un movimiento autónomo de mujeres? Los encuentros nacionales*” interrogou, justamente, a independência do movimento frente ao processo de institucionalização. Ao tratar do evento, o texto ressaltou que, diferente dos dois anteriores, não houve autonomia em relação ao Estado. A vinculação teria sido perceptível pela presença e homenagens aos funcionários do governo, inclusive com espaço reservado para um discurso, proferido pelo governador, que estava “lleno de lugares comunes antifeministas”. O artigo assevera que não se sabe as razões da comissão organizadora ter escolhido este caminho, porém, o certo era que:

[...] se quedó comprometida la autonomía del Encuentro. No es posible que el movimiento de mujeres siga requiriendo la aprobación masculina, la legitimación patriarcal de sus acciones. Porque precisamente existe y se desarrolla en contra la opresión patriarcal y es a partir de allí que comienza a constituirse en movimiento social, la identidad propia, con objetivos definidos desde nosotras mismas y con proyectos sociales a construir. La autonomía implica la condición de posibilidad para comprender y analizar nuestra propia opresión y luchar contra ella. Significa el punto de partida necesario para desarticular el discurso masculino acerca de la “femineidad” y desarrollar nuestro propio discurso, el que surge de nuestras experiencias de mujeres. [...] Autonomía es independencia del Estado, de los partidos, de los sindicatos, de las financiadoras, de toda otra institución⁵⁶⁷.

A autonomia almejada estava imbricada na capacidade de organização do movimento o que incluía os encontros feministas que deveriam ocorrer sem amarras ou “consentimentos”. Isto resulta em afirmar que, para o corpo editorial, a autonomia implicava em um campo horizontal de diálogo com os poderes institucionais, fossem eles os partidos políticos ou o Estado. Deste modo, a autonomia de pensamento, ação, crítica, autofinanciamento e autogestão seriam dorsais para a atuação do feminismo. Esse posicionamento já havia sido assinalado na décima segunda edição. Ao tratar dos acontecimentos no IV EFLAC, realizado no México, em 1987, o periódico destacou que um dos temas emergentes foi o do financiamento dos encontros, sinalizando um desejo de garantir o autofinanciamento para encontros feministas nacionais e latino-americanos. De acordo com as memórias publicadas sobre o evento, uma militante mexicana teria tomado o microfone e afirmando que era necessário analisar “[...] por qué y para qué nos financian Fundaciones de Derecha y que

⁵⁶⁷ *¿Hacia un movimiento autónomo de mujeres? Los encuentros nacionales*, **Brujas**, año VI, n. 14, 1988, p. 29. Na edição seguinte, que versou sobre o IV FNM, realizado em Rosário, há um artigo exaltando a política autonomista e de autofinanciamento com o qual o evento foi gestado.

efectos tiene esto sobre el movimiento”. Nesta direção, o relato avalia que aquele era “un asunto importante para nosotras, que también aspiramos el autofinanciamiento, no solo en los encuentros, más en todas nuestras actividades⁵⁶⁸”.

Com a entrada das políticas neoliberais na Argentina, em 1990, as discussões sobre a autonomia tornaram-se mais recorrentes no periódico. *Brujas* passou a interrogar qual era o impacto das políticas neoliberais na militância feminista. Deste modo, tratou da possível “profissionalização” do feminismo e do processo que teria gerado as intituladas “tecnocratas de gênero”. Neste momento, o periódico também trata da autonomia em relação à atuação das feministas nas ONGS.

Essas inquietações estavam correlacionadas à chegada de Carlos Menem à presidência. Seguindo os ditames do Consenso de Washington, Menem adotou a política econômica neoliberal e, a partir de 1990, incorporou ao seu governo figuras ligadas às grandes corporações privadas e colocou em execução a *Ley de Convertibilidad del Austral*, elaborada pelo então ministro da economia Domingos Cavallo. As medidas buscavam equalizar o peso argentino ao dólar americano em “*uno a uno*”, desvalorizando o austral em quase 100%. Os salários e tarifas de serviços públicos foram reajustados abaixo da inflação, transmitindo, a princípio, uma sensação de melhoria na vida cotidiana⁵⁶⁹. Com a economia aberta ao mercado, ocorreu a desnacionalização de várias empresas públicas e de setores estratégicos como os de geração e distribuição de energia, além da companhia aérea argentina, de empresas de siderurgia, de telecomunicações e de petroquímica. Algumas empresas de petróleo e parte da malha ferroviária também foram privatizadas. Estado retirou-se de áreas sociais importantes como a educação e a saúde, seguindo as trilhas do Chile. Para assegurar tais medidas, Novaro assevera que Menem viu-se obrigado “a tomar distancia de su coalición electoral, y en particular de su partido⁵⁷⁰”. De acordo com o autor, tal postura não resultou em um “isolamento” do presidente, mas consistiu em uma estratégia para aproximar-se de outros setores e firmar parcerias em consonância com os novos rumos econômicos adotados.

⁵⁶⁸ IV Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, *Brujas*, año VI, n. 12, 1988, p. 24.

⁵⁶⁹ Ver: ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006; SILVA, Roberta Rodrigues M. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007), *Revista Sociologia e Política*, n. 33, vol. 17, Curitiba, Jun, 2009, VIANINI, Fernando. A indústria argentina sob o regime neoliberal de Menem e a influência do Banco Mundial e do FMI. *Faces de Clio*, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, n. 1, ano I, 2015.

⁵⁷⁰ NOVARO, Marcos. “Presidentes, equilibrios institucionales y coaliciones de gobierno en Argentina (1989-2000)”. In: LANZARO, Jorge (Comp.) **Tipos de presidencialismo y modos de gobierno en América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, p. 61.

No âmbito das políticas públicas de gênero, Menem extinguiu a *Secretaria de las Mujeres* e, em 1991, foi criado o *Consejo Nacional de la Mujer*. O órgão tinha por objetivo desenvolver planos de igualdade de oportunidades, em especial no campo do Direito, do trabalho, da educação e da participação política. Paradoxalmente, neste mesmo ano foi aprovado o projeto de lei da senadora Margarita Mallaro que previa uma reforma na legislação a fim de garantir um piso mínimo de 30% de mulheres nas listas eleitorais e aumentar a participação feminina no poder legislativo. A proposta foi apoiada e defendida por outras deputadas e ganhou força durante o V EFLAC, realizado em San Bernardo, em 1990. Durante o evento, foi constituída a Rede de Feministas Políticas, reunindo militantes de diferentes partidos a fim de impulsionar a proposta de lei⁵⁷¹. A *Ley de Cupos*, como ficou conhecida, foi aprovada no mesmo ano e passou a exigir que cada partido político tenha em suas listas 30% de candidatas com reais chances de êxito nos pleitos eleitorais. Assim sendo, a entrada das políticas neoliberais coincidiu com a aprovação da lei que previa um maior ingresso feminino no campo político institucional.

Em 1994, *Brujas* trouxe um artigo assinado por María José Lubertino Beltrán, militante da UCR a respeito da *Ley de Cupos*. O texto pondera que a entrada das mulheres nas esferas institucionais de poder não representou uma feminização dos espaços ou a incorporação das demandas feministas. Entretanto, avalia que a conquista “[...] significaba un hecho político demostrativo de la fuerza de las mujeres que abriría un espacio de visibilidad⁵⁷²”. A militante salvaguardava a autonomia do movimento frente às instituições patriarcais, mas, advertia que:

Debemos valorar la sanción de la ley de cuotas como un logro feminista en beneficio de mayor participación de las mujeres y como mecanismo democrático de la participación política. Sin embargo, este paso debe funcionar como un incentivo y compromiso porque nos abre una posibilidad, pero también nos enfrenta a nuevas dificultades complejas de resolver⁵⁷³.

O artigo não foi escrito pela equipe editorial, logo, não podemos afirmar que o boletim tinha a mesma perspectiva. Todavia, o posicionamento alinhava-se ao discurso do periódico que resguardava a autonomia do movimento e defendia que apenas a partir desta condição poder-se-ia tecer relações com o Estado. Se havia certa ponderação sobre o diálogo com o

⁵⁷¹ BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélica. “Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**, op.cit.

⁵⁷² BELTRÁN, María José L. Balance de la ley de cuotas. *Brujas*, n. 21, año XIII, 1994, p. 17.

⁵⁷³ Idem, p. 18.

Estado, o mesmo não era válido para com as agências de cooperação internacional, campo em que o periódico tinha um posicionamento ainda mais refratário. No artigo “*Autonomía y financiamiento*” escrito por Marta Fontenla e assinado por várias integrantes do corpo editorial, foi argumentado que o movimento feminista precisava definir seu projeto político. Como dito, para este grupo, a militância não estava dissociada da teoria, portanto, era imprescindível construir um corpo teórico, com definições conceituais claras, que permitisse avançar nas táticas e ações do movimento. O texto defende que é importante tratar da autonomia, pois “[...] la mayoría de las llamadas intelectuales del feminismo y del movimiento de mujeres son institucionales, ligadas a las agencias de financiamiento extranjeras y sus prioridades intelectuales⁵⁷⁴”. De acordo com o artigo, tais prioridades não correspondiam aos pontos levantados pelo movimento feminista ou o de mulheres e observou que a discussão, que durante o regime militar havia sido dado por “acabada” – uma vez que se considerou que os países latino-americanos deveriam aceitar o financiamento externo vindos dos países do primeiro mundo – começava a ganhar nova dimensão na região. O debate estava tornando-se dorsal nos EFLAC, questionando, inclusive, a liberdade intelectual do movimento, uma vez que a maioria dos projetos era financiada por agências que propunham o tema de investigação. Portanto, endossou que era imperativo avaliar o efeito da dependência do financiamento externo na prática e na teoria feminista. Nesta trilha, ao analisar o processo de organização do movimento, afirmou que:

Prácticamente no existe en Latinoamérica grupos que no sean institucionales y que no estén sostenidos con los fondos mencionados. Se ha producido en Latinoamérica una “profesionalización” del feminismo, profesionalización que como la lo hemos vivido en otras disciplinas, saberes y planteamientos es mediatizada por la ideología, y está convertida en asuntos de academia y escuelas, perdiendo de esta manera su fuerza transformadora, su asombro y la beligerancia de sus postulados, búsquedas y conceptualizaciones⁵⁷⁵.

Na década de 1990, a política neoliberal avançou no território latino-americano trazendo interrogações sobre seu efeito nos movimentos sociais. No campo do feminismo, as discussões deram-se em torno das denominadas “institucionalizadas” correspondente às feministas que atuavam em ONGs. O novo quadro político trouxe indagações sobre qual era o tipo de atuação destas militantes, uma vez que as atividades nas ONGs envolviam projetos financiados, horários e salários, fazendo com que suas integrantes fossem, muitas vezes,

⁵⁷⁴ FONTENLA, Marta. *Autonomía y financiamiento*, **Brujas**, año IX, n. 16, 1990, p. 17.

⁵⁷⁵ *Autonomía y financiamiento*, **Brujas**, año IX, n. 16, 1990, p. 18. O artigo cita o caso do Peru como exemplo de profissionalização do feminismo.

chamadas de “profissionais de gênero” e não reconhecidas como militantes. Além disso, em muitos casos, a atuação estava vinculada a áreas específicas, ligadas à formação acadêmica das integrantes, o que acentuava a crítica. Diante deste novo formato, preponderante no neoliberalismo, muitas feministas passaram a questionar se havia uma fronteira que distinguia a “autêntica militante” e a “profissional de gênero”. Sendo assim, interrogava-se qual seria a capacidade de crítica e de transformação daquelas que tomavam o campo que deveria ser da militância e da subversão como local de trabalho. Estas indagações estiveram presentes no artigo publicado por *Brujas*. Como foi exposto:

Otro problema que se plantea: con relación al financiamiento, es la pérdida de la potencialidad militante de las mujeres, y la transformación del feminismo en una profesión, perdiéndose la diferencia entre trabajo que se realiza por convicción en una ideología y una acción transformadora, capaces de subvertir el orden patriarcal, y la fuente de ingresos que proveen las rentas para vivir⁵⁷⁶.

Apesar da crítica, o artigo afirma que há exceções e que seria injusto não reconhecer a existência de grupos que recebem financiamento e que o utilizam de forma coerente com o objetivo de fortalecer a militância. Igualmente, avaliou que, em raros casos, havia organizações financiadas em que as ativistas não recebiam nenhum tipo de aporte pessoal que poderia ser considerado como salário e, logo, não poderiam ser compreendidas como “*profissionais*”. Contudo, sugere esses casos eram exceções e, por isso, a relação com os financiamentos deveria ser pensada e discutida.

Nesta chave, o periódico apresentou um compêndio com as memórias dos últimos EFLAC, destacando como a temática tinha aparecido nos encontros. Ao tratar dos debates realizados no III EFLAC, sediado no Brasil, apresentou depoimentos de integrantes do SOS Mulher, de São Paulo e do Centro de Defesa da Mulher, de Belo Horizonte. O primeiro tratou dos dilemas da militância voluntária durante três anos e avaliou que, a partir da criação de espaços institucionais, houve uma divisão do movimento feminista, sendo que uma parcela passou a interrogar até em que ponto as relações com o Estado afetaram a militância autônoma. O grupo de Belo Horizonte, por seu turno, teria sobrevivido por dois anos graças aos financiamentos da Fundação Ford. Mas, com o recuo da verba, “acabou tudo”. Portanto, asseverou a importância de se “firmar com as próprias pernas” para fazer o que se pretende. Na mesma linha, foi publicada uma nota do boletim do CIM, de São Paulo, em 1988. O informe narra o trabalho da organização que contou com o apoio da Fundação Ford por três

⁵⁷⁶ Idem, p. 18

anos e as dificuldades para continuar com as atividades depois que a instituição decidiu diminuir os aportes financeiros. Como foi manifesto:

Projetos, pedidos de financiamento, reuniões de negociações e relatórios fizeram parte de nosso cotidiano durante esses outros quatro anos de vida e sabemos que temos que continuar com essa mecânica, já que como Centro de Documentação e Informação, jamais poderemos nos autofinanciar, se não propomos ser um organismo comercial. No entanto, o desgaste deste tipo de rotina toma muito da energia positiva que poderíamos estar dedicando ao movimento feminista e às nossas próprias atividades, além do peso de interno de enfrentar questões administrativas que surgem com o recebimento de dinheiro. [...] Ao lado dessa dinâmica o CIM se sente encurralado como grupo independente. Nosso trabalho não existe de si para si, mas para subsidiar o movimento feminista. Neste momento, não sentimos força feminista ou qualquer outra força de ideias e organização autônoma no movimento social brasileiro. A institucionalização corre cada vez a passos mais largos e tanto o governo, quanto os partidos políticos nos asfixiam com formas cada vez mais requintadas⁵⁷⁷.

Os exemplos brasileiros afixam como a institucionalização, via governamental, ganhou espaço no país. Porém, também nos traz pistas de como as integrantes das ONGs mantinham um olhar crítico para o processo em que estavam imersas. Igualmente, podemos ver que estes grupos, que contavam com apoio de agências de cooperação nacional ou internacional, tornaram-se “burocratizados” fazendo com que os mesmos distanciam-se da dinâmica dos movimentos sociais. Por essa trilha, Alvarez assevera que as mudanças nas condições para o apoio financeiro, por parte das agências locais e globais, “dificulta cada vez más a las ONGs feministas mantener ese balance delicado entre sus actividades de lucha orientadas hacia el movimiento y las técnicas y asesorías con los donantes, los Estados y las organizaciones internacionales⁵⁷⁸”. Logo, as integrantes destas instituições viam-se, cada vez mais, envolvidas com projetos “com enfoque de gênero” e direcionado à implementação de políticas públicas, especialmente, para mulheres em situação de “vulnerabilidade”.

A partir da entrada das políticas neoliberais na América Latina, as feministas que atuam em ONGs tiveram que lidar com a lógica dos projetos de “empoderamento” direcionados, em particular, às mulheres mais pobres. Nestes, há uma prerrogativa do desenvolvimento pessoal, do tornar-se “empreendedor de si”. Isto é, com a diminuição do papel do Estado, os indivíduos são vistos como responsáveis por encararem, individualmente,

⁵⁷⁷ Idem, p. 28.

⁵⁷⁸ ALVAREZ, Sonia. “El boom de organizaciones feministas no gubernamentales en América Latina”. In: HELFRICH, Silke (Org.). **Género, Feminismo y masculinidades en América Latina**. op.cit. p. 71. A autora cita como exemplos os trabalhos de ONGs, no Brasil e no Chile, com levantamento de dados e cursos rápidos sobre as necessidades das mulheres das periferias e que eram “chefes de família”.

as adversidades cotidianas e transformá-las. Deste modo, tanto os problemas sociais quanto os direitos não são compreendidos como coletivos e sim como particulares. Ou seja, há uma refração das concepções tanto de Estado de Direito quanto de cidadania. No que tange às mulheres, Schild assevera que houve, inclusive, uma mudança na linguagem, assim, “[...] ‘autonomia’ e ‘igualdade’ são redefinidas agora mediante um discurso liberal de direitos individuais centrado no empoderamento por meio do mercado e na ideia de que as mulheres são impulsionadas a se envolver mais como produtoras, mutuárias e consumidoras⁵⁷⁹”.

Nesta esteira de pensamento, a décima sétima edição apresentou informes e artigos sobre o V EFLAC, sediado em San Bernardo, Argentina, em 1990. Ao tratar do seminário de “Ética y Financiamiento”, *Brujas* afirmou que a presença das integrantes dos grupos fortemente financiados foi baixa, sendo majoritária a participação das autônomas e das integrantes de organizações menores. Em relação ao debate, avaliou que “[...] aquella vieja negativa cerrada de reconocer la dependencia por parte de quienes pretenden o reciben subsidios, ha cedido paso a un reconocimiento más sincero de los problemas, condicionamientos y dificultades⁵⁸⁰”. Salientou que foi produzido um documento final a respeito das orientações sobre o financiamento e as distorções que geraram. Neste aspecto, em relação ao trabalho remunerado do movimento, enfatizou que o grupo apresentou um adendo abordando que este mecanismo contribuía para a gestão da miséria das mulheres pobres. Ou seja, sugeria que os projetos destinados às mulheres das camadas populares não promoviam, de fato, seu empoderamento ou autonomia, ao contrário, administravam suas condições de vida na pobreza.

Nas edições seguintes, o periódico debruçou-se sobre as implicações da política neoliberal. Na décima nona edição, *Brujas* trouxe um especial sobre a ética feminista frente ao projeto neoliberal e ao avanço conservador que na Argentina voltou-se para o controle da vida e do corpo das mulheres, refletido em propostas que retroceder no direito ao aborto. Nesta mesma trilha, na edição de número treze, publicada no décimo terceiro ano, *Brujas* exibiu vários artigos sobre a autonomia feminista na América Latina. O texto “*Construyendo fuerza autónoma feminista en América Latina*” foi assinado por três coletivos, a saber: a ATEM; Argentina; o *Mujeres Creando*, da Bolívia; e o *Agriculde*, do Chile e versou sobre a importância da reconceitualização da autonomia feminista frente à conjuntura específica da América Latina. As discussões teriam ocorrido durante o VI EFLAC, realizado em El

⁵⁷⁹ SCHILD, Verónica. Feminismo y neoliberalismo na América Latina. op. cit, p. 108.

⁵⁸⁰ V Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, *Brujas*, año X, 1994, p. 23.

Salvador, momento em que as diferentes vertentes do feminismo se manifestaram. A respeito destas frações, o texto destacou que:

Como una de estas grandes vertientes se presenta la del feminismo autónomo y militante, frente no sólo a aquel feminismo de la doble militancia con los partidos políticos, sino también frente al feminismo de las ONGs y quizás, en algunos países, el feminismo de las políticas sociales de los estados y sus tecnócratas de género. La diferencia entre esas corrientes y otras parten básicamente de las concepciones diferentes de “poder”, del “cambio”, de la transformación, además de diferencias de objetivos, metodologías, tipo de organización, formas de financiamiento, etc.⁵⁸¹.

No tocante ao posicionamento dos grupos elencados, o texto afirmou que não visava a homogeneidade no movimento, ao contrário, almejava o respeito à heterogeneidade, especialmente, na representação das mulheres. Isto é, defendia-se a pluralidade da categoria mulher que era constituída por identidades distintas, baseadas nas clivagens culturais, étnicas, sociais, geracionais, religiosas, de classe, gênero e sexualidade. Sendo assim, asseverou que diante do contexto em “que se vive la ambigüedad de ser complacientes frente al sistema patriarcal” era salutar aos grupos que não adotaram essa lógica, reconceituar o que significa o feminismo autônomo na América Latina. Para tanto, apresentou alguns pontos que definiam, para estes grupos, o movimento autônomo. Este surgiria das necessidades das próprias mulheres sendo auto-organizado, ou seja, não viria da pressão de organizações partidárias ou estatais. Sabendo que essa concepção não era uníssona e a fim de elaborar um livro sobre a definição de autonomia no feminismo latino-americano, solicitou que outros grupos escrevessem para o coletivo *Mujeres Creando*, respondendo às seguintes questões:

1- Cómo conciben la autonomía? 2- ¿Diferencian en algún modo autonomía de separatismo? 3- Cómo definimos nuestro proyecto feminista para América Latina y qué importancia le dan a su trabajo a la construcción del movimiento? 4- Cuáles son los elementos de identidad que han ido encontrado entre ustedes? 5- Cuál es su relación con el conjunto del movimiento de mujeres? 6- Cuáles son las dificultades más grandes que atraviesan? 7- Cuáles son los métodos de lucha o de presión social que han encontrado?⁵⁸²

Ainda nesta edição, foi publicado um artigo assinado por Miriam Botassi, brasileira, apresentada como “feminista militante, lesbiana independente, socialista, mesmo com a queda do muro de Berlim”. O artigo autoral buscou uma definição de “feminismo radical” e perguntou como negociar, do ponto de vista da autonomia, com as feministas ocupavam quadros no governo ou nos partidos políticos. Nesta direção, também interrogou pela

⁵⁸¹ Construyendo fuerza autónoma feminista en América Latina, **Brujas**, año XIII, n. 13, 1994, p. 20.

⁵⁸² Idem, p. 21.

representatividade e participação feminina nessas instituições, lançando luz para as discussões que imperavam no Brasil a respeito da autonomia do movimento⁵⁸³.

Ambos os artigos foram produzidos durante as Jornadas de ONGs y Grupos Autónomos, um evento preparatório para Beijing que ocorreu em Mar del Plata, na Argentina, em setembro de 1994. O periódico publicou um informe com as discussões e sessões que se sobressaíram, destacando a participação de militantes argentinas, mexicanas, brasileiras e bolivianas no painel sobre o Movimento de Mulheres na América Latina e no Caribe. Além da autonomia em relação aos partidos, ao Estado e às agências de financiamento, foi relatado que entre os temas discutidos estavam:

[...] el poder, el movimiento feminista y de mujeres, las distintas corrientes dentro del movimiento, las propuestas éticas, las relaciones con el Estado y las financiadoras, el concepto de género, el análisis sobre la expresión “perspectiva de género” como encubridora del feminismo, la formación de una tecnocracia de género que ha separado esa categoría del feminismo y han ligado al desarrollo, la participación feministas en la ampliación y el recambio de las burocracias internacionales, las alianzas, el papel de las Organizaciones No Gubernamentales (ONGs), la información, la investigación y la representación⁵⁸⁴.

Essa fração autonomista também passou a interrogar os usos da categoria gênero, sobretudo nas expressões empregadas nas pesquisas acadêmicas, nas políticas públicas e nos projetos apoiados por agências de financiamento. Para esta vertente, a categoria gênero estava sendo instrumentalizada como forma de “amenizar” o discurso feminista, tornando-o mais “palatável”. Deste modo, incidindo na despolitização tanto o movimento quanto o conceito de gênero. Essa percepção foi acompanhada pelos debates teóricos. Joan Scott, ao definir a categoria, já alertava para a simples substituição do termo “gênero” por “mulher” que vinha sendo recorrente em títulos de artigos e livros do período. Em suas ponderações, afiança que “o uso do termo ‘gênero’ visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’. O gênero parece integrar-se na terminologia científica [...], e por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo⁵⁸⁵”. Essa constatação também foi verificada por outras pesquisadoras das Ciências Humanas. A historiadora Linda Nicholson assevera que o conceito de gênero foi diversas vezes utilizado de forma distinta e contraditória, chamando a

⁵⁸³ Autonomía, representación y participación feminista. **Brujas**, año XIII, n. 13, 1994, p. 12-19. Miriam Botassi era bibliotecária e uma das fundadoras do CIM.

⁵⁸⁴ Algunas conclusiones de las Jornadas de ONGs y Grupos Autónomas hacia Beijing 95. **Brujas**, año XIII, n. 13, 1994, p. 39.

⁵⁸⁵ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. op.cit., p. 82.

atenção para a importância de repensar as categorias “gênero” e “mulher” tanto nas análises historiográficas, quanto na própria militância feminista⁵⁸⁶. Igualmente, ao tratar da historiografia brasileira, Pedro advoga que apesar de muitos trabalhos terem como referência Joan Scott ou Judith Butler, são raras as reflexões aprofundadas sobre o tema⁵⁸⁷. Em consonância, Matos argumenta que, apesar do conceito de gênero possibilitar um diálogo com outras categorias históricas já existentes, o mesmo vem sendo empregado de forma equivocada, como sinônimo de mulher, uma vez que seu uso teve maior receptividade entre os estudiosos do campo⁵⁸⁸. Lia Machado também afirma a “forte sinalização para substituir os estudos de mulher pelos de gênero” e afiança que nestes casos o debate teórico e a delimitação temática pareciam “ter menos apelo⁵⁸⁹”. Ana Alice Costa e Cecilia Sardenberg também teceram críticas às maneiras pelas quais o conceito de gênero vinha sendo empregado e os efeitos deste na política feminista. Questionaram a incorporação do conceito aos estudos feministas e de mulheres sem muito rigor teórico, o que dificultava a compreensão do mesmo por parcela significativa dos movimentos sociais⁵⁹⁰. As autoras defendem que, se por um lado o conceito teve mais receptividade tanto no meio acadêmico, quanto no institucional; por outro, a palavra “gênero” afastava-se da ideia de militância e aproximava-se mais da ciência, o que poderia inviabilizar a luta pelo fim das assimetrias no cotidiano feminino, a qual era, até então, o foco das pesquisas e das pautas feministas.

No campo da política, na passagem dos anos 90 para os 2000, as disputas em torno do conceito de gênero foram crescentes e nebulosas. Como observa Scott, ao invés de tornar-se mais claro, o conceito “[...] se tornou mais impreciso; o lugar de contestação, um conceito disputado na arena da política. [...] agora é um termo de referência que atravessa o espectro político, com efeitos às vezes muito diferentes daqueles que as feministas originalmente intencionaram⁵⁹¹”. Ou seja, longe de questionar a essencialização biológica, o termo “gênero” passou a ser interpretado por grupos políticos e religiosos como uma perspectiva “ideologia”,

⁵⁸⁶ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

⁵⁸⁷ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, vol. 24, n. 1, 2005.

⁵⁸⁸ MATOS, M. Izilda S. Da invisibilidade ao Gênero. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 6, 2003.

⁵⁸⁹ MACHADO, Lia Z. “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade”. In: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 25.

⁵⁹⁰ COSTA, A.A, SARDENBERG, C. Teoria e Práxis: Feministas na Academia: os núcleos de estudo sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revistas Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre, 1994.

⁵⁹¹ SCOTT, Joan. Os usos e abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, Dezembro, 2012, p. 331. O artigo foi escrito a partir da interpretação dada pela Igreja Católica ao conceito de gênero e a tentativa da instituição de reverter políticas educacionais, na França, que versavam sobre sexualidade, dando indícios das imprecisões e usos políticos do termo.

disseminadas em escolas e universidades, que teria por fim destruir supostos valores morais relativos à família heterossexual e judaico-cristã, impondo à sociedade uma suposta “cultura LGBTT⁵⁹²”. Esses grupos usam a expressão ideologia no sentido de falseamento da realidade e constroem um discurso de oposição às políticas públicas de gênero e de sexualidade, sobretudo no campo da educação⁵⁹³. Logo, de maneira inversa aos anos 90, quando a categoria foi utilizada como um meio de tornar “admissível” as demandas feministas nos diferentes campos institucionais; hodiernamente, vemos o termo ser empregado, desprovido de seu sentido analítico, por plataformas políticas conservadoras que visam negar e retroceder em relação aos direitos conquistados e aos acordos firmados, internacionalmente, para o enfrentamento das assimetrias de gênero e sexualidade⁵⁹⁴.

Desta forma, podemos empreender o difícil terreno que as feministas trilhavam na década de 1990. Como mencionado, *Brujas* apresentou diversos artigos sobre o impacto das políticas neoliberais na atuação feminista. Por esse caminho, a edição de número vinte e três trouxe uma crítica às ONGs que, além de cobrir um espaço que deveria ser do Estado, tornaram-se um espaço “legítimo” de atuação política, desconsiderando ou marginalizando a militância dos movimentos sociais. Essa transformação, de acordo com a publicação, era decorrente do avanço das políticas neoliberais e conservadoras e, assim sendo, era importante assinalar as diferenças e, especialmente, refletir sobre o atual papel das ONGs na América Latina.

Planteamos estas líneas de reflexión respecto las ONGs, cuyo crecimiento es uno de los signos de los 80-90, porque nos interesa ir buscando algunas claves que nos permiten comprender qué sucede con el movimiento feminista y con otros

⁵⁹² A respeito do tema ver: FRANCO, Stella Maris Scatena. “Do arco-íris à monocromia: o Movimento Escola Sem Partido e as reações ao debate sobre gênero nas escolas”. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (Org.). **Golpes na História e na Escola**. O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora e ANPUH/SP, 2017.

⁵⁹³ A respeito do termo “ideologia de gênero” ver: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos tornou-se uma 'ameaça à família natural'?”. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. 1ª ed. Rio Grande-RS: Editora da FURG, 2017; RIBEIRO, Edméia. O discurso antigênero no México: família, educação e ofensiva reacionária nas mídias eletrônicas. **Anais do VIII Seminário Gênero, Corpo e Sexualidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://7seminario.furg.br/images/arquivo/278.pdf>>. Acessado em: 01/05/2019.

⁵⁹⁴ No Brasil, assistimos a um substancial aumento de organizações religiosas e políticas que fazem uso do termo “ideologia de gênero”. Estes grupos têm influenciado e defendido projetos políticos refratários ao combate às desigualdades de gênero presentes nos planos de educação em âmbito nacional, estadual e municipal. Não por acaso, em janeiro de 2019, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse, afirmou que uma das medidas adotadas pelo seu governo para “reerguer a nação” seria “combater a ideologia de gênero”. O discurso está disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acessado em: 28/04/2019.

movimientos sociales, con el reflujo de las acciones, la “invisibilidad del movimiento”, las ONGs de mujeres en nuestro país, su papel en la intermediación en proyectos de “desarrollo”, cómo se relaciona esto con la construcción y difusión más amplia de un proyecto feminista en las organizaciones populares de mujeres, cómo podemos crear o construir un proyecto político que nos una, que incluya a todas en primer persona, que proyecto económico feminista podemos sostener o pretender. ¿Debemos privilegiar el camino de influir en el patriarcado capitalista para obtener reformas o pensar que hay que cambiarlo desde la raíz? ¿Qué significa la ciudadanía de las mujeres en el neoliberalismo? ¿Qué significa el desprecio, los ataques verbales e incluso la invisibilización de las tendencias radicales del feminismo⁵⁹⁵?

Essa nova percepção sobre a autonomia que interrogou o grau de comprometimento das ativistas de ONGs e de instituições políticas para com a “verdadeira” agenda feminista ganhou fôlego, sobretudo, depois do VI EFLAC, em Costa del Sol, em El Salvador e tornou-se “protagonista” durante o VII EFLAC, em Cartagena, no Chile. De acordo com Alvarez, *et.al.*, neste momento, a discussão da autonomia, sempre contenciosa, tomou um novo eixo e o engajamento de parte das feministas em instituições políticas nacionais e internacionais foi visto por algumas como um “passo necessário” para o avanço da agenda transformadora, enquanto para outras representava um “desvio perigoso em direção ao ‘patriarcado global neoliberal’”. Sendo assim, os debates tornaram-se acalorados e passou-se a questionar *quem* poderia ser incluída na “autêntica” comunidade feminista, isto é, “[...] deveriam as militantes agora predominantemente envolvidas em arenas de políticas ‘masculinistas’ ser vistas simplesmente como a vertente da *advocacy* do movimento, ou estariam elas se ‘vendendo’, ou, pior ainda, seriam elas ‘traidoras’ da causa feminista?⁵⁹⁶”.

No quinquagésimo aniversário do *Brujas*, foi publicada uma edição especial sobre o eixo feminismo, autonomia e neoliberalismo. Neste, as discussões ocorridas no VII EFLAC, no Chile, ganharam centralidade e foram cedidos espaços para os apontamentos de Margarita Pisano e Sandra Lilid, representantes da ala chilena do coletivo misto *Cómplices*⁵⁹⁷. Igualmente, María Galindo e Julieta Paredes, do *Mujeres Creando*, publicaram um artigo nesta edição. Em meio aos textos autorais e analíticos, ressaltamos os que foram redigidos pelo corpo editorial de *Brujas* e que nos permite acompanhar as percepções de autonomia tanto para o periódico, como para parcela do feminismo argentino. Neste campo, o artigo “*Feminismo y neoliberalismo*”, assinado por Bellotti e Fontenla, analisou a perversidade do neoliberalismo ao buscar soluções individuais para os problemas que ele mesmo gera no

⁵⁹⁵ Aportes para un balance del movimiento feminista: Movimientos y ONGs. **Brujas**, año XV, n. 23, p. 83.

⁵⁹⁶ ALVAREZ, Sonia, et.al. Encontrando os Feminismos Latino-americanos e Caribenhos, op.cit. p. 550.

⁵⁹⁷ Além de um artigo escrito por ambas ativistas, foi reproduzida a carta de Pisano sobre os acontecimentos do evento e realizada uma entrevista com Lilid.

cotidiano das mulheres, sobretudo as das camadas populares. Frente a isso, em diálogo com as teorias de Charlotte Bruch e Nancy Fraser, o artigo advogou, uma vez mais, a necessidade de recuperar e construir a autonomia do movimento feminista nas esferas intelectual e militante a fim de “retomar a subversión, la crítica al poder patriarcal y la lógica de dominación”⁵⁹⁸.

A respeito dos acontecimentos no VII EFLAC, *Brujas* os abordou em um artigo escrito por mãos “autonomistas” da Argentina e do Chile. O artigo veio acompanhado de um quadrinho que retrata a ida das militantes para Cartagena. No carro, identificado como da ATEM, que levava quatro militantes, pode-se ler a frase “escuderia autónoma”, demonstrando o discurso que grupo iria apoiar durante o evento⁵⁹⁹. Como indicamos anteriormente, o evento sediado no Chile expôs as fissuras entre as feministas “autônomas” e as “institucionalizadas” daquele país. A crise teve início nos anos anteriores, durante os encontros nacionais preparatórios para o evento onde as diferenças entre as feministas engajadas nas instituições governamentais e ONGs se confrontavam como as ditas autônomas. Alvarez afirma que a vertente chilena denominada de autonomista teve presença majoritária no comitê organizador e teria provocado, “deliberadamente”, o confronto entre as duas tendências ao se apropriarem do termo “autônomo” o qual, “historicamente era quase sinônimo de feminismo”. Isto é, reforçaram a suposta fronteira que dividiria a “autêntica militante feminista” da “profissional de gênero”.

O embate não ficou restrito ao Chile e, segundo a autora, tornou-se transnacional quando as integrantes da ala “institucionalizada” redigiram uma carta, publicada pela revista uruguaia *Cotidiano Mujer*, afirmando que as “autonomistas” estavam manipulando o evento, tornando-o antidemocrático. Assim, alegaram que o evento deveria ser sediado por outro país, a fim de garantir o debate plural de ideias. Alvarez afirma que a acentuada divisão entre as feministas chilenas advinha, em grande parte, da maneira como as militantes se articularam com o Estado durante o retorno democrático. Isto é, “enquanto muitas prontamente alistaram-se em agências estatais sobre a mulher e na política formal sob a nova coalizão governista dos partidos Demócrata Cristão e Socialista, outras criticaram veementemente aquilo que percebiam como a moderação injustificada da antiga agenda transformacional de oposição”⁶⁰⁰.

⁵⁹⁸ BELLOTTI, M; FONTENLA, M. Feminismo y Neoliberalismo. **Brujas**, año XVI, n. 24, 1997, p. 40.

⁵⁹⁹ Este número, em especial, veio composto por diversas ilustrações, de autoria de Edith Costa, que narravam a história da ATEM e, logo, do *Brujas*.

⁶⁰⁰ ALVAREZ, Sonia, et.al. Encontrando os Feminismos Latino-americanos e Caribenhos. **Estudios Feministas**, op.cit., p. 556.

Figura 45 - Escudería Autónoma



Brujas, año XVI, n. 24, 1997

Nesta direção, no fragmento do artigo escrito por Bellotti e Fontenla e intitulado “*Los caminos del feminismo*” foi afiançado que o percurso do movimento feminista latino-americano, atravessado por conferências, debates, foros, reuniões nacionais e internacionais, se converteu em dinâmicas mais próximas ao Estado e aos organismos internacionais, distanciando-se da subversão da ordem patriarcal e de um movimento que não admite “senderos prefijados”. Sem remeter-se às particularidades de cada país, o texto asseverou que essa estratégia tornou-se majoritária nos anos 90, implicando em uma adequação e moderação na linguagem do movimento, resultando em um “feminismo bem comportado” que negociava com a ordem patriarcal no intuito de entrar em sua lógica do “possível”. A respeito da preparação para o evento no Chile, foi anunciado que:

Parte de este feminismo ha realizado un boicot político y económico a la organización del 7º Encuentro. En una carta, firmada por representantes y empleadas de ONGs y Redes con sede en Chile, publicada en la revista uruguaya *Cotidiano Mujer*, n.22, (mayo de 1996), se llamó a cambiar la sede, en una de las manobras más antidemocráticas que hayamos presenciado. La agencia holandesa ICCO, que había prometido apoyo financiero, informó luego que lo retiraba pues, consultadas ONGs de Bolivia y Perú, las mismas dijeron que el evento representaba una solo posición. La violencia descrita no es más que la continuidad de la sistemática invisibilización y negación de todas las voces que hablen un lenguaje de subversión y autonomía. Sin embargo, el feminismo institucional tuvo presencia en Cartagena y

eso fue una decisión política de la Comisión Organizadora, interesada en abrir un debate que explicitaría posiciones⁶⁰¹.

Como podemos compreender, as concepções de feminismo e de autonomia estavam em disputa não apenas no Chile, mas na América Latina. Isso porque, como foi apresentado, ainda que a vertente “institucionalizada” ou “profissional” tenha sido predominante em alguns países como no Brasil e no Chile, havia vozes dissonantes que questionavam os caminhos trilhados pelo movimento nos últimos anos e o peso das relações com órgãos institucionais na tomada de decisões do feminismo. Não por acaso, este evento foi marcado pela divisão entre as “feministas radicais”, representadas pelas integrantes de ONGs; “as autonomistas”, composta por parcela de militantes chilenas, mexicanas e argentinas; e as que ponderavam sobre tal cisão afirmando-se como “*Ni las unas ni las otras*”. A respeito destas três tendências, na subseção “*Las colores del diñero*”, as editoras de *Brujas* afirmaram que a “Agenda Feminista Radical” debateu sobre a redução dos financiamentos, a desigualdade de distribuição de recursos e sua orientação para determinados tipos de ONGs, sem, contudo, especificá-la. Igualmente destacaram os indicadores de impacto e a necessidade de analisar os riscos que os financiamentos de agências multilaterais trazem. Entretanto, o texto observa que o grupo “radical” não pautou quais eram as atuais condições e orientações das agências de cooperação internacional, as exigências para um estreitamento das relações com os governos e a acentuação de uma tendência em enviar recursos para “tarefas assistencialistas que generen ‘beneficiarias’ entre las mujeres, en una relación clientelar de éstas con las ONGs”. No que concerne à frente “moderada”, isto é, o “*Ni a una ni a otras*”, foi comunicado que o mesmo defendeu que a autonomia não passava, necessariamente, por ter ou não financiamento. O artigo afirmou que não poderia afirmar o que ocorreu durante a discussão, mas que tal conclusão demonstrava uma falta de profundidade sobre um tema que estava há anos em discussão no movimento. O corpo editorial de *Brujas* afirmou que foi com as representantes da ala autonomista que se identificaram e puderam dialogar. Foi firmado que, a partir de Cartagena, abria-se uma nova etapa para esta corrente feminista, que percebeu que não estava “isolada” em seus países e que poderia haver trocas de experiências e propostas de atuação a partir de suas realidades locais. No tocante à composição desta linha do feminismo e de suas prerrogativas sobre a autonomia, foi exposto que:

La diversidad de la corriente feminista autónoma nos muestra desde feministas independientes y grupos autofinanciados hasta mujeres que constituyen instituciones (ONGs) que reciben financiamentos, pero que discriminan y rechazan aquellos que

⁶⁰¹ BELLOTTI, M; FONTENLA, M. Los caminos del feminismo, *Brujas*, año XVI, n. 24, p. 50.

condicionan y desconstruyen nuestras prácticas. Lo que importa no es si, en algunos casos, creamos instituciones, sino la orientación de las mismas, su contribución a una política feminista radical o su inclusión en políticas asistencialista y de negociación y relaciones privilegiadas con los Estados. También importa que no intenten sustituir ni representar el movimiento ni confundirlo con espacios laborales. El movimiento feminista es concebida por nosotras como “el espacio político de experimentación, por eso la responsabilidad de construirlo debe salir de los límites del horario y los deberes laborales de las instituciones⁶⁰²”.

A partir do manifesto pelo grupo, podemos concluir que houve uma ampliação do campo destinado às chamadas feministas autônomas. Este não se reduzia às militantes independentes ou pertencentes a coletivos autofinanciados. A categoria foi estendida para as integrantes de ONGs que tinham um posicionamento crítico às normas e às condições impostas para o financiamento e refletiam sobre o papel de tais instituições como promotoras de mudanças. Deste modo, a inclusão das mulheres engajadas em ONGs passava pela relação que estas tinham com tais instituições; se as viam como *lócus* de militância ou como um meio de atuar, profissionalmente, com as relações de gênero. Logo, para essa vertente era imperativo separar o que era a militância do que teria se tornado uma “profissão”, isto é, o movimento feminista não deveria atuar dentro de horários fixos ou estar ligado aos “*deberes laborales*”.

Ainda que as atividades nas ONGs possam ter auxiliado na difusão de ideias feministas e de uma percepção sobre a autonomia, para essa fração do feminismo, tais organizações não representavam o movimento e, tão pouco, tinham promovido mudanças que não fossem da ordem assistencial ou “clientelista”. Advoga-se, portanto, que as estreitas relações com o Estado e com as agências de cooperação internacional impactaram a tônica do movimento, tornando as mulheres, ao mesmo tempo, “clientes” e “objetos” de seus projetos, indo na contramão das propostas políticas que visavam o enfrentamento das diferentes assimetrias e da ordem patriarcal.

Em síntese, neste capítulo, podemos concluir que a palavra autonomia esteve em disputa e passou por diversas transformações em seu sentido. Na década de 1980, acompanhamos, sobretudo pelas páginas dos periódicos independentes *Chanacomchana* e *Furia*, a defesa da autonomia do movimento frente aos partidos políticos. Em ambas as publicações essa postura foi ambígua. No que concerne ao boletim brasileiro, sua equipe editorial tinha contado estreitos com militantes partidários e os acionou quando foi necessário encampar uma luta por direitos. Já o periódico chileno, partindo de uma especificidade política local, arrogava a independência dos partidos, contudo, defendida que o feminismo era

⁶⁰² Idem, p. 56.

indissociável do socialismo. Ou seja, o que se pretendia era a construção de uma nova cultura política dissociada dos partidos político e uma ampliação das prerrogativas do projeto socialista que deveria incorporar as demandas feministas.

Desde meados dos anos 80, a concepção de autonomia ganhou novos contornos. Estes estiveram alinhados aos processos ocorridos nas novas democracias latino-americanas. De um lado, esteve a criação de espaços governamentais destinados a reduzir as desigualdades de gênero; de outro, com a adoção das políticas econômicas neoliberais, avançou o processo de Onguização com projetos que versavam sobre as condições das mulheres, em sua maioria, financiados por agências de cooperação internacional e nacional. Este contexto trouxe impasses e paradoxos para o feminismo, uma vez que a inserção de feministas nos espaços institucionais não levou à defesa cabal de uma agenda de gênero. Este ponto tornou-se nodal em *Mulherio* que demonstrou que, ainda que várias feministas brasileiras estivessem preocupadas com esse processo, houve uma grande interação entre o feminismo e o Estado. Sendo assim, o jornal trouxe reportagens que interrogavam a possibilidade de ser “feminista” e “autônoma” tanto nos partidos políticos quanto nos órgãos governamentais. Apesar de não ter respostas prontas, as análises empreendidas pelo periódico nos trouxeram indícios de como a institucionalização, via Estado, tornou-se predominante no país. No entanto, o jornal não discutiu sobre a “profissionalização” do feminismo por meio do intitulado processo de Onguização. A ausência do debate não implica na afirmação que o país não trilhou esse caminho. Ao contrário, acreditamos que o financiamento não era visto como um empecilho para a autonomia, uma vez que a própria publicação recebia aportes financeiros e definia-se como “independente”. Além disso, as representantes brasileiras, durante o VII EFLAC, posicionaram-se na vertente “*Ni a una ni a otras*”, isto é, a posição moderada que defendida que a questão da autonomia não passava por ter ou não financiamento. Ou seja, defendia que era possível militar e ter independência mesmo atuando em ONGs com projetos financiados. Entretanto, a análise apresentada no capítulo dois nos permite advogar que tal afirmação era parcial, uma vez que o próprio *Mulherio* foi acusado de ser partidário e, desta forma, ameaçado de perder o apoio financeiro para seu projeto editorial.

Essa questão teve maior centralidade no periódico argentino que pautou, em diversos momentos, o impacto das políticas neoliberais e das ONGs no movimento feminista. *Brujas*, único periódico analisado neste capítulo que atravessou os anos 80 e 90, nos permitiu acompanhar as transmutações e os novos sentidos relegados ao termo “autonomia”. Assim, se o periódico discutiu de forma menos emblemática as relações entre o movimento feminista e os partidos políticos, debruçou-se, de sobremaneira, sobre a distinção entre o engajamento nas

ONGs e nos movimentos autônomos. Em suas análises, advogou que o neoliberalismo mudou a tônica do feminismo latino-americano, tornando majoritária a atuação em espaços governamentais e ONGs. Acreditava-se que nestes locais não havia autonomia para discutir a agenda feminista, posto que as feministas deveriam negociar sua linguagem e sua pauta, adequando-os ao discurso do agente financiador. Sendo assim, apontou para a perda da radicalidade e para os riscos da transmutação da *militância* em uma *profissão*. Isto é, as ativistas engajadas nessas instituições acabariam comprometidas com os projetos e não necessariamente com as mulheres. Sendo assim, este periódico estava alinhado a uma concepção de autonomia que passa tanto pelas relações do movimento com os partidos, com o Estado e com as instituições de financiamento. Em suas afirmativas, o movimento deve ter independência teórica e prática, logo, não pode estar condicionado às prerrogativas do Estado, dos partidos ou das agências de cooperação. Portanto, definiu como “feminista autônoma” as militantes independentes e aquelas que, ainda que estivesse imersas nos espaços institucionais, conseguiam ter um olhar crítico sobre o papel desempenhado pelos financiamentos e pelas negociações com o Estado.

A percepção do grupo editorial está imbricada com a cultura política do feminismo argentino. Como enunciado, ao contrário do Brasil, este se mostrou mais “avesso” à institucionalização do movimento pelo Estado e procurou manter uma articulação *do lado de fora* desta arena, construindo alianças com os movimentos sociais e não com os partidos políticos. A narrativa do periódico a respeito dos acontecimentos durante o VII EFLAC, no Chile, demonstrou como o feminismo na América Latina, entre os anos de 1981 e 1996, se transformou e ramificou, sendo impossível tratar deste no singular. Igualmente, nos apresentou como a percepção política sobre a *autonomia* do feminismo continuava em disputa, assim como a própria representação do movimento. Dado ao recorte cronológico, não podemos avançar em como esta discussão se deu nos anos 2000. Todavia, podemos afiançar que entre as publicações brasileiras e chilenas, editadas entre os anos de 1988 e 1996, a questão foi posta de lado, notoriamente, pelos emaranhados políticos que os próprios periódicos estavam arrançados. No caso do Brasil, a publicação da Rede UOO foi financiada pelo Estado e por agências de cooperação internacional. No Chile, ambas as publicações receberam aportes de instituições internacionais e procuraram diálogo com o Estado e com o mercado. Logo, como podemos verificar, durante a década de 1990, a única publicação que teve artigos e análises sobre o que era a autonomia e o que implicava a ausência desta foi, justamente, a que não passou por transformações em seu projeto político editorial, mantendo-se autofinanciada por três décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu de uma inquietação a respeito da possível transformação da militância feminista latino-americana a partir da nova conjuntura política e social dos anos de 1980 e 1990. Interessava-nos compreender se a implementação das medidas neoliberais, ao lado dos processos de Onguização e de institucionalização das pautas de gênero, via Estado, teriam alterado o engajamento do movimento feminista na América Latina. A fim de investigar essa questão, tomamos como fontes primárias a imprensa feminista de três países do Cone Sul que partilharam deste contexto histórico, quais sejam, Brasil, Argentina e Chile. Nossa hipótese era a de que, apesar desse cenário aparentemente comum, haveria nuances políticas históricas que imprimiriam tons diferentes aos caminhos percorridos pelos feminismos entre 1981 e 1996.

Diante dessa hipótese, procuramos percorrer a conjuntura política, econômica e social presente nos anos que antecederam a publicação das fontes examinadas e mapear como estavam organizados os intitulados “feminismos da segunda onda”. No Brasil, o movimento feminista estava organizado desde meados dos anos 70 e já delineava uma militância especializada em determinados campos, como o enfrentamento à violência doméstica e a promoção da saúde feminina. Ao mesmo tempo, via-se dividido entre o engajamento autônomo nos movimentos sociais e na denominada dupla militância. As negociações e o diálogo, ainda que crítico, com partidos políticos, levaram-nos a constatar que o feminismo brasileiro não se posicionou frontalmente contra o Estado; ao invés disso, neste país, delineou-se, no início da década de 1980, o denominado “feminismo de Estado”.

No mesmo recorte temporal, na Argentina, encontramos grupos feministas autônomos, assim como coletivos feministas e de mulheres organizados dentro dos partidos políticos. Contudo, não há uma tônica forte em relação à dupla militância, mas sim à independência de ação dos movimentos sociais. Essa particularidade ficou evidente no retorno democrático, quando surgiu a *Multisectorial de la Mujer*, uma aliança entre militantes de coletivos feministas, de movimentos populares e de partidos políticos para, a partir da autonomia, reivindicar a equiparação de direitos. No Chile, na contramão, vivia-se sob o signo do regime militar de Pinochet e da consolidação das medidas neoliberais, as quais trouxeram drásticas mudanças para a sociedade. A entrada precoce das políticas neoliberais, ao lado da repressão e da censura do regime militar, delineou um crescente processo de Onguização

nesse país, que aglutinou grupos de intelectuais e militantes, entre os quais estava o movimento feminista. Ou seja, a conjuntura específica do Chile favoreceu a conformação dos movimentos sociais em ONGs.

Diante disso, procuramos analisar quais foram os caminhos percorridos, nos anos seguintes, pelos feminismos no campo político e como esses movimentos sociais apareceram na materialidade das fontes. Entre 1981 e 1987, podemos inferir que nos três países o feminismo se pluralizou e, igualmente, teve um discurso crítico aos partidos progressistas e de esquerda que eram refratários às discussões sobre gênero e sexualidade. Entretanto, no Brasil, houve uma aproximação maior das feministas com esses grupos políticos. Nesse aspecto, tanto *Mulherio* quanto *Chanacomchana* foram porta-vozes desse posicionamento crítico, porém, paradoxalmente, o corpo editorial de ambas as publicações manteve relações estreitas com militantes e integrantes de partidos políticos que, inclusive, auxiliaram materialmente com os projetos editoriais.

A análise das fontes permitiu-nos concluir que, entre 1981 e 1987, houve publicações mais híbridas que não figuram de modo estanque à díade “autonomia ou profissionalização de gênero”. Nesse recorte temporal, apenas *Mulherio* recebia aportes financeiros de agências de cooperação internacional, o que lhe permitia ter um caráter mais profissional em comparação às demais publicações. Esse periódico manteve um posicionamento engajado e crítico, especialmente em relação ao processo de institucionalização do feminismo pelo Estado. Apesar disso, podemos ver os contrapesos do financiamento quando *Mulherio* foi alvo de críticas e acusado de tratar de determinados temas por um “viés político partidário”. Isto é, o periódico passou por constrangimentos, perdeu subsídios devido à autonomia editorial que alegava ter. Na contramão, *Brujas*, da Argentina, foi uma publicação autofinanciada e que firmou a autonomia como imperativa tanto para a publicação quanto para o feminismo. Em vista disso, trouxe artigos analíticos, autorais e críticos em relação ao processo de institucionalização e de Onguização, além de discussões sobre os direitos das mulheres, sexualidade e aborto. Em mais de uma década analisada por nós, esse periódico não passou por nenhuma alteração significativa em seu projeto político editorial.

As demais publicações deste período também buscaram manter-se com o autofinanciamento. *Chanacomchana*, do Brasil, *Furia* e *Boletina Chilena*, do Chile, sustentaram projetos autônomos, porém, ao contrário do par argentino, não conseguiram ter um periódico e um público leitor tão duradouros. Para que os projetos editoriais não chegassem ao fim, as três publicações negociaram com agentes políticos e de outros movimentos sociais, mas mantiveram posturas engajadas. Nesse aspecto, destaca-se a

linguagem verbal e visual de *Chanacomchana*, que apresentou expressões contundentes e radicais para tratar da visibilidade política das lésbicas. Na mesma direção, *Boletina Chilena* figurou como um importante meio de crítica e divulgação do impacto das políticas neoliberais e dos anos de censura e repressão na vida das chilenas, muito embora não tenha dado tanta ênfase às questões específicas femininas. Por seu turno, *Furia* trouxe uma mordaz crítica à resistência da esquerda renovada em discutir as questões relativas às mulheres por uma perspectiva de gênero. Em vista disso, constatamos que, entre 1981 e 1987, a imprensa feminista teve uma estrutura editorial mais híbrida em relação ao financiamento ou autofinanciamento e manteve uma postura mais engajada. Não obstante, essa conformação foi alterada, especialmente no Brasil e no Chile. Em 1987 e 1988, *Mulherio*, *Chanacomchana* e *Boletina Chilena* encerraram suas páginas e deram vida a novos projetos editoriais, com nomenclaturas e estruturas distintas. Essas alterações foram justificadas, por *Chanacomchana* e pela *Boletina Chilena*, como uma adequação “aos novos tempos”.

Os “novos tempos” referem-se, justamente, às exigências das agências de cooperação internacional para a obtenção de subsídio para os projetos e programas de capacitação. Não por acaso, entre 1986 e 1990, os grupos MEMCH’83 e GALF, respectivamente do Chile e do Brasil, deixaram a organização autônoma e se institucionalizaram enquanto ONGs. Anos antes, a equipe editorial do *Mulherio* passou pelo mesmo processo ao sair da Fundação Carlos Chagas e fundar o *Núcleo de Comunicações Mulherio*, uma associação sem fins lucrativos. Logo, observamos que, para obter subsídios para as publicações, esses grupos feministas precisaram alterar os seus campos de atuação, trocando a organização social autônoma pelo arranjo mais formal e institucional que as ONGs representavam. Como objetivamos atestar, essa mudança no campo de atuação das agremiações feministas estava alinhada tanto ao efeito das políticas neoliberais quanto às políticas internacionais das agências de cooperação que delinearum um modelo e um público alvo para seus financiamentos. São expressivas desse cenário as condições apresentadas para a formação da Rede Latino Americana de Lésbicas, entre as quais figuram a formalização do movimento e a construção de uma identidade desagregada de outros grupos sociais, como o feminista e o gay. Esses fatores foram apresentados como imprescindíveis para conseguir financiamento para as atividades voltadas para a visibilidade política das lésbicas.

O percurso da Onguização e da institucionalização das pautas feministas pelo Estado foi partilhado por Brasil, Argentina e Chile, ainda que com intensidades diferentes. Esse novo arranjo trouxe indagações e críticas a respeito de suas consequências para a militância feminista. Afinal, a atuação nas ONGs e a negociação tanto com o Estado quanto com as

agências de cooperação internacional alterariam a tônica das feministas, transformando a militância em uma “profissionalização” do campo de gênero? Como procuramos demonstrar, a preocupação não era vã. Ao analisarmos as fontes impressas entre 1987 e 1996, conhecemos as especificidades que essas questões adquiriram em cada país e como foram expressas pelos periódicos.

O estudo das publicações da UOO é significativo das substanciais mudanças que ocorreram a partir desses novos arranjos. A partir de 1987, o grupo passou a publicar o boletim UOO e, na sequência, deixou de ser um movimento social autônomo para transformar-se em uma ONG, a Rede UOO, adequando-se aos ditames transnacionais de financiamento. A simbólica alteração da nomenclatura do periódico produzido por esse grupo, de *Chanacomchana* para *Um Outro Olhar*, reflete a transmutação que perpassou o projeto editorial e a identidade do periódico. Na primeira fase do boletim, há uma mudança em seu formato e em sua circulação, entretanto, mantêm-se a identidade calcada na defesa da visibilidade política das lésbicas e um discurso que, embora não tenha a radicalidade da publicação anterior, é engajado na defesa dos direitos dos homossexuais. A partir de meados dos anos 90, quando a Rede deu início a projetos junto ao Estado e a publicação passou a contar com subsídios de grupos internacionais, há um arrefecimento da tônica do periódico, bem como um gradativo esvaziamento da identidade da publicação. Ainda que o periódico tenha noticiado eventos sobre os direitos dos homossexuais no Brasil e na América Latina, sobressaem os ajustes nas expressões verbais e imagéticas, que passaram a apresentar uma perspectiva mais “palatável”, ao mesmo tempo em que sua identidade se tornou difusa. Com isso, a publicação tornou-se mais comercial, feita por mulheres de diferentes orientações sexuais, que versava sobre lésbicas, mas também sobre cultura, saúde, concursos de cartas, erotismo e religião. Sendo assim, é inegável o impacto da Onguização na identidade e na radicalidade dos projetos editoriais da Rede UOO, que, gradativamente, foram diminuindo a tônica do engajamento e deixando o “agitar das bandeiras”.

Apesar de compartilhar o cenário neoliberal e o avanço da Onguização, a publicação lésbica-feminista da Argentina não se alinhou às premissas transnacionais para obtenção de financiamento e não adotou a política “separatista” em relação aos grupos mistos. Ao contrário, sustentou o autofinanciamento, a autonomia do corpo editorial em relação a outras instituições, bem como a indissociável militância entre lésbicas e feministas. Esse posicionamento esteve presente em ambas as publicações analisadas, demonstrando a presença de uma confluência entre a cultura leitora e a cultura política na Argentina. A cultura política, pelo seu caráter autonomista historicamente constituído, promove uma postura mais

crítica sobre as relações entre os movimentos sociais e o Estado e, aliada à cultura leitora, favorece uma disposição a financiar publicações da imprensa alternativa, ainda que pequenas. Logo, ainda que a Argentina tenha partilhado de cenários próximos aos do Brasil e do Chile, vemos que, neste país, as culturas política e literária possibilitaram a circulação de uma imprensa alternativa, autofinanciada e crítica às relações com o Estado e com as instituições de financiamento. Assim sendo, podemos inferir que, nesse período, as publicações do Brasil e da Argentina figuram dois extremos: o do impacto da Onguização na militância e o da resistência aos “novos tempos”.

Os periódicos chilenos, por sua vez, permitiram-nos acompanhar os desdobramentos do modelo de atuação hegemônico no país durante a década de 1980, isto é, a Onguização. As duas publicações, *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, estiveram em circulação por mais de três anos, graças às parcerias com as agências de cooperação internacional. A estrutura de ambas estava mais próxima da imprensa comercial que da alternativa, produzida pelos movimentos sociais, pois contava com subsídios para a compra de artigos e tinha equipes que, embora pequenas, eram remuneradas. Logo, tratava-se de uma imprensa profissional e, portanto, mais “neutra” em relação ao engajamento nas questões feministas.

Ainda que dentro desse modelo, ambas as publicações encontraram “brechas” e conseguiram trazer à tona críticas, sobretudo aos caminhos que o feminismo chileno seguiu. *Marea Alta* e *Puntada con Hilo*, ainda que engessados por sua estrutura formal, refletiram um olhar mais crítico para o cenário do feminismo chileno. O primeiro adotou uma linguagem mais formal e próxima das políticas estatais, dando ênfase, especialmente, à precarização do trabalho feminino e ao divórcio, além disso, por meio da linguagem gráfica, o jornal teceu críticas à maneira como a agenda feminista estava sendo abordada pelo Estado. *Puntada con Hilo*, por seu turno, não se posicionou frontalmente a favor da autonomia do movimento em relação ao Estado, às ONGs ou aos financiamentos, até porque estava inserido dentro dessa dinâmica. Entretanto, apresentou algumas fissuras ao tratar de temas que, no Chile, ainda eram vistos como tabus, a exemplo da sexualidade, o que levou, inclusive, ao cancelamento da assinatura do jornal por entidades mais conservadoras e reativas aos direitos das mulheres. Ao encerrar suas páginas, o jornal deixa claro que as condições do financiamento e do viés comercial imprimiam uma “falsa ideia” de liberdade editorial. Ou seja, o corpo editorial deveria seguir um “roteiro” que, nem sempre, coincidia com seus posicionamentos políticos.

Por meio da análise das fontes, verificamos que o retorno democrático chileno não coincidiu com uma política pública que rompesse com a visão predominante sobre o lugar das mulheres na sociedade. Todavia, é válido lembrar que as publicações desse país, nos anos 80,

recorreram à identidade materna para acionar a militância feminina e contrapor o discurso tanto da esquerda quanto do regime ditatorial, o que nos permite compreender a maneira pela qual as demandas feministas foram instrumentalizadas pelo Estado democrático, que construiu políticas públicas voltadas para a mulher com base em uma perspectiva “familista” e distante dos debates sobre aborto e divórcio. Diante desse cenário particular, vemos emergir uma vertente autonomista mais radical que, até então, que, até então, estava mobilizada nas ONGs apresentando uma crítica contundente ao caminho que o feminismo chileno trilhou.

Tendo em vista essas mudanças, também foi nosso interesse compreender as transformações no sentido de autonomia ao longo desses anos. Por meio da análise dos editoriais, artigos analíticos e charges, constatamos que o termo ganhou distintas conotações de acordo com a conjuntura política transnacional e local. Entre 1981 e 1987, à exceção da *Boletina Chilena*, todos os demais periódicos trataram do tema, demarcando como a questão foi central para os feminismos desse período. Nesse momento, os periódicos coincidiam suas críticas e argumentos em prol da defesa da autonomia em relação aos partidos políticos de esquerda que insistiam em não reconhecer as reivindicações de gênero e sexualidade como prioritárias, tratando-as como pequenas “expressões burguesas”. São exemplares as críticas, expressas em artigos e charges, publicadas por *Mulherio*, *Chanacomchana* e *Furia* aos grupos e partidos de esquerda. Ainda que, paradoxalmente, o corpo editorial das três publicações tenha mantido relações com membros de partidos políticos, o certo é que apresentaram uma crítica contundente ao discurso dessas organizações.

Em relação às dessemelhanças, no Brasil, sobretudo em *Mulherio*, há uma preocupação maior em debater a autonomia do movimento em relação ao Estado, o que está associado às especificidades locais, tendo em vista a criação dos Conselhos Estaduais destinados às pautas consideradas feministas. Assim, passou-se a interrogar sobre qual seria a autonomia frente à participação das feministas em instituições do Estado. *Chanacomchana*, por sua vez, evocou a autonomia para demarcar a separação do movimento lésbico das agremiações feministas e homossexuais, com o intuito de ampliar a visibilidade das especificidades das mulheres lésbicas e, ao mesmo tempo, atender às condições para obter financiamento de agências internacionais. Na Argentina, *Brujas* e *Cuadernos de Existencia Lesbiana* adotaram o termo para defender a independência de toda e qualquer instituição, seja o Estado, a Igreja ou os partidos políticos. Para essas publicações, a autonomia deveria estruturar a prática e a teoria da militância. Porém, apenas *Brujas* seguiu discutindo e analisando a autonomia durante a década de 1990.

Como procuramos demonstrar, entre 1987 e 1996, o tema da autonomia perdeu centralidade nos periódicos feministas. Apenas a fonte da Argentina, *Brujas*, debruçou-se sobre a questão, afirmando ser importante pensar a autonomia e a ética do movimento, sobretudo dentro do neoliberalismo. Apesar de não generalizar, trouxe análises críticas à atuação feminista em ONGs e às políticas de financiamento, argumentando que essa junção teria transformado o campo da militância em uma arena de trabalho e de profissionalização. Nessa direção, avaliou que esse novo quadro provocou uma retração da tônica da militância e da teoria feminista, uma vez que ambas estavam condicionadas às exigências dos fundos de cooperação. Devido ao seu posicionamento, *Brujas* apresentou, em muitos casos, um “feministrômetro” da militância latino-americana. Isto é, buscou definir o que era a “autêntica” militante, contrapondo “institucionalizadas” e “autonomistas”.

Esse periódico também lançou luz sobre a instrumentalização e o esvaziamento do conceito de gênero, argumentando que o novo cenário fez com que o termo perdesse sua potencialidade analítica. Notoriamente, essa crítica estava alinhada aos debates acadêmicos que, como procuramos demonstrar, sinalizavam para essa constatação. Como evidenciamos, essa postura engajada em torno da autonomia não se restringiu à Argentina, sendo partilhada por outros grupos feministas latino-americanos, a exemplo dos do México e da Bolívia. No Brasil e no Chile, também havia vozes dissonantes e favoráveis à autonomia, porém, em ambos os países os processos de Onguização e de institucionalização de gênero foram mais acentuados e, logo, o impacto sobre a militância foi mais perceptível.

A título de conclusão, constatamos que a adoção das medidas neoliberais e a abordagem da agenda de gênero pelo Estado refletiram na militância feminista. A política neoliberal fortaleceu o processo de Onguização e alterou o campo político de ação dos feminismos, sobretudo no Brasil e no Chile. Nesse sentido, em ambos os países, ainda que os projetos editoriais não tenham abdicado de um comportamento engajado, é axiomático como esses processos alteraram e ajustaram as publicações, que se tornaram mais comerciais e com uma linguagem considerada mais “aprazível”. Na Argentina, a despeito do processo de institucionalização e de Onguização, prevaleceu uma tônica mais engajada e reativa às parcerias dos movimentos sociais com o Estado e, sobretudo, com as instituições de financiamento. As fontes argentinas sustentaram que o campo privilegiado para a militância seria “las calles”.

Ainda que não tenha sido o escopo de nossa pesquisa, a análise das fontes nos permitiu observar que a entrada das intituladas políticas de gênero no Estado não significou, necessariamente, a incorporação da agenda das feministas. Esse fato foi mais evidente no

Chile, onde a conquista de direitos das mulheres e, também da/os homossexuais, não teve o mesmo êxito e visibilidade que no Brasil e na Argentina. Ainda que no Brasil a relação entre movimentos sociais e Estado tenha sido mais moderada e negociada em comparação à Argentina, o certo é que em ambos os países houve conquistas de espaço e de direitos mais efetivas que no Chile. Nesse país, direitos como o divórcio e o aborto em situações de risco foram alcançados, respectivamente, em 2004 e 2017, quase três décadas depois do Brasil e da Argentina terem alterado sua legislação. Essas diferenças podem ser compreendidas a partir da menor autonomia que os movimentos feministas chilenos tiveram na redemocratização pactuada e norteadas por uma vertente conservadora. Esse fato leva-nos a refletir a respeito da expansão e da garantia desses direitos no século XXI. Sabemos que, tanto no Brasil quanto na Argentina, houve uma ampliação dos direitos, especialmente os relacionados à população LGBTTTQI e ao combate à violência de gênero. Por outro lado, assistimos a recorrentes cenas de violência e de violação desses mesmos direitos, sobretudo os relacionados ao corpo feminino.

Em um momento em que os projetos neoliberais e conservadores avançam, novamente, na América Latina, questionando e deslegitimando as conquistas realizadas nas últimas três décadas, é instigante pensarmos na diferença entre a conquista de espaços e direitos políticos e o seu reconhecimento pela sociedade. A conquista de direitos não pode ser compreendida como uma garantia permanente e natural; ao contrário, em regimes conservadores e refratários à democracia, a garantia dos direitos civis, políticos e sociais – e dos direitos humanos de maneira geral – torna-se tênue. Desse modo, mesmo os países que mantiveram uma postura engajada, em maior ou menor grau, em relação à autonomia e à efetivação dos direitos, estão suscetíveis de perdê-los. Portanto, em um contexto marcado por uma retórica que nega as assimetrias de gênero, raça, etnia e de sexualidade, é imperativo lembrarmos que a liberdade e a conquista de direitos são uma luta permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maira. *Nosotras*: feminismo latino-americano publicado em Paris. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, Florianópolis, Maio/Agosto, 2013.

AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

ALMA, Amanda, LORENZO, Paula. **Mujeres que se Encuentran**: Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005). Buenos Aires, República Argentina, Editora Feminaria, 2009.

ALMEIDA, Mônica P. **Reformas neoliberais no Brasil**: as privatizações nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALONSO, Luciano. “Las resistencias a la última dictadura argentina y la centralidad del movimiento por los derechos humanos”. In: MARCO, Jorge; Silveira, Helder G; MANSAN, Jaime V (Org.) **A violência e a Sociedade em ditaduras Ibero-Americanas no século XX**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

ALVAREZ, Sonia, et.al. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, n.11, vol.2, jul./dez, 2003.

ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. “A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio”. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. **Development**, n. 52, Vol. 2, 2009.

_____. “El boom de organizaciones feministas no gubernamentales en América Latina”. In: HELFRICH, Silke (Org.) **Género, Feminismo y masculinidad en América Latina**. El Salvador: Ediciones Boll, 2001.

- ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BANKO, Catalina. KON, Anita; MELCHER, Dorothea; CACCIAMALI, María Cristina (Org.) **Costos Sociales de las Reformas Neoliberales en América Latina**. PUC São Paulo, FAPESP, Universidad Central de Venezuela, 2000.
- BARANOSKI, Maria Cristina R. **A adoção em relações homoafetivas** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BARRANCOS, Dora. Mujeres en la Argentina. Movimientos y derechos. **Labrys: Estudios Feministas**, jan./ jun., 2016.
- _____. **Mujeres en la sociedad argentina**. Una historia de cinco siglos. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007.
- _____. La pasión feminista según Julieta Kirkwood. **Nomandias**, Santiago, n. 8, 2008.
- BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Nélica. “Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia (Org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.
- BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização do aborto: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos feministas**, n. 0, 1992.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BEDREGAL, Ximena. “El feminismo autónomo radical, una propuesta civilizatoria” In: DAMIÁN, Espinoza, JAVIEN, Ana Lau (Coord). **Un Fantasma recorre el Siglo: luchas feministas en México 1910-2010**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2011.
- BELLUCCI, Mabel. Gays y lesbianas... mucho más que dos (1984-1996). **Anais do Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti**, Buenos Aires, 2011.
- BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.P. (Org.) **Para uma história Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BERTONI, J.S. Fuerza laboral de la mujer en Chile: cifras y características. **Revista Latinoamericana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 5, 1998.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Mélanges Historiques**, T.1, Paris, S.E.V.P.E.N, 1963.

- BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. In: **Projeto Mulher**. Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.
- BORGES, Joana V. **Trajetórias e Leituras Feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- BROWN, Josefina. De la institucionalización de los asuntos de las mujeres en el Estado Argentino y algunos de los avatares, entre los ochenta y los noventa, **Mora**, 2008.
- _____. El aborto en Argentina, genealogía de una demanda. **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.
- BROWN, Stephen. Con discriminación y represión no hay democracia: the lesbian and gay movement in Argentina. *Latin American Perspectives*, **Gender, Sexuality, and Same-Sex Desire in Latin America**, vol. 29, n. 2, 2002.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um tema, perspectivas futuras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, 1994.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CABRAL, Alcileide; LUZ, Noemia. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 41, jun/jul, 2004.
- CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CALVERA, Leonor. **Mujer y Feminismo en la Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.
- CAMPOS, Esteban. ¿Que 20 años no es nada? Globalización, posmodernidad y rebelión en Argentina, de Menem a Kirchner (1988–2008). **Argumentos**, México, vol. 22 n. 61, 2009.
- CAPARELLI, Sergio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- CAPELATO, M. H.; HOLANDA, H. B. (Org.). **Relações de Gênero: diversidades culturais na América Latina**. São Paulo/ Rio de Janeiro: EDUSP / Ed. Expressão Cultural, 1999.
- CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998.
- _____. “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o Historiador.” In: PRADO, Maria L.; VILAÇA, Mariana (Org). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

_____. “Imprensa como fonte para a História do Tempo Presente”. In: FERREIRA, M. M.; DELGADO, L. A. (Org.). **História do Tempo Presente**. Rio de Janeiro (RJ): FGV Editora, 2014.

_____. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a História. **Revista Clio**. Revista de Pesquisa Histórica, n. 24, 2006.

CARDOSO, E. **Imprensa Feminista pós-1974**. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação e Artes, Departamento de jornalismo, Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, vol.12, Florianópolis Set./Dec. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 2, jun. 1994.

CASTRO, Mary. Mujer y feminismo en tiempos neoliberales en América Latina: balance y utopías de fin de década ecos de Brasil. **Latin American Studies Association, XXI International Congress Chicago**, Illinois, 1998.

_____. Marxismo, feminismos e feminismo marxista mais que um gênero em tempos neoliberais. **Revista Critica Marxista**, n. 11, 2000.

CESTARI, M. **A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHETJER, Silvia. Temas del Debate Feminista Contemporáneo: feminismo por feminista (1970-1996). **Travesías**, n. 5, año 4, Centro de Encuentro Cultura y Mujer, Octubre, 1996.

COLLIER, S., SATTER, S. **História de Chile 1808-1994**. Cambridge University Press, 1996.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CONTRERAS, Leonardo. **Las Juntas de Abastecimiento y Precios: historia y memoria de una participación popular (Chile 1970-1973)**. Tesis para graduación en Historia. Santiago de Chile, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2012.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 2001.

- COSSE, Isabella. La lucha por los derechos femeninos: Victoria Ocampo y la Unión Argentina de Mujeres (1936). **Revista Humanitas**, XXVI, n. 34, 2008.
- COSTA, A., SARDENBERG, C. Teoria e Práxis: Feministas na Academia: os núcleos de estudo sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revistas Estudos Feministas**, ano 2, 2º semestre, 1994.
- COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.e., 1994.
- COSTA, Albertina. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**, V. 12, n. especial, Florianópolis, set/dez, 2004.
- CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. **Quem ri por último, ri melhor**: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis, 2016.
- CRESPO, Regina. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary; FRANCO, Stella M. S. (Org). **Cadernos de Seminário de Pesquisa**, v. 2. São Paulo: Humanitas, 2011.
- CRUZ, Rodrigo. **Do protesto às urnas**: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982), defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo, em 2015.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, outubro, 2004.
- DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, n. 23, v. 12, 2007.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, 2003.
- DURÁN, Mario. ECO, las ONGs y la lucha contra la dictadura militar en Chile. Entre lo académico y lo militante. **Revista Izquierdas**, Santiago, n.7, agosto, 2010.
- ELLIOT, John. **España en Europa: estudios de Historia Comparada**. Valencia: Universidad de Valencia, Servei de Publicacions, 2003.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2000.

- FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Grammond, 2005.
- _____. Movimento homossexual no Brasil: recompondo uma história. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 10, n. 18/19, 2003.
- FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEDULLO, Liliana, LUQUE, Cecília. Política Feminista em Argentina. **INTI, Revista de Literatura Hispánica**, nº 57-58, 2003.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, maio/jun., 2000.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FRANÇA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007.
- FRANCESCHET, Susan. **Gender and Citizenship: Democratization and women's politics in Chile**. Ontário, ProQuest, Dissertation Services, 2002.
- FRANCO, Stella M. S. “Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas”. In: VILLAÇA, Mariana M.; PRADO, Maria Ligia C.. (Org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas; Capes, 2015.
- _____. “Do arco-íris à monocromia: o Movimento Escola Sem Partido e as reações ao debate sobre gênero nas escolas”. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (Org.). **Golpes na História e na Escola**. O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora e ANPUH/SP, 2017.
- FRANCO, Stella M. S; SILVA, Natania. N; OLIVEIRA, Júlia G. S. Gênero e travestilidade nas telas de cinema: a trajetória de Claudia Wonder em filme documentário. **Caderno Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, MG, v. 30, n. 1, jan./jun. 2017.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, 2009, p.22.

- FRIEDAN, Betty. **A Segunda Etapa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. **A Mística Feminina**, Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- GARCIA, Marco Aurélio. No fim da alameda Chile: passado & presente. **Revista C&P**, Rio de Janeiro, n. 2, mar/jun, 1984.
- GAVILÁN, Javier Francisco Campos. **Antecedentes del neoliberalismo en Chile (1955-1975): el autoritarismo como camino a la libertad económica**. Tesis para licenciado en Ciencias Jurídicas, Santiago de Chile, Universidad de Chile, 2013.
- GAVIOLA E., BEDREGAL X., ROJAS R. **Feminismos Cómplices, 16 años después**. México, DF: Editorial La Correa Feminista, CICAM, 2009.
- GAVIOLA Edd., MORENO, Ximena, MIRA, Claudia. **Queremos votar en las próximas elecciones: historia del movimiento femenino chileno 1913-1952**. Santiago: Centro de Análisis y Difusión de la Condición de la Mujer, 1986.
- GEMETRO, Florencia. Lesbianismo, homosexualidad femenina y homosexualidad: reflexiones críticas sobre el uso sociológico de los termos en Argentina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. **Anais da VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.
- GIORDANO, Verónica. La celebración del Año Internacional de la Mujer en Argentina (1975): acciones y conflictos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 20, vol, jan/abril, 2012.
- GOIDANICH, H. & KLEINERT, A. **Enciclopédia dos Quadrinhos**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: percurso intelectual de um ideário político. **BIB**, n. 28. Rio de Janeiro, 2º bimestre, 1989.
- GORINI, Ulises. **La rebelión de las madres – Historia de las Madres de Plaza de Mayo (1976-1983)**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- GREEN, James; FERNANDES, Marisa, et.al. Mesa-Redonda Somos - Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, vol. 10, n. 18/19, 2003.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan (Org.) **Ditadura e Homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres e relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

- GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. Sociedades barriales, bibliotecas populares Y cultura de los sectores populares: Buenos Aires, 1920-1945. **Desarrollo Económico**, vol. 29, n. 113.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.
- HINER, Hillary. **De la olla común a la acción colectiva: las mujeres "Yela" en Talca, 1980-1995**. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, Vol. 10, n. 28, 2011.
- IGLESIAS, Margarita. Violencia familiar, violencia social: Un caso de Chile Colonial. **Cuadernos de Historia**, Universidad de Chile, n.29, 2008.
- JÚNIOR, Paulo Roberto S. M. Escrever para inscrever-se: epistolografia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, n.º, vol. 8, set/dez, 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero': a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma 'ameaça à família natural'?". In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. 1ª ed. Rio Grande-RS: Editora da FURG, 2017.
- KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUC/RS, Porto Alegre, vol. 40, núm. 1, ene-jun, 2014.
- _____. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. **Revista Estudos Feministas**, vol. 26, n. 2, Florianópolis, 2018.
- KIRBY, Enrique C. **Proceso Político en Chile 1973-1990**. Santiago: Editorial Andres Bello, 1997.
- KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile: las feministas y los partidos**. Santiago: FLACSO, 1986.
- LARGO, Eliane. "50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto". In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.
- LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)**. Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Santiago: 2005.
- LEBON, Nathalie. Origens e desafios da profissionalização no movimento de saúde da mulher de São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, Vol. 8, n. 1, 2000.

- LIRA, Francisco F. Do socialismo ao neoliberalismo: os anos de 1970 no Chile, **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 3, n. 6, agosto 2010.
- LUCA, Tania. História nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUNA, Lola G. **Los movimientos de mujeres en América Latina y la renovación de la política**. Santiago de Cali: Universidad del Valle, 2003.
- MACHADO, Lia Z. “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade”. In: COSTA, Albertina & BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**. Ano XIII nº 11, Dezembro, 2011,
- MACRAE, Edward. **A construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da “Abertura”**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MAFIA, Diana, PEKER, Luciana, MORENO, Aluminé, MORRONI, Laura. **Mujeres pariendo historia: cómo se gestó el Primer Encuentro Nacional de Mujeres**. Reseña íntima y política de las integrantes de la Comisión Promotora. Imprensa de la Legislatura de CABA, Buenos Aires, 2013.
- MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**. Vol. 18, n. 52, 2004.
- MARTINS, Renato. Chile: a democracia e os limites do consenso. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, n. 49, 2000.
- MATOS, M. Izilda S. Da invisibilidade ao Gênero. **Fragments de Cultura**. Goiânia, v. 12, n. 6, 2003.
- MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- MÉDICI, Rita. Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema. **Revista Sociologia. Política**, Curitiba, 29, p. 31-43, nov. 2007.
- MELO, Hildete Pereira. “Reflexões e vivências sobre a militância feminista na segunda metade do século XX: Rio de Janeiro”. In: TAMANINI, M.; BOACHILLIA, R., SCHWENDLER, S. (Org.) **Teoria e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Tradução: Rodolfo Konder. **Revista Gênero**, Niterói, vol.6, n.2, v. 7, n. 1, p. 203-232, 1º-2º sem., 2006.

- MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha lesbiana y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. México, DF: Plaza y Valdés, 2000.
- MONTECINOS, Verónica. Feministas e tecnocratas na democratização da América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, nº11, v.2, jul-dez, 2003.
- MORAES, M. L. Q., **Família e feminismo**: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1981.
- _____. **Feminismo, Movimentos de Mulheres e a (Re) construção da democracia em três países da América Latina**. Primeira Versão 121: IFCH/UNICAMP, 2003.
- _____. **Vinte anos de Feminismo**, Tese de Livre Docência, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1996.
- _____. **Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile**. Primeira Versão 96, IFCH/Unicamp, n. 96, 2001.
- MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o espaço público**: movimento de mulheres (1945-1964). Coleção: Histórias da Repressão e da Resistência. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- MOYANO, Cristina. ONG y conocimiento sociopolítico durante la Dictadura: la disputa por el tiempo histórico de la transición. El caso de los Talleres de Análisis de Coyuntura en ECO, 1987-1992. **Revista Izquierdas**, 27, abril 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.
- NOGUEIRA, Marco A., Gramsci: a crise da política e a esquerda em crise. **Revista Lua Nova**, n. 43, São Paulo, 1998.
- NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar Argentina 1976-1983**: do golpe de Estado à restauração democrática. São Paulo: EDUSP, 2007.
- NOVARO, Marcos. “Presidentes, equilibrios institucionales y coaliciones de gobierno en Argentina (1989-2000)”. In: LANZARO, Jorge (Comp.) Tipos de presidencialismo y modos de gobierno en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

- NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Tradução Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995.
- O'DONNELL, G. **Contrapuntos: Ensayos Escogidos sobre Autoritarismo y Democratización**. Buenos Aires: Paidós, 1997
- OLIVEIRA, Júlia G.S. Da. Encontros à União: a formação da União de Mulheres de São Paulo. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 31, vol. 2, 2014.
- _____. Iconografias sarcásticas na imprensa feminista brasileira: *Mulherio e Chanacomchana* (1981-1985). **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 11, n. 21, jul./dez. 2017.
- OLIVEIRA, Susel R. **Mulheres, Ditadura e Memória: não imagine que precise ser triste para ser militante**. São Paulo: Intermeios, 2014.
- _____. Subterrâneos da Liberdade: mulher, militância e clandestinidade. **Revista Labris**, Jan/Dez, 2009.
- ORTEGA, Eugenio, MORENO, Carolina B. (Comp.) **¿La Concertación desconcertada?: reflexiones sobre su historia y su futuro**. 1a. ed. Santiago de Chile: LOM Eds., 2002.
- PAGLIARULO, Elisabetta. Juana Paula Manso (1819-1875): presencia femenina indiscutible en la educación y en la cultura argentina del siglo XIX, con proyección americana. **Revista Historia Educación Latinoamericana**. vol. 13 no.17, july/dec, 2011.
- PEDRO, J., SOITEH, R. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, Vol. 27, n. 54, 2007.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, vol. 24, n. 1, 2005
- PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina (Org.) **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2010.
- _____. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, , jan.-jun. 2007
- PÉRET, Flávia. **A imprensa gay no Brasil: entre militância e consumo**. São Paulo: Publifolha, 2012.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- PINSKY, C.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, M. Elena Caffarena de Jiles, jurista. **Revista Chilena de Derecho**, vol. 33 n, 2, 2006.

- PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a categoria mulher?”. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.
- PRADO, M. L. C, FRANCO, S. M. S. Cultura e política. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, C.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRADO, Maria L. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História (USP)**, v. 153, p. 11-33, 2005.
- PRADO, Natalia M. La emergencia del feminismo en la Argentina: una análisis de las tramas discursivas a comienzos del siglo XX. **Estudios Feministas**, Florianópolis, n 23, vol. 1 , jan/abr, 2015.
- RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbrì. **Revista Verve**, PUC/São Paulo, n. 21, 2012.
- REGO, Francisco G. T. **Jornalismo Empresarial**. São Paulo: Editora Summus, 1987.
- REZENDE, Pâmela. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 2, 36-46, 2004.
- RIBEIRO, Edméia. O discurso antigênero no México: família, educação e ofensiva reacionária nas mídias eletrônicas. **Anais do VIII Seminário Gênero, Corpo e Sexualidade**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs**, vol. 5, n. 4, Summer, 1980.
- RICHARD, Nelly. La problemática del feminismo en los años de la transición en Chile. In: MATO, Daniel (Comp.) **Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2001.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ROSEMBERG, Fúlvia. “Estudos sobre mulher e relações de gênero”. In: MICELI, Sérgio (org.). **A Fundação Ford no Brasil**, 1993.

SALLUM JR, Brasílio; PAIXÃO E CASARÕES, Guilherme Stolle. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 82 São Paulo, 2011.

SAMARA, E. M. “Discurso e a Construção da Identidade de Gênero na América Latina”. In: SOHEIT, R., MESQUITA, E, MATOS, M.I. (Org). **Gênero em Debate: Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea**. Bauru, SP: EDUCS, 1997.

_____. Mulheres que fizeram a América. **Populações- Boletim do CEDHAL**, n. 3, 1996.

SARLO, Beatriz. **La máquina cultural: maestras, traductores y vanguardistas**. Buenos Aires: Ariel, 1998.

SCHILD, Veronica. “Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas ‘novas democracias’”. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Feminismo y neoliberalismo na América Latina, **Revista Nueva Sociedad**, edição em português, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise para a História. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

_____. **A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

_____. Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade. **Revista Labrys**, Estudos Feministas, nº1-2, 2002.

_____. Os usos e abusos do Gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, Dezembro, 2012.

SELEM, Maria Célia O. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. Dissertação de mestrado, Departamento de História, Universidade de Brasília, UNB, 2007.

SEMPOL, Diego. “Violence and the emergence of gay and lesbian activism in Argentina (1983-1990)”. In: WIERINGA, Saskia; SÍVORI, Horacio. **The Sexual History of Global South: sexual politics in Africa, Asia and Latin America**. Zed Books, London, New York, 2003.

SERVETTO, Alicia. Memorias de la intolerancia política: las víctimas de la Tríplice A (Alianza Argentina Anticomunista). **Antítese**, UEL, vol. 1, n. 2, 2008.

SHAYNE, Julie. **The revolution question: feminisms in El Salvador, Chile and Cuba**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2004.

- SIEMON, Joe. Mujeres en conflictos: La construcción de identidad colectiva en MEMCH'83. **Revista Sociedad e Equidad**, Universidad de Chile, n.2, 2001.
- SILVA, E. P.. **Araucaria de Chile (1978-1990)**: a intelectualidade chilena no exílio. São Paulo: Alameda, 2013.
- SILVA, Roberta Rodrigues M. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007), **Revista Sociologia e Política**, n. 33, vol. 17, Curitiba, Jun, 2009.
- SKIDMORE, Thomas. “A lenta via brasileira para a redemocratização: 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOARES, Gilberta S; COSTA, Jussara C. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys: Estudos Feministas**, jul /dez. 2011/jan. /jun. 2012.
- SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP/ Contexto, 1997.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 287.
- SWAIN, Tania. Diferença sexual: uma questão de poder. **Conferência no I Simpósio de Gênero e Literatura, Universidade Federal do Ceará**, agosto de 2011.
- _____. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lésbico. **Revista Bagoas**, n. 5, 2010.
- _____. Feminismo e Lesbianismo: questão de identidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, 1999.
- TARDUCCI, Mónica (Comp.) **Feminismo, lesbianismo y maternidad en Argentina**. Buenos Aires, Librería de Mujeres Editoras 2014.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Identidades em construção**: as Organizações Não Governamentais no processo brasileiro de redemocratização. São Paulo: Annablume, Fapesp, Instituto Pólis, 2003.
- TELES, Amelinha, LEITE, Rosalina S.C. **Da Guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- _____. “A insurgência do feminismo popular na ditadura militar”. In: VIEIRA, Rosângela (Org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2014.
- THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001.
- TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres. **Cadernos Pagu**, n.3, 1994.
- TINSMAN, Heidi. Reviving Feminist Materialism: Gender and Neoliberalism in Pinochet's Chile. **Signs**, vol. 26, n. 1, Chicago, Autumn, 2000.
- TOBAR, Marcela; CATALÁN, Lorena; CAVIEDES, Elizabeth. **¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura**. Santiago: CEM y Ed. Cuarto Propio, 2003.
- TORRES, Carmen. El Siglo de las Mujeres. Chile: **Isis internacional, Ediciones de las Mujeres** n. 28, 1999.
- TORRICELLA, Paula. La revista Brujas, militancia feminista en democracia. **Entrehojas: Revista de Estudios Hispánicos**, vol. 3, Article 9, 2013.
- TREBISACCE, Catalina. Encuentros y desencuentros entre la militancia de izquierda y el feminismo en la Argentina. **Revista Estudos Feministas**, vol. 21 nº 2, Florianópolis, 2013.
- VALDÉS, T., WEINSTEIN, M., TOLEDO, M, LETELIER, L. **Centros de Madres: 1973-1989 ¿Solo disciplinamiento?** Santiago: FLACSO, 1989.
- VALDES, Teresa. **Las Mujeres e la Dictadura Militar en Chile**. Material para discusión. Santiago: FLACSO, n. 94, 1987.
- VALDÉS, Teresa; WEINSTEIN, Marisa. **Mujeres que sueñan: las organizaciones de pobladoras en Chile (1973-1989)**. Santiago de Chile: FLACSO, 1993.
- VALENZUELA, María Elena. Las mujeres en la transición democrática. DRAKE, Paul, JAKSIC, Iván (Org.). **El difícil camino hacia la democracia en Chile 1982-1990**. Santiago, FLACSO, 1993.
- VARGAS, Viviana B. Neoliberalismo, protesta popular y transición en Chile, 1973-1989. **Política y Cultura**, primavera, n. 37, 2012.
- VEIGA, Ana M. **Feminismo em rede?** Uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1975-1985). Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- WALKER, Ignacio. Un nuevo socialismo democrático en Chile. **Colección Estudios CIEPLAN**, n.24, junio, 1998.

WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, nº14, p. 13-29, jan./jun. 2013.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

YAGUÉS, Javier. **Las mujeres en la izquierda durante la Unidad Popular y la Dictadura Militar (1970-1990)**. Tesis de Doctorado, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 2012.